

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

ANDRÉ DA COSTA CABRAL

*Escritores brasileiros na correspondência passiva do crítico literário
Plínio Barreto.*

v.1

São Paulo

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

Escritores brasileiros na correspondência passiva do crítico literário
Plínio Barreto.

André da Costa Cabral

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes

v.1

São Paulo

2009

Ao professor Marcos, mestre que sempre me ajudou nos meus deslizes e tropeções;

a minha família, com a qual sempre pude contar;

e a memória de meus avôs.

No Brasil é assim: morre-se num dia e no outro já se está esquecido e abandonado pela maioria dos antigos admiradores.

Barbosa Lima Sobrinho

Resumo:

Esta dissertação apresenta uma seleta de 109 cartas de personalidades da cultura brasileira dirigidas ao jornalista e político paulista Plínio Barreto (1882-1958). A documentação, pertencente à Série Correspondência Passiva do Arquivo Plínio Barreto, no patrimônio do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, espelha a atividade do crítico nos periódicos *O Estado de S. Paulo*, *Diário de S. Paulo*, *Revista do Brasil* e *Revista Nova*. As cartas transcritas e anotadas dialogam com os textos de crítica de Plínio Barreto, localizados pela pesquisa e inseridos nesta dissertação. Pretende-se facultar material inédito em livro, criteriosamente editado, visando uma reavaliação do lugar do jornalista no sistema literário brasileiro do século XX.

Palavras-chave: Plínio Barreto; Cartas; Crítica; *O Estado de S. Paulo*; *Revista do Brasil*.

Abstract:

This dissertation presents a selection of 109 letters of Brazilian culture's figures, addressed to Plínio Barreto (1882-1958), a journalist and politician from São Paulo. The documentation, which belongs to the Série Correspondência Passiva do Arquivo Plínio Barreto, in the patrimony of the Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, mirrors this reviewer's activity in the newspapers *O Estado de S. Paulo*, *Diário de S. Paulo*, *Revista do Brasil* and *Revista Nova*. The transcribed and remarked letters dialogue with the critique texts of Plínio Barreto, which were found by the research and inserted in this dissertation. The purpose is to empower a criteriously edited material unpublished on books, seeking a reassessment of the journalist's position on the Brazilian literary system of the XX century.

Keywords: Plínio Barreto; Letters; Critique; *O Estado de S. Paulo*; *Revista do Brasil*.

Sumário:

Escritores brasileiros na correspondência passiva do crítico literário Plínio Barreto.

1	Um esboço biográfico	p. III
2	O ofício de crítico	p. VIII
3	O redator-chefe da Revista do Brasil	p. XIX
4	O arquivo Correspondência de Plínio Barreto do IEB-USP	p. XXIII
4.1	Correspondência de Plínio Barreto: histórico	p. XXIII
4.2	A constituição da seleta	p. XXXVIII
4.3	Processo de transcrição das cartas	p. XXXVIII
4.4	Transcrição dos artigos mencionados nas cartas	p. XXXIX
5	Iconografia	p. XL
6	Agradecimentos	p. XLV
7	Bibliografia	p. XLVI
7.1	Obra de Plínio Barreto	p. XLVI
7.2	Bibliografia sobre Plínio Barreto	p. XLVII
7.3	Bibliografia sobre o gênero epistolar	p. XLIX
7.4	Livros de Correspondência	p. L
7.5	Bibliografia Geral	p. LI
7.6	Relação dos textos aludidos na seleta de cartas, localizados pela pesquisa	p. LIII
	Plínio Barreto, ofício de crítico: seleta de cartas endereçadas a Plínio Barreto, assinadas por escritores brasileiros:	p. 1
	Plínio Barreto, redator-chefe da <i>Revista do Brasil</i>: seleta de cartas endereçadas a Plínio Barreto, assinadas por colaboradores da <i>Revista do Brasil</i>:	p. 85
	Artigos de Plínio Barreto mencionados nas cartas da seleta:	p. 154
	“REVISTA DO BRASIL”. Revista do Brasil. (São Paulo), vol. I, p. 1-5, jan./fev./mar./abr. 1916.	p. 324

1. Um esboço biográfico

Nascido em Campinas em 20 de junho de 1882, Plínio Barreto ingressa em *O Estado de S. Paulo*, na capital paulista, aos 14 anos. Atua inicialmente como revisor até 1898, quando passa a redator. No ano seguinte, inicia o curso na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, formando-se em 1902. Plínio recupera essa etapa biográfica no artigo “Euclides da Cunha através de algumas cartas íntimas”:

“Quando me formei em Direito, entrei jubiloso, na redação do *Estado* e comuniquei aos presentes o fato que a mim se me afigurava de extraordinária importância. Ao terminarem as felicitações, Euclides [da Cunha] voltou-se tranquilamente para mim e, pondo-me uma das mãos ao ombro, disse-me com um que de melancolia na voz: - ‘Você vai aumentar o proletariado intelectual do Brasil’ // Não podia imaginar ducha mais glacial para o meu entusiasmo de bacharel em folha...”¹

Ao adquirir o jornal *Comércio de S. Paulo*, em 1904², o jovem advogado muda-se, no ano seguinte, para a cidade de Araras, onde desempenha simultaneamente as funções de advogado e de jornalista.³

Em 1909 retorna à Capital e à redação de *O Estado de S. Paulo*, assumindo a seção “Crônicas forenses”, artigos dedicados a questões jurídicas, o que lhe possibilitaria, três anos mais tarde, em fevereiro de 1912, fundar a *Revista dos tribunais*.

Desde 1915, a pedido de Júlio de Mesquita, Plínio Barreto busca reunir um grupo de colaboradores para um mensário sobre cultura, a *Revista do Brasil*, lançada em 25 de janeiro de 1916. Neste periódico responde pelo posto de redator-chefe até maio de 1918, quando a revista

¹ BARRETO, Plínio. *Páginas Avulsas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, p. 122.

² A aquisição do jornal *Comércio de S. Paulo* é comentada em carta de J. César Bierrenbach a Plínio Barreto, em 12 de novembro de 1904. No artigo “Euclides da Cunha através de algumas cartas íntimas”, Plínio fornece indicação diferente, possível lapso de memória: “Em 1904, a propriedade do *Comércio de S. Paulo*, que eu havia adquirido com Armando Prado, passou para Laerte de Assunção”.

³ Sobre esta fase, escreve Péricles da Silva Pinheiro: “a pedido de Júlio Mesquita [Plínio Barreto] segue para a cidade de Araras com o objetivo de tolher na medida do possível a ação do caciquismo político mantido na região por Lacerda Franco e Mário Tavares. Não se pode, criticamente, embora ali ponha banca de advogado, admitir tivesse desde logo absoluto êxito profissional. Sua missão não era propriamente a de advogado, mas, sim, a de observar e escrever, mantendo, pela imprensa local, uma linha oposicionista rígida, a fim de ao menos equilibrar a ação política dos chefes políticos da região. É evidente que haveria de encontrar no meio acanhado da velha comarca, compreensível hostilidade na relação que razoavelmente se supunha entre um forasteiro jovem e ousado, recém saído dos bancos escolares, com a situação política e já arraigada nos hábitos e costumes da terra. [...] De qualquer forma, os poucos anos vividos por Plínio Barreto em Araras é um interregno fecundo em sua existência. [...] Aplica-o no estudo das leis e nos ensinamentos dos mestres da cultura jurídica, a que junta à lição dos clássicos da língua e também a dos mais legítimos da civilização greco-romana e da própria literatura universal”. “Plínio Barreto, jornalista, advogado e político”. [Suplemento do Centenário]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1975.

passa a ser dirigida por Monteiro Lobato. Em 21 de dezembro deste mesmo ano é eleito membro do Conselho do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo.

Em 1924 realiza, nos tribunais, a defesa dos revolucionários tenentistas, sendo considerado por isso o patrono da Revolução Paulista⁴. Neste mesmo ano representa *O Estado de S. Paulo* no *Congresso da imprensa latina*, em Lisboa, ocasião em que pronuncia a conferência *A cultura jurídica no Brasil*.

Paralelamente ao trabalho de advogado e jornalista político, Plínio inicia a atividade de crítico de livros, em artigos não assinados, nos anos 10.

Em 1926 assumiu a direção do *Diário da Noite*, fundado no ano anterior por Léo Vaz e Mariano Costa.

Após a morte de Júlio de Mesquita, em 1927, passa a responder pelo cargo de redator-chefe de *O Estado de S. Paulo*. Desliga-se da direção do *Diário da Noite*⁵. Neste mesmo ano

⁴ Afirmação do General José de Souza Carvalho no artigo “À beira do túmulo: realçados os traços marcantes do talento poliforme de Plínio Barreto: político, jornalista, escritor, advogado”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 jul. 1958.

⁵ Em 29 de julho de 1927, o *Diário da Noite* noticia no editorial: “PLÍNIO BARRETO/ Plínio Barreto deixa hoje a direção do *Diário da Noite* para assumir a do *Estado de S. Paulo*, em substituição de Júlio de Mesquita, o mestre que a morte acaba de arrebatara à imprensa e ao Brasil. / É com a maior, com a mais profunda, com a mais sincera mágoa que damos esta notícia aos nossos leitores. E sabemos que ela será recebida com pesar não menor da parte de todos os amigos do *Diário da Noite*. / Plínio Barreto era o cérebro e a alma do *Diário da Noite*. Em nossa coluna de honra escreveu, diariamente, durante quase dois anos, artigos de fundo que ficarão como modelos de páginas jornalísticas. / Modelar, é o adjetivo que lhe cabe, com absoluta propriedade. Pela concisão, que lhe permite analisar os problemas nacionais de cada dia, num palmo de coluna. Pela elegância, que torna um fino prazer intelectual a leitura cotidiana dos seus editoriais. Pela serenidade, que nunca perde, mesmo nos momentos em que a paixão inflamaria outro espírito menos equilibrado e menos senhor de si mesmo. Pela justiça, que mede cada conceito, cada frase, cada palavra, dando ao jornalista a nobre postura de um juiz esclarecido e reto, inflexível na sua imparcialidade. Por todo um conjunto de qualidades meritórias e brilhantes, que não são raras, mas que quase nunca se encontram reunidas como na admirável figura de Plínio Barreto. / Grande espírito, o egrégio jornalista honrou as colunas do *Diário da Noite*, como honraria as de qualquer outro órgão de imprensa, pelo talento e saber, pela retidão e critério, pela segurança dos conceitos e pelos primores da forma. Grande caráter, fez do nosso jornal uma escola de honra e civismo, uma cátedra de educação político-social, com alto prestígio perante a opinião pública, de S. Paulo não só, mas de todo o Brasil. Grande coração, se se impôs à admiração e ao respeito de todos, conquistou em cada auxiliar, nesta casa, um amigo afetuoso que o vê afastar-se com saudade. / Sabemos o que perdemos com a retirada de Plínio Barreto. Por isso mesmo o *Diário da Noite*, se não o tem mais como diretor, tê-lo-á sempre como guia. Sua orientação será mantida, não com o mesmo fulgor, mas com toda a sinceridade. Seu exemplo tê-lo-emos diante dos olhos, para que não desmereça o nosso jornal da posição a que o alcançou a sua excepcional organização de jornalista. / Nossa mágoa cede o passo, entretanto, ao júbilo de ver que Plínio Barreto sai do *Diário da Noite* para o *Estado de S. Paulo*. No grande órgão, tem mais largos céus para os remígios das suas asas de possante envergadura. Falará duma tribuna em que se fará ouvir por todo o Brasil. Tem agora um posto à altura dos seus méritos. / Ao *Estado de S. Paulo*, os nossos parabéns por ter podido dar a Júlio de Mesquita substituto condigno. A Plínio Barreto, com o nosso comovido abraço de despedidas, as nossas congratulações pela sua merecida nomeação para diretor do maior órgão da imprensa brasileira”. No dia seguinte, o jornal publica carta de Plínio, aludindo ao elogioso editorial: “São Paulo, 30 de março de 1927. / Meu caro amigo Sr. Rubens do Amaral. / O que nunca tive oportunidade de lhe fazer, quando diretor do *Diário da Noite*, venho fazê-lo, agora, depois que deixei a direção daquela folha – uma censura. O artigo de ontem a meu respeito não devia ser publicado. Compreendo os exageros de amizade, compreendo-os e acho-os encantadores, mas um jornal, que deve ser o guia seguro do público não tem o direito de os praticar. Praticando-os, comete um erro imperdoável, pois os exageros abalam o crédito nas suas palavras e a confiança na sua imparcialidade... Não direi que eu seja um cretino, muito embora, neste ponto, contrário a opinião de inúmeras pessoas amáveis, mas estou longe, ah, muito longe! de ser o que a fantasia do *Diário da Noite* pintou... Também não é exato que eu vá para o *Estado de S. Paulo* substituir Júlio de Mesquita. Aquele jornalista não tem substituto e, se algum tivesse, não havia de ser o mesquinho de mim... Vou para o *Estado* apenas ajudar os velhos

ocupa o cargo de Conselheiro na Administração da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, defendendo-a em diversos pleitos forenses.

Com a vitória da Revolução de 1930 e a saída de Júlio Prestes do governo do Estado paulista, Plínio Barreto, já renomado jurista, exerce o cargo de Secretário de Justiça e Segurança Pública e depois o de governador do Estado de 6 a 25 de novembro, no conturbado “governo dos 40 dias”⁶. Após este período, e com a ascensão de João Alberto ao posto de interventor federal, Plínio retorna ao cargo de Secretário de Justiça.

Em 15 de julho de 1931, com o intuito de apaziguar as inquietações paulistas, João Alberto foi exonerado do cargo de interventor do Estado e Plínio Barreto recebe a indicação para substituí-lo. Apesar do apoio do jornal *O Estado de S. Paulo*, permanece poucos dias na função pública; em 24 de julho, pressionado, transmite o posto a Laudo Ferreira de Camargo⁷. Os setores revolucionários rejeitavam a indicação de Plínio, lembrando um de seus artigos, divulgado em 1922, “Heróis? Não!”, uma crítica aos “18 do Forte”. Neste mesmo conturbado ano, Plínio alcança a presidência do Instituto dos Advogados de São Paulo.

Em 1932, Plínio Barreto participa da criação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, a qual, segundo Noé Azevedo, “passou a ser dirigida pelo Conselho do Instituto na sua fase de instalação até a eleição do Conselho próprio”⁸. É presidente provisório da OAB-SP, indicando, como sucessor, para presidente e vice, respectivamente, os professores Azevedo

companheiros e amigos que lá mourejam, a manter em bom estado de conservação, tanto quanto no-lo permitirem as nossas forças, a preciosa – e pesadíssima – herança que a todos nós, filhos da casa, Júlio de Mesquita legou... / Como vê, meu bondoso amigo, o artigo do *Diário da Noite* contém um erro de apreciação e um erro de fato. Contém, igualmente, e isso não sei como lhe escapou à fina perspicácia, um erro de psicologia. A intenção de quem o escreveu foi a de ser amável com o companheiro de lutas, que se afastava, mas, na realidade, o que conseguiu foi atrair para o peito desse companheiro, ou para as costas, as punhaladas do ciúme injusto e da inveja gratuita. Muita gente haverá capaz de acreditar no que disse o *Diário da Noite* e, acreditando, não mo perdoará!... / Não sei, por isso, se deva agradecer-lhe o artigo ou se lho deva reprovar. Resolvo-me pelas duas coisas: reprovoo e agradeço. Reprovoo, pelos vícios que encerra e pelos perigos a que me expõe, e agradeço pelo doce calor de ternura em que me envolveu o coração... / Reparta com todos os companheiros os abraços de gratidão e de saudade que lhe envio. / Do seu – Plínio Barreto”.

⁶ No *site* do Governo do Estado de São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania – A foto de Plínio como ex-secretário aparece com a seguinte legenda: 25/10/1930 a 05/12/1930.

⁷ Cf. editoriais e artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* entre 16 a 25 de julho. Em 25, localiza-se a declaração de renúncia de Plínio Barreto, enviada ao Departamento de Imprensa e Publicidade: “Devido a circunstâncias especiais que são do conhecimento público, a minha investidura na interventoria de São Paulo, não obstante sustentada incondicionalmente pelo Governo Provisório, levaria o nosso Estado a uma luta armada. Não quis assumir a responsabilidade dessa desgraça, muito embora contasse com o apoio da maioria da população e da totalidade das forças federais. / Havendo, como havia, entre as grandes figuras paulistas, uma em condições de organizar o governo civil sem a necessidade de verter o sangue dos seus irmãos, o meu patriotismo impunha-me o dever de renunciar ao cargo que me foi insistentemente oferecido e contribuir para que fosse ocupá-lo o paulista eminente diante de cujas virtudes cívicas e privadas São Paulo inteiro se curva. Esse paulista é o Dr. Laudo Ferreira de Camargo, magistrado dos mais notáveis que o Brasil possui. / Aos meus amigos e a todos que me honraram com o seu aplauso, eu peço do fundo de minha alma que transfiram para o Dr. Laudo de Ferreira Camargo o apoio que me prestaram. O sacrifício que esse nobre paulista faz, aceitando a interventoria, é dos que não admitem reservas dos seus concidadãos. – S. Paulo, 24 de julho de 1931. – Plínio Barreto”.

⁸ V. “À beira do túmulo: realçados os traços marcantes do talento poliforme de Plínio Barreto: político, jornalista, escritor, advogado”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1 jul. 1958.

Marques e João Arruda. Neste mesmo ano, na qualidade de chefe do Serviço de Publicidade durante a Revolução Constitucionalista em São Paulo, conclama seus colegas, pelo rádio, a aderirem ao movimento, no qual teve grande participação⁹. Com a derrota dos revolucionários paulistas, Plínio transfere-se para o Rio de Janeiro onde permanece detido por alguns dias.

Com a intervenção do Governo no jornal *O Estado de S. Paulo*, em março de 1940, por se manter em constante oposição aos governos de interventores e ao governo federal, Plínio é novamente preso. Afastado do jornal da família Mesquita, passa a colaborar no *Diário de São Paulo*, levando consigo suas colunas “Livros novos” e “Crônicas forenses”.

Retorna à política em 1945, elegendose deputado pela legenda da União Democrática Nacional (UDN); destaca-se no campo do direito constitucional e civil nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Em sua atuação parlamentar, segundo Antão de Moraes, Plínio Barreto defende a tese de que “a justiça de classe é incompatível com a boa administração da justiça”¹⁰. Conforme relata Audísio de Alencar, Plínio “eficazmente colaborou na Lei de Imprensa, na de Responsabilidade do Presidente da República e Ministros de Estado e várias outras”¹¹. Aureliano Leite refere-se à participação do político na elaboração de leis que previam a punição ao jogo do bicho e a equiparação dos direitos da mulher ao do homem¹². Neste mesmo ano, o jornalista contumaz retorna à direção d’*O Estado de S. Paulo*, ao lado de Júlio de Mesquita Filho.

Em novembro de 1947 candidata-se à vice-governança do Estado de São Paulo, sendo derrotado por Luís Gonzaga Novelli Júnior. Retorna à Câmara, permanecendo até o final do mandato, em janeiro de 1951.

Em maio de 1958, elege-se membro da Academia Paulista de Letras, cadeira número 21, no lugar de Freitas Vale. Em 1929, vale lembrar, Plínio havia recusado a indicação, por considerar o ambiente acadêmico “menos do que uma tediosa feira de vaidades”¹³. Eleito, contudo, não chega a tomar posse, pois, após período de doença, falece em 28 de junho de 1958,

⁹ O discurso de Plínio Barreto irradiado pela Rádio Record, dirigido aos advogados paulistas, em julho de 1932 aparece transcrito no nº 117 da *Revista da Academia Paulista de Letras* (jul. 2002), sob o título “Se a ditadura vencesse, uma civilização se destruiria, só sobraria a dignidade de um povo”.

¹⁰ Carta de Antão de Moraes a Plínio Barreto, 24 abr. 1946. Série Correspondência, Arquivo Plínio Barreto, IEB-USP.

¹¹ ALENCAR, Audísio. “Plínio Barreto”. *O Estado de S. Paulo*. (s.d.). Série Necrológico, Arquivo Plínio Barreto, IEB-USP.

¹² LEITE, Aureliano. “Um pouco da vida e obra de Plínio Barreto”. *O Estado de S. Paulo*, 10 maio 1959. Série Necrológico, Arquivo Plínio Barreto, IEB-USP.

¹³ Carta de Plínio Barreto a Afrânio Peixoto, em 7 jul. 1941. Série Correspondência, Arquivo Plínio Barreto, IEB-USP.

em São Paulo, aos 76 anos¹⁴. Foi sepultado no Cemitério da Consolação, na quadra reservada à Ordem Terceira do Carmo.

Sobre Plínio Barreto, escreve o jornalista Dante Delmanto em *O Estado de S. Paulo*: “Possuía um sentimento de dever tão elevado que, na véspera de seu internamento em hospital, uma semana antes de morrer, contrariando os conselhos de seu médico e os pedidos de seus familiares, redigiu, como havia prometido, a petição inicial de demanda de um amigo e cliente”¹⁵.

Ligado sempre à Cultura, Plínio Barreto foi presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa e membro do Conselho Superior no Liceu de Artes e Ofícios¹⁶.

¹⁴ Em carta de 28 de maio de 1958, enviada a Aristeo Seixas, Presidente da Academia Paulista de Letras, Plínio assim agradece a sua nomeação: “Era de meu dever ir pessoalmente agradecer-lhe e aos seus dignos companheiros a homenagem que me prestaram, elegendo-me espontaneamente para a vaga aberta na Academia Paulista de Letras com o falecimento do prof. Freitas Vale. Mas, devido ao meu estado de saúde, nem sempre lisonjeiro, esse dever não pode ser cumprido até agora. Receando que as chuvas contínuas que tem banhado a nossa cidade me impeçam de fazê-lo tão cedo, tomei a deliberação de, com a devida vênia, mandar por escrito os meus agradecimentos. A homenagem não podia ser mais cativante. Dela verifiquei que os homens de letras, que ornaram essa Academia, são também, homens de extrema generosidade. / A V. Excia., autor principal dessa nobre iniciativa muito acima do meu merecimento, manifesto a minha gratidão pedindo que a transmita aos seus ilustres companheiros. / Creia-me sempre seu amigo e admirador / Plínio Barreto. (Acervo da Academia Paulista de Letras, São Paulo).

¹⁵ “Uma figura de relevo excepcional”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 dez. 1982, p. 158.

¹⁶ Este “Esboço biográfico” beneficiou-se da “Cronologia” elaborada pelo Projeto *Organização e exploração do acervo Plínio Barreto, pertencente à Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes*.

2. Ofício de crítico

A quantidade de artigos, resenhas, editoriais, comentários e textos de intervenção social, política e literária de Plínio Barreto ultrapassa provavelmente os 3.000 documentos. Em carta de 5 de setembro de 1947, Mário Cardim, funcionário do arquivo de *O Estado de S. Paulo*, informa ao amigo Plínio: “Cumprí minha promessa. Mandei encadernar, no ‘Instituto Ana Rosa’, a relação das fichas da Biblioteca Arquivo do ‘Estado de São Paulo’, referentes aos seus 2.623 artigos, publicados no ‘jornal pesadão da ladeira’, entre 16 de agosto de 1912 e 31 de dezembro de 1946”.

Em livro, contudo, Plínio coligiu apenas trabalhos de jurisprudência e comentários histórico-políticos, entre os quais *Cem anos de cultura jurídica* (1922). Do crítico literário, restou apenas o volume póstumo, *Páginas Avulsas*, de 1958, seleção de artigos e ensaios, organizado por seu filho, Caio Plínio Barreto, com prefácio de Antonio Candido. Para o autor da *Formação da literatura brasileira*, Plínio “encarna, admiravelmente, as melhores e mais sólidas qualidades do jornalismo crítico. Na literatura, passeia a sua cultura e a sua sensibilidade, oferecendo aos outros a messe da excursão. Não é um teórico nem um erudito, não é um esteta, nem um novo retórico; é um crítico”¹⁷.

A importância dos artigos e críticas de Plínio Barreto foi reconhecida por muitos de seus contemporâneos. Em carta não datada, provavelmente do final de 1910, o então redator-chefe do *O Estado de S. Paulo*, Nestor Rangel Pestana, menciona a repercussão que os escritos do jovem de 28 anos alcançavam, motivando até mesmo uma tradução para o italiano:

“Plínio.

O José Veríssimo, em conversa, acaba de dizer-me que recebeu da Itália dum Sr. [Gelomini] o pedido de autorização para traduzir vários trabalhos seus, cujo conhecimento chegou ao mesmo [Gelomini] por intermédio dos artigos do Oliveira Lima, na *Revue*¹⁸. É uma boa ocasião de fazer uma nota amável mostrando os serviços que teus artigos estão prestando [...].”

O crítico Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), agradecendo a Plínio Barreto, em carta de 26 de dezembro de 1928, a resenha que este dedicara à segunda série de seus *Estudos*

¹⁷ CANDIDO, Antonio. “Prefácio” in BARRETO, Plínio. *Páginas Avulsas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958. Antonio Candido, em entrevista ao Marcos Antonio de Moraes, Alessandro de Oliveira Souza e a mim, em 12 de dezembro de 2005, avalia: “Plínio Barreto ainda vai ser estudado como crítico. Ele é um momento da crítica brasileira, daquela crítica ponderada, equilibrada, bem pensante e inteligente”. Entrevista depositada no Arquivo Plínio Barreto, IEB-USP.

¹⁸ Oliveira Lima, em 1910, publicou em *La Revue* (depois, *La Revue Mondiale*), periódico dirigido por M. Jean Finot, uma série de artigos sobre o momento literário no Brasil: “Écrivains brésiliens contemporains”. V. FREYRE, Gilberto. “Embaixador intelectual do Brasil”. *Revista El Estudiante Latino-americano*. New York, 1921, v.3, n.7, p.25-26.

(1928) n'O *Estado de S. Paulo*, traça o perfil intelectual do jornalista que também assinava rodapés:

“Como lhe agradecer? Como lhe dizer que, sinceramente, não mereço nem a sombra de tudo aquilo que o Sr. disse com tanta fineza, com tanta elegância, com tanta amizade. Senti nas suas palavras toda a sua alma, e como sei da sinceridade dela, fico um pouco espantado e prodigiosamente envaidecido. Será que realmente os meus vagos *Estudos* merecem tanta coisa bonita, tanta coisa que me parece tão desproporcionada ao meu esforço? Se o Sr. o diz é que o sentiu, e oxalá seja exato ou antes fosse exato... [...] E mais uma vez, tanto pelas suas admiráveis palavras, [reveladoras] de um talento excepcional de crítico verdadeiro (que é o *homem que sabe ler*, como dizia Saint-Beuve) – como ainda pela sua nobre e digna atitude revelada em carta ao Perilo – receba, meu caro amigo, um grande abraço de agradecimento.”

Saint-Beuve também é lembrado por Brito Broca em artigo de 1958, focalizando o livro

Páginas Avulsas:

“A ele [Plínio Barreto], melhor do que a ninguém, caberia aquela definição do crítico atribuída a Saint-Beuve: é um homem que sabe ler e ensina os outros a ler. Pois Plínio Barreto seria exatamente isto: um homem que lia com inteligência, fruição e bom gosto, sabendo depois expor em comentários agudos e percucientes as conclusões de suas leituras. Descrição crítica – eis o que ele fazia por um processo muito seguro, em que nada de essencial ou característico lhe escapava”¹⁹.

Em 20 de abril de 1936, o historiador gaúcho Alfredo Varela escreve ao crítico de O *Estado de S. Paulo* que se debruçara sobre a sua obra *Res Avita*. Agradece:

“Receba, pois, os reverenciosos obrigados que lhe envio, eminente Coetâneo, pela nímia benignidade que me liberalizou, contando eu ter um dia a fortuna de o conhecer pessoalmente e melhor ensejo de testemunhar, de modo significativo, quanto me abalaram, comoveram os doutos pareceres de uma das mais finas intelecções do Brasil moderno. Possui afins nossa espiritualidade um crítico de boa estirpe, graças ao surto na lustrosa Piratininga, de um beletista de tipo íntegro e magnífico para o exercício desse grado ministério; escritor de raça em cuja natureza se casam à maravilha o que é mui raro descobrir num mesmo ser. Destacam-se em V.E. a medida exata na estrutura do pensamento, a elegância própria dos artistas da pena, a força nos conceitos; em resumo, o particular sainete ático legítimíssimo na dicção, – harmoniosa, substancial, primorosa, que tanto invejo.”

Muitos outros julgamentos da atuação do crítico podem ser colhidos na correspondência passiva de Plínio Barreto. Em 1º de Janeiro de 1939, em papel timbrado da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o professor lusitano Fidelino de Figueiredo, responsável pela cadeira de Literatura Portuguesa, planeja “a formação de um núcleo de crítica literária paulista” que pretendia contar com a participação de Plínio:

“Alguém, que dispõe de meios de ação, perfilhou a ideia e desejou realizá-la, mas por motivo da hipótese de uma exposição bibliográfica, a que se poderia associar tal ideia, tem retardado os passos iniciais. E eu, que devo guardar uma discreta posição de estrangeiro, embora amigo, nada posso fazer para apressar o assunto. Sinto que se

¹⁹ BROCA, Brito. “Probidade e lucidez”. [Vida Literária]. *A Gazeta*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1958.

retarde esta oportunidade de ter um encontro periódico com V. Exa., que é tão invisível como eu...”

A leitura das cartas dirigidas a Plínio Barreto permite ainda a constatação do lugar proeminente que o crítico ocupava na imprensa. Em 12 de julho de 1935, a missiva do escritor Paulo Setúbal fornece o alcance das opiniões do jornalista:

“O senhor decerto sabe da influência ‘despótica’ que as suas críticas exercem no público de S. Paulo. No entanto, para bem concretizá-la, conto-lhe que, ao sair a sua crítica sobre o meu *El-Dorado*, foram pedidos ao Editor (só naquele dia!) quase *mil* exemplares. E isto sem contar os exemplares que já haviam sido remetidos e existiam, portanto, nas livrarias. Mil exemplares, por causa dum juízo crítico, só em S. Paulo, já é, numa terra onde não se lê, coisa de maravilhar a gente! E (vamos lá!) de alegrar um pouco quem o escreveu...”

Esta constatação também é retomada em artigo de Dinah Silveira Queiroz, “Pranto em São Paulo”, que rememora esta afirmação de José Olímpio:

“Para o público que lê, nem todas as opiniões contam. Mas a de um Plínio Barreto, por exemplo, conta sempre, em São Paulo”²⁰

Fora do conjunto da correspondência passiva de Plínio Barreto atualmente conhecida, deve-se somar outros julgamentos, parcialmente elogiosos, como este expresso em carta de Gilberto Freyre a Manuel Bandeira, em 1936:

“Pela carta, vejo que você já andou folheando os *Sobrados!* Ainda não recebi um exemplar da Companhia. Vi o artigo do Plínio Barreto. É um noticiarista – o resumo está admiravelmente bem feito. Mas quando comenta! E não são comentários de um burrego humilde, mas de um burrego pretensioso a chamar o livro de ‘engenhoso’, de ‘interessante’ etc. – sem a coragem – que só a inteligência lhe daria – de reconhecer a grandeza e originalidade do trabalho”²¹

Diante desses depoimentos, seria produtivo indagar qual o método crítico de Plínio Barreto. Antonio Candido, no prefácio a *Páginas Avulsas*, entrevê nesses escritos jornalísticos uma “crítica impressionista”.

“Sob este aspecto, urge reabilitar o impressionismo, que muitos tendem a confundir com a leviandade e a preguiça, mas que só é autêntico se o crítico for erudito e inteligente como um especialista, sem perder ao mesmo tempo confiança nas próprias reações. Impressionista foi de certo modo o grão-padre da crítica moderna de jornal, Sainte-Beuve, que penava a semana inteira sobre as laudas e fichas, nutrindo a impressão com os filtros da sapiência. Impressionista é todo aquele que prepara um artigo de uma semana para outra, baseado mais na intuição que na

²⁰ QUEIROZ, Dinah Silveira de. “Pranto em São Paulo”. [Jornalzinho pobre]. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1958.

²¹ Carta de Gilberto Freyre datada de Recife, 26 de setembro de 1936. In VICENTE, Silvana Moreli. *Cartas provincianas: Correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira*. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

pesquisa, e se exprimindo sem espírito de sistema. De tais impressionistas se fez a crítica moderna, dando não raro pistas ao erudito, ao historiador, ao esteta da literatura, e deles recebendo a retribuição em pesquisa e explicação. Por que suprimi-los? O século XIX, que nada teve de estúpido, como quis um brilhante energúmeno, mas foi um dos momentos mais elevados da história do homem, – o século XIX, se não criou, desenvolveu e deu forma nobre ao jornalismo crítico. E Thibaudet, um dos maiores da grei, nos lembra que a crítica moderna é ininteligível sem a aliança com o jornal e o liberalismo. Não podemos, é claro, restringir o estudo da literatura à apreciação individual, baseada em leituras rápidas; mas dificilmente conceberemos um crítico verdadeiro que seja incapaz dela. Criticar é apreciar; apreciar é discernir; discernir é ter gosto; ter gosto é ser dotado de intuição literária.

Estas reflexões me vieram à leitura da presente coletânea de Plínio Barreto, que encarna, admiravelmente, as melhores e mais sólidas qualidades do jornalismo crítico. Na literatura, passeia a sua cultura e a sua sensibilidade, oferecendo aos outros a messe da excursão. Não é um teórico nem um erudito, não é um esteta nem um novo retórico; é um crítico. Lê, sente, intui certos traços esclarecedores e organiza as impressões em torno de alguns princípios solidamente estabelecidos, mas apresentados com leveza. As vigílias de estudo, a riqueza de informação, a solidez do conhecimento, – lendárias nesse asceta da inteligência, – são apenas pressupostos na densidade elegante dos ensaios. Fiel às tradições humanísticas, fiel às concepções oitocentistas de jornalismo crítico, fiel sobretudo à linha francesa de equilíbrio, decoro e razão, parecer-lhe-iam por certo descabidas as glosas e exegeses, as notas e as alegações. A família de espíritos a que pertence tira da conversa polida e espirituosa a diretriz da prosa escrita. Nada mais longe do arquivo e do documento, pois a letra deve aparecer como molde da vida, dos interesses que formam o tecido da condição humana. Neste sentido, a crítica de jornal é civilizadora, desbastando o tecnicismo das especialidades para ressaltar o traço que vincula o leitor à experiência da obra. Criticar, então, é mostrar o humano, ‘ondulante e diverso’, sob os caprichos da forma.

Por isso, a crítica de Plínio Barreto é essencialmente de conteúdo. Embora saiba caracterizar os estilos com mão segura, em breves indicações, sentimos no fundo dos seus artigos, como nos mestres franceses, que o interesse real é a face do homem refletida ou transfigurada nas artes”²².

Quando, em 1935, Plínio Barreto refere-se às três séries de *Críticas* de Humberto de Campos, parece, de algum modo, especularmente, referir-se à própria atuação no jornalismo cultural: “A crítica para ele, não é mais que mero subsídio para a história literária, não consistindo, sua função, combater, refutar, impor, porém, ao contrário, comentar, expor e divulgar”²³. Para Plínio, vale lembrar, a sua atividade jornalística estava balizada pela noção de “apostolado moral”. Ao se despedir do *Diário da Noite*, em 1927, determinava: “Procurei conservá-lo [o jornal] em uma linha de inquebrantável dignidade e não me afastei nunca, na sua direção, do princípio, que para mim é um dogma sagrado, de que o jornal, antes de ser uma fonte

²² Antonio Candido, Prefácio às *Páginas Avulsas*, coletânea de trabalho de Plínio Barreto, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1958.

²³ BARRETO, Plínio. “Humberto de Campos: *Crítica 1ª, 2ª e 3ª séries*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 1935.

de informação, é um apostolado moral. Levo comigo a ilusão de que, nesse posto, se não consegui ser um grande jornalista, pude ser, todavia, um bom patriota. Servi ao meu país, e só a ele servi”²⁴.

Alceu Amoroso Lima, em *Decimalia: A crítica literária no Brasil*, definiu três características formais da crítica brasileira de 1900 a 1945: a oscilação entre a crônica e o noticiário puro e simples, o cultivo da eloquência, já que se tratava de convencer rapidamente leitores, e a adaptação às exigências e ao ritmo industrial da imprensa. No que tange à atividade de Plínio Barreto como crítico, este “ritmo industrial” do jornalismo trouxe para os seus artigos marcas de oralidade e deslizes editoriais, principalmente na colocação das aspas nas citações das obras comentadas. Péricles Pinheiro recupera o testemunho do secretário de Plínio:

“Mal eu chegava – informa seu secretário – começávamos o trabalho. Eu ia para a máquina de escrever e Plínio mantinha-se de pé, ditando. Quem só o ouvisse, sem o ver diria que estava lendo o que ditava. Mas tal não acontecia: os seus artigos eram citados de um fôlego, com a forma definitiva, provavelmente porque sobre eles já refletira maduramente. Primeiro, ditava os trabalhos destinados ao vespertino, que um portador depois levava para a redação; o artigo de fundo sobre um problema do momento sempre agudamente observado e encarado sob um prisma construtivo, e os editoriais, leves, saborosos, pontilhados de ironia. Duas ou três vezes por semana, também artigo de colaboração para a imprensa carioca. E todas as semanas além do rodapé de crítica literária, a crônica da ‘Vida forense’, em que comentava, com maliciosa graça, os julgados dos tribunais. Plínio ditava sem hesitação, como se os artigos já estivessem elaborados no seu espírito”²⁵

Embora Plínio Barreto, com suas críticas jornalísticas, tivesse voz ativa no campo literário, não tomou parte da intensa sociabilidade que marcou o movimento modernista.

Segundo Péricles Pinheiro este isolamento se explica

“em parte por sua timidez, em parte pelo hábito de recolher-se cedo, ademais, a quase sempre estéril conversa das rodas literárias, prefere o convívio mais proveitoso de livros e de autores, no silêncio de sua biblioteca. O mundo exterior não é o que lhe convém à natureza introspectiva, mas o recesso da casa, com seus estudos e seus amigos mais chegados. Não se tem notícia, a não ser pelas colunas da imprensa de sua militância literária. Não participa de movimentos, de congressos ou de assembleias de escritores. Evita-os, com o mesmo recato que o inibe de às vezes se aproximar de um escritor que admira. É um vício de sua constituição psíquica”.

Plínio parece não se prender a sistemas, nem se preocupar com dogmas estéticos em seus juízos críticos. Procura transmitir ao público o resultado de suas leituras, tomando cuidado em não deturpar o pensamento do autor. Por isso, talvez, a afirmação de Freyre, reconhecendo a síntese de *Sobrados & Mucambos* feita a partir de uma leitura atenta de Plínio Barreto.

²⁴ BARRETO, Plínio. “O Diário da Noite”. *Diário da Noite*, São Paulo, 29 mar. 1927, p. 3.

²⁵ PINHEIRO, Péricles da Silva. “Plínio Barreto, jornalista, advogado e político”. [Suplemento do Centenário]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1975).

As críticas de Plínio Barreto focalizam obras de amplo espectro cultural: literatura, sociedade, política, história. Em vista de seu “apostolado moral”, os artigos deixam entrever elementos “pedagógicos”. Assim, o crítico enaltece livros que favorecem a melhor compreensão do passado nacional. Nesse diapasão, valoriza a ficção histórica de Paulo Setúbal: “esse processo de evocar o passado oferece algumas vantagens entre as quais, e não das menores, a de facilitar a divulgação dos episódios culminantes da história pátria pelas massas, em geral refratárias a leituras massudas e secas”²⁶. Do mesmo modo, aplaude as pesquisas históricas de Afonso E. Taunay: “O serviço, que o Sr. Taunay está prestando com as suas pacientes investigações sobre o início e desenvolvimento das bandeiras, é muito mais valioso do que se cuida. Graças a ele é que ficará esclarecida a maneira como se operou a penetração dos sertões brasileiros e se consolidou a obra colonizadora dos portugueses”²⁷.

Os pressupostos políticos e ideológicos de Plínio Barreto repercutem em suas críticas. Nesse sentido, será importante, preliminarmente, recuperar (estes longos) trechos de sua entrevista ao *Jornal do Brasil*, na ocasião em que foi indicado para a interventoria no governo paulista, texto transcrito em *O Estado de S. Paulo*, em 14 de julho de 1931:

“Nunca aspirei a interventoria paulista. Não sou político no sentido restrito da palavra, ou mais claramente, não sou político partidário. // O Sr. João Alberto, porém, procurou-me dizendo-me o seguinte: ‘não indiquei nomes ao Dr. Getúlio Vargas: indiquei apenas o seu nome. Se o Sr. aceitar a minha substituição assegure-me o apoio franco, decidido, incondicional dos meus camaradas e meu. Deixando o governo irei para o Rio e ali ficarei ao seu dispor. Se o Sr. não aceitar, não me dirigirei mais a ninguém. O Dr. Getúlio resolverá o caso’. // O convite era assim feito em termos que muito me penhoravam. Ainda assim pedi prazo para responder. Era que eu precisava ouvir amigos, sem o concurso dos quais de nenhum modo aceitaria a honrosa investidura. // E só depois de ter a solidariedade dos nomes que constituem o secretariado da nova administração é que voltei ao Sr. João Alberto para lhe dizer que aceitava o cargo. [...] A minha escolha para a interventoria não me podia modificar a orientação que me traçara. Era adepto da constituinte e continuaria sendo. // O Sr. Getúlio Vargas respondeu-me [...] que louvava a minha orientação, que devia aliás ser mantida. O debate do assunto só podia ilustrá-lo. Demais, acrescentou o chefe do governo, ‘ninguém pode ser contra a constituinte. Eu mesmo já mostrei que a desejo, nomeando a comissão que deve elaborar a reforma eleitoral, base iniludível da obra a realizar’. [...] Assumirei o poder sem compromisso; governarei sem cor partidária.//O meu governo será contra ninguém, será a favor de São Paulo.// Ainda hoje, continuou, Tobias Monteiro, conversando comigo, recordou que até hoje nenhum governo de violência perdurou no Brasil. Para mim, concluiu, a figura maior de todos os tempos é São Francisco de Assis. // Jornalista que fui, sou e voltarei a ser, asseguro aos jornais plena liberdade para analisar a minha administração e me atacarem, se quiserem. [...] Basta de lutas. O de que carecemos é de administração. Se conseguirmos manter São Paulo em ordem, as dificuldades maiores serão afastadas e colheremos os frutos bons da paz e da concórdia.// Não sou

²⁶ BARRETO, Plínio. “Paulo Setúbal: *O Romance da Prata e O sonho das esmeraldas*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 06 jul. 1935, p. 3.

²⁷ BARRETO, Plínio. “Afonso de E. Taunay: *História geral das Bandeiras Paulistas; Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo vol XXI*; Josué de Castro: *Documentos do Nordeste*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 fev. 1937, p. 4.

regionalista, sou brasileiro. Deus me livre de separatismo. Amo muito o meu São Paulo para amar mais ainda o Brasil. //E o Sr. Plínio Barreto discorre com elegância e superioridade sobre o assunto mostrando os inúmeros inconvenientes de qualquer tendência que se não orienta no sentido patriótico da maior união entre as unidades federativas. // [...] Qual o problema culminante de São Paulo, no seu entender, perguntamos. / – O financeiro, respondeu-nos o Dr. Plínio Barreto. O momento exige uma administração simples e barata. Nada de empréstimos externos que o momento não comporta. O regime há de ser de economia, muita economia. [...] – E que nos diz, quanto ao seu artigo, a respeito dos revolucionários de 22?/ – Não digo nada de novo. O artigo está assinado por mim. É sabidamente da minha autoria. Já expliquei os motivos que o determinaram. Eu o escrevi com sinceridade: eu o mantenho tal como o escrevi. // No momento em que o lancei à publicidade não via no gesto dos moços do Forte de Copacabana um ideal definido. E só admito heroísmo animado por um nobre ideal. Não injurie ninguém, expressei o modo de julgar um fato. // Se o meu artigo fosse injurioso à memória daqueles moços, certo o Sr. João Alberto não me teria convidado para seu substituto. //O que há em torno do fato é exploração. Porque os extremistas, os que me combatem não recordam que mais tarde, espontaneamente, fui como jornalista e como advogado um constante defensor daqueles revolucionários, e isto desde o momento que melhor compreendi o seu gesto. Por que não dizer os que agora me atacam que quando foi publicado um livro ofendendo a memória de Siqueira Campos fui eu que a defendi? // Não importa. Tenho recebido o apoio que me conforta dos mais expressivos elementos de São Paulo [...]

Em 1927, a crítica de Plínio Barreto, dedicada ao livro *Idealismo da Constituição* de Oliveira Viana, já demonstrava um claro posicionamento político:

“É generalizar demais, creio eu, afirmar que não existe opinião no Brasil, só porque ninguém a vê no parlamento. Opinião existe. Opinião a temos. O que não existe, o que não temos, e nesse ponto o Sr. Oliveira Viana acerta, é opinião bem organizada. Como organizá-la? A mim me parece que o meio prático será a fundação de partidos políticos. O Sr. Oliveira Viana não pensa assim. É um descrente nas virtudes dessa medida. Duvida da aptidão democrática do povo e da eficácia de reformas políticas, especialmente das que se referem aos sistemas de votação. Não há partidos benéficos onde não há eleitorado independente”.

“De tudo isto se vê que não há idealismo excessivo e de empréstimo na Constituição brasileira. O que há é apenas, nos políticos, escassez de pudor. Não é exato, também, que faleça ao povo brasileiro aptidão para a democracia. Os políticos que se apoiaram do poder, é que não a têm. Deve-se concluir daí que será uma inutilidade facilitar ao povo os meios de introduzir nas urnas a sua opinião e a sua vontade? Está claro que não. O que se deve fazer é, precisamente, multiplicar os meios para esse fim. Sugere o Sr. Oliveira Viana que se procure, antes, educar as oligarquias, que nos governam. Mas educá-las como? Sozinhas, pelo próprio esforço, num movimento de consciência, elas não se educarão. Só podem ser educadas se precedidas pela necessidade, pela pressão externa, pela “pressure from without”, a que tão repetidamente alude o Sr. Oliveira Viana, numa visível predileção pela locução inglesa. Essa necessidade só o povo pelo voto ou pelas armas, poderá gerá-la. Vem daí a conclusão a que grande número de brasileiros já chegou: ou verdade eleitoral, ou movimento revolucionário, ou urnas, ou metralha”²⁸.

²⁸ BARRETO, Plínio. “Oliveira Vianna: *Idealismo da Constituição*; Clodomir Cardoso: *Rui Barbosa*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1927, p. 3.

Ideal democrático retomado, em 1928, em crítica aos livros de Hamilton Nogueira e Perilo Gomes, jovens ligados ao Centro D. Vital, discípulos de Jackson de Figueiredo:

“Do que esses rapazes escrevem e das atitudes que assumem, veio-me a impressão de que o espírito de anarquia só reina para eles nas massas populares e em algumas camadas sociais, não tendo ainda alcançado as altas esferas do governo. Ora, a mim me parece que a verdade está, exatamente, no conceito oposto. No Brasil, as massas é que são disciplinadas. A anarquia só invadiu, por enquanto, as rodas que governam. Contra a ordem quem mais trabalha, neste país, é a autoridade constituída. Dela é que partem todos os dias exemplos revoltantes de injustiça, de proteção a criminosos, de filhotismo, de esbanjamento, de corrupção, e esses exemplos é que geram as sedições e as desordens. Os exemplos de virtudes contrárias a esses vícios só se veem na gente que está fora do governo. As reações regeneradoras só se esboçaram, até agora, entre os que são governados. Ainda ninguém as percebeu, leves e indecisas sequer, no seio dos que governam”²⁹.

Nesse mesmo artigo, estampa-se o ideário pacifista de Plínio Barreto:

“Divirjo, porém, e divirjo radicalmente, do processo que adotaram para a propaganda das suas ideias e não considero estas encalmadas de erros perniciosos. O processo é o da violência na linguagem. A violência sempre me repugna. Não a admito nem nos atos nem na linguagem”.

Será preciso, ainda, sinalizar que o crítico Plínio Barreto espousa valores ideológicos de *O Estado de S. Paulo*, no que se refere à valorização do contexto paulista. Ao tratar, em 1930, do estudo de Oliveira Viana, *Problemas de política objetiva*, o crítico toma o Estado de São Paulo como paradigma cívico:

“O Partido Democrático [...] compõe-se, na sua maioria de gente que podia viver, tranquila, entregue aos seus afazeres ordinários, a governar os seus capitais ou a tirar proveito das profissões rendosas que exercem. No entanto, essa gente lança-se a todos os dissabores da luta política sem a mínima ambição individual, movida, unicamente, da vontade de injetar na vida política uma dose de moralidade e de erguer São Paulo à eminência de uma escola nacional de civismo. Não é isso consciência, e altíssima, dos grandes deveres públicos?”³⁰

Para além dos valores ideológicos que fundamentam a sua atividade jornalística, é possível também palmilhar as resenhas de Plínio Barreto em busca do ideal do crítico, exposto de modo enviesado ou ostensivo. Em 1929, por exemplo, ao se debruçar sobre os *Ensaio*s de Fernando de Azevedo, Plínio destaca:

“Não é somente a simpatia humana, virtude que lhe parece primacial nos críticos, e, com efeito, o é, que lhe inspira e orienta a crítica; é também uma infinita

²⁹ BARRETO, Plínio. “Hamilton Nogueira: *Jackson de Figueiredo – A doutrina da ordem*; Perilo Gomes: *Jackson de Figueiredo*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 mar. 1928, p. 3.

³⁰ BARRETO, Plínio. “Oliveira Vianna: *Problemas de política objetiva*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 mar. 1930, p. 3.

indulgência. Senhor de todos os segredos da arte da escrita, parece que só não aprendeu a de magoar. Mesmo quando a inteligência diverge do coração que não consente que este lhe tome a dianteira às reservas com que ela, na sua análise percuciente, acolhe as ideias alheias, manifestam-se com tal polidez que mal se percebe, sob as flores da cortesia, o espinho da crítica. Nem os poetas a quem ele negue o título de gênios, creio eu, ficarão irritados tal a maneira graciosa e insinuante com que ele saberá privá-los desse título que cada um reputa seu e de mais ninguém. O anestésico de sua gentileza faz suaves todos os golpes. Os gritos de dor, mal chegam aos lábios, mudam-se, ao toque das graças do seu estilo, em sorrisos de agradecimento. A mão que feriu acode com o bálsamo, e o bálsamo, além de curar a ferida instantaneamente, espalha um aroma que embriaga...”³¹

Em defesa do crítico Alceu Amoroso Lima, contra aqueles que repudiam a sua orientação católica, Plínio explicita quais seriam algumas das funções da crítica:

“Crítico será, mas ‘crítico católico’ apenas, pondo nessa expressão uma ideia de limitação, a sugestão velada de uma incurável estreiteza de espírito, de um sectarismo ardente e inflexível. A tolerância ou, melhor, a imparcialidade ou, como se diz hoje correntemente, a objetividade, que se requer no crítico e sem a qual a crítica não existe, não passando de polêmica a que se apresentar com aquele rótulo, não é, ao parecer dessas veneráveis pessoas, compatível com a prática do catolicismo. A liberdade de espírito, a serenidade de julgamento, o sentimento da justiça e outros predicados essenciais ao crítico verdadeiro só se encontram entre os que, longe das sacristias, numa atmosfera intelectual pura, formaram a sua inteligência ao clarão salutar da ciência. A disciplina religiosa é um liame espiritual que restringe e deforma o raciocínio. [...] Será, por vezes, ao menos pelo tom, algo dogmática, o que não admira em quem vive na intimidade de teólogos e outros detentores da verdade absoluta, mas nunca deixa de ser instrutiva. Não se confunde nem com os cata-pulgas gramaticais, tão do sabor dos que, em nosso jornalismo, prezam menos as ideias do escritor do que a maneira como ele coloca os pronomes, nem com as exaltações ou diatribes, igualmente exageradas que a camaradagem ou a malquerença tecem com mão pródiga em torno de personagens literárias que, de ordinário, não merecem nem aquele ‘excès d’honneur ni cette indignité...’ É uma coisa à parte, é uma obra de compreensão e explicação, é um trabalho de análise erudita em que se dá mais preço às ideias do que à forma em que são vazadas. É, numa palavra, obra da inteligência a serviço do Espírito. Não a faz o Sr. Amoroso Lima por simples divertimento, por mero passatempo nas horas de vagabundagem literária, mas por uma exigência imperiosa do seu temperamento de homem cioso da dignidade da inteligência e inimigo da desordem intelectual”. [...] Essa posição inicial do crítico, que para muitos parecerá incompatível com os fins primordiais de uma crítica genuína, facilita-lhe, ao contrário, o trabalho de análise. Nada se faz bem, no domínio da inteligência, sem uma sistematização de ideias e de princípios. É preciso, para se não cair na divagação estéril, firmar-se o ponto de partida e determinar-se com rigor o ponto aonde se quer chegar. Sem uma ‘filosofia’, para usar de expressão ligeiramente pedantesca, a crítica será um recreio literário, não será mais nada. A presença e a ausência da filosofia é que separam o crítico verdadeiro do simples recenseador de livros e ideias alheias, distinguindo um do outro. Quem possui a sua ‘filosofia’ possui um instrumento de julgar, ao passo que de nenhum julgamento seguro será capaz aquele que nenhuma filosofia tiver. A filosofia é a bússola com que o crítico se lança no oceano das ideias. Sem ela não irá longe. O Sr. Amoroso Lima vai longe. Não é essa a melhor prova de que a sua

³¹ BARRETO, Plínio. “Fernando de Azevedo: *Ensaio*; J. Capistrano de Abreu: *O descobrimento do Brasil*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 dez. 1929, p. 3.

filosofia, ou, melhor, a sua religião não constitui, como supõe alguns, um empecilho para a liberdade de movimentos da sua inteligência?”³²

O diálogo de Plínio Barreto com os modernistas é parco; o “moderno” pode ter para ele conotações negativas, como se lê no comentário que antecede a crítica ao romance *A filha* de Godofredo Rangel:

“Quando abro um romance moderno, o que não faço com frequência, pergunto a mim mesmo: será um novo tratado sobre os caloríferos humanos? Haverá nele, apenas, como nos chiqueiros, suínos incontestáveis, ou haverá, também algumas criaturas humanas?”³³

Ao se dedicar ao estudo *A nova literatura brasileira* de Andrade Muricy, Plínio sublinha a pouca expressiva repercussão da literatura modernista:

“Apesar do barulho que provocou, essa nova literatura não é bem conhecida. Conquanto o espírito de novidade seja uma das características da nossa gente, a verdade é que a nossa literatura, ou a literatura dos novos, não conseguiu despertar interesse a não ser dentro de um círculo restrito de leitores. Entretanto o que o Sr. Andrade Muricy nos mostra desse movimento espiritual, leva-nos a reconhecer que ele é deveras interessante e que constitui, de fato, um esforço notável por inocular sangue novo na arte nacional. Nem sempre esse sangue, como observa o brilhante crítico, terá sido sadio, porquanto saúde independente da intenção. Nem sempre terá sido autêntico e novo. Mas incontestável é que essa geração de novos, que pretendem viver por conta própria, quebrando tantos e tão amáveis hábitos enraizados, criou capitães para o Brasil”³⁴.

Plínio não deixa de ler obra dos modernistas. Analisando o livro *Marco zero* (1943), de Oswald de Andrade, afirma:

“*Marco zero* não se pode ler com indiferença. Terá inúmeros defeitos mas possui a virtude suprema de ter sido escrito com talento. E é isto o que importa nas obras de arte”³⁵.

No que se refere à crítica de *Belazarte* (1934), contos de Mário de Andrade, vemos o equilíbrio das opiniões de Plínio:

“A arte literária do Sr. Mário de Andrade é uma reação contra o artifício erudito. Procura ser natural e exprimir, sem rebuscamento e sem véus a realidade da vida brasileira. Pretende ser, principalmente, uma arte nacional. Cenas, personagens, linguagem, tudo é da nossa terra e do que ela tem de mais espontâneo e característico, que é o povo, sem as deformações da educação e os atavios da cultura”³⁶.

³² BARRETO, Plínio. “Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde): *O espírito e o mundo - ensaios*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1936, p. 3.

³³ BARRETO, Plínio. “Godofredo Rangel: *Filha*; Victor Panchet: *O caminho da felicidade*; *Os filhos* (trad. Godofredo Rangel)” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 mar. 1930, p. 3.

³⁴ BARRETO, Plínio. “Andrade Muricy: *A nova literatura brasileira*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 1936, p. 3.

³⁵ BARRETO, Plínio. *Páginas Avulsas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, p. 204.

³⁶ BARRETO, Plínio. *Páginas Avulsas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, p. 189.

Reconhecendo este aspecto positivo da criação de Mário, o crítico não deixa de anotar:

“Mas essa arte, conquanto apurada, não matou completamente o artifício. Este, como os gatos, tem muitos fôlegos. Reminiscências de leituras, frangalhos de erudição e outras coisas atraíam os propósitos do escritor”³⁷.

As críticas de Plínio Barreto, compulsadas nesta pesquisa, revelam as suas afinidades literárias. Aplaudiu Martins Fontes e os derradeiros neoparnasianos de prestígio em São Paulo, contra quem se destinavam as flechas de muitos modernistas da *Semana de Arte Moderna*. Seu ideal poético avulta no artigo dedicado ao livro de Otávio de Faria sobre Vinícius de Moraes e Augusto Frederico Schmidt:

“Os poetas verdadeiros são aqueles que ousam escancarar para nós as suas almas feridas, que sabem dar-nos nos seus cantos as supremas formas do sofrimento... Esses poetas destacam-se dentre os outros pela profunda ressonância que, com seu canto, provocam n’alma dos que os leem. Conquanto pertençam ao chamado ‘Movimento Modernista’ não se confundem com o grosso dos poetas que se alistam nesse rumoroso grupo de artistas. Os ‘modernistas’ ergueram-se contra a rotina e a repetição. Romperam com o que tinha ficado para trás, com a tradição poética com as formas clássicas, com as chapas sentimentais, com os motivos obrigatórios. Queriam criar “novo”. Não viram, porém, que, rompendo com os antigos valores poéticos, por considerá-los totalmente gastos e imprestáveis, rompiam também com alguma coisa absolutamente essencial ao poeta – a perfeita expressão da totalidade de sua alma. Na cegueira de querer reagir contra um exclusivismo, suprimindo-o, negando-o radicalmente, acabaram caindo noutra extremidade, pior ainda”³⁸

Sem polemizar arduamente com os modernistas, Plínio pôde constituir uma vasta obra de crítica literária, até hoje quase inteiramente inédita em livro. Crítica que, repercutindo em sua correspondência, traz à tona aspectos relevantes do nosso sistema literário que ficaram à margem da história do movimento modernista.

³⁷ BARRETO, Plínio. *Páginas Avulsas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1958, p. 189.

³⁸ BARRETO, Plínio. “Otávio de Faria: *Dois poetas*”; D. Milano: *Antologia de poetas modernos*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 02 nov. 1935. p.3

3. O redator-chefe da *Revista do Brasil*

Entre os diversos assuntos presentes na correspondência passiva de Plínio Barreto atualmente conhecida, um dos mais férteis, até mesmo em número de documentos, diz respeito à atuação do crítico e advogado como redator-chefe da *Revista do Brasil*, no período de janeiro de 1916 a maio de 1918. Sobre as ambições de jornalista e o surgimento da *Revista do Brasil*, afirma Péricles Pinheiro, em seu artigo “Plínio Barreto, jornalista, advogado e político”:

“O meio em que vive, a roda de brilhantes escritores de que se cerca, no jornal e fora dele, acorçam-lhe, desde cedo, os pendores para as letras. Se não alimenta a veleidade de ter uma folha própria, [...] não resiste, entretanto, ao chamamento para a fundação de um órgão de cultura de que seria por alguns anos redator-chefe e que contava a sua direção com uma trindade de esplêndidos valores como Luiz Pereira Barreto, Júlio de Mesquita e Alfredo Pujol. Mas de um órgão que fosse, realmente, um verdadeiro instrumento catalisador das nossas energias latentes, para a realização sem falsa demagogia de uma obra de sadio nacionalismo, capaz de despertar a nossa consciência apática para as genuínas expressões do complexo cultural brasileiro”.

Inspirado nestes ideais, a *Revista do Brasil*, mensário editado em São Paulo, que circulou ininterruptamente entre janeiro de 1916 e março de 1925³⁹, propõe-se a repensar o Brasil, valorizando o passado nacional e recusando a postura servil do país em face do estrangeiro. Pretendia mostrar que “o nosso povo precisa aprender, ou recordar, que há, no seu sangue e na sua tradição, essa força imponderável que nos leva naturalmente, insensivelmente para os cimos, que nos reserva ao pé dos nossos semelhantes, sem violências, como um direito indisputado, um lugar especial e honroso, e que tem sido, em todos os tempos e em todos os pontos do mundo, a marca. inconfundível das raças adultas, emancipadas e sadias.”⁴⁰.

O projeto da *Revista do Brasil* surgiu na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, de onde saíram os diretores do mensário. A estreita relação entre os periódicos paulistas manteve-se até maio de 1918, com a transferência da direção da revista para Monteiro Lobato. Nesse momento, Plínio Barreto será substituído por Pinheiro Júnior e uma nota estampa o agradecimento a *O Estado de S. Paulo* pelos “relevantes serviços prestados a esta publicação”⁴¹.

Desde o início, a *Revista do Brasil* se revelou como a principal publicação cultural da República Velha. Devido a seu caráter comercial e ao projeto nacionalista a que se propunha, acolheu em suas páginas um grupo heterogêneo de escritores, desde nomes consagrados até jovens promissores que então estreavam.

³⁹ Este período corresponde à primeira fase da revista, que pode ser dividida em dois momentos, sendo o primeiro até maio de 1918. Uma importante abordagem histórica/crítica da *Revista do Brasil* nos anos 1910 e 1920 foi realizada por Tania Regina de Luca em *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)cão* (São Paulo: Editora da Unesp, 1999).

⁴⁰ “Revista do Brasil”, nota de apresentação, nº1, Ano I, vol.I, janeiro, 1916.

⁴¹ “Revista do Brasil”, nº 30, Ano III, vol. VIII, junho, 1918, pág. 216.

Tendo em vista a correspondência passiva de Plínio Barreto, é válido afirmar que a ele coube a seleção do corpo de colaboradores da *Revista do Brasil*, recrutados entre as figuras mais expressivas da intelectualidade brasileira de seu tempo. Em carta enviada do Rio de Janeiro, Nestor Vitor aceita o convite que lhe faz Plínio: “Sentir-me-ei honrado em figurar entre os colaboradores de sua revista, que, estou informado, representa uma séria iniciativa dentro do problema nacionalista”⁴². Roquete-Pinto escreve ao redator-chefe: “Pode contar com a minha efetiva colaboração na *Revista do Brasil*, os nomes que a patrocinam são garantia de trabalho sério”⁴³. Valdomiro Silveira oferece um “inédito [...], um conto, ‘Os curiangos’”⁴⁴. Oliveira Viana, em 1917, promete igualmente colaboração, embora estivesse “absolutamente proibido de escrever por dois ou três meses”; pretendia enviar alguns trabalhos “para o agasalho de sua hospitaleira *Revista*, versando assuntos de história social que interessam principalmente a origem da gente paulista e a sua ação no jogo da nossa história geral”⁴⁵. Efetivamente, cumpre a promessa, remetendo o primeiro capítulo, inédito, das *Populações meridionais do Brasil*⁴⁶. O sociólogo, numa carta posterior a 1920, recorda-se do convite que lhe fizera Plínio: “Veja o meu nobre confrade o perigo que há em estimular vocações literárias: o ter me chamado a colaborar na *Revista do Brasil*, quando seu diretor, resultou nesta calamidade, que é o calhamaço respeitável que lhe remeto com o título de *Populações meridionais do Brasil*, o que irá ocupar indignamente um precioso espaço na estante de sua biblioteca”.

Nesse mesmo sentido, Péricles Pinheiro, citando cartas que não se encontram na atual documentação do Arquivo Plínio Barreto, no IEB-USP, afirma:

“A publicação é preparada com cuidado e um ano antes, no Rio, Nestor Rangel Pestana se desobriga da incumbência que lhe comete Plínio Barreto de estabelecer alguns contatos, ‘Não me descuidei dos seus pedidos’, lhe escreve dali em 1915. Fala com Bilac, Graça Aranha, Alcides Maia, Alfredo Valadão, João Kopfe. ‘Todos acham a ideia excelente - prossegue - e prometem todo apoio’. Procura também José Veríssimo. Faz-lhe proposta de colaboração remunerada. ‘Ele respondeu-me – continua Nestor Rangel Pestana – que se tratasse de uma empresa forte, com elementos seguros de renda, pediria duzentos mil réis por um artigo mensal sobre o movimento literário, porque a leitura a que esse trabalho obriga toma muito tempo. Mas, sendo uma empresa que começa, ele aceita de bom grado a incumbência, e deixa a remuneração ao critério ou discricção da revista’. Fala também com Félix Pacheco e promete encontrar-se com Pedro Lessa e Alberto Torres. João Ribeiro, Assis Brasil, Medeiros de Albuquerque, Oliveira Lima, Sílvio de Almeida, Basílio de Magalhães e tantos outros aderem à convocação do redator-chefe da revista. Medeiros de Albuquerque aceita dirigir a seção de crítica literária ‘Com certo receio’ – pondera numa carta. ‘Não creia que o digo para simular modéstia. A crítica na *Revista do Brasil* me parece exigir uma espécie de solenidade, que me causa

⁴² Carta de 30 jan. 1916 pertencente ao acervo do IEB-USP.

⁴³ Carta de 14 jan. 1916 pertencente ao acervo do IEB-USP.

⁴⁴ Carta de 27 dez. 1915 pertencente ao acervo do IEB-USP.

⁴⁵ Carta de 31 mar. 1917 pertencente ao acervo do IEB-USP.

⁴⁶ Carta de 17 maio 1917 pertencente ao acervo do IEB-USP.

apreensões. Parece-me porém, que seria ridículo, estar a fazer-me requestar, como se fosse um grande personagem'. Quanto aos honorários – acrescenta – 'É o que tem menos importância. É mesmo o que não tem nenhuma. Dar-me-á o que dá a outros colaboradores'. João Ribeiro, a propósito, é a alma generosa que a história da vida literária lhe reconhece: 'Já disse que não faço questão de receber dinheiro, se a *Revista* paga, aceitarei como um bom tônico, mas não é coisa indispensável e nem faço a menor questão'

Nos primeiros 29 números da *Revista do Brasil* (jan.1916 – maio 1918), a questão do nacional ganha relevo. Nas páginas do número inaugural, o periódico define seu propósito:

“O que há por trás do título desta Revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista. Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para a frente numa projeção vigorosa e fulgurante da sua personalidade. Vivemos desde que existimos como nação, quer no Império quer na República, sob a tutela direta ou indireta, senão política ao menos moral do estrangeiro.”

Plínio Barreto, ao selecionar os artigos para a revista, afina-se com esse ideário. A mesma perspectiva nacionalista norteará no futuro a sua atuação como diretor do *Diário da Noite*⁴⁸, entre 1926 e 1927, tanto quanto a sua vasta produção jornalística em *O Estado de S. Paulo*. Em muitos artigos, o crítico, ostensivamente, enaltece o trabalho de homens de letras que se propõem a elucidar aspectos da história brasileira. Nesse sentido, pode-se assinalar, nos artigos de Plínio coligidos nesta dissertação, o aplauso que dirigiu à obra de pesquisa cumprida pelos historiadores Afonso Taunay, Tobias Monteiro e Pedro Calmon.

O conceito de nacional que perpassa a revista, contudo, vincula-se a um projeto (regional) paulista. Vale a pena lembrar que o primeiro número dela aparece no dia do aniversário da cidade de São Paulo, 25 de janeiro de 1916. O crítico Oliveira Viana, em cartas a Plínio em 1917, capta essa singularidade:

“É claro que nestes trabalhos não poderei ferir assuntos de oportunidade não imediata; mas neles versarei assuntos de história social, que interessam principalmente à origem da gente paulista e à sua ação no jogo da nossa história geral”. (grifo meu)⁴⁹

⁴⁷ Artigo citado.

⁴⁸ Em seu artigo de despedida do *Diário da Noite*, Plínio Barreto escreve: “Procurei conservá-lo [o jornal] em uma linha de inquebrantável dignidade e não me afastei nunca, na sua direção, do princípio, que para mim é um dogma sagrado, de que o jornal, antes de ser uma fonte de informação, é um apostolado moral. Levo comigo a ilusão de que, nesse posto, se não consegui ser um grande jornalista, pude ser, todavia, um bom patriota. Servi ao meu país, e só a ele servi. Foram insignificantes os serviços? Não importa. Não os meço, nem os outros devem medi-los, pelos resultados que alcançaram, mas pelo amor com que foram prestados. Fui ate onde as forças me permitiram que fosse. Caminhei pouco? Fraqueza das pernas, mas nunca desfalecimento de ânimo...” “O Diário da Noite”. *Diário da Noite*, São Paulo, 29 mar. 1927, p. 3.

⁴⁹ Carta de 31 mar. 1917 pertencente ao acervo do IEB-USP.

“É claro que este ensaio não pode deixar de ser obra complexa e demorada, para ser honesto e exato; de modo que, conforme a acolhida que a sua *Revista* me der, eu tenciono nela publicar os capítulos mais interessantes, especialmente para o público paulista”. (grifo meu)⁵⁰

Esse singular “nacionalismo” vigente na *Revista do Brasil* resistirá no pensamento político de Plínio Barreto. Em artigo de 8 de março de 1930, ao criticar *Problemas de política objetiva* de Oliveira Viana, advoga:

“Se o distinto escritor conhecesse de perto a vida política de São Paulo, nestes últimos anos, ficaria convencido, também, de que, ao contrário do que lhe parece, temos o sentimento dos grandes deveres públicos. [...] É possível que a observação do Sr. Oliveira Viana se ajuste aos demais Estados da República. Desde, porém, que se não ajusta a todos, não pode ter o caráter geral que ele lhe deu. No passado, passado recente, se quiserem, teríamos sido o que o apreciado escritor assevera. Mas, no presente, não somos. Caminhamos um pouco nestes últimos anos. Podíamos ter caminhado mais, é exato. Todavia esse pouco já serve para comprometer as generalizações deprimentes de outrora.”⁵¹

Se a *Revista do Brasil* advertia em seu programa que não pretendia ser “exclusivamente de história, exclusivamente de literatura ou exclusivamente de ciência. Sê-lo-á de tudo isso”⁵², Plínio, em sua trajetória jornalística mostrou-se igualmente interessado por diversas áreas: literatura, história, ciências biológicas, sociologia etc.

⁵⁰ Carta de 18 maio 1917 pertencente ao acervo do IEB-USP.

⁵¹ BARRETO, Plínio. “Oliveira Vianna: *Problemas de política objetiva*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 mar. 1930, p. 3.

⁵² “REVISTA DO BRASIL”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. I, p. 1-5, jan./fev./mar./abr. 1916.

4. O arquivo Correspondência de Plínio Barreto no IEB-USP

4.1. Correspondência de Plínio Barreto: histórico

Entre abril de 2004 e dezembro de 2005, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo subvencionou o projeto *Organização e exploração do acervo Plínio Barreto, pertencente à Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes*, coordenado pelo Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes. A pesquisa, contando com a participação dos bolsistas de iniciação científica Alessandro de Oliveira Souza e o signatário destas linhas, processou, acondicionou e digitalizou as *Séries Necrológio e Correspondência*⁵³. Esta última Série, além de 1568 manuscritos epistolares do acervo, pôde incorporar cópias digitais de 132 cartas dirigidas a Plínio Barreto, documentação sob a guarda da historiadora Prof^a. Dr^a. Ana Maria A. Camargo. Tem-se, ainda, conhecimento de outras cartas, atualmente indisponíveis aos pesquisadores.⁵⁴

Em 9 de fevereiro de 2006, o diretor da Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, Sr. Cláudio Giordano, realizou a doação do Arquivo Plínio Barreto ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. A *Série Correspondência Passiva*, definida pelo mencionado projeto de pesquisa, reúne 1611 cartas, cartões-postais, telegramas, cartões de visita, assinados por escritores, personalidades da cultura brasileiras, advogados, amigos e familiares do jornalista campineiro. Abarca o período de 1901 a 1958, congregando 557 remetentes⁵⁵.

A *Série Correspondência Passiva de Plínio Barreto*, do qual esta dissertação privilegiou a parcela relativa aos escritores/ intelectuais/ homens de letras, compõe-se dos seguintes remetentes:

Escritor	Período	Nº. de documentos
ACADEMIA DE CIÊNCIAS E LETRAS, Primeiro Secretário da	s/d	1
ADMINISTRAÇÃO DO DIÁRIO DA NOITE	29/3/1927	1
ALBERGARIA, Tertuliano Soares	26/3/1947	1
ALBUQUERQUE, A. I. Pires e	13/3/35; 22/3/[?]	2

⁵³ A série Correspondência é dividida em três seguimentos: Correspondência Passiva; Correspondência Ativa e Correspondência de Terceiros.

⁵⁴ Historiando a dispersão do acervo epistolar de Plínio Barreto, cito o artigo “A Trajetória do Eucalipto - de Vilão a Herói (Continuação)” de Augusto Jerônimo Martini: “A transcrição da carta e do bilhete que a acompanha só foi possível pela boa vontade de um "marchand" que a estava vendendo na tradicional ‘Feira do Bexiga’, que acontece aos domingos na cidade de São Paulo. Faziam parte de um bloco maior, que continha várias cartas de Edmundo. O valor pedido era muito alto e eu não tive condições de comprá-las. Fiz explanações sobre a dissertação que desenvolvia e vendo a importância em recuperar as informações ali contidas, deixou que as transcrevesse, pois, como ele mesmo disse, certamente quem as comprasse estaria mais interessado no logotipo da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e no logotipo pessoal do próprio Edmundo, do que no conteúdo histórico dos documentos” (<http://www.canalrioclaro.com.br/colunas/?coluna=126>).

⁵⁵ Os outros 89 documentos pertencentes ao acervo Correspondência de Plínio Barreto fazem parte das Séries Correspondência Ativa (72) e Correspondência de Terceiros (17).

Escritor	Período	Nº. de documentos
ALENCAR, Léo de	01/1/1926 - 17/7/1936	7
ALENCAR, Mário de	4/5/1916 - 29/11/1925	26
ALMEIDA JÚNIOR, A.	20/2/1942	1
ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de	15/7/1913	1
ALMEIDA, Ana Rita Mendes de	23/8/1936 - 25/3/1951	4
ALMEIDA, [D.] Tavares de	1/8/1943	1
ALMEIDA, Estevão de	12/2/1917 - 10/9/1922	4
ALMEIDA, Filinto de	25/6/1932	1
ALMEIDA, Francisco de Pennaforte Mendes de	16/10/1918	1
ALMEIDA, Galeno Martins de	s/d	1
ALMEIDA, Guilherme de	8/6/1927; 12/6/1931	2
ALMEIDA, Napoleão Mendes de	22/4/1943	1
ALMEIDA, Serafim Vieira de	18/3/1942	1
ALMEIDA, Sílvio de	27/1/1916	1
ALMEIDA, Washington	6/10/1939	1
ALVES, J. M. Mello	8/6/1906	1
AMADO, Genolino	[post. 20 jan. 1940]	1
AMARAL, A. S. Q. do	30/12/1925	1
AMARAL, Amadeu	5/1/1904; 1905	2
AMARAL, Azevedo	30/9/1930; 18/11/1935	2
AMARAL, Leopoldo	6/8/1927; 28/10/1928	2
AMARAL, Rubens do	9/1/1926 - 25/10/1935	9
ANDRADE, Edmundo Navarro de	7/1/1917; 07/11/1932	27
ANDRADE, [L. Mendes]/S. S.	5/3/1939	1
ANDRADE, Teófilo de	11/11/1941	1
ANTUNES, Maria C. P.	[1943]	1
ARANHA, Luís	26/2/1926	1
ARAÚJO FILHO, Teófilo de	22/8/1923	1
ARAÚJO NETTO, M. J. de	31/7/1955	1
ARAÚJO, Antônio José de	22/5/1925	1
ARAÚJO, P. [ilegível] T. de	1/4/1948	1
ARIAS JÚNIOR, Antônio	24/8/1943	1
ARRUDA, Braz de Souza	30/9/1943 - 25/10/1943	3
ARRUDA, João	30/12/1911 - 25/3/1943	3
ASCARELLI, Túlio	5/2/1945	1
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1943	1
ASSUNÇÃO, Alberto Carlos de	s/d	1
AYRES NETO	16/1/1917	1
AYRES, Cristóvão	1926	1
AYROSA, Plínio	23/4/1936	1

Escritor	Período	Nº. de documentos
AZEREDO, Carlos Magalhães de	28/12/1936 - 12/6/1947	3
AZEVEDO, Aldo M.	7/8/1943	1
AZEVEDO, F. P. Ramos de	19/3/1925; 8/12/[?]	2
AZEVEDO, Fernando de	20/11/1918 - 17/9/1937	7
AZEVEDO, Filadelfo	6/4/1924	1
AZEVEDO, J. Lúcio de	8/9/1929	1
AZEVEDO, Noé	24/8/1927	1
AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de	2/6/1934; 6/6/1947	2
AZEVEDO SOBRINHO, José Vicente	20/6/1919	1
AZZI, Francisco	25/7/1927 - 19/7/1929	4
BADARÓ, Francisco	28/12/1916	1
BADET, Regina	1917	1
BANDEIRA, J. O. de Souza	20/6/1916; 01/7/1917	2
BAPTISTA	15/9/1928	1
BARBOSA, A. Bruno	4/12/1934	1
BARBOSA, Francisco de Assis	1952	1
BARROS, Caio Monteiro de	s/d	1
BAYMA, Henrique	30/11/1918 - 15/5/1952	12
BELLO, José Maria	30/12/1930 - 14/12/1934	4
BELMONTE	s/d	1
BERALDI, A.	30/11/1945	1
BEVILÁQUA, Clóvis	7/6/1934	1
BIERRENBACH, João César Bueno	12/11/1904	1
BIERRENBACH, Noemia B./ SIQUEIRA, Vicentina Bierrenbach	s/d	1
BIESSY, Gabriel	s/d	1
BITTENCOURT, Edgard de Moura	12/10/1939	1
BOLIVAR, Arduíno	1/2/1916 - 27/4/1928	5
BORGES, Durval Rosa	21/6/1943	1
BOURROUL, Celestino	17/1/1932 - 6/1938	6
BOWE, Vernon P.	s/d	1
BRAGA, Cincinato	19/3/1906 - 31/8/1920	5
BRAGA, Edgard	2/3/1940	1
BRAGANÇA, Luís de Orléans e	s/d	1
BRANDÃO, José Pires	16/2/1925 - [6/3]/1925	3
BRANDÃO, Rodolfo	4/6/1926	1
BRANDÃO, Wellington	19/11/1954	1
BRASIL, Etienne	15/2/1938	1
BROCA, José Brito	7/1/[1957]	1
BUENO, Benedito de Paula	8/10/1945	1

Escritor	Período	Nº. de documentos
BYINGTON, Pérola Ellis - CRUZADA PRÓ INFÂNCIA	19/8/1949; 22/12/1949	2
CALDAS, Eunice	8/7/1927	1
CALDERÓN, Ricardo	11/6/1945	1
CALMON, Pedro	8/5/1935 - 9/2/1940	5
CAMARGO, Albino	23/1/1917 - 10/8/1919	3
CAMARGO, Laudo de	10/12/1929 - 1/4/[1931?]	2
CAMARGO, [ilegível] de	14/8/1935	1
CAMARGO NETTO, Albino	28/10/1927	1
CAMPOS, Arlindo Rocha	3/1/1935	1
CAMPOS, Carlos de	21/6/1918 - 18/4/1944	3
CAMPOS, Flávio Seabra Pires de	17/1/1944	1
CAMPOS, Francisco	29/1/2028	1
CAMPOS, Hygnio de	19/12/1929	1
CAMPOS, M. P. de Siqueira	4/4/1946	1
CANTIDIO/ BAYMA/ AYRES NETTO/ Artur [ilegível]/ MARTINHO/ MENDONÇA, Antônio/ MIRANDA JUNIOR/ WALDEMAR/ [dois nomes ilegíveis]	26/12/1941	1
CARDIM, Elmano	1/1941 - 14/3/1944	2
CARDIM, Mário	5/9/1947	1
CARDOSO, Aduino Lúcio	25/10/1945 - post 6/8/1946	3
CARNEIRO, Levi Fernandes	20/5/1930 - 18/11/1941	7
CARNEIRO, Ribas	12/8/1941	1
CARVALHO, Afonso José de	6/12/1915 - 16/7/1934	24
CARVALHO, [Álvaro] de	5/9/1930	1
CARVALHO, Antônio Gontijo	23/3/1944	1
CARVALHO, Antônio Gontijo de/CARDOSO, Aduino Lúcio/ ALMEIDA, Martins de/ CHRISTO, Antônio Carlos Vieira/ PINTO, Milton Costa/ PINTO, Heráclito Fontoura Sobral/ MAGALHÃES, Dário de Almeida	17/3/1945	1
CARVALHO, [Arisdunto] de	26/12/1909	1
CARVALHO, Bento J. de	5/10/1926; 7/10/1926	2
CARVALHO, Daniel de	23/10/1916 - 30/9/1935	15
CARVALHO, E. V. de Miranda	[12/1945]; 26/3/1953	2
CARVALHO, Luizita de	9/1/1943	1
CARVALHO, Octavio	27/12/[?]	1
CARVALHO, Vicente de	4/6/1911 - 26/11/1913	3
CARVALHO FILHO, Aloísio	22/10/1951	1
CASTRO, Aloísio de	28/2/1952	1
CASTRO, Álvaro P. de	16/10/1944	1

Escritor	Período	Nº. de documentos
CASTRO, Antonio Marques	4/1/1938	1
CASTRO, Eugênio de	13/9/1927	1
CASTRO, José Monteiro de	12/4/1955	1
CASTRO, Josué de	1937	1
CASTRO, Sertório de	12/4/1920 - 3/4/1933	3
[CASUSF]	12/2/1937	1
CATUNDA	14/7/1916	1
CAVALHEIRO, Edgard	28/11/1955	1
CELSO, Maria Eugênia	14/11/1938; 3/10/1941	2
CERQUEIRA, João da Gama	18/2/1925 - 8/12/1945	2
CERQUEIRA, Luiz B. da Gama	15/12/1912 - 19/3/1927	5
CÉSAR, Abelardo Vergueiro	21/3/1936 - 21/3/1945	5
CÉSAR, J. A. de Cerqueira	20/4/1906	1
CHANCELARIA DO ARCEBISPADO	18/1/1944	1
CHINA, José B. d'Oliveira	11/11/1936	1
CINTRA, Antonino	15/6/1942	1
CINTRA, Raimundo	12/4/1924	1
COARACI, Vivaldo de Vivaldi	14/12/1924 - 8/1/1940	3
COELHO, Henrique	12/10/1917 - 24/5/1918	2
COIMBRA, Aristides	27/10/1923	1
COIMBRA, Cesário	10/12/1909; 28/3/1930	2
COIMBRA, R.	19/12/1903 - 22/12/1918	5
COSTA, Afonso	12/11/[?]	1
COSTA, Bellarmino Salomão da Costa	27/10/1926	1
COSTA, Carlos da Silva	16/4/1926 - 9/1/1927	2
COSTA, Sérgio Correa da	11/3/1946	1
COSTA NETO, Benedito	[11/6/1952]; 28/5/1953	2
COUTO, Macedo	23/12/1927	1
CRULS, Gastão	28/4/1929	1
CUNHA, Fr. Solano Carneiro da	13/9/1918 - 9/11/1928	8
CUNHA, Pedro	24/10/1939	1
CUNHA, Tristão da	5/7/1923	1
DEFINE, Antônio	14/8/1817 - 24/10/1932	5
DELGADO, Luiz	27/[2]/1946	1
DENTE, João	27/7/1925	1
DIAS, Edmundo	21/[5]/1925	1
DIAS, Theodomiro	6/1/1948 - 26/10/1950	3
DINIZ, Almachio	2/4/1929	1
DOM PEDRO	s/d	1
DÓRIA, Amoitinho	4/5/1934	1
DÓRIA, Sampaio A.	17/3/1936	1

Escritor	Período	Nº. de documentos
DUARTE, Aureliano	5/4/1924	1
DUARTE, Carlos	23/5/1923	1
DUARTE, Frederico	26/5/1925	1
DUMONT, Santos	24/7/1901	1
EDIÇÕES CULTURA	15/7/1943	1
EGAS, Eugênio	4/4/1925 - 12/4/1951	3
EMELLEN, D. Amaro vom	12/9/1935	1
ESCOBAR, Francisco	7/1/1906 - 17/6/1923	33
ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA	17/6/1953	1
ESPINOLA, Eduardo	10/1922 - 15/4/1930	4
ESTELLITA, Guilherme	29/7/1955	1
ESTEVEZ JUNIOR, Luciano	1/8/1906	1
FARIA, Alberto	28/1/1916 - 25/10/1918	3
FARIA, Bento de	14/5/1934	1
FARIA, Júlio César de	11/1/1915 - 29/5/1937	23
FARIA, Soares de	26/4/1932	1
FARIA FILHO, Alberto	[9]/12/1931	1
FARNARIO, Ernani	19/8/1937	1
FÁVERO, Flaminio	10/6/1924 - 25/12/1940	4
FERNANDES, Raul	14/9/1929 - 10/1/1957	2
FERRAZ, Manuel Carlos de Figueiredo	11/8/19[15] - 9/3/1955	14
FERRAZ, Otávio Marcondes	15/5/1954; 8/8/1954	2
FERREIRA, Acácio de Paula	29/10/1922	1
FIGUEIREDO, Antônio	17/12/1924	1
FIGUEIREDO, Fidelino de	12/10/1920 - 24/12/1942	5
FIGUEIREDO, Guilherme	jan/40	1
FIGUEIREDO, Jackson de	13/10/1920 - 22-23/3/1928	28
FIGUEIREDO, Mário Portela de	8/4/1924	1
FIGUEIREDO, Ricardo	29/12/1934	1
FLEIUSS, Max	12/10/1925	1
FLORES, Mário	20/4/1924	1
FONSECA, Dionísio C. da	8/8/1919	1
FONSECA, Manuel José Gondim da	29/11/1953	1
FONSECA, Milton da	14/[7]/1927	1
FONSECA, Tito Prates da	s/d	1
FONTES, Martins	s/d	2
FONTOURA, Candido	29/5/1936; 5/1/1946	2
FONTOURA, João Neves da	17/10/1956	1
FRAGA, Afonso	5/10/1915 - 14/6/1919	3
FRANÇA, Francisco Ferreira de	s/d	1
FRANÇA, Manuel Mendes	4/8/1953	1

Escritor	Período	Nº. de documentos
FRANCISCO, Martim	10/6/1907 - 7/10/1926	7
FRANCO, Virgílio de Mello	9/6/1947	1
FREIRE, Oscar	s/d	1
FREITAS, Leopoldo de	20/4/1936; 3/1/1938	2
FROLA, Francesco	27/6/1928 - 8/12/1936	8
FURTADO, Afonso Henriques	30/5/1942	1
GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja	26/4/1951; 15/5/1957	2
GALVÃO, Benjamim Franklin Ramiz	5/3/1931	1
GALVÃO, Margarida	11/8/1943 - 19/12/1948	3
GAMA, Afonso Dionísio	4/8/1915 - 4/10/1926	3
GAMBARA, Heitor F.	22/6/1924; 30/6/1924	2
GARAY, Benjamin de	25/12/1938	1
GOMES, Eduardo	4/11/1935; 26/10/1945	2
GOMES, Perillo	7/12/1938 - 3/1/1929	4
GONÇALVES, Amílcar Mendes	12/9/1922 - 9/7/1948	7
GONÇALVES, Ernesto	20/30/1922	1
GONÇALVES, Júnia Mendes; GONÇALVES, Amílcar Mendes	17/3/1945	1
GONÇALVES, Rebêlo	s/d	1
GONDIM, Manoel Monteiro	2/11/1945	1
GRELLOZ	30/3/1917	1
GUARDIA, Clara Della	29/05/[?]	1
GUASTINI, Mário	9/3/1940 - 21/5/1941	2
GUIMARÃES, A. F.	24/2/1947	1
GUIMARÃES, Ariosto	30/4/1929	1
GUIMARÃES, Mário	20/9/1946 - 27/8/1951	3
GURGEL, José do Amaral	19/4/1945	1
GUSMÃO, A. de	2/3/1917	1
GUTIERREZ, Pe. Honório	27/[?]/[?]	1
INSTITUTO RIO BRANCO	21/10/2026	1
JUNOT, Jaime Franco Rodrigues	27/11/1942	1
KELLY, Otávio	14/8/1944	1
LANDRAY, Sabine	s/d	1
LASANHA, Batista	23/2/1932	1
LEÃO, Antônio Carneiro	15/3/1929 - 7/5/1955	4
LEITE, Aureliano	26/[1]/1937 - 6/7/1944	4
LEITE, Manfredo	25/1/1927	1
LEME, André Betus Paes	5/5/1943	1
LEME, Ernesto de Moraes	6/26 - 1/2/1939	5
LESSA, Henrique	4/5/1929	1
LESSA, Pedro	14/5/1910 - 20/1/1921	13

Escritor	Período	Nº. de documentos
LIBERO, Casper	28/12/1936	1
LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS	6/6/1942	1
LIMA SOBRINHO, Barbosa	21/8/1935	1
LIMA, A. Sabóia	10/3/1943; 12/7/[1951]	2
LIMA, Alceu de Amoroso	10/7/1916 - 10/2/1931	10
LIMA, Antônio M. Alves de	14/3/1930	1
LIMA, Francisco Negrão de	s/d	1
LIMA, Herman	jun/41	1
LIMA, Manuel de Oliveira	12/1/1917 - 13/6/1927	8
LIMA, Otaviano Alves de	16/11/1929	1
LIMA, Sebastião Nogueira de	4/9/1912	1
LIMA, Silvestre de	16/5/1917; 19/4/1945	2
LINHARES, Florivaldo	14/9/1935 - 20/2/1936	3
LINS, Edmundo	25/5/1926 - 21/10/1935	2
LOBATO, Monteiro	1921	1
LOBATO, Purezinha Monteiro	4/7/1952	1
LOBO, Hélio	20/3/1916 - 18/9/1945	19
LOPES, Jovelino	19/5/1907	1
LOPES, Juarez	20/5/1923	1
LOPES, Miguel Maria de Serpa	s/d	1
LOPES, [Sousa?]	19/1/1945	1
LUSARDO, Baptista	29/5/1925	1
LUSO, João	17/8/1937 - 1/9/1945	7
LUZ, Américo	12/3/1924	1
LUZ, Benévolo	22/10/1948	1
MACHADO, Antônio de Alcântara	13/3/1920 - 10/9/1929	4
MACHADO, Armando Vergueiro Costa	22/6/1938	1
MACHADO, Raúl	31/10/1939	1
MACIEL, [Antunes]	25/2/1926; 17/3/1926	2
MAGALHÃES, Antônio S. [Couto] de	15/11/1936	1
MAGALHÃES, Basílio de	26/2/1916 - 16/2/1917	2
MAGALHÃES, Carlos Leôncio de	28/7/1923 - 10/11/[1946]	7
MAGALHÃES, Fernando	27/7/1928	1
MALTA, Edgard de Toledo	5/8/1926	1
MANGABEIRA, Otávio	s/d	1
MANSO, M. Costa	2/5/1912 - 28/5/1937	14
MARCHEZIMI, A.	23/12/1925	1
MARCONDES FILHO, Alexandre	3/6/1935; 17/7/1935	2
MARCONDES, Urbano	20/7/1935	1
MARIANO FILHO, José	22/5/1927; 1944	6
MARINHO, Cândida	25/7/1924	1

Escritor	Período	Nº. de documentos
MARQUES, Ana J. de Azevedo	30/9/1939	1
MARQUES, Henrique Luiz de Azevedo	22/1/1934	1
MARQUES, J. M. Azevedo	13/2/1917 - 29/9/1941	26
MARREY JÚNIOR, J. A.	20/1/1916	1
MARTINEZ, Arthur Alves	13/2/1925	1
MARTINS, Galeano	3/9/1916	1
MARTINS, Rafael	14/10/1932	1
MATARAZZO JÚNIOR, Francisco	22/9/1937; 25/8/1948	2
MATARAZZO SOBRINHO, Francisco	11/3/1954	1
MAZZOLINI, Serafino	23/3/1931	1
MEDEIROS, Germano	6/6/1926	1
MEDEIROS, Sabóia de	3/12/1924	1
MÉDICI FILHO, Atugasmin	12/5/1946	1
MEIRA, José Correa de	11/12/1930; 28/1/1931	2
MEIVA, Aloísio	11/12/1934	1
MELLO, Antonio Almeida Homem de	26/5/1930	1
MELLO, Luiz Silveira	27/12/1927; 19/6/1946	2
MELLO, Maria Antonieta Rezende H. de	12/12/1935	1
MELLO, Soares de	13/9/1935 - 23/6/1945	2
MELLO, Vicente de Moraes	16/6/1915; 23/6/1915	2
MELLO NETO, Cardoso de	9/11/1923	1
MENDES, Ângelo	s/d	2
MENDES, João	19/1/1918; s/d	2
MENDES, Otávio	9/1/1920 - 23/5/1923	3
MENDONÇA, Antônio	10/5/1926 - 10/4/1946	5
MENDONÇA, Benjamim de	14/12/1950; 29/1/1951	2
MENDONÇA, José Xavier Carvalho de	1/5/1914 - 6/9/1928	8
MENDONÇA, Paulo	16/8/1953	1
MENDONÇA FILHO, J.	8/8/1919	1
MESQUITA, Esther	16/2/1939	1
MESQUITA	5/8/1915	1
MIRANDA, Veiga	13/9/1916	1
MIRANDA JÚNIOR, J. R.	13/12/1915	1
MOACIR, Primitivo	20/10/1922 - 9/6/1936	3
MONTEIRO, Tobias do Rego	27/4/1927 - 27/1/1947	19
MONTEIRO, Washington de Barros	s/d	1
MORAES, Ademar de	23/2/1927	1
MORAES, Antão de Sousa	23/2/1927 - 9/8/1949	68
MORAES, Araci de	20/9/1943	1
MORAES FILHO, Prudente de	24/1/1920	1
MORATO, Francisco	28/3/1917 - 29/10/1945	8

Escritor	Período	Nº. de documentos
MOREIRA, Albertino G.	7/8/1944	1
MOREIRA, Godoy	s/d	1
MOREIRA, Lino	ant. 1911 - 12/8/1935	9
MOREIRA, Rangel	1/1/1915 - 16/2/1927	3
MOREIRA, Roberto	23/1/1919 - 5/4/1927	7
MOSCOSO, Tobias	22/11/1928	1
MOSES, Herbert	16/12/1932; 12/9/1939	2
MOTA, Artur	4/4/1930 - 14/3/1931	4
MOTA FILHO, Cândido	mai/44	1
MOURA, Carlos de Assis	22/8/1926	1
MOURA, Ernesto	13/10/1944	1
MOVAI, Alberto Rovai	24/8/1943	1
MÜLLER, A. de Andrade	23/7/1941	1
MURICY, José de Andrade	24/2/1936	1
NABUCO, Carolina	pot. 1937; 27/1/[?]	2
NEIVA, Arthur	20/11/1929; 13/11/1940	2
NERY, João	27/5/1913	1
NEVES, E. Camargo	8/5/1925	1
NEVES, João	18/12/1933	1
NICOTA NETO	29/4/1926	1
NIEMEYER, Carlos de	29/3/1925	1
NITTI, Francesco Saverio	1/2/1930 - 3/8/1937	2
NÓBREGA, Silvino Castor da	23/10/1953	1
NOGUEIRA, Francisco Paula Leite	23/12/1941	1
NOGUEIRA, José Antônio	29/12/1918; 9/8/1919	2
NOGUEIRA FILHO, Paulo	29/6/19[?]8	1
NUNES, Carlos Alberto	17/5/1934	1
NUNES, Reginaldo	18/12/1951	1
NUNES	18/9/1916 - 13/4/1944	6
OLIVEIRA, Alberto de	14/12/1915 - 18/2/1916	4
OLIVEIRA, Aristóteles	1932	1
OLIVEIRA, Armando de Salles	6/11/1932 - 2/1/1938	3
OLIVEIRA, Dolores Feliciano de	1/11/1937 - 27/3/1938	2
OLIVEIRA, Gabriel A. da Silva	22/10/1943	1
OLIVEIRA, José de Alcântara Machado d'	9/10/1917 - 28/11/1924	6
OLIVEIRA, José Feliciano de	13/4/1915 - 30/5/1957	16
OLIVEIRA, Leopoldino de	9/9/1926	1
OLIVEIRA, Rafael Correia de	3/11/1927	1
ORTIGÃO, Ramalho	14/12/[?]	1
OTÁVIO, Benedito	10/8/1912	1
OTÁVIO FILHO, Rodrigo	12/7/1936	1

Escritor	Período	Nº. de documentos
PAGANO, Sebastião	20/12/1942; 31/12/1945	2
PAULISTA, Casimiro de Carvalho	19/3/1942; 20/3/1942	2
PEIXOTO, Afrânio	1916 - 11/8/1943	8
PEIXOTO, Silveira	9/4/1942	1
PENA JÚNIOR, Afonso	18/8/1941; 18/[8/1941]	2
PENTEADO, Heitor	18/7/1922	1
PEREIRA, Adalgiso	26/11/1906; 12/7/1916	2
PEREIRA, Antônio Batista	23/6/1928	1
PEREIRA, Virgílio de Sá	16/4/1925	1
PESTANA, Família Rangel	6/12/1939	1
PESTANA, Nestor Rangel	13/1/1906 - 19/6/1928	41
PESTANA, Sinésio	3/1/1909 - 10/1/1952	3
PICCAROLO, Antônio	9/8/1936; 1/12/1945	2
PIMENTA	30/4/1904	1
PIMENTEL, F. Mendes	29/6/1912 - 16/8/1943	13
PIMENTEL, Rui Mendes	29/3/1945	1
PINHO, Wanderley	10/2/1943	1
PINTO, Edgar Roquete	14/1/1916; 12/2/1916	2
PINTO, Edmundo da Luz	s/d	1
PINTO, Gastão Liberal	16/9/1934	1
PINTO, Simões	13/9/1916; post. 13/9/1916	2
PINTO, Sobral	23/3/1943 - 21/10/1944	3
PINTO FILHO, Adolfo	1/7/1927	1
PIZA, Alcibíades	3/6/1925	1
POLILLO, Raul de	s/d	1
PONTES, Carlos	5/6/1929 - 18/2/1953	8
PORCHAT, Alcir	10/2/1928 - 4/9/1951	2
PORCHAT, Reinaldo	26/2/1917 - 5/1/1953	16
PORTUGAL, Oswaldo	24/9/1918 - 21/10/1919	2
PORTUGAL, Sílvio	21/4/1922 - 5/1/1940	7
PRADO, Antônio	13/4/1926	1
PRADO, Antônio de Almeida	15/8/1937 - 20/12/1952	8
PRADO, Armando	4/3/1906 - 29/2/1936	30
PRADO, Bennaton	7/3/1939	1
PRADO, Luís da Silva	fev/51	1
PRADO, Martinho da Silva	20/7/1920 - 15/11/1949	12
PRADO, Paulo	29/1 - 24/11	2
PRADO JÚNIOR, Caio	4/12/1946	1
PUJOL, Alfredo	19/12/1913 - 5/9/1927	8
PUJOL, Áurea/ PUJOL, Odila	24/5/1922	1
PUJOL, Ernesto	8/7/1916; 25/4/1922	2

Escritor	Período	Nº. de documentos
QUEIRÓS, Amadeu de	5/7/1925; 5/10/1926	2
QUEIROZ, Manoel Elpidio Pereira de	19/4/[1916] - 24/7/1938	2
QUEIROZ FILHO	8/5/1934	1
RAEDERS, Georges	13/1/1944	1
RAMOS, C.	27/9/1914; 24/12/1918	2
RAMOS, Moraes	14/3/1925	1
RAMOS, Theodoro A .	27/2/1934	1
RANGEL, Godofredo	29/3/1929; 27/3/1930	2
RÁO, Vicente	6/7/1932 - 18/10/1935	2
REILLE, M. Silva	25/12/1949	1
REIS, Álvaro Gomes dos	16/11/1939	1
REIS, Ascenio de [Periva]	5/1/1940	1
RESENDE, Enrique de	11/1/1939	1
REZENDE FILHO, Gabriel de	21/12/1944	1
RIBEIRO, Abrahão	10/12/2028	1
RIBEIRO, Agenor	14/6/1930	1
RIBEIRO, Cardoso	25/[6]/18; s/d	2
RIBEIRO, Dário	9/6/1936	1
RIBEIRO, Leonildo	27/5/1927 - 22/5/1942	3
RIBEIRO, Orlando Leite	8/10/1932 - 12/7/1939	5
RIBEIRO, Targino	25/10/1945	1
RICARDO, Cassiano	24/12/1934; 23/5/1956	2
RIO, J. Pires do	27/6/1942	1
RITTER, Marcelino	6/6/1956 - 31/12/1957	16
ROCHA, Franco da	15/10/1911 - 16/8/1930	23
ROCHA, Sinésio	18/4/1945	1
ROCHA, Wilson	10/10/1945	1
RODRIGUES, A. Cândido	2/6/1927	1
RODRIGUES, Armando	5/9/1919	1
RODRIGUES, [Geneucourt]	12/1/1945	1
ROGATKO, M.	6/9/1943	1
ROIZETTE, P.C.	21/10/1916	1
RUBIÃO, Guilherme V. A.	s/d	1
SÁ, Cristóvão Ferreira de	11/4/1924	1
SABINO, Horácio	6/4/1918	1
SAFRA, Nelson de Oliveira	17/1/1931	1
SALES, A.de Pádua	15/10/1930	1
SALES, Sílvio de Moraes	11/5/1924; 15/5/1924	2
SAMPAIO, Francisco Bispo de	30/12/1930	1
SAMPAIO, João	15/10/1907 - 12/5/1919	5
SAMPAIO, Sebastião	10/5/24 - 1924	3

Escritor	Período	Nº. de documentos
SANTOS, Labienno Salgado dos	8/6/1944 - 19/10/1946	3
SANTOS, Tito Lívio dos	1/11/1927 - 1/6/1932	3
SÃO PAULO ATHLETIC CLUB	11/8/1917	1
SERVA, Mário Pinto	8/5/1925 - 24/5/1934	6
SETÚBAL, Paulo	12/7/1935 - 1935	3
SEVERO, Ricardo	14/11/1911 - 8/6/1935	5
SHALDERS, C. G. S.	3/6/1944	1
SIEGFRIED, André	s/d	1
S[ILVA?], A. Bernardes da	25/4/1912	1
SILVA, Albertina Guedes da; SILVA, J. Aristides; SILVA, Reinaldo G	s/d	1
SILVA, Benedito	3/8/1943	1
SILVA, Elza Xavier da	8/6/1935	1
SILVA, Gabriel Monteiro da	29/5/1925; 20/8/1945	2
SILVA, Hermógenes	10/1/1935	1
SILVA, [ilegível] C. de Souza e	19/3/1937	1
SILVEIRA, Agenor	11/5/1912 - 11/6/1941	5
SILVEIRA, Alarico	10/6/1941	1
SILVEIRA, Breno	13/5/1906; 11/10/1906	2
SILVEIRA, Luiz	20/9/1912 - 29/12/1952	4
SILVEIRA, Pedro	30/9/1926	2
SILVEIRA, Stellinha	28/8/1925	1
SILVEIRA, Valdomiro	25/10/1905 - 13/6/1930	30
SIMAS, Hugo	30/4/1941	1
SIMÕES, Antônio Macedo	209/1916	1
SIMONSEN, Roberto Cochrane	31/1/1938	1
SIQUEIRA	4/2/1939; s/d	2
SKOWRÓNSKI, Tadeu	15/11/1943	1
SOARES, José Carlos de Macedo	19/7/1916 - 15/11/1950	8
SOARES, Langleberto Pinheiro	10/2/1954	1
SOARES, Raul	8/9/1921	1
SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA INGLESA - SÃO PAULO	1/3/1946	1
SODRÉ, Eurico	20/5/1914; s/d	2
SOUSA, João Alberto de	17/3/1906 - 30/10/1925	3
SOUZA, Aristides de Mello	28/1/1935 - 16/3/1936	3
SOUZA, Cláudio de	26/1/1919 - 7/8/1928	2
SOUZA, José Ulpiano Pinto de	2/9/1909	1
SOUZA, Soriano de	s/d	1
SPINOLA, Carlos	25/12/1927	1
STEIDEL, F. Vergueiro	14/2/1917; 18/7/1925	4

Escritor	Período	Nº. de documentos
SYLLES [?], John	25/3/1951 - 14/2/1958	11
TANAJURA, Afonso	22/8/1937	1
TAUNAY, Afonso de E.	15/11/1917 - 8/10/1956	20
TAVARES JÚNIOR, Pedro	6/4/1923; 3/7/1924	2
TEIXEIRA, Sílvia Bueno	2/8/1935; 31/8/1935	2
TELLES JÚNIOR, Goffredo da Silva	22/8/1945	1
THERING, Kohler Von	22/3/1945	1
TOLEDO, José Xavier de	20/3/1911; 10/10/1911	2
TOLEDO, Pedro de	3/3/1923 - 8/10/1932	2
TOLEDO, Zalina Xavier de	12/11/1921	1
TOMASI, V. Fernandes	27/7/1952	1
TORRES, Mário de Sampaio	25/7/1939	1
TOUZE, [?] Denise	22/12/[1950]	1
TOUZE, [?] E.	29/6/1950	1
VALENTE, Gilberto	30/4/1951	1
VALLADÃO, Alfredo	20/8/1946	1
VAMPRÉ, Leven	28/10/1925 - 9/2/1933	3
VAMPRÉ, Spencer	26/12/1916; 17/6/1944	2
VARELA, Alfredo	20/4/1936 - 24/4/1938	3
VAZ, Léo	21/1/1920 - 24/10/1951	4
VELLINHO, Moisés	7/8/1944	1
VIANA FILHO, Luís	18/6/1938	1
VIANA, Antonino	27/6/1924	1
VIANA, Francisco José de Oliveira	6/2/1917 - 24/1/1944	10
VIANA, Hélio	4/9/1955	1
VICTOR, Nestor	30/1/1916 - 15/12/1928	3
VIDAL, Antônio Bento	6/8/1923; 15/7/19[?]7	2
VIDAL, R. A. Sampaio	9/12/1925	1
VIDIGAL, Gastão	25/12/1930	1
VIEIRA, Antonino do Amaral	8/6/1924	1
VIEIRA, José de Araújo	22/2/1939	1
VIEIRA, Otaviano	10/4/1911 - 27/4/1925	6
VIEIRA S. J., P. Arlindo	30/6/1935	1
VILLABOIM, Manoel Pedro	13/2/1917 - 5/1924	3
VILLARES, Arnaldo [s.]	6/8/1934	1
WHITAKER, Firmino	7/2/1912 - 7/12/1926	16
WHITAKER, José Maria	12/2/1917 - 2/9/1931	9
XAVIER, Carlos	19/10/1938	1
XAVIER, Lívio Barreto	8/5/1927	1
ZABRE, Alfonso Teja	6/3/1936	1
ZAPPIA, Carlo	6/3/1924; 7/7/1924	2

Escritor	Período	Nº. de documentos
AFRÂNIO	23/11/1916	1
ALCIDES	21/6/1924 - 21/6/1924	2
ALCIDES/AMÉLIA	26/6/1936	1
[AMANAJÁS?]	1/2/1937	1
ARMANDO	5/4/1922	1
BISPO AUXILIAR	21/6/1946	1
CARDOSO	29/9/1923	1
CHRISTOVAM	28/12/1923	1
DOMINGOS	11/7/1934	1
FRANCISCO	15/11/1935	1
GONÇALO	s/d	1
HELENA [parente ou esposa do CHRISTOVAM]	s/d	1
JORGE	10/9/1939	1
LAERTE	25/6/1911	1
MÁRIO	23/7/1942	1
ÑOÑO	21/10/1913 - 28/10/1913	2
RICARDO	s/d	1
TURÍBIO	3/10/1924	1
WALDEMAR/ MARTINHO/ BAYMA/ CANTIDIO/ PACHECO/ ARLINDO/ ELIAS/ AYRES NETTO/ MIRANDA JÚNIOR	19/6/1942	1
[AMARAL]	ant. 1925	1
[ATHAYDE]	3/7/1941	1
[CARLO?]	10/2/1937	1
[CESÁRIO]	17/2/1915; 14/10/1932	2
[CORREIA, Arthur A.?)	29/3/1919	1
[ERNESTO]	8/10/1923	1
[GEENEY, N. ?]	s/d	1
[LESSA, M. do?]	4/8/1932	1
[OCTAVIANO N.?)	6/4/1916	1
[SAULO?]	17/5/1924	1
[SOUTO] ALBERTO	7/7/1905 - 7/10/1918	4
[ILEGÍVEL], P.A .	24/7/1937 - 4/8/1937	2
Não identificado	18/11/1904 - 25/12/1948	23
n.c.	14/10/1943	1

4.2. A constituição da seleta

Do conjunto de 1611 mensagens, 739 foram endereçadas a Plínio Barreto por escritores brasileiros. Toma-se, aqui, a palavra “escritor” em sentido amplo: homens de letras, intelectuais, que publicaram algum livro sobre tema literário, histórico, sociológico, entre outros. Destas 739 cartas, bilhetes e cartões-postais, selecionamos 109 que podem, de algum modo, fornecer elementos paradigmáticos para o conhecimento mais abrangente da vida literária no Brasil na primeira metade do século XX.

Os documentos selecionados receberam descrição codicológica (análise da materialidade, dos meios da escrita etc.), pois a carta, além de *texto* que expressa idéias e testemunhos, configura-se como *objeto* cultural preñado de valores e significados sociais; duas dimensões intimamente relacionadas.

Buscando unidade temática, a seleta de cartas proposta nesta dissertação de mestrado, divide-se em duas partes: *Plínio Barreto, ofício de crítico* e *Plínio Barreto, redator-chefe da Revista do Brasil*. No primeiro conjunto, aparecem as missivas de escritores que explicitam a recepção crítica do trabalho jornalístico de Plínio Barreto em sua atuação como crítico de livros, com ênfase especial no seu trabalho em *O Estado de S. Paulo*. No segundo bloco estão os documentos epistolares vinculados à rede de sociabilidade literária em torno da produção da *Revista do Brasil*, da qual Plínio foi redator-chefe entre janeiro de 1916 e maio de 1918.

No procedimento de anotação das cartas, privilegiou-se a apresentação de informações bio-bibliográficas e históricas pertinentes, oriundas de fontes primárias e secundárias, que pudessem contribuir para a leitura mais compreensiva dos documentos reunidos.

4.3. Processo de transcrição das cartas

As cartas de escritores enviadas a Plínio Barreto foram transcritas a partir de manuscritos depositados no Instituto de Estudos Brasileiros-USP ou de cópias digitais (documentação pertencente à historiadora Ana Maria A. Camargo), produzidas no projeto *Organização e exploração do acervo Plínio Barreto, pertencente à Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes*.

No processo de transcrição dos documentos epistolares, optou-se pela atualização ortográfica, visando à fluência na leitura. Na citação de títulos de obras, seguiu-se a norma bibliográfica vigente. A indicação de datas e locais foi uniformizada. Pontuação, abreviações,

idiossincrasias linguísticas e estratégias discursivas das cartas foram respeitadas. Trechos originariamente sublinhados foram grafados em itálico; os travessões que marcavam início de alguns parágrafos foram excluídos. O uso de colchetes sinaliza a dificuldade ou impossibilidade de decifração de palavras, expressões ou trechos das mensagens nos manuscritos.

4.4. Transcrição dos artigos mencionados nas cartas.

Como a totalidade dos artigos de Plínio Barreto citados nas cartas da seleta encontra-se exclusivamente nas páginas dos periódicos nos quais o crítico colaborou – documentação de grande importância, mas de difícil acesso – a pesquisa optou por transcrevê-los nesta dissertação. No estabelecimento do texto jornalístico cumpriu-se a atualização ortográfica; acatou-se as normas bibliográficas vigentes. Normatizou-se nomes próprios e formas de tratamento, levando-se em conta que estas apresentam, nos textos jornalísticos, grande variação (“Sr.,” “sr.,” “senhor”, por exemplo); os vocábulos “cousa” e “registro”, hoje em desuso, foram substituídos por “coisa” e “registro”.

As cópias microfilmadas dos artigos de Plínio Barreto em *O Estado de S. Paulo*, obtidas no Arquivo Público do Estado de São Paulo, apresentam riscos e desfocamentos. A dúvida ou a impossibilidade de leitura de palavras ou de trechos, no processo de transcrição dos artigos, foram devidamente registradas entre colchetes.

8. Iconografia



Plínio Barreto,
no canto
superior
esquerdo da
foto.

Restaurante Palhaço, aniversário de *O Estado de S. Paulo* (4 jan. 28). Sentados, da direita para a esquerda: Nestor Rangel Pestana, Luís Carneiro, Júlio de Mesquita Filho e Nicolau Ancona Lopez; de pé: Ricardo Figueiredo, Antonio Santos Figueiredo, Carlos Vieira de Carvalho, Léo Vaz, Elias Chaves, Caetano Miele, Ari Araújo, Alhemar de Paula, Taciano de Oliveira, Roberto Moreira, Antonio de Pádua Nunes, Vital Ribeiro, Moacir Piza, Hormidas Silva, Mariano Costa, Cícero Marques, Vicente Ancona Lopez, Carvalho, Fernando Caldas, Olival Costa, Pedro Cunha, Plínio Barreto, Filinto Lopes, Breno Ferraz, Basílio, Cesar de Queirós Lacerda, José Carlos de Almeida entre outros. In *Os velhos companheiros da redação* Suplemento do Centenário. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 mar. 1976, p.6.



Plínio Barreto, 1930.

<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=200>



Plínio Barreto, déc. 40.
Arquivo PB, IEB-USP

Plínio Barreto, 1943. Arquivo PB, IEB-USP.

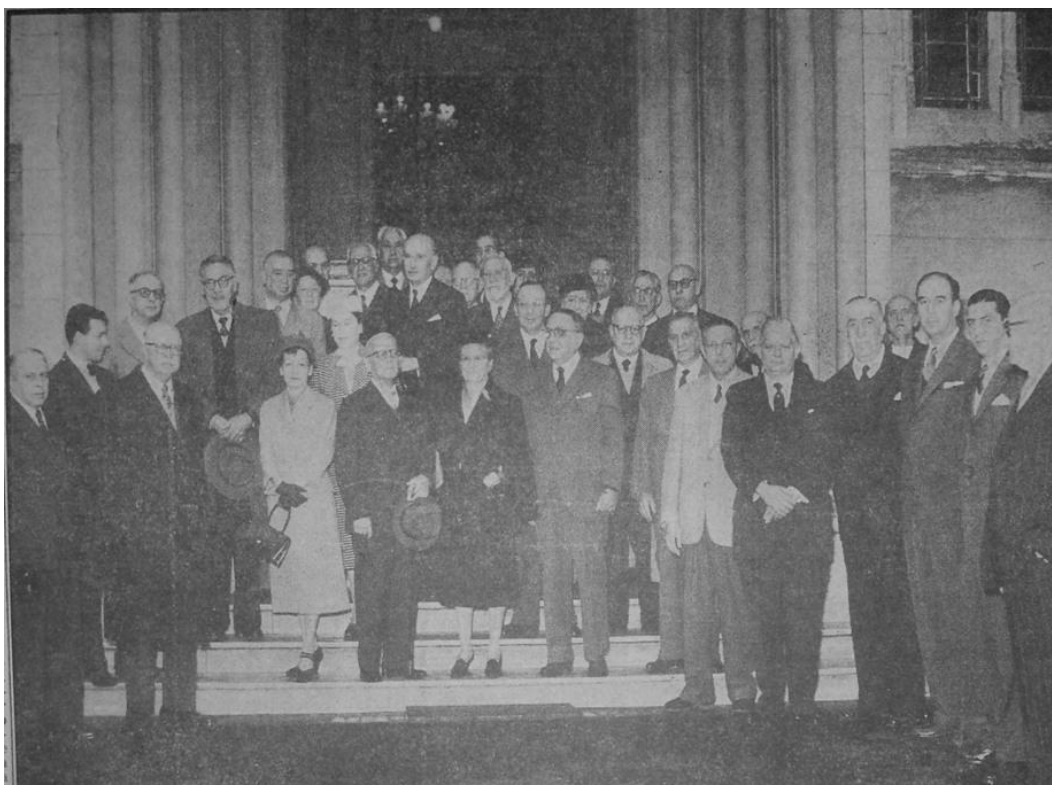
GABINETE DE INVESTIGAÇÕES SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO	
Nome: <i>Plínio Barreto</i>	
Data do nascimento: <i>20 - Junho - 1882</i>	
Filiação: <i>Jose de Moraes Barreto e Vilma Augusta de Sa- maraga</i>	
Naturalidade: <i>Campezes - S. Paulo</i>	
Nacionalidade: <i>Brasileira</i>	TIPO SANGUÍNEO: L. N.
NOTAS CROMÁTICAS	
Cutis: <i>branca</i>	POLEGAR DIREITO 
Olhos: <i>castos</i> Cabelos: <i>grisalhos</i>	
OBSERVAÇÕES: (Marras, cicatrizes, etc.) <i>512994</i>	
S. Paulo, <i>13</i> de <i>Abri</i> de <i>1943</i>	
 Chefe do Serviço de Identificação	
F. D. Série: <i>V 2333</i> Seção: <i>I 3222</i>	
Reg. Geral N.º <i>17916</i>	
<i>Chilanda</i> ASSINATURA DO PORTADOR	
T. G. I. - Mod. 83	



Plínio Barreto discursando na Ordem dos advogados em 17 de abril de 1945.
Arquivo PB, IEB-USP.

Prof. Almeida Júnior discursando em evento promovido pela Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa em 12 de dezembro de 1945. À esquerda do coferencista, Plínio Barreto, presidente da sociedade. In “Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa: solenidade de encerramento das aulas e distribuição de certificados e prêmios”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 dez. 1945, p. 8





No centro, Plínio Barreto e Celina Pacheco Barreto, em homenagem promovida pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, em maio de 1958. In PINHEIRO, P. da Silva. “Plínio Barreto, jornalista, advogado e político”. [Suplemento do Centenário]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1975, p3.

Plínio Barreto, “o parlamentar”, visto por Augusto Rodrigues, in PINHEIRO, P. da Silva. “Plínio Barreto, jornalista, advogado e político”. [Suplemento do Centenário]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1975, p3.



Plínio Barreto.
Arquivo PB, IEB-USP.





Celina Pacheco Barreto, Caio Plínio Barreto, Plínio Barreto em 1956.
Arquivo PB, IEB-USP

Plínio Barreto.
Arquivo PB, IEB-USP.



Plínio Barreto.
Arquivo PB, IEB-USP.



9. Agradecimentos:

Ao Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes, pela orientação, motivação e confiança.

À Prof^a. Dr^a. Ângela Cecília de Souza Rodrigues, minha primeira incentivadora no universo acadêmico.

Ao Prof. Dr. Antonio Dimas e a Prof^a. Dr^a. Tania Regina de Luca, pelas esclarecedoras sugestões no exame de qualificação.

À FAPESP, cujo apoio foi crucial para a elaboração deste trabalho.

Ao Instituto de Estudos Brasileiro da Universidade de São Paulo.

Ao bibliófilo Cláudio Giordano, responsável pela reunião da correspondência e um dos principais incentivadores, nos primeiros momentos, deste meu trabalho.

À Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Ao Arquivo do Estado e seus funcionários Anatercia, Tarcio, Kátia e Zé (José Aparecido), pela simpatia com que sempre me receberam em minhas incansáveis pesquisas, compartilhando a alegria das descobertas e amenizando os infortúnios.

À Academia Paulista de Letras, em especial a bibliotecária Maria Luiza Pereira de Souza Lima.

Aos meus pais Ademir (Careca) e Graça, os quais, cada um a seu modo, sempre me incentivaram e de diversos modos me ajudaram.

Ao meu irmão Ademir, que sempre me ajudou com as dificuldades tecnológicas.

À minha irmã Clarissa, amiga a quem sempre pedi leituras e opiniões, e que me ajudou no cotejo dos artigos.

À minha tia Marcia e minha avó Carolina, que sempre me motivaram com sua admiração aos meus pequenos esforços.

À Clarissa Boraschi Maria, que me ajudou a rever a realidade animando-me nos últimos momentos da pesquisa.

Aos amigos Ana Tatsumi, Alessandra Gomes da Silva, Alexandra Fernandes Oliveira, Bianca Ribeiro Manfrini, Cléber Ferreira de João, Daniela Sinhorini, Guilherme Frizzera Loyola, Juliana Zonari, Helem Cristina Bonfleur Mesquita, Priscilla Cardinalli, Victor Strazzeri. Amigos que sempre me ouviram e, de uma forma ou de outra, me ajudaram neste trabalho.

7. Bibliografia

7.1. Obra de Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. *A cultura jurídica no Brasil, 1822-1922*. São Paulo, Biblioteca d'O Estado de S. Paulo, 1922.

_____. *Agravo civil n.17411*. São Paulo, S.N., 1931.

_____. *Casamento e as moléstias contagiosas; um caso de anulação*. São Paulo, Sociedade Imprensa Paulista, 1929.

_____. *Caso do Instituto Butantã: alegações de defesa pelo advogado Dr. Plínio Barreto no processo-crime contra o Dr. Afrânio*. São Paulo, S.N., 1939.

_____. “Conferência – Gregório de Matos”. In: PICAROLLO, Antônio et alli. *Conferências – 1914-1915*. Sociedade de Cultura Artística, São Paulo, Tipografia Levi, 1916.

_____. *Crônicas forenses: o Tribunal de Justiça em 1910 e 1911*. São Paulo, Rothschild & o Pensamento, 1911.

_____. *Delegado de carreira*. São Paulo, São Paulo Ed, 1929.

_____. *Desquite: injúrias graves, posse de filhos*. São Paulo, Seção de Obras D'O Estado S. Paulo, 1926.

_____. “D. João Nery”. In *Saudosa homenagem – D. João Nery, 1º Bispo de Campinas*. São Paulo, Oficinas Gráficas Cardoso, 1920.

_____. *Embargos n. 12050*. São Paulo, Tip. Souza Brazão e Coimbra, 1924.

_____. *Estado de sítio e a liberdade de imprensa*. Cambuci, Sociedade Imprensa Paulista, s.d.

_____. “Indaiá”. In: RIBEIRO, Abraão et alli. *In memoriam Martins Fontes*. São Paulo, Edição da Comissão Glorificadora de Martins Fontes, 1938.

_____. *Intermediário de negócio*. São Paulo, Seção de Obras D'O Estado de S. Paulo, 1926.

_____. *Modelo de marido: ação de desquite*. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1927.

_____. *O caso da Itararé - Fatura: apelação civil n. 17.444 da capital Plínio Barreto/Álvaro Couto Britto*. São Paulo, SIP, 1930.

_____. *O testamento de D. Olympia de Meirelles Carvalho – Defesa do testamento/ Cel. Olympio Félix de Araújo Cintra*. São Paulo, Empresa gráfica da Revista dos tribunais, 1939.

_____. *Páginas avulsas*. Prefácio de Antonio Candido. Rio de Janeiro, Livraria J. Olympio Editora, 1958.

_____. “Páginas inúteis [Prefácio]”. In COARACY, Vivaldo (V CY.). *Problemas nacionais*. São Paulo, Sociedade Imprensa Paulista, 1930.

_____. “[Prefácio]”. In AMARAL, Afrânio do. *Serpentes em crise, a luz de uma legítima defesa no "caso do Butantã"*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1941.

_____. “[Prefácio]”. In MELILLO, Santa. *Reticências*. São Paulo, Editorial Hélios Limitada, 1927.

_____. *Questões criminais*. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1922.

BARRETO, Plínio. *Salários de depositário*. São Paulo, Sociedade Imprensa Paulista, 1933.

_____. *Temerária aventura forense*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1933.

_____. *Um paranóico de grande tomo: ação de anulação de testamento*. São Paulo, Sociedade Imprensa Paulista, 1932.

_____. *Vida forense*. São Paulo, s. ind. ed., 1922.

_____. & BARROS, Antonio de Moraes. *Acontecimentos de julho de 1924/José Carlos de Macedo Soares*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1925.

7.2. Bibliografia sobre Plínio Barreto

“À BEIRA DO TÚMULO: realçados os traços marcantes do talento poliforme de Plínio Barreto: político, jornalista, escrito, advogado”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 1 jul. 1958.

“ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA CADEIRA Nº21” [Academia Paulista de letras]. *A Gazeta*, Rio de Janeiro. 21 jul. 1958.

ABREU, Alzira Alves de (coord.) et. al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro, Brasil : FGV Editora: FGV CPDOC, 2001.

BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 1984.

BROCA, Brito. “Probidade e lucidez”. [Vida Literária]. *A Gazeta*, Rio de Janeiro, 21 dez. 1958.

CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In Barreto, Plínio. *Páginas avulsas*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1958.

CASTELLO, José Aderaldo. *Antologia do ensaio literário paulista (III)*. Coleção Textos e Documentos. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1960.

DELMANTO, Dante. “Uma figura de relevo excepcional”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 05 dez. 1982.

DUARTE, Eunice Breves. “Plínio Barreto”. *Anhembi*. (São Paulo), nº. 96, p. 546-547, nov. 1958.

“FALECEU O DIRETOR DE O ESTADO DE S. PAULO”. *O Globo*, Rio de Janeiro. 30 jun. 1958.

FIGUEIREDO, Jackson. *A coluna de fogo*. S/ind. 1925.

GIORDANO, Cláudio. *Acervo da correspondência passiva de Plínio Barreto*. Revista bibliográfica & cultural, nº 1. São Paulo, Oficina do Livro/Siemens, maio 1999.

_____. [Carta de Plínio Barreto a Flávio de Campos]. Revista bibliográfica & cultural, nº 2. São Paulo, Imprensa Oficial/Edusp, jun. 2000.

GUASTINI, Mário. “Carta de Plínio Barreto”. In *Tempos idos e vividos*. São Paulo, Editora Universitária, s.d.

“HOMENAGEM AO DR. PLÍNIO BARRETO NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 9 maio 1958.

“HOMENAGEM PÓSTUMA A DOIS ESCRITORES RECÉM FALECIDOS”. *Correio Paulistano*, São Paulo. 1 jul. 1958.

“HOMENAGEM A PLÍNIO BARRETO”. *A Hora*, Rio de Janeiro. 1 jul. 1958.

“HOMENAGENS PRESTADAS À MEMÓRIA DE PLÍNIO BARRETO”. [Na Academia de Letras]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 23 jul. 1958.

“HONROSA PARA A ACADEMIA PAULISTA A ELEIÇÃO DO SR. PLÍNIO BARRETO”. *Diário de S. Paulo*, São Paulo. 4 maio 1958.

“‘JÁ TEM DONO’ A VAGA ABERTA NA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS”. *Folha da Noite*, São Paulo. 28 fev. 1958.

LEITE, Aureliano. *História da Civilização Paulista*, São Paulo, Martins, 1946.

“LINO DE MATOS NO SENADO, FALA SOBRE A MORTE DE PLÍNIO BARRETO”. *Correio Paulistano*, São Paulo. 2 jul. 1958.

MARQUES, José Frederico. “Advogado notável, jurista de renome”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 05 dez. 1982.

MARREY, Adriano. “De Plínio Barreto”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, São Paulo. 05 dez. 1982.

MELLO, Luís Correa de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. p. 85-86.

“MENSAGENS DE PESAR PELA MORTE DE PLÍNIO BARRETO”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 24 jul. 1958.

“MISSA DE 7º DIA: mensagens de pesar pela morte de Plínio Barreto”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 5 jul. 1958.

“NA ACADEMIA PAULISTA O SR. PLÍNIO BARRETO”. *Diário de S. Paulo*, São Paulo. 3 maio 1958.

“OCUPARÁ A CADEIRA N.21 O ESCRITOR PLÍNIO BARRETO”. [Academia Paulista de Letras]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 1 maio 1958.

“O CENTENÁRIO DE PLÍNIO BARRETO”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 5 dez. 1982.

“O SEPULTAMENTO DO JORNALISTA PLÍNIO BARRETO”. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro. 1 jul. 1958.

“PERDE SÃO PAULO UMA DAS SUAS FIGURAS MAIS REPRESENTATIVAS”. *Diário de S. Paulo*, São Paulo. 1 jul. 1958.

“PERFIL DE PLÍNIO BARRETO”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro. 5-6 jul. 1958.

PINHEIRO, Péricles da Silva. “Plínio Barreto, jornalista, advogado e político”. [Suplemento do Centenário]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jul. 1975.

PIRES, Mário. “Centenário de Plínio Barreto”. [Idéias em debate]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 1982.

“PLÍNIO BARRETO”. *Anhembi*. (São Paulo), n.º 93, p. 530-532, ago. 1958.

“PLÍNIO BARRETO”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro. 10 jul. 1958.

“PLÍNIO BARRETO”. *A Gazeta*, Rio de Janeiro. 9 maio 1958.

“PLÍNIO BARRETO”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 11 jul. 1958.

“PLÍNIO BARRETO, CENTENÁRIO DE NASCIMENTO”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 21 jun. 1982.

- “PLÍNIO BARRETO FALECEU ONTEM: uma vida dedicada ao direito e a liberdade”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 29 jun. 1958.
- “PLÍNIO BARRETO MORRE EM S. PAULO”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro. 30 jun. 1958.
- “PLÍNIO BARRETO PROCLAMADO MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS”. *Folha da Noite*, São Paulo. 5 maio 1958.
- “PLÍNIO BARRETO UM COMBATENTE”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 14 jul. 1972.
- PRADO, Antônio de Almeida. “Plínio Barreto e ‘Dom Quixote’”. In: *Um dia depois do outro*. São Paulo, Editora Clube do Livro, 1965.
- QUEIROZ, Dinah Silveira de. “Pranto em São Paulo”. [Jornalzinho pobre]. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11 jul. 1958.
- “REVERENCIAM OS REPRESENTANTES DA NAÇÃO A MEMÓRIA DO GRANDE PAULISTA PLÍNIO BARRETO”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. 2 jul. 1958.
- RITTER, Marcelino. “Plínio Barreto”. *Anhemi*. (São Paulo), n.º 100, p. 168-176, mar. 1959.
- “SEPULTADO DOMINGO O ESCRITOR E JORNALISTA PLÍNIO BARRETO”. *Folha da Manhã*, São Paulo. 1 jul. 1958.
- “SEPULTADO O JORNALISTA ESCRITOR PLÍNIO BARRETO”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. 1 jul. 1958.
- “SEPULTADO ONTEM O DR. PLÍNIO BARRETO”. *A Gazeta*, Rio de Janeiro. 30 jun. 1958.
- “SEPULTADO ONTEM JORNALISTA PLÍNIO BARRETO”. *Diário Trabalhista*, Rio de Janeiro. 1 jul. 1958.
- “SEPULTAMENTO DE PLÍNIO BARRETO”. *Correio Paulistano*, São Paulo. 30 jun. 1958.

7.3. Bibliografia sobre o gênero epistolar

- ANGELIDES, Sophia. *Carta e literatura: correspondência entre Tchekhov e Górkí*. São Paulo, Edusp, 1995.
- ANDRADE, Carlos Drummond de Andrade & Mário de. *Carlos & Mário*. Org., introdução e notas de Carlos Drummond de Andrade e Silviano Santiago. Rio de Janeiro, Bem-Te-Vi, 2002.
- ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade escreve cartas a Alceu, Meyer e outros*. Ed. prep. por Lygia Fernandes. Rio de Janeiro, Ed. do Autor, 1968.
- ANDRADE, Mário de & BANDEIRA, Manuel. *Correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira*. Org., intr. e notas de Marcos Antonio de Moraes. São Paulo, Edusp, 2000.
- BEM, Jeanne. "Le statut littéraire de la lettre". Genesis. *Revue internationale de critique génétique*, Paris, n.º13, p.113-5, 1999.
- BECKER, Colette. "Le discours d'escorte: L'annotation et ses problèmes à propos de la correspondance de Zola" In: FRANÇON, André & GOYARD, Claude (Org.). *Les correspondances inédites*. Paris, Economica, 1984, p.117-129.
- BOUVET, Nora. *La escritura epistolar*. Buenos Aires, Eudeba, 2006.
- DIAZ, José-Luis. "Quelle génétique pour les correspondances?". Genesis. *Revue internationale de critique génétique*, Paris, n.º13, p.11-31, 1999.

FOUCAULT, Michel. “A escrita em si”. In: *O que é um autor? 2ª ed.* Trad. José A. Bragança de Miranda e Antônio Fernando Cascais. (Portugal), Vega, 1992.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “À margem da carta”. *Desconversa (ensaios críticos)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998, p. 154-161.

_____ & GOTLIB, Nádya Batella. (Org) *Prezado Senhor, prezada Senhora. Estudos sobre cartas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *L'épistolaire*. Paris, Hachette, 1995. Collection Contours littéraires.

KAUFMANN, Vicent. *L'équivoque épistolaire*. Paris, Éditions de minuit, 1990.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Poétique, Paris, nº14, 1973.

_____. *Pour l'autobiographie: Chroniques*. Paris, Seuil, 1998.

LOPEZ, Telê Ancona. *Cartas de Mário de Andrade*. O Estado de S. Paulo, São Paulo. Suplemento Cultura, ano IV, nº 158, 19 jun. 1983.

MORAES, Marcos Antonio de. *Cartas, um gênero híbrido e fascinante*. Caderno de Sábado, Jornal da Tarde, p.1. São Paulo, 28 out. 2000.

_____. *O orgulho de jamais aconselhar: a epistolografia de Mário de Andrade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2007.

PAES, José Paulo (Org.). *Grandes cartas da história*. São Paulo, Cultrix, 1968.

ROCHA, Andrée Crabé. *A epistolografia em Portugal*. Coimbra, Almedina, 1965.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. *Ao sol carta é farol. A correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas*. Rio de Janeiro, AnnaBlume, 1998.

SANTOS, Newton Paulo Teixeira dos. *A carta e as cartas de Mário de Andrade*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1994.

SCARPAT, G. *L'epistolografia. Introduzione allo studio della cultura classica I*. Milano, Marzorati, [s.d.].

TIN, Emerson (Org.) *A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. Campinas, Editora da Unicamp, 2005.

7.4. Livros de Correspondência

ABREU, Caio Fernando. *Cartas*; organização Italo Moriconi. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

ANDRADE, Mário de. *Mário e Otávio: cartas de Mário de Andrade a Otávio Dias Leite (1936 – 1944)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes: IEB-USP, 2006.

ANTÔNIO, João. *Cartas aos amigos Caio Porfírio Carneiro e Fábio Lucas*. Cotia, SP: Ateliê, 2004

CESAR, Ana Cristina. *Correspondência Incompleta*; organização Armando Freitas Filho e Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

CORTÁZAR, Julio. *Cartas 1937-1963 v.1*; edición a cargo de Aurora Bernárdez. Argentina: Alfaguara, 2000.

- _____. *Cartas 1964-1968* v.2 edición a cargo de Aurora Bernárdez. Argentina: Alfaguara, 2000.
- CORTÁZAR, Julio. *Cartas 1969-1983* v.3 edición a cargo de Aurora Bernárdez. Argentina: Alfaguara, 2000.
- FERNÁNDEZ, Macedonio. *Epistolario - Obras completas v.2*: comentado por Alicia Borinsky; copilado por Adolfo de Obieta; prólogo de Alicia Borinsky. Buenos Aires: Corrigidor, 2007.
- GÓMEZ, Hilario Jiménez. *Lorca y Alberti dos poetas en el espejo (1924 - 1936)*; prólogo de Luis Carcía Montero. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2003.
- GONZÁLEZ, Jesús Blázquez. *Unamuno y Candamo - Amistad y epistolario (1899-1936)*. Madrid: Ediciones 98, 2007.
- LORCA, Federico García. *Epistolario Completo*. Madrid: Cátedra, 1997.
- MISTRAL, Gabriela; OCAMPO, Victoria. *Esta América Nuestra: Correspondencia 1926-1956*. Prólogo de Elizabeth Horan y Doris Meyer. Buenos Aires: El cuento de plata, 2007.
- QUIROGA, Horacio. *Diario y Correspondencia - 1ª ed.* Buenos Aires: Losada, 2007.
- ROSA, João Guimarães. *Cartas a William Angel de Mello*. Cotia, SP: Ateliê, 2003.
- _____. *Correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- _____. *Correspondência com seu tradutor alemão Curt Meyer-Clason*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- SALINAS, Pedro; GUILLÉN, Jorge. *Correspondencia (1923-1951)*. Edición, introducción y notas de Andrés soria Olmedo. Barcelona: Tusquest Editores, 1992.
- UNAMUNO, Miguel de. *Manual de quijotismo: Cómo se hace una novela: Epistolario cruzado Miguel de Unamuno y Jean Cassou (1921-1933)*. Barcelona: Ediciones Universidad de Salamanca, 2005.

7.5. Bibliografia Geral

- ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo, Martins, 1974.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- BOSI, Alfredo. “Por um historicismo renovado: Reflexo e reflexão em história literária”. In *Literatura e Resistência*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. 32 ed. São Paulo, Cultrix, 1994.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1960.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. São Paulo, Martins (1969), 2 vols.
- _____. *Textos de Intervenção*. São Paulo, Duas Cidades, 2002.
- CARPEAUX, Otto Maria. “Problemas de História Literária Brasileira”; “O crítico Augusto Meyer”. In *Livros na Mesa: estudos de crítica*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1960.

- CARVALHO, Daniel de. *Ensaaios de crítica e de história*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1964.
- COARACY, Vivaldo. *Encontros com a vida (memórias)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.
- COUTINHO, Afrânio & SOUZA, J. Galante. *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro, FAE, 1990.
- DICIONÁRIO BIOBIBLIOGRÁFICO DE AUTORES BRASILEIROS. Salvador, Senado Federal, 1999. Coleção Biblioteca Básica Brasileira.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. “Página de Livro: Página de Jornal”. In *D.O. Leitura*. São Paulo, Publicação cultural da Imprensa Oficial do Estado, ano 20 número 05 Maio de 2002.
- LIMA, Alceu de Amoroso. *Decimalia: A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura – Biblioteca Nacional, 1959.
- LIMA, Yone Soares de. *A ilustração na produção literária: São Paulo - década de vinte*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros-USP, 1985.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. Depoimento a Luís Carlos Lisboa. In PIRES, Mário. “Centenário de Plínio Barreto”. [Idéias em debate]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 1982.
- LOYOLA, Hernán. *Neruda: la biografía literaria*. Santiago (Chile): Editorial Planeta Chilena S. A., 2006.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, Editora da Unesp, 1999.
- MADRID, Eduardo. “La Argentina y sus relaciones bilaterales con Brasil, 1930-1943”, *Separata del Décimo Congreso Nacional y Regional de Historia Argentina*, Santa Rosa: Academia Nacional de la Historia, 1999.
- MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1983.
- MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2.ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro, DIFEL, 1979.
- MOOG, Viana. “Uma interpretação da literatura brasileira”. In *Temas Brasileiros*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1968.
- NUNES, Benedito. “Historiografia literária do Brasil”. In *Crivo de Papel*. São Paulo, Ática, 1998.
- QUEM É QUEM NO BRASIL: BIOGRAFIAS CONTEMPORÂNEAS. São Paulo, Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, 1951. 8 v.
- SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: Una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- SÜSSEKIND, Flora. “Sobre a crítica”. In *Papéis Colados*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2002.
- VERÍSSIMO, José. “Introdução”. In *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.

7.6. Relação dos textos aludidos na seleta de cartas, localizados pela pesquisa:

ABREU, J. Capistrano de. “Paulística”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. V, p. 3-18, maio/jun./jul./ago. 1917.

ALENCAR, Mário de. “José Veríssimo”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. I, p. 87-94, jan./fev./mar./abr. 1916.

_____. “Contraste das Almas”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 mar. 1916, p. 3.

_____. “Defesa nacional”. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1916 p. 23.

_____. “Poesias”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. II, p. 27-30, maio/jun./jul./ago. 1916.

_____. “Poesias”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. III, p. 348-350, set./out./nov./dez. 1916.

_____. “Souza Bandeira”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. VI, p. 129-142, set./out./nov./dez. 1917.

_____. “Carlos Peixoto, Filho”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. VI, p. 277-297, set./out./nov./dez. 1917.

_____. “Flor do campo”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. VII, p. 131-145; 257-274; 339-356, jan./fev./mar./abr. 1918.

_____. “Liga Humana”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jan. 1918, p. 3, 4.

_____. “José de Alencar, o escritor e o político”. In ALENCAR, José de. *Obra Completa: volume IV*. Editora José Aguilar, Rio de Janeiro, 1960, p. 13-23.

BADARÓ, F. “Cães e veados”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. IV, p. 147-150, jan./fev./mar./abr. 1917.

BANDEIRA, Souza. “Ruínas da Aristocracia Rural”. (São Paulo), vol. II, p. 213-220, maio/jun./jul./ago. 1916.

_____. “Figuras Mortas”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. VI, p. 40-50, set./out./nov./dez. 1917.

BARRETO, Plínio. “D. Quixote”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 dez. 1913, p. 5.

_____. “Leonor Telles”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. II, p. 262-271, maio/jun./jul./ago. 1916.

[BARRETO, Plínio]. “O professor Jeremias” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1920, p. 4.

BARRETO, Plínio. “Jackson de Figueiredo: *A Coluna de Fogo*; Durval de Moraes e os poetas de Nossa Senhora; Clodomir Cardoso: *O habeas corpus e a reforma constitucional* Aureliano Guimarães: *O Habeas Corpus*; Souza Leão: *Novos incidentes constitucionais*; J. S. Fonseca Hermes Júnior: *Legislação internacional do ar*; Benjamim Sodré (Velho Lobo): *Guia do escoteiro*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 09 jan. 1926, p. 3.

BARRETO, Plínio. “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Tomo especial da *Nobiliarquia Paulistana, histórica e genealógica*, volume primeiro” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1926, p. 3.

_____. “Lourenço Filho: *Juazeiro do Padre Cícero*; Afonso de E. Taunay: *História Seiscentista da vila de São Paulo*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 1926, p. 3.

_____. “Oliveira Lima: *Dom Pedro e Dom Miguel*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 02 abr. 1927, p. 3.

_____. “Tobias Monteiro: *História do Império*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 1927, p. 3.

_____. “Oliveira Vianna: *Idealismo da Constituição*; Clodomir Cardoso: *Rui Barbosa*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1927, p. 3.

_____. “Hamilton Nogueira: *Jackson de Figueiredo – A doutrina da ordem*; Perilo Gomes: *Jackson de Figueiredo*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 mar. 1928, p. 3.

_____. “Tobias Monteiro: *O presidente Campos Sales na Europa*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 1928, p. 3.

_____. “Tristão de Ataíde: *Estudos* [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 dez. 1928, p. 3.

_____. “Pedro Baptista: *Os cangaceiros do Nordeste*; A. Carneiro Leão: *Palavras de Fé*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 mar. 1929, p. 3.

_____. “Gastão Cruls: *A criação e o criador*; A. Pompeu: *Cinco Gênios e Ideias, homens e livros*; Plínio de Lima: *Pérolas renascidas*”. [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 09 abr. 1929, p. 3.

_____. “Jackson de Figueiredo: *In Memoriam*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1929, p. 3.

_____. “Fernando de Azevedo: *Ensaio*; J. Capistrano de Abreu: *O descobrimento do Brasil*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 dez. 1929, p. 3.

_____. “Oliveira Vianna: *Problemas de política objetiva*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 mar. 1930, p. 3.

_____. “Godofredo Rangel: *Filha*; Victor Panchet: *O caminho da felicidade; Os filhos* (trad. Godofredo Rangel)” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 mar. 1930, p. 3.

_____. “Artur Mota: *História da Literatura Brasileira* 2ºvol.; S. Rangel de Castro: *Quelques aspects de la civilisation bresiliense*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 ago. 1930, p. 3.

_____. “Resenha: Desvendando Arquivos”. *Revista Nova*. (São Paulo), p. 377-381, jun. 1932.

_____. “Visconde de Taunay: *Pedro II e Império e república*; Afonso de Taunay: *Visitantes do Brasil colonial*; Alberto Torres: *O problema nacional brasileiro e A organização nacional*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 out. 1933, p. 3.

BARRETO, Plínio. “Paulo Setúbal: *El-dorado*; Ary dos Santos: *Nós os advogados*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 ago. 1934, p. 3.

_____. “A. C. Pacheco e Silva: *Direito à saúde*; Josué de Castro: *O problema da alimentação no Brasil*; A. Almeida Júnior: *Escola pitoresca*; Ernest Hambloch: *Brazilian Constitution of 1934*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. 1934, p. 3.

_____. “Hélio Viana: *Formação brasileira*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 mar. 1935, p.3.

_____. “Pedro Calmon: *Espírito da sociedade colonial*; Prof. E. Vampré e Carlos Gama: *Tumores cerebrais*; D. Amaro Van Emelen O.S.B.: *Cartilha do apicultor brasileiro*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1935, p. 3.

_____. “Paulo Setúbal: *O Romance da Prata e O sonho das esmeraldas*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 06 jul. 1935, p. 3.

_____. “Alfredo Varela: *Res Avita*; Bernardino de Souza: *Heroínas bahianas*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 abr. 1936, p. 3.

_____. “Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde): *O espírito e o mundo - ensaios*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1936, p. 3.

_____. “Andrade Muricy: *A nova literatura brasileira*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 1936, p. 3.

_____. “Afonso de E. Taunay: *História geral das Bandeiras Paulistas*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo vol XXI*; Josué de Castro: *Documentos do Nordeste*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 fev. 1937, p. 4.

_____. “Pedro Calmon: *História social do Brasil – 2º tomo*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 09 out. 1937, p. 3.

_____. “Roberto C. Simonsen: *História econômica do Brasil, 1500 – 1820, 2 vols.*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 jan. 1938, p. 3.

_____. “Pedro Calmon: *O rei filósofo*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1938, p. 3.

_____. “Lúcia Miguel Pereira: *Amanhecer*; José Vieira: *Espelho de Casados*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 fev. 1939, p. 3.

_____. “Tobias Monteiro: *História do Império – o Primeiro Reinado*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago. 1939, p.3.

_____. “Flávio de Campos: *Planalto*; Otávio de Faria: *Os caminhos da vida*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 nov. 1939, p. 3.

_____. “Pedro Calmon: *História social do Brasil (3º tomo)*; Monteiro Lobato: *O minotauro*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 dez. 1939, p. 3.

_____. “Genolino Amado: *Um olhar sobre a vida*; Nelson Romero: *Os grandes problemas do espírito*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 jan. 1940, p. 3.

BARRETO, Plínio. “Pedro Calmon: *História da casa da torre*; Aureliano Leite: *Pequena história da casa verde*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 jan. 1940, p. 3

_____. “Vicente Themudo Lessa: *Episódios e perfis*; Mário Guastini: *Na caravana da vida*; Desembargador Vieira Ferreira: *Azambuja e Urussanga*; A. Almeida Júnior: *A embriaguez no teatro de Shakespeare*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 mar. 1940, p. 3.

_____. “Jaime Franco: *Martins Fontes*; Cícero Marquez: *Tempos passados*” [Seção Livros Novos]. *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 1942, p. 4.

_____. “*História econômica do Brasil*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 dez. 1946, p. 4.

_____. “*O burrico Lúcio*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 1951, p. 5.

_____. “*Um grande romancista*” [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 out. 1952, p. 6.

_____. “*Um dos maiores bandeirantes*” [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 05 jun. 1955, p. 4.

_____. “*Capistrano*” [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 1955, p. 7.

_____. “Uma excelente biografia” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 nov. 1955, p. 3.

_____. “O Brasil em 1900” [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 dez. 1956, p. 8.

BILAC, Olavo. “Diziam que”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. VIII, p. 39-42, maio/jun./jul./ago. 1918.

CHATEAUBRIAND, Assis. “Sobre a jornada republicana de 1817”. *Revista do Brasil* vol. VI, p. 364-376, set./out./nov./dez. 1917.

GAMA, Domício da. “O capítulo das viagens”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. III, p. 315-321, set./out./nov./dez. 1916.

GANNES, Claudio. “Três poetas”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. VII, p. 369-379, jan./fev./mar./abr. 1918.

LEÃO, A. Carneiro. “Oliveira Lima”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. V, p. 496-505, maio/jun./jul./ago. 1917).

LESSA, Pedro. “Os preconceitos das reformas constitucionais”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. IV, p. 351-365, jan./fev./mar./abr. 1917.

LIMA, Alceu Amoroso. “Pelo passado nacional”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. III, p. 1-15, set./out./nov./dez. 1916.

_____. “O êxodo”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. VI, p. 30-39, set./out./nov./dez. 1917.

_____. “Souza Bandeira”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. V, p. 427-430, maio/jun./jul./ago. 1917.

- LIMA, Oliveira. “A doutrina de Monroe”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. II, p. 1-15, maio/jun./jul./ago. 1916.
- _____. “A revolução pernambucana”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. IV, p. 115-132, jan./fev./mar./abr. 1917.
- _____. “A revolução de 1817”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. IV, p. 431-443, jan./fev./mar./abr. 1917.
- _____. “O copiadador do barão de Penedo”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. V, p. 19-32, maio/jun./jul./ago. 1917.
- _____. “O meu professorado em Harvard”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. V, p. 154-177, maio/jun./jul./ago. 1917.
- _____. “Ainda existe o Direito internacional”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. VII, p. 111-119, jan./fev./mar./abr. 1918.
- _____. “Centenário da Revolução de 1817”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. IV, p. 247-259, jan./fev./mar./abr. 1917.
- LOBO, Hélio. “Sós na América”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. I, p. 379-385, jan./fev./mar./abr. 1916.
- _____. Às portas da guerra (Do ULTIMATUM Saraiva, 10 de agosto de 1864, à Convenção da Vila União, 20 de fevereiro de 1865). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.
- MAGALHÃES, Basílio de. “Domingos Jorge Velho”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. IV, p. 260-264, jan./fev./mar./abr. 1917.
- _____. “Céu e água”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. V, p. 105-107, maio/jun./jul./ago. 1917.
- MONTEIRO, Tobias do Rego. Cartas sem título por João Estevão. Rio de Janeiro: Tipografia Jornal do Comércio Rodrigues & C, 1902.
- OLIVEIRA, Alberto de. “A Rima e o Ritmo”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. I, p. 24-30; p. 272-276, jan./fev./mar./abr. 1916.
- _____. “Galatéia”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. IV, p. 133-138, jan./fev./mar./abr. 1917.
- _____. “Sonetos”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. VI, p. 51-56, set./out./nov./dez. 1917.
- _____. “A Rima e o Ritmo”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. I, p. 24-30, jan./fev./mar./abr. 1916.
- _____. “A Rima e o Ritmo”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. I, p. 272-276, jan./fev./mar./abr. 1916.
- OLIVEIRA, Samuel. “Sílvio Romero e a alma brasileira”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. II, p. 322-334, maio/jun./jul./ago. 1916.
- PEREIRA, Lafayete R. “Páginas Esquecidas: Machado de Assis”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. IV, p. 195-201, jan./fev./mar./abr. 1917.
- PRADO, Armando. “Francisco Adolpho de Varnhagen”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. I, p. 139-159, jan./fev./mar./abr. 1916.

RANGEL, Godofredo. “Vida ociosa”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. V, p. 82-100; 215-230; 361-370, maio/jun./jul./ago. 1917.

RODRIGUES, José Honório. *Correspondência de Capistrano de Abreu: Volume I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 248

ROQUETE-PINTO, Edgar. “Um informante do imperador Pedro II”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. I, p. 160-166, jan./fev./mar./abr. 1916.

ROQUETE-PINTO, Edgar. “Rondônia”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. II, p. 169-171, maio/jun./jul./ago. 1916.

SILVEIRA, Valdomiro. “Desespero de amor”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. I, p. 36-42, jan./fev./mar./abr. 1916.

_____. *Os caboclos*. São Paulo, Edição da “Revista do Brasil”, Monteiro Lobato & C. 1920.

TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*: Terceira edição comemorativa do 1º centenário, revista e anotada por Oliveira Lima. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

VIANA, Oliveira. “Populações meridionais do Brasil”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. V, p. 129-146; 415-427, maio/jun./jul./ago. 1917.

_____. “Psicologia das evoluções meridionais”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. VI, p. 298-310; 453-468, set./out./nov./dez. 1917.

Plínio Barreto, ofício de crítico
Seleta de cartas endereçadas a Plínio Barreto,
assinadas por escritores brasileiros

1. AMADO, Genolino. [post. 20 jan. 1940].	p. 4
2. AZEVEDO, Fernando de. 16 dez. 1929.	p. 6
3. AZEVEDO, Fernando de. 17 set. 1937.	p. 7
4. BARBOSA, Francisco de Assis. [post. a 1952].	p. 8
5. BROCA, Brito. 7 jan. 1956.	p. 9
6. CALMON, Pedro. 8 maio 1935.	p. 10
7. CALMON, Pedro. 27 out. 1937.	p. 12
8. CALMON, Pedro. 24 jun. 1938.	p. 13
9. CALMON, Pedro. 18 dez. 1939.	p. 14
10. CALMON, Pedro. 9 fev. 1940.	p. 15
11. CAMPOS, Flávio de. 17 jan. 1944.	p. 16
12. CARVALHO, Vicente de. 4 jun. 1911.	p. 21
13. CARVALHO, Vicente de. 28 dez. 1913.	p. 22
14. CASTRO, Josué de. 1937.	p. 23
15. COARACY, Vivaldo. 14 dez. 1924.	p. 24
16. CAVALHEIRO, Edgar. 28 nov. 1955.	p. 25
17. CRULS, Gastão. 28 abr. 1929.	p. 27
18. FIGUEIREDO, Jackson de. 25 set. 1925.	p. 28
19. FIGUEIREDO, Jackson de. 20 mar. 1928.	p. 30
20. FIGUEIREDO, Jackson de. 22/23 mar. 1928.	p. 32
21. GUASTINI, Mário. 9 mar. 1940.	p. 33
22. GUASTINI, Mário. 21 maio 1941.	p. 35
23. JUNOT, Jaime Franco Rodrigues. 27 nov. 1942.	p. 36

24. LEÃO, Antonio Carneiro. 15 mar. 1929.	p. 37
25. LIMA, Alceu Amoroso. 26 dez. [1928].	p. 40
26. LIMA, Alceu Amoroso. 25 mar. [1929].	p. 42
27. LIMA, Alceu Amoroso. 25 abr. [1929].	p. 45
28. LIMA, Alceu Amoroso. 20 jun. 1936.	p. 47
29. LIMA, Manuel de Oliveira. 13 jun. 1927.	p. 49
30. MONTEIRO, Tobias do Rego. 27 abr. 1927.	p. 50
31. MONTEIRO, Tobias do Rego. 13 jun. 1927.	p. 51
32. MONTEIRO, Tobias do Rego. 2 out. 1928.	p. 52
33. MONTEIRO, Tobias do Rego. 17 jun. 1932.	p. 54
34. MONTEIRO, Tobias do Rego. 8 set. 1939.	p. 55
35. MONTEIRO, Tobias do Rego. 27 jan. 1947.	p. 57
36. MOTA, Artur. 30 ago. 1930.	p. 58
37. MURICY, José de Andrade. 24 fev. 1936.	p. 61
38. PRADO JÚNIOR, Caio. 4 dez. 1946.	p. 62
39. RANGEL, Godofredo. 27 mar. 1930.	p. 63
40. SETÚBAL, Paulo. 12 jul. 1935.	p. 64
41. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. ant. 17 jul. 1926.	p. 65
42. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. 17 jul. 1926.	p. 68
43. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. 12 set. 1926.	p. 69
44. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. 23 out. 1933.	p. 70
45. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. 27 fev. 1937.	p. 71
46. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. 5 jun. 1955.	p. 72
47. VARELA, Alfredo. 20 abr. 1936.	p. 74
48. VARELA, Alfredo. 24 abr. 1938.	p. 76
49. VAZ, Léo. 21 jan. 1920.	p. 78
50. VAZ, Léo. 24 out. 1951.	p. 79

51. VIANA, Hélio. 4 set. 1955.	p. 80
52. VIANA, Oliveira. [1920].	p. 81
53. VIANA, Oliveira. 23 ago. 1927.	p. 82
54. VIANA, Oliveira. 10 mar. 1930.	p. 83
55. VIEIRA, José de Araújo. 27 fev. 1939.	p. 84

1. AMADO, Genolino¹. [post. a 20 jan. 1940].

Eminente mestre Plínio Barreto.

Escrevo-lhe ainda sob a emoção que me causou o seu rodapé no *Estado de S. Paulo* e por isso mesmo nem sei como agradecer as altas e desvanecedoras referências com que me honrou e ao meu pequeno *Um olhar sobre a vida*².

Velho apreciador dessas páginas em que a crítica brasileira se eleva ao plano dos mais ilustres modelos europeus, muitas delas tenho guardado como preciosos exemplos de cultura, de penetração intelectual e de peregrina honradez de julgamento. A última, porém, guardo-a comigo como expressão de generosidade.

Devo-lhe muito em estímulo. E, se mais não lhe devo, é porque reconheço que os seus aplausos se dirigiram menos a mim, pessoalmente, do que a um gênero de literatura que precisa de apoio, precisamente por ter sido até muito desdenhado pelos nossos críticos.

O pequeno ensaio facilmente se confunde com a crônica. E esta já tomou no Brasil um sentido quase pejorativo, como sinal de futilidade e até mesmo de leviandade de espírito. Não se compreende aqui um homem como Gilbert Chesterton³, sempre mais profundo e admirável nos seus artiguets sobre o mundo, as ideias e as figuras da vida, do que nas obras volumosas de ficção, de biografia ou de debate religioso e político. A tendência indígena para a facilidade intelectual, para as generalizações apressadas e inconsequentes, para ligeiros voos sobre assuntos que exigem lento e árduo caminho, determinou uma natural suspeita contra o ensaio conciso, sem citações ilustrativas, etc. E o resultado é que a vocação que se afirma em tal gênero sempre padece da confusão desdenhosa com os “cronistas”, não sendo levados muito a sério, num julgamento feito *a priori*.

¹ Genolino Amado (1903-1989), escritor sergipano. Formado em Direito no Rio de Janeiro, transfere-se a São Paulo para atuar como cronista no *Correio Paulistano*; assume, entre 1928 e 1930, o posto de Chefe da Censura Teatral e Cinematográfica; liga-se ao Suplemento Literário do *Diário de São Paulo* e ao *Diário da Noite*. No Rio de Janeiro, em 1933, torna-se redator-editorialista de *O Jornal*. Em 1937 publica o primeiro livro, *Vozes do mundo*, no qual estuda grandes figuras das letras estrangeiras. O êxito da estreia levou-o a reunir outros ensaios, lançados em suplementos dominicais, em *Um olhar sobre a vida*, em 1939. Eleito em 1973 para a Academia Brasileira de Letras. Publicou também, entre outros livros: *Os inocentes do Leblon*, crônicas (1946); *O pássaro ferido*, crônicas (1948); *O reino perdido*, memórias (1971); *Um menino sergipano*, memórias (1977).

² BARRETO, Plínio. “Genolino Amado: *Um olhar sobre a vida*; Nelson Romero: *Os grandes problemas do espírito*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 jan. 1940, p. 3. No artigo, Plínio assinala o “olhar agudo e penetrante” de Genolino Amado, sinalizando o “jogo dos paradoxos” que caracteriza os textos do livro. Apresenta fragmentos de ensaios nos quais o autor discute aspectos do mundo moderno, em contraponto com o passado; o preconceito do povo brasileiro em relação aos homens de inteligência e a vergonha que os brasileiros têm de suas virtudes.

³ Gilbert Keith Chesterton (1874-1936), ensaísta inglês.

O seu rodapé, quase todo devotado ao meu livro, constitui, portanto, a redenção do pequeno ensaio. E só um mestre da sua autoridade e do seu alto prestígio poderia fazê-la.

Grato por tudo que lhe devo, peço licença para, ao fim desta carta, não só [o] considerar como um mestre, mas também como um amigo de

Genolino Amado.

Carta assinada “Genolino Amado”; sem local e sem datada; datiloscrito original, fita preta; papel branco; 2 folhas; 20,7 x 16 cm.

2. AZEVEDO, Fernando de⁴. 16 dez. 1929.

DIRETOR GERAL DE INSTRUÇÃO
RIO-BRASIL

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1929.

Meu caro Dr. Plínio Barreto.

Não me surpreendeu, mas me cativou profundamente a belíssima crônica que consagrou aos *Ensaio*s no *O Estado de S. Paulo*⁵. Tem tanto de delicada e elegante, quanto tem de generosa. O grande Plínio Barreto atribui-me as qualidades que possui no mais alto grau e em conjunto de admirável equilíbrio. Compreendo, porém, que os meus trabalhos de crítica apresentam alguma coisa que lembre essas qualidades... Leio e releio tudo o que meu ilustre amigo escreve e, a poder de o admirar, é natural que tenha vindo o desejo e tomado o gosto de imitá-lo.

Abraça-o afetuosamente com essa veneração que se tem pelos homens, cuja grandeza de coração se mede pelo espírito.

Amigo certo e grato

Fernando de Azevedo.

Carta assinada “Fernando de Azevedo”; datada “Rio, 16 de Dezembro de 1929”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; timbrado: “DIRECTOR GERAL DE INSTRUÇÃO/RIO-BRASIL”; 2 folhas; 20,0 x 16,4 cm.

⁴ Fernando de Azevedo (1894-1974), educador, crítico e sociólogo mineiro, formou-se em Direito, em São Paulo. Foi redator e crítico literário de *O Estado de S. Paulo* (1923-26), jornal em que organizou e dirigiu, em 1926, dois inquéritos, um sobre a arquitetura colonial e outro sobre Educação Pública em São Paulo, abordando os problemas fundamentais do ensino, e iniciando uma campanha por uma nova política de educação e pela criação de universidades no Brasil. Atuou como Diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal [Rio de Janeiro], entre 1926 e 1930; Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933) e Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1941-1942). Atuou como Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1947); Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, que ele instalou e organizou (1956-61); Eleito em 1967 para a Academia Brasileira de Letras. Publicou, entre outros livros: *Ensaio*s (1924); *Páginas latinas*, ensaios (1927); *A reconstrução educacional no Brasil* (1932); *Novos caminhos e novos fins: a nova política da educação no Brasil* (1935); *A educação e seus problemas*, 2 vols. (1937); *A cultura brasileira*, 3 vols. (1943); *História da minha vida*, memórias (1971) (<http://www.academia.org.br/> Consulta em 16 jun. 2009).

⁵ BARRETO, Plínio. “Fernando de Azevedo: *Ensaio*s; J. Capistrano de Abreu: *O descobrimento do Brasil*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 dez. 1929, p. 3. Neste artigo dedicado parcialmente à “obra de um gentil-homem das letras”, Plínio Barreto define o método crítico de Fernando de Azevedo: postura generosa e linguagem marcada pela construção de imagens. Plínio mostra também que muitas das qualidades que o crítico encontra nos livros servem para constituir o seu autorretrato.

3. AZEVEDO, Fernando de. 17 set. 1937.

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA
DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
RUA DOS GUSMÕES 118 – SÃO PAULO

São Paulo, 17 de setembro de 1937.

Meu caro Dr. Plínio.

A Comp. Editora Nacional⁶ enviou-lhe há tempos a carta de que junto cópia, solicitando-lhe a opinião, em algumas linhas, sobre a “*Brasiliana*”, da B.P.B, coleção fundada e dirigida por mim e editada por esta companhia. Com a publicação da *História econômica do Brasil*, em três tomos, completará a *Brasiliana*, cujo primeiro volume foi lançado em fins de 1931, a primeira centúria de volumes. Ser-lhe-ão remetidos, logo que saírem, em outubro, os dois 1^{os} tomos do 100^o volume dessa coleção⁷.

Ficar-lhe-ei muito grato se nos mandar a sua opinião sobre a *Brasiliana*. A Comp. tem o maior empenho em saber o que pensa, sobre sua iniciativa o eminente escritor e jurista brasileiro.

Afetuosamente

Fernando de Azevedo.

Carta assinada “Fernando Azevedo”; datada “S. Paulo, 17, Setembro, 37”; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana; timbrado: “BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA/ DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO/ COMPANHIA EDITORA NACIONAL/ RUA DOS GUSMÕES 118 – SÃO PAULO”; 2 folhas; 21,4 x 15,7 cm.

⁶ A Companhia Editora Nacional foi fundada em 1925 pelo escritor Monteiro Lobato e por Octalles Marcondes Ferreira; representou uma revolução no mercado editorial da época, em um país pouco alfabetizado.

⁷ BARRETO, Plínio. “Roberto C. Simonsen: *História econômica do Brasil, 1500 – 1820, 2 vols.*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 jan. 1938, p. 3. Da mesma maneira que faz a outros livros dedicados à “compreensão do Brasil” e ao “ensino da mocidade”, Plínio enaltece o livro. Sintetiza a obra que defende a preponderância do fator econômico na história. O crítico focaliza os principais ciclos econômicos brasileiros; o problema da escravidão; do bandeirante e da dependência portuguesa à colônia para demonstrar que foram estes fatores econômicos que permitiram a unidade do país e que foi da autonomia econômica que logramos a autonomia política.

4. BARBOSA, Francisco de Assis⁸. [post. 1952].

Caro amigo Dr. Plínio,

nesta maravilhosa estância, onde vim para uma cura de repouso, tive a satisfação de ler o seu belo artigo no *Estado* sobre meu *Lima Barreto*⁹. Muito obrigado pelas suas generosas palavras. Vale a pena escrever-se um livro para ter um elogio daquele, e de um homem como o senhor, modelo de virtudes cívicas e honestidade intelectual. Sempre seu amigo, sou o

Chico Barbosa



Cartão postal “Chico Barbosa”; sem data; autógrafa a tinta preta; papel branco, borda irregular; 1 folha; 8,9 x 13,5 cm.

⁸ Francisco de Assis Barbosa (1914-1991), jornalista, biógrafo e historiador paulista. Atuou em diversos periódicos, entre os quais *A Noite* (1934), *O Imparcial* (1935), *A Noite Ilustrada*, *Vamos Ler*, *Carioca*, *Diretrizes* (1936 a 1942), *Correio da Manhã* (1944), *Diário Carioca*, *Folha da Manhã* (de São Paulo) e *Última Hora* (1951 a 1956). Ao lado de sua atividade no jornalismo, exerceu cargos administrativos, técnicos e de assessoria editorial. Fundador da Associação Brasileira de Escritores (ABDE); teve destacada atuação ao organizar, com Aníbal Machado, o I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo (1945). Foi assessor do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, junto ao Ministério das Relações Exteriores (1946 a 1948); eleito em 1970 para a Academia Brasileira de Letras. Publicou, entre outros livros: *Brasileiro tipo 7*, ensaio (1934); *A vida de Lima Barreto*, biografia (1952); *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens* (1954); *Retratos de família*, ensaios (1954); *Machado de Assis em miniatura*, biografia (1957); *Achados do vento*, ensaio (1958); *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*, biografia (1962).

⁹ BARRETO, Plínio. “Um grande romancista” [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 out. 1952, p. 6. Neste artigo, Plínio Barreto apresenta aspectos do estilo literário de Lima Barreto, assinalando a “habilidade com que [o romancista] se utilizava do ridículo e da zombaria”. Rememora os principais dramas da vida do escritor: o alcoolismo e a loucura do pai. O crítico aplaude a obra de Assis Barbosa, definida como “um ensaio crítico-biográfico em que se evocam episódios tanto da vida política como da sua vida literária”. Ao concluir a resenha, compara a biografia de Lima Barreto àquela de Johnson, realizada por Boswell, considerada modelo de “trabalho fundado na verdade”.

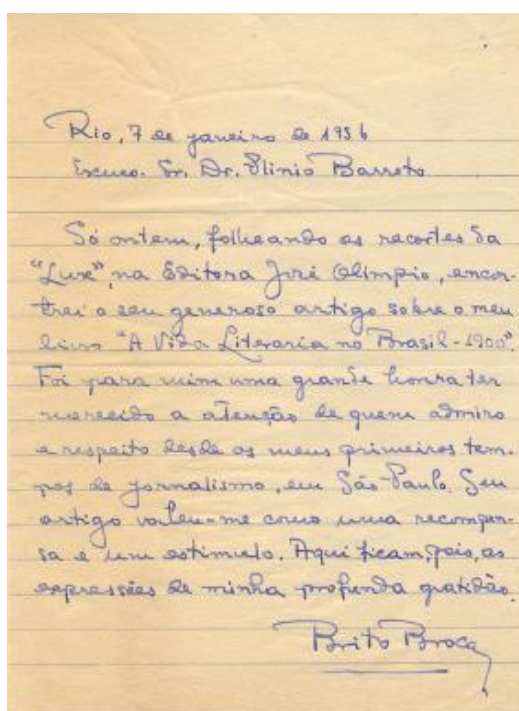
5. BROCA, Brito¹⁰. 7 jan. 1957.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 195[7]¹¹.

Exmo. Sr. Dr. Plínio Barreto.

Só ontem, folheando os recortes da *Lux*, na editora José Olympio, encontrei o seu generoso artigo sobre o meu livro *A Vida Literária no Brasil/1900*¹². Foi para mim uma grande honra ter merecido a atenção de quem admiro e respeito desde os meus primeiros tempos de jornalismo, em São Paulo. Seu artigo valeu-me como uma recompensa e um estímulo. Aqui ficam, pois, as expressões de minha profunda gratidão.

Brito Broca.



Rio, 7 de janeiro de 1956
Exmo. Sr. Dr. Plínio Barreto

Só ontem, folheando os recortes da "Lux", na editora José Olympio, encontrei o seu generoso artigo sobre o meu livro "A Vida Literária no Brasil - 1900". Foi para mim uma grande honra ter merecido a atenção de quem admiro e respeito desde os meus primeiros tempos de jornalismo, em São Paulo. Seu artigo valeu-me como uma recompensa e um estímulo. Aqui ficam, pois, as expressões de minha profunda gratidão.

Brito Broca

Carta assinada "Brito Broca"; datada: "Rio, 7 de janeiro de 1956"; autógrafa a tinta azul; papel branco, pautado; 2 folhas; 18,3 x 13 cm.

¹⁰ José Brito Broca (1903 - 1961), jornalista, ensaísta e crítico paulista. Em 1927, ingressa como repórter de *A Gazeta* de São Paulo, respondendo pela crônica social, sob o pseudônimo de Lauro Rosas; em 1935, nesse periódico, foi responsável pela seção literária, assinando seus textos como Alceste. Em 1937, a convite de Genolino Amado, transfere para o Rio de Janeiro, ligando-se profissionalmente ao DIP, embora sem qualquer vinculação ideológica à política de Getúlio Vargas. Ao mesmo tempo continuou a colaborar em *A Gazeta*, como redator da Sucursal. Em 1946, torna-se diretor do suplemento "Letras & Artes", de *A Manhã*. Em 1956 publica *A Vida Literária no Brasil - 1900*, em edição ilustrada do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, livro quatro vezes premiado – pela Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (Prêmio Paula Brito); pela Academia Brasileira de Letras (Prêmio Sílvio Romero); pela sociedade Paulista de Escritores (Prêmio Fábio Prado); e pelo Pen Club do Brasil (Prêmio Luísa Cláudio de Sousa). Publicou entre outros livros: *Americanos* (1944); *Raul Pompeia* (1956); *Horas de leitura* (1957).

¹¹ No original, 1956.

¹² BARRETO, Plínio. "O Brasil em 1900" [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 dez. 1956, p. 8. Em crítica favorável, em tom nostálgico, Plínio cita os principais temas abordados por Brito Broca em seu livro para concluir que mesmo não sendo o objetivo da obra, ela mostra que "a decadência dos nossos dias, no plano intelectual, é desoladora".

6. CALMON, Pedro¹³. 8 maio 1935.

PEDRO CALMON
ADVOGADO
AV. RIO BRANCO, 103 1º, S.4
RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1935.

Eminente Dr. Plínio Barreto,

acabo de ler o admirável folhetim que ao meu livro *Espírito da sociedade colonial* dedicou Plínio Barreto¹⁴. Desvaneceu-me a sua aprovação; confortou-me a ampla amabilidade do seu acolhimento. Já me habituara a receber, a propósito de cada um dos meus trabalhos, o estímulo da sua crítica. É razão de sobra para que lha agradeça, com sincera emoção, tanto me considero premiado e pago do meu esforço pela compreensão generosa que dele teve o maravilhoso juiz que é Plínio Barreto. Muito Obrigado.

Tenho ultimamente acentuado a minha atividade nesse campo todo novo da história da nossa civilização, a ver se cuidamos mais de civilização que de história. Já reparou que não possuímos ainda um livro equilibrado de história social? E de evolução de costumes? E de história do trabalho? E de história da família? E de história das ideias? Mandei para o prelo a 2ª edição da minha humilde *História da Civilização Brasileira* com esta intenção mais fixada: de interessar sobretudo o estudo universitário da história do Brasil nessa orientação mais útil e mais científica da pesquisa, a fim de deixarmos de vez, na escola secundária, o compêndio cronológico, em proveito dos quadros reais do passado, no sentido em que Dewey encarava a sua

¹³ Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-1985), professor, político, historiador baiano. Em 1925 ingressa no Museu Histórico Nacional, onde criou a cadeira de História da Civilização Brasileira. Ingressa na política, como deputado estadual da Bahia de 1927 a 1930. Em 1934 torna-se professor de Direito Público Constitucional na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, instituição na qual atuará como diretor de 1938 a 1948. Eleito deputado federal em 1935, ligou o seu nome à primeira lei protetora, na Bahia, do patrimônio cultural. Nesse mesmo ano, assume a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade do Distrito Federal, publicando o primeiro tomo da *História social do Brasil*. Eleito em 1936 para a Academia Brasileira de Letras. Publicou, entre outros livros: *Pedras d'armas*, contos (1923); *O tesouro de Belchior*, novela (1929); *Anchieta, o santo do Brasil* (1930); *O crime de Antonio Vieira* (1931); *Por Brasil e Portugal. Sermões do Padre Vieira*, anotados (1933); *O rei cavaleiro: Vida de D. Pedro I* (1933); *O rei do Brasil: Vida de D. João VI* (1935); *O rei filósofo: A vida de D. Pedro II* (1938); *História da literatura baiana* (1949); *Castro Alves: o homem e a obra* (1973). (<http://www.academia.org.br/> consulta em 16 jun. 2009)

¹⁴ BARRETO, Plínio. "Pedro Calmon: *Espírito da sociedade colonial*; Prof. E. Vampré e Carlos Gama: *Tumores cerebrais*; D. Amaro Van Emelen O.S.B.: *Cartilha do apicultor brasileiro*" [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1935, p. 3. Neste artigo, Plínio apresenta uma síntese da obra de Pedro Calmon, demonstrando os principais assuntos abordados neste primeiro tomo de uma série dedicada à História do Brasil. O único momento em que o crítico expressa a sua opinião, relaciona-se à afirmação do autor de que na fusão das raças no Brasil o que dominou foi o "espírito branco": "[Para Calmon] a uniformização fez-se por cima na orientação dos seus elementos nobres, não por baixo, de acordo com os seus elementos inferiores. Acho que neste ponto, o ilustre historiador se apressa um pouco. A uniformização ainda não se fez, está se fazendo".

pedagogia da espécie: história, sociologia de antanho... Procurando concretizar este plano, que julgo altamente patriótico, publiquei, além daquele volume da Col. Brasiliana, uma *História da Civilização Brasileira* para a escola primária, que desejaria fosse benevolmente examinada por Plínio Barreto.

Brevemente tomarei a liberdade de oferecer-lhe outro livro, sobre D. João VI, que espero nestes dias do prelo, “made in José Olympio”¹⁵.

Peço outrossim que me releve a impertinência de escrever-lhe quando o tempo lhe é tão escasso e precioso, acreditando na minha imensa gratidão, com que me confesso seu admirador e amigo *ex corde*, e

leitor entusiasta

Pedro Calmon

S/c Rua Xavier da Silva n. 22 (Copacabana).

Carta assinada “Pedro Calmon”; datada “Rio de Janeiro, 8 de Maio de 1935”; datiloscrito original, fita preta e autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; timbrado: “PEDRO CALMON/ADVOGADO/ AV. RIO BRANCO, 103 1º, S.4/ RIO DE JANEIRO”; 1 folha; 27,5 x 21,3 cm.

¹⁵ O livro *O rei do Brasil* de Pedro Calmon foi focalizado por Plínio Barreto na Seção Livros Novos do *O Estado de S. Paulo* em 9 de novembro de 1935.

7. CALMON, Pedro. 27 out. 1937.

PEDRO CALMON
ADVOGADO
AV. RIO BRANCO, 103
1º, S.4
RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1937.

Ilustre confrade Dr. Plínio Barreto.

Permita-me que, muito agradecido, lhe testemunhe o meu melhor reconhecimento pela crítica, impregnada de benévola simpatia, que dedicou o eminente confrade à minha *História Social do Brasil*¹⁶. Habitado a admirar-lhe o alto e metucioso senso de justiça intelectual, através dos luminosos folhetins do *Estado de S. Paulo*, foi para mim uma surpresa magnífica o rodapé consagrado ao meu último livro. Li-o com inteiro acatamento aos reparos, perfeito acordo com as observações feitas, e um sincero desvanecimento pelos comentários que tanto projetam o meu humilde nome e o meu esforço literário no campo da publicidade cheia de prestígio. Obrigado, meu ilustre patricio.

Quero que saiba, entre os seus leitores poucos serão tão assíduos, constantes e fiéis, à bela literatura que nos dá, noticiando-nos o que de mais palpitante ocorre na esfera do pensamento nacional, como este, que se subscreve com verdadeira estima e apreço,

Pedro Calmon.

Carta assinada “Pedro Calmon”; datada “Rio, 27 de Outubro de 1937”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; timbrado: “PEDRO CALMON/ADVOGADO/ AV. RIO BRANCO, 103/ 1º, S.4/ RIO DE JANEIRO”; 1 folha; 27,5 x 21,5 cm.

¹⁶ BARRETO, Plínio. “Pedro Calmon: *História social do Brasil – 2º tomo*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 out. 1937, p. 3. Esta crítica complementa àquela dedicada ao 1º tomo da *História social do Brasil*. Nela, Plínio resume o livro, o qual, para ele, mesmo não tendo “muitas novidades para os conhecedores da história pátria”, “tem o mérito excepcional de sintetizar o que há de importante e característico nessa história”. Nesta síntese são abordados principalmente os seguintes temas: o princípio da não intervenção do Brasil nos negócios das repúblicas vizinhas; a importância da monarquia de Pedro I que permitiu a conservação da unidade nacional; as mudanças sociais do período imperial e as políticas de Pedro II, marcadas pela grande distribuição de títulos de nobreza.

8. CALMON, Pedro. 24 jun. 1938.

PEDRO CALMON
ADVOGADO
AV. RIO BRANCO, 103 1º, S.4
RIO DE JANEIRO

24 de junho de 1938.

Exm. Sr. Dr. Plínio Barreto.

Li com emoção o magistral folhetim que o eminente confrade teve a generosidade de dedicar a meu livro sobre D. Pedro II¹⁷.

Crítico de espantosa erudição na variedade dos seus conhecimentos, dispõe além disso duma visão lúcida, patriótica e exata, para dizer sempre a última palavra acerca dos problemas do nosso passado. Cada exame pois, a que sujeita um livro, é sempre um motivo para que aprendam, melhorem ou corrijam noções indispensáveis, quantos se habituaram a acompanhar, pelas suas análises, o movimento literário do país. Honrou-me particularmente o lisonjeiro espaço aberto ao “Rei filósofo”. Venho agradecer-lhe o alto juízo com que distingue e recompensa o meu trabalho. E valho-me deste ensejo para lhe re-assegurar o apreço e a estima, com que sou,

leitor assíduo e admirador sincero, *ex corde*

Pedro Calmon

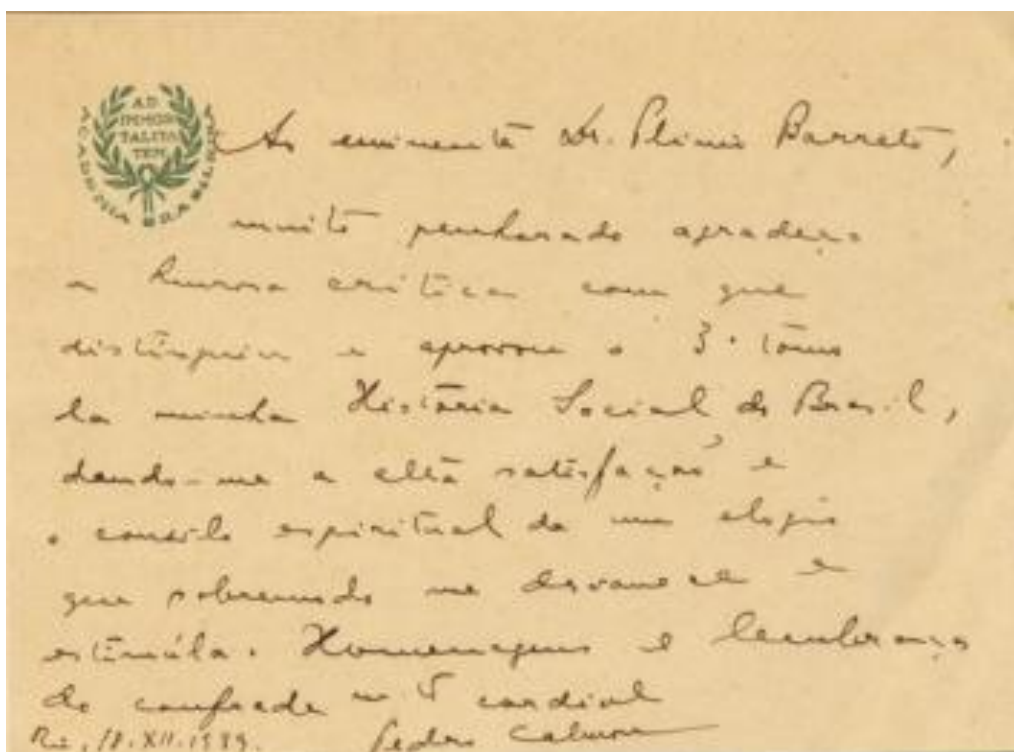
Carta assinada “Pedro Calmon”; datada “24 de Junho de 1938”; datiloscrito original, fita azul e autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; timbrado: “PEDRO CALMON/ADVOGADO/AV. RIO BRANCO, 103 1º, S.4/ RIO DE JANEIRO”; 1 folha; 27,4 x 21,3 cm.

¹⁷ BARRETO, Plínio. “Pedro Calmon: *O rei filósofo*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1938, p. 3. Plínio abre o seu artigo afirmando a necessidade de uma revisão da imagem que se tem de D. Pedro II, muitas vezes marcada por “malquerenças que herdamos de pessoas da nossa família que o detestaram”. Mostra que o Imperador podia possuir “deficiências de inteligência”, mas não de caráter. Na sequência, apresenta a obra de Calmon, a qual, segundo o crítico, é “alguma coisa de mais amplo e de melhor” que uma biografia. Elenca os fatos que julga mais importantes “para conhecimento do homem e julgamento do soberano”. Plínio Barreto, desejando colaborar com o autor, cita uma carta de Alcides Lima para provar que o imperador fez tudo que estava ao seu alcance em prol da abolição da escravatura. Diferentemente de Calmon, define D. Pedro como religioso e não como católico.

9. CALMON, Pedro. 18 dez. 1939.

AD IMMORTALITATEM
ACADEMIA BRASILEIRA

Ao eminente Dr. Plínio Barreto,
muito penhorado agradeço a honrosa crítica com que distinguiu e aprovou o 3º tomo da minha *História Social do Brasil*¹⁸, dando-me a alta satisfação e o consolo espiritual de um elogio que sobremodo me desvanece e estimula. Homenagens e lembranças do confrade m^{lo}. cordial
Pedro Calmon
Rio de Janeiro, 18 de dezembro 1939.



The image shows a handwritten letter on a piece of paper with a circular stamp in the top left corner. The stamp contains the text 'AD IMMORTALITATEM' and 'ACADEMIA BRASILEIRA' around a central emblem. The handwriting is in cursive and matches the typed text above. The letter is dated 'Rio, 18. XII. 1939.' and signed 'Pedro Calmon'.

Carta assinada “Pedro Calmon”; datada “Rio, 18. XII. 1939”; autógrafa a tinta preta; papel branco; timbrado: “AD IMMORTALITATEM/ ACADEMIA BRASILEIRA”; 1 folha; 9,9 x 13,5 cm.

¹⁸ BARRETO, Plínio. “Pedro Calmon: *História social do Brasil* (3º tomo); Monteiro Lobato: *O minotauro*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 dez. 1939, p. 3. Focalizando o último livro da *História Social do Brasil*, que trata do regime republicano até 1922, Plínio estuda os momentos de otimismo e de decepção nos primeiros anos de República e como as mudanças políticas se refletiram na reestruturação física do Rio de Janeiro. Outro tema abordado diz respeito à indústria cafeeira e às modificações sócio-econômicas que produziu.

10. CALMON, Pedro. 9 fev. 1940.

AD IMMORTALITATEM
ACADEMIA BRASILEIRA

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1940.

Eminente amigo Dr. Plínio Barreto.

Li, penhoradíssimo pelos amáveis conceitos emitidos, a crítica, altamente honrosa, que o eminente Amigo dedicou ao meu último livro, *História da Casa da Torre*¹⁹. É a maior satisfação, sem dúvida, para um homem de letras, a compreensão que encontra, nos meios altos onde as questões do espírito e da cultura são tratadas com seriedade, rigor e atenção. Mais uma vez fui bem recompensado. E quanta canseira me deu aquele livro! Enfim... aí está. Como o Sr. disse, é provocação, a outras iniciativas. Muitas Casas da Torre se somem no nosso horizonte histórico perdidas e entretanto dignas de estudo, esquecidas e ilustres. Em São Paulo, uma dezena delas! Muitos e muitos agradecimentos do admirador e confrade, que tantos estímulos lhe deve,

Pedro Calmon.

Carta assinada "Pedro Calmon"; datada "Rio de Janeiro, 9 de Fevereiro de 1940"; datiloscrito original, fita azul e autógrafa a tinta preta; papel branco; timbrado: "AD IMMORTALITATEM/ ACADEMIA BRASILEIRA"; 1 folha; 27,5 x 20,0 cm.

¹⁹ BARRETO, Plínio. "Pedro Calmon: *História da Casa da Torre*; Aureliano Leite: *Pequena história da casa verde*" [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 jan. 1940, p. 3. Resenha do livro que trata da história da Casa da Torre, residência de uma tradicional família baiana fundada por Garcia d'Ávila, amigo de Tomé de Souza. O crítico demonstra como esta casa e seus moradores são testemunhas de nossa história nacional. Retomando ideia do autor, Plínio afirma que o trabalho realizado por Calmon na Bahia, também deveria ser feito no Sul, "a propósito das famílias vindas com Martim Afonso".

11. CAMPOS, Flávio de²⁰. 17 jan. 1944.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1944.

Dr. Plínio:

estas linhas de agradecimento ao trabalho que o sr. desinteressadamente se deu por minha causa vão um tanto retardadas porque me tem sido difícil arranjar alguns momentos de serenidade e relativo sossego, após o enorme abalo proveniente do bloqueio cardíaco que me prostrou até agora, abalo seguido, como o sr. sabe, de outro pior, este psíquico, este moral, que foi o rompimento com os meus que me não ampararam. Pior que o bloqueio que, ao que me parece, me teria liquidado entre os dias 10 de novembro (noite de sua irrupção) e 15 ou 16 do mesmo mês, dia em que comecei a voltar à consciência, a tomar conhecimento do mundo exterior, a ter permissão de ver a luz através das venezianas já então abertas, de meu quarto, pior que o bloqueio em si, dr. Plínio – desta vez eu vi, desta vez ficou provado – foi o choque causado a meu temperamento e a minha sensibilidade, por natureza e predestinação (vá lá a velha e envaidecente explicação...) gloriosamente hipervibráteis, pelo gesto impensado da criatura que me gerou. Minha mãe, dr. Plínio, minha mãe arranjando um pretexto, exterior e interior, para ser narrado e para ser usado como calmante da própria consciência acusadora, ela, mais que o bloqueio, claro que em perfeita ignorância do alcance das consequências, ia matar-me! E, já que lhe estou a falar com esta franqueza que suponho deva ser a catarticamente empregada pelos crentes em suas comunhões, confissões, ou que outro nome tenham, e lhe estou a falar por motivos que logo adiante o sr. perceberá, deixe-me contar-lhe que, quando eu começava a restabelecer-me de modo firme e continuado, eis que o sr., atendendo a pedido meu, vem surpreender-me no meu abandono e na quase miséria a que toda a família coagiu o doente com sua pobre companheira, ouve-me em longa, balbuciante e confusa reconstituição da longa história dos desajustamentos entre eu e os meus, e, resultado: – entende-me mal e, em meu nome, em nome de quem está mais que amparado pela própria consciência e até pelo Direito, vai transmitir aos pais, que se transformaram em algozes meus (repito que até certo ponto eles agem sem saber ao certo até onde vai o crime que praticam), um pedido, quando meu temperamento consentiria quando muito que em meu nome lhes fosse feito um aviso, ou, mais claramente, um ultimato. Isso, que lhe relato, dr. Plínio, porque ou bem que sou franco ou nada lhe escrevo, isso

²⁰ Flávio Seabra Pires de Campos (1903-1947), poeta, prosador e jornalista nascido em São Paulo. Em 1930, iniciou atividade em *O Estado de S. Paulo*, assinando crônicas sociais, críticas literárias, teatrais e de cinema. No Rio de Janeiro, em 1934, atuou como correspondente do mesmo periódico no Senado Federal. Publicou, entre outras obras: *Os poemas verdes da melancolia* (1926); *Planalto* (1939) e *Ponta de trilho* (romance póstumo, 1948).

– desculpe-me o conselheiral... – não somente lhe prova quanto as palavras iludem, embaralham e servem para criar desentendimentos, mesmo quando usadas por dois senhores dela, no caso nós dois, verdade que senhores dela em linguagem escrita, e quanto sofri pois pedir – ainda mais tendo razão e aos que me puseram no mundo – ah! isso eu não faço, meu caro!

Dr. Plínio: já estou vendo que é impossível escrever-lhe a carta que pretendia – carta calma, serena, bem estruturada e alicerçada, como evidentemente sei fazer. Mas, além do assunto ser a minha carne, e estar sendo vivido intensamente, por ora ainda estou saindo da tremenda depressão, e claro que nem todas as forças voltaram a meu corpo, mormente as mais elevadas, que me permitiram algo longemente parecido com uma criação a um tempo lógica e literária. A verdade é a seguinte: comprei um *Código Penal* (já saí duas vezes de casa e dentro em pouco colocarei o “bridge” que substituirá os dentes que a medicina condenou, não sei se inocuamente ou com bons resultados) e nele vi que os artigos 244 e o 132 colocam-me uma arma na mão²¹. Ora, apesar de eu não “crer” no Direito, de conhecer a geral ignorância dos advogados e a perigosa burrice erudita de juízes, desembargadores e ministros (quanto mais alto, mais curtos), estou tentado a experimentar a arma. Sou homem-de-luta (e isso acentuei-lhe, na minha miséria física, repetindo-lhe mais de uma vez o diagnóstico de meu tio Alberto Seabra²²: “Você briga com seu pai, porque é igual a ele...”), essa é uma luta que ainda não tentei. Pois, nesse sentido escrevi a um colega meu – Filomeno J. da Costa – a quem pretendo passar procuração, a fim de chamar à lide aquelas pessoas que eu lhe disse claramente que, na sua cegueira e obstinação, (sua, deles), deixaram de ser meus pais e são, hoje, os piores inimigos que possuo: os que me negam dinheiro que afinal é meu, a mim a quem, nas circunstâncias em que estou, dinheiro é saúde, e saúde possibilidade de prolongar esta vida periclitante.

Assim firmemente convicto, não tenho, já agora, a menor hesitação. Por intermédio de Filomeno da Costa, de Adriano Marrey, de J. Canuto Mendes de Almeida, Basileu Garcia ou de outro colega e amigo de que não me tenho lembrado até agora, dentro de poucos dias chamarei

²¹ Art. 244 - Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou valetudinário, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa, de uma a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único - Nas mesmas penas incide quem, sendo solvente, frustra ou ilide, de qualquer modo, inclusive por abandono injustificado de emprego ou função, o pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada.

Art. 132 - Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente:

Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais.

²² Alberto Seabra, médico, autor dos livros *Higiene e tratamento homeopático das doenças domésticas* (1927); *A alma e o subconsciente* (1923) e *Fenômenos psíquicos* (1916).

meu pai a juízo, para responder por uma queixa-crime e para mover-lhe concomitantemente ação civil, para estabelecimento judicial de Alimentos, como me preceitua, ao menos teoricamente, o *C. Civil*. Já lhe disse e repito: vou completar quarenta e um anos, estou cada vez pior apesar do médico ser excelente em todos os sentidos, como profissional e como cidadão modelo, logo não posso mais esperar, a exemplo dos irmãos, ao mesmo tempo egoístas, infantis e amedrontados diante do pai (a família de meu pai é a tipicamente descrita por Capistrano) que o capricho arrefeça, mesmo porque não arrefece, nem da parte dele nem da minha.

Mas... a que vem tudo isto? Um momento, dr. Plínio. Está tudo sem ordem, mas tenha paciência. Estou a explicar-lhe que já escrevi a advogado, ao Ruy Bloem, a Afonso Schmidt (a este simplesmente relatando tudo e pedindo, como redator do *Estado* – e o sr. não pode, com seu prestígio, tentar anular isto que lhe conto ao sr. como advogado – que, em hipótese nenhuma minha morte sirva de propaganda para tios, irmãos *et reliqua*) estou lhe relatando, repito, porque eu o autorizo, sem quebra de nenhum segredo profissional ou simples discrição social, a conversar – se o sr. quiser, atente bem, se o senhor quiser, pois não estou solicitando nada! – a entender-se com o Ovídio, exhibir-lhe estas linhas, exhibir só, não entregar, está claro, e ele, como irmão, se quiser, por sua vez, que procure diretamente Aurelino ou esta carapaça de egoísmo e insensibilidade em que os velhos miseravelmente se vão transformando, e, com ou sem coronel Bento²³, podem – agora, sim, permito isto e aceito qualquer juízo que queiram fazer da proposta – podem, repito, fazer, em meu nome, esta “proposta” a sr. Aurelino Pires de Campos, que está deixando de ser honesto e correto, por burrice e teimosia: – ele que me entregue os 380 contos, preço por que *torrou* a casa da Av. Luís Antônio, 3742, e que até hoje estão paralisados em banco, e me dê, ainda mais, os duzentos contos em apólices que estão dentro do cofre. Aí está. Seiscentos mil cruzeiros, nesta época em que esse é o preço de qualquer apartamenteco, e desisto, em vida de qualquer pensão mensal, desisto de ações, etc. e eles que remunerem ainda mais ao sr. que então agirá nitidamente como advogado. Isso contrabalança o prejuízo que eles me vão dar em testamento, não por amor a outros filhos ou netos – atente, dr.–, mas porque eu, pobre, eu, doente, brigo com eles.

“Chantagem”? Já lhe disse e repito que não me interessam juízos alheios. Sei dentro de mim mesmo, estou convicto no mais profundo do meu foro interior que, acima ou igual a mim, como inteireza, muito pouca gente haverá. Defendo aqui meu direito mínimo de viver. É por essa inteireza que o Direito parcial, como é, me enjoou; que jamais aceitei sinecuras inúteis pois faz parte de meu “programa” a derrubada do funcionalismo supérfluo; e que, como proprietário de empresa jornalística, não pude ganhar vintém. Agora, se nada fiz para justificar minha existência

²³ Coronel Bento Pires de Campos, pai de Flávio de Campos.

– e acho que só o *Planalto* a justifica de modo muito mais alto e útil que toda uma longa vida de qualquer profissão vulgar – tenho o que fazer, para já como romancista²⁴. Em março inicio outro romance, pois já entreguei aquele de que vendi por dez contos uma edição, – *Baguá*. De agora em diante meus livros serão muito diferentes e a família entrará dentro deles, toda ela talvez, com suas misérias e fraquezas peculiares a sua classe econômica, etc., etc. Quanto ao que estou a exigir do senhor meu pai é simples. A vida toda, ele e a rede dos pobres-de-espírito, que são seus amigos diletos: o cunhado Antenor de Camargo Penteado²⁵, visivelmente subnormal, Fred. Keller e outros quitutes de igual desvalia mental, a vida toda ele passou a discutir o preço que valia, dia por dia, o metro de terreno na rua Direita ou no Carandiru. Pois muito bem, era um enchimento, uma finalidade, digamos, de vida. Pois não é que, completados seus 64, esse alto entendido em terrenos etc., entrega a residência da família, casa construída há quinze anos, com ótimo material etc. por um preço que mal paga o simples terreno... É que, na mudança de mil réis para cruzeiro, ele, como muitos outros, perdeu a tramontana. E, ademais, estrábico, sem hábito de olhar os exemplos lá de fora, sem intuição ou voo para sondar os rumos que a vida vai tomando, não percebe a inflação que nos afoga e de que é um dos índices mais expressivos precisamente a supervalorização imobiliária. Logo, já que ele quer empobrecer e meus irmãos não são adultos, não são homens; não são coisa nenhuma, ou, por outra, são apenas uns coisas de dar dó, os irmãos e as irmãs que não me vieram ouvir, esses pequenos hipócritas que atacam os pais e não tem coragem de censurá-los lisamente, frente a frente, – eu, capengando, morre-não-morre, tenho que me defender e à minha mulher pois preciso de certa calma para botar o lápis no dedo e descascar os três ou quatro livros que hão de ficar.

Dr. Plínio, vou parar. Isto está um relatório enorme. A razão que mais lhe interessa pessoalmente e que lhe vou explicar é a seguinte: *amanhã, caso me seja útil, juntarei sua carta aos autos*. Sua palavra faz fé por assim dizer a ela, sem que o senhor evidentemente possa perceber como e porque, está a meu lado na orientação que farei imprimir-se às ações. Queira escusar-me a longa dissertação, consolando-se com a verdade de que afinal fica com um documento íntimo, que amanhã talvez seja valioso para certo gênero de bisbilhoteiros, e aceite os agradecimentos de seu

Conf. Col. e Am.

²⁴ O romance *Planalto* foi resenhado por Plínio Barreto em *O Estado de S. Paulo* de 25 nov. 1939, p.3. No artigo, assinala os “admiráveis dotes de observador” de Flávio de Campos. Enaltece a pesada atmosfera romanesca. Segundo o crítico, para os personagens só há uma simples ilusão de que são felizes, pois “a vida é tristeza e amargura”. O crítico afirma que o autor mostra “tudo que, na vida moderna nos inquieta”, temas que são fulcro dos “contínuos debates entre as personagens do romance”.

²⁵ Antenor de Camargo Penteado, negociante em S. Paulo, casado com Teodorica de Campos, irmã de Flávio de Campos.

Flávio de Campos

E.T. = Escrevi, escrevi e não disse nada! O que eu quero, dr. Plínio, é que uma sentença judicial faça meu pai perceber que a fortuna é e não é dele, é patrimônio de família, vindo através de Bento Pires (o velho), do alferes José Manuel, do capitão João P. de Almeida Taques, etc., ascendentes meus e deles, descendentes, como eu, dos Moraes d'Antas, dos João Pires, o Gago, etc. – O que é preciso é que já agora não só Aurelino mas Ovídio e todos uns por ação, outros por omissão passiva, percebam que arrancam do caminho “natural” de exaltação dos paulistas-velhos o único descendente que até hoje se fez romancista. Cruzam os braços? Pois dançarão todos, todos eles, para riso e gozo dos pobres e humildes, para mofa e caçoadas do Brasil não bandeirante.

Mesmo que eu perca judicialmente, está bem. Além de ser “uma” solução (a estatal, a oficial), fica-me o consolo de poder meter o cassino judiciário, com seus juizes, promotores, “boleiros”, “croupiers”, etc. etc. dentro de meu terreno – o romance – e zurzi-los à vontade.

Carta assinada “Flavio de Campos”; datada: “Rio, 17 de janeiro de 1944”; datiloscrito original, fita preta; papel creme; 4 folhas; 32,4 x 21,9 cm.

12. CARVALHO, Vicente de²⁶. 4 jun. 1911.

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA CAPITAL
DO ESTADO DE S. PAULO

São Paulo, 4 de junho de 1911.

Amigo Plínio.

Peço-lhe que no trecho final do meu artigo, onde eu emendei para – “algum aprendiz de primeiras letras” – ponha: “algum aprendiz de poucas letras”. O *poucas* vai muito melhor do que o *primeiras*. Conto que o artigo saia amanhã. Foi um desastre não ter saído hoje, em lugar dos clichês e do “O que há de novo”, que poderiam ter ficado para amanhã. Enfim, as letras andam muito por baixo... Se não sai amanhã será um completo desastre para mim, e um fiasco para o próprio *Estado*, que faltará duas vezes depois de duas promessas.²⁷

Do amigo

Vicente.

Carta assinada “Vicente”; datada: “ S. PAULO, 4 de Junho de 1911”; autógrafo a tinta preta; papel branco; timbrado: “JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA CAPITAL/ DO ESTADO DE S. PAULO”; 1 folha; 22,2 x 17,9 cm.

²⁶ Vicente Augusto de Carvalho (1866 - 1924), advogado, político e escritor paulista. Atuou em diversos periódicos de Santos (*Diário de Santos*, *Diário da Manhã*, *A Tribuna*, *O Jornal*) e em *O Estado de S. Paulo*. Eleito em 1909 para a Academia Brasileira de Letras. Publicou, entre outros livros: *Ardentias* (1885); *Poemas e canções* (1908); *Versos da mocidade* (1909); *Páginas soltas* (1911); *A voz dos sinos* (1916).

²⁷ O artigo de Vicente de Carvalho, “Academia Paulista de Letras”, sai publicado em *O Estado de S. Paulo* no dia 5, com a correção pedida pelo autor, como podemos ver: “O que espero confiantemente é que a Academia, não por amor de mim, que nada tenho a ganhar ou a perder nisso, mas por amor de si própria e da cultura paulista, evite a fraqueza de sobrepor-me *algum aprendiz de poucas letras*, para quem a cadeira acadêmica vá servir como de pia batismal...” (grifo meu).

13. CARVALHO, Vicente de. 28 dez. 1913.

JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA CAPITAL
DO ESTADO DE S. PAULO [timbrado, junto ao brasão de armas nacional]

São Paulo, 28 de dezembro de 1913.

Amigo Plínio.

A sua estranheza a respeito do trecho do *D. Quixote*, de que hoje tratou, é justíssima²⁸. O que me parece é que não se pode pôr em dúvida a verdade do texto, falseada na tradução de Florian, a pretexto ele de corrigir Cervantes, ou com essa boa intenção. Eu possuo a 1ª. Edição de *D. Quixote* anotada por Clemencin – 6 vols., 1833. Diz lá o anotador, a respeito do trecho em questão:

“Esta reconvencción de nuestro hidalgo a su escudero no lleva camino, y únicamente seria fundada en el caso de que D. Quijote hubiera procedido en la relación de lo que vio en la cueva de Montesinos con la mala fe y la bellaquería que advertía en Sancho: caso incompatible con su carácter honrado y sincero. Verdad es que cuanto en ella vio D. Quijote fue soñado, pero no lo creía éste así.”

Essa estranheza de um comentador minucioso, como foi Clemencin, prova que o defeito era do texto original, e não proveio de um enxerto, hipótese que ele nem aventa.

Não conheço a edição do Hartzenbuch; mas o Benalcanfor a ela se refere várias vezes; e não é de acreditar que deixasse de transcrever o comentário relativo ao texto em debate, se nela se tratasse de cousa tão importante como seria um enxerto, redundante em absurdo, no texto verdadeiro.

Para mim, Cervantes, num acesso do seu gênero satírico, troçou o seu próprio personagem.

Do

Vicente de Carvalho.

Carta assinada “Vicente de Carvalho”; datada: “S. Paulo, 28 de dezembro de 1913”; autógrafo a tinta preta; papel branco, pautado, filigrana; timbrado: “JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA CAPITAL/ DO ESTADO DE S. PAULO”; 2 folhas; 22,9 x 17,9 cm.

²⁸ BARRETO, Plínio. “D. Quixote”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 dez. 1913, p. 5. Neste artigo, Plínio busca, em distintas edições e traduções do clássico de Cervantes, esclarecer um trecho do livro no qual se “quebra a unidade moral de D. Quixote”, porque “não se ajusta à sua personalidade”. Não encontrando resposta nas diversas edições consultadas, recorre ao psiquiatra Franco da Rocha para entender, clinicamente, a patologia de D. Quixote.

14. CASTRO, Josué de²⁹. 1937.

DR. JOSUÉ DE CASTRO

Dr. Plínio Barreto

São Paulo

Venho agradecer ao eminente jornalista e sociólogo a sempre eficaz e pronta colaboração em agitar o problema que me tem sempre preocupado – o da alimentação brasileira.

Li sua magnífica e generosa crítica ao meu último livro e tenho um grande prazer em confirmar suas palavras, de [que] foi dos primeiros em me estimular com o calor de sua inteligência e compreensão pelo alcance ao assunto³⁰.

Creia-me sempre, um dos seus maiores credores de gratidão e acionista também dos maiores, da admiração e estima por si

Josué de Castro

Rio de Janeiro, 1937.

Carta assinada “Josué de Castro”; datada “Rio de Janeiro, 1937.”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; timbrado [receituário médico] “Dr. Josué de Castro”; 1 folha; 16,8 x 13,2 cm.

²⁹ Josué de Castro (1908-1973), escritor e sociólogo recifense, bacharel em medicina (1929) e filosofia (1938). Eleito em 1951 presidente do Conselho da Organização da Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, cargo para o qual foi reeleito em 1953. Publicou, entre outros livros: *Documentário do Nordeste* (1937); *Geografia da fome* (1946) *Função social das universidades* (1948); *Homens e caranguejos* (1967)

³⁰ BARRETO, Plínio. “A. C. Pacheco e Silva: *Direito à saúde*; Josué de Castro: *O problema da alimentação no Brasil*; A. Almeida Júnior: *Escola pitoresca*; Ernest Hambloch: *Brazilian Constitution of 1934*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. 1934, p. 3. Neste artigo, Plínio focaliza o livro de Josué de Castro que discute a importância de uma correta alimentação. Reflete sobre qual seria a boa alimentação no Brasil, levando-se em conta os fatores climáticos, incluindo a umidade, fator introduzido pelo autor, desconstruindo teorias antigas.

15. CAVALHEIRO, Edgar³¹. 28 nov. 1955.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
ENDEREÇO TELEGRÁFICO “EDITORIA” – CAIXA POSTAL, 7032
TELEFONES: 34-8936 -34-2267 – 34-6730 – 34-3599
RUA DOS GUSMÕES, 639 – SÃO PAULO

28 de Novembro de 1955.

Prezado dr. Plínio Barreto,

muitíssimo obrigado pelo lindo artigo de ontem, do *Estado*³². Partindo tais palavras do sr., que tão bem conheceu Lobato, e tão agudamente soube compreendê-lo, seu valor é duplo, e deixa o biógrafo muito tranquilo e feliz. Foi com muito receio que me aventurei ao livro, tão pouco tempo decorrido da morte de Lobato. Faltava-me maiores perspectivas. Mesmo assim o livro lhe agradou, e tem agradado outros conhecedores e amigos do nosso grande homem. Nenhuma satisfação maior posso ambicionar.

Mais uma vez, gratíssimo.

Do admirador,

Edgar Cavalheiro

Carta assinada “Edgard Cavalheiro”; datada “28/12/955”; datiloscrito original, fita preta; papel creme, filigrana; timbrado: “COMPANHIA EDITORA NACIONAL”; 1 folha; 26,5 x 20,4 cm.

³¹ Edgar Cavalheiro (1911-1958), ensaísta e biógrafo paulista. Publicou, entre outras obras: *Fagundes Varela* (1940); *Biografias e biógrafos* (1943); *Testamento de uma geração* (1944); *García Lorca* (1946); *Álvares de Azevedo* (1954); *Monteiro Lobato, o escritor* (1955); *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto* (1955).

³² BARRETO, Plínio. “Uma excelente biografia” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 nov. 1955, p. 3. Plínio recorre ao livro de Cavalheiro para combater aqueles que julgam Monteiro Lobato “um enamorado do estrangeiro”. Demonstra que o autor de *Urupês* era na verdade um grande espírito; buscava no exterior elementos que possibilitassem o desenvolvimento industrial e cultural do Brasil, visando igualá-lo às grandes potências mundiais. O crítico destaca a tenacidade com que Cavalheiro contesta a incompreensão generalizada dos projetos de largo espectro sócio-cultural realizados por Lobato.

16. COARACY, Vivaldo³³. 14 dez. 1924.

Exmo. Sr. Plínio Barreto

S. Paulo.

Não é esta a primeira vez, e provavelmente não será a última, em que os meus afazeres profissionais me inibem de dar pronto cumprimento a um dever qual o de acusar e agradecer a honrosa carta sua com que fui favorecido nos últimos dias do mês passado, a propósito da minha despreziosa novela *Frida Meyer*³⁴.

Somente à grande gentileza sua posso atribuir as generosas expressões com que agradece a remessa que lhe fiz de um exemplar. Não era isso mais do que modesto e desvalioso tributo dum grande apreço pelo escritor brilhante que há muito tempo aprendi a estimar e duma sincera simpatia pelo culto espírito que já eu conhecia através das referências do nosso comum amigo, o dr. Olímpio Portugal.

A lisonjeira bondade com que em sua carta julga o meu livrinho me desvaneceu profundamente. Vindo de quem vem, a sua crítica é para mim dum alto valor, embora eu saiba que muito ali se deve à generosidade com que os espíritos nobres, como o seu, encaram o esforço alheio quando sincero e bem intencionado.

Reconheço a justiça e justeza da sua observação quando acha que a *Frida Meyer* falta no desfecho “uma ideia, moral ou filosófica, que fosse a expressão final da vida que o romance procurou retratar”. Não há, com efeito, “o conflito de paixões ou deveres” que constituísse a trama sobre a qual se delineasse uma tese ou uma conclusão. Mas a vida não é feita duma série de situações incompletas? Apenas pretendi fotografar um momento num dado ambiente, os fatores reagentes duma sociedade ainda em formação. Talvez não tenha confiado em minhas forças para mais alto propósito.

Quanto à sua observação sobre a psicologia da heroína, também não duvido que em tese esteja com o senhor a razão. Mas, como a sua argúcia adivinhou, “a realidade está mais perto do

³³ Vivaldo Coaracy (1882 - 1967) engenheiro, jornalista e escritor carioca. Em 1926 ingressa na redação de *O Estado de S. Paulo*. Em 1932, toma parte ativa na Revolução Constitucionalista, sendo preso e exilado em Portugal. Durante os meses de prisão escreve o livro *A sala da capela*, depoimento sobre o encarceramento de revolucionários paulistas. De volta do exílio, em 1933, fixa-se no Rio de Janeiro, dirigindo a sucursal de *O Estado de S. Paulo*, com as atribuições de correspondente político até 1941, quando o jornal é confiscado e ocupado pelo Interventor em São Paulo. Deste ano até 1946, colabora no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, e na *Folha da Manhã*, de São Paulo. Em 1946, com a volta de *O Estado de S. Paulo* a seus proprietários, reinicia a colaboração no jornal, assinando crônicas semanais. Publicou, entre outros livros: *Instrução técnica nos Estados Unidos* (1914); *Frida Meyer* (1924); *A viação férrea no Brasil* (1929); *Problemas nacionais* (1930); *Todos contam sua vida* (1959); *Encontros com a vida* (1962); *O contador de histórias* (1950); *Pôr-do-sol na ilha* (1952); *Memórias da cidade do Rio de Janeiro* (1955).

³⁴ Carta não localizada pela pesquisa. A crítica, focalizando o livro *Frida Meyer*, publicada em *O Estado de S. Paulo* foi assinada por Sud Mennucci.

livro do que a sua impressão”. É fato que Freitas era mais apto para servir às ambições de Frida e saciar-lhe a lubricidade do que Germano. Mas procurei de antemão prevenir o espírito do leitor para os fatos como estão descritos. Frida tinha arraigado no seu ser, religiosamente, o culto das convenções sociais. As suas ambições, se bem pinteí, ela as queria realizadas no âmbito da sociedade “regular”. A única solução para a sua vida ela a via no casamento. Ora, já a Servine lhe lançara no espírito a sugestão de que Freitas não era dos homens que casam; e essa sugestão é apoiada pelo conhecimento da aventura dele com a Erna Lang. Frida se entrega a Germano como um meio de o obrigar ao casamento. A fuga do noivo depois da sedução, a necessidade do aborto constituem o desastre da sua vida cuja reação é aquele desfibramento que a leva a procurar na concubinação uma solução para a existência.

Foi isso pelo menos o que procurei desenhar.

Desculpe-me se assim procuro justificar o ponto que mereceu o seu maior reparo. Isto apenas prova a importância que ligo, o alto valor que dou à sua opinião.

Ao terminar, permita-me que mais uma vez agradeça os conceitos com que quis honrar o livro e creia que sou

muito seu admirador e amigo

Vivaldo Coaracy.

Rio Claro, 14 de dezembro de 1924.

Carta assinada “Vivaldo Coaracy”; datada: “Rio Claro, Dezembro 14/24”; datiloscrito original em fita preta e autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; 2 folhas; 27,6 x 21,2 cm.

17. CRULS, Gastão³⁵. 28 abr. 1929.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1929.

Prezado Sr. Dr. Plínio Barreto,
atenciosas saudações.

De viagem ao norte do país durante longos meses, só há pouco tempo, depois do meu regresso, é que vim a ter conhecimento da sua gentileza, reportando-se, em brilhante rodapé do *Estado*, ao meu último romance *A criação e o criador*³⁶.

Desculpando-me, pois, pelo imenso atraso com que lhe apresento os meus agradecimentos, testemunho-lhe o meu reconhecimento por tão elevada distinção, sobretudo quando vejo no seu trabalho o mais esclarecido comentário feito em torno da minha novela.

Com os melhores cumprimentos do

Atto. Admdor.

Gastão Cruls.

Carta assinada "Gastão Cruls"; datada: "Rio de Janeiro, 28 de abril de 1929."; autógrafo a tinta preta; papel branco; timbrado "GASTÃO CRULS"; 1 folha; 27,1 x 20,7 cm.

³⁵ Gastão Cruls (1888 - 1959), escritor carioca, formado em medicina, em 1910. Entre 1921 e 1922, cumpre, na Paraíba, funções na Comissão de Saneamento Rural. De 1931 a 1938 dirigiu a revista literária carioca *Boletim de Ariel*. Publicou, entre outros livros: *Ao embalo da rede* (1923); *A Amazônia misteriosa* (1925); *A criação e o criador* (1928); *Amazônia que eu vi* (1930); *Vertigem* (1934) e *História puxa história* (1938).

³⁶ BARRETO, Plínio. "Gastão Cruls: *A criação e o criador*; A. Pompeu: *Cinco gênios e Ideias, homens e livros*; Plínio de Lima: *Pérolas renascidas*". [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 abr. 1929, p. 3. Neste artigo, Plínio afirma que o romance de Gastão Cruls é fruto das inquietudes da época, sendo "um curioso estudo de curiosidades psicológicas", "romance psicológico de um romancista durante o trabalho de criação literária que ele tenta descrever". Segundo o crítico, "essa projeção do plano da realidade no plano da imaginação ou, melhor, a fusão das duas vidas, a real, do escritor, e a imaginária, das personagens do romance, é que, sem constituir novidade literária, comunica ao livro o que quer que seja de singular, que atrai e encanta o leitor. O mais é o de que ordinariamente se tece a substância dos romances modernos: uma floração exuberante de maus instintos, de apetites rasteiros e de péssimos costumes". Detém-se na significação das epígrafes do romance e compõe uma síntese da narrativa.

18. FIGUEIREDO, Jackson de. 25 set. 1925.

DIRETORIA
DO
CENTRO D. VITAL
SEDE PROVISÓRIA:
RUA RODRIGO SILVA, 7
RIO

25 de setembro de 1925.

Meu caro Plínio.

Um saudoso abraço.

E afinal a sua vinda até o Rio nunca mais se realizou! Esta tem dois fins:

1º. Tal como fiz com a 1ª série de meus artigos sobre a luta política, reuni o que julguei mais digno de atenção entre os que escrevi de 5 de julho de 24 a 5 de julho de 25, e eles estão a aparecer sob o título geral *A Coluna de Fogo*. Entre estes artigos incluí os dois que lhe dizem respeito. Aborrecer-se-á você com isto? Diga-me francamente. A toda e qualquer vaidade desta natureza prefiro a estima de um homem de bem. Se v. achar também que, a publicá-los, devo reproduzir em apêndice os seus dois artigos, assim farei, com o maior prazer.

2º. Sou, mais uma vez, candidato à Academia, e o meu mais terrível antagonista é o senador Antônio Azeredo, glória, como você sabe, das letras pátrias.

Quer por força o Mário³⁷ que eu escreva ao Pujol³⁸, pedindo-lhe o voto. Ora, este Pujol – a quem defendi aqui no Rio, quando foi da sua candidatura, etc. – e que comigo manteve durante muito tempo boas relações, escrevendo-me, oferecendo-me livros, etc., não sei por que não teve nem a delicadeza de me escrever duas linhas, com qualquer desculpa, quando da vez passada lhe pedi o voto, aliás, amparado por você.

É claro que só o posso tratar de excelência, e aí vai a carta que lhe fiz, para não contrariar o Mário, que é afinal quem me leva a esta nova tentativa.

Digo-lhe eu agora: deixo ao seu critério entregá-la ou não. Se vir que o homem me receberá, já não digo *negativamente*, mas de modo deprimente, não a entregue.

³⁷ Mário de Alencar, amigo em comum que apresentou Jackson a Plínio, na época em que este era redator-chefe da *Revista do Brasil*.

³⁸ Alfredo Gustavo Pujol (1865-1930), jornalista, crítico, advogado e político carioca. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1917.

Também v. fica em liberdade de fazê-la chegar às mãos dele, sem que ele saiba que passou pelas suas. Devo, aliás, dizer-lhe com toda sinceridade que o Pujol é um escritor a quem admiro, etc. Mas isto não impede que ele tenha qualquer motivo atual de queixa contra mim, e até possa tê-los amanhã muito maiores.

Sim: o meu livro aparecerá por todo este mês. Assim peço que me escreva o mais depressa possível sobre a consulta que lhe faço, e, no caso de julgar boa a ideia de publicar também os seus dois artigos, peço-lhe que mos envie ou me indique as datas³⁹. É que fiz umas obras em casa e estou com o meu arquivo de pernas para o ar.

Adeus! Avalio como v. sentiu a morte do pobre Alberto⁴⁰, que lhe queria tanto bem, Mário já me falou da sua ideia em relação à família. Eu por cá vou preparando o terreno em que talvez seja possível colher alguma cousa. Mas tudo está dependendo do que Mário acertar com você.

Recomenda-me aos seus

Receba um abraço do velho amigo

Jackson.

Carta assinada "Jackson"; datada: "25-9-25"; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; timbrado: "DIRECTORIA/ DO/ CENTRO D. VITAL/ SEDE PROVISORIA:/ RUA RODRIGO SILVA, 7/ RIO" 2 folhas; 22,3 x 14,4 cm.

³⁹ BARRETO, Plínio. "Jackson de Figueiredo: *A Coluna de Fogo; Durval de Moraes e os poetas de Nossa Senhora*; Clodomir Cardoso: *O habeas corpus e a reforma constitucional*; Aureliano Guimarães: *O habeas corpus*; Souza Leão: *Novos incidentes constitucionais*; J. S. Fonseca Hermes Júnior: *Legislação internacional do ar*; Benjamim Sodré (Velho Lobo): *Guia do escoteiro*" [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jan. 1926, p. 3. Contrário às ideias políticas de Jackson, Plínio discute o conceito de anistia e autoridade do ideólogo católico, afirmando que o "erro máximo do Sr. Jackson Figueiredo é acreditar, sem o dizer, que em política como em religião, pode haver dogmas e que assim como na igreja se admite a infalibilidade do papa, se deve, no Estado, admitir a infalibilidade do governo...". Sobre o livro *Durval de Moraes e os poetas de Nossa Senhora*, o crítico demonstra a sua admiração pelo amigo: "Para as silenciosas alamedas do misticismo, aceito, de bom grado, confiante e agradecido, a mão que o Sr. Jackson de Figueiredo me estende. Mas para os atalhos rumorosos da política, francamente, não a quero...". Finalizando o artigo alude a esta carta de Jackson que oferece a publicação dos artigos de Plínio relacionados aos inseridos em *A Coluna de Fogo*, inclusão que o crítico paulista recusa.

⁴⁰ Alberto Faria (1869-1925), jornalista, professor, crítico, folclorista e historiador carioca, faleceu em Paquetá em 8 de setembro de 1925.

19. FIGUEIREDO, Jackson de. 20 mar. 1928.

DIRETORIA
DO CENTRO D. VITAL
SEDE PROVISÓRIA
RUA RODRIGO SILVA,7
RIO

Rio de Janeiro, 20 de março de 1928.

Meu caro Plínio:

Li seu artigo do dia 17⁴¹, e, infelizmente, logo após ter sofrido um dos mais profundos golpes que já alcançaram minha vida afetiva no Rio de Janeiro. Quero referir-me à morte de Moisés Marcondes⁴², criatura que me quis muito bem, e tão boa, tão nobre, que dificilmente se pode compreender ajudasse tanto (como me ajudou) a quem se caracterizasse como um doutrinário do assassinato político ou da tirania ateia.

Talvez este presente estado de espírito concorresse para aumentar, aos meus olhos, as dolorosas e lastimáveis incompreensões de seu artigo. E é porque sinto que, desta vez, seria indelicado com você, é porque sinto isto que não lhe respondo publicamente. Não quero sacrificar a qualquer espécie de vaidade, mesmo à mais justa, uma estima cimentada por tantos anos e a que está ligada à memória do Mário.

Responder-lhe-ão com certeza os rapazes do Centro, cuja obra você não leu e, sim, folheou ou tresleu, envenenado como está, há muito tempo, pelos preconceitos e paixões políticos do grupo de primários que, do jornal ultrajudaico onde você se fez, dirige a chamada opinião pública de S. Paulo.

Quanto a Laet⁴³, que pena que v. só tenha lido o que ele escreveu! Quando quiser lhe mandarei os artigos com que o fiz *calar* e *fugir* a uma discussão que procurara por interesse

⁴¹ BARRETO, Plínio. "Hamilton Nogueira: *Jackson de Figueiredo – A doutrina da ordem*; Perilo Gomes: *Jackson de Figueiredo*" [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 mar. 1928, p. 3. Em artigo áspera, Plínio revela a sua divergência ideológica com os jovens do Centro D. Vital, discípulos de Jackson de Figueiredo. Repudia a linguagem truculenta das obras: "A violência sempre me repugna. Não a admito nem nos atos nem na linguagem". No decorrer do artigo são discutidas as ideias de recristianização e autoridade. Plínio põe em dúvida o espírito cristão dos jovens que defendem "o ideal de matar em defesa do bem comum", dizendo: "Venham conversar com este herege que os ama e que não quer ver apagada do mundo a luz do cristianismo, para que ele, se puder, os reponha na estrada da humildade e da doçura que é a verdadeira estrada cristã...".

⁴² Moisés Marcondes de Oliveira e Sá (1859-1928), médico paranaense. Publicou, entre outros livros: *Claro-escuro*, poesia (1908), *Telas do Paraná*, (1908), *Campo Santo*, poesia (1908); *Documentos para a História do Paraná* (1923), *Pai e patrono* (1926), *Da alma cristã em face do sofrimento* (1928).

⁴³ Carlos Maximiliano Pimenta de Laet (1847-1927), professor e jornalista carioca; católico ardoroso. De sua intensa atividade na imprensa, são famosas as polêmicas acerca de filologia, religião, histórica e política. Foi membro

peçoal ferido – e o fiz calar citando palavras dele próprio, dele exclusivamente, sobre os mesmos pontos visados pelo seu tardio e sonolento liberalismo revolucionário.

Mas fiquemos por aqui

Não creio que tarde muito outro surto regenerador do país gangrenado pelos maus governos. Você terá então muita ocasião para apontar-me aos Isidoros do momento como um dos animadores da gangrena. Eu tudo farei para lhe dar razão, e pode ser que então discutamos mais à vontade.

Seu velho amigo de sempre

Jackson.

Carta assinada “Jackson”; datada: “20/3/28”; datiloscrito original em fita azul; papel branco; timbrado: “DIRECTORIA/ DO/ CENTRO D. VITAL/ SEDE PROVISORIA:/ RUA RODRIGO SILVA, 7/ RIO” 2 folhas; 29,3 x 21,8 cm.

fundador da Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente de 1919 a 1922. Publicou, entre outros livros: *Poesias* (1873); *O Estado e a Religião. Procedência obrigatória do casamento civil* (1901); *Heresia protestante* (1907); *Duas pérolas literárias* (1909).

20. FIGUEIREDO, Jackson de. 22/23 mar. 1928.

Rio de Janeiro, 22,23 de março de 1928.

Meu caro Plínio.

Sou um homem que me indigno de verdade em debates doutrinários. E, por último, com as amarguras de que lhe falei, ando um pouco fácil, talvez, de indignar-me.

Logo que li seu artigo de 17 lhe fiz uma carta áspera ou triste, não sei bem como a julgue. Mas reli hoje o artigo e verifico que não tenho razão para indignar-me com as suas teimosias e incompreensões. Muitas razões, sim, para lhe responder publicamente. E vou fazê-lo. Espere, pois, pelo artigo e certo de que, ainda desta vez, nada você perdeu do pouco que lhe pode dar o velho coração amigo do

Jackson.

Carta assinada "Jackson"; datada: "22,23/3/28"; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado 1 folha; 20,4 x 15,4 cm.

21. GUASTINI, Mário⁴⁴. 9 mar. 1940.

MG

São Paulo, 9 de março de 1940.

Meu caro Plínio Barreto,

Cumprimentos afetuosos.

Obrigado, muito obrigado pelo prazer que me proporcionaram hoje os períodos amigos dedicados pela sua bondade às velhas páginas enfeixadas *Na caravana da vida*⁴⁵. Seu pronunciamento, ainda que fosse desfavorável, seria por mim recebido com agrado, tal a admiração e o respeito que sempre dediquei ao meu boníssimo diretor de há trinta e cinco anos, admiração e respeito que o tempo se incumbiu de solidificar ainda mais. Estou de acordo com você: o capítulo dedicado ao velho e “incansável operário da pena”, embora por ele merecido, não deveria figurar no livro⁴⁶. Reconheço, fui o primeiro a reconhecê-lo: destoou do conjunto.

Relativamente ao saudoso e sempre lembrado Amadeu⁴⁷, devo-lhe um esclarecimento: ao avivar a memória de Altino Arantes⁴⁸, não tive o intuito de fazer críticas ao endereço da casa prestigiosa e ilustre de que você é o mais brilhante e o mais velho dos seus generais. A referência aos vencimentos foi feita apenas para dar uma amostra de como são mal retribuídos em nossa terra os serviços dos operários da pena, mesmo quando valorosos como o Amadeu, os quais percebem pelo seu trabalho mental infinitamente menos que um linotipista. O detalhe veio, apenas, para documentar um fato, de vez que conheço as tradições do *Estado de S. Paulo* e a generosidade de sua gente não só em relação aos auxiliares mas, também, aos amigos da casa.

⁴⁴ Mário Alfredo Guastini (1884 - 1949), jornalista e biógrafo nascido em Minas Gerais. Publicou, entre outros livros: *Na caravana da vida* (1939); *Alcântara Machado* (1941); *Tempos idos e vividos* (1945).

⁴⁵ BARRETO, Plínio. “Vicente Themudo Lessa: *Episódios e perfis*; Mário Guastini: *Na caravana da vida*; Desembargador Vieira Ferreira: *Azambuja e Urussanga*; A. Almeida Júnior: *A embriaguez no teatro de Shakespeare*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 mar. 1940, p. 3. Neste artigo, Plínio retoma anedotas do livro em que Mário Guastini rememora personalidades com as quais conviveu em sua vida jornalística. O crítico se opõe ao autor quando este critica *O Estado de S. Paulo* no que diz respeito à sua relação com Amadeu Amaral, pois, como testemunha desta relação, Plínio mostra que Guastini errou em seu julgamento.

⁴⁶ Em seu artigo, Plínio afirma: “Acho que Mário Guastini teria andado melhor se não abrisse espaço em seu livro para o artigo em que nos apresenta, a uma luz tão crua e tão dura, esse incansável operário da pena. O artigo destoa, pela ferocidade da análise, dos outros de que se compõe o livro e que seduzem, exatamente, pela suavidade do tom, pela doçura do coração, pela delicadeza de sentimentos que acusam, no seu autor”.

⁴⁷ Amadeu Ataliba Arruda Amaral Leite Penteado (1875-1929), jornalista, poeta e filólogo paulista. Dedicou-se aos estudos folclóricos e, sobretudo, à dialetologia; em 1920, publica *O dialeto caipira*. Visando à formação dos jovens, assim como Bilac, incentiva o serviço militar. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1919. Publicou, entre outros livros: *Névoa*, poesia (1902); *Espumas*, poesia (1917); *O dialeto caipira*, filologia (1920); *O elogio da mediocridade*, ensaio (1924); *Tradições populares*, folclore (1948).

⁴⁸ Altino Arantes Marques (1876-1965), formado em Direito, em São Paulo, em 1895. Deputado federal por quatro mandatos (de 1906 a 1908, de 1911 a 1915, 1921 a 1930) e deputado constituinte em 1946. Assumiu o governo do Estado de São Paulo entre 1916 e 1920. Membro da Academia Paulista de Letras e presidente efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Esse, aliás, afora outros magníficos, foi o traço característico de Júlio de Mesquita e que os continuadores de sua obra tem sabido manter.

Não houve no meu escrito, como vê, segundas intenções.

Receba, com agradecimentos muito sinceros, o abraço muito amigo do seu,

Mario Guastini

r. Porto Rico, 51 – Jardim América.

Carta assinada “Mario Guastini”; datada: “São Paulo, 9 de Março de 1940”; datiloscrito original em fita preta; papel azul, filigrana; timbrado “MG.”; 1 folha; 31,9 x 22,2 cm.

22. GUASTINI, Mário. 21 maio 1941.

MG

São Paulo, 21 de maio de 1941.

Meu caro Plínio Barreto.

Abraços afetuosos.

Acabava de endereçar-lhe a *plaquete* em que enfeixei o artigo dedicado a Alcântara Machado, quando recebi sua carta, em que se referiu a esse trabalho e às linhas com que registrei seu ingresso no quadro dos colaboradores do *Diário de S. Paulo*. Confesso que suas palavras me envaideceram e comoveram. Julgamentos partidos de homem do seu valor mental, sempre parcimonioso nas suas manifestações, honram e recompensam. Meu sincero e honesto trabalho sobre Alcântara Machado recebeu o maior e o melhor dos prêmios: o aplauso de meu antigo diretor Plínio Barreto.

Um aperto de mão do muito seu,

Mário Guastini.

Carta assinada "Mario Guastini"; datada: "S. Paulo, 21 de maio de 1941"; autógrafo a tinta preta; papel azul, filigrana; timbrado "MG."; 1 folha; 31,9 x 22,2 cm.

23. JUNOT, Jaime Franco Rodrigues⁴⁹. 27 nov. 1942.

JAIME FRANCO RODRIGUES JUNOT
Rua Joaquim Távora. Nº 280
Telefone 4828
Santos
E. São Paulo

Santos, 27 de novembro de 1942.

Prezado e ilustre

Dr. Plínio Barreto.

Acabo de ler em *O Jornal do Rio*, a sua amável apreciação sobre o livro *Martins Fontes*⁵⁰. As suas palavras comoveram-me profundamente. Não as merecia de quem como V.S. é um dos mais ilustres escritores da terra paulista. A sua apreciação tem o grande valor porque também foi grande amigo do nosso querido e saudoso, inolvidável e imortal amigo e poeta Martins Fontes. Muito obrigado, e aqui fico ao seu dispor o

Amigo e admirador

Jaime Franco.

Carta assinada “Jaime Franco”; datada: “Santos 27/11/1942”; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana; timbrado “JAIME FRANCO RODRIGUES JUNOT/ Rua Joaquim Távora. Nº 280/ Telefone 4828/ Santos/ E. São Paulo”; 1 folha; 28,1 x 20,9 cm.

⁴⁹ Jaime Franco Rodrigues Junot (1899-?), escritor, jornalista e historiador paulista. Publicou, entre outros livros: *Terras de amor* (1927); *Martins Fontes* (1942); *A gloriosa existência de Rui Barbosa* (1953).

⁵⁰ BARRETO, Plínio. “Jaime Franco: *Martins Fontes*; Cícero Marquez: *Tempos passados*” [Seção Livros Novos]. *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 1942, p. 4. Retomando idéias presentes no livro de Jaime Franco, Plínio demonstra que Martins Fontes havia sido mais que um poeta; podia ser considerado também um intelectual devotado à filosofia e às teorias políticas e sociais. O crítico julga que a “alegria externa [de Martins Fontes] era, porém, no fundo, pessimista e amarga”.

24. LEÃO, Antonio Carneiro⁵¹. 15 mar. 1929.

Meu ilustre amigo:

Acabo de ler, no *Estado de S. Paulo*, a generosa apreciação que, no seu estilo sutil e penetrante, acaba de fazer do meu livrinho – *Palavras de Fé*⁵².

Sua crítica é justa. Meu livro é otimista. É um livro para a infância e a juventude, escrito com o fim de colaborar na obra da unidade espiritual da América. Mas... terei exagerado?

Quem se debruça deveras sobre a história da América compreende o esforço de todos os países que hoje a constituem. Más ações certamente que as houve em todos eles. Onde, porém, só se fizeram coisas interessantes! Qual o grande país europeu isento de injustiças, barbaridades, etc. etc.?

A América é de ontem, as suas conquistas não se podem comparar, em todos os domínios, às obtidas pelos velhos povos da Europa. Entretanto, no domínio da paz internacional, do direito internacional, são muito maiores os seus esforços e as suas vitórias.

Estou de acordo com a sua crítica, parece-me porém que não exagerei quando assinalei a coragem, a energia, as qualidades positivas dos homens, que descobriram, desbravaram, conquistaram, civilizaram, organizaram o continente. Apesar de todos os defeitos, a obra, na maioria das nossas pátrias – cuja civilização data de um século – é realmente considerável e meritória.

Perdoe o nobre amigo tão insulas considerações e receba um grande abraço afetuoso e agradecido do velho

adm^{or}. e am^o obg^o

A.Carneiro Leão.

⁵¹ Antônio Carneiro Leão (1887-1966), professor e escritor pernambucano, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1911. Atua como diretor geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro (1922 a 1926); Secretário de Estado do Interior, Justiça e Educação do Estado de Pernambuco (1929-1930). funda e dirige *O Economista*, de 1920 a 1927; colabora em diversos periódicos. Eleito em 1944 para a Academia Brasileira de Letras. Publicou, entre outros livros: *Educação* (1909); *O Brasil e a educação popular* (1917); *Problemas de educação* (1919); *São Paulo em 1920* (1920); *Os deveres das novas gerações brasileiras* (1923); *O ensino na capital do Brasil* (1926); *Palavras de fé* (1928); *Fundamentos de sociologia* (1940); *Planejar e agir* (1943); *Panorama sociológico do Brasil* (1958); *Victor Hugo no Brasil* (1960).

⁵² BARRETO, Plínio. “Pedro Baptista: *Os cangaceiros do Nordeste*; A. Carneiro Leão: *Palavras de fé*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 mar. 1929, p. 3. Segundo o crítico, este livro “é menos um trabalho de crítica política e social do que um brado de entusiasmo pelo despertar de uma consciência americana”. Adverte: “Brados de entusiasmos não se analisam: ouvem-se e registram-se. Não analisarei, portanto, o trabalho do Sr. Carneiro Leão. Recolherei dele, apenas, aqui e ali, uma ou outra nota”. Plínio sintetiza as principais ideias do livro, advogando a necessidade dos brasileiros de conhecer as repúblicas americanas que muito nos têm a ensinar. Em meio à sua síntese, aponta um deslize do autor ao afirmar que o Haiti era, naquele momento, a única nação governada por negros.

15 de março de 1929.

Meu illustre amigo:

Acabo de ler, no Estado de São Paulo, a generosa apreciação que, no seu estylo subtil e penetrante, acaba de fazer do meu livrinho - "Palavras de Fé", sua critica e' justa. Meu livro e' optimista e' um livro para a infancia e a juventude, escripto com o fim de collaborar na obra de unidade espiritual da America. Mas... terei exagerado?

Quem se debauca deveras sobre a historia da America, compreende o esforço de todos os paizes que hoje a constituem. Mas ações, certamente que as houve em todos elles. Onde, porém, se fizeram actos interessantes? Qual o grande país europeu isento de injusticias, barbaridades, etc. etc.?

A America e' de hontem, as suas conquistas não se podem comparar, em todos os dominios, ás obtidas pelas velhas povos da Europa. Entretanto, no dominio da paz internacional, do direito internacional, não muito maiores os seus esforços e as suas victorias.

Estou de accordo com a sua critica, parece-me porém que não exagerei quando assignalei a coragem, a energia, as qualidades positivas dos homens que descobriram, desbravaram, conquistaram.

taram, civilizaram, organizaram o continente.
apesar de todos os defeitos a obra, na maioria
das nossas patrias - cuja civilização data de
um século - é realmente considerável e meri-
tória.

Perdê o nobre amigo tão insubstituíveis considera-
ções e receba um grande abraço affectuoso e
agradecido do velho

adm^o e am^o obz.^o

A. Carneiro Leão

Rio, Laranjeiras 583
15 - 3 - 1929.

25. LIMA, Alceu Amoroso. 26 dez. [1928].

Rio de Janeiro, 26 de dezembro [1928].

Meu caro amigo

D^r. Plínio Barreto.

Acabo de ler encantado a sua admirável página sobre os meus modestíssimos *Estudos*⁵³. Tenho passado ultimamente por golpes tão rudes. Tenho tocado tão de perto o sofrimento e a rudeza da vida, que as suas palavras caíram como um bálsamo que a providência fizesse descer sobre tantas chagas ainda em carne viva.

Como lhe agradecer? Como lhe dizer que, sinceramente, não mereço nem a sombra de tudo aquilo que o Sr. disse com tanta fineza, com tanta elegância, com tanta amizade. Senti nas suas palavras toda a sua alma, e como sei da sinceridade dela, fico um pouco espantado e prodigiosamente envaidecido. Será que realmente os meus vagos *Estudos* merecem tanta coisa bonita, tanta coisa que me parece tão desproporcionada ao meu esforço? Se o Sr. o diz é que o sentiu, e oxalá seja exato ou antes *fosse* exato...

Estava aliás para escrever-lhe. E para escrever-lhe em virtude de uma carta sua, que em poucas palavras dizia muita coisa. Foi a que o Sr. dirigiu ao Perilo a propósito da subscrição pela família do nosso Jackson⁵⁴. Suas palavras foram nobres e generosas e tocaram muito fundamente no coração deste amigo de ambos, que sentiu tão fundamente a dissidência que houve entre os dois. É muito duro ver duas almas tão dignas, tão altas, tão merecedoras de se entenderem, – de vê-los divididos e, mais do que isso, ressentidos profundamente.

⁵³ BARRETO, Plínio. “Tristão de Ataíde: *Estudos* [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 dez. 1928, p. 3. Plínio, ao avaliar a segunda série dos *Estudos* de Tristão de Ataíde, aponta um novo momento da crítica literária brasileira: “essa transformação, tenha-se ou não se tenha a crítica em grau inferior na escala dos valores estéticos, acusa maturidade de espírito e emancipação intelectual. Indica que começamos a refletir por nossa conta e a vibrar com os nossos nervos. Uma literatura onde se abre lugar para a crítica superior não é uma literatura de imitadores servís e de gramaticoides estéreis. É a expressão de uma cultura real e, o que mais é, de uma cultura fecunda, de uma cultura apta a se desentranhar em frutos sadios”. Comentando dois ensaios de Tristão sobre o nacionalismo no movimento modernista, encontra-se a opinião de Plínio: “debate-se o que há de exagero nesses traços, atenuem-se a virulência do sarcasmo e o que fica dá a impressão de real. Não será tão grande, como acredita o senhor Ataíde, a importância do chamado movimento modernista, que se observa nas letras, mas não é coisa que se despreze”.

⁵⁴ Perilo Gomes (1890-1952), ensaísta e escritor de orientação católica. Publicou, entre outros livros: *Ensaio de crítica doutrinária* (1923); *A teosofia* (1924); *Jackson de Figueiredo, o doutrinário político* (1926); *O socialismo* (1940). Na Série Correspondência de Plínio Barreto (IEB-USP) há quatro cartas de Perilo dirigidas a Plínio Barreto, aludindo à morte de Jackson. Em 16 de dezembro de 1928, escreve: “Vejo, com satisfação, que o ilustre amigo não conservou ressentimentos desse embate, tal a sinceridade com que sentiu a sua morte. Daí eu animar-me a solicitar sua adesão e seu prestígio para o movimento que fizemos em favor da família do nosso amigo morto”. Em carta de 3 de janeiro de 1929, Perilo agradece a contribuição de Plínio: “só agora venho responder sua carta de 28 de Dezembro último, [ilegível] um cheque de 1: 000\$000 para a subscrição em favor da família do Jackson”.

Aquele *amigo*, a que o Jackson se referia numa resposta ao Sr. que lhe advertira sobre a dubiedade perigosa de uma expressão do seu artigo era ele. Vi logo que a frase se prestava a um sentido lamentavelmente depreciativo, e que nesse sentido é que seria tomada, dada a tensão a que tinham chegado as coisas. O J. julgou que não. Mas infelizmente era eu que estava com a razão. E a ruptura dolorosa se deu.

Felizmente, pelas palavras de sua carta vejo que a morte apagou os ressentimentos passados. E que sua alma se revelou nobre e justa, como sempre a considerei.

Não sei se sabe que fiquei no lugar do Jackson, como Presidente do Centro D. Vital⁵⁵ e como diretor de *A Ordem*. Com a condição apenas de tirar a ambos o caráter político, guardando-lhe apenas o caráter de militância católica dentro aliás da mediocridade absoluta de minhas forças e do meu temperamento, tão diverso do nosso admirável amigo, um dos mais extraordinários exemplares de *humanidade* que têm pisado o solo da Terra!

Mandar-lhe-ei ainda esta semana o 1º exemplar da nova série de *A Ordem*, que sairá de agora em diante trimestralmente.

E mais uma vez, tanto pelas suas admiráveis palavras, [reveladoras] de um talento excepcional de crítico verdadeiro (que é o *homem que sabe ler*, como dizia Saint-Beuve) – como ainda pela sua nobre e digna atitude revelada em carta ao Perilo – receba, meu caro amigo, um grande abraço de agradecimento.

Do seu amigo e admirador muito certo

A. Amoroso Lima.

Carta assinada “A. Amoroso Lima”; datada: “Rio de Janeiro, dezembro 26.”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado; 4 folhas; 27,7 x 21,0 cm.

⁵⁵ No início dos anos 20 começou no Brasil um movimento de reação ao positivismo. Tal movimento teve expressão rumorosa na conversão ao catolicismo de Jackson de Figueiredo, jovem intelectual que em 1921, com o apoio do Bispo-auxiliar D. Sebastião Leme, fundou no Rio de Janeiro o periódico *A Ordem* e, em 1922, o Centro D. Vital. (Cof. CHRISPIM, Airton de Souza. *O pensamento católico no processo educacional brasileiro*. Anais do I Colóquio de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco: Brasil e Portugal: nossa história ontem e hoje. <http://www.pgh.ufrpe.br/brasilportugal/anais/12rc/Airton%20de%20Souza%20Chripim.pdf> consulta em 16 jun. 2009).

26. LIMA, Alceu Amoroso. 25 de março de [1929].

DIRETORIA
DO
CENTRO D. VITAL
-
RUA RODRIGO SILVA, 7
-RIO-

Rio de Janeiro, 25 de março de [1929].

Meu ilustre amigo

Dr. Plínio Barreto.

Valho-me de sua generosidade para transmitir-lhe um pedido que recebi de colaboração para o *Estado de S. Paulo*. Trata-se de um rapaz de real valor, Dr. Jorge Latom, 2º secretário de legação, agora em exercício no Itamarati e que desejava muito colaborar no seu jornal, pois costuma completar com trabalho de imprensa o magro ordenado que recebe de secretário. Sua especialidade é em assuntos de caráter internacional, e como está encarregado, no Ministério, de tudo que se refere à Liga das Nações, penso que poderá fazer coisas interessantes, como uma documentação inédita entre nós.

Transmito-lhe o seu pedido, certo de que não desconheço as dificuldades em colaborar em um órgão como o seu. Peço-lhe entretanto caso haja alguma possibilidade de dizer-me se deseja que o meu recomendado lhe escreva diretamente ou mesmo envie algum esboço de artigo, para o Sr. ver se pode fazer coisa digna do seu jornal.

Não respondi, em tempo, sua bela carta sobre o nosso Jackson, pois bem sei do número de encargos que lhe pesam sobre os ombros, para não vir agora sobrecarregá-lo ainda mais com uma correspondência desinteressante e inútil.

Não sei se recebeu o primeiro número da nova série de *A Ordem*, que lhe remeti. Por estes dias sairá o 2º número, dedicado ao Jackson, dele vamos tirar uma separata que constituirá um *In Memoriam*.

Estamos começando a recolher as listas da subscrição e penso que chegamos a uns 70 contos, como o que pensamos adquirir um pequeno prédio de moradia e um outro para renda. Os filhos estão colocados em colégios, gratuitamente, de modo que penso que conseguimos amparar a família do nosso desventurado e grande amigo.

Creia meu caro amigo na estima e simpatia do amigo certo

A. Amoroso Lima

77 - Candelária

DIRECTORIA
DO
CENTRO D. VITAL

Rua Rodrigo Silva, 7
- RIO -

Rio - Março 25

Meu querido amigo
Dr. Plínio Barreto

Valto-me de suas funcões de para
transmittir-lhe um pedido que recebi, de
collaboração para o "Estado de S. Paulo."
Trata-se de um rapaz de real valor,
Dr. João Latam, 2º secretario de leccião, após
seu exercicio no Itamaraty e que desygava
muito collabrar no seu jornal, pois costuma
completar com trabalhos de imprensa e magist
ordenado por parte do secretario. Sua especia-
lidade é em assumptos de caracter interna-
cional, e como está empregado no
Ministério, de tudo que se refere a Liza das
Nações, penso que poderá fazer coisas im-
tensas, com uma documentação
inedita entre nós.

Transmittio-lhe o seu pedido, certo de
que não descurarei as difficuldades em
collaborar em um órgão como o seu. De-
-do entantão, careça alguma possibilidade,
de dizer-me se deseja que o meu recommen-
-de de lhe escreva directamente ou me escreva
aviso algum sobre o artigo, farei o h.
vê se pôde fazer com o jornal do seu
jornal.

2
Não respondi, em tempo, sua bella carta
sobre o nome Jackson, pois tem o do numero
de excusos por lhe pedir sobre o funeral,
mas não vi a parte sobre o nome. O que
mei com uma correspondencia de
- um outro e inutil.

Não vi a revista o primeiro numero
da nova serie de o Quilom, por lhe lembrar.
Em esta data sahi o 2º numero, dedicado ao
Jackson, e delle vamos tirar uma revista
por constituir um Tr. Memoriam.

Citamos lembrando o reseter as listas
das subscrições e juros por chegar a
um 70 centos, e aqui o que pensamos adp-
-ir um pequeno pedio de moradia e
um outro para renda. Os pchrs não colcha-
-do em collectas, futuramente, de modo
que fero por carrefras auxiliaes a
familias do nome desventuras e
grandes amigos.

Seis, meus caro amigo, na minha e
sympathia do amigo certo

A. Amoroso Lima

77 - Caiedelar's

27. LIMA, Alceu Amoroso. 25 abr. [1929].

Rio de Janeiro, 25 de abril [1929].

Meu ilustre amigo

Dr. Plínio Barreto.

Devo-lhe duas respostas. E por isso mesmo quero esperar um momento de mais folga e sobretudo de mais tranquilidade mental, para responder-lhe com o devido vagar. Infelizmente, tenho andado a tal ponto sobrecarregado de tarefas e preocupações que não posso aguardar momentos [desse], que muito provavelmente não me virão tão cedo. Mando-lhe portanto duas palavras apressadas que lhe possam levar o meu duplo agradecimento.

Em 1º lugar pela gentileza com que acudiu ao meu pedido quanto ao Latom, negando-o aliás com as mais fundadas razões.

Em seguida, desejava agradecer o seu belo artigo de sábado⁵⁶. Agradecer? Agradecer a um crítico parece até uma censura. Tanto mais quanto não há em suas palavras senão a expressão da mais rigorosa sinceridade, que não esconde de modo algum as dissensões. Muito teria que comentar com o Sr. a propósito de seu artigo, se houvesse tempo para isso.

Há, porém, tanta justiça imparcial no que diz do nosso grande amigo morto, que seria até uma grosseria de minha parte tocar nessas dissensões. Creio mesmo que haverá, de sua parte, um pouco de curiosidade em conhecer o meu pensamento sobre a *política* brasileira, agora que *me puseram* no posto que o nosso *insubstituível* amigo ocupava, e também sobre os ideais políticos do Jackson.

Confesso que já estive muito mais longe delas do que estou hoje. Cada vez mais sinto a ilusão do liberalismo, agora que dia a dia penetro mais intimamente a doutrina católica. Foi o Jackson que *quebrou* a minha incredulidade. O Jackson aqui, e Chesterton, foram os instrumentos de que a graça se serviu para me forçar à opção por Deus e pela sua Igreja. E à medida que penetro, *de dentro*, o pensamento católico, vejo que a ilusão liberal não será nunca senão uma transição, um oportunismo, um *artifício social*. O Jackson compreendeu isso de longe e bem antes que as *situações* de fato nos obrigassem a ver de perto a realidade. Ele viu que a *tolerância* não resolve nunca problema algum. Adia apenas. E agrava-os pela ilusão que dá, de que basta um pouco de boa vontade para que o mundo entre nos eixos. Este século XX ainda nos

⁵⁶ BARRETO, Plínio. “Jackson de Figueiredo: *In Memoriam*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1929, p. 3. Plínio comenta a sua relação com Jackson de Figueiredo, demonstrando os diversos elementos de convergência e discórdia entre eles. Retoma depoimentos divulgados para descrever os ideais conservadores de Jackson e construir um perfil do homem público combativo. Ao concluir o artigo, Plínio reafirma sua posição ideológica e política contrária a de Jackson, sem deixar de exprimir a sua admiração pelo amigo morto.

trará surpresas terríveis. E eu vejo cada vez mais que contra as ameaças do tempo só há uma doutrina segura: a doutrina de Roma. Aquela que há 2000 anos Cristo pregou e que a sua Igreja tem sabido conservar e adaptar às necessidades de todos os tempos. E não é sendo *tolerante* e *liberal* que a Igreja tem conseguido ser, no tumulto dos séculos e na passagem contínua de impérios, de doutrinas, de rupturas políticas, de dinastias, de parlamentos, de nações, de tudo *enfim* o que se julga mais *estável* na terra – que a Igreja, digo, tem conservado intangível e cada vez mais viva a sua verdade, a sua Realidade em cada ato de nossa vida.

Enfim, estou traindo o meu propósito. Vou parar. Terei muito prazer em enviar-lhe um exemplar do *In Memoriam*⁵⁷, que tiramos do n° especial, acrescido de vários inéditos e de outros artigos. Peço-lhe apenas um favor, se for possível: ler uma conferência que o Luiz Delgado fez em Recife, sobre o Jackson, o que é, a meu ver, a coisa mais completa e *objetiva* que se fez sobre ele. Acha que poderemos remeter para aí alguns exemplares? Haverá público que se interesse por ele?

E fico por aqui. Peço-lhe que aceite de novo os meus parabéns pelo seu justo e nobre folhetim, que tanto prazer causaria à alma também tão nobre do nosso morto.

Um grande abraço do seu amigo

A. Amoroso Lima.

77 – Candelária.

Carta assinada “A. Amoroso Lima”; datada: “Rio. Abril. 25”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado; 4 folhas; 27,7 x 21,0 cm.

⁵⁷ FIGUEIREDO, Jackson de. *In Memoriam*, Edição do Centro D. Vital: Rio de Janeiro, 1929.

28. LIMA, Alceu Amoroso. 20 jun. [1936]

Rio de Janeiro, 20 de junho [1936].

Prezado amigo

Dr. Plínio Barreto,

há uns 10 ou 12 dias que tenho na minha mesa, escrito a lápis azul, um pedaço de papel dizendo: “escrever a Plínio Barreto”. Neste momento o papel escorrega, entra pelo meu [block?] a dentro, como a dizer-me que o faça neste mesmo momento, seja qual for a precipitação de um bilhete escrito às pressas entre 2 compromissos. E para que a papeleta de letras azuis não me entre mais pelos olhos a dentro, como um remorso, aí vai esta cartinha “à la diable”, para agradecer-lhe a admirável síntese que fez do meu livrão (como se diz, um casarão, um mulherão etc...) ⁵⁸. “É a maior tribuna que temos em nossa imprensa”, escreve-me um amigo do interior de S. Paulo, que me mandou a crônica, aliás já lida. E congratulo-me por ter merecido essa distinção.

Lamento que o livro lhe tivesse dado a impressão de um fatalismo irremediável. Não tive a intenção disso. Se bem que respeitando a realidade quanto possível. Creia, porém, cada vez mais, que a *vontade* pode alterar e de fato altera a cada momento o curso da história. E se o ritmo que imprimir ao livro, deixa essa impressão de ascensão e decadência inevitável, é por certo que a pena me traiu. Foi e não foi essa intenção. Não creio no “Eterno retorno” nietzcheano. Creio na Providência. Se bem que aderindo sempre, como dever de católico – isto é, de um respeitador da Verdade acima de tudo, – a toda a complexidade infinita do real.

Quanto à Idade Média, deixei bem claro a intenção de não fazer *saudosismo* medievalista. Mas creio firmemente que as linhas gerais de toda *saúde* e de todo equilíbrio social humano, foram lançadas então ao menos como semente. Belloc ⁵⁹ o afirma em numerosos trechos de suas obras. De onde é o texto que citou?

Estou, entretanto, falando à toa. Apenas para trocar ideia. E para corrigir a impressão de *melancolia*, que só existiu na certeza de não ter feito o que pretendia, em muito, fazer. O mundo moderno, a apostasia moderna nos comunica mais do que melancolia. A terrível tristeza de um

⁵⁸ BARRETO, Plínio. “Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde): *O espírito e o mundo: ensaios*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1936, p. 3. Neste artigo, Plínio tece considerações sobre a atuação de Alceu Amoroso Lima, “crítico católico”; demonstra que o credo religioso dele não interfere nos seus julgamentos, sempre marcados pela justiça e honestidade. Como prova, retoma artigos do autor que, mesmo apresentando a sua posição religiosa, estuda autores comunistas de modo justo, ou combate certo modelo de romance católico medíocre.

⁵⁹ Joseph Hilaire Pierre René Belloc (1870-1953), escritor britânico.

mundo sem Deus. Mas nós, católicos, sabemos onde o encontrar e conhecemos que o nosso dever é não desanimar nunca e clamar sempre, quando mais não seja senão no deserto, ou na agonia, como Garcia Moreno: “Dios no muere”!

Creia, meu ilustre e prezado amigo, no reconhecimento e na alta estima, de quem se subscreve.

Am. obr^o e Adm^{or}.

A. Amoroso Lima.

77 – Candelaria.

Carta assinada “A. Amoroso Lima”; datada: “Rio_junho_20”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado; 3 folhas; 27,3 x 21,1 cm.

29. LIMA, Manuel de Oliveira. 13 jun. 1927.

3536, 13th str, N.W.

Washington, D.C.

13 de junho de 1927.

Meu distinto patrício e confrade sr. dr. Plínio Barreto:

foi com grandíssimo prazer que li no *Estado* o seu belo artigo sobre o meu último livro e desejo exprimir-lhe meu maior reconhecimento pela bondade com que ali sou tratado, e sobretudo pela atenção e cuidado com q- foi feita a leitura do livro e a sua crítica⁶⁰. Vale a pena escrever trabalhos históricos quando se encontra um comentador desse gênero. Aliás é antiga a minha admiração pelo seu talento, e é-me sumamente grato patenteá-la ao mesmo tempo que a minha maior estima e consideração

Seu att^o [ilegível] e obr^o ador.

M de Oliveira Lima.

Carta assinada "M de Oliveira Lima"; datada: "Washington, D.C./ 13 junho 1927"; autógrafo a tinta preta; papel branco; 2 folhas; 16,8 x 13,0 cm.

⁶⁰ BARRETO, Plínio. "Oliveira Lima: *Dom Pedro e Dom Miguel*" [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 abr. 1927, p. 3. Plínio retoma os principais fatos que marcaram a sucessão do trono português após a morte de D. João VI, momento que se constitui a última fase da vida luso-brasileira na qual os acontecimentos políticos de um país estavam intimamente relacionados aos do outro. Plínio discute o avanço do liberalismo no Brasil, demonstrando que este tem sua origem nos autores clássicos romanos.

30. MONTEIRO, Tobias do Rego⁶¹. 27 abr. 1927.

F. BRIGUIET & CIA
LIVREIROS EDITORES
38, RUA S. JOSÉ, 38
CAIXA POSTAL N° 458

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1927.

Ilustre Colega Sr. Plínio Barreto.

Tenho a honra de remeter-lhe com esta carta um exemplar da minha “Elaboração da Independência” – 1ª parte da *Hist. do Império* que empreendi escrever⁶².

Não sei se a sua leitura lhe sugerirá algumas observações, o que seria utilíssimo à divulgação dessa obra. Em caso afirmativo, rogo-lhe o favor de só publicar o seu artigo quando o livro estiver à venda. Amanhã devem chegar as 1^{as}. caixas, pois a obra foi impressa em Tours. Espero que ao fim da 1ª quinzena de maio as livrarias a tenham em casa. Se o meu livro, pois, merecer a honra de ser apresentado aos paulistas pelo meu ilustre col^a, ousou esperar aqui receber em duplicata o n° do *jornal* onde isso se passe.

Queira crer-me com estima e alta consideração

Seu col^a e am^o at^o.

Tobias Monteiro

“Jockey Club” – Avenida

ou

64 Esteves Júnior (Catete).

Carta assinada “Tobias Monteiro”; datada: “RIO DE JANEIRO 27 Abril 1927”; autógrafa a tinta preta; papel branco, filigrana; timbrado “F. BRIGUIET & CIA/ LIVREIROS EDITORES/ 38, RUA S. JOSÉ, 38/ CAIXA POSTAL N° 458”; 1 folha; 27,5 x 21,7 cm.

⁶¹ Tobias do Rego Monteiro (1866 - 1952), jornalista, historiador e político potiguar. Em Natal, entre 1879 e 1883, teve seu nome ligado aos periódicos literários *A Ideia* e *A Luz*. No Rio de Janeiro, atua como chefe do gabinete de Rui Barbosa, e por indicação do jurista; após proclamação da República, trabalha no *Diário Oficial*. Secretário do presidente Campos Sales (1892-1902), tendo o acompanhado em sua viagem à Europa, quando, então, logra entrevistar Émile Zola acerca do Caso Dreyfus. Colaborou no *Jornal do Brasil* e no *Jornal do Comércio*. Publicou, entre outras obras: *O sr. Campos Sales na Europa* (1900), *Funcionários e doutores* (1917), *História do Império*, volumes I, II e III (incompleto), em 1927, 1939 e 1946.

⁶² A crítica a este livro só foi publicada em junho desse ano.

31. MONTEIRO, Tobias do Rego. 13 jun. 1927.

JOCKEY – CLUB
RIO DE JANEIRO

13 de junho de 1927.

Meu caro Sr. Plínio Barreto.

Paulo Prado deu-me notícias do rodapé do *Estado* do dia 11, que me foi possível ler ontem mesmo⁶³.

Venho agradecer ao generoso autor desse belo escrito a bondade com que se referiu à minha obra *Elaboração da Independência*. Vejo que a leu com muita atenção e dela então (em tão) limitado espaço não se poderia fazer melhor síntese.

Quer-me parecer que eu apareço ali como admirador do coração de Carlota Joaquina, quando entretanto eu pensava ter deixado claro que há nos indivíduos como ela uma espécie de dupla personalidade, política e privada, aparecendo nesta, às vezes, sinais de bondade d'alma, inconciliáveis com a dureza e até a crueldade praticadas em relação aos adversários e inimigos no termo da vida pública. Como o meu eminente crítico lembra muito bem, as mulheres de vida desregrada podem ser tão boas mães quanto as virtuosas. A mesma coisa pode acontecer com bandidos.

É grande compensação de um esforço, igual ao despendido por mim durante anos, ver compreendida com tanta clareza e julgada com tanta simpatia a sua obra.

Tenho eu ainda tanto que fazer, é ato de bondade animar-me a prosseguir na minha tarefa.

Ainda uma vez muito obrigado.

Talvez eu parta para RN em breves dias; mas se não puder fazê-lo e aqui me demorar, terei muito prazer de vê-lo no Rio ou Petrópolis, onde vivo mais seguidamente.

Seu am^o e col^a att.

Tobias Monteiro.

P.S. Por este correio mando-lhe 2 velhos folhetos para serem guardados como lemb^a do autor.

Carta assinada "Tobias Monteiro"; datada: "RIO DE JANEIRO/ 13 Junho de 1927"; autógrafo a tinta preta; papel creme; timbrado "JOCKEY – CLUB/ RIO DE JANEIRO"; 2 folhas; 18,0 x 14,0 cm.

⁶³ BARRETO, Plínio. "Tobias Monteiro: *História do Império*" [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 1927, p. 3. Demonstrando admiração pela "história anedótica que se depara nas 'Memórias' e nas 'Biografias'", Plínio Barreto estuda o livro de Tobias Monteiro, retomando trechos da obra que focalizam D. João VI, D. Carlota Joaquina, D. Pedro, D. Leopoldina e José Bonifácio. Assinala que os juízos críticos e reflexões pessoais do historiador são amparados em fatos e documentos, fato que lhe permite discordar dos estudos realizados por outros historiadores, como Oliveira Lima.

32. MONTEIRO, Tobias do Rego. 2 out. 1928.

“BELA VISTA”
PETRÓPOLIS
E. DO RIO

2 de outubro de 1928.

Meu caro Sr. Plínio Barreto.

Não sei como agradecer-lhe os seus bondosos conceitos a respeito do meu último livro, principalmente as últimas palavras do seu artigo⁶⁴.

Campos Sales era um homem muito bom e por tal qualidade me prendeu. Servi-o com o maior desinteresse, porque naquele momento ele realizava uma obra, a meu ver a mais urgente e difícil. Nunca me ofereceu posição alguma nem nunca eu lhe pedi coisa alguma, que direta ou indiretamente pudesse servir para melhorar minha vida.

Isso mesmo ele mo disse em carta que possuo. Mas sendo eu um homem novo, muito mais jovem do que ele, mereci-lhe a distinção de ser ouvido confidencialmente em quase tudo que ocorria no seu governo com a liberdade de divergir e divergir muito, a ponto de às vezes quase causar-lhe aborrecimentos. Guardo-lhe por isso, realmente, muita gratidão, pois tendo vivido na intimidade de alguns homens políticos, foi ele o único que sempre teve a minha independência como sinal de amizade. Os outros acabaram por zangar-se ou fazerem ouvidos de mercador.

Mas a justiça que lhe faço procuro fazer aos demais. Vejo do seu artigo quanto é grande a sua admiração por Prudente de Moraes. Eu participo desse sentimento e prevejo que a sua figura na posteridade será muito grande. Ele representa o marco da transição para o governo civil, e para fincá-lo sustentou luta terrível, na qual me envolvi com a maior devoção e portanto posso dizer quanto foi dura.

É muito cedo para fazer a história da República, ou antes daqueles 1^{os} nove anos; mas pareceu-me que já se a pode esboçar, traçar-lhe as grandes linhas. Para completar o quadro, as figuras têm de estar mais longe; precisamos de perspectiva. Sinto não ser jovem para ter tempo

⁶⁴ BARRETO, Plínio. “Tobias Monteiro: *O presidente Campos Sales na Europa*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 1928, p. 3. O artigo discute o livro de viagem de Tobias Monteiro à Europa em companhia do presidente Campos Sales. O crítico julga o livro importante por realizar uma retrospectiva da história política da República brasileira até a ida de Campos Sales a Londres para negociar um empréstimo financeiro, assim como por focalizar a atuação dos presidentes Floriano Peixoto e Prudente de Moraes. Sobre estes presidentes, o crítico lança a seguinte observação: “com o andar dos tempos, as duas figuras vão trocando de planos na admiração do público: a de Floriano desce para um plano inferior e a de Prudente sobe para um superior.//A observação não é do Sr. Tobias Monteiro; vai por minha conta. O que é dele é a narração dos fatos de que a extraí”.

de sobra. Se assim fosse, começaria a colher elementos, principalmente a respeito de Floriano, cuja estranha figura dá muito que fazer.

Lamento não o ter por aqui. Por minha vez não vejo S. Paulo há cerca de dez anos, se bem me lembro, salvo uma vez por dois dias. Se uma vez aparecer no Rio, não se esqueça de telefonar-me para Petrópolis, onde o receberei com o maior prazer, caso aqui venha. Se o mar não consentir que deixe a praia, lá irei vê-lo.

Ainda uma vez m^{to} obrigado e creia-me sempre

Am^o grato e adm^{or}.

Tobias Monteiro.

Carta assinada "Tobias Monteiro"; datada: "2 de Outubro de 1928"; autógrafo a tinta azul; papel azul, filigrana; timbrado "BELLA VISTA/PETROPOLIS/E. DO RIO"; 2 folhas; 18,4 x 13,8 cm.

33. MONTEIRO, Tobias do Rego. 17 jun. 1932.

“BELA VISTA”
PETRÓPOLIS
E. DO RIO

17 de junho de 1932.

Meu caro amigo.

Chegando-me hoje às mãos o último nº da *Revista Nova* logo comecei a folheá-lo e detive-me na Resenha cuja assinatura em iniciais bem me indicava o autor⁶⁵. Li com o mais vivo interesse as cinco páginas e só lamento ter de esperar um mês pelas prometidas. Sorri a lembrar-me da história, digo, da referência à *bengala*. Dizem – parece ser certo – que se trata de uma boa pilhéria de Ed. Prado. Ele fez circular em Paris nas rodas da colônia que fora enviada p^a o Rio uma bengala-espingarda, donde sairia uma bala – talvez mais – destinada a matar Floriano quando ele fosse a um festim no Campo de St. Ana. O pobre Piza acreditou na história e transmitiu ao governo a notícia do terrível invento e seu terrível destino.

Não lhe parece que seria preferível ocultar as expansões do Presidente acerca dos “nossos bons vizinhos”? Parece-me convir às novas gerações concorrer quanto possam de um a outro lado do Prata, para destruir a herança de lusos e espanhóis, transplantados p^a a América, e aplicados a invasões e guerras p^a ajuste de contas das pugnas ibéricas. Temos progredido m^{to}. nesse terreno, mas tudo que se lhe atira com ranço desse passado é sempre nocivo. – Teria o prazer de vê-lo por aqui, agora, enquanto aí faz frio? Junho finda em breve. Será em julho? Meus respeitos a sua Ex^{ma}. Fam^a. e affect^s lembr^s do seu

Tobias Monteiro.

Carta assinada “Tobias Monteiro”; datada: “17 de junho de 1932.”; autógrafa a tinta preta; papel azul; timbrado “BELLÁ VISTA / PETROPOLIS E. DO RIO”; 1 folha; 9,2 x 13,7 cm.

⁶⁵ BARRETO, Plínio. “Resenha: desvendando arquivos”. *Revista Nova*. São Paulo, p. 377-381, jun. 1932. Comunicando o recebimento de um conjunto de cartas dos presidentes Prudente de Moraes, Campos Sales e Deodoro, Plínio seleciona trechos daquelas assinadas pelo primeiro deles. De acordo com o crítico, estes documentos poderiam ajudar a entender características de seu governo e principalmente a ameaça que representava Floriano. Nestas cartas vemos também características da política externa deste presidente, principalmente no que tange à Guerra do Paraguai, ao medo brasileiro de uma invasão territorial, e a algumas peculiaridades das relações franco-brasileiras.

34. MONTEIRO, Tobias do Rego. 8 set. 1939.

End. Teleg. "PALACE HOTEL"
PALACE HOTEL
POÇOS DE CALDAS

8 de setembro de 1939.

Meu caro Dr. Plínio Barreto.

"Leitor constante" do *Estado*, quando em São Paulo e "ilhas adjacentes", noto haver na sua redação o propósito de aporuguesar palavras estrangeiras de uso correntes, entre elas *futebol*. Creio que nesse rol estão *chauffeur* (absorvido sem alteração) e *garagem*. Está direito. Invenções descobertas criam palavras para adaptar em todas as línguas.

No n.º de hoje vejo incluída *estoque*. Não lhe parece ser desnecessário mascarar a palavra inglesa? *Depósito, reserva, existência* e ainda outras não significam a mesma coisa? Preferindo-as, evita-se a identidade com o português – arma perfurante.

A grande influência inglesa no comércio brasileiro é causa do recurso à sua tecnologia. A francesa produziu resultado idêntico. Da mistura já temos *controle* e *controlar*. Não é o mesmo que *verificar, inspecionar, fiscalizar*?

Nossa língua tem vocabulário riquíssimo. Entretanto desprezam-se palavras vernáculas p^a adotar outras de língua estranha.

As nossas *joia, joalheria*, passaram a ser *bijou* e *bijouteria*! O *alfinete de peito* tomou a máscara do *broche*, que traduzido é *espeto*. Isso passa-se no domínio da moda. Cambraia, cassa, madapolão (devido à origem) tudo perdeu a utilidade. Uma senhora, a conversar comigo, espantou-se ao dizer-lhe eu que *pendantife* é objeto pendente ou o mesmo que *penduricalho*, já que se procura substantivo em português. Certam^e pensava ela ser *pendantife* o nome de uma joia especial.

No velho *J. do C.* escrevia-se com perfeição de Paris[;] Picot, helenista e latinista, fiscalizava a redação, onde havia gente como os Castros, tio e sob^s (Luís e Augusto Laet, Gusmão Lobo, Varejão, Souza Ferr.). Todos escreviam certo.

Veio Rod^s e começou a dizer que *não queria estilos* e introduziu nos jornais o *drástico* como sinônimo de *forte*, imitação inglesa. De outra vez, dando uma *varia* acerca de um leilão (!!!) escreveu que entre objetos de bom gosto havia alguns *meretrícios* (!!!). Ainda influência inglesa. Assim explicava um col^a de redação, lente no Pedro II. Brasileiro lê jornais e alguns

leem livros; esses são m^{to} poucos. *O Estado* é um dos refúgios de priscas eras e tem a velar p^r ele mestre Plínio.

Aqui “neste deserto de homens e ideias” (Lamartine, em vez de O. Ar.), que hei-de fazer senão – maçar um dos homens mais ocupados do Brasil? Já não o pude maçar no Rio, maço-o por carta. O sofrimento é menor.

Rogo-lhe que não responda. Esta carta é obra de vadio. Vim respirar ares secos e inalar água sulfurosa. O médico aconselhou-me a não trabalhar. E eu trouxe 4 anos de relat^s de Marechal e a missão do barão [Newmann?] acerca da sucessão de D. J^o VI. Mas eu creio q. não resisto. Do contrário, maçaria p^r carta outros am^s, dos quais, p^r seu valor [ilegível] foi o 1^o escolhido.

Meus respeitos a Excelentíssima.

Sempre

Seu af^o. e grato

Tobias Monteiro.

Carta assinada “Tobias Monteiro”; datada: “8-9-39”; autógrafo a tinta preta; papel creme; timbrado “END. TELEG. ‘PALACE HOTEL’/ PALACE HOTEL/ POÇOS DE CALDAS”; 2 folhas; 19,1 x 13,3 cm.

35. MONTEIRO, Tobias do Rego. 27 jan. 1947.

“BELA VISTA”
PETRÓPOLIS
E. DO RIO

27 de janeiro de 1947.

Meu caro Plínio Barreto.

Um jovem parente mandou-me tardiamente de São Paulo o número do *Estado*, contendo o admirável resumo do meu último livro acerca do *Primeiro Reinado*⁶⁶.

Para manifestar-lhe o meu agradecimento basta dizer-lhe que no gênero nunca vi algo semelhante. O meu trabalho realça. Foi apenas uma pedra de boa origem, que você aproveitou para dar-lhe brilho. Muito obrigado.

Muito obrigado.

Afetuosamente

Seu amigo

Tobias Monteiro.

Carta assinada “Tobias Monteiro”; datada: “27 janeiro 1947”; autógrafo a tinta azul; papel branco, filigrana “‘BELLA VISTA’ PETROPOLIS E. DO RIO”; 1 folha; 18,3 x 13,6 cm.

⁶⁶ A única crítica localizada sobre a *História do Império – o Primeiro Reinado* em *O Estado de S. Paulo*, assinada por Plínio Barreto, é datada de 19 ago. 1939, p.3. Artigo focaliza o livro de Tobias Monteiro que historia as “lutas internas que se seguiram à Independência e os trabalhos diplomáticos, junto aos governos europeus e a ex-metrópole, para reconhecimento da Independência”. Segundo o crítico, Tobias Monteiro consegue “extrair dos acontecimentos e dos arquivos, uma narração ágil e atraente”. Plínio ressalta na obra o olhar sobre a dissolução da constituinte e seus reflexos: o movimento revolucionário de Pernambuco e as reações de D. Pedro I.

36. MOTA, Artur⁶⁷. 30 ago. 1930.

AM

São Paulo, 30 de agosto de 1930.

Ao prezado amigo Sr. Dr. Plínio Barreto

Ilustrado crítico d'*O Estado de S. Paulo*.

Venho agradecer-lhe, com a pontualidade que não tive com o nosso amigo Sud Menucci⁶⁸, a generosidade dos seus conceitos e a simpatia com que recebeu uma parte dessa obra votiva ao nosso Brasil⁶⁹.

Há diferentes maneiras de se prestar serviço ao país. Enquanto a maioria cerra fileiras, como denodados batalhadores, na luta a peito descoberto, sem medir sacrifícios nem temer consequências, é admissível que outros trabalhem como garimpeiros, mineiros, ou ceifadores do trigo plantado por outrem, a descobrir no leito de seixo rolados ou na massa informe dos cascalhos, um simples diamante ou alguma pedra que se distinga pela cor, pela raridade ou pela utilidade. Devem existir obreiros para todas as tarefas, mesmo para as inglórias ou enfadonhas.

Da apreciação de valores das obras que se sucedem, prefiro os conceitos aplicados ao autor da *História da literatura* aos que foram externados em relação a *Quelques aspects de la civilisation brésilienne*. Antes exumar, com a paciência e pertinácia dos arqueólogos, as mediocridades sepultadas no esquecimento.

Sinto na sua crítica o mesmo exagero que me atribuiu. Repete-se o caso do roto que se ri do esfarrapado, ou do coxo que zomba do aleijado. O ilustre amigo encontra no meu trabalho de simples inventariante, merecimento do advogado que estuda o processo ou do juiz que lavra a sentença. Quem procede ao simples balanço de mercadorias, com a classificação das espécies e as consignações dos respectivos valores, não possui o mesmo merecimento do negociante que formula os planos de prosperidade de sua casa comercial.

⁶⁷ Artur Mota (1870-1936), biógrafo, historiador, jornalista carioca, membro da Academia Paulista de Letras. Publicou, entre outros livros: *Vultos e livros - 1ª série* (1921); *José de Alencar, sua vida, sua obra* (1921); *História da Literatura Brasileira, 2 volumes* (1930).

⁶⁸ Sud Menucci (1892-1948), educador, jornalista e escritor paulista. Em 1925 inicia a carreira de redator e crítico literário de *O Estado de S. Paulo*. No mesmo ano, assume a Diretoria-Geral de Ensino de São Paulo.

⁶⁹ BARRETO, Plínio. "Artur Mota: *História da Literatura Brasileira* 2º vol.; S. Rangel de Castro: *Quelques aspects de la civilisation brésilienne*" [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 ago. 1930, p. 3. Plínio enaltece o trabalho de Artur Mota devido a seu esforço hercúleo em biografar, além de escritores já bem conhecidos clássicos, a "tanta gente sem biografia", construindo uma obra que "vai ser o ponto de partida para quem quer que se meta em jornadas através do nosso passado literário".

Como vê, a minha piedosa benevolência para com as mediocridades extintas foi exercida pela sua, amplificando a importância da tarefa secundária. Donde se infere que não deve julgar a magnanimidade do coração alheio, quem o possui hipertrofiado pelo exercício da bondade. Julga-nos outros aquilo que é o próprio apanágio; atribui ao julgados os atributos do juiz. É o grave defeito, observado em psicologia, de se praticar o critério introspectivo.

Penso, meu ilustre e generoso crítico, que não andei mal em preparar para a nova geração de brasileiros um refletor, embora de medíocre alcance óptico ou de fraca intensidade luminosa, que sobre ela projeta um feixe de luz a clarear-lhe o caminho a trilhar, porque a vereda que seguimos está cheia de espinhos e abrolhos, mesmo impedida de fios de arame farpado. Podem desviar-nos a precipícios, se não forem removidos os empecilhos encontrados na única senda que nos levará ao cimo da colina onde se acha encantada a princesa do conto árabe ou persa, transformada em pedra, à espera de quem atinja ao cume quase inacessível e sobre ela faça a aspersão da linfa pura e cristalina.

Além da sua generosidade excessiva, há um outro reparo a fazer à sua crítica (desculpe-me a franqueza e a ousadia).

Empresta-me exagerada predileção pelas academias e profunda admiração pelo espírito acadêmico.

Considero-as apenas como associações para esforços coordenados, que consigam resultados melhores do que os resultantes de ações isoladas. Para mim a academia é uma das manifestações da sociabilidade humana, aplicada aos homens de letras ou de ciências como o são os clubes políticos e recreativos, os institutos históricos, as sociedades de médicos, advogados e engenheiros, os congressos e todas as agremiações de indivíduos que tenham os mesmos ideais ou pleiteiem alcançar as mesmas conquistas. Apresentariam resultados práticos e conseguiriam os fins a que se propõem, se perdurasse em todos os associados uma parcela de entusiasmo; se vigorasse em todos a compreensão das vantagens do cumprimento desinteressado do dever; se houvesse dedicação e assiduidade de esforços, como o que vigorou em mim, quando me dispus e escrever a *História da Literatura Brasileira*.

Reconheço, porém, que todas têm falhado aos seus intuitos, conforme acentuei em relação às do século XVIII. Não costumo, porém, desanimar com os insucessos do passado e mesmo do presente. Julgo que devemos insistir, coordenando esforços isolados e sistematizando campanhas e propagandas.

Desculpe-me tomar-lhe o tempo precioso e queira aceitar o meu profundo reconhecimento pela suas palavras de incentivo e pela simpatia que trescala da sua apreciação crítica. Um grande abraço e os agradecimentos de quem se subscreve seu amigo e admirador

Artur Mota.

Carta assinada “Arthur Motta”; datada: “São Paulo, 30 de agosto de 1930.”; autógrafo a tinta preta; papel creme, borda irregular; timbrado “A M”; 2 folhas; 16,2 x 15,8 cm.

37. MURICY, José de Andrade⁷⁰. 24 fev. 1936.

JOSÉ DE ANDRADE MURICY

Repouso Itatiaia, 24 de fevereiro de 1936.

Prezado amigo Dr. Plínio Barreto.

Há muito que estou para escrever-lhe, transmitindo os meus agradecimentos efusivos pelo magnífico folhetim que dedicou à *Nova literatura brasileira*⁷¹. Livro em que dei uma espécie de balanço à *minha* geração, devia descontentar imensamente, e estou pagando a ousadia que antes foi sacrifício, – de ter prestado um pequeno serviço à história-futura deste momento inquieto.

Sufrágio como o seu, partindo dum espírito de alta serenidade, e de intelectual de outra geração, valeu, para mim, mais do que o aplauso, que nunca em verdade esperei, dos meus coetâneos.

Em 2ª edição, que parece próxima, tomarei a liberdade de acrescentar ao livro o seu precioso depoimento⁷².

Vítima dum desastre de automóvel pouco antes de sair o livro, só agora, que estou longe do Rio, e repousando (até meados do mês próximo), posso trazer-lhe este meu aperto de mão cordialíssimo.

Meu endereço no Rio: General Glicério, 34, Laranjeiras.

Do am^o: ad^{or}: certo e gr^{to}.

Andrade Muricy.

Repouso Itatiaia, Est. Barão Homem de Mello, E.F.C.B. Estado do Rio.

Carta assinada “Andrade Muricy”; datada “Repouso Itatiaia, 24 de fevereiro de 1936.”; autógrafo a tinta preta; papel creme; timbrado “JOSÉ DE ANDRADE MURICY”; 2 folhas; 19,7 x 16,2 cm.

⁷⁰ José Cândido de Andrade Muricy (1895-1984), escritor e professor paranaense. Crítico musical no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, a partir de 1917. Liga-se ao modernismo, ao fundar, com Tasso da Silveira, a revista carioca *Festa* (1927). Publicou, entre outros livros: *Alguns poetas novos* (1918); *A nova literatura brasileira* (1946); *Panorama do movimento simbolista brasileiro* (1952), *A partida para a Europa* (1957).

⁷¹ BARRETO, Plínio. “Andrade Muricy: *A nova literatura brasileira*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 1936, p. 3. No artigo, Plínio afirma que o autor ajuda a compreender a desconhecida “literatura dos novos” e “nos faz reconhecer que [esse movimento espiritual] é deveras interessante e que constitui, de fato, um esforço notável por inocular sangue novo na arte nacional”. Cabe assinalar que Plínio Barreto deixa claro que não apoia inteiramente o movimento modernista.

⁷² Não foi localizada a segunda edição do livro de Andrade Muricy, para que se pudesse verificar se o mencionado “depoimento” de Plínio Barreto foi inserido.

38. PRADO JÚNIOR, Caio⁷³. 4 dez. 1946.

São Paulo, 4 de dezembro de 1946.

Prezado Dr. Plínio Barreto,

a crítica que fez à minha *História econômica*, no *Estado de S. Paulo*, proporcionou-me grande satisfação, e venho trazer-lhe meus sinceros agradecimentos⁷⁴. Apreciei grandemente a sua posição imparcial, apesar das diferenças que nos separam em questões importantes. E isto me confirma num pensamento já antigo, e no qual tenho invariavelmente assentado minha ação política e de escritor, que nas atuais condições do Brasil, e frente às grandes tarefas que se apresentam ao nosso país, existem amplas possibilidades para um entendimento leal e construtivo entre todos os verdadeiros democratas para a solução dos problemas fundamentais da nossa terra e da nossa gente. A sua concordância com as teses fundamentais que apresentei na *História econômica*, mostra que existe um terreno comum no qual se podem encontrar e colaborar todas as forças progressistas do país, deixando de parte divergências filosóficas que arvoradas neste momento em matéria de debate político, servirão apenas para dividir o país e facilitar a tarefa da reação, venha ela com o nome que vier.

Muito cordialmente,

Caio Prado Júnior.

Carta assinada "Caio Prado Junior"; datada: "São Paulo, 4 de dezembro 1946."; datiloscrito original, fita preta; papel branco; 1 folha; 25,7 x 20,3 cm.

⁷³ Caio da Silva Prado Júnior (1907 - 1990), historiador e político paulista identificado com o marxismo. Publica, em 1933, *Evolução política do Brasil*. Em 1934, após viagem à União Soviética, à época sob a ditadura de Stálin, e a alguns países da Cortina de Ferro, divulga a obra *URSS - um novo mundo* (1934), edição apreendida no governo de Getúlio Vargas. Em 1942, traz a lume a *Formação do Brasil contemporâneo*. Publicou, também, entre outros livros: *História econômica no Brasil* (1945); *Evolução política do Brasil e outros estudos* (1953); *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954); *Esboço de fundamentos da teoria econômica* (1957); *O mundo do socialismo* (1962); *A revolução brasileira* (1966); *Estruturalismo de Lévi-Strauss - O marxismo de Louis Althusser* (1971); *A Questão agrária no Brasil* (1979).

⁷⁴ BARRETO, Plínio. "História econômica do Brasil" [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 dez. 1946, p. 4. Plínio Barreto, ao focalizar o livro que traz a interpretação histórico-econômica brasileira realizada por Caio Prado Júnior, procura demonstrar como a economia da época ainda era muito semelhante àquela do período colonial. O crítico defende a busca de uma independência econômica, que viesse a consolidar a nossa independência no plano político. No artigo, Plínio discorda do autor em sua análise da atividade jesuítica no Brasil.

39. RANGEL, Godofredo⁷⁵. 27 mar. 1930.

Passos (Minas Gerais), 27 de março de 1930.

Dist^o Col^a Dr. Plínio Barreto.

Ao recomendar que lhe remetessem meu livrinho não esperava que o col^a emitisse opinião sobre o mesmo⁷⁶. Nem esperava muito que o lesse, tão fraquinho era ele. E com a surpresa da publicação de sua crítica, ainda tive a de ver que ela perdoava os defeitos, julgando-o com uma simpatia, e por assim dizer, paternal. E envaideceram-me suas palavras, como nem pode avaliar, tão alto é o apreço em que tenho sua autoridade.

Há muito o admiro e estimo. Sempre o considerei, mesmo um amigo, embora sem o conhecer pessoalmente. Bastava para isso fervor com que, no Velho cenáculo do Minarete⁷⁷ comungávamos em nossa admiração por Plínio Barreto. Não adivinhava, porém, nem por sombras, que o teria um dia como leitor de minhas desconchavadas frases e que *A Filha* tão frágil, tão medrosa, tão descolorida ia ter a apadrinhar-lhe o advento a sua pena primorosa. Acrescendo, ainda, que a julgou – absolvendo-a – no impecável trabalho de artista que foi a sua crônica bastava esse favor, para forçar-me ao reconhecimento.

Ainda foi benévolo, mais uma vez com as minhas traduções.

Não fosse o meu temperamento morbidamente “esquizoide” já teria, há muitos anos, procurado conhecê-lo pessoalmente; espero fazer-se breve o ensejo de ter essa satisfação e cumprir esse dever.

Mais uma vez os agradecimentos muito sinceros do

Godofredo Rangel.

Carta assinada “Godofredo Rangel”; datada: “Passos (Minas Gerais) 27 de março 1930”; autógrafo a tinta preta; papel branco, pautado; 2 folhas; 27,4 x 20,7 cm.

⁷⁵ José Godofredo de Morais Rangel (1884-1951), professor, juiz e escritor mineiro. Além de publicar ficção (romances e contos), traduziu cerca de 50 obras, muitas delas publicadas na Companhia Editora Nacional, por Monteiro Lobato, seu contemporâneo e amigo na Faculdade de Direito de São Paulo. Publicou, entre outros, livros: *Falange gloriosa* (1917); *Vida ociosa* (1920); *A filha* (1929); *Os humildes* (1944).

⁷⁶ BARRETO, Plínio. “Godofredo Rangel: *A filha*; Victor Panchet: *O caminho da felicidade*; *Os filhos* (trad. Godofredo Rangel)” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 mar. 1930, p. 3. Plínio inicia o artigo criticando os romancistas modernos, homens e mulheres, que ao tratar do amor conjugal abandonam o “elemento espiritual em prol do que é físico”. Segundo o crítico, o romance de Godofredo Rangel contraria essa tendência, pois “ocupa-se da ininteligência, da dissonância psíquica de dois seres vibráteis que em vão procuram, ao lado um do outro, a felicidade que lhes foge”. Plínio apresenta a personagem central do romance, o Pai, fazendo uma síntese da narrativa.

⁷⁷ *Minarete* é o nome do periódico fundado em 1907 em Pindamonhangaba (São Paulo) por Benjamim Pinheiro contando com a colaboração de Godofredo Rangel, Ricardo Gonçalves, Monteiro Lobato, Raul de Freitas, Artur Ramos, Lino Moreira, Tito Lívio Brasil, Albino de Camargo, Cândido Negreiros, Júlio Costa, José Antônio Nogueira.

40. SETÚBAL, Paulo⁷⁸. 12 jul. 1935.

São José dos Campos, 12 de julho de 1935.

Meu prezado Dr. Plínio Barreto.

Acabo de me levantar da cama, onde penei longos dias de febre, e, ainda meio atordoado, venho, como primeiro dever a cumprir, agradecer o rodapé que o Senhor tão gentilmente escreveu sobre os meus dois últimos livros⁷⁹. Quantas atenções lhe devo! A esses livrinhos que andei escrevendo, sem engenho nem arte, o Senhor tem dado uma consideração que eles não merecem, mas que muito me honra. E por isso nem sei, realmente, como externar-lhe o meu sincero reconhecimento. Creia, porém, que me sinto fartamente pago com as boas palavras que tem brotado de sua ilustre pena sobre tão modestos trabalhos.

Do seu

amigo grato e certo

Paulo Setúbal.

P.S. O senhor decerto sabe da influência “despótica” que as suas críticas exercem no público de S. Paulo. No entanto, para bem concretizá-la, conto-lhe que, ao sair a sua crítica sobre o meu *El-Dorado*⁸⁰, foram pedidos ao Editor (só naquele dia!) quase *mil* exemplares. E isto sem contar os exemplares que já haviam sido remetidos e existiam, portanto, nas livrarias. Mil exemplares, por causa dum juízo crítico, só em S. Paulo, já é, numa terra onde não se lê, coisa de maravilhar a gente! E (vamos lá!) de alegrar um pouco quem o escreveu...

P.S.

Desculpe a letra. Ainda me sinto bem fatigado.

Carta assinada “Paulo Setúbal”; datada “S. José dos Campos. 12 de julho de 1935.”; autógrafa a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado, borda esquerda picotada; 3 folhas; 26,9 x 20,0

⁷⁸ Paulo Setúbal de Oliveira (1893-1937), escritor e advogado paulista. Autor de romances históricos de grande repercussão editorial, elege-se, em 1934, para a Academia Brasileira de Letras. Publicou, entre outras obras: *Alma cabocla*, poesia (1920); *A marquesa de Santos*, romance-histórico (1925); *O príncipe de Nassau*, romance histórico (1926); *As maluquices do Imperador*, contos-históricos (1927); *Nos bastidores da história*, contos (1928); *El-dorado*, história (1934); *O romance da prata*, história (1935); *Confiteor*, memórias (1937).

⁷⁹ BARRETO, Plínio. “Paulo Setúbal: *O Romance da Prata e O sonho das esmeraldas*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 jul. 1935, p. 3. Plínio Barreto julga que os romances de Paulo Setúbal foram “feitos de pura verdade histórica”, inspirados na fascinação da busca de metais e pedras no Brasil colonial, eventos históricos que possibilitaram a conquista de nosso território. O crítico afirma que o autor simplifica a história, sem deixar de ser fiel à realidade. Para o crítico o principal valor do livro é “facilitar a divulgação dos episódios culminantes da história pátria pelas massas, em geral refratárias as leituras massudas e secas”.

⁸⁰ BARRETO, Plínio. “Paulo Setúbal: *El-dorado*; Ary dos Santos: *Nós os advogados*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 ago. 1934, p. 3. Plínio enaltece a obra na qual o autor se mostra “um patriota exaltado pelas glórias de sua pátria” e baseado-se em documentos autênticos, narra, com objetivo pedagógico, o movimento bandeirante que rasgou o país em busca de ouro.

41. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle⁸¹. Anterior a 17 jul. 1926.

FAZENDA TABAJARA
CAIXA N. 1
LINHA PAULISTA – LIMEIRA

Ex^{mo}. Sr. Dr. Plínio Barreto.

Como o Dr. já deve saber o *Instituto Histórico Brasileiro* resolveu reimprimir a grande obra de Pedro Taques, *Nobiliarquia paulistana*⁸², desde muito esgotada e raríssima. Levou a Imprensa Nacional cinco anos a fazer o primeiro volume da crônica primordial paulistana, livro básico como tanto sabe o Dr., para quem estuda o passado de S. Paulo! Saiu mais ou menos a terça parte da obra. Talvez um pouco menos pois para esta tiragem adicionei aos textos antigos uma parte inédita que me deu Silva Leme.

Desesperado com a eternização do trabalho da *Imprensa*[,] pensa o Max Fleiuss⁸³ em imprimir fora o resto da *Nobiliarquia*. Mas o Instituto é uma casa pobre, muito pobre mesmo, e os recursos lhe são escassíssimos para a impressão de obras. Assim para continuar a impressão do livro de Pedro Taques precisa vender o primeiro tomo aplicando o resultado desta venda ao prosseguimento do trabalho.

Sabe o Dr. quanto é rudimentarmente organizado(?) o comércio de livros entre nós. O grande público vive insciente do aparecimento dos livros. É o que se dá com a *Nobiliarquia*, agora. Assim a pedido do Instituto Brasileiro e do Max Fleiuss, particularmente, tomo a liberdade de lhe rogar alguma atenção mais demorada para a obra do velho [intrépido?] dos bandeirantes e o esforço do Instituto com lhe reeditar a obra. Suas belas crônicas literárias têm tanto prestígio que a simples referência à reedição da *Nobiliarquia* será um grande estímulo à divulgação da obra mestra do velho São Paulo, incitando à compra numerosos dos seus leitores assíduos que provavelmente nem sabem que se imprimiu novamente o livro.

⁸¹ Afonso d'Escragnolle Taunay (1876 —1958), biógrafo, historiador, romancista e professor nascido em Santa Catarina. Professor na Escola Politécnica de São Paulo (1904 a 1910) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo (1934 a 1937); diretor do Museu Paulista entre (1917 e 1939). Parcela importante de sua obra volta-se ao estudo do bandeirismo paulista.

⁸² “A *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica* de Pedro Taques Paes Leme é um dos livros mais falados e menos lidos que existem na literatura brasileira. Pedro Taques é quase uma figura familiar. O seu nome anda em todas as bocas, em muitas placas de ruas. A sua obra, entretanto, poucos a terão lido. É que essa obra só se encontra espalhada em vários números da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e esses volumes não são encontrados nas livrarias nem estão ao alcance de todas as bolsas. Sofre a *Nobiliarquia paulistana* do mesmo mal que ataca todas as obras fundamentais que interessam à História do Brasil – o mal da raridade” (parágrafo inicial do artigo de Plínio Barreto publicado em 17 jul. 1926 em *O Estado de S. Paulo*).

⁸³ Max Fleiuss, (1868 - 1943), jornalista, escritor, historiador, memorialista e professor carioca. Diplomado em Direito; secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Aos rogos de meus amigos do Instituto ajunto os meus, pedindo ao Dr. mil desculpas da liberdade tomada, sobretudo tratando-se de quem tem o tempo escassíssimo e sobremodo precioso. Queira o Dr. ter-me como seu af. adm^o. e menor cr^o

Afonso de E. Taunay.

Fazenda TABAJARA
CAIXA N. 1
LINHA PAULISTA LIMEIRA

Limeira, de de 192.....

Illmo. Sr.

MINERVA - Limeira

Ex^{ma} Sr. Plácido Barreto,

Como o Sr. já deve saber o Instituto Histórico Brasileiro resolveu reimprimir a grande obra de Pedro Taques, Nobiliarquia Paulistana, desde em um esgotado e rarissimo livro. Imprensa Nacional ^{cinco} ~~quatro~~ annos a fazer o primeiro volume da chronica primordial paulistana. Livro bello como tanto sabe o Sr. para quem estuda o passado de Paulo! Sabem mais em vna a terceira parte da obra. Tetz um pouco mais pois para este terceiro addicões aos textos antigos uma parte medita que me deu Livro Livro.

Desesperado com a eternisação do trabalho da Imprensa pensa o Mar. Fleiuss em imprimir fora desta Nobiliarquia. Mas o Instituto e' uma casa pobre, muito pobre mesmo, e os recursos chegam escassissimos para a im pressar de obras. Assim para continuar a impressão do livro de Pedro Taques precisa vender o primeiro tomo applicando o resultado de desta venda ao proseguimento do trabalho.

Sabe o Sr. quanto e' rudimentarmente organizado (?) o commercio de livros entre nós. O grande publico vive insciente da applicação dos livros. E' que se da' com a Nobiliarquia, que, assim a pedido do Instituto Brasileiro e do Sr. Fleiuss, particularmente, tomou a liberdade de lhe rogar alguma attenção mais de vna da parte a obra do velho trabalho

dos banderantes e o espirito do Instituto em elle
receditar a obra. Suas bellas chronicas litterarias
tem tanta pertinencia que a simples referencia e recedi-
cões da Naliterckis será um grande estímulo a
divulgação da obra. mostra do velho São Paulo.
incitando a compra numerosa de seus leitores, a quem
qu- por um elemento nem se sabe se se imprimirá novame-
nente o livro.

Aos rogos de meus amigos do Instituto ajuntando
os meus, pedindo a. Sr. mil desculpas de li-
berdade tomada. sobretudo de tratar de se de quem
tem o tempo escasso e muito, sobretudo de preciosos.
duera. Sr. te me com seu aff. adm. - encerra e -

Afonso de E. Taunay.

Carta assinada "Afonso de E. Taunay"; sem data; autógrafo a tinta preta; papel branco, pautado; timbrado: "FAZENDA TABAJARA/ CAIXA N. 1/ LINHA PAULISTA - LIMEIRA"; 1 folha; 27,6 x 20,7 cm.

42. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. 17 jul. 1926.

MUSEU PAULISTA
DIRETORIA

São Paulo, 17 de julho de 1926.

Exmo. e ilustre am^o Sr. Dr. Plínio Barreto.

Justamente acabara de pôr no correio uma carta para o Sr. respondendo à amabilidade da sua, recebida em Limeira, quando logo depois me caiu sob os olhos o esplêndido artigo sobre a *Nobiliarquia Paulistana*, saído hoje em rodapé⁸⁴.

Li-o avidamente e venho, sobremodo grato, exprimir-lhe os meus muitos agradecimentos por esta demonstração tão generosa. Em primeiro lugar quanto a mim traduzindo uma benevolência própria das mentalidades superiores. Depois em relação ao velho cronista e à sua obra que foi encarada de modo tão elevado. Mais uma vez deu o Dr. a mais brilhante prova deste espírito de clareza e rápida sintetização, que nós, os seus leitores, estamos habituados a constatar. Apanhou magistralmente, em pequeno número de conceitos, as qualidades mestras do velho escritor, estudou-lhe as tendências, colocando-o perfeitamente no quadro de seu tempo e da nossa literatura.

Já mandei ao meu amigo Fleiuss esta excelente crítica que certamente vai trazer um grande benefício à divulgação do livro. Mais uma vez lhe agradeço tanta gentileza e serviçalismo e aproveito o ensejo para lhe apresentar as expressões do alto apreço do seu af^o adm^or e menor criado.

A. de E. Taunay.

Carta assinada "A. de E. Taunay"; datada: "S. Paulo, 17 de Julho de 1926"; datiloscrito original, fita preta; papel branco; timbrado: "MUSEU PAULISTA/ DIRECTORIA"; 1 folha; 27,0 x 19,9 cm

⁸⁴ BARRETO, Plínio. "*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*: Tomo especial da *Nobiliarquia Paulistana, histórica e genealógica*, volume primeiro" [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1926, p. 3. Após assinalar a importância da reedição da obra que "é um dos livros mais falados e menos lido que existe na literatura brasileira" devido à sua raridade, o crítico comenta o ensaio de Afonso Taunay sobre Pedro Taques e a Nobiliarquia. Segundo Plínio "O depoimento do Sr. Afonso Taunay, que é também um investigador erigido de escrúpulos e capaz dos maiores sacrifícios, vale por um julgamento definitivo. As suas palavras dão a Pedro Taques um verdadeiro diploma de honestidade científica". Afirmando a relevância do livro que apresenta "uma galeria de personagens e uma sucessão de fatos em que se retratam todos os aspectos da vida social, política e aventureira dos nossos avôs", o crítico transcreve um fragmento do livro de Taques relatando a aclamação de Amador Bueno como "rei" de S. Paulo.

43. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. 12 set. 1926.

MUSEU PAULISTA

São Paulo, 12 de setembro de 1926.

Ex^{mo}. e ilustre Sr. Dr. Plínio Barreto.

Com o maior interesse leio os seus tópicos de hoje a propósito do primeiro tomo de minha *História seiscentista* e neles percebo a mesma rapidez de intuição e segurança de apanhados que tanto são suas⁸⁵. Quantos daqueles conceitos subscreveria eu se me fosse dado fazer a crítica que o Sr. fez! Quanta coisa exata e perfeitamente caracterizada!

Realmente é ainda a história política da aldeia seiscentista mas ao seu lado há muita coisa pitoresca e muita coisa curiosa como aspecto sociológico daquelas eras de nós longínquas que o Dr. perceberá se der a maçada de percorrer o segundo tomo que breve pretendo publicar.⁸⁶

A necessidade da metodização do assunto forçou-me a reunir neste primeiro volume tudo quanto pude apanhar de elementos sobre a questão servil[,] daí a impressão de segura que lhe acho perfeitamente justificável.

As suas palavras sobre Frei Gaspar, escritor honesto tão injustamente agredido[,] sobremodo me agradaram, valendo tanto por quem as diz.

Resta-me sobremaneira penhorado agradecer-lhe a gentileza de sua generosa apreciação de meu esforço desastroso embora sincero.

Permita que me assine seu

m^{to}. af. adm^{or}. obr.

Afonso de E. Taunay.

Há dias tive o prazer de me referir ao seu excelente juízo sobre o valor de *Nobiliarquia paulistana*. Como talvez lhe haja ocupado, (ou antes com mais que provavelmente o tenha acontecido) a referência aqui lhe envio.

Carta assinada "Afonso de E. Taunay"; datada: "S. PAULO, 12 de setembro de 1926"; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; timbrado: "MUSEU PAULISTA"; 2 folhas; 27,0 x 20,6 cm.

⁸⁵ BARRETO, Plínio. "Lourenço Filho: *Juazeiro do Padre Cícero*; Afonso de E. Taunay: *História Seiscentista da vila de São Paulo*" [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 1926, p. 3. O crítico refere-se à principal função do livro: a de demonstrar o papel da Câmara de São Paulo na vida política paulista do século XVI.

⁸⁶ A crítica ao segundo volume foi publicada em 11 de jun. 1927.

44. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. 23 out. 1933.

MUSEU PAULISTA

DIRETORIA

São Paulo, 23 de outubro de 1933.

Prezado e Ilustre am^o Sr. Dr. Plínio Barreto.

Muito grato fico à amabilidade generosa de seus conceitos do artigo sobre *Pedro II, Império e República* e o meu trabalho *Visitantes coloniais do Brasil*⁸⁷.

Com que superioridade de expressões e conceitos emitiu o Dr. as suas opiniões quando em geral sobre os dois livros de meu pai tenho lido críticas panegíricas ou não[,] de uma perfunctoriedade deplorável.

Tomei nota dos seus reparos a respeito da execução do Conde de Strafford. Escrevi aliás de cor lembrando-me de que lera em Guizot⁸⁸ o qual refere segundo Whitelocke (*Memorials*), que ao ter notícia do seu abandono por Carlos I o Bravo Wentworth proferira o texto latino do salmista: *Nolite confidere principibus et filiis hominum quia non est salus in illis*.

“Não queirais confiar nos príncipes” o que aliás está de acordo com o texto inglês que o Dr. citou e que eu parafraseei diminuindo a firmeza inflexível da ilustre vítima.

Reiterando-lhe os meus agradecimentos rogo-lhe que apresente os meus respeitos a Exma. Sra. D. Cecy e creia-me seu mt^o af^o e gr^o. adm^{of} e am^o.

A. de E Taunay.

Há tempo mandei-lhe um volume, creio que 5^o ou 6^o da *História das Bandeiras*, recebeu-o o Dr.?

Carta assinada “A. de E Taunay”; *datada*: “S. Paulo, 23 de outubro de 1933”; *autógrafo a tinta azul e datiloscrito original, fita preta; papel branco; timbrado*: “MUSEU PAULISTA/ DIRECTORIA”; 3 folhas; 27,1 x 19,3 cm.

⁸⁷ BARRETO, Plínio. “Visconde de Taunay: *Pedro II e Império e República*; Afonso de Taunay: *Visitantes do Brasil colonial*; Alberto Torres: *O problema nacional brasileiro e A organização nacional*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 out. 1933, p. 3. Neste artigo, Plínio sintetiza os livros nos quais Afonso de Taunay reúne estudos do Visconde de Taunay; esses textos, segundo o crítico, adquirem valor por serem “depoimentos pessoais sobre episódios dos primeiros tempos da República” e por se constituir “análise, não destituída de valia, sobre várias moléstias sociais que nos atacaram nos primeiros dias da República”. Sobre o livro de Afonso de Taunay, *Visitantes do Brasil*, o crítico sugere uma correção ao autor, que erra em sua obra ao citar Thomas Wentworth.

⁸⁸ François Pierre Guillaume Guizot (1787 - 1874), historiador e político francês.

45. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. 27 fev. 1937.

MUSEU PAULISTA
DIRETORIA

São Paulo, 27 de fevereiro de 1937.

Exm^o e Ilustre Am^o Sr. Dr. Plínio Barreto.

Se eu me dispusesse a escrever um catecismo da generosidade não teria outro trabalho senão reunir a série de conceitos que o Dr. tem exarado sobre os meus trabalhos de história.

Os de hoje atingiram o ápice de tal demonstração e deixam-me absolutamente confuso ante tanta benevolência⁸⁹. Quero, porém[,] destacar quanto sobretudo me foi consolador ouvir as suas palavras de comentário à resistência que venho opondo aos indivíduos sôfregos criticadores do feito que dei ao *tentamen* da *História das Bandeiras*. E não são eles poucos, brasileiros e agora até estrangeiros. Ainda agora como o Dr. deverá ter visto, um personagem misterioso teuto-italiano-israelita que se camuflou com o nome de Normano se juntou aos reparadores brasileiros!

Neste momento, segundo estou informado, pelo Prof. Shaw (e vi-o aliás na imprensa dos Estados Unidos), está ele aliás a fazer um curso de paciência forçada numa penitenciária norte-americana por crime de enormes falcatruas e estelionatos.

Quero também e muito especialmente agradecer-lhe às tão gentis palavras consagradas aos meus artigos sobre Martim Francisco III⁹⁰ e a coletânea de esparsos desse nosso ilustre patricio e vigorosíssimo escritor por mim realizada.

Reiterando ao Dr. a expressão do meu reconhecimento, ante a consagração que me valem as suas críticas, peço-lhe que apresente os meus respeitos a Exma. Sra. D. Cecy e me tenha como seu mt^o gr^o admr. e am^o.

A. de E. Taunay.

Carta assinada "A. de E. Taunay"; datada "São Paulo, 27 de fevereiro de 1937."; autógrafo a tinta preta e datiloscrito original, fita preta; papel branco, filigrana; timbrado; "MUSEU PAULISTA/ DIRECTORIA" 2 folhas; 28,2 x 21,5 cm.

⁸⁹ BARRETO, Plínio. "Afonso de E. Taunay: *História geral das Bandeiras paulistas*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, vol XXI; Josué de Castro: *Documentos do Nordeste*" [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 fev. 1937, p. 4. Plínio aplaude o esforço de Taunay em seu sétimo livro que historia a ação dos bandeirantes. O crítico comenta o esforço do autor em recompilar o maior número de documentos, os quais são acompanhados de "comentários e conjunturas muito perspicazes", que podem parecer enfadonhos ao leitor que preferiria uma síntese, mas que definem um trabalho fundamental para se compreender o "bandeirante" e a "maneira como se operou a penetração dos sertões brasileiros e se consolidou a obra colonizadora dos portugueses".

⁹⁰ Este artigo não foi localizado.

46. TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. 5 jun. 1955.

AD IMMORTALITATEM
ACADEMIA BRASILEIRA

Ex^{mo}. Am^o. e eminente confrade Sr. Dr. Plínio Barreto,

já não encontro mais palavras nem expressões para poder dizer-lhe os meus agradecimentos provocados pela excessiva série de generosíssimas apreciações de meus trabalhos exarados em seus diversos artigos de análise de tais livros.

Cabe-me hoje escrever-lhe mais uma vez, a tal propósito, finda a leitura dos períodos do artigo estampado na edição d'*O Estado* de hoje, 5 de junho⁹¹, artigo que é a verdadeira consagração do livro examinado, por tantos e tantos motivos, sobrelevando a todos o prestígio de signatário das colunas de “um dos maiores bandeirantes”, que, com tanta atenção, leu o volume analisando, para apontar-lhe os diversos aspectos com tamanha acuidade de observação, apresentou tão apropriados confrontos e ilações[,] realizando, enfim, uma apregoação de méritos que me deixa absolutamente confundido ante tão alta exposição conseguidora do *tentamen* que eu intentava e vejo agora de modo tão generoso, no público apontado pela sua análise.

Tem o meu eminente confrade perfeita razão: alcançam os poetas mais autoridade do que os historiadores. Leme estará [impagavelmente?] ligado ao nome de Fernão Dias Paes depois que Olavo Bilac realizou então indestrutível cimentação de apelidos. Uma das quizílias que mais fizeram Martim Francisco - Terceiro [trecho ilegível] chamar o *Voador* de Gusmão.

– Qual Gusmão nem meio Gusmão dizia e redizia irritado. Bartolomeu Lourenço, ou, se vocês quiserem, Bartolomeu Lourenço Rodrigues do nome paterno. Este Gusmão foi inventado por Bilac para compor o último alexandrino do seu aliás admirável soneto. Precisou crismar o Voador com esse Gusmão de que precisava para arranjar os últimos pés do alexandrino final. Tão magnificamente encerrado mas contra a verdade histórica.

Era ele teimosíssimo e frequentemente irredutível.

Não deu o braço a torcer nem mesmo quando lhe deu a conhecer as folhas de rosto dos sermões impressos pelo próprio Bartolomeu e onde se lê que tais sermões como de autoria de “Bartolomeu Lourenço de Gusman, fidalgo capelão da Casa de Sua Majestade e da [trecho

⁹¹BARRETO, Plínio. “Um dos maiores bandeirantes” [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 jun. 1955, p. 4. Plínio valoriza o livro de Afonso d' E. Taunay que estuda a história do bandeirante Fernão Dias Pais, hoje conhecido como Fernão Dias Pais Leme devido ao poema de Olavo Bilac. Taunay traça um perfil biográfico do bandeirante paulista, personagem que, segundo o crítico, nos faz perceber “a decadência moral dos paulistas de agora”.

ilegível] Real e Portuguesa”. Oliveira Lima, também, era dos que negavam o Gusmão o Voador. O mesmo se dava com Capistrano de Abreu, embora nem um nem outro chegasse aos extremos do arrebatamento de Martim Francisco.

Mas no caso do inventor do aeróstato a situação era diversa da do caçador de esmeraldas. O poeta é quem com o seu alexandrino ministrou uma lição de história aos transviados do exame dos documentos; do exame e das lições assaz numerosas.

Esta teimosia de não consulte aos documentos levou um escritor mineiro, muito conhecido, o Sr. Salomão de Vasconcelos a teimosamente repudiar a tradição universal, aqui, de que Fernão Dias Paes veio a ser sepultado em seu jazigo de S. Bento fazendo toda a sorte de chicanas para contrariar os mais abalizados depoimentos a começar pelo de Pedro Taques, o genealogista, sobrinho neto de bandeirante. Infelizmente não pude concluir o meu volume com a apresentação dos documentos inéditos vindos de Portugal. Tardamente provantes da questão o autor mineiro se equivocou querendo contestar a Pedro Taques; se fizer acaso uma nova edição do livro espero aprove a todos.

Mas com esta minha má letra estou abusando [da] paciência do meu eminente confrade. E assim cesso com as garatujas. Peço lhe que apresente os meus respeitos a Ex^{ma} Sra D. Cecy e queira mais uma vez aceitar os muito gratos agradecimentos

do seu confr^e m^{to} adm^{or} e ad^{or} am^o e cr^o

Afonso de E. Taunay

São Paulo, 5 de junho de 1955

Carta assinada “Afonso de E. Taunay”; datada “S. Paulo, 5 de junho de 1955”; autógrafo a tinta azul; papel branco; timbrado: “AD IMMORTALITATEM/ ACADEMIA BRASILEIRA”; 3 folhas; 27,1 x 19,3 cm.

47. VARELA, Alfredo. 20 abr. 1936.

CITY HOTEL

São Paulo, 20 de março de 1936.

Ex^{mo} Sr. Dr. Plínio Barreto.

Meu egrégio Compatriótico:

leio com sumo apreço quanto V. E. publica. Maior ainda a minha admiração, ao deliciar a mente com as crônicas literárias do *Estado de S. Paulo*; conservando na coletânea de meus recortes preciosos, todas as referentes à matéria histórica. Prezando assim o que escreve, Exmo., figure como vou guardar, com os últimos o famoso exame que houve a bem fazer, do livro que tive a honra de ofertar-lhe!⁹²

Noto que uma veneranda censura por 2 vezes mostra, no traço duma psicologia, haver despercebido o que ressalta de mais característico, na trama íntima do autor de *Res Avita*. Surpreende-me que por 2 vezes ainda falhe a justiça no aquilatar o processo de luta a que recorri, *forçadíssimo por imperiosas notórias circunstâncias*. Observo, com isso, que se não pesaram os feros ataques de que fui alvo, nas eventualidades balanceadas; como também as tradições de minha habitual serenidade, existentes nos capítulos 2 e 18 da 1ª parte e em múltiplos da 2ª; atestando uns e outros que usei apenas de simples defesa, – inexorabilima [sic] se quiserem, legítima e lógica sempre.

Nada obstante, reconheço com alma ter sobejos motivos para ser muito agradecido. Receba, pois, os reverenciosos obrigados que lhe envio, eminente Coetâneo, pela nímia benignidade que me liberalizou, contando eu ter um dia a fortuna de o conhecer pessoalmente e melhor ensejo de testemunhar, de modo significativo, quanto me abalaram, comoveram os doutos pareceres de uma das mais finas intelecções do Brasil moderno. Possui afins nossa espiritualidade um crítico de boa estirpe, graças ao surto na lustrosa Piratininga, de um beletrista de tipo íntegro e magnífico para o exercício desse grado ministério; escritor de raça em cuja natureza se casam à maravilha o que é mui raro descobrir num mesmo ser. Destacam-se em V. E.

⁹² BARRETO, Plínio. “Alfredo Varela: *Res avita*; Bernardino de Souza: *Heroínas baianas*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 abr. 1936, p. 3. O crítico afirma que Alfredo Varela apresenta o mesmo “temperamento de lutador” demonstrado em sua atuação virulenta como deputado na Câmara Federal. A obra configura-se como a resposta do autor a um crítico da sua *História da Grande Revolução*, o qual nega a ideia central de que a Revolução Farroupilha tinha a intenção da quebra da unidade nacional. Plínio, sem tomar uma posição nesta discussão, afirma: “Creio que, expurgada de tudo quanto é ataque pessoal ao contendor e desbastada das ramarias de observações acidentais e reminiscências literárias, [a obra] ganharia uma força irresistível”. Sobre o propósito de independência do Rio Grande do Sul, mostra a opinião de Varela: se a revolução de 30 não tivesse sido vencedora teríamos sofrido com uma guerra de secessão.

a medida exata na estrutura do pensamento, a elegância própria dos artistas da pena, a força nos conceitos; em resumo, o particular sainete ático legitimíssimo na dicção, – harmoniosa, substancial, primorosa, que tanto invejo.

Releve-me, Exmo., a liberdade que tomei em algumas das minhas regras, desejoso de merecer a devida estima, no ânimo de quem tanto admiro, e permita-me que as encerre com os meus mais rendidos cortejos.

A. Varela.

Carta assinada “A. Varela”; datada: “São Paulo, 20 - 4 - 36”; autógrafa a tinta preta; papel branco, filigrana; timbrado “CITY HOTEL”; 3 folhas; 27,3 x 17,1 cm.

48. VARELA, Alfredo. 24 abr. 1938.

Exmo. Sr. Dr. Plínio Barreto.

Eminente compatriota:

deixei no *Estado* com a *História da Grande Revolução e Duas grandes intrigas*⁹³, uma carta endereçada a V. E. Como ando bastante aflito, há muito, sem a pouca saúde de m^a esposa, motivo que me trouxe ao Norte; eu não estou certo de haver atraído a atenção da pessoa a quem me dirigi, sobre documentos de alta valia, não lidos, estou convicto, pelo talentosíssimo crítico da folha supra. Releve-me pois que lhe roube alguns minutos de seu tempo, volvendo ao assunto; no que, segundo penso, deu mostras da muita conta em que tenho seus altos, venerandos pareceres, dr. Plínio Barreto.

Além de me doer que me não haja feito justiça como homem, no considerar uma atormentada fase de m^a existência, pesa-me deveras que por falta de inteiro informe a sentença referente ao autor daqueles ensaios, e de outros, me obrigue a requerer-lhe uma revista da mesma. Junto ao orgulho de ser um trabalhador infatigável, o de ser honradíssimo nessa minha atividade. A. Dumas, em suas *Memórias*, traça (como deve lembrar-se) um admirável perfil de Frederico Soulié. Não escondendo os nativos senões do coetâneo, fixa na história o cunho moral de quem um tantinho emulara consigo. Movido às vezes por mesquinhas paixões, nunca estas preponderavam no escritor porque a sua “probidade era de grau supremo”, escreve.

Ora bem, não é de outro quilate a que tenho observado nas minhas labutas, sejam políticas, sejam literárias, Exmo., e daí a explicável ânsia de vê-la transparentíssima, em tribunal competente e que acato, reverencio. E nada melhor para o conseguir do que os documentos a que para trás aludi. Peço-lhe, rogo, insto, suplico, Dr. Plínio Barreto, que torne a ler *Res Avita* pág^a. 513, nota final BB. Suficientes, estou seguro, para atestar com que inteireza[,] isenção, legitimidade, sustento as 2 teses que meu antagonista levemente contesta. *Id est*, que os revolucionários de 1835 usaram de “fingimento” (aliás *rotina de todas as revoluções*, no conceito de um lusitano dessa era, em carta para Lisboa), e que, encerrado o ciclo de tais manobras, descobriram o seu jogo, que era a ruptura efetiva da unidade nacional. Admitiam-na, com a “Independência” do Rio Grande, numa “União de Repúblicas”, eu por demais o comprovo: de outro modo, queriam e promoveram o separatismo vigente de 36 a 45. Eis a realidade histórica patentíssima, desde que, no estudo desse transcendente fenômeno, haja luzes no espírito do observador e MORMENTE aquilo de que tanto me desvanço e já mencionei: PROBIDADE a que nada, nada se sobrepõe! Queira perdoar-me a insistência, em que, repito, há

⁹³ Livros de Alfredo Varela, os quais motivaram a discussão que culminou na publicação de *Res avita*.

demonstração de elevado apreço, desinteressada estima, e aceite, com a mesma, os protestos do muito que o admira, o

De V. E.,

Menor criado e penhoradíssimo,

Alfredo Varela.

Bahia, 24 de abril de 1938.

P. S. – Consta da nomeada *História* o interessante juízo de “observador” português a que aludo. Dois outros, que se votaram a nós, esclarecem muito o assunto, na mesma obra: Abaeté, em 1835-36; Vergueiro, depois da revolta de 42, Limpo de Abreu, esse, que ciência descobre, dos homens e das cousas! Bento Glz., grande “astuto” manobrador da velha conjura, encobre o mais que pode, enquanto é preciso, o efetivo designo da mesma, desde 1832. Mas, o provecto estadista logo entrevê qual é o idealismo farrapo, que o general por fim desvenda, sem rodeios, em termos iniludíveis, insofismáveis: o Rio Grande quer a “independência ABSOLUTA” (*História*, V. 52º; *Res avita*, 32º). Queria-o indiscrepante, se bem não se negasse a uma “Aliança” com o Brasil, com o Uruguai, até mesmo com a Argentina, – desde que segura para si essa autonomia integral).

Carta assinada “Alfredo Varela”; datada: “Bahia, 24-IV-38”; datiloscrito original, fita preta; papel creme; 1 folha; 26,3 x 20,7 cm.

49. VAZ, Léo⁹⁴. 21 jan. 1920.

“O ESTADO DE S. PAULO”
REDAÇÃO

Ilustrado amigo Dr. Plínio Barreto.

Grande é o desvanecimento que me proporcionou a sua carta a propósito do meu livrinho⁹⁵. Para lhe não tolher muito mais tempo além do que despendeu, já lendo o *Jeremias*, já honrando-me com dar-me por escrito a sua para mim acatadíssima opinião a respeito dele, limito-me a consignar nesta o meu profundo reconhecimento por esses dois obséquios, o mais pela generosidade das expressões com que se referiu ao que nele o levou a encontrar de alguma valia a sua extrema benevolência.

Quanto às restrições que em tão escasso número o senhor opõe aos encômios com que me lisonjeou, só teria a lastimar que a mesma agudeza que lhas ditou não seja a característica da maioria dos que, de profissão, exercem no Brasil a crítica literária. Com ela, se de todo não ganhasse o público, ganhariam sempre os autores, ao menos, a julgar pelo que se deu comigo com o conhecimento daquelas. Assim possa eu aproveitar o ensinamento precioso que me trouxeram e revelar-lho nalgum livro que de futuro me abalance a escrever, e receber de novo tão copiosa e animadora messe de encômios oriundos da mesma pena que traçou agora estes que, penhoradíssimo e orgulhoso agradeço ao magnânimo e douto amigo.

Do

ven^{or}. at^o e m^{to}. gr^{to}.

Léo Vaz

São Paulo, 21 de janeiro de 1920.

Carta assinada “Léo Vaz”; datada: “S. Paulo, 21 – 1 – 20”; autógrafo a tinta preta; papel creme; timbrado: “O ESTADO DE S. PAULO”/ REDACÇÃO”; 2 folhas; 27,5 x 22,4 cm.

⁹⁴ Leonel Vaz de Barros (1890-1973), escritor e jornalista paulista. Em 1918, atua na redação de *O Estado de S. Paulo*. Em 1921, ajudar a criar a *Folha da Noite*; em 1925, em companhia de Clóvis Ribeiro, Mariano Costa e Pinheiro Júnior, funda o *Diário da Noite*. Publicou, entre outros livros: *Ritinha e outros casos* (1923); *O burrico Lúcio* (1951); *Páginas vazias* (1957).

⁹⁵ [BARRETO, Plínio]. “*O professor Jeremias*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, 31 jan. 1920, p. 4. Plínio Barreto, em sua crítica, aproxima o livro de Léo Vaz, à produção romanesca de Machado de Assis.

50. VAZ, Léo. 24 out. 1951.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
S. PAULO

São Paulo, 24 de outubro de 1951.

Caro Plínio Barreto.

Costumando ir às vezes ao *Estado*, esperava ali encontrá-lo, depois de sua chegada da Europa, para *bater um papo* e sobretudo para agradecer a apreciação, generosa e amiga, que V. dedicou ao *Burrico Lúcio*⁹⁶, não tenho tido essa sorte, não quero retardar por mais tempo a grata obrigação de lhe manifestar o meu sincero e grande reconhecimento. Com a mais que merecida autoridade que caracteriza as suas crônicas no *Estado*, sua apreciação representa uma consagração do meu livrinho, que muito me sensibiliza e envaidece.

Queira receber, com o meu abraço de boas-vindas, as expressões da minha profunda gratidão.

Do velho e sempre às ordens

Léo Vaz.

Carta assinada “Léo Vaz”; datada: “S. Paulo, 24 de Outubro, 1951”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; timbrado: “ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/ S. PAULO”; 2 folhas; 18,3 x 16,3 cm.

⁹⁶ BARRETO, Plínio. “*O burrico Lúcio*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 1951, p. 5. O crítico resume o romance, visto como uma “transposição moderna do *Lúcio, ou do asno* de Luciano de Samósata”. Demonstra o caráter mais pudico da narrativa, construída em “língua límpida e pura, num excelente português”.

51. VIANA, Hélio. 4 set. 1955.

Rio de Janeiro, Av. Alexandre Ferreira 125 (Lagoa),

4 de setembro de 1955

Ao Dr. Plínio Barreto –

muito lhe agradeço o honroso artigo que dedicou ao meu *Capistrano de Abreu*, publicado no *Estado de São Paulo* de 28 de agosto último⁹⁷. Como autor senti-me recompensado de meus esforços ao verificar que não pesquisei e concluí em vão, pois que um crítico com a autoridade de Plínio Barreto concordou *in totum* com as opiniões ali expendidas. Mais uma vez, muito e muito obrigado por sua atenção e gentileza.

Futuramente espero enviar-lhe outros trabalhos que tenho com editores, inclusive a edição crítica do *Livro da Razão do Estado do Brasil*, de 1612, de Diogo Campos Moreno; a 3ª ed., anotada, da *História da Independência*, de Varnhagen, e uma *História diplomática do Brasil*.

Queira o ilustre escritor aceitar os melhores cumprimentos de seu antigo admirador, desde 1935 grato à atenção que dispensou ao seu livro de estreia – *Formação brasileira* –⁹⁸

Hélio Vianna.

Carta assinada “Helio Vianna”; datada: “Rio, Av. Alexandre Ferreira 125 (Lagoa),/ 4 de setembro de 1955”; autógrafo a tinta azul; papel creme; 1 folha; 26,6 x 20,1 cm.

⁹⁷ BARRETO, Plínio. “*Capistrano*” [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 1955, p. 7. Neste artigo, Plínio retoma a comparação entre Capistrano de Abreu e Varnhagen feita por Hélio Viana, afirmando que, no que tange à atuação como escritor, Capistrano superava Varnhagen. Para o crítico, os estudos de Capistrano, apesar da “aparência fragmentária, constituem um grandioso monumento histórico”, pois davam “à nossa história, mesmo em ensaios esparsos, profundidade técnica e sentido sociológico, interpretação moderna e elevada, fora dos limites da simples crônica, da história-narrativas-de-fatos”.

⁹⁸ A crítica à *Formação brasileira* foi publicada em *O Estado de S. Paulo* de 16 mar. 1935. Plínio Barreto apresenta a proposta de Hélio Viana de divisão de nossa história em “três períodos políticos sociais: o da dilatação colonial, o da integração monárquica e o da dispersão republicana”. O crítico, amparado nas idéias expostas por Tavares Bastos, em *Província*, combate o conceito central da teoria de Viana – o do sistema unitário e da centralização – demonstrando que a uniformização “em um país de populações tão diferentes pela cultura e pelo progresso material, é a morte das que se acham preparadas para progredir”..

52. VIANA, Oliveira. [1920].

Ilustre confrade Dr. Plínio Barreto.

Veja o meu nobre confrade o perigo que há em estimular vocações literárias: o ter-me chamado à colaborar na sua *Revista do Brasil*, quando seu diretor, resultou nesta calamidade, que é o calhamaço respeitável que lhe remeto com o título *População meridional do Brasil*, e que irá ocupar indignamente um precioso espaço nas estantes da sua biblioteca.

Não sei se será capaz dessa temeridade: lê-lo do princípio ao fim. Mas se, por grande bondade, levar a cabo esta empresa beneditina, confesso realmente que não sei como expressar-lhe a muita admiração pela sua generosidade verdadeiramente paulista.

Grande curiosidade tenho em saber da sua opinião sobre as ideias contidas no presente volume, que o meu amigo deve naturalmente estar segurando com mãos ambas, dada a sua avantajada tonelagem. Eu não lhe peço um *elogio* pelas colunas do seu jornal. Não: é que, rompendo com algumas ideias feitas sobre o nosso povo e agitando a discussão de alguns problemas fundamentais da nossa nacionalidade, nada mais interessante para mim do que saber o que pensa disto tudo, através das páginas da minha modesta produção, com alto espírito, da superior cultura, também, como o [ilegível], vivamente interessado pelas grandes questões que interessam ao seu país e à sua raça. É uma opinião assim que espero.

Sempre com a mais viva admiração e cordial estima,

Oliveira Viana.

Carta assinada "Oliveira Vianna"; sem data; autógrafo a tinta azul; papel branco, pautado; 2 folhas; 18,9 x 13,2 cm.

53. VIANA, Oliveira. 23 ago. 1927.

F. J. OLIVEIRA VIANA
SÃO BOAVENTURA, 4º
NITERÓI

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1927.

Meu ilustre confrade.

Obrigadíssimo pela sua amabilíssima crítica⁹⁹. Fico muito contente da sua simpatia. Eu já esperava a dissidência. Em questões de política e em questão de raça, é difícil em nosso país pelo menos, duas opiniões concordes. Observo-lhe, entretanto, que a divergência é mais aparente que real – e isto felizmente para mim. Estou mesmo convencido intimamente que, pelo menos nos pontos essenciais, estamos de acordo. Foi talvez sem motivo a divergência [por que eu], para “efeitos de luz”, tive que acrescentar mais certos pontos da exposição do que outros, que deixei intencionalmente na penumbra. Pura questão de técnica literária. Eu costume nestas cousas adotar o princípio da estratégia napoleônica: “Économie stricte partout où elle peut se faire; dépense sans compter sur le point décisif”.

Com os meus agradecimentos, sou, como sempre, o velho e maior admirador

OliViana.

Carta assinada “OliVianna”; datada: “23/8/927”; autógrafo a tinta azul; papel branco; timbrado: “F. J. OIVEIRA VIANNA/ SÃO BOAVENTURA, 4º/NITEROI”; 1 folha; 28,9 x 21,0 cm.

⁹⁹ BARRETO, Plínio. “Oliveira Viana: *Idealismo da Constituição*; Clodomir Cardoso: *Rui Barbosa*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1927, p. 3. Neste artigo, Plínio Barreto diverge das concepções políticas de Oliveira Viana, quando este se mostra favorável a uma revisão da Constituição de 1891. O crítico, defensor do pluralismo partidário, opõe-se ao sociólogo, que a seu ver é descrente da “aptidão democrática do povo e da eficácia de reformas políticas, especialmente das que se referem aos sistemas de votação”. Em síntese, Plínio procura assinalar que o problema não estaria em nossa Constituição, mas em nossos políticos.

54. VIANA, Oliveira. 10 mar. 1930.

F. J. OLIVEIRA VIANNA

SÃO BOAVENTURA, 41

NITERÓI

Niterói, 10 de março de 1930.

Meu ilustre confrade Dr. Plínio Barreto.

Muito lhe agradeço às palavras de crítica que dedicou pelo *Estado* aos meus *Problemas de política objetiva*¹⁰⁰. Lamento não ter conseguido a adesão do seu alto espírito para os meus pontos de vista. Mas era de esperar isto mesmo: em questão de política como em questão de raças, é compreensível em qualquer parte, mas principalmente no Brasil, qualquer identidade de opinião. Cada cabeça, cada sentença. Principalmente, quando a cabeça é uma cabeça como a tua, onde a inteligência, a ironia e a sabedoria (no sentido dos antigos) parecem ter escolhido a sua morada predileta...

Entretanto, apesar de todas estas divergências, estou perfeitamente tranquilo, absolutamente seguro do resultado final. Porque há de me permitir que lhe faça aqui esta revelação melancólica: neste conflito entre a ideologia do Partido Democrático e a minha ideologia (nociva?), quem vai, infelizmente, meu eminente confrade, ganhar a partida sou eu...

É o que lhe afirmo, com inteira sinceridade, o teu maior admirador muitíssimo grato.

Oliveira Viana.

Carta assinada "OliveiraVianna"; datada: "Niterói, 10 de Março de 1930"; autógrafo a tinta preta; papel branco; timbrado: "F. J. OIVEIRA VIANNA"; 1 folha; 27,7 x 21,5 cm.

¹⁰⁰ BARRETO, Plínio. "Oliveira Viana: *Problemas de política objetiva*" [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 mar. 1930, p. 3. Neste artigo, Plínio Barreto discute as propostas de Oliveira Viana para corrigir aspectos da vida política brasileira (liberdade, partidos, governo, nacionalidade), os quais, segundo o sociólogo, não foram atacados à luz da observação e da realidade, mas sim à luz das ideologias e de soluções estrangeiras. O crítico não aceita muitas das afirmações de Oliveira Viana, como a "de que, ainda, não saímos do patriotismo tribal". Para Plínio, esse julgamento não é válido para o Brasil, tampouco para São Paulo onde "existe um senso agudo de nacionalidade". Opondo-se ao sociólogo, o crítico afirma: "no povo, não há indisciplina. Onde ela reina é nos homens de governo. Estes é que não têm o sentimento da hierarquia e da autoridade, o respeito subconsciente da lei e a consciência do poder público como força de utilidade social".

55. VIEIRA, José de Araújo¹⁰¹. 27 fev. 1939.

Caro confrade Dr. Plínio Barreto.

Meu bom amigo Primitivo Moacir mandou-me, e também recebi de mão do José Olímpio, sua crítica sobre *Espelho de casados*¹⁰². Agradeço-lhe muito ter-se ocupado, em seu tão lido folhetim literário do *Estado*, do meu romance. Como escrevi ao Moacir, há críticos que fazem o autor ver aspectos para ele novos em seu próprio trabalho. É o caso do seu artigo, onde vejo um conhecedor profundo do assunto casamento e família. *Espelho de casados* aparece numa fase em que se tornou como moda desmanchar casamentos. A parte ensaio que incluí no romance poderia dar-me a atitude de moralista, que, no grande sentido, eu não rejeitaria. Mas é um fenômeno da sociedade do nosso tempo, no Rio ousado e irresponsável, esse atar para desatar, no instituto da família, que o espírito do seu artigo tão finamente mostra estar merecendo de todos maior atenção. Sou seu antigo leitor. Agora, peço-lhe me conte entre os que, admirando-o, o estimam.

José Vieira

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1939.

R. Machado de Assis, 35.

Carta assinada “José Vieira”; datada: “Rio – 27- II – 939”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; 2 folhas; 19,2 x 16,1 cm.

¹⁰¹ José de Araújo Vieira (1880-1948), escritor e jornalista paraibano. Publicou, entre outros livros: *A cadeia velha* (1913); *O livro de Tilda* (1923); *O bota abaixo* (1934); *Espelho de casados* (1938); *Vida e aventura de Pedro Malazarte* (1944); *Um reformador na cidade do vício* (1948).

¹⁰² BARRETO, Plínio. “Lúcia Miguel Pereira: *Amanhecer*; José Vieira: *Espelho de Casados*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 fev. 1939, p. 3. Em crítica ao romance de José Vieira, Plínio se detém no modo pelo qual o autor apresenta, em seu livro, “a monotonia da felicidade” vivida por um casal, situação que acaba produzindo um mal-entendido e a ruptura do relacionamento. Ao concluir o artigo o crítico afirma que o amor é um tema fecundo e que Vieira soube estudar “os problemas que [...] são a preocupação diária de todos que têm sensibilidade e inteligência”.

**Seleta de cartas endereçadas a Plínio Barreto, assinadas por
colaboradores da *Revista do Brasil***

1. ALENCAR, Mário de. 4 maio 1916.	p. 89
2. ALENCAR, Mário de. 27 jul. 1916.	p. 90
3. ALENCAR, Mário de. 10 ago. 1916.	p. 92
4. ALENCAR, Mário de. 4 dez. 1916.	p. 94
5. ALENCAR, Mário de. 31 dez. 1916.	p. 96
6. ALENCAR, Mário de. 6 mar. 1917.	p. 97
7. ALENCAR, Mário de. 10 abr. 1917.	p. 101
8. ALENCAR, Mário de. 3 out. 1917.	p. 103
9. ALENCAR, Mário de. 8 out. 1917.	p. 104
10. ALENCAR, Mário de. 31 out. 1917.	p. 105
11. ALENCAR, Mário de. 21 dez. 1917.	p. 106
12. ALENCAR, Mário de. 5 jan. 1918.	p. 102
13. ALENCAR, Mário de. 28 jan. 1918.	p. 109
14. ALENCAR, Mário de. 14 fev. 1918.	p. 111
15. ALENCAR, Mário de. 13 mar. 1918.	p. 112
16. ALENCAR, Mário de. 22 abr. 1918.	p. 113
17. ALENCAR, Mário de. 24 jun. 1918.	p. 114
18. LESSA, Pedro. 11 dez. 1915.	p. 116
19. LESSA, Pedro. 09 fev. 1916.	p. 117
20. LESSA, Pedro. 02 out. 1916.	p. 118
21. LESSA, Pedro. 15 out. 1916.	p. 119
22. LESSA, Pedro. 18 dez. 1916.	p. 120
23. LESSA, Pedro. 20 dez. 1916.	p. 121
24. LESSA, Pedro. 08 mar. 1917.	p. 122

25. LIMA, Alceu Amoroso. 10 jul. 1916.	p. 123
26. LIMA, Alceu Amoroso. 17 jul. 1916.	p. 124
27. LIMA, Alceu Amoroso. 23 jul. 1917.	p. 125
28. LIMA, Alceu Amoroso. 8 ago. 1917.	p. 126
29. LIMA, Manuel de Oliveira. 12 jan. 1917.	p. 127
30. LIMA, Manuel de Oliveira. 14 jan. 1917.	p. 128
31. LIMA, Manuel de Oliveira. 28 fev. 1917.	p. 129
32. LIMA, Manuel de Oliveira. 23 mar. 1917.	p. 130
33. LIMA, Manuel de Oliveira. 27 abr. 1917.	p. 131
34. LIMA, Manuel de Oliveira. 14 jul. 1917.	p. 132
35. LIMA, Manuel de Oliveira. 14 out. 1917.	p. 133
36. LOBO, Hélio. 20 mar. 1916.	p. 134
37. LOBO, Hélio. 25 jun. 1916.	p. 135
38. MAGALHÃES, Basílio de. 23 fev. 1916.	p. 136
39. MAGALHÃES, Basílio de. 16 fev. 1917.	p. 137
40. OLIVEIRA, Alberto de. 14 dez. 1915.	p. 138
41. OLIVEIRA, Alberto de. 2 fev. 1916.	p. 139
42. OLIVEIRA, Alberto de. 14 fev. 1916.	p. 141
43. ROQUETE-PINTO, Edgar. 14 jan. 1916.	p. 142
44. ROQUETE-PINTO, Edgar. 12 fev. 1916.	p. 143
45. SILVEIRA, Valdomiro. 27 dez. 1915.	p. 144
46. SILVEIRA, Valdomiro. 13 jan. 1916.	p. 145
47. SILVEIRA, Valdomiro. 15 jan. 1916.	p. 146
48. SILVEIRA, Valdomiro. 19 jan. 1916.	p. 147
49. SILVEIRA, Valdomiro. 12 maio 1916.	p. 148
50. SILVEIRA, Valdomiro. 26 ago. 1916.	p. 149

51. VIANA, Francisco José de Oliveira. 31 mar. 1917.	p. 150
52. VIANA, Francisco José de Oliveira. 18 maio 1917.	p. 151
53. VIANA, Francisco José de Oliveira. 11 jun. 1917.	p. 152
54. VÍTOR, Nestor. 30 jan. 1916.	p. 153

1. ALENCAR, Mário de¹. 4 maio 1916.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1916.

Prezado confrade Dr. Plínio Barreto.

Não recebi da administração do *Estado*, sem dúvida por ignorarem o meu endereço, ordem de pagamento do artigo “Contraste das almas”². Não sabendo a quem deva dirigir-me para esse efeito, tomo a liberdade de pedir-lhe o favor de promover a expedição da ordem à agência do *Estado* aqui no Rio.

Recebi o n. IV da *Revista*³; muito bom. Gostei de ver o crescente número de anúncios, sinal de confiança na publicação e base da sua prosperidade. A Biblioteca da Câmara recebeu também o n. IV e já recebera o n. III. Queira providenciar sobre a remessa dos dois primeiros fascículos e da conta da assinatura de um ano.

Disponha dos meus préstimos sem cerimônia.

Seu admirador e amigo

Mário de Alencar.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio de Janeiro, 4 de Maio de 1916”; autógrafo a tinta preta; papel creme, pautado; 1 folha; 25,3 x 20,1 cm.

¹ Mário Cochrane de Alencar (1872 - 1925), poeta, jornalista, contista, romancista, eleito em 1905 para Academia Brasileira de Letras, fez parte da Comissão da *Revista da Academia Brasileira de Letras* em 1910, 1917 e 1919; filho de José de Alencar. Bacharel em direito, funcionário da Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, diretor da biblioteca da Câmara de Deputados. Publicou, entre outros livros, *Lágrimas*, poesia (1888); *Versos* (1902); *Ode cívica ao Brasil*, poesia (1903); *O que tinha de ser*, romance (1912); *Se eu fosse político* (1913); *Contos e impressões* (1920).

² ALENCAR, Mário de. “Contraste das almas”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 mar. 1916, p. 3. Neste artigo, Mário de Alencar critica a atuação dos alemães na Primeira Guerra Mundial, procurando demonstrar como o movimento bélico pôde revelar o caráter de um povo: homens, antes vistos como defensores do humanismo, se converteram em seres desprezíveis, realizando atos atrozes.

³ Em janeiro 1916 foi editado o primeiro número da *Revista do Brasil*, mensário paulista que circulou ininterruptamente até março de 1925 (primeira fase), revelando-se como a principal publicação de caráter cultural da República Velha. Devido à sua destinação comercial e ao projeto a que se propunha, acolheu em suas páginas um grupo heterogêneo de escritores, abarcando desde nomes consagrados até jovens promissores que então estreavam. A questão nacional mostra-se a principal temática dos 113 números da primeira fase da revista; buscava-se agregar todos os cidadãos em torno da Nação. A *Revista do Brasil*, fruto do momento em que o Estado de São Paulo se firmava econômica e politicamente e dos projetos do jornalista Júlio de Mesquita, é reflexo de um momento da vida cultural brasileira, no qual se vê a hegemonia de São Paulo como polo difusor de cultura. (Cof. LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999).

2. ALENCAR, Mário de. 27 jul. 1916.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1916.

Prezado Dr. Plínio Barreto

Tenho muito prazer em felicitá-lo pelo seu artigo “Leonor Telles”, que acabo de ler no último número da *Revista*, há pouco recebido⁴. É um trabalho excelente, em que tudo é admirável, mas para mim mais do que tudo o nobre sentimento que o inspirou. Julgado pelo senso dos maiores historiadores portugueses, parecia impossível que tentasse alguém reabilitar a memória dessa rainha de Portugal, nem era de crer que generalizados como norma humana a inércia de opinião, a indiferença moral e o gesto da maledicência, houvesse após alguns séculos da condenação uma curiosidade benigna, que reabrisse o julgamento para a defesa. O mero impulso para o ato de reparação histórica revela a compleição de um elevado espírito, e o cuidado da defesa, honra-o sobremaneira. Tanto quanto posso apreciar, penso que o seu esforço foi inteiramente acertado e feliz. O advogado habilíssimo teve a ajudá-lo o escritor primoroso.

Felicito-o também pela prosperidade da *Revista*, cujo sucesso pode ser aquilatado pelo crescente número de colaboradores, e pela espontaneidade de muitos. É que já é vulgar a notícia da grande circulação do periódico, o que estimula os escritores desejosos de serem lidos e os leitores empenhados em ler cousa de valia.

Mandei-lhe hoje um trabalho do Dr. Samuel de Oliveira, meu cunhado⁵. É a introdução de um livro que vai entrar no prelo, sobre Sílvio Romero⁶. Gosto muito desse trabalho e peço-lhe, caso o aceite como espero, que não demore a sua publicação. Mandar-lhe-ei também, de

⁴ BARRETO, Plínio. “Leonor Telles”. *Revista do Brasil*, p. 262-271, jul. 1916. Crítica ao livro de Antero de Figueiredo, *Leonor Telles*, publicado em 1916. No início do artigo, antes mesmo de avaliar a obra, Plínio Barreto busca construir a defesa de Leonor Telles, “uma das grandes condenadas da História”, demonstrando que esta não é a Lucrecia Borgia portuguesa, definida por Herculano, nem a nova Cleópatra, “cortesã fria, impudica e sanguinária com ambições reais”, de Oliveira Martins. Ao realizar a defesa de Leonor Telles, Plínio comenta fragmentos do livro, criticando Figueiredo por não inocentar a rainha. Define o ensaio como “primorosamente escrito, brando de forma [que] é, no fundo, um tremendo libelo contra ela”, o que poderia ser confirmado porque o autor “aceita sem discussão tudo o que diz Fernão Lopes na *Crônica de D. Fernando* e na *Crônica de D. João I*”. Concluída a sua defesa, Plínio afirma: “O livro do ilustre escritor, tal qual saiu, é delicioso. O drama que nele se evoca é tecido com os fios de ouro de uma arte literária consumada e conserva alguma coisa da beleza dominadora da grande mulher que lhe deu o nome...”.

⁵ Samuel de Oliveira, ao lado de Fausto Cardoso, Sílvio Romero, Felisbello Freire, Gumercindo Bessa, Prado Sampaio, Manoel Bonfim e Jackson de Figueiredo, representa a geração republicana de pensadores sergipanos.

⁶ OLIVEIRA, Samuel. “Sílvio Romero e a alma brasileira”. *Revista do Brasil*, p. 322-334, ago. 1916. Neste artigo, Samuel de Oliveira elabora um levantamento biobibliográfico do crítico sergipano, com quem manteve laços de amizade. Tece comentários sobre a estrutura do livro que pretende focalizar Romero como filósofo, historiador, crítico, sociólogo e “brasileirista”. Justifica a exclusão do estudo do orador e do poeta: “como orador e poeta, Sílvio não atuou de modo nenhum no meio intelectual brasileiro, por uma razão muito simples: *não era* nem uma nem outra coisa. Nas suas poesias, o filósofo e o crítico falam pelo artista ausente; os seus raríssimos discursos não diferem dos seus escritos”.

presente para a *Revista*, um artigo inédito do Domício da Gama⁷, cujo original achei há dias entre papéis antigos⁸. Recebera-o em 1910 para a *Revista da Academia*, da qual o retirei por não se conformarem os meus confrades com a publicação na ortografia do autor, segundo era seu desejo.

Diga-me quando haverá espaço para mim⁹, e disponha dos meus préstimos para sua utilidade pessoal ou da *Revista*.

Seu admirador e amigo

Mário de Alencar.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio, 27 de Julho de 1916”; autógrafo a tinta preta; papel creme, pautado; 1 folha; 25,3 x 20,1 cm.

⁷ Domício da Gama (1862 – 1925), jornalista, contista e diplomata; atou como auxiliar do Barão de Rio Branco nas questões das Missões e do Amapá. Foi ministro de Relações Exteriores e embaixador em Washington.

⁸ Trata-se do artigo “O capítulo das viagens”, divulgado na *Revista do Brasil*, p. 315-321, dez. 1916.

⁹ No mês de maio desse ano, Mário de Alencar havia publicado dois poemas: “Cigarras” e “A vai-vem do vento”. A *Revista do Brasil* volta a divulgar seus versos no número de dezembro (V. nota 19).

3. ALENCAR, Mário de. 10 ago. 1916.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1916.

Prezado Dr. Plínio Barreto,

mando-lhe o presente prometido – “O capítulo das viagens”, artigo inédito do Domício da Gama, e se tiver tempo copiarei para mandar-lhe uns versos meus. Quisera de preferência enviar-lhe ainda, mas ainda não achei vagar para concluir meu artigo “Período pronominal”¹⁰, começado há cerca de dois anos. Creio que interessará mais que os meus pobres versos.

Tenho pensado na incumbência que me deu de indicar-lhe um dos novos publicistas para a seção política da sua *Revista*. Não são muitos, mas no nosso meio, sob a ação da nossa política, é difícil achar quem possua o talento de escritor com a independência moral que se requer para a apreciação justa e descortinada da Política brasileira. Alberto Torres¹¹ estaria no caso, se não fosse um doente de utopia; e segundo ouvi, está, como já estive, em crise de enfermidade mais séria. É, além disso, derramado, e não saberia corrigir a sua prolixidade para a conveniência da *Revista*. Alcides Gentil¹², escritor novo, autor do opúsculo *Os novos horizontes da política nacional*¹³ está, intelectualmente, nas condições desejadas; mas nada sei da pessoa dele. Tobias Monteiro deu a prova de que vale nas *Cartas de Estevão*¹⁴; tem talento, e é estudioso dos causos brasileiros, e especialmente da nossa história parlamentar. Estou que a sua colaboração efetiva seria de grande vantagem.

Quanto à sua escolha – à sua honrosa designação com que me penhorou de [ilegível], para crítico da *Revista*, permita-me, com a sua benevolência de amigo, que eu a recuso. Sinto-me incapaz de cumprir bem essa tarefa, que é difícil. Sem falsa modéstia afirmo-lhe que não acho em mim aptidão para a crítica. Falta-me ainda a saúde; escasseia-me o tempo; e eu não tenho a força de arrastar as suscetibilidades literárias, as malquerenças, os ódios, que são a inevitável consequência da crítica honesta. E que sacrifícios custa ela! O tempo, furtado em pura perda, à leitura dos velhos e grandes, autores, cuja companhia é necessária ao meu espírito, como apoio, lição, consolo e gozo meu! Esse encargo, que exige idoneidade moral, cultura, talento, gosto,

¹⁰ A pesquisa não localizou artigo com este título na *Revista do Brasil* do período.

¹¹ Alberto de Seixas Martins Torres (1865 – 1917), jornalista carioca; deputado federal, ministro do Interior, governador do Rio de Janeiro, ministro do Supremo Tribunal Federal; ideólogo político de direita.

¹² Alcides Gentil, autor de *Ideias de Alberto Torres* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932) e de *Ideias do presidente Getúlio Vargas* (Rio de Janeiro: José Olímpio, 1939).

¹³ A pesquisa não localizou referência a *Os novos horizontes da política nacional*.

¹⁴ Tobias do Rego Monteiro (1866-1952), jornalista e historiador potiguar. No livro *Cartas sem título por João Estevão* (Rio de Janeiro: Tipografia *Jornal do Comércio*, Rodrigues & C, 1902) estão publicados artigos seus assinados sob o pseudônimo João Estevão na seção *Cartas Sem Título* do *Correio Paulistano* de 28 fev. 1900 a 13 jun. 1901.

coragem, deve ser incumbido a um moço, no pleno andar da vocação; e com todas as qualidades tenho um amigo, cujo nome já o Sr. conhece de certo, Jackson de Figueiredo¹⁵, para o qual peço a incumbência que a sua bondade me quis dar. Tenho a convicção de servir bem à *Revista* indicando-lhe esse nome. É um espírito admirável, em cuja força confio muito; e a crítica parece-me ser o gênero literário mais apropriado à feição da sua inteligência friamente curiosa e aguda, e grandemente interessada na produção literária de seu tempo. Não sei de outro escritor novo com tanta aptidão para a análise e para a definição de fisionomia literária. Fica o meu pedido como uma compensação da minha recusa, ambos, pedido e recusa, obedecem ao desejo sincero de ser útil à *Revista* pela qual me interesso como se fosse minha.¹⁶

Agora uma pergunta, se não é indiscreta: quem é Yorik¹⁷, que eu leio sempre e admiro?

A seu dispor, como amigo obrigado e admirador

Mário de Alencar.

P.S. Não seguem hoje o artigo nem os versos.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio, 10 de Agosto de 1916”; autógrafo a tinta preta; papel creme, pautado; 1 folha; 25,2 x 26,1 cm.

¹⁵ Jackson de Figueiredo Martins (1891 –1928), escritor, crítico literário e pensador nascido em Sergipe. De 1907 a 1918 dedicou-se às letras e à filosofia, sendo influenciado por Tobias Barreto. Converteu-se ao catolicismo em 1918 e empenhou-se em larga campanha a favor da recristianização da vida e da cultura, dedicando-se à política e à religião. Fundou em 1921 o Centro D. Vital e a revista *A Ordem*.

¹⁶ Os três nomes mencionados não compareceram, com artigos assinados, nas páginas da *Revista do Brasil*. Sobre o tema ver cartas de Pedro Lessa de 2 e 15 out. 1916.

¹⁷ A pesquisa não localizou o nome que se esconde sob o pseudônimo “Yorik”/“Yorick” na coluna *Monólogos*, na seção Resenha do Mês. Suas colaborações são encontradas nos números de fevereiro, março, abril, maio, julho, agosto, setembro e novembro de 1916.

4. ALENCAR, Mário de. 4 dez. 1916.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1916.

Prezado am^o Dr. Plínio Barreto.

Apresso-me em dizer-lhe o meu pesar pela impressão que lhe deu a minha carta de 30 de novembro. Vejo que fui injusto na suposição de que o trabalho de Domício da Gama “Capítulo das viagens” não houvesse merecido o seu apreço, e por isso ia sendo a publicação dele adiada indefinidamente. Como desculpas só lhe posso afirmar que essa suposição eu a formulei com um pensamento menos convencido que aborrecido pela contrariedade de não ver em números sucessivos o artigo que eu, precipitado e leviano por ventura, havia afirmado a Domício seria publicado no número de maio. Dera-lhe notícias da *Revista do Brasil* como a melhor que temos, e de maior circulação, e pedira-lhe com empenho que me mandasse outros trabalhos. Presumia o efeito do meu estímulo e verifiquei-o na resposta há quinze dias recebida, em que ele me prometia para breve dois trabalhos e para depois outros que ia terminar. Tinha eu assim a satisfação de haver obtido para a *Revista do Brasil* um colaborador que a meu ver é dos mais ilustres escritores nossos, pelo gosto, pela cultura, pela delicadeza e pela sinceridade. Ora no tempo em que me vinha esse prazer e que o era, não só por forçar Domício a deixar o silêncio em que tem estado há tantos anos, como por ser útil à *Revista* – confirmava-se a minha decepção de não ver publicado o “Capítulo das viagens”. O meu aborrecimento insinuou aquela suposição injusta, de que me arrependo, e para desvanecê-la como eu quisera, não sei o que lhe possa dizer na medida do meu sentimento. Se ainda não devolveu o artigo, peço-lhe que não o faça, e publique-o, remetendo-me depois o autógrafo. Ainda no caso de já o haver devolvido, se me autorizar a isso, eu lho enviarei de novo. O meu empenho é provar-lhe a minha estima pessoal e a vontade de servir à *Revista*. Dói-me o ter-lhe dado um desgosto. Quanto aos meus versos afirmo-lhe com sinceridade que não foi o ressentimento de os não ver publicados que me determinou o desejo de [tolher?] a publicação. Foi somente o desgosto da minha própria produção, que eu sinto e julgo muito inferior à que idealizo. É uma crise de espírito que sofro e não pela primeira vez. No mesmo dia em que lhe escrevi, escrevi à redação do *Jornal do Comércio* pedindo a devolução de um artigo meu.¹⁸ Para entender a minha consciência preciso afundar num longo silêncio, que faça esquecer quaisquer responsabilidades que impensadamente assumi com a publicação de trabalhos literários. Não confio em mim, é verdade que nunca tive

¹⁸ ALENCAR, Mário de. “Defesa nacional”. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23 dez. 1916 p. 23. V. carta de 31 dez.

confiança em minhas forças, mas venciam-me os estímulos de amigos; agora além da inclinação mórbida do espírito, tenho o corpo enfermo e cansado e incapaz de nenhum esforço. Para quê alimentar um engano de renome, que me é duramente penoso? Peço-lhe que veja nestas minhas palavras a expressão da minha simpatia e amizade e com os mesmos sentimentos me releve a mágoa que sem intenção lhe causei.

Seu admirador e amigo grato

Mário de Alencar.

Carta assinada "Mário de Alencar"; datada "Rio 4 de Dezembro de 1916"; autógrafo a tinta preta; papel creme, pautado; 1 folha; 25,5 x 20,1 cm.

5. ALENCAR, Mário de. 31 dez. 1916.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1916.

Prezado amigo Dr. Plínio Barreto.

Boas festas, ano bom e que lhe seja inteiramente proveitosa a estação de Caxambu. Recebi o original do “Capítulo das viagens” e a sua amabilíssima carta. Recebi também o último fascículo da *Revista do Brasil*. Ótimo número, salvo na parte ocupada pelos meus versos¹⁹. Confirmou-se a minha impressão anterior, e para realçar-lhes a inferioridade ali estão ao lado os sonetos do Alberto de Oliveira²⁰. Não lhe digo isso para ouvir-lhe a contestação ou por duvidar do seu juízo já declarado. Tenho a este na maior conta, e explico a diversidade de opiniões: a sua é ditada pela simpatia e pelo gesto de animar um desalentado, a minha pela consciência dos meus defeitos e pelo desprezo de emendá-los. A revisão acrescentou alguns: *masete* por *maste*, *nós* por *nús*, e alguns enganos de pontuação. Foi o que também aconteceu ao meu artigo “Defesa nacional”, publicado no *Jornal do Comércio*, quando eu já não desejava nem esperava que o publicassem.

Prometo-lhe para a *Revista* um inédito de meu Pai, uma carta política ao Imperador, quando solicitou a 1ª vez demissão do posto de Ministro da Justiça.²¹

Vou remeter ao Domício o número da *Revista* e espero receber dele os trabalhos anunciados.

Adeus. Um afetuoso aperto de mão do

Amigo e admirador muito grato

Mário de Alencar.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio, 31 de Dezembro de 1916”; autógrafo a tinta preta; papel creme, pautado; 1 folha; 25,5 x 20,1 cm.

¹⁹ No número de dezembro de 1916, a *Revista do Brasil* divulga os poemas “Sem par” e “A uma estátua” de Mário de Alencar.

²⁰ Os sonetos aqui referidos, publicados na sequência dos poemas de Mário de Alencar, são “Água lustral”; “Pobre Luíza!”, “No álbum de um poeta” e “Leandro e Hero”.

²¹ Esta carta de José de Alencar não foi publicada no periódico. O primeiro inédito do escritor cearense na *Revista do Brasil* foi o conjunto de capítulos do romance inacabado *A neta d’Anhanguera*.

6. ALENCAR, Mário de. 6 mar. 1917.

Paquetá, 6 de março de 1917.

Prezado amigo Dr. Plínio Barreto.

Quando recebi a sua carta escrita de Caxambu, estava eu em preparativos de mudança provisória para esta ilha; descontei os dias de sua viagem para terras de Minas e calculei que a minha resposta, demorado que fosse algum tempo, ainda lhe chegaria sem atraso e talvez antes do seu regresso a S. Paulo. Não considere nos meus cálculos as surpresas ou as decepções dos meus versos.

Vinha para Paquetá como para um recanto de sossego, adequado ao meu restabelecimento e ao trabalho tranquilo. Trazia projetos, esboços, escritos começados, e entre as páginas a escrever o meu pensamento incluía algumas cartas, que eu desejava compor, não às pressas, senão com o cuidado a que me obriga o apreço dos destinatários, e com o vagar e o gesto de uma conversa de amigos. Entre essas cartas figurava esta resposta. Mas os contratemplos começaram cedo; só a 20 de janeiro vim para aqui, e aqui, ao [saber?] do que esperava, não me senti bem. Os meus incômodos agravaram-se com o calor excessivo que fez em janeiro e princípios de fevereiro. Sabe o Sr. o que seja uma dispepsia²², que conta 10 anos? Dispepsia chamam-lhe os médicos: eu não sei como chamar-lhe devidamente, que é uma angústia sem nome. Mas essa era já uma habituada companhia. O mal pior é o do espírito, e aqui o tive e ainda tenho, contra a minha expectativa do efeito benéfico deste repouso. A natureza tem sido amável, a paisagem contenta os olhos; e, no entanto, falta-me ao espírito prazer e sossego. Falta-me, sobretudo, a atmosfera harmoniosa, que predispõe ao trabalho. Influência talvez do mar, fechado pela orla das montanhas e das ilhas, quieto quase adormecido às primeiras horas do dia, mas à tarde, sempre ansioso, sob a pressão de um vento rígido, que lhe amiúda as ondas, incessantemente, como num estertor de criatura perseguida, acuada, sem defesa, sem refúgio, e sem salvamento. O meu espírito reflete essas vicissitudes, de sonolência e incapacidade ou de ânsia e tormento, e num e outro estado enleia-o a sensação de impotência, de diminuição, de depercimento. Custa-me ler; a atenção dificilmente se fixa; e não me é possível o trabalho de produzir. Resignei-me assim à criação, sofrendo da minha consciência deste definhar de forças presumidas. Mas não me passava a sua lembrança, e diariamente ouvia-a a ralhar-me para que eu vencesse a indisposição e a inércia de espírito. Pois afinal vencia-as, mas com que esforço, só eu sei!

²² Dificuldade na digestão de alimentos (indigestão).

Aqui recebi o número de janeiro da *Revista*, em que o Sr. fez transcrever a minha carta sobre *Defesa nacional*²³. Essa transcrição valoriza o meu artigo, e penhora-me pela sua bondade. Também como um ato de interesse afetuoso vi nesse número a notícia do meu trabalho a sair sobre *José de Alencar – político*²⁴. Anunciando-o, o Sr. mudou em compromisso o que era ainda mera sugestão da sua parte; mas aceito-o de bom grado. A sua ideia, sugerida a propósito da minha promessa de lhe mandar uma carta inédita de meu Pai ao Imperador, vinha ao encontro de um projeto antigo, que eu alimentava com carinhosa esperança. Não o tinha ainda iniciado por deficiência de documentos, ou por faltar-me justamente o documento preliminar da biografia política de meu pai, qual é o *Manifesto aos eleitores do Ceará em 1860*, quando ele ainda estava filiado aos liberais. Em 1863 ele foi eleito pelos conservadores, e os seus adversários mais tarde arguíam-lhe a incoerência, de que ele soube defender-se com galhardia. Aquele manifesto é, pois, importante, mas não o consegui haver, apesar de todos os meus esforços de pesquisa, consultando bibliotecas e recorrendo aos poucos sobreviventes daqueles tempos. Terei que trabalhar sem esse subsídio. De volta a Botafogo iniciarei o estudo para o levar a cabo sem interrupção voluntária; e à proporção que for terminando os capítulos dá-los-ei para a sua *Revista*. Promessa esta sem prazo, já se vê, por bem do trabalho, que não deve ser feito às pressas, senão muito ponderadamente para não ser preciso emendá-lo depois. Tenho agora o máximo empenho em não adiar esse estudo, já por corresponder ao seu amável convite, já pela mesma necessidade de revelar documentadamente o papel político de meu Pai, desconhecido de quase todos os contemporâneos, e ainda daqueles que, pelo seu ofício de historiadores, tinham obrigação de conhecê-lo. Com espanto e amarga decepção vi na *História da Literatura Brasileira* do J. Veríssimo a errada e malévola apreciação sobre J. de Alencar, na sua nobre atitude em face dos caprichos pessoais de D. Pedro 2^o²⁵. Sente-se nessas páginas a profunda

²³ A carta aberta ao Presidente da República Wenceslau Brás Pereira Gomes foi inicialmente publicada no *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, e transcrita na parte destinada à Resenha do Mês da *Revista do Brasil* de janeiro de 1917 (p. 89 – 94). No texto, Mário de Alencar expõe a sua opinião contrária às defendidas pelo grupo fundador da Liga da Defesa Nacional (Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon), que era favorável à ideia do cidadão-soldado, da implantação do serviço militar obrigatório e do apoio brasileiro aos Aliados na Primeira Guerra Mundial. Contrário à imposição de um ensino de “patriotismo”, o texto propõe a reestruturação social do Brasil a partir da mudança da Capital, do Rio de Janeiro para as planícies de Goiás, o que levaria a um maior desenvolvimento dos “sertões”, reduzindo as desigualdades entre o litoral desenvolvido e o interior abandonado.

²⁴ Na última página do número de janeiro (p.111), entre as indicações de artigo para os próximos fascículos da revista, está “José de Alencar político” de Mário de Alencar. Entretanto, o propósito não foi cumprido. Em 1960, no IV volume das obras completas de José de Alencar, encontra-se o texto do filho do escritor: “José de Alencar, o escritor e o político”. O estudo foi entregue à editora pelos filhos do autor, Leo e Rui Alencar. (ALENCAR, Mário de. José de Alencar, o escritor e o político. Em ALENCAR, José de. *Obras Completas: volume IV*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960, p. 13-23).

²⁵ Neste livro, o crítico estuda a obra de José de Alencar, considerando o criador de *Iracema* o principal nome da segunda geração do romantismo brasileiro. Discorrendo sobre a imagem do político, Veríssimo afirma que este era conservador: “Num país novo como o Brasil, onde nenhuma tradição existia e todos os institutos políticos eram de ontem e de empréstimo, nada de importante havia a conservar. [...] Assim foi adversário da emancipação dos

ignorância do caráter de meu Pai e até do meio político, e das normas constitucionais. A apreciação do escritor foi também feita com mau ânimo e sei a que atribuí-lo; a glória do romancista nada sofrerá por isso, é já uma glória incorporada ao sentimento nacional e não perde a sua força, nos fluxos e refluxos das opiniões transitórias. A parte da crítica relativa à pessoa do escritor, é que não pode ficar sem contestação²⁶, eu como filho, por amor de filho e amor da verdade, devo dá-la; quis dá-la logo que apareceu o livro, mas doía-me declarar-me em público contra um escritor, que verdadeiramente estimei e a quem na sua morte prestei pública homenagem do meu apreço e da minha saudade²⁷. Achei preferível, e mais conforme ao meu sentimento, não criticar a apreciação da *História*, mas desfazê-la indiretamente com o meu estudo projetado. É outro motivo que determina a urgência do trabalho. Devendo com este sair a carta ao Imperador, parece inconveniente antecipar-lhe a publicação, mas para que não fique em vão a promessa de um inédito de meu Pai, mando-lhe os de capítulos existentes de um romance inacabado *A neta de Anhanguera*²⁸. Como verá, são páginas lançadas no desalinho da primeira inspiração, e que ficaram na pasta do escritor, como trabalho de rascunho, e falho até em algumas palavras. Os defeitos que levam, não lhe diminuem, porém, o interesse, ao contrário, a meu ver, dão ao inédito a graça do inacabado, que tanto satisfaz a curiosidade dos admiradores na obra dos artistas, surpreendidos no ato de trabalho. Será conveniente advertir o leitor dessa circunstância?²⁹ Fica isso ao seu esclarecido critério.

O fascículo de fev. da *Revista*, ontem recebido, achei-o muito bom, e, sobretudo muito variado. Desconhecia, a não ser de oitava, o trabalho do Lafaiete (Labieno)³⁰, e não podia fazer ideia do valor da sua crítica, equilibrada e erudita. Tenho o borrão autógrafo da carta em que Machado de Assis agradeceu a Lafaiete a sua espontânea defesa contra o destempero de Sílvio

escravos quando já não o era nenhum intelectual brasileiro” (p. 270). Ataca também a postura de Alencar, dizendo que este era um homem de “temperamento irritadiço” e “vaidade intelectual”, marcado pelo ressentimento diante recusa do Imperador em aprovar suas ambições políticas.

²⁶ No ensaio “José de Alencar, o escritor e o político”, pode-se localizar a resposta indireta de Mário de Alencar a José Veríssimo.

²⁷ A primeira colaboração de Mário de Alencar na *Revista do Brasil* foi justamente o seu discurso em homenagem a José Veríssimo, proferido em 8 de fevereiro de 1916, na cidade de Lorena, sete dias após a morte do escritor (ALENCAR, Mário de. “José Veríssimo”, *Revista do Brasil*, p. 87-94, fev. 1916).

²⁸ Esse inédito foi publicado nas primeiras páginas da *Revista do Brasil* de março de 1917 (p. 231-246).

²⁹ O fragmento final deste parágrafo, a partir de “são páginas” até “ato de trabalho”, aparece citado como nota de advertência ao texto publicado na *Revista do Brasil*.

³⁰ Lafaiete Rodrigues Pereira, pseudônimo Labieno, (1834 – 1917), crítico, jornalista, sucessor na cadeira de Machado de Assis na Academia Brasileira de Letras; jurista, senador, diplomata. No artigo citado, “Páginas Esquecidas: Machado de Assis (resposta a Sílvio Romero)”, Lafaiete critica o livro de Romero, *Machado de Assis*, recuperando os argumentos expostos em *Vindiciae* de 1899. Nesse mesmo número de fevereiro, a *Revista do Brasil* estampa pequena biografia de Lafaiete, falecido em janeiro desse ano.

Romero. Se eu voltar para Botafogo, por estes dias, como tenciono, mandarei para a *Revista* a cópia dessa carta³¹.

Quase 4 páginas! Veja que poder tem a vontade de convencê-lo, que me venceu assim a grande inércia espiritual. O esforço é visível, mas seria ele para exprimir-lhe, mais do que posso, a minha estima, o meu apreço e a minha admiração.

Um abraço do seu muito grato confrade e amigo

Mário de Alencar.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Paquetá, 6 de Março 1917”; autógrafo a tinta preta; papel creme, pautado; 4 folhas; 25,2 x19,9 cm.

³¹ A carta de Machado de Assis à Lafaiete Rodrigues Pereira (19 fev.1898) está transcrita no número de abril da *Revista do Brasil*.

7. ALENCAR, Mário de. 10 abr. 1917.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1917.

Prezado am^o. Dr. Plínio Barreto.

Força é abrir todas as cartas que lhe escrevo, com uma desculpa e um agradecimento: os seus carinhos e amabilidades não cansam, e é sempre tardio mau grado meu a expressão de meu reconhecimento. Creia que este é sincero e definitivo; e já não me basta senti-lo abstratamente da imagem da pessoa amiga. Vendo há dias num dos nossos semanários ilustrados a fotografia do grupo de convivas no banquete dado a Bilac, a minha curiosidade só se interessou em identificar o seu retrato; e estou empenhado em verificar a indicação da minha simpatia³². Vacilei entre dois; desvaneça o Dr. a minha dúvida, fixando por alguns traços a imagem que eu desejo escolher entre tantos para reunir às do Pujol e do Bilac, únicos dali conhecidos e queridos há muito tempo.

Quisera poder, acudindo ao seu convite, ir a S. Paulo e às Águas da Prata. É possível que me fizesse bem a viagem, mas... Se eu pudesse ir, desejava ir incógnito, como os monarcas europeus iam a Paris, mas por causa extremamente oposta à deles, que buscavam esconder a própria grandeza; eu temo ao contrário a minha deficiência, e o logro que havia de dar aos que de longe me distinguem com um apreço excessivo. Além de saber o que me falta, sou um tabaréu, com o agravante do meu nervosismo já incurável. Que triste figura faria eu nesse meio tão culto! Prefiro não ir para não arriscar a sombra de mérito, que a simpatia e a distância formaram sobre mim. Tenho de resignar-me à minha limitação de tímido e solitário até o fim.

Mando-lhe cópia de duas cartas de Machado de Assis, uma delas prometida, a que foi escrita a Lafaiete.³³

Tenho também uma boa nova para a *Revista*: a próxima colaboração do Capistrano de Abreu³⁴, com uma série de artigos (5 ou 6) sob o título *Paulística*³⁵. Tive em mãos o manuscrito

³² A pesquisa não localizou o semanário que trouxe a fotografia do grupo mencionado.

³³ No número de abril da *Revista do Brasil* aparecem impressas as transcrições das cartas de Machado de Assis ao Dr. A. Coelho Rodrigues (7 mar. 1897) e a Lafaiete Rodrigues Pereira (19 fev. 1898).

³⁴ João Capistrano de Abreu (1853 –1927) crítico literário cearense, historiador, professor do Colégio Pedro II; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

³⁵ Na correspondência de Capistrano de Abreu a Mário de Alencar verifica-se a seguinte carta de março de 1917 na qual expressa a intenção de publicar artigo na *Revista do Brasil*: “Mário amigo// Terminei a documentação do meu artigo; espero escrevê-lo na Semana Santa. Avise para a *Revista do Brasil*. Dei-lhe o título geral *Paulística* porque são uns cinco ou seis, e tratam todos de S. Paulo, os que tenho em vista. Como se trata de uma moeda, vou ver se obtenho uma fotografia na Biblioteca para ilustrar o texto. //Desejaria também ver as provas, se fosse possível.// E usam separata? Na Alemanha é costume geral dar umas vinte e cinco por conta do editor; se o autor quer mais, paga o papel.// Desejava mandar, no vapor que terça-feira parte para os Estados Unidos, ao velho e sincero amigo do Brasil, Dr. Branner, um artigo, que saiu na *Revista*, sobre o dialeto caipira.// O número não há mais no Briguier.

do 1º, relativo às moedas *S. Vicente* e ia remeter-lho; mas o Capistrano, avisadamente, quis passá-lo a máquina, poupando à composição e revisão a fadiga de adivinhar-lhe a letra miudíssima, um pouco mais clara que a do Oliveira Lima³⁶. O artigo ganhará ao ser ilustrado pela reprodução das moedas, das quais junto as fotografias. Ao Capistrano informaram que a *Revista* paga a 50\$000 os colaboradores; não lhe quis aguar o prazer da expectativa corrigindo a informação com a notícia, que ouvi já não me lembro a quem, de ter sido restringido o pagamento de colaboradores. Ainda porque suponho que a *Revista* considerará a colaboração dele, como merece, entre as melhores que a possam honrar; o Capistrano é virtualmente da Academia Brasileira, da qual não faz parte por ter previamente e mais de uma vez recusado a eleição que seria unânime.

Já comecei os estudos para a biografia política de meu Pai.

Um abraço do seu

Mário de Alencar.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio de Janeiro, 10 de Abril 1917”; autógrafa a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado; 2 folhas; 20 x 12,5 cm.

Podia ceder-me o seu, enquanto vem de S. Paulo o exemplar que vou encomendar?// Agora que libertei-me da moeda de S. Vicente, passo a ocupar-me de Estevão Ribeiro Baião Parente, paulista que andou conquistando o sertão baiano na penúltima década no século XVII. Pouco se sabe a seu respeito; o que tenho apurado não é muito, mas em todo o caso adianta a questão. E depois virão Fernão Dias Pais, Matias Cardoso de Almeida, Moraes Navarro e, quem sabe? O próprio Domingos Jorge Velho, que por ora resiste a todas as pesquisas antes da Campanha dos Palmares. O Basílio aborda-o no último número da *Revista do Brasil*; antes não escapara a Studart e a Pereira da Costa.// Pelo papel verá que estou escrevendo da agência, para não demorar. Segunda-feira irei à Câmara ver se V. trouxe a *Revista* para o Branner.// Bien à vous, // Cap.// Rio, 31 de março de 1917”. (RODRIGUES, José Honório. *Correspondência de Capistrano de Abreu*: Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 248)

³⁶ Em “Paulística”, no número de maio de 1917 da *Revista do Brasil*, Capistrano de Abreu faz um levantamento histórico das primeiras moedas de ouro e prata cunhadas no Brasil – ditas “São Vicente” –, as quais circularam no século XVII. O historiador afirma que essas moedas sofreram processos de re-cunhagem e modificação de seus valores devido à falta de dinheiro no mercado nacional, situação que dificultava o comércio exterior.

8. ALENCAR, Mário de. 3 out. 1917.

Prezado confrade e amigo Dr. Plínio Barreto.

Afetuosos cumprimentos. Peço-lhe o favor de reservar-me, se for possível, espaço no fascículo da *Revista* deste mês para um trabalho meu sobre Souza Bandeira³⁷ e Carlos Peixoto³⁸. São 2 artigos que nada têm entre si senão a mesma inspiração da saudade; havendo espaço, podem sair juntos sob um título comum da “Saudade de dois amigos”; no caso contrário ficará o segundo, sobre Carlos Peixoto para o número de novembro³⁹. Estou ainda a copiá-los e os enviarei por estes dias.

Sempre a seu dispor como seu admirador e amigo grato

Mário de Alencar.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1917.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio, 3 de Outubro de 1917”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado; 2 folhas; 20 x 12,5 cm.

³⁷ João Carneiro de Souza Bandeira (1865 – 1917), ensaísta, advogado e membro da Academia Brasileira de Letras.

³⁸ Carlos Peixoto de Melo Filho (1871 – 1917), advogado e político. Alistou-se nas fileiras do Civilismo, agremiação que se formou para combater a candidatura militar do marechal Hermes da Fonseca à sucessão do presidente Afonso Pena.

³⁹ Os artigos foram publicados em números distintos da *Revista do Brasil*, em 1917: “Souza Bandeira”, no número de outubro (p. 129-142) e “Carlos Peixoto, Filho”, em novembro (p. 277-297).

9. ALENCAR, Mário de. 8 out. 1917.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1917.

Prezado amigo D. Plínio Barreto.

Muito obrigado pela bondade e presteza em que me reservou espaço no próximo número da *Revista* para os meus artigos sobre Souza Bandeira e Carlos Peixoto. Expedi-os registrados sábado; um deles somente em parte foi copiado, o resto no próprio borrão, para não demorar a remessa. Saindo juntos deverão levar o título comum de “Saudades de dois amigos”. Se tornarem demasiado lugar, não faça cerimônia em preferir as minhas conveniências às da *Revista*.

Aceito o seu oferecimento de provas, e tomo a liberdade de pedir uma duplicata do artigo sobre Souza Bandeira, para eu dar à viúva que insistentemente me pede uma cópia do trabalho.

Não me esqueço da biografia de meu Pai, nem me esquecerei, quando a tiver acabado, da grande parte que lhe ficarei devendo – neste meu esforço. Os meus estudos foram interrompidos por acessos intermitentes da minha enfermidade, e também pelo abalo que me trouxe com pequenos intervalos a morte daqueles amigos. Agora se Deus quiser irá por diante e ao fim, e não me assusta a enorme soma de trabalho.

Um afetuoso aperto de mão do seu

Confrade, admirador e amigo

Mário de Alencar.

P. S. A Biblioteca da Câmara ainda não recebeu o fascículo de setembro.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio, 8 de Outubro de 1917”; autógrafo a tinta preta; papel verde, filigrana; 1 folha; 22,1 x 16,1 cm.

10. ALENCAR, Mário de. 31 out. 1917.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1917.

Prezado Am^o Dr. Plínio Barreto,

já recebi o fascículo de outubro da *Revista* e agradeço-lhe o lugar que deu ao meu artigo sobre Souza Bandeira⁴⁰. Escaparam à revisão alguns erros, que teriam sido evitados se me tivessem vindo as provas. Peço-lhe que recomende à gerência a remessa das provas do artigo sobre Carlos Peixoto, cujos originais devem ser em mais de uma passagem obscuros para os tipógrafos.

Quando me sobrar tempo começarei a copiar para a *Revista* o *Arquivo de José de Alencar*, que compreende as cartas endereçadas a meu Pai e, mais numerosas e curiosas, cartas políticas escritas a meu avô, entre outras, algumas de Feijó, Vergueiro, Bernardo de Vasconcelos. É um presente que lhe prometo, sem prazo, mas com sincero desejo de realizá-lo⁴¹.

Um abraço do seu admirador e amigo

Mário de Alencar.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio, 31 de Outubro de 1917”; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana, pautado; 2 folhas; 20 x 12,5 cm.

⁴⁰ Neste artigo, Mário de Alencar rememora os laços de amizade com Souza Bandeira, desde a época em que foi seu aluno na Faculdade de Direito. Menciona a formação de Souza Bandeira, discípulo de Tobias Barreto, e os esforços que fez para que o amigo continuasse publicando em revistas, como é o caso dos artigos “Ruínas da Aristocracia Rural” e “Figuras Mortas”, na *Revista do Brasil*, capítulos de um livro que iria se chamar *Evocações*.

⁴¹ As cartas de José de Alencar foram divulgadas nos números de janeiro, fevereiro, maio, junho e novembro de 1918. As cartas de Feijó, Vergueiro e Bernardo de Vasconcelos não foram publicadas.

11. ALENCAR, Mário de. 21 dez. 1917.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1917.

Prezado Amigo Dr. Plínio Barreto.

Não sou indiferente aos aplausos de leitores que me lêem com simpatia; muito menos aos dos leitores da *Revista do Brasil*, que se recomendam como seleção de espíritos afeitos à leitura de tanta página excelente aí publicada.

Mas o valor que eles têm para mim veio aumentado pela sua comunicação, pelo afetuoso interesse com que o Sr. os ouviu e pensou em transmitir-me, dando-lhes o encarecimento de seu apoio sincero, que me sensibiliza e penhora. Tenho em grande apreço o seu juízo, e por isso mesmo inquietava-me a possibilidade de não corresponder à generosa expectativa com que o Sr. havia acolhido esses meus dois artigos⁴². É sempre o meu susto, quando me louvam algum trabalho: o contentamento pelo êxito obtido devia-me logo apetência de próximo malogro, porque nada me parece mais aleatório do que a minha operação intelectual. Sofro da responsabilidade assumida perante espíritos altos, a quem pude agradecer uma vez e que me distinguem com atenção e benevolência. Entre esses está o Sr., com sinceridade o afirmo. Assim folguei de saber que o meu trabalho não lhe causou decepção. Pensei também com prazer que a boa impressão do meu artigo pode servir como pequenina pedra ao alicerce em que se vai formando a *Revista do Brasil*. Indiscutivelmente é a melhor de quantas se publicam no Brasil, e é preciso que dia-a-dia se dilate a sua circulação. Não me descuido de recomendá-la a todos que podem ser assinantes.

Espero poder mandar-lhe esta semana a primeira contribuição do *Arquivo de José de Alencar*: uma carta de Lamartine, uma de Gonçalves Dias, duas de Castro Alves, duas do Luís Guimarães Júnior etc⁴³.

Um abraço de cordial reconhecimento do seu admirador e amigo

Mário de Alencar.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio, 21 de Dezembro de 1917”; autógrafo a tinta preta; papel creme, pautado; 1 folha; 25,4 x 20,1 cm.

⁴² Os artigos aqui referidos são: “Souza Bandeira” e “Carlos Peixoto, Filho”. *Revista do Brasil*, p. 129-142, out.; 277-297, nov. 1917.

⁴³ No número de janeiro foram publicadas as cartas de Lamartine (24 maio 1856), F. Octaviano (sem data), Quintino Bocaiúva (25 mar. 1860), Gonçalves Dias (27 jun. 1860), Castro Alves (duas cartas sem data), Joaquim Serra (jun. 1872), Luís Guimarães Júnior (14 abr. 1872; 22 set. 1874), Visconde de Benalcanfor (20 set. 1876) e Gomes de Castro (20 out. 1877).

12. ALENCAR, Mário de. 5 jan. 1918.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1918.

Prezado amigo Dr. Plínio Barreto.

Ainda chego a tempo de apresentar-lhe os meus votos de Ano bom, que são extensivos à *Revista do Brasil*.

Mandei-lhe ontem um artigo – “Liga humana”, mas não sei se pelo objeto e tom da expressão caberá nas linhas do programa da *Revista*⁴⁴. No caso negativo peço que não faça cerimônia em recusá-lo, devolvendo-m’o ou, se for possível, como para aquele outro “Contraste das almas” – publicando-o no *Estado de S. Paulo*.

Tenho pronta uma narrativa *Flor do campo*⁴⁵, em verso solto decassílabo. Divide-se em 3 partes e um epílogo, e ocupa 74 páginas manuscritas em papel deste formato. Na *Revista* onde eu quisera publicá-la, antes de imprimi-la em volume, poderia sair em 3 números. Mas haverá talvez uma objeção, (além da desvalia do trabalho e do fato de ser em verso) – é que já dei para a *Revista do Centro de Ciências e Letras de Campinas*, as primeiras 9 páginas, que deviam ter saído há seis meses. É pequena parte, e a sua publicação ali, como simples amostra, parece que não tira ao todo o seu caráter de inédito. Quanto ao êxito da minha narrativa, confesso-lhe que será diminuto, senão totalmente nulo. Em geral não se preza aqui o verso solto, de tal modo técnicos e leigos se viciaram com o uso e o abuso da rima, que todos supõem essencial à poesia. Acresce que os versos são meus, e eu ainda não logrei para os meus versos a estima de ninguém. Entretanto estou contente deste meu trabalho, porque o fiz com amor e é diferente, na inspiração e no molde, de tudo que atualmente se tem publicado em formas métricas.

Do *Arquivo de José de Alencar* remeterei para o número de fev. uma carta circular de meu pai sobre a dissolução da Constituinte e as respostas que lhe deram Cons^o. J. M. Lourenço Viana, o Barão de Pirapama e o Visconde de Maranguape⁴⁶.

Desejo tomos para a Biblioteca da Câmara[,] uma assinatura da sua *Revista dos Tribunais*, e adquirir a coleção dos anos já publicados; mas só em março ou abril, pode ser feito

⁴⁴ ALENCAR, Mário de. “Liga Humana”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jan. 1918, p. 3-4. Este texto, publicado dois anos após ser escrito, incita os brasileiros a se posicionarem contra os alemães, formando uma “liga humana” contrária às barbáries por eles promovidas na Bélgica, no sul da França e na Rússia. Propõe ainda o repúdio aos descendentes alemães nas colônias brasileiras, tendo em vista que estes não aceitavam a cultura e língua local, “alma da nossa nacionalidade”.

⁴⁵ ALENCAR, Mário de. “Flor do campo”. *Revista do Brasil*, p. 131-145 fev.; 257-274 mar; 339-356, abr. 1918.

⁴⁶No número de fevereiro foram publicadas carta dirigidas a Alencar, do Conselheiro J. M. Lourenço Viana (4 abr. 1863), do Barão de Pirapama (10 nov.1863), do Visconde de Maranguape (17 nov. 1863), de Antonio Teixeira de Macedo (12 mar. 1872) e as de Antonio Henrique Leal (19 maio 1873; 8 set. 1877).

13. ALENCAR, Mário de. 28 jan. 1918.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1918.

Prezado Dr. Plínio Barreto.

Peço-lhe o favor de verificar se o Dr. Pinheiro Júnior⁴⁷ recebeu um vale postal de 45\$000 que lhe expedi há 24 dias. Em carta escrita no dia seguinte expliquei o destino do dinheiro: três assinaturas da *Revista*, para a Biblioteca da Câmara, para o Cor^{el}. Álvaro Pinto Alves, no Recife, e para o Dr. João Paulo de Almeida Couto, na Bahia. Desejava ter os recibos dessas assinaturas para documentar as despesas feitas. Esses dois assinantes novos conto que me ajudarão no empenho da propaganda da *Revista* para outras assinaturas.

Recebi hoje e farei o deste mês, no qual o sr. fez transcrever boa parte do meu artigo “Liga humana” publicado, por seu intermédio e bondade, no *Estado de S. Paulo*⁴⁸. Muito agradecido.

Conto poder mandar-lhe daqui a dias o primeiro trecho da *Flor do campo*⁴⁹ e algumas cartas do *Arquivo de José de Alencar*. Enviarei também um artigo de um amigo⁵⁰, Cláudio Ganns⁵¹, escritor novo, recomendável pelo talento e discrição de gosto e por qualidades pessoais que inspiram simpatia e confiança. Ouvindo-lhe a leitura deste trabalho, pedi-o para a *Revista*, abusando talvez da liberalidade com que sou aí acolhido, mas com o intuito de ampliar-lhe o número de colaboradores e leitores e ao mesmo tempo encorajar um talento, que se julgará premiado com essa colaboração. Perdoe o meu abuso, e se achar que erre, devolva o artigo, que é mandado condicionalmente.

⁴⁷ Desde março de 1916, após deixar o cargo de Tesoureiro, Pinheiro Júnior exercia o posto de secretário-gerente.

⁴⁸ Em *O Estado de S. Paulo*, a pesquisa localizou apenas a primeira parte deste artigo de Mário de Alencar.

⁴⁹ ALENCAR, Mário de. “Flor do campo”. *Revista do Brasil*, p. 131-145, fev. 1918.

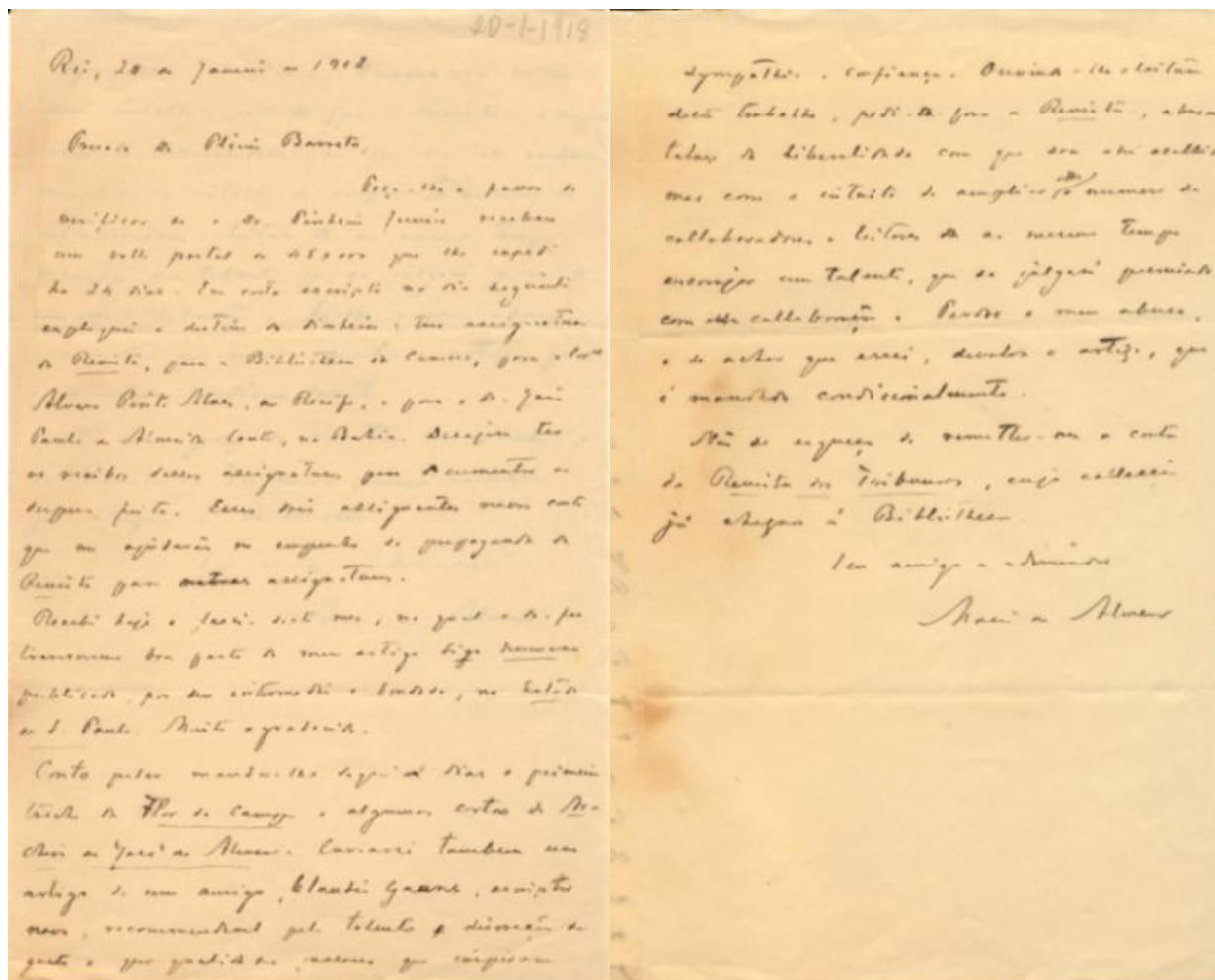
⁵⁰ O artigo de Cláudio Ganns, “Três poetas”, foi publicado no número de abril de 1918. No texto, define a sua concepção de poesia: “a Poesia nasce da dor; pelo menos a verdadeira Poesia, do sentimento, cuja seiva sobe do próprio coração humano, aprofundada em raízes que vão à alma das criaturas” (p.369). Apresenta, em seguida, comentários sobre alguns poemas, fragmentos e versos dos livros *Solitudes* de Pereira da Silva, *Vida que passa* de Caio de Melo Franco e *Água corrente* de Olegário Mariano. Em suas análises, Ganns busca definir a atitude poética destes em relação ao entendimento das criaturas: “Pereira da Silva não as quer entender, por uma sorte de experiência amarga que delas tenha... Caio de Melo Franco as entende, mas através do sofrimento pessoal, névoa do seu espírito por que elas passam, antes de chegar ao seu coração... Olegário Mariano não só as entende, pois seu espírito é de absoluta comunicabilidade com o exterior, receptivo portanto, mas procura mesmo ao invés de esperar elas chegarem ao seu coração, penetrar ele próprio no coração delas”(p. 376).

⁵¹ Cláudio Sales Ganns (1896 – 1960) jornalista, historiador e advogado carioca. Colaborou no *Jornal do Comércio* e dirigiu *O Jornal*. Membro da Sociedade Brasileira de Geografia e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1939), Coordenador do curso de História do Brasil na Sorbonne (1954-5), delegado brasileiro na Conferência Diplomática de Haia (1955).

Não se esqueça de remeter-me a conta da *Revista dos Tribunais*⁵², cuja coleção já chegou à Biblioteca.

Seu amigo e admirador

Mário de Alencar.



Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio, 28 de Janeiro de 1918”; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana; 2 folhas; 22,9 x 13,9 cm.

⁵²A *Revista dos Tribunais* foi lançada em 1912 por Plínio Barreto, como extensão do antigo informe jurídico *Crônicas Forenses* em *O Estado de S. Paulo*. A iniciativa alcançou êxito imediato porque, na época, as obras científicas eram uma novidade e as poucas bibliotecas se restringiam às das capitais. Outro fator responsável pela rápida consolidação da *Revista* foi o seu papel difusor de jurisprudência no País: antes da *Revista dos Tribunais*, o conhecimento jurídico permanecia represado no âmbito dos tribunais. Era importante disseminar a cultura jurídica no País, mas os recursos de custeio eram escassos. Plínio Barreto foi sucedido, em 1927, pelos advogados Nelson Travassos e Noé Azevedo. (EDITORA RT: *mais de 90 anos de estímulo à difusão do conhecimento jurídico* in <http://www.rt.com.br/sobrer/Historia.aspx>, consulta em 16 jun. 2009).

14. ALENCAR, Mário de. 14 fev. 1918.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1918.

Prezado Dr. Plínio Barreto.

Recebi a sua carta com os recibos da assinatura da *Revista*, e a conta das coleções e assinaturas da *Revista dos Tribunais*: espero poder em março enviar-lhe a importância.

Chegaram-lhe às mãos os originais que remeti há dias: artigo de Cláudio Ganns⁵³, uma parte da *Flor do campo*⁵⁴ e algumas cartas do *Arquivo de José de Alencar*⁵⁵?

Não tinha pensado em pagamento pelo meu trabalho “Liga Humana”⁵⁶: se tenho a receber alguma coisa, peço-lhe o favor de tomar para mim uma assinatura do *Estado*, a contar de janeiro, para que eu tenha direito ao sorteio de prêmios. Não creio na minha sorte, [ilegível] prêmio em loteria, único azar a que arrisco alguns magros cobres, mas estou esperançado nesse sorteio do *Estado*. A diferença – creio que sobrou algum dinheiro – peço-lhe que não sendo incômodo, deixe-a ficar na *Revista*, para quando tiver de remeter-me a importância do pagamento da *Flor do campo*. E desculpe-me tantos pedidos.

Um afetuoso aperto de mão do seu admirador e am^o obr^o

Mário de Alencar.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio, 14 de Fev. 1918”; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana, pautado; 1 folha; 27,1 x 20 cm.

⁵³ GANNS, Cláudio. “Três poetas”. *Revista do Brasil*, p. 369-379, abr. 1918.

⁵⁴ ALENCAR, Mário de. “Flor do campo”. *Revista do Brasil*, p. 131-145, fev. 1918.

⁵⁵ Ver nota 46.

⁵⁶ ALENCAR, Mário de. “Liga Humana”. *O Estado de S. Paulo*, 11 jan. 1918, p. 3, 4.

15. ALENCAR, Mário de. 13 mar. 1918.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1918.

Prezado amigo Dr. Plínio Barreto.

Logo que chegue de Minas (e conto que seja nesta ou na próxima semana) o diretor da secretaria da Câmara, guarda do dinheiro desta, enviarei a importância das coleções e assinaturas da *Revista dos Tribunais*.

Há dias lhe mandei o segundo trecho da *Flor do campo*⁵⁷[.] anteontem, endereçada ao Dr. Pinheiro Júnior, outra parte do *Arquivo de José de Alencar*⁵⁸, presumo que há tempo de serem publicadas no fascículo deste mês. A *Flor do campo*⁵⁹ saiu com alguns erros que alteraram o sentido, e dois ou três a metrificação dos versos; convém pois que saia a errata, que acompanhou o novo trecho, e no lugar indicado à margem. Esses ligeiros senões tipográficos terão agravado a impressão da minha narrativa, que já tem contra si o ser compacta nos desmoldados⁶⁰ versos brancos. Para dar-lhe crédito fora preciso um vigor de estro e de técnica que me falta, mas apesar do insucesso estou contente do meu esforço. Creio ter feito alguma cousa diferente do que fazem hoje, e o exemplo, embora fraco, poderá estimular engenhos mais favorecidos.

Muito obrigado pelo obséquio que me fez de tomar a assinatura do *Estado*; tenho recebido os números, mas com irregularidade de entrega, devido ao engano do endereço, em que inverteram os algarismos da numeração, 47 por 74.

Peço-lhe o favor de dar ordem para que o exemplar da *Revista do Brasil*, do assinante Cor^{el}. Álvaro Pinto Alves (Caixa 44. Recife) seja remetido para a rua Marquês de Olinda 74. Esse assinante, que partiu do Recife em fins de fevereiro, não havia recebido o fascículo de janeiro, que devem ter-lhe sido remetido, pois tomei a assinatura no começo do ano.

Sempre seu amigo, com muita estima e afet^o

Seu amigo obr^o

Mário de Alencar.

Carta assinada "Mário de Alencar"; datada "Rio, 13 de Março de 1918"; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana, pautado; 1 folha; 27,2 x 20 cm.

⁵⁷ ALENCAR, Mário de. "Flor do campo". *Revista do Brasil*, p. 257-274, mar. 1918.

⁵⁸ A pesquisa não localizou cartas a José de Alencar nos meses de março e abril da *Revista do Brasil*. No número de maio foram publicadas as cartas de João Duarte Lisboa Serra (8 mar. 1855), L. Pedreira (28 dez.1855), Justiniano José da Rocha (sem data) e Silva Ferraz (17 fev. 1856; 23 jun. 1858).

⁵⁹ ALENCAR, Mário de. "Flor do campo". *Revista do Brasil*, p. 131-145, fev. 1918.

⁶⁰ No texto: "desmodados".

16. ALENCAR, Mário de. 22 abr. 1918.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1918.

Prezado Amigo Dr. Plínio Barreto.

Recebi a sua carta de 17. O recibo da *Revista dos Tribunais* é necessário, não por desconfiança da *Revista*, mas por conveniência da escrituração da Biblioteca. O diretor da Secretaria é que tem o encargo das contas, e eu costumo sempre mandar-lhe o documento das despesas da Biblioteca.

O meu trabalho *José de Alencar político* está interrompido⁶¹, enquanto me liberto de várias leituras importunas, mas forçosas, entre outras a dos romances a prêmio na Academia, de cuja comissão julgadora faço parte. Não me esqueço do meu compromisso; para cumpri-lo só preciso de sossego e de saúde.

Vejo que foi um absoluto insucesso a publicação da minha narrativa *Flor do campo*. Serve porém para curar-me de um velho engano, que a bondade dos amigos alimentava com a indulgência do juízo, mais de piedade que de crítica. Eu mesmo não podia julgar-me, e por um erro comum à paternidade inclinava-me a criar com mimo os aleijões da minha insuficiência literária. Reconhecida enfim como tais, o meu amor próprio evitará que os vejam os olhos estranhos.

Domício da Gama prometeu-me um trabalho para a *Revista*⁶², com a qual me diz que simpatiza muito. Também o Bilac vai mandar-lhe 5 sonetos belíssimos, os últimos feitos⁶³. Como são boas notícias, tenho prazer em dar-lhas, sem compensação de que eu mesmo não possa dar.

Um abraço do am^o e admor.

Mário de Alencar.

Carta assinada "Mario de Alencar"; datada "Rio, 22 de Abril de 1918"; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana, pautado; 1 folha; 27,1 x 19,9 cm.

⁶¹ Ver nota 24.

⁶² Não há outro trabalho assinado por Domício da Gama na *Revista do Brasil*, referente ao período de janeiro de 1916 a agosto de 1918.

⁶³ Os sonetos "Os monstros"; "Os goiasis"; "Os matuiús"; "Os curinqueãs" e "As amazonas", publicados na *Revista do Brasil* em maio de 1918 (p. 39-42), constituem o conjunto denominado "Diziam que", o qual foi incluído no livro *Tarde* de 1918.

17. ALENCAR, Mário de. 24 jun. 1918.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 1918.

Prezado Dr. Plínio Barreto.

Que pena tenho eu de não ter estado na Biblioteca no dia em que ali o Sr. me procurou! Fora a sua visita uma surpresa agradabilíssima, a satisfação de um desejo de 2 anos, desde que começou a nossa correspondência, e me senti preso cada vez mais pela sua gentileza. Talvez não lhe dissesse de viva voz a minha simpatia e o meu apreço, mas estou certo que eles se irão mantendo pelo tempo afora como são cordiais e definitivos. Nunca me esquecerei das bondades e do estímulo recebido da sua comunicação, e como esta resultou da *Revista do Brasil*, compreenderá o desgosto que me dá a notícia de a ter deixado. Tinham-me falado nisso e eu não lhe dei crédito, por me parecer que a prosperidade da *Revista* devia animar os seus fundadores a continuarem a empresa já garantida pelo seu êxito inicial. Vejo, porém, que foram as suas conveniências pessoais que lhe impuseram esse afastamento, e só me cabe lamentar que a *Revista* fique privada da sua direção, a que ela deveu tudo, e eu o seu conhecimento e simpatia⁶⁴.

⁶⁴ Sobre a mudança na propriedade da *Revista do Brasil* em 3 de junho de 1918, encontramos ao término do número de junho a seguinte carta de Ricardo Severo, presidente da diretoria da Sociedade anônima *Revista do Brasil*: “Meus amigos: Tendo sido chamado ao Rio, não me foi possível assistir à sessão extraordinária da Soc. Anônima *Revista do Brasil* convocada para o dia 20 do corrente.// Teria aprovado francamente a proposta Monteiro Lobato e teria cumprido um dever, chamando a atenção dos acionistas para o trabalho de redação e gerência, salientando o valoroso esforço dos que deram à *Revista do Brasil* o impulso e direção que a colocam na situação de evidente realce em que se encontra.//Cumpriria ainda o dever de esclarecer sumariamente a situação perante a proposta apresentada. Simples é o caso. Houve um erro original na organização da empresa erro apenas sob o ponto de vista da sua textura financeira.//Parece-me que não deveríamos ter-nos congregado em coletividade anônima, de capital parcelado em pequenas quotas de numerosos acionistas, e porque, das dificuldades que sobrevieram para, integralização do capital social, provieram as primeiras e continuas dificuldades da vida financeira desta empresa de literatos.//Deveria, quando muito, ter-se constituído sob forma de parceria ou grupo mínimo de associados que desde o começo realizasse o capital-base, necessário à edição dos primeiros tomos, e aguardasse pacientemente o equilíbrio comercial correspondente ao brilhante sucesso literário da revista.//Como, porém, assim não foi desde o princípio, avolumou-se extraordinariamente o passivo, sem que o capital social concorresse senão com uma reduzida porcentagem: e desta sorte estabeleceu-se o desequilíbrio que embaraçava o desenvolvimento comercial da empresa.//Com a unidade de ação e de responsabilidade, individualizando-se a iniciativa e dando-lhe a liberdade pessoal que não compete a um anonimato de limitado campo, certo estou de que a nossa *Revista* progredirá, conquistando mais espaço no vasto meio brasileiro e mais glória entre as iniciativas literárias deste tempo.//O proponente Monteiro Lobato tem os requisitos para realizar este ‘desideratum’. Podemos confiar-lhe o pendão desta nossa cruzada que, nem por ser platônica deixa de representar um empreendimento literário de notoriedade, um ato real de revigoração das letras brasileiras. M. Lobato será um continuador leal, com fé e entusiasmo, tomando o encargo com a obstinação quixotesca de prosseguir um ideal, assim como nós outros; e se isto não é um sinal do pragmatismo de atualidades representa ao menos uma afirmativa de vigorosa ação, é uma rutilante emanção do nosso espírito étnico.//Cumpre, porém, que nomeadamente se denuncie à consagração dos nossos companheiros a dedicação de Plínio Barreto, zeloso e assíduo redator-chefe, que não regateando o seu esforço, totalmente se devotou à sua espinhosa missão, sem outra paga que não seja a glória da obra executada, do labor bem cumprido. E deve assinalar-se a operosa colaboração do secretário-gerente Pinheiro Júnior que movimentou a *Revista* desde a tipografia até ao difícil mercado das letras: e a atitude amiga do *Estado de S. Paulo* com a franca propaganda de sua vasta publicidade, com a hábil e constante colaboração das suas oficinas.//E pelo que todos havemos feito a bem das letras brasileiras – simples colaboradores acionistas – dar-nos-emos por satisfeitos com a série de tomos publicados

Continuarei a prezá-la e a servi-la, mas com saudade⁶⁵. O que vale é que o seu substituto é Monteiro Lobato, cujo talento foi revelado pela *Revista*, e é como um filho da casa, terá o natural amor à publicação que o consagrou notabilíssimo escritor⁶⁶. Continua também o simpático Dr. Pinheiro Júnior, e a impressão é de que não houve mudança. Mas o Sr. fará falta, particularmente aos que, como eu, esperávamos que a *Revista* lhe desviasse o talento de quando em quando dos contos forenses para os trabalhos literários, de que deu excelentes provas.

Um abraço afetuoso de seu admirador e amigo

Mário de Alencar.

Carta assinada “Mario de Alencar”; datada “Rio, 24 de junho de 1918”; autógrafo a tinta preta; papel creme, pautado; 1 folha; 25,7 x 20 cm.

da *Revista do Brasil*, que constituem em sua formação global uma obra de mérito e de patriotismo, que é de todos nós, de nosso justo orgulho.//Aos amigos, o meu muito saudar.//S. Paulo, 22 de Maio de 1918.//Ricardo Severo.//Em consequência dessa transferência deixou o lugar de redator-chefe da *Revista do Brasil* o Dr. Plínio Barreto, que desde o seu início, em 1916, a vinha dirigindo com o superior critério e a alta inteligência que lhe são característicos, continuando o Dr. Pinheiro Júnior como secretário-gerente. Na mesma assembleia foi proposto e aprovado unanimemente um voto de agradecimento e louvor aos Srs. Drs. L. P. Barreto, Júlio de Mesquita e Alfredo Pujol, antigos diretores da *Revista*, e também ao jornal *O Estado de S. Paulo*, pelos relevantes serviços prestados a esta publicação” (*Revista do Brasil*, p. 215-216, jun. 1918).

⁶⁵ Mário de Alencar continua a colaborar normalmente na revista mesmo após a saída de Plínio Barreto. No número de junho apresenta cartas do Arquivo de José de Alencar; em agosto divulga poemas; em novembro estampa outro lote de cartas.

⁶⁶ Monteiro Lobato permaneceu à frente da *Revista do Brasil* até a sua falência, em março de 1925.

18. LESSA, Pedro⁶⁷. 11 dez. 1915.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1915.

Prezado am^o, Dr. Plínio Barreto.

Sabendo quanto é ocupado, não me animaria a escrever-lhe esta, se não fosse uma resposta à sua de 3 deste mês.

Creio, pelo que ouvi aí no começo do ano, que o programa da *Revista do Brasil* é complexo e amplo: abrange ciências, letras, política, indústrias, tudo. Se é assim, remeto-lhe este artigo para o primeiro número⁶⁸. Penso que ainda há tempo de compô-lo. O artigo só tem o mérito da atualidade e de exprimir uma convicção minha, correspondente a uma necessidade presente do país. Haverá ainda tempo de imprimi-lo?

Minhas respeitosas visitas à ex^{ma}. senhora

Do ad^{or} e am^o ob^{mo}

Pedro Lessa.

Carta assinada “Pedro Lessa”; datada: “Rio, 11 de Dezembro de 1915”; autógrafo a tinta preta; branco, filigrana, pautado; 1 folha; 27,9 x 21,6 cm.

⁶⁷ Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859 – 1921), orador, professor e advogado carioca. Em 1888 foi nomeado professor catedrático na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1910, entrou para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a Cadeira nº 11, sucessor de Lúcio de Mendonça. Foi um dos fundadores da Liga da Defesa Nacional, criada em setembro de 1916. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou, entre outros estudos, *É a história uma ciência?*, ensaio (1900); *Dissertações e polêmicas: estudos jurídicos* (1909); *Estudos de filosofia do direito* (1912); *O determinismo psíquico e a imputabilidade e responsabilidade criminais* (1915); *Discursos e conferências* (1916).

⁶⁸ “O preconceito das reformas constitucionais” de Pedro Lessa é o primeiro artigo do número inicial da revista. Neste texto, Lessa critica a ideia de uma reforma constitucional em tempos de crise, pois, segundo o autor, “são os recursos prediletos das nações fracas, incapazes – por sua falta de educação e de energia – de um bom governo prático” (p.6). A partir desta argumentação, apresenta momentos de nossa história política desde o tempo da colônia, com o intuito de provar que “não há forma de governo, que tenha a eficácia de amparar uma nação e preservá-la dos males oriundos da incapacidade e da imoralidade dos homens que a governam, da ausência de patriotismo e dos mais elementares predicados para o exercício dos cargos públicos” (p.10).

19. LESSA, Pedro. 09 fev. 1916.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1916.

Prezado am^o, Dr. Plínio Barreto.

O Mário de Alencar está numa fazenda em Minas. Uma cunhada dele, que ficou aqui, no Rio, na casa do Mário, telefonou ontem para esta sua casa. Dizendo que tinha transmitido o meu pedido ao Mário, e que aguardava a resposta. Li nos jornais que o Mário está escrevendo um romance⁶⁹.

Logo que receba a resposta, escrever-lhe-ei.

Entreguei minha conferência ou estudo, sobre o Varnhagen, ao *Jornal do Comércio*, para irem imprimindo com vagar e poderem dar-me, uma ou mais provas, o que é indispensável – atenta a minha belíssima caligrafia. Vou pedir uma prova para lhe remeter. Mas, francamente creio que à *Revista do Brasil* não convém publicar esse trabalho por ser muito longo. Tornaria a renda muito monótona; pois ocuparia quase todo o número. É o que me parece com toda a franqueza. Talvez, valha a pena publicar alguns trechos⁷⁰. É o que pretendo fazer no dia da sessão comemorativa de Varnhagen: está combinado que lerei somente uma terça parte do estudo.

Até breve.

Do col^a e am^o [ilegível] e ad^{or}

Pedro Lessa.

Carta assinada “Pedro Lessa”; datada: “Rio, 9 de fevereiro de 1916”; autógrafo a tinta preta; branco, pautado; 2 folhas; 20 x 12,5 cm.

⁶⁹ O único romance publicado por Mário de Alencar foi *O que tinha de ser*, em 1912.

⁷⁰ No número de fevereiro da *Revista do Brasil* encontra-se o artigo “Francisco de Varnhagen” de Armando Prado (p.139-159).

20. LESSA, Pedro. 02 out. 1916.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1916.

Prezado am^o, Dr. Plínio.

Logo que recebi sua carta de 24 do mês passado, tratei de me desempenhar da incumbência.

O Medeiros⁷¹ a princípio dizia que o trabalho da *Noite* lhe absorve todo o tempo, e que por isso não podia aceitar. Afinal declarou que se incumbe do artigo sobre crítica mensal, e não faz questão da remuneração, ou antes deixou isso ao seu alvitre.

O Tobias Monteiro acha muito difícil escrever um artigo mensal que preste ou interesse sobre a nossa política. Diz que vai ensaiar, escrever um para amostra e que por estes dias me dá a resposta⁷².

Aí está o que consegui.

Se quiser, escreva agora diretamente ao Medeiros. É o melhor; pois, assim combina diretamente com ele tudo o mais, isto é, a retribuição, o dia da remessa do artigo, etc.

Logo que tenha a resposta definitiva do T. Monteiro, escrever-lhe-ei.

Do col^a e am^o mto. afet^o

Pedro Lessa.

Carta assinada “Pedro Lessa”; datada: “Rio, 2 de outubro de 1916”; autógrafo a tinta preta; branco, filigrana, pautado; 2 folhas; 17,6 x 11,4 cm.

⁷¹ Possivelmente Maurício de Medeiros (1885 – 1966), médico, professor, escritor e político carioca. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1955. Irmão de Medeiros e Albuquerque. Colaborou em periódicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre os quais a *Gazeta de Notícias*, *Correio Paulistano*, *A Gazeta*, *A Noite*, *Correio da Manhã* e *Diário Carioca*. Envolvendo-se na política, foi eleito deputado estadual do Rio de Janeiro em 1916 e deputado federal em 1921; voltou a ser eleito para a Câmara dos Deputados em 1927 e 1930.

⁷² Sobre este assunto ver carta de Mário de Alencar em 10 ago. 1916.

21. LESSA, Pedro. 15 out. 1916.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1916.

Prezado amigo Dr. Plínio Barreto.

Só agora recebi a resposta definitiva de Tobias Monteiro. Não pode escrever o artigo mensal sobre política. Como ele me havia dito que ia ensaiar escrevendo um e enviando-o à *Revista do Brasil*, como amostra, a conclusão que tive da sua recusa, é que não pôde escrever nenhum. Isso deve consolá-lo da perda, ou antes, da falta de aquisição.

Não recebeu minha carta acerca do Medeiros? Já combinou com ele?

Do col^a mt^o am^o

Pedro Lessa.

Carta assinada "Pedro Lessa"; datada: "Rio, 15 de outubro de 1916"; autógrafa a tinta preta; branco, filigrana, pautado; 2 folhas; 18 x 10,9 cm.

22. LESSA, Pedro. 18 dez. 1916.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1916.

Prezado am^o, Dr. Plínio.

Apresento-lhe pessoalmente, ou, se o apresentado não for aí, pelos seus escritos, o meu ilustre colega e amigo Dr. Francisco Badaró, que foi nosso ministro junto da Santa Sé, como sabe⁷³. O Dr. Badaró quer publicar na *Revista do Brasil* uns trabalhos sobre *caso de caça*, e sobre *a fauna brasileira*. A matéria, porém, deve interessar muito a um grande número de leitores da revista, pelo que nada mais precisa dizer⁷⁴.

Do col^a e am^o, mt^o affect^o

Pedro Lessa.

Carta assinada “Pedro Lessa”; datada: “Rio, 18 de dezembro de 1916”; autógrafo a tinta preta; creme, filigrana, pautado; 2 folhas; 18,2 x 13,1 cm.

⁷³ Francisco Coelho Duarte Badaró (1860–1921) romancista, orador, jornalista, advogado e político mineiro.

⁷⁴ BADARÓ, F. “Cães e veados”. *Revista do Brasil*, p. 147-150, fev. 1917.

23. LESSA, Pedro. 20 dez. 1916.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1916.

Prezado amigo, Dr. Plínio.

Neste momento não me é possível escrever para a *Revista do Brasil*. O trabalho é extraordinário. Temos tido até quatro sessões por semana o que não deixou quase tempo algum para o estudo dos autos.

Envio-lhe um artiguete aqui publicado por uma revista *A Escola Primária*, e peço-lhe que o faça publicar na *Revista do Brasil*⁷⁵, no *Estado de S. Paulo* e em quantos jornais mais for possível, aí no Estado de S. Paulo.

Lendo o artiguete, verá a razão de meu pedido.

Do col^a, am^o afet^o e ad^{of}.

Pedro Lessa.

Carta assinada "Pedro Lessa"; datada: "Rio, 20 de dezembro de 1916"; autógrafo a tinta preta; creme, filigrana, pautado; 2 folhas; 18,2 x 13,1 cm.

⁷⁵ O artigo não foi publicado na *Revista do Brasil*.

24. LESSA, Pedro. 08 mar. 1917.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1917.

Prezado am^o, Dr. Plínio

De Lambari fui obrigado a regressar para esta cidade, por se ter agravado repentinamente a moléstia, grave e longa, de que sofre meu pai, com 84 anos de idade.

Creio que nestas férias não poderei ir a S. Paulo.

Em Lambari comecei a escrever o artigo para a *Revista do Brasil*, a que aludia em minha última carta, exagerando por ganja e interesse que ele devia despertar⁷⁶. Nesta incluo e remeto, para que a publique, se valer a pena. A linguagem poderá parecer um pouco forte e destoante da de uma revista; mas, como digo no artigo, os fatos sintetizados são produtos de uma [ilegível] imparcial e feita de acordo com o método positivo. O médico não pode deixar de descrever os fenômenos patológicos mais repugnantes. Em todo caso se lhe parecer muito forte o artigo, devolva-mo.

É um complemento do que saiu na 1^a semana da revista.

Se se resolver a publicá-lo, peço-lhes que faça a revisão com o máximo cuidado.

Se puder, escreverei por estes dias outro artigo, este sobre o Lafaiete. Não sei se a moléstia de meu pai mo consentirá⁷⁷.

Do col^a, am^o affe^{so}.

Pedro Lessa.

Peço todo o cuidado com a correção; pois, a letra está péssima, como vê.

Carta assinada "Pedro Lessa"; datada: "Rio, 8 de março de 1917"; autógrafo a tinta preta; branco, pautado; 1 folha; 27,5 x 22,5 cm.

⁷⁶ Lessa, Pedro. "Os preconceitos das reformas constitucionais". *Revista do Brasil*, p. 351-365, abr. 1917.

⁷⁷ Pedro Lessa não dedicou artigo a Lafaiete Rodrigues Pereira (Labiéno), na *Revista do Brasil*.

25. LIMA, Alceu Amoroso⁷⁸. 10 jul. 1916.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1916.

Dr. Plínio Barreto.

Tomo a liberdade de enviar-lhe esse meu artigo⁷⁹, esperando que não seja indigno das colunas de sua jovem e já esplêndida *Revista*. Foram notas coligidas em viagens, e que têm, por todo o nosso Brasil, uma confirmação geral. Se só se deve escrever, tendo alguma coisa a comunicar, penso que o meu pequeno trabalho tem a sua desculpa na sincera indignação com que foi escrito.

Esperando o seu gentil acolhimento, sou, com muita consideração

M^o Ad^{or}.

A. Amoroso Lima.

Carta assinada “A. Amoroso Lima”; datada: “Rio, 10 – VII - 916”; autógrafo a tinta preta; papel verde, pautado; 1 folha; 25,5 x 19,9 cm.

⁷⁸ Alceu Amoroso Lima (1893 – 1983), professor, crítico e historiador literário carioca; membro da Academia Brasileira de Letras em 1935. Manteve com Jackson de Figueiredo, líder católico, um debate intelectual intenso que resultou na sua conversão ao catolicismo em 1928, definindo sua evolução intelectual. Após a morte de Jackson, assume a direção do Centro D. Vital e da revista *A Ordem*, tornando-se o líder da inteligência católica no Brasil. Adotou o pseudônimo Tristão de Ataíde, ao se tornar crítico de *O Jornal* em 1919. Publicou, entre outros livros, *Estudos* (em cinco séries) (1927-1933); *Política* (1932); *Elementos de ação católica* (1938); *Mitos de nosso tempo* (1943); *O problema do trabalho* (1946); *Meditações sobre o mundo interior* (1953); *O existencialismo e outros mitos de nosso tempo* (1951); *Memórias improvisadas* (1973); *Os direitos do homem e o homem sem direitos* (1975); *Revolução suicida* (1977); *Tudo é mistério* (1983).

⁷⁹ “Pelo passado nacional”. *Revista do Brasil*, p. 1-15, set. 1916. Neste artigo, Alceu Amoroso Lima chama a atenção para o abandono de muitos locais e monumentos históricos brasileiros, alguns já destruídos, como a Igreja do Colégio de São Paulo, demolida para a construção do palácio do Governo. O autor enfatiza que “somos um povo em infância, somos nós os fazedores do passado, não há dúvida, mas não poderemos levar avante a nossa missão se desprezarmos o que para nós constitui o passado da pátria. A perspectiva das origens é um elemento primordial dos povos em formação; e é pela memória do passado que deve começar a obra da construção nacional”. Segundo o autor, a missão de todo o brasileiro é reunir os materiais que possibilitam a compreensão do “espírito nacional, em todas as manifestações de sua atividade”.

26. LIMA, Alceu Amoroso. 17 jul. 1916.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1916.

Ex^{mo}. Sr.

Dr. Plínio Barreto.

Agradeço-lhe as referências ao meu artigo, e a promessa de publicá-lo em sua *Revista*⁸⁰.

Escrevi para Minas, a ver se obtenho fotografias dos velhos monumentos tradicionais mineiros⁸¹, e espero resposta para poder responder-lhe; espero poder fazê-lo dentro de uns oito dias.

Com respeito e considerã^o

A. Amoroso Lima.

Carta assinada "A. Amoroso Lima"; datada: "Rio. 17 – VII - 916"; autógrafo a tinta preta; papel verde, pautado; 1 folha; 25,5 x 19,9 cm.

⁸⁰ O artigo aqui referido é "Pelo passado nacional", *Revista do Brasil*, set. 1916.

⁸¹ As imagens presentes no artigo são as das Igrejas do Rosário e S. Francisco e da Casa do Contrato, localizadas em Diamantina, Minas Gerais.

27. LIMA, Alceu Amoroso. 23 jul. 1917.

Rio de Janeiro, 23 de julho 1917.

Prezado Dr. Plínio Barreto.

Comunicou-me o Dr. Souza Bandeira, cujo estado de saúde, infelizmente, inspira bem sérios cuidados, a gentileza da referência ao meu nome, em uma sua carta. Correspondendo à sua delicada lembrança, envio-lhe algumas páginas sobre um assunto, que me parece merecer atualmente a atenção de todo brasileiro⁸². O que a esse respeito escreveu o Oliveira Viana, no último número da *Revista*, aumentou a consciência no desvalor do meu artigo, que só desculpa o já estar escrito, quando li *As populações meridionais do Brasil*⁸³. Entrego-o à sua benevolência, a qual, mais uma vez se recomenda.

Seu am^o ob^o

A. Amoroso Lima.

Carta assinada "A. Amoroso Lima"; datada: "Rio - 23 - VII - 917"; autógrafo a tinta preta; papel branco, pautado; 1 folha; 27,5 x 21,1 cm.

⁸² "O êxodo". *Revista do Brasil*, p. 30-39, set. 1917. No artigo Alceu Amoroso Lima defende o conceito de "nacionalismo agrário", demonstrando que o fortalecimento da nação depende da migração rumo ao interior, pois, segundo ele, as fortunas mais úteis à economia de um país são as fortunas rurais, lentamente adquiridas, estáveis e fecundas. "É a terra que nos vai fornecer o elemento físico da raça futura, a refluir poderosamente sobre o elemento moral. Sua vida rude no descampado permitiu as virtudes dos nossos vários tipos nacionais; a cidade apura a inteligência, mas o campo enrija o corpo. E só uma raça sadia pode ser uma raça superior". Segundo Alceu, a formação de grandes famílias, núcleos de coesão nacional, só pode nascer da volta à terra, pois no campo "a vida corre numa quase identidade de interesses e objetivos entre senhores e empregados, e as paixões não chegam a sazonar. É a atmosfera das fábricas, o ar viciado das minas, o calor da fornalha das máquinas que esgota a saúde e irrita as ambições comprimidas". Por este motivo, para o ensaísta, São Paulo vai se apresentando como futuro polo irradiador do novo movimento intelectual do Brasil, pois vive o germinar do regionalismo, desfrutando de metade da fortuna nacional, possuindo uma aristocracia da terra. Este "regionalismo, em vez de abafar o nacionalismo, lhe insufla novo vigor". Para Alceu, o século XX é o século de São Paulo, devido ao desbravamento cada vez maior da terra, aumentando a produção do Estado. "Tanto mais homens partirem para os campos, tanto mais inteligência se empregar no cultivo destes, quanto maior será o fruto do nosso capital". Para Alceu, a migração para o interior beneficiaria a "formação do gosto nacional".

⁸³ VIANA, Oliveira. "Populações meridionais do Brasil". *Revista do Brasil*, p. 129-146, jun.; 415-427, ago. 1917. O ensaio tem pontos de contato com o artigo de Alceu Amoroso Lima, em "O êxodo". Oliveira Viana discorre sobre a tendência à ruralização da aristocracia brasileira, tendência que, para ele, se vê em quase toda a história brasileira, excluindo-se tão somente o período referente ao século XIX, caracterizado pelas modificações provocadas pela vinda da Família Real portuguesa. A implantação, no Brasil, da Corte lusitana rompe com a antiga estrutura nacional, pois atraiu para a cidade do Rio de Janeiro muitos aristocratas.

28. LIMA, Alceu Amoroso. 8 ago. 1917.

Caro am^o Dr. Plínio Barreto.

Terei a máxima honra em escrever algumas palavras, com a lembrança do meu amigo Dr. Souza Bandeira⁸⁴, já tendo transmitido à família deste os pêsames, que tão delicadamente enviou.

Não lhe chegou às mãos um pequeno artigo meu⁸⁵, que há uns oito dias lhe remeti, sob registo? Interessa-me sabê-lo.

Disponha do am^o e ad^{or}.

A. Amoroso Lima.

P.S. As palavras sobre Souza Bandeira irão até o fim da semana.

Rio de Janeiro, 8 de agosto 1917.

Cartão de visita assinado "A. Amoroso Lima"; datada: "Rio - 8 - VIII - 917"; autógrafo a tinta preta; papel branco; timbrado "ALCEU AMOROSO LIMA."; 1 folha; 5,4 x 9,1 cm.

⁸⁴ "Souza Bandeira". *Revista do Brasil*, p. 427-430, ago. 1917. Neste texto, o autor comenta a bibliografia de Souza Bandeira e seu trabalho como orador e crítico. Define a obra do escritor nascido em Recife como "um lento itinerário para o nacionalismo. Iniciada sob a inquietação filosófica, encaminhou-a o interesse literário, vindo afinal a firmar-se na preocupação nacional".

⁸⁵ O artigo "O êxodo" foi publicado na *Revista do Brasil*, no número referente ao mês de setembro de 1917.

29. LIMA, Manuel de Oliveira⁸⁶. 12 jan. 1917.

Parnamirim, Pernambuco

12 de janeiro de 1917.

Meu caro Sr. Dr. Plínio Barreto:

mando-lhe, p. o seu n° de fev. (da *Revista do Brasil*), algumas das notas⁸⁷ q̄ me pareceram muito interessantes e q̄ muito facilmente podiam ser entendidas sem o texto da edição q̄ estou preparando da *Hist. da Revolução de 1817* do Pe. Muniz Tavares, a sair a 6 de março de 1917⁸⁸. Diga-me se quer algumas notas mais p. o n° de março. Talvez estas sejam suficientes. A edição é do Instituto Arqueológico.

Creia-me sempre att^e.

M. de Oliveira Lima.

Carta assinada “M. de Oliveira Lima”; datada: “Parnamirim, Pernambuco/12 janeiro de 1917”; autógrafo a tinta preta; papel creme, pautado, filigrana; 2 folhas; 20,3 x 12,6 cm.

⁸⁶ Manuel de Oliveira Lima (1867 – 1928), historiador, diplomata e embaixador nascido em Recife. Sua obra se caracteriza por um ardente brasileirismo ou afirmação da nacionalidade. Publicou, entre outros, *Aspectos da literatura colonial brasileira* (1896); *La Langue portugaise, La Littérature brésilienne* (1909); *Machado de Assis et son oeuvre littéraire* (1909); *O movimento da Independência*; *Aspectos da história e da cultura do Brasil* (1923).

⁸⁷ “A revolução pernambucana” foi publicada no número de fevereiro de 1917 da *Revista do Brasil*. (p. 115-132). No artigo, o autor divulga notas de sua autoria para o livro *História da revolução de Pernambuco*, de Francisco Muniz Tavares.

⁸⁸ TAVARES, Francisco Muniz. *História da revolução de Pernambuco em 1817*: Terceira edição comemorativa do 1º centenário, revista e anotada por Oliveira Lima. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

30. LIMA, Manuel de Oliveira. 14 jan. 1917.

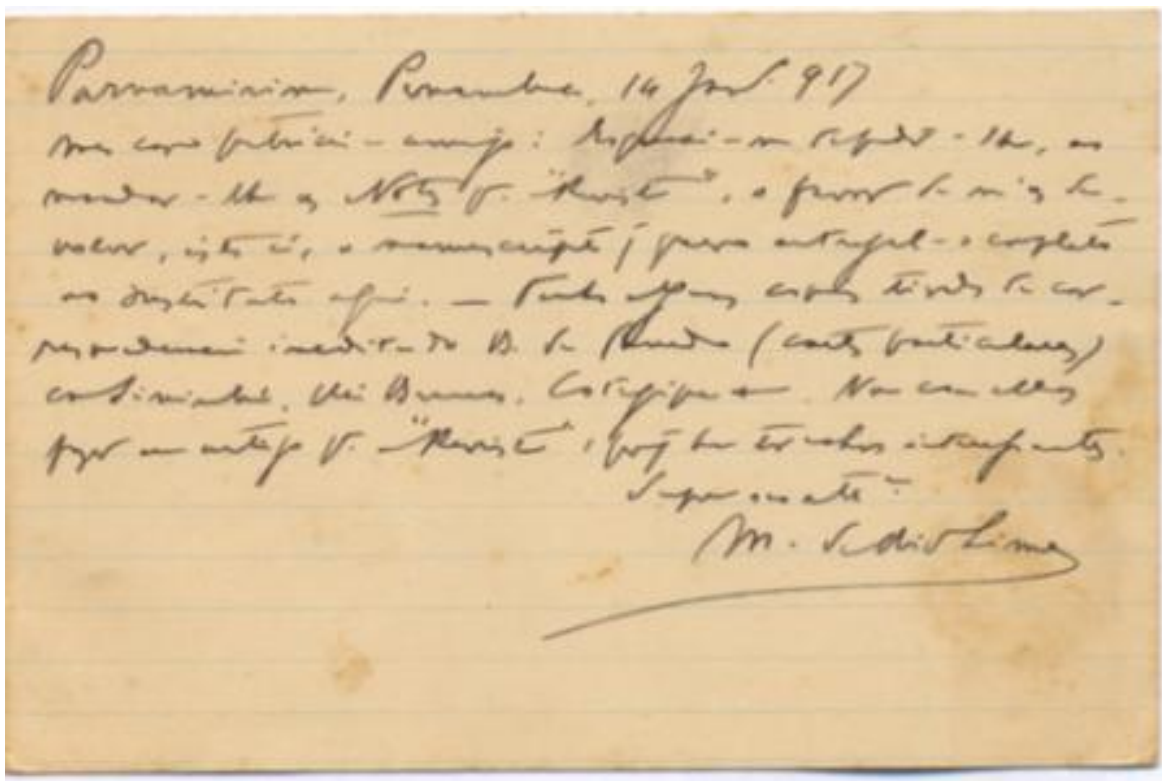
Parnamirim, Pernambuco, 14 de janeiro de 1917.

Meu caro patrício e amigo: esqueci-me de pedir-lhe, ao mandar-lhe as *Notas* p. a *Revista* o favor de m'as devolver, isto é, o manuscrito q̄ quero entregá-lo completo ao Instituto aqui.

Tenho algumas cópias tiradas da correspondência inédita do B. de Penedo (cartas particulares) [trecho ilegível], Cotegipe. Vou com elas fazer um artigo⁸⁹ p. a *Revista*, porq̄ tem trechos intrigantes.

Sempre seu att^c.

M. de Oliv. Lima.



Parnamirim, Pernambuco, 14 Jan. 917
Meu caro patrício e amigo: esqueci-me de pedir-lhe, ao mandar-lhe as *Notas* p. a *Revista*, o favor de m'as devolver, isto é, o manuscrito q̄ quero entregá-lo completo ao Instituto aqui. — Tenho algumas cópias tiradas da correspondência inédita do B. de Penedo (cartas particulares) [trecho ilegível], Cotegipe. Vou com elas fazer um artigo⁸⁹ p. a *Revista*, porq̄ tem trechos intrigantes.
Sempre seu att^c.
M. de Oliv. Lima

Carta assinada “M. de Oliv. Lima”; datada: “Parnamirim, Pernambuco, 14 Jan. 917”; autógrafo a tinta preta; papel branco, pautado; 1 folhas; 9,1 x 14,2 cm.

⁸⁹ O artigo “O copiadador do barão de Penedo” foi publicado na *Revista do Brasil*, no número de maio de 1917, p. 19-32.

31. LIMA, Manuel de Oliveira. 28 fev. 1917.

Parnamirim, Pernambuco

28 de fevereiro de 1917.

Meu caro amigo Sr. Dr. Plínio Barreto:

o *Estado de S. Paulo* vai publicar a 6 de março (data do centenário) a conferência ou antes discurso q̄ eu aqui vou pronunciar, no Teatro de Santa Isabel, como orador oficial, na sessão solene comemorativa da Revolução⁹⁰. O governo da Paraíba convidou-me a assistir às festas comemorativas da mesma revolução na antiga capitania, de 13 a 17 do corr^{te}, e a fazer no dia 16 uma conferência a respeito. Naturalmente essa conferência *não* será a mesma q̄ aqui vou fazer. Tenho [ilegível] trabalhado nela e penso q̄ me resultará [ilegível] o melhor do movimento q̄ terei feito. Acudiu-me por isso mandá-la p. a *Revista*⁹¹, se não achar q̄ é demais sobre o assunto podendo o n^o. deste mês trazer algumas das minhas anotações. No cap. comentário, em que acho q̄ vale a pena inscrever essa conferência, mande dizer-me pelo telégrafo:

Oliveira Lima, Parnamirim

Pernambuco

Mande Plínio

Espero q̄ terá recebido o artigo sobre o copiadador do Penedo⁹². Mais tarde mandar-lhe-ei o q̄ eu escrevi sobre Harvard e meu professorado ali⁹³. Creia-me sempre

m^{to} att^c. [af^o]

M. de Oliveira Lima.

Carta assinada “M. de Oliveira Lima”; datada: “Parnamirim, Pernambuco/28 de fev. de 1917”; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana; 2 folhas; 20,4 x 12,2cm.

⁹⁰ A pesquisa não localizou o referido artigo, porém a conferência foi publicada na *Revista do Brasil* com o título de “Centenário da Revolução de 1817”, em março de 1917. Na conferência, o autor esclarece que o movimento não foi localista, mas nacional, sendo uma iniciativa prática em prol da Independência brasileira. Comentando as características democráticas do movimento, Oliveira Lima demonstra que a principal problemática do movimento foi a escravidão, assunto que dividia os revolucionários, tema já explorado por Muniz Tavares.

⁹¹ LIMA, Oliveira. “A revolução de 1817”. *Revista do Brasil*, p. 431-443, abr. 1917.

⁹² “O copiadador do barão de Penedo”. *Revista do Brasil*, p. 19-32, maio 1917. Oliveira Lima utiliza fragmentos de cartas enviadas pelo B. de Penedo, advogado e diplomata que representou o Brasil nos Estados Unidos, Londres, Paris e Roma, para comentar momentos da nossa política exterior: a intromissão da Inglaterra nos negócios brasileiros e a interferência do Brasil nos negócios platinos.

⁹³ LIMA, Oliveira. “O meu professorado em Harvard”. *Revista do Brasil*, p. 154-177, jun. 1917. Oliveira Lima fornece impressões sobre o período em que foi professor na Universidade de Harvard, informando que outros professores latino-americanos também exerceram a docência, na mesma época, em universidades americanas. As principais referências ao trabalho docente recaem sobre as relações entre os alunos e os cursos bem como entre professores e alunos. Após discorrer sobre a sua atuação na Universidade, Oliveira Lima deixa comentários sobre o momento da guerra e os confrontos mundiais com os alemães, ocorridos inclusive em São Paulo. Elucidando o seu prazer em discutir temas relacionados à história americana, esclarece que não mais se deve seguir, no Brasil, padrões europeus, mas sim o de uma “alma americana”, pois a Europa não representaria mais o modelo de luz, mas sim o de decadência e trevas.

32. LIMA, Manuel de Oliveira. 23 mar. 1917.

Parnamirim, Pernambuco

23 de março de 1917.

Meu prezado amigo Sr. Dr. Plínio Barreto.

Recebi a sua de 12 do corrente e recebi também o n° da *Revista* de fev. O que não recebi foi o seu telegrama, de que me fala na referida carta: tanto assim que dei a conferência do Teatro S¹⁰ Ruy (na Paraíba) à *União* de ali para a publicar. Como, [ilegível], uma publicação feita na Paraíba deixa a obra semivirgem, apesar de feita no jornal do Carlos D. Fernandes⁹⁴, q̄ é [trecho ilegível] um homem da Renascença pagã, em mandar-lhe esse quase original, assim q̄ o receber impresso. [ilegível] o meu amigo o q̄ quiser: publicá-lo-á ou não, segundo melhor entender. A conferência, conforme verá, é diferente da de Pernambuco, e completa a outra. Se tivesse recebido o seu telegrama, a pobrezinha ficaria no maior recato⁹⁵.

Não me disse em sua carta se lhe agradou a ideia de um artigo sobre o meu semestre de professor em Harvard⁹⁶. Ficaria isso p. julho ou agosto p. não infligir aos seus leitores demasiado da m^a prosa.

Mandei-lhe há dias o volume do centenário⁹⁷ q̄ espero terá recebido. Creia-me sempre com a maior estima e apreço,

Seu at^o. confr. col. am^o.

M. de Oliveira Lima.

P.S. Penso q̄ o artigo sobre o “Copiador do B. de Penedo” já chegou às suas mãos.

Carta assinada “M. de Oliveira Lima”; datada: “Parnamirim, Pernambuco/23 de março de 1917”; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana; 2 folhas; 20,4 x 12,4 cm.

⁹⁴ Carlos Dias Fernandes (1875 – 1942), jornalista, romancista e poeta paraibano.

⁹⁵ A conferência realizada na Paraíba, em 16 de março, foi publicada no mês seguinte na *Revista do Brasil*, com o título “A revolução de 1817”. No texto, Oliveira Lima procura demonstrar a feição idealista da Revolução Pernambucana e o seu reflexo na Revolução Paraibana; para ele, ambas espelhavam no Brasil os movimentos de emancipação americana que partira dos EUA e agitava todo o continente. O autor retoma muitas das ideias apresentadas na conferência feita em Pernambuco no dia 6 de março, como é o caso do nacionalismo e o tema da escravidão. O estudo traz argumentação original ao aproximar, até mesmo unir em um único movimento, o conflito ocorrido na Paraíba e em Pernambuco.

⁹⁶ “O meu professorado em Harvard”. *Revista do Brasil*, p. 154-177, jun. 1917.

⁹⁷ *História da Revolução de Pernambuco em 1817* de Francisco Muniz Tavares.

33. LIMA, Manuel de Oliveira. 27 abr. 1917.

Parnamirim, 27 de abril de 1917.

Prezado amigo Dr. Plínio Barreto:

acabo de receber a sua de 13 do corr^{te} q̄ m^{to} agradeço. Fico inteirado do que me diz sobre o artigo relativo ao *meu professorado em Harvard*. Estou preparando esse trabalho q̄ lerei primeiro aqui no Centro acadêmico, *mas não será publicado*.

Diz-me em sua carta q̄ a conferência da Paraíba sairá este mês⁹⁸. Para o mês tem o artigo sobre “Copiador do B. de Penedo”. Ficará o artigo aludido p. junho, se quiser dar todos eles em sucessão.

Estimei m^{to} que lhe tivesse agradado o volume sobre a Rev. de 1817 e preferiria que fosse sua a crítica do volume⁹⁹. O aliado [ilegível] do Medeiros pode distinguir sobre os meus pobres heróis pernambucanos q̄ tanta simpatia lhe despertaram. Não quero que sofram mais esse vexame por m^a causa q̄ tanto lhes quero. O Medeiros só pensa em guerra, e eu só penso em paz. São pontos de vista tão opostos q̄ a crítica literária, mesmo crescendo-lhe sobre o trabalho alheio à atualidade, não pode deixar de ressentir-se da oposição. Por mim pessoalm^{te}, pouco me importa q̄ me descomponham; esses mártires já fizeram porém jus a serem tratados com maior carinho.

Sempre m^{to} af^o

M.O.Lima.

Carta assinada “M.O.Lima”; datada: “Parnamirim, 27 abril 917”; autógrafo a tinta preta; papel branco, pautado, filigrana; 2 folhas; 20,3 x 12,4 cm.

⁹⁸ A conferência “A revolução de 1817” foi publicada em abril na *Revista do Brasil*, p. 431-443.

⁹⁹ Medeiro e Albuquerque assinou textos de crítica literária na *Revista do Brasil*.

34. LIMA, Manuel de Oliveira. 14 jul. 1917.

Parnamirim, 14 de julho de 1917.

Meu caro amigo: m^{to}. obrigado pela sua apreciação do volume comemorativo da Revolução de 1817¹⁰⁰, ampliando então por meigos conceitos o tema da sua carta a respeito. É fato q̄ se não pode comparar, nem em organização, nem em alcance, nem a feitos a conspiração mineira com o movimento pernambucano. Este foi o movimento m^{to} notável de fatos *coloniais* da Am^a. Latina, quero dizer, anteriores à independência. Não me descuidarei de continuar a trabalhar p. a *Revista*, sempre tão [ilegível] e pelo que o felicito m^{to}. sinceramente. Responda-me sobre a filha do Sr. Tirso¹⁰¹, e creia-me seu att.

M. de Oliv. Lima.

Carta assinada “M. de Oliv. Lima”; datada: “Parnamirim, 14 de julho de 1917”; autógrafa a tinta preta; papel creme; 1 folha; 9,1 x 11,5 cm.

¹⁰⁰ A pesquisa não localizou o mencionado artigo de Plínio Barreto. Entretanto, na coluna Bibliografia, na seção Resenha do Mês, encontra-se a crítica ao livro de Oliveira Lima, seguindo o modelo vigente nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, coluna não assinada, escrita por Plínio. A resenha explora a ideia de que há indivíduos e episódios históricos os quais “ou têm a fama maior que a sua importância, ou têm uma importância real maior que a fama”. Promove o contraste entre a Revolução Pernambucana e a Inconfidência Mineira, demonstrando que a primeira merece mais atenção, e seu estudo se tornara mais fácil, devido ao trabalho de Oliveira Lima. Para o articulista, o ensaio histórico de Oliveira Lima deveria servir de estímulo para que algum escritor mineiro fizesse o mesmo com a revolução ocorrida em seu Estado, pois “não há época aliás mais propícia para uma empresa deste gênero. Estamos todos empenhados em despertar o sentimento nacional, mostrando ao brasileiro que só tem motivos para amar a sua pátria e para dela orgulhar-se” (*Revista do Brasil*, p. 243-244, jun. 1917).

¹⁰¹ Possivelmente Oliveira Lima aqui se referia ao Visconde de Santo Tirso, citado em vários artigos de juventude de Gilberto Freire, no *Diário de Pernambuco*, como podemos ver nestes fragmentos: “E onde colaboraram [*Diário de Pernambuco*], com verdadeiros ensaios, A. P. de Figueiredo, o Visconde de Santo Tirso, Alfredo de Carvalho, Oliveira Lima, Artur de Orlando, Aníbal Fernandes, Olívio Mantenegro” (FREYRE, Gilberto. A propósito de revistas. *Brasil Açucareiro*. Rio de Janeiro, nº 41, v. 2, p. 11-16, ago. 1973). “Aliás, o pedantismo de citar em inglês, aprendi-o com o Visconde de Santo Tirso” (FREYRE, Gilberto. Yeats. *Diário de Pernambuco*. Recife, 22 Nov. 1923. Coluna: Da outra América.); “Nisto está de acordo com Schopenhauer o Visconde de Santo Tirso, quando diz que um livro é tanto melhor quanto mais sugestivo, embora de ideias contrárias. ‘Desta forma’, conclui o Visconde, ‘o leitor é de fato um colaborador do autor’” (FREYRE, Gilberto. *Tempo de aprender*: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade o autor 1918-1926. São Paulo: IBRASA, 1979. v.1, p. 259-261).

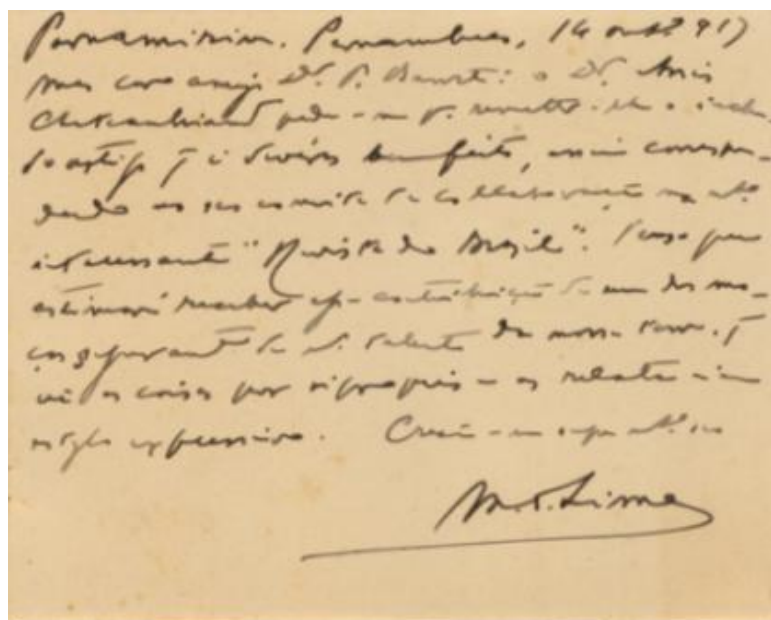
35. LIMA, Manuel de Oliveira. 14 out. 1917.

Parnamirim, Pernambuco, 14 de outubro de 1917.

Meu caro amigo Dr. P. Barreto: o Dr. Assis Chateaubriand¹⁰² pede-me p. remeter-lhe o incluso artigo¹⁰³ q̄ é deveras bem feito, assim considerado no seu convite de colaboração na m^{to} interessante *Revista do Brasil*. Penso que estimará receber essa contribuição de um dos moços q [ilegível] de m^{to} talento da nossa terra q̄ vê as coisas por si próprias – os relatos a um estilo expressivo.

Creia-me sempre muito seu

M.O.Lima.



Parnamirim, Pernambuco, 14 out. 1917
Meu caro amigo Dr. P. Barreto: o Dr. Assis
Chateaubriand pede-me p. remeter-lhe o incluso
artigo q̄ é deveras bem feito, assim considerado
no seu convite de colaboração na m^{to}
interessante "Revista do Brasil". Penso que
estimará receber essa contribuição de um dos
moços q̄ de m^{to} talento da nossa terra q̄
vê as coisas por si próprias – os relatos a
um estilo expressivo. Creia-me sempre muito seu
M.O. Lima

Carta assinada "M.O.Lima"; datada: "Parnamirim, Pernambuco, 14 out. 1917"; autógrafa a tinta preta; papel branco; 1 folha; 9,0 x 11,5 cm.

¹⁰² Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo (1892 –1968), jornalista pernambucano, diplomado em direito em 1913. Em 1917 muda-se para o Rio de Janeiro, onde atua como advogado e jornalista. Dirigiu os *Diários Associados*. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1954.

¹⁰³ CHATEAUBRIAND, Assis. "Sobre a jornada republicana de 1817". *Revista do Brasil*, p. 364-376, nov. 1917. O autor traça um paralelo entre a Inconfidência Mineira e a Revolução Pernambucana de 1817, demonstrando que os dois movimentos compartilhavam "das energias morais e das virtudes cívicas da nacionalidade", porém o primeiro "era genuinamente lírico", pois "afora Tiradentes, que era o único com vocação para mártir, são todos poetas sem capacidade de ação". O texto apresenta características do movimento de 1817, amparado, em alguns momentos, nos trabalhos de Oliveira Lima, assim definido: "O Sr. Oliveira Lima analisa a revolução de 1817 como um fenômeno natural, revestido da fleuma de um sociólogo desinteressado, a cujos escrúpulos não seduzissem as interpretações generosas dos fatos e dos acontecimentos. Inventariou costumes do tempo, ideias, opiniões, tudo, espremendo um suco de ideias gerais verdadeiramente notável. Sobre a sensibilidade ainda febril de Muniz Tavares, não é raro vê-lo aplicar de quando em vez a razão fria da história e as reflexões da verdade. O Luís do Rego que conhecemos através de Muniz Tavares é um monstro de perversidade. Ele humaniza-o com documentos que nos permitem fazer algumas concessões à animalidade do capitão-general. E, nesta como em outras anotações, reconhecemos o método do pesquisador probo e infatigável, perseguindo o documento até as suas origens obscuras, para revelá-lo na sua pureza e na sua realidade".

36. LOBO, Hélio¹⁰⁴. 20 mar. 1916.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1916.

Ilustre amigo e Senhor Dr. Plínio Barreto:

abusando de seu convite aqui envio algumas páginas de meu livro *Às portas da guerra* para *Revista do Brasil*¹⁰⁵. Se julgar que podem ser publicadas, rogo-lhe a fineza de corrigir pessoalm^{te} as provas (pois não conservo cópia) e de me remeter 2 exemplares assim [que] vier à publicidade o volume.

Agradecido antecipadamente, sou

Att^o amigo e adm^{or}.

Hélio Lobo.

Carta assinada “Hélio Lobo”; datada: “20 de Março de 916”; autógrafo a tinta preta; papel branco; timbrado “SECRETARIO DA/ PRESIDENCIA DA REPUBLICA”; 2 folhas; 20,2 x 15,7 cm.

¹⁰⁴ Hélio Lobo Leite Pereira (1883 – 1960), ensaísta, biógrafo, historiador mineiro; diplomado em direito, diplomata. Eleito em 1918 para a Academia Brasileira de Letras, no lugar de Souza Bandeira. De 1910 a 1915 atuou na Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Em 1912, foi secretário da Junta de Jurisconsultos Americanos, encarregada de codificar no Rio de Janeiro o Direito Internacional americano. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou, entre outros livros, *Sabres e togas*, direito (1906); *O Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano*, diplomacia (1910); *De Monroe a Rio Branco*, diplomacia (1912); *Brasil, Terra Chara...* (1913); *O Brasil e seus princípios de neutralidade*, direito internacional (1915); *Aos estudantes do Rio da Prata*, conferência (1918); *Cousas diplomáticas* (1918); *A passo de gigante, problemas norte-americanos* (1923); *Cousas americanas e brasileiras* (1925); *Brasileiros e yankees* (1926); *O pan-americanismo e o Brasil* (1939).

¹⁰⁵ “Sós na América”. *Revista do Brasil*, p. 379-385, abr. 1916. O texto publicado na *Revista do Brasil* é um fragmento, com pequenas modificações, do segundo capítulo do livro *Às portas da guerra* (Do ULTIMATUM Saraiva, 10 de agosto de 1864, à Convenção da Vila União, 20 de fevereiro de 1865). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. Neste texto, Hélio Lobo explora o tema do isolacionismo do Império brasileiro em meio às democracias americanas, o que deixava o país só no continente, tendo um “sistema de política internacional [que] consiste no afastamento obstinado da América e imitação servil da Europa”. Essa postura política motivava a hostilidade por parte das colônias emancipadas que não concordavam com a existência de organização monárquica no continente americano.

37. LOBO, Hélio. 25 jun. 1916.

Domingo,

25 de junho.

Ilustre amigo Dr. Plínio Barreto:

Do meu livro *Às portas da guerra* retirei um capítulo para a *Revista do Brasil*¹⁰⁶. É o que vai incluso. Seria possível publicá-lo? M^o lh'o agradece o

Hélio Lobo.

Carta assinada "Hélio Lobo"; datada: "25 de Junho"; autógrafo a tinta preta; papel branco; timbrado "SECRETARIO DA/ PRESIDENCIA DA REPUBLICA"; 2 folhas; 20,2 x 15,6 cm.

¹⁰⁶ A pesquisa não localizou na *Revista do Brasil* o artigo mencionado. Apenas em maio de 1917 Hélio Lobo teria outro artigo publicado no periódico: "Brasil e Estados Unidos".

38. MAGALHÃES, Basílio de¹⁰⁷. 23 fev. 1916.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1916.

Meu caro Plínio Barreto.

Acabo de receber a sua gentil cartinha, datada de 5 do corrente, e apresso-me a responder-lha.

Ainda não veio às mãos a *Revista do Brasil*, que, por forças, há de ser excelente, confiada, como está, a penas experientes e capazes.

Assoberbado embora por trabalhos inadiáveis da comissão com que me distinguiu o governo paulista, não posso, contudo, deixar de atender ao amável pedido do jovem e inesquecível discípulo, cuja brilhante ascensão na carreira das letras vou acompanhando com desvanecido carinho.

Não ousou prometer a V. colaboração assídua, porquanto antes que tudo timbro em desempenhar-me escrupulosamente do árduo encargo oficial com que fui honrado. Basta dizer que, estando aqui há cerca de quatro anos, ainda não tive lazer para visitar todos os sítios pitorescos desta encantadora Guanabara.

Mas conte, certo, com algumas escavações históricas interessantes sobre os homens e as cousas da terra paulista, e conte também, acima de tudo, com a sincera estima e admiração do seu

Velho mestre,

Basílio de Magalhães.

R. Assumpção, 25.

Carta assinada “Basílio de Magalhães”; datada: “Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1916”; datiloscrito original em fita roxa e autógrafa a tinta preta; papel creme, filigrana, pautado; 1 folha; 27,7 x 21,6 cm.

¹⁰⁷ Basílio de Magalhães (1874 – 1957), historiador, jornalista, professor e político mineiro; membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi Diretor da Biblioteca Nacional e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

39. MAGALHÃES, Basílio de. 16 fev. 1917.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1917.

Meu caro Plínio Barreto.

Aborrido por um sem-número de obrigações inadiáveis durante todo o ano há pouco findo, só agora me é possível cumprir a promessa que te fiz, quando tiveste a gentileza de convidar-me a colaborar na *Revista do Brasil*.

Aí vão dois artigos, que estamparás quando bem te aprouver¹⁰⁸. Se a tipografia não puder fornecer algumas abreviaturas das constantes do doc. relativo a Domingos Jorge Velho,¹⁰⁹ - como $q̄$, gr^{de} etc., - poderás substituir a primeira por q ¹¹⁰ e mandar pôr por extenso as outras.

Manda-me as tuas ordens e crê-me sempre teu muito amigo e admirador sincero.

Abraços afetuosos do

Basílio.

P. Bambina, 14 (Botafogo).

Carta assinada “Basílio de Magalhães”; datada: “Rio, 16 – II – 1917”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado; 1 folha; 27,9 x 21,6 cm.

¹⁰⁸ A *Revista do Brasil* divulga três artigos de Basílio de Magalhães. O primeiro deles, “Domingos Jorge Velho”, aparece entre os ensaios da revista; o segundo, “Céu e água”, e o terceiro, “Os jornalistas da Independência”, foram estampados na seção Resenha do mês.

¹⁰⁹ Neste artigo, o autor apresenta um documento histórico do século XVIII que esclarece a atividade do paulista Domingos Jorge Velho na conquista e povoamento das terras setentrionais do Brasil, especialmente dos sertões do Piauí e da Paraíba. “Domingos Jorge Velho”. *Revista do Brasil*, p. 260-264, fev. 1917.

¹¹⁰ A *Revista* obedeceu aos pedidos do autor, mantendo as abreviaturas, optando pelo uso da forma q .

40. OLIVEIRA, Alberto de¹¹¹. 14 dez. 1915.

Meu caro Plínio Barreto.

Espero encomendar-lhe até o próximo dia 25, senão antes, a primeira colaboração prometida para a *Revista do Brasil*¹¹².

Tem-me faltado tempo para ordenar as lições professadas na Escola Dramática; verei delas a que melhor se vexa de figurar nas colunas da *Revista*, dar-lhe-ei a última demão e lh'a enviarei. O mais seguirá depois.

Guardo vivíssima a recordação da noite em sua casa e do trato carinhoso e distinto, com que fui honrado

Dê-me o prazer de avistá-lo ou de visitar-me, quando vier ao Rio; quero que sintas no abraço com que o receber, todo o sentimento de sua afeição e apreço que me soube inspirar. Peço-lhe apresentar meus respeitosos cumprimentos à sua exm^a Senhora e julgar-me sempre seu

Am^o m^{to}. reconhecido, e adm^{dor}.

Alberto de Oliveira.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1915.

Carta assinada "Alberto de Oliveira"; datada "Rio, 14 de Dezembro de 1915."; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado; 2 folhas; 22,8 x 17,7 cm.

¹¹¹ Antônio Mariano Alberto de Oliveira (1857 – 1937), poeta e professor fluminense. Um dos maiores cultores do soneto em língua portuguesa; seus versos, rigorosamente metrificados, alexandrinos e decassílabos, constituíram o padrão do Parnasianismo no Brasil. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupou a Cadeira n° 8. Publicou, entre outros livros, *Canções românticas* (1878); *Meridionais*, com introdução de Machado de Assis (1884); *Sonetos e poemas* (1885); *Versos e rimas* (1895); *Poesias completas*, 1ª. série (1900); *Poesias*, 2ª. série (1906); *Poesias*, 2 vols. (1912); *Poesias*, 3ª. série (1913); *Poesias*, 4ª. série (1928).

¹¹² "A Rima e o Ritmo". *Revista do Brasil*, p. 24-30, jan. 1916. Nesta primeira parte das "lições professadas na Escola Dramática", Alberto de Oliveira explica, com exemplos, as rimas consonantes e assonantes, comentando que, apesar de toda a sua importância, não é a rima o elemento essencial ao verso.

41. OLIVEIRA, Alberto de. 2 fev. 1916.

Meu caro amigo.

Dou-lhe muitos parabéns pela publicação do primeiro número da *Revista do Brasil*, que acabo de receber. A colaboração, afora a minha, que dei coisa muito elementar e sabida, é excelente¹¹³. No que me toca, sinto venha inçado de tantos erros de revisão o meu artigo¹¹⁴.

Atenda e veja:

Na 1ª página, em vez de

colleira de guizos,

saiu

carteira de guizos;

na 2ª trocaram-me

emprego racional da rima

por

emprego nacional da rima;

logo em seguida, quebraram-me o verso

Rola de suas mãos a taça e parte-se-lhe,

omitindo *a taça*.

Na 4ª página, escrevi

à feitura de poemas,

e saiu

à leitura de poemas.

Ia-me passando que antes, na 3ª página a *Philomela*, dos versos de Castilho foi transformada em *Philomena* (talvez por acudir ao tipógrafo a canção carnavalesca:

Ai! Philomena,

Se eu fosse como tu...)

À pag. 5ª do *boré* dos *Timbiras* fizeram *boxe*, que não vem nos *Timbiras* nem na língua.

Finalmente os três versos iniciais de três sonetos célebres:

Alma minha gentil, que te partiste,

¹¹³ Colaboraram no primeiro número Pedro Lessa, Adolfo Pinto, Dr. Luís Pereira Barreto, Amadeu Amaral, Valdomiro Silveira, José Veríssimo, Victor da Silva Freire; a seção Resenha do mês traz os nomes de P.B. (Plínio Barreto), Machado de Assis, P. C., Magalhães de Azeredo, E. T. Simondetti, E. F. Brown, A. Derner, Domenico Oliva, Roland de Marés, Sra. Aki Yosano, Brander Mattheros, Herbert S. Houston, além de artigo de *Ladie's Home Journal*.

¹¹⁴ "A Rima e o Ritmo".

*Sete anos de pastor Jacob servia,
Formoso Tejo meu, quão diferente,*

Versos que na composição tipográfica deviam guardar espaço entre si, vieram unidos, formando um terceto de sentido disparatado.

Além destes, há outros descuidos menores, afora os de pontuação, que são sem conta.

Não lhe peço *errata*, senão que da continuação do meu estudo (se valer a pena continuá-lo) me envie você com tempo as provas, para que eu mesmo as emende.

E a morte súbita do José Veríssimo¹¹⁵! Que calamidade para esta enfezada literatura de hoje, a que ele em vão procurou guiar a mais altos destinos!

Saudosos abraços do

Seu Amigo e adm^{dor}.

Alberto de Oliveira.

2 de fevereiro de 1916.

Carta assinada “Alberto de Oliveira”; datada “2. de fevereiro de 1916.”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; 2 folhas; 17,2 x 13,0 cm.

¹¹⁵ José Veríssimo Dias de Matos (1857 – 1916), jornalista, crítico e historiador literário nascido no Pará, diretor do Colégio Pedro II, membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

42. OLIVEIRA, Alberto de. 14 fev. 1916.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1916.

Meu caro Plínio Barreto.

Recebi seu telegrama. Compreendo que a urgência com que me pede lhe remeta a continuação do meu estudo¹¹⁶, é para dar-me tempo de eu ver-lhe as provas. Obrigado, meu bom Amigo, por sua atenção. Sucede, porém, que a segunda parte do meu trabalho só poderá seguir daqui a dois ou três dias, e visto não haver mais tempo para eu curar-lhes da revisão, V. recomendará a outros ou propriamente a fará, se puder. Aqueles erros e descuidos tipográficos que saíram no primeiro artigo, estão perfeitamente justificados.

Certo de que V. me dilatará ainda um pouco o prazo que peço, assino-me muito agradecido

Seu

Am^o e adm^{or}.

Alberto de Oliveira.

P.S. Poderei merecer-lhe o favor da remessa de mais um exemplar do 1^o número da *Revista*? O que veio, chegou com suas folhas dilaceradas. Alb.^o

Carta assinada "Alberto de Oliveira"; datada "Rio, 14 de Fevereiro de 1916."; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; 2 folhas; 17,3 x 13,5 cm.

¹¹⁶ "A Rima e o Ritmo". *Revista do Brasil*, p. 272-276, mar. 1916. Na segunda parte do estudo, Alberto de Oliveira demonstra, com exemplos, a importância do ritmo, afirmando que este sim "é indispensável ao verso, e é quase todo o verso".

43. ROQUETE-PINTO, Edgar¹¹⁷. 14 jan. 1916.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1916.

Ex^{mo}. Sr. Plínio Barreto.

Pode contar com a minha efetiva colaboração na *Revista do Brasil*¹¹⁸; os nomes que a patrocinam são garantia de trabalho sério¹¹⁹.

Deixo a seu critério precisar de condições em que o meu concurso lhe deverá ser prestado.

Tenho alguns trabalhos na pasta.

Espero suas instruções.

Admirador Obrg^o

Roquete-Pinto.

Carta assinada “RoquettePinto”; datada: “Rio, 14 – 1 – 16”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; 2 folhas; 20,0 x 16,5 cm.

¹¹⁷ Edgar Roquete-Pinto (1884 –1954), escritor, pesquisador de ciências naturais e do indigenismo nascido no Rio de Janeiro; professor de Antropologia no Museu Nacional e de História Natural na Escola Normal do Distrito Federal. Foi eleito diretor do Museu Nacional em 1926 e membro da Academia Brasileira de Letras em 1927. Publicou, entre outros estudos, *Guia de antropologia* (1915); *Rondônia* (1916); *Elementos de mineralogia* (1918); *Conceito atual da vida* (1920); *Ensaio de antropologia brasileira* (1933); *Samambaia*, contos (1934); *Ensaio brasileiro* (1941).

¹¹⁸ Roquete-Pinto está entre os maiores colaboradores da *Revista do Brasil* na sua primeira fase (1916-1925), tendo publicado dez trabalhos inéditos, igualando-se, em número de colaborações, a Godofredo Rangel e a Oliveira Viana.

¹¹⁹ Júlio de Mesquita idealizou a *Revista do Brasil*, designando, em meados de 1915, José Pinheiro Machado Júnior e Plínio Barreto como responsáveis pela criação do periódico. A Plínio coube recrutar o corpo de colaboradores e a Pinheiro Júnior a tarefa de angariar acionistas. Na ocasião do lançamento, a *Revista do Brasil* tinha como diretores Júlio de Mesquita, Alfredo Pujol e Luís Pereira Barreto; a chefia da redação ficou sob a responsabilidade de Plínio Barreto. Já a sociedade anônima compunha-se de Ricardo Severo, presidente; Pinheiro Júnior, tesoureiro; Mário Pinto Serva, secretário; Oscar Thompson, Rui de Paula Souza e Armando Prado membro do conselho fiscal.

44. ROQUETE-PINTO, Edgar. 12 fev. 1916.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1916.

Il. Sr. Plínio Barreto.

Recebi sua carta. Por este mesmo correio remeto para a *Revista do Brasil* o meu primeiro artigo¹²⁰.

Julgo indispensável a publicação da figura que o acompanha.

Peço-lhe o favor de me enviar um exemplar do número em que for incluído.

Esperarei seu aviso para preparar outra qualquer contribuição.

Sou com muita simpatia

[ilegível]

Roquette-Pinto.

Museu Nacional

Rio de Janeiro.

Carta assinada "Roquette Pinto"; datada: "Rio, 12 de fevereiro 1916"; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana; 2 folhas; 20,0 x 12,6 cm.

¹²⁰ ROQUETE-PINTO, Edgar. "Um informante do Imperador Pedro II". *Revista do Brasil*, p. 160-166, fev. 1916. Artigo sobre o "Mapa Sinóptico de Notabilidades do Brasil, com a Constituição e Efemérides Nacionais" de Luís Aleixo Boulanger, entregue ao Imperador Pedro II em 12 de dezembro de 1853. Mapa utilizado pelo Imperador, pois continha a Constituição do Império de 1823, dados históricos sobre as regências, os ministros, o conselho de estado, os presidentes de província, os senadores do império, os oficiais gerais, os arcebispos e bispos, o supremo tribunal de justiça, o corpo diplomático, desde 1822 até 1853. O texto também informa a mobília abandonada pela família real quando da sua expulsão.

45. SILVEIRA, Valdomiro¹²¹. 27 dez. 1915.

Santos, 27 de dezembro de 1915.

Plínio:

com imensa alegria mandarei um inédito à *Revista do Brasil*¹²². Esse inédito poderia até ser o único que eu tenho em prova, um conto, “Os curiangos”¹²³, que o Chico de Escobar¹²⁴ conhece, tendo-o lido quando eu acabava de o escrever. Mas não sei onde andará agora.

Dize-me, pois, até quando poderão chegar lá os originais, porque vou escrever qualquer coisa, com a manifesta intenção, desde já (não saia ela às avessas), de fazer qualquer coisa viável.

Falei no Escobar: podes dizer-me se ele passou por aí, e onde está agora?¹²⁵

Teu de sempre, Valdoro.

Carta assinada “Valdoro”; datada “Santos, 27 – XII – 1915”; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado; 1 folha; 26,7 x 21,4 cm.

¹²¹ Valdomiro Silveira (1873 – 1941), escritor paulista, tido como um dos iniciadores do regionalismo, ao empregar expressões da oralidade caipira. Formado em direito, atuou como promotor público no interior de São Paulo, andanças que lhe propiciaram matéria prima para a sua obra ficcional. Ocupou o cargo de secretário da Educação e Saúde no governo Armando Salles de Oliveira (1933-1936). Publicou, entre outros, *Os caboclos* (1920), *Nas serras e nas furnas* (1931) e *Mixuangos* (1937).

¹²² “Desespero de amor”. *Revista do Brasil*, p. 36-42, jan. 1916.

¹²³ O conto “Os curiangos” só foi editado em 1920, como podemos ver na carta enviada por Agenor Silveira a Monteiro Lobato, texto que serve de prefácio à edição de *Os caboclos* (1920): “Todos os contos que fazem parte d’*Os caboclos*, Valdomiro os escreveu entre 1897 e 1906, menos ‘Desespero de amor’, que encerra o volume, feito especialmente em 1915 para a *Revista do Brasil*, onde foi publicado; os outros, com exceção de ‘Os curiangos’ (que a meu pedido o autor conservou inédito até hoje), representam 30% da sua colaboração efetiva, por alguns anos, n’ *O Estado de S. Paulo*”. In SILVEIRA, Valdomiro. *Os caboclos*. São Paulo: Edição da “Revista do Brasil”, Monteiro Lobato & C. 1920.

¹²⁴ Francisco Escobar (1865 - 1924), advogado e prefeito de Poços de Caldas; erudito, grande amigo de Plínio Barreto, Euclides da Cunha e Valdomiro Silveira.

¹²⁵ No acervo de correspondência passiva de Plínio Barreto encontra-se carta de Escobar enviada de Poços de Caldas, em 4 de janeiro de 1916.

46. SILVEIRA, Valdomiro. 13 jan. 1916.

Santos, 13 de janeiro de 1916.

Plínio:

seguem as provas revistas¹²⁶.

Se achares conveniente, como me parece, ver eu ainda as segundas, manda-m'as, que, como vês, a devolução é imediata.

Quero ver se ainda posso arranjar-te alguma coisa para a parte final. Se eu tiver duas horas livres, amanhã e depois, estarás servido.

Teu Valdoro.

Carta assinada "Valdoro"; datada "Santos, 13 de jan. de 1916"; autógrafa a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado, borda esquerda picotada; timbrado: "MEMORANDUM"; 1 folha; 15,7 x 19,0 cm.

¹²⁶ As provas aqui comentadas são as do conto "Desespero de Amor". A *Revista do Brasil* teve o seu primeiro volume publicado em 25 de janeiro de 1916, como homenagem ao aniversário de fundação da cidade de São Paulo.

47. SILVEIRA, Valdomiro. 15 jan. 1916.

Santos, 15 de janeiro de 191[6]¹²⁷.

Plínio:

vim encontrar sobre a minha mesa quando voltava do Fórum, esse admirável poema do Martins Fontes¹²⁸, com o teu meio endereço.

Raciocinei que, pois vai tão tarde, não alcance espaço. Dada esta hipótese, poderás deixá-lo para o 2º nº, telegrafando ou escrevendo, a ele ou a mim, porque irá então um soneto ou uma poesia menor.

Desejo-te, a ti e à *Revista*, as maiores prosperidades...

Teu Valdoro.

Carta assinada "Valdoro"; datada "Santos, 15 - I - 1915"; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado; 1 folha; 27,0 x 21,4 cm.

¹²⁷ A carta aparece com data de 1915, porém o seu assunto relaciona-se a 1916.

¹²⁸ O primeiro poema de Martins Fontes na *Revista do Brasil* aparece somente no número de setembro de 1916: FONTES, Martins. "Na floresta da água negra". *Revista do Brasil*, p. 139-147, out. 1916.

48. SILVEIRA, Valdomiro. 19 jan. 1916.

Santos, 19 de janeiro de 1916.

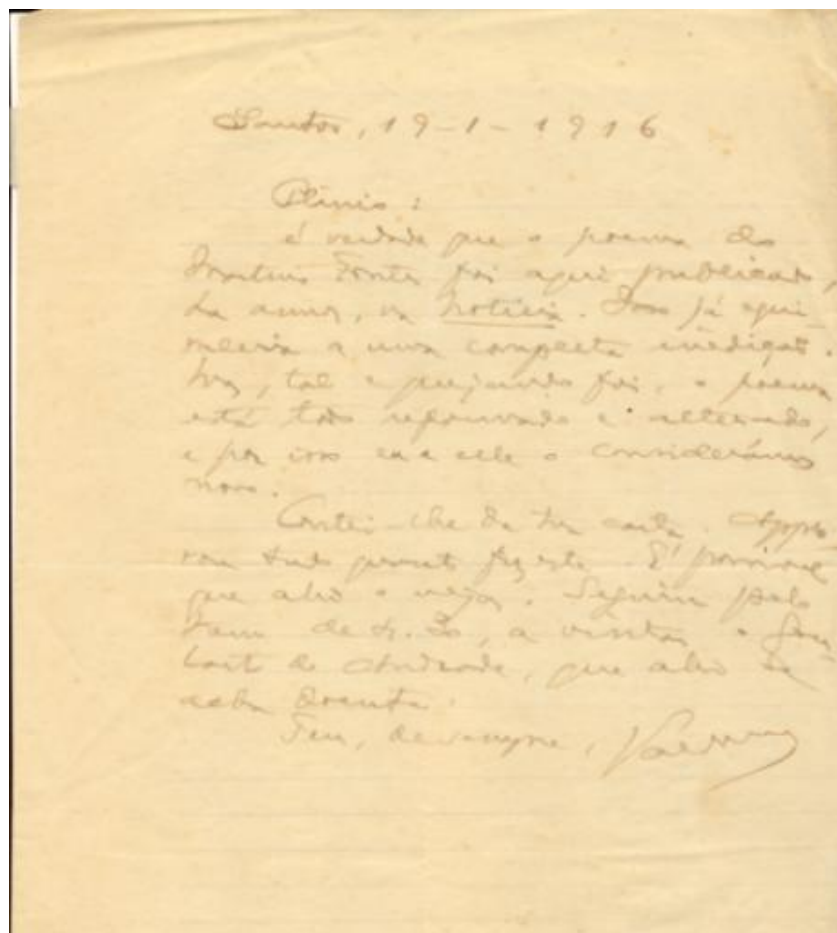
Plínio:

é verdade que o poema do Martins Fontes foi aqui publicado, há anos, na *Notícia*¹²⁹. Isso já equivaleria a uma completa inedição. Mas, tal e [ilegível] foi, o poema está todo reformado e alterado, e por isso eu e ele o consideramos novo.

Contei-lhe da tua carta. Aprovou tudo quanto fizeste. É possível que aí o vejas. Seguiu pelo trem de 4:30, a visitar o Goulart de Andrade¹³⁰, que aí se acha doente.

Teu, de sempre,

Valdoro.



Santos, 19-1-1916

Plínio:

é verdade que o poema do Martins Fontes foi aqui publicado, há anos, na *Notícia*. Isso já equivaleria a uma completa inedição. Mas, tal e [ilegível] foi, o poema está todo reformado e alterado, e por isso eu e ele o consideramos novo.

Contei-lhe da tua carta. Aprovou tudo quanto fizeste. É possível que aí o vejas. Seguiu pelo trem de 4:30, a visitar o Goulart de Andrade, que aí se acha doente.

Teu, de sempre, Valdoro

Carta assinada “Valdoro”; datada “Santos, 19 – 1 – 1916”; autógrafo a tinta preta; papel branco, pautado; 1 folha; 28,3 x 21,3 cm.

¹²⁹ O poema aludido não foi localizado nas páginas da *Revista do Brasil*.

¹³⁰ José Maria Goulart de Andrade (1881 – 1936), escritor e engenheiro geógrafo, nascido em Alagoas. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1915.

49. SILVEIRA, Valdomiro. 12 maio 1916.

MARTIM FRANCISCO E VALDOMIRO SILVEIRA

ADVOGADOS

SANTOS – R. CIDADE DE TOLEDO, 1

CAIXA DO CORREIO 96 – TELEFONE, 598

Santos, 12 de maio de 1916.

Plínio:

ainda te não esqueceste de que prometi mandar-te o romance de um Chateaubriant, com *t*, mas parente do maior, *Monsieur des Lourdines*¹³¹? Pois agora, e só agora, compondo a minha biblioteca tão abalada por duas mudanças, parciais e uma geral, achei [o] dito romance, que, independente de mais aviso, receberás a qualquer hora. Não deixes de ler: é um livro de veras encantador.

O Catunda¹³² lamenta-se, cada vez que me vê, de nunca haver recebido o 1º n. da *Revista do Brasil*. E o Alcides Luís Alves¹³³, que, não tendo acreditado na viabilidade da tal, pagou a comprar os n^{os}, um a um, também precisa do primeiro. Manda, pois, um ao Catunda; outro ao Alcides Luís Alves, Escola de Comércio José Bonifácio, Santos. O pagamento ser-te-á feito aí mesmo.

Saudades e saudades

Teu

Valdoro.

Carta assinada “Valdoro”; datada “Santos, 12 – V – 1916”; autógrafa a tinta preta; papel branco, filigrana, pautado; timbrado: “MARTIM FRANCISCO E VALDOMIRO SILVEIRA/ ADVOGADOS/ SANTOS – R. CIDADE DE TOLEDO, 1; CAIXA DO CORREIO 96 – TELEFONE, 598”; 1 folha; 27,7 x 21,1 cm.

¹³¹ Alphonse Van Bredenebeck de Chateaubriant (1877 – 1951) escritor francês. Publicou *Monsieur des Lourdines*, em 1911.

¹³² Tomás Catunda, médico santista. Atuou como farmacêutico da Comissão do Alto Purus, chefiada por Euclides da Cunha em 1905. Foi o médico que, ao lado de Silvério Fontes e Celestino Bourroul, assistiu o poeta Vicente de Carvalho no momento de sua morte, em 1924.

¹³³ Alcides Luís Alves pertencia ao corpo docente da escola José Bonifácio, mantida pela *Sociedade União Operária de Santos*, fundada em 25 maio 1890, em Santos.

50. SILVEIRA, Valdomiro. 26 ago. 1916.

MARTIM FRANCISCO E VALDOMIRO SILVEIRA

ADVOGADOS

SANTOS – R. CIDADE DE TOLEDO, 1

CAIXA DO CORREIO 96 – TELEFONE, 598

Santos, 26 de agosto de 1916.

Plínio Barreto:

acabo de receber o oitavo fascículo da *Revista do Brasil*, que me parece muito bom.

E porque o recebi, e porque estou num dia menos atribulado de expedientes miudinhos e implicantes, venho dizer-te coisas que deviam ser ditas há um mês e se foram dilatando contra minha vontade. De todos os provérbios, talvez o que menos simpático sempre me aparece é aquele: mais vale tarde que nunca. Sirva-me, entretanto, agora, também pela primeira e última vez.

Li, com encanto e espanto, o ensaio que escreveste sobre a Leonor Telles¹³⁴. Há muito não leio artigo crítico daquela natureza que tanto me agradasse. Encontrei-me, em português, com José Enrique Rodó¹³⁵ e André Suarès¹³⁶. Fiquei maravilhado!

Disse-o logo ao Heitor¹³⁷, e até combináramos passar-te um telegrama. Quis eu, porém, que também o Martins Fontes lesse o ensaio, para ser o telegrama assinado pelos três. E com ele raras vezes, e de carreira, me encontrei depois. Só anteontem, aparecendo-me ele, mais devagar, porque foi visitar-me, conversamos sobre ti: confessou-me ter ficado também entupido com o teu trabalho...

Logo te mandarei um conto.

Saudades do teu

Valdoro.

Carta assinada “Valdoro”; datada “Santos, 26 – VIII – 1916”; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana; timbrado: “MARTIM FRANCISCO E VALDOMIRO SILVEIRA/ ADVOGADOS”; 1 folha; 26,7 x 21,0 cm.

¹³⁴ BARRETO, Plínio. “Leonor Telles”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), p. 262-271, jul. 1916. Ver nota 4.

¹³⁵ José Enrique Rodó (1871 –1917), escritor e político uruguaio.

¹³⁶ André Suarès, um dos pseudônimos de Félix André Yves Scantrel (1868 – 1948), poeta e crítico francês, um dos quatro pilares da *Nouvelle Revue Française*, juntamente com André Gide, Paul Claudel e Paul Valéry.

¹³⁷ Heitor de Moraes (1886 – 1938), escritor, crítico literário, polemista e diplomado em direito.

51. VIANA, Francisco José de Oliveira¹³⁸. 31 mar. 1917.

Friburgo, 31 de março de 1917.

Prezado confrade Sr. Dr. Plínio Barreto.

Tenho em mão a sua carta última, em resposta a outra que lhe escrevi. Só agora me foi dado tê-la, porque só agora entro em convalescença de grave enfermidade.

Se bem que esteja absolutamente proibido de escrever por dois ou três meses, em breve lhe enviarei alguns trabalhos meus para o agasalho hospitaleiro da sua *Revista*.

É claro que nestes trabalhos não poderei ferir assuntos de oportunidade imediata; mas neles versarei assuntos de história social, que interessam principalmente à origem da gente paulista e à sua ação no jogo da nossa história geral. São trabalhos já feitos, que esperam que mão amiga a acabe de copiar, para enviá-los ao confrade. – Sempre muito ad^{of}. e amigo

F. J. Oliveira Viana.

Carta assinada “F. J. Oliveira Vianna”; datada: “Friburgo, 31 de março de 1917”; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana, pautada; 1 folha; 27,4 x 21,5 cm.

¹³⁸ Francisco José de Oliveira Viana (1883 – 1951), historiador, sociólogo, jurista e professor carioca. Ingressa como catedrático na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1916. Eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1937. Publicou, entre outros livros, *Populações meridionais do Brasil* (1920); *Pequenos estudos de psicologia social* (1921); *O idealismo na evolução política do Império e da República* (1922); *Evolução do povo brasileiro* (1923); *O ocaso do Império* (1925); *Problemas de política objetiva* (1930); *Raça e assimilação* (1932); *Os grandes problemas sociais* (1942).

52. VIANA, Francisco José de Oliveira. 18 maio 1917.

Boca do Mato, 18 de maio de 1917.

Ex^{mo}. Sr. Dr. Plínio Barreto.

Envio-lhe agora o trabalho, que lhe havia prometido para a sua *Revista*. Só agora pude terminá-lo, já que a mão que o copiou não foi a minha; pois o meu estado de saúde não m'o permite fazer. Ele não teve oportunidade, talvez; mas, para a sua *Revista* creio que está perfeitamente adequado. É o primeiro capítulo de um ensaio, um tanto extenso, sobre as nossas *Populações meridionais*¹³⁹, no qual procuro estabelecer, dentro dos modernos critérios da crítica social e histórica, as características estruturais do nosso povo a fazer, por processos que me parecem científicos, a nossa verdadeira psicologia política, ainda demasiadamente *desnacionalizada* pelos nossos tratadistas. É claro que este ensaio não pode deixar de ser obra complexa e demorada, para ser honesto e exato; de modo que, conforme a acolhida que a sua *Revista* me der, eu tenciono nela publicar os capítulos mais interessantes, especialmente para o público paulista. Este que vai agora não sei se poderá ser publicado de uma só vez; mas, se tiver q. dividi-lo, peço fazê-lo, ou no § IV, ou no § V, para que se não perturbe a unidade lógica do pensamento¹⁴⁰.

Há um ponto para mim do maior interesse e importância. Eu sou da escola dos que consideram os erros de revisão como danos absolutamente irreparáveis. De maneira que lhe pediria uma intervenção eficaz junto ao corpo de revisão da *Revista* para que trate este artigo de forma carinhosa e cuidada. Serei atendido? Eu o espero.

Como sempre o grande admirador e criado obrg^{mo}.

Oliveira Viana.

Niterói - Est. do Rio

Alameda S. Boaventura, 1.

Carta assinada "Oliveira Vianna"; datada: "Boca do Mato, 18 - Maio - 917"; autógrafo a tinta preta; papel creme, filigrana, pautada; 1 folha; 17,4 x 13,0 cm.

¹³⁹ "Populações meridionais do Brasil". *Revista do Brasil*, p. 129-146, jun. 1917. Ensaio que visa elucidar aspectos da psicologia nacional e a predisposição rural do brasileiro.

¹⁴⁰ A revista publicou na íntegra o artigo (6 partes).

53. VIANA, Francisco José de Oliveira. 11 jun. 1917.

Niterói, 11 de junho de 1917.

Ex^{mo}. Sr. Dr. Plínio Barreto.

Saudações.

Devolvo a V. Ex. as provas do meu artigo, que teve a gentileza de mandar-me. Dentro em breve remeterei a continuação deste estudo, inteiro o cap. em que demonstrarei, a preponderância deste [ilegível] rural no governo e na direção do país¹⁴¹.

Com os meus agradecimentos, envio a V. Ex. a certeza da minha admiração e da minha estima, e sou

Colega, amigo m^{to}. obr^{do}.

Oliveira Viana.

N. B: - Data a sua carta de 6; mas só hoje, 11 recebi o registrado. Atraso do correio, sem dúvida.

Niterói, 11 de junho de 1917

Ex^{mo}. Sr. Dr. Plínio Barreto

Saudações.

Devolvo a V. Ex. as provas do meu artigo, que teve a gentileza de mandar-me. Dentro em breve remeterei a continuação deste estudo, inteiro o cap. em que demonstrarei, a preponderância deste [ilegível] rural no governo e na direção do país¹⁴¹.

Com os meus agradecimentos, envio a V. Ex. a certeza da minha admiração e da minha estima, e sou

Colega, amigo m^{to}. obr^{do}.

Oliveira Viana.

N. B: - Data a sua carta de 6; mas só hoje, 11 recebi o registrado. Atraso do correio, sem dúvida.

Carta assinada "Oliveira Vianna"; datada: "Niterói, 11 de junho de 1917"; autógrafo a tinta preta; papel branco, filigrana, pautada; 1 folha; 28,0 x 22,0 cm.

¹⁴¹ "Populações meridionais do Brasil". *Revista do Brasil*, p. 415-427, ago. 1917. Na continuação de seu ensaio sobre a característica psicológica nacional, Oliveira Viana explora as mudanças causadas pela vinda da Família Real ao Brasil, em 1808, demonstrando como a implementação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro ocasionou uma transformação na estrutura rural do país.

54. VÍTOR, Nestor¹⁴². 30 jan. 1916.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1916.

Exc^{mo}. Sr. Dr. Plínio Barreto

Diretor da *Revista do Brasil*.

Respondo à sua amável carta de 26 do corrente. Sentir-me-ei honrado em figurar entre os colaboradores da sua revista¹⁴³, que, estou informado, representa uma séria iniciativa dentro do programa nacionalista. Espero merecer a remessa constante da revista, cujo 1º número me dizem já ter sido publicado¹⁴⁴.

Acredite-me

Seu

Att.º adm^{or}

Nestor Vítor.

Carta assinada "Nestor Victor"; datada: "Rio, 30 de Jan. 1916."; autógrafo a tinta preta; papel creme, pautado; 1 folha; 27,9 x 21,9 cm.

¹⁴² Nestor Vítor dos Santos (1868 – 1932), escritor, crítico e professor nascido no Paraná; chegou a ocupar o cargo de vice-diretor do Colégio Pedro II. Teve papel preponderante na divulgação de autores do simbolismo brasileiro.

¹⁴³ Durante os três primeiros anos de circulação da *Revista do Brasil*, não houve artigo assinado por Nestor Vítor.

¹⁴⁴ O primeiro número da revista foi publicado em 25 de janeiro de 1916.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

ANDRÉ DA COSTA CABRAL

*Escritores brasileiros na correspondência passiva do crítico literário
Plínio Barreto.*

v.2

São Paulo

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA BRASILEIRA

Escritores brasileiros na correspondência passiva do crítico literário
Plínio Barreto.

André da Costa Cabral

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes

v.2

São Paulo

2009

Artigos de Plínio Barreto mencionados nas cartas da seleta.

1. D. Quixote (notas à margem) - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 dez. 1913. p. 157
2. Leonor Telles - *Revista do Brasil*. São Paulo, jul. 1916. p. 161
3. *O professor Jeremias* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1920. p. 167
4. Jackson de Figueiredo: *A Coluna de Fogo; Durval de Moraes e os poetas de Nossa Senhora* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 jan. 1926. p. 168
5. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Tomo especial da *Nobiliarquia Paulistana, histórica e genealógica*, volume primeiro - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1926. p. 171
6. Afonso de E. Taunay: *História Seiscentista da vila de São Paulo* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 set. 1926. p. 175
7. Oliveira Lima: *Dom Pedro e Dom Miguel* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 abr. 1927. p. 176
8. Tobias Monteiro: *História do Império* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 1927. p. 181
9. Oliveira Vianna: *Idealismo da Constituição* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1927. p. 186
10. Hamilton Nogueira: *Jackson de Figueiredo – A doutrina da ordem*; Perilo Gomes: *Jackson de Figueiredo* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 mar. 1928. p. 190
11. Tobias Monteiro: *O presidente Campos Sales na Europa* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 1928. p. 194
12. Tristão de Ataíde: *Estudos* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 dez. 1928. p. 198
13. A. Carneiro Leão: *Palavras de Fé* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 mar. 1929. p. 202
14. Gastão Cruis: *A criação e o criador* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 abr. 1929. p. 205
15. Jackson de Figueiredo: *In Memoriam* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1929. p. 208
16. Fernando de Azevedo: *Ensaio* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 dez. 1929. p. 213
17. Oliveira Vianna: *Problemas de política objetiva* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 mar. 1930. p. 216
18. Godofredo Rangel: *Filha* - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 mar. 1930. p. 222

19. Artur Mota: *História da Literatura Brasileira* 2ºvol. - *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 ago. 1930. p. 227
20. Plínio Barreto: *Resenha: Desvendando Arquivos - Revista Nova*. jun. 1932. p. 228
21. Visconde de Taunay: *Pedro II e Império e república*; Afonso de Taunay: *Visitantes do Brasil colonial - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 out. 1933. p. 232
22. Paulo Setúbal: *El-dorado - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 ago. 1934. p. 234
23. Josué de Castro: *O problema da alimentação no Brasil - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. 1934. p. 236
24. Hélio Viana: *Formação brasileira - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 mar. 1935. p. 238
25. Pedro Calmon: *Espírito da sociedade colonial - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1935. p. 241
26. Paulo Setúbal: *O Romance da Prata e O sonho das esmeraldas - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 jul. 1935. p. 245
27. Alfredo Varela: *Res Avita - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 abr. 1936. p. 249
28. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde): *O espírito e o mundo – ensaios - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1936. p. 252
29. Andrade Muricy: *A nova literatura brasileira - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 1936. p. 257
30. Afonso de E. Taunay: *História geral das Bandeiras Paulistas - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 fev. 1937. p. 262
31. Pedro Calmon: *História social do Brasil – 2º tomo” - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 out. 1937. p. 265
32. Roberto C. Simonsen: *História econômica do Brasil, 1500 – 1820, 2 vols. - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 jan. 1938. p. 271
33. Pedro Calmon: *O rei filósofo - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1938. p. 276
34. José Vieira: *Espelho de Casados - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 fev. 1939. p. 281
35. Tobias Monteiro: *História do Império – o Primeiro Reinado – O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago. 1939. p. 283
36. Flávio de Campos: *Planalto - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 nov. 1939. p. 288
37. Pedro Calmon: *História social do Brasil (3º tomo) - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 dez. 1939. p. 291
38. Genolino Amado: *Um olhar sobre a vida - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20

	jan. 1940.	p. 295
39.	Pedro Calmon: <i>História da casa da torre - O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo, 27 jan. 1940.	p. 299
40.	Mário Guastini: <i>Na caravana da vida - O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo, 9 mar. 1940.	p. 302
41.	Jaime Franco: Martins Fontes - <i>Diário de S. Paulo</i> , São Paulo, 19 nov. 1942.	p. 304
42.	<i>História econômica do Brasil - O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo, 3 dez. 1946.	p. 307
43.	<i>O burrico Lúcio - O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo, 23 set. 1951.	p. 310
44.	<i>Um grande romancista - O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo, 5 out. 1952.	p. 312
45.	<i>Um dos maiores bandeirantes - O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo, 5 jun. 1955.	p. 314
46.	<i>Capistrano - O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo, 28 ago. 1955.	p. 317
47.	Uma excelente biografia - <i>O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo, 27 nov. 1955.	p. 319
48.	O Brasil em 1900 - <i>O Estado de S. Paulo</i> , São Paulo, 16 dez. 1956.	p. 322

BARRETO, Plínio. “D. Quixote (notas à margem)”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 dez. 1913, p. 5.

Há no *D. Quixote*, um trecho que, apesar de repetidas leituras, ainda não pude ajustar à personalidade do herói.

D. Quixote é para mim, e creio que para toda a gente, um tipo de perfeita integridade moral. Essa integridade é tão admirável que lhe dá o feito de um santo a que as extravagâncias da monomania cavalheiresca, provocando uma gargalhada onde cabia uma genuflexão, trocaram pelo elmo de Mambrino o halo de bontidade.

Bom e nobre, D. Quixote desconhece os atalhos cômodos e breves, os subterrâneos misteriosos e frescos que, sem grandes abalos, apenas com o sacrifício da virtude, levam aos triunfos da vida: ele só anda ao largo e ao sol, sem atentar para as asperezas do caminho, o coração e o espírito volvidos para as cumeadas. Simples e puro, a alma perenemente em flor, não ilude, não inventa, não mente.

As criações do seu cérebro desequilibrado tem para ele a realidade tangível das coisas que nos rodeiam. Ele as vê com a mesma precisão, com a mesma segurança com que vê ao seu lado, sacudido pelo trote seco do Buço, “a estalar de rifões e velhacaria”, o seu fiel escudeiro, Sancho Pança.

Ora, o trecho a que me refiro parece rasgar uma brecha na unidade do seu caráter. Revela-nos um D. Quixote novo e estranho, um D. Quixote pouco cioso da verdade, conivente com embustes e capaz de transigências aviltantes.

Vou mostrá-lo.

Abandonando as bodas de Camacho, D. Quixote, como devem estar lembrados, dirigiu-se à cova de Montesinos. Das coisas que lá dentro viu apressou-se, ao regressar para fora, em dar aos companheiros minuciosa conta. Sancho Pança, achando, como de costume, que aquilo tudo era pura maluquice, exprimiu a sua incredulidade nestes termos crus:

– Oh, Santo Deus! É possível que haja tal no mundo, e que tanto poder tenham nele os encantadores e encantamentos, que tenham mudado o bom juízo de meu amo numa loucura tão desabalada? Oh Senhor! Senhor! Pelo amor de Deus! Olhe vossa mercê para si, acuda pela sua honra e não dê crédito a essas maluquices que lhe têm estragado o siso!

D. Quixote não se ofendeu e replicou com a placidez de uma convicção superior:

– Como me queres bem, Sancho, por isso é que falas dessa maneira, e como não estás experimentado nas coisas do mundo, todas as que têm alguma dificuldade, te parecem impossíveis. O tempo, porém, há de correr, como já te tenho dito, e então ao diante te contarei mais algumas coisas das que vi lá por baixo, as quais te farão acreditar nas que acabei de referir, e cuja verdade não admite réplica nem disputa.

Nada mais categórico: a verdade do que ele viu em Montesinos não admite réplica nem disputa.

Pois bem. Vamos agora assistir, no castelo do duque, àquela brincadeira formidável do desencantamento da condessa Trifaldi.

Essa brincadeira consistiu no seguinte: em convencer D. Quixote e Sancho Pança de que, vendados os olhos e montados num cavalo de pau, o “Caravaleño”, iriam ter, levados pelos ares, até o reino de Candaya onde, após um combate com o gigante Mambrino, D. Quixote lograria desencantar a condessa e as suas aias, cobertas de barbas espessas por arte daquele gigante.

O cavalo não saiu do lugar, mas, por meio de foles, os criados do duque deram a D. Quixote a impressão de que cortava as correntes aéreas e, por meio de archotes, de que se aproximava do sol.

Sancho Pança não se rendeu de todo. A sua velhacaria natural fê-lo perceber, ou, pelo menos, desconfiar de que aquilo tudo não passava de uma troça. Terminada a aventura pela

explosão do cavalo, ele achou que era o momento de tomar a sua desforra e fê-lo desfiando ao duque e à duquesa estas mentiras descabeladas:

– Senti, asseverou ele, narrando as suas impressões de viagem, senti que íamos voando, conforme meu amo disse, pela região do fogo e quis destapar os olhos um pouquinho. Mas meu amo, a quem pedi licença para espreitar, não me concedeu. Eu, porém, que tenho não sei que cócegas de curioso e de desejar saber aquilo que me querem impedir de eu esquadrinhar, muito escoteiro, e sem que ninguém pescasse, levantei um tudo nada, junto aos buracos do nariz, o lenço que me tapava os olhos, e por aquela fresta é que olhei cá para a terra. Pareceu-me que toda ela não era maior que um grão de mostarda, e os homens, que andavam ao de cima, pouco maiores que avelãs! Faça-se ideia de quão alto nós devíamos ir então!

Como a duquesa pôs a calvo o mentiroso, Sancho, sem se perturbar, continuou, impávido:

– Se não se me acredita isto, tampouco vossa mercê acreditará que, levantando eu o lenço dos olhos na altura das sobranceiras, me vi tão perto do céu, que de mim a ele não havia palmo e meio: o que [trecho ilegível] minha, é que o céu é grande a [matar]. Sucedeu que [menos] por aquela banda onde estão as sete cabrinhas: e por Deus e pela minha Deusa lhe juro que – como eu em criança fui cabreiro na minha terra – mal as vi, deu-me gana de falar com elas um bocado, olhe que se não o satisfizesse, pareceu-me que arrebentava.

E por aí além foi escorregando de mentira em mentira.

Interrogado sobre a narração do seu companheiro, D. Quixote respondeu lealmente, que não viu nada do que ele dizia.

– Senti, é verdade, que passava pela região do ar e até que tocava na do fogo: mas que passássemos além, não posso crê-lo, pois estando a região do fogo entre o céu, a lua e a extrema região do ar, não podíamos chegar ao céu onde estão as sete cabrinhas que Sancho diz, sem abrasarmos.

E concluiu, [terminante]:

– Ora, como não estamos assados, ou Sancho mente, ou Sancho sonha... Sancho protestou indignado:

– Nem minto, nem sonho!

E como principiasse a dar as provas de que não mentia nem sonhava. D. Quixote aproximou-se e disse-lhe, ao ouvido estas palavras:

– Sancho, já que quereis que se nos acredite o que viste no céu, quero me acrediteis o que eu vi na cova de Montesinos. Não vos digo mais.

Estas palavras parecem-me espantosas naquela boca. É este trecho que eu não compreendo. É este o trecho que me parece quebrar a unidade moral de D. Quixote, e não se ajustar à sua personalidade. É manifesto o embuste. D. Quixote estava convencido de que Sancho mentia ou, quando menos, sonhava: propor-lhe, para creditar nas suas invencionices, que ele, por sua vez, acreditasse na visão de Montesinos, e propor-lhe uma indignidade: é rebaixar a visão de Montesinos ao nível das mentiras dele; é, numa palavra, despertar, em Sancho e em toda a gente, a suspeita de que o cavaleiro da Mancha não era mais do que um grande mistificador.

Esta conclusão eu não a posso admitir. Ela destrói D. Quixote, e eu amo-o profundamente... Há de haver, por força, alguma explicação para o trecho malsinado.

Pensei, a princípio, que a explicação estivesse na infidelidade do tradutor português que habitualmente leio. Esse tradutor é o visconde de Benalcanfor. Não estava. As outras traduções portuguesas que pude consultar, – a dos viscondes de Castilho e de Azevedo e de José Carcomo – dizem a mesmíssima coisa.

Recorri, então, para desfazer todas as dúvidas, ao próprio texto espanhol. Na edição que percorri, que é de 1893 e foi calcada na última corrigida pela Academia Espanhola, lá estava, com toda a clareza, o texto fatal: “... y llegándose D. Quijote a Sancho al oído le dijo:

– Sancho, pues vos queréis que se os crea lo que habéis visto en el cielo, yo quiero que vos me creáis a mí lo que vi en la cueva de Montesinos y os digo más”

Todavia, ainda me não dei por vencido. Saí, pelas bibliotecas, à cata das famosas notas de João Eugenio Hartzenbusch à primeira edição do engenhoso fidalgo. Não as encontrei. As nossas bibliotecas têm tudo, menos o que é necessário. Encontrei, porém, uma tradução francesa do D. Quixote que ainda mais perplexo me deixou. A tradução é de Florian e o texto diz exatamente o contrário do que diz o texto espanhol que acabo de transcrever. É este"... lorsque D. Quichotte, étonné, voulut lui faire quelque objection. Fécuyeur [sic] voyageur, s'approchant de son maitre, lui dit:

– Monsieur, je n'ai pas douté de ce que vous avez vu dans le caverne de Montesinos: ayez la bonté de croire de même ce que j'ai vu dans le ciel"

Assim está direito. Essas palavras ficam muito bem na boca de Sancho, como, porém, explicá-las diante do texto espanhol e das traduções portuguesas algumas das quais feitas por homens de grande cultura e de grande probidade literária? Uma de duas: ou Florian teve a fortuna de se servir para o seu trabalho da primeira edição espanhola do livro, essa edição foi, mais tarde, nas publicações subsequentes, gravemente adulterada, ou, então, embaraçado, como eu, diante da atitude insólita que o texto empresta a D. Quixote, atitude contrária ao seu caráter e a todas as outras que, antes ou depois, teve de assumir, tomou a resolução heroica de corrigir aquilo que lhe pareceu um cochilo de Cervantes.

Estou inclinado a crer que é esta última hipótese verdadeira. Já Sainte-Beuve, repetindo Marie Joseph Chenier e Joubert, censurava Florian por haver, na sua tradução, com o pretexto de lhe atenuar os defeitos, abreviado o D. Quixote, "Não raro, afirma o crítico, são as belezas e a jovialidades o que ele abrevia". O que Florian se permitiu fazer no D. Quixote constitui até, diz ainda Sainte-Beuve, um crime de "lesa gênio".

O problema não ganhou, portanto, com esse dado novo, que lhe trouxe Florian, maiores esclarecimentos. Penso até que ainda mais obscuro se tornou.

Sem desanimar, apelei, em seguida, para os mais célebres críticos literários; mas nenhum deles me socorreu. Os grandes críticos quase não se ocupam com o D. Quixote. Basta dizer que só em Scherer foi que encontrei um estudo sério sobre a maravilhosa criação... O que há de melhor sobre ele é obra de poetas: são os trabalhos, todos soberbos, de Heine, de Bilac e de Saint-Victor.

Julguei, por fim, que talvez no próprio D. Quixote estivesse a explicação buscada. D. Quixote é um paranoico. Quem sabe, murmurei entre mim, assim que me parece um descuido ou um absurdo de Cervantes, não será, do ponto de vista psiquiátrico, um luminoso traço da gente? Talvez o paranoico possa de vez em quando, volver a normalidade mental e, por instantes, adquirir a plena consciência da sua loucura a ponto de fazê-lo alvo da própria zombaria?

Um dos mais notáveis psiquiatras da América, o Dr. Franco da Rocha, a quem consultei, deu em terra com a minha hipótese.

Há, de fato, disse-me ele, formas de loucura que são interrompidas por períodos de vida mental normal (aparentemente quase sempre) e isso pode-se dar por ocasião de graves moléstias somáticas intercorrentes, como a pneumonia, erisipela, etc., – mas nunca na enfermidade de D. Quixote, que não é adquirida, mas nasce com o indivíduo e o acompanha ao túmulo.

"O herói de la Mancha, observou ainda o Dr. Franco da Rocha, a quem peço perdão por trazer a público estes fragmentos da nossa correspondência particular, o herói de la Mancha é, de um modo geral, um tipo perfeito de paranoico.

Cervantes não era psiquiatra nem tratou de estudar a loucura com rigor científico. O grande gênio percebeu aquela forma de moléstia e a descreveu maravilhosamente desprezando, porém, particularidades que lhe não ocuparam a atenção, tal o final do romance, que é um absurdo colossal."

Com esta declaração fechou-se-me a última fresta de onde eu esperava a luz.

Terminando o longo e fatigante inquérito a que me entreguei, vejo-me no mesmo ponto de onde parti: ou Cervantes não escreveu o trecho citado tal qual está nas edições modernas do

D. Quixote e sim como está na tradução de Florian, ou escreveu e, neste caso, caiu num erro tremendo.

Pode, é verdade, ocorrer mais uma hipótese – a de que eu não compreendi nem a psicologia de *D. Quixote* nem as palavras de Cervantes.

Não duvido que seja isso. Mais ainda me não convenci de que é. Convicções dessas não se formam mesmo só com o esforço individual de cada um: exigem sempre o piedoso concurso de terceiro...

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Leonor Telles¹”. *Revista do Brasil*. (São Paulo), vol. II, p. 262-271, maio/jun./jul./ago. 1916.

Leonor Telles é uma das grandes condenadas da História. Os historiadores movem-lhe a mesma guerra atroz que lhe movera, durante toda a vida, a arraia-miúda de Lisboa. O eco das invectivas com que a plebe do seu tempo a flagelou ainda ressoa na voz dos cronistas de hoje e o calor do ódio que a aprisionou, em vida, num cárcere de imprecações, ainda lateja na pena dos historiadores de agora. A nuvem de infâmias que a deflagração das paixões populares lhe projetou sobre a figura, deformando-a, não se dissipou. Os modernos areopagitas da História olham-na ainda com o mesmo olhar torvo com que a olhava a população lisboeta.

Herculano, duro e implacável, esculpe-a em traços de fogo como uma criatura infernal e, na turbacão da sua cólera sagrada, atira-lhe, insultuosamente, com o epíteto de Lucrecia Bórgia portuguesa. Oliveira Martins, menos truculento, mas tão descarado, dá-lhe o perfil inquietador de uma cortesã fria, impudica e sanguinária com ambições reais e põe-lhe, com intenção manifesta de ultrajá-la, o apelido de nova Cleópatra.

A paixão rebenta desses juízos e há, nessas denominações, um erro patente. Nem Lucrecia, nem Cleópatra.

Lucrecia Bórgia, linda estátua de carne que o brilho de uma inteligência viva banhava de luz, era uma pobre mulher sem vontade. O pai e o irmão, enquanto existiram, manejaram-na como um brinco de criança. O sinistro cenário de tragédia em que ela aparece na história outros é que lho traçaram. Empurraram-na para ele e alguns poetas, Victor Hugo à frente, chamaram a si a tarefa, pouco cavalheiresca, de lhe fechar as saídas...

Lucrecia é a vítima inerme de três calamidades: o pai, o irmão e o Romantismo.

Nos crimes hediondos que lhe pesam na memória, empastando-a de lodo, ela teve apenas a parte subalterna – de mero instrumento. Diante do pai e do irmão, que eram dois miseráveis perfeitos, faleciam-lhe todas as forças. Amante de ambos, espectadora do assassino de um de seus maridos, cometidos às vistas e sob a direção do irmão, testemunha permanente das maiores ignomínias que já se perpetraram impunemente à face da terra, a desventurada acabou por perder o senso moral. Faltou-lhe, nos lances capitais da vida, aquela energia dominadora que põe fulgurações divinas no olhar e firma no pulso trêmulo a arma vingadora.

Entre o incesto e o parricídio ela não teve, como Beatriz Cenci, a coragem varonil de escolher o parricídio. A sua natureza mole e desfibrada arrastou-a para o crime em que era menor a ação de sua vontade...

Tirassem-lhe do caminho o pai e o irmão, subtraíssem-na à influência diabólica de um e de outro, e ela teria atravessado a vida, como veio a terminá-la, amando profundamente os maridos e espalhando, nos salões de seu palácio, entre os mais finos intelectuais da época, as graças de um espírito culto e o perfume de uma beleza encantadora. Sem o pai e o irmão, ninguém se espantaria, hoje, quando lesse aqueles versos que Ariosto, um dos mais assíduos frequentadores de sua casa, lhe dedicou no *Orlando*:

Lucrecia Borgia, di cui d'ora in ora

La beltá, la virtù, la fama onesta

E la fortuna crescerá nomeno

Che giovin pianta in morbido terreno

Flor rubra de uma corte tenebrosa, ela carrega uma maldição que não merece. Se aos olhos da posteridade afigura-se um diadema de víboras a cabeleira que lhe emoldura a tez é porque a posteridade, nem sempre, costuma baixar, através a aparência enganadora dos fatos, até o poço em cujo fundo a Verdade dorme sepultada.

Leonor Telles, mesmo na imaginação de Herculano, era uma mulher radicalmente diversa. O traço dominante do seu caráter foi a vontade e a vontade, mola real de todas as

¹ Antero de Figueiredo, “Leonor Telles”, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1916.

grandezas, foi que lhe talhou a personalidade singular que vive, com cambiantes de luz e de sombra, nas páginas da história.

Leonor é bem uma flor de altura; Lucrecia é apenas uma flor de salão. Leonor é uma energia que atrai, concentra e desencadeia outras energias. Lucrecia é um simples veículo de energias alheias e, em vez de lhes imprimir, quando as carrega, um vigor novo, amortece o que originariamente já trazem. Leonor é da raça dos que conduzem, Lucrecia é do rebanho dos que acompanham.

Entre Leonor e Cleópatra, flagrante é igualmente o contraste. Cleópatra foi exclusivamente uma cortesã que nasceu rainha; Leonor, nascida fora do trono, quis ser e foi, antes de tudo, uma rainha, sem nunca ter sido uma cortesã propriamente dita. O destino equivocou-se com ambas, trocando-lhes os berços.

Acusa-se Leonor, na verdade, de solta nas palavras e destemperada nos costumes, e lança-se-lhe em rosto, como um crime nefando, o adultério com o Andeiro.

A licença nas palavras e o desconcerto nos costumes não provam por si sós grande coisa. Explicam-se, aliás, facilmente na corte de um príncipe mulherengo e frouxo, como foi D. Fernando, o qual nem a própria irmã sabia resguardar das suas cobiças amorosas, e admitia, nas conversas dos fidalgos em sua presença e consigo próprio, as expressões mais cruas, os termos mais obsceno, como no-lo atesta a cena edificante que Fernão Lopes descreve a propósito do contrato de sponsais entre o rei português e a princesinha espanhola, D. Leonor...

Não é provável, por outro lado, que Leonor Telles tivesse recebido uma educação esmerada que tornasse imperdoáveis os seus desvios de linguagem. Não teve, certamente, a educação finíssima que teve Cleópatra. Mas Cleópatra, se soube nas falas e nas maneiras, poupar os melindres de César, a cuja natureza artística repugnava a grosseria na linguagem e nos modos, mostrou com Antonio que a sua índole era o de uma zabaneira vulgar, sem peias na língua nem hesitações na conduta...

Antonio, violento e robusto como um lutador, tipo esplêndido de exuberância animal, másculo e tempestuoso, adorava o palavrão; o seu estilo habitual exigia ouvidos rudes e resistentes como a sua mesa ordinária reclamava estômagos de uma capacidade excepcional. Cleópatra, percebendo-o, deitou à margem os primores de sua educação e entrou logo a disputar-lhe a palma na escolha e no uso dos termos mais reles e mais crespos... Daqueles lábios por onde escorria o mel de uma voz de infinita doçura começou, desde então, para maior gozo do senhor brutalizado, a desprender-se, em chamuscas vivas, o fogo de todas as impurezas e a partir, ateando um incêndio em cada pupila, a revoada das estrofes lascivas...

A corte transmutou-se num prostíbulo. Não havia capricho do romano que a egípcia não satisfizesse, não havia fantasia egípcia que o romano não realizasse. Ora, eram funções públicas em que personagens consulares, nus, o corpo pintado, uma cauda de peixe a cingir-lhes os rins, saltavam no meio da assembleia que se estorcias de riso, ensaiando os passos de uma dança ridícula... Ora, era uma partida escandalosa em plena rua em que os dois amantes, verdadeiro casa le [sic] *apaches* reais, saíam quando vinha a noite, disfarçados em trajos populares, a correr as tavernas e lupanares, provocando conflitos, distribuindo e recolhendo pancadas, na ruidosa explosão de uma alegria canalha.

Nada há, na vida da rainha portuguesa, que com isto se pareça.

Leonor, muito menos educada, mantinha, entretanto, uma linha natural de dignidade que a impedia de cair em desregramentos dessa ordem. Os únicos desvios certos de conduta que os historiadores lhe assinalam são os do seu adultério com o Andeiro. Esses, porém, justificam-se pela paixão tremenda que o Andeiro lhe inspirou. O Andeiro foi o grande, o único, o desatinado amor da sua vida e, por esse amor, ela sacrificou tudo.

Cleópatra não se degradava por amor; degradava-se por prazer. Seus nervos e seus músculos imploravam uma orgia perpétua. Concubina de quanto potentado a quis e amante transitória de vários indivíduos relativamente obscuros, nem sempre o amor ou a ambição foram o motivo determinante das suas quedas. Dominada pelos sentidos e muita culta, ela tinha, como

todas as grandes barregãs, os seus caprichos e as suas curiosidades. De Antônio, que era um brutal, gostava, talvez, de repousar em Délio, que era um delicado, “o mais amável dos homens corrompidos do seu tempo...” Se, de fato, amou Antonio, como parece, amou-o como as prostitutas amam – sem nenhuma ou com muito pouca elevação moral. Amou-o fisicamente. O seu amor, como o das rameiras modestas, foi uma mescla perigosa de perfídias e abandonos, de submissão e traições, de sedução e fantasias; foi uma embriaguez pesada e não um sonho azul; foi um veneno que abate e não um cordial que reanima. Felina, coleante, o segredo da sua fascinação estava menos na sua beleza, que não era das mais notáveis, que não se podia medir com a da própria mulher de Antônio, Otávia, a desgraçada irmã de Otávio, do que nessa coisa vaga, imperceptível e magnetizadora chamada a beleza do diabo que se desprende de certas mulheres e que envolve os homens como a teia de aranha envolve e retém o inseto que a toca – para a vida e para a morte.

A sua convivência com Antônio, uma alternativa constante de violências inauditas e de expansões desenfreadas, onde o murro sucede ao beijo e o beijo ao murro, onde a invectiva insultuosa reponta do delírio amoroso e a disputa morre numa onda de luxúria, retrata com exatidão a existência cotidiana de qualquer hetaira de nossos dias e de todos os tempos e arria-a do pedestal onde a puseram os poetas da história. Cleópatra é apenas uma meretriz de sangue real que a loucura erótica de um romano poderoso precipitou na História.

Inteligente e ilustrada, não pôde sequer, embora rainha, guardar na imaginação dos pósteros essa atitude de soberana distinção que guarda, por exemplo, uma outra irregular, Aspásia, que nunca foi rainha.

Nunca, ou raro, ela soube vencer as solicitações inferiores dos seus apetites e nem sempre teve o sentimento da própria dignidade e da dignidade do trono que ocupava. Poucas vezes procedeu como uma rainha deve proceder. Ora, é precisamente o contrário que acontece com Leonor Telles. Leonor, mais bela e menos culta que ela, foi, sobretudo, uma rainha. Não teve uma vida exemplar que se possa apontar como modelo às donzelas casadoiras, mas também não resvalou ao pantanal em que a outra se retouçou.

Só se lhe descobre na vida, depois que subiu ao trono, uma falta séria aos seus deveres de soberana e de esposa, mas essa falta, como já observamos, pode ser explicada ou atenuada pela paixão, profunda e indomável, que lhe deu origem. Além do Andeiro não se nomeia qualquer outro amante de Leonor e com o próprio Andeiro ela nunca se entregou às cenas a que Cleópatra se entregava com Antônio. Amou-o desvairadamente; esse amor levou-a a cometer mais de uma imprudência. Nunca fê-la, porém esquecer-se de que era rainha.

Não seria com Leonor que César faria o que fez com Cleópatra. Leonor não se prestaria, como Cleópatra se prestou, a descer as escadas do trono, abandonar o seu reino e ir para Roma viver à custa de César, em casa montada por este, como a primeira michela pescada na sarjeta das ruas... Cleópatra, vendo o amante derrotado por Otávio, tenta ainda traí-lo com o vencedor.

Leonor, assassinado o Andeiro, repele, num lindo movimento de dignidade feminina, a proposta de casamento que o mestre de Avis lhe manda, e afasta de si, altivamente, o braço, ensopado no sangue do amante, que se lhe oferece para sustentar o trono em perigo...

Há, entre ambas, separando-as, um abismo psicológico.

Cleópatra é apenas um temperamento; Leonor é uma vontade.

Leonor é uma alma rija de conquistador que se encarnou, por engano, num corpo frágil de mulher.

Admira que um espírito atilado e um artista vibrátil, como é o Sr. Antero Figueiredo, não procurasse, no belo volume que lhe consagrou, estudar a rainha portuguesa a uma nova luz e, senão desfazer, ao menos mitigar a severidade da condenação que sobre ela lançaram todos os historiadores anteriores. Ao contrário, o seu livro, primorosamente escrito, brando de forma é, no fundo, um tremendo libelo contra ela.

Explica-se afinal. O Sr. Antero Figueiredo, como os seus predecessores, aceita sem discussão tudo o que diz Fernão Lopes na *Crônica de D. Fernando* e na *Crônica de D. João I*.

Nisto, porém, é que, segundo parece, não andaram todos com a devida cautela. Sobre o que se refere a D. Leonor, Fernão Lopes é o que, em direito processual, se chama uma testemunha defeituosa. Íntimo e dependente do mestre de Avis, o velho cronista, vivendo como viveu, entre os maiores inimigos da rainha, tem todas as suspeições para falar de Leonor Telles. A sua parcialidade, que em princípio não podia ser repelida pelos historiadores, revela-se, aliás, em mais de um passo da sua *Crônica*: Não há uma vez que elogie a rainha que não acrescente logo uma observação que destrói o elogio.

A mais elementar precaução aconselha que, para não se esposarem desde logo as suas prevenções e não se cometerem injustiças, se apartem, na *Crônica*, o fato do comentário, o que realmente aconteceu da opinião que a respeito o escritor manifesta.

Ora, de uma leitura de Fernão Lopes, feita com todos os cuidados, a impressão que se colhe não é exatamente a que o Sr. Antero Figueiredo, com superior talento, comunica no seu livro, que é tanto uma obra de arte, como um trabalho de história.

Para o distinto escritor a ambição de se fazer rainha desabrochava no espírito de Leonor muito antes dela ir à corte e de conhecer o rei. A ideia perseguia-a como um sonho obstinado no seu solar de Pombeiro e era um dos seus refúgios contra a monotonia da vida que o marido, João Lourenço da Cunha, lhe proporcionava.

Quer-nos parecer que a fantasia do romancista tomou aqui o passo ao critério do historiador. A ambição de ser rainha, pelo que se percebe de Fernão Lopes, só muito mais tarde acordou no espírito de Leonor. Talvez nem fosse nela uma ideia espontânea. Razões de sobra existem para fazer acreditar que a ideia lhe foi sugerida por alguém da família, por seu tio, D. João Affonso Tello.

Como se sabe, D. Fernando não se enamorou perdidamente de Leonor logo da primeira vez que a viu. O amor explodiu mais tarde. Não é provável, porém, que da primeira vez que a encontrou, a loira sobrinha de D. Affonso Tello não lhe tivesse causado a mais ligeira impressão. Para um rei da sua compleição amorosa, doido por mulheres, sempre a cortejar damas, não podia passar despercebida uma rapariga que Fernão Lopes descreve assim: “era bem manceba em fresca idade, e igual em grandeza de corpo; havia loução e gracioso gesto, e todas as feições do rosto quais o direito da formosura outorga; tal que nenhuma por então era a ela semelhável em bem parecer e dulcidão de fala”.

É provável, é quase certo, que a figura de Leonor lhe ficasse gravada no espírito e Affonso Tello, que era o *mor privado d’el rei*, não custou a adivinhar o que se passava no íntimo do amo e, como esperto cortesão que era, gizou logo o plano de fazer aquela inclinação indecisa tomar vulto e servir às suas ambições.

Esta hipótese é plenamente corroborada pelas atoardas que correram na época e que foram recolhidas nas crônicas do tempo. Dizia-se, por exemplo, que o casamento de D. Fernando com D. Leonor d’ Aragão não se realizou por artes do embaixador a quem D. Fernando cometeu a tarefa de o negociar. Esse embaixador era D. João Affonso Tello. Ele fez fracassar as negociações – acrescentava-se expressamente – “por casar el-rei depois com sua sobrinha”. Ora, quando ocorreu este episódio e estas coisas se repetiam, D. Fernando ainda não estava apaixonado por Leonor Telles nem esta tivera com ele qualquer namoro, como se vê deste lanço de Fernão Lopes:

“Nem el-rei D. Fernando nesta sezão, nem depois ainda por tempo, não tinha sentido de D. Leonor Telles, de que depois se namorou, nem lhe vinha por cuidado nem penso o que depois se seguiu”.

O casamento de Leonor com o rei desenha-se-nos antes como o desfecho de um hábil plano de família, imaginado por Affonso Tello e concertado com as duas sobrinhas, a própria Leonor e Maria, do que o resultado de uma deliberação individual de Leonor e o triunfo supremo da sua arte de seduzir.

Assentado o plano, Leonor foi trazida novamente à corte e seguiu-se, então, o mais que se sabe. O casamento de Leonor com Lourenço da Cunha demonstra, por sua vez, que a ideia do enlace real só nasceu, nela ou no tio, depois do primeiro encontro com D. Fernando. Se tivesse nascido antes, esse casamento não se realizaria. Era ele, exatamente, a única objeção que parte da fidalguia e a plebe levantaram contra os desejos do rei e o motivo da repulsa com que o povo de Lisboa acolheu a notícia do consórcio real.

Também não nos parece fundada a acusação de perversa que o Sr. Antero Figueiredo, como os demais historiadores, atira contra a rainha. Ela praticou realmente alguns delitos cruéis mas não estamos convencidos de que os tivesse praticado por simples espírito de maldade. Praticou-os visivelmente por necessidade de defesa. A sua índole inclinava-a antes para a brandura do que para a violência. “Era muito grada e liberal, noticia Fernão Lopes, a quaisquer que lhe pediam, em tanto que nunca a ela chegou pessoa, por lhe demandar mercê, que d’ante ela partisse com van esperança. Era de muita esmola e muito caridosa a todos”.

A vingança que tomou do povo de Lisboa não foi tão sanguinolenta e tão completa como seria se as ofensas que ela recebeu fossem ferir um peito absolutamente inacessível à piedade. Foram justificados alguns culpados, é exato, mas outros foram perdoados. “E a muitos que andavam fugidos por esta razão, perdoou el-rei depois, e não houveram pena”. Os acontecimentos e os homens é que a fizeram má.

O único traço vivo de perversidade da sua parte, é a maquinação que armou para levar o infante D. João ao assassinio de Maria Telles.

Mas esse mesmo, uma obra-prima de maquiavelismo, é um crime exclusivamente político: o desaparecimento de Maria Telles era-lhe tão necessário como mais tarde o do Andeiro foi para o mestre de Avis. Lembremos também que ainda eram vivos e formavam na oposição contra Leonor alguns daqueles honrados fidalgos que, por mando de D. Affonso, deram cabo da inocente Inês de Castro... A época é que produzia frutos deste sabor.

Não há dúvida que Leonor foi uma grande ambiciosa. É, porém, falsear-lhe a fisionomia pintá-la apenas como uma ambiciosa secundária, despida de majestade e de brilho. Havia nela o estofado de uma rainha notável. O que lhe faltou foi um companheiro à altura da sua energia e uma corte onde houvesse um senso mais esclarecido dos deveres da fidalguia.

O erro máximo do governo de D. Fernando foi a política que ele adotou em relação a Castela e Aragão. Esse erro, que muitos querem atribuir a Leonor, é anterior ao domínio dela. Os desastres militares de D. Fernando, que também lhe querem imputar, são culpas exclusivas do rei e dos seus fidalgos. A própria invasão do reino, após a morte de D. Fernando, que à primeira vista parece cair-lhe sobre os ombros é uma consequência natural de todos os erros acumulados antes, nos quais se uma parte lhe cabe não é todavia a maior nem a mais importante...

A infelicidade máxima de Leonor foi a sua paixão para com o Andeiro. Não fosse isso e talvez nem ela perderia o trono nem a posteridade teria dela a opinião que tem. Mas a paixão é uma fraqueza profundamente humana, e essa fraqueza, no caso de uma ambiciosa como Leonor, devia granjear-lhe a piedade dos historiadores. Ela mostra que Leonor não era a mulher fria, indiferente, calculista e cínica que a ambiciosa, pura e exclusivamente ambiciosa, tem obrigação de ser.

Não se compreende que só haja louvores para um rei feliz, como D. João I, que galgou o tronco pela porta de um crime covarde, e para uma mulher superior que a fatalidade das situações baixou até o crime, só se encontrem vitupérios.

A justiça da história, se é isso, é uma farsa como toda a justiça humana. As mesmas penas que enramam de flores a figura do mestre e cobrem de baldões a memória de Leonor, deviam acentuar que o primeiro teve a espada de Nuno Álvares para lhe ganhar as vitórias e a cabeça de João das Regras para lhe orientar a administração e que a segunda, além de não ter tido ao seu lado um só espírito clarividente e uma só energia eficaz, lutou, sozinha, contra a má vontade de um povo explorado na sua boa fé, a perfídia de uma nobreza desmoralizada e a fraqueza de um marido sem vontade.

Condene-se Leonor, mas, então, não se absolvam os outros. Contra esse desequilíbrio nos pesos da justiça e essa divergência nas suas medidas, a história imparcial tem o dever inelutável de se erguer.

Pena é que o Sr. Antero de Figueiredo não quisesse emprestar a essa obra de equidade histórica os fulgores do seu estilo encantador e preferisse cobrir com eles, dando-lhe feições brilhantes, uma tradição que, se não é redondamente falsa, é sem dúvida, exagerada. Mas não nos excedamos na lamentação...

O livro do ilustre escritor, tal qual saiu, é delicioso. O drama que nele se evoca é tecido com os fios de ouro de uma arte literária consumada e conserva alguma coisa da beleza dominadora da grande mulher que lhe deu o nome...

Plínio Barreto.

[BARRETO, Plínio]. “*O professor Jeremias*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1920, p. 4.

Um livro que revela um escritor, um novelista. Magnífico livro.

O *Professor Jeremias* é um romance à maneira de certas narrativas autobiográficas de Sterne, ou de Machado de Assis. Não tem enredo. Jeremias é um pobre mestre escola da roça e conta-nos a sua vida com uma despreocupação “reconcentrada”, amarga e risonha, cheia de dor no fundo, de ironia e graça à superfície. O interesse da narração não está nos fatos, está na maneira como ela é feita. E essa maneira é tão hábil na sua simplicidade e na sua fluência familiar, que substitui perfeitamente o atrativo da movimentação dramática, prende, arrasta e delicia...

Não é preciso dispor-se de grande perspicácia para se perceber que o A. imita Machado de Assis. Mas não se deve exagerar a noção dessa imitação. Ele de fato imita, porém menos do que aparenta, porque, ainda que não conhecesse uma só linha de Machado de Assis, de certo não escreveria muito diversamente do que escreve... Sente-se que o seu estilo e maneira brotam, antes de tudo, com a maior naturalidade, de temperamento que lhe coube em sorte. Aquilo não se contrafaz com tão imperturbável segurança de princípio a fim de um livro. A sua imitação, que acreditamos involuntária, resultado inevitável da simpatia e da compreensão profunda que nascem do parentesco espiritual, está mais em certos boleios de frase e certos tiques do mestre: um jeito de comentar sardonicamente a própria narrativa, certas reflexões de suave sarcasmo, certas expressões de ático humorismo...

Seja como for, trata-se de um livro de estreia. Poucas estreias temos visto como esta, no Brasil, e ainda menos em São Paulo. A prosa não é, decididamente por enquanto, o nosso forte, e os bons livros de prosa são uma verdadeira raridade – a menos que não se considere como “prosa” todo escrito sem metro e sem rima, como o outro que só distinguia os versos pelo cumprimento das linhas.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Jackson de Figueiredo: A Coluna de Fogo; Durval de Moraes e os poetas de Nossa Senhora; Clodomir Cardoso: O habeas corpus e a reforma constitucional; Aureliano Guimarães: O Habeas Corpus; Sousa Leão: Novos incidentes constitucionais; J. S. Fonseca Hermes Júnior: Legislação internacional do ar; Benjamim Sodré (Velho Lobo): Guia do escoteiro” [Seção Bibliografia]. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 9 jan. 1926, p. 3.

Não são comuns entre jornalistas brasileiros os pregadores doutrinários. O nosso jornalismo gira em torno de indivíduos comprazendo-se pouco nos deleites espirituais que o jogo das ideias e o choque dos princípios costumam proporcionar. A filosofia dos fatos, o sentido íntimo dos acontecimentos, as correntes propulsoras da vida coletiva não lhes desperta, aos jornalistas patricios, curiosidade intensa. São coisas essas de significação secundária que só pode preocupar indivíduos tomados do desejo depravado de figurar entre os seus contemporâneos como encarnações do tédio. Não sendo o bocejo, como não é, objetivo de carreira que a todos seduza, melhor será, pensam os jornalistas, abandonar filosofias, fugir a princípios, desprezar doutrinas e francamente procurar o triunfo fácil, conquanto efêmero, que a agressão pessoal, o comentário maldoso, a perversidade risonha, a calúnia amável, infalivelmente asseguram... Mais vale a notoriedade fugaz de um dia entre os seus contemporâneos, conquistada com essa arma, que a fama permanente entre os pósteros, alcançada pelo amanhã áspero das doutrinas.

O Sr. Jackson de Figueiredo pertence à classe dos jornalistas doutrinários. Homem do seu tempo, não logrou, entretanto, libertar-se dos vícios do meio. O seu sistema doutrinário apresenta, aqui e ali, manchas de pessoalismo, de que se contagiou no ambiente em que evoluiu. As ideias do apóstolo têm a limpidez toldada pelos fumos da paixão do homem... Tão viva essa paixão costuma ser que pululam nos seus escritos injustiças gritantes. É o que verá com facilidade quem quer que percorra as páginas desse livro ardente a que bem denominou a *Coluna de fogo*, em que reuniu artigos e conferências atinentes, na maior parte, ao movimento revolucionário de 1924. Como sempre, a paixão não lhe permite a visão integral dos fatos. A torre de onde os contempla não se abre para todos os horizontes; só deita para um trecho da paisagem, que é um vale estreito... Nesses artigos, onde se depara frequentemente mais com o calor das lavas do que com a frescura das flores, há uma apologia contínua e plausível de alguns princípios salutareos, como este: é dever dos governos fazerem respeitar inflexivelmente a autoridade em que legalmente foram investidos: maiores são os males do que as vantagens trazidas pelas revoluções, a pior legalidade é mais útil que a melhor revolta; as forças armadas não têm direito de sair do terreno da obediência para, utilizando-se dos engenhos de destruição que a nação lhes confiou, perturbar a tranquilidade do país e despojarem da autoridade, que exercem, as pessoas que lhes caíram no desagrado. Não se vê, porém, ao lado da apologia desses princípios, a apologia de outros tão importantes e tão preciosos como esses. Não se encontra, sequer, uma referência a esta verdade elementar: o maior fator de revoluções é a falta de justiça nos governos e a maior ofensa à justiça que um governo possa fazer é, levado de suspeitas vagas, deter indefinidamente em prisões do Estado, sem interrogá-las e sem processá-las, pessoas inocentes.

O princípio de autoridade é, com efeito, nas aglomerações humanas juridicamente organizadas, um princípio sagrado. Sem respeito à autoridade não há governo possível. Mas autoridade não é o capricho. Onde este começa, aquela desaparece. Se, diante da autoridade, cumpre que todos nos curvemos diante do capricho a revolta não é só um direito: é um dever. Palavras de condenação merecem, realmente os militares, que de anos para cá, andam a desencadear a desordem no território brasileiro.

Louvores ninguém os regateia ao governo por se defender contra esses revoltosos. Reservas entretanto, há que se lhe fazer à ação enérgica quando se assinala por demasias de rigores inúteis e pela omissão de cautelas processuais em prejuízo de inocentes. Tenho o respeito mas não tenho o feiticismo da autoridade. Por isso talvez, é que, ao contrário do Sr. Jackson de Figueiredo, não sinto horror algum ao instituto da anistia. Acho-o perfeitamente compatível com

o princípio da autoridade. Não posso admiti-lo, divorciado desse princípio. Só a autoridade, e autoridade forte, pode conceder a anistia. O revoltoso que a aceita presta, aceitando-a, homenagem à autoridade que lhe outorga. A anistia, como o perdão, de quem é, às vezes, a forma política, vem do alto para baixo, do superior para o inferior, do vencedor para o vencido, do soberano para o súdito, do chefe para o subordinado. É um remédio que se aconselha ou se desaconselha conforme as circunstâncias, mas que se não tem o direito de proscrever absolutamente. Se algumas vezes é ditada por um sentimentalismo piegas, sê-lo-á outras, pela mais alta sabedoria política... A finalidade dos homens de governo não consiste em permanecerem contra ventos e marés, nas posições que ocupam: consiste em promoverem, com os recursos que essas posições lhes facultam, a felicidade da nação. É claro que a anistia tem, como tudo, a sua hora. Desencadeada a revolta e ferida a luta entre ela e a autoridade legal, deverá esta procurar esmagá-la rapidamente pela força bruta. Se, porém, a luta se prolonga e a força bruta se mostra impotente, para, num prazo razoável, sem risco de ruína para a nação, vencer a revolta, o dever da autoridade constituída será, então, apelar para as outras armas e procurar dominá-la pela habilidade. Desta, a expressão mais elevada é a anistia...

De um jeito ou de outro, vencendo a revolta pela força ou vencendo-a pela habilidade, a autoridade constituída terá servido à nação pois, de um jeito ou de outro, terá restaurado, no seu seio, a paz, sem a qual ela não vive nem prospera. A força como tudo na vida, tem, também a sua hora. Passada essa hora, ela não cura: agrava o mal. Com franqueza, nenhum benefício, para a nação consigo ver em uma luta indefinida quando, a troco de uma pequena transigência, se possa restabelecer a tranquilidade geral. Na história da República há exemplos eloquentes em favor desta tese. O Prudente de Moraes, que negociou a paz com os revoltosos do sul, vencendo-os pela habilidade política, será menor que o Prudente de Moraes que fechou a escola militar, extinguindo com um ato de força aquele formigueiro de sedições. O ato de habilidade política não equivale, no plano dos princípios governamentais, ao ato de força? A transigência no sul enfraqueceu o prestígio que a autoridade do grande presidente adquiriu com o ato de energia que praticou no Rio?

Quando a luta é breve não há dúvida que a anistia será um erro, porque será estímulo para outros movimentos subversivos. Debilita a autoridade constituída e não assegura a paz do dia seguinte. Quando, porém, é o único meio visível de pôr termo a uma luta que se arrasta por anos a fio é mais do que um recurso proveitoso: é uma necessidade iniludível. É esse ponto de vista, é esta consideração, e não a pieguice sentimental ou as simpatias aos revoltosos que, no contrário do que pensa o Sr. Jackson de Figueiredo, faz muita gente boa, gente mais legalista que o próprio governo, bater-se pela anistia...

Erro máximo do Sr. Jackson Figueiredo é acreditar, sem o dizer, que em política como em religião, pode haver dogmas e que assim como na igreja se admite a infalibilidade do papa, se deve, no Estado, admitir a infalibilidade do governo...

Para consolo do desgosto de dissentir da opinião desse escritor em assuntos políticos, deu-me ele o ensejo de, com outro livro – *Durval de Moraes e os poetas de Nossa Senhora* – partilhar, quase sem reservas, das suas admirações literárias. É outra atmosfera que se respira nessas páginas suaves. Do contato com os políticos, passa-se ao contato com São Francisco de Assis e com a Virgem Maria, invocados em versos e prosa com uma infinita doçura de traços, e essa transição repousa a alma e acalma o espírito... Pela minha parte, confesso que muito mais me encantam e prendem os atos e os ditos de São Francisco de Assis que os atos e os ditos de todos os estadistas contemporâneos, que derramam sobre o nome brasileiro e o clarão vivo da sua glória...

Para as silenciosas alamedas do misticismo, aceito, de bom grado, confiante e agradecido, a mão que o Sr. Jackson de Figueiredo me estende. Mas para os atalhos rumorosos da política, francamente, não a quero... Não é esta a primeira oportunidade que se me oferece, de, publicamente, me apartar desse intrépido escritor. Já tivemos uma amistosa polêmica no Rio de Janeiro. Dessa troca de ideias, a parte do meu antagonista vem transcrita no volume – *Coluna de*

fogo. A nobreza de Jackson, que não me canso de proclamar, fê-lo, antes de sair o livro, escrever-me uma carta, oferecendo-me carinhosamente um lugar, no mesmo volume, para os meus artigos. Como é natural, recusei.

Torno público este fato para mostrar, aos que não o conhecem, qual o caráter desse polemista tempestuoso, e, também, para lhe agradecer a gentileza da lembrança...

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Tomo especial da Nobiliarquia Paulistana, histórica e genealógica, volume primeiro” [Seção Bibliografia]. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 jul. 1926, p. 3.

A *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica* de Pedro Taques Paes Leme é um dos livros mais falados e menos lidos que existem na literatura brasileira. Pedro Taques é quase uma figura familiar. O seu nome anda em todas as bocas em muitas placas de ruas. A sua obra, entretanto, poucos a terão lido. É que essa obra só se encontra espalhada em vários números da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e esses volumes não são encontrados nas livrarias nem estão ao alcance de todas as bolsas. Sofre a *Nobiliarquia Paulistana* do mesmo mal que ataca todas as obras fundamentais que interessam à História do Brasil – o mal da raridade. Felizmente, por iniciativa do próprio Instituto Geográfico, esse mal vai desaparecer. Iniciou-se, agora, em volumes seguidos e especiais, a publicação daquele famoso trabalho do inolvidável paulista.

O primeiro volume já está à venda nas livrarias e contém os capítulos referentes aos Bueno de Ribeira, aos Taques Pompeus, aos Almeida Castanho, aos Laras e aos Prados. Ilustram a publicação minuciosa biografia do autor e esplêndida análise da obra devidas ambas à pena desse infatigável e autorizado estudioso de coisas nacionais, que é o Sr. Afonso de Escragnole Taunay. Com a leitura desses dois trabalhos adquire-se ideia perfeita de quem foi, como homem, Pedro Taques e do que vale, como documento histórico, a sua obra. A biografia é completa e a análise do livro é franca e aguda.

O homem, conquanto cheio de fraquezas sobretudo ao que concerne às seduções do outro sexo, era um espírito reto, amigo da verdade e incapaz de miudezas. Teria as suas baldas, como o excessivo amor à fidalguia e ao lustro das linhagens remotas, mas não era capaz de sacrificar conscientemente a verdade à vaidade própria ou dos outros nem se contentava com a informação frágil e incerta que a tradição lhe podia fornecer. Amava a investigação direta e não tinha preguiça de varar dias nos cartórios debruçado sobre pilhas de autos a ler testamentos e a compulsar peças judiciárias. Mesmo quando doente, viu-se o fato em Portugal, não cessava essa investigação extenuante. Em luta com os primeiros assaltos da paralisia geral, não perdia o ensejo de, em Lisboa, na ocasião em que lá esteve pela segunda vez, em viagem de negócios, frequentar a Torre do Tombo em busca de documentos para a sua *Nobiliarquia*.

A obra terá imperfeições, mas não as que resultam da leviandade nas afirmações e da facilidade em acreditar tudo quanto lhe contavam. O Sr. Afonso Taunay deposita a maior confiança nos dados recolhidos por Pedro Taques, esposando, a respeito do velho investigador, a opinião de Sílvio Romero: “Consagra-lhe Sílvio Romero dez extensas páginas e faz-lhe justiça ao mérito. Põe-lhe em destaque a feição eminentemente brasileira; o espírito de nacionalismo que pela obra lhe perpassa, “tão notório nos madrigais de Alvarenga e no de *Caramuru* como nas páginas da *Nobiliarquia*. O que Taques fez não é obra de um Rocha Pita, uma *América Portuguesa* boquiaberta diante de governadores e vice-reis e sim a descrição de um troço de bandeirantes a internar-se”. Até essa época “fora a história, também, um gênero de importação, vinda enfardada da Metrópole com a pimenta, a cebola e os queijos do Reino”. Foi Taques quem a nacionalizou. “Tirou-a do palanque arrancando-lhes as capas, julgou-a na rua com a introdução de um novo elemento: o povo. Não era ainda o povo brasileiro em sua totalidade e sim nobiliarquizado em suas principais famílias: ainda assim foi o alcance imenso”. Denota o cronista “vasta leitura, erudição prática, conhecimento positivo dos documentos”. Escapa à “mania de copiar os antecessores, moléstia comum dos historiadores brasileiros, antigos e modernos. Manuseou arquivos antigos e modernos e era da família dos beneditinos europeus”. A estes elogiosos e exatos conceitos, junta Sílvio Romero algumas observações em que analisa o espírito bairrista do autor da *Nobiliarquia*, tão forte e tão patente, quase página a página da sua obra”.

O Sr. Afonso de Taunay critica, a seguir, alguns conceitos de Sílvio Romero sobre o sentimento excessivamente paulista de Pedro Taques, evoca o conceito elevado que João Ribeiro forma da *Nobiliarquia*, censura o descaso com que José Veríssimo aludiu a essa obra e conclui apresentando todos os títulos que, a seu ver, recomendam a *Nobiliarquia* ao acatamento dos espíritos sérios: “Provêm as fortes documentárias da *Nobiliarquia*, principalmente do estudo acurado dos documentos acumulados nos cartórios civis e eclesiásticos de que foi Pedro Taques, consoante à informação de frei Gaspar da Madre de Deus, infatigável e insaciável revolvedor. Com a maior atenção, revistou registros paroquiais de nascimentos, de casamentos e óbitos – onde deixou notados enganos, erros e omissões de párocos – foi o mais pertinaz ledor de quantos inventários e testamentos se lhe depararam, de quanta justificação *de genere et de nobilitate probanda* lhe caiu sob os olhos, sem contar o estudo pormenorizado dos papéis oficiais, atas da Câmara e livros de seus registros, assentamentos e tomos de repartições públicas, sesmarias, etc. Chegou a ler, correntemente, os mais velhos documentos paleográficos, como os de S. André, a quem traduziu nas entrelinhas segundo pensa Varnhagen. Deram-lhe enorme trabalho os documentos quinhentistas do antigo cartório da Fazenda Real de S. Paulo. Frequentemente gastou muitas horas de aplicação para verter uma só lauda. Prodígio de retentiva, na frase do beneditino, servia-lhe a desmarcada memória para estabelecer as ligações indispensáveis imprescindíveis aos estudos de natureza que empreendeu. Não o satisfazem as informações orais sobre assuntos de certa monta embora ministradas por pessoas por cuja autoridade professa a maior veneração. Assim sucede, por exemplo, com as que lhe dera seu mestre, padre José de Mascarenhas, no entanto, a seu ver “único genealógico das famílias das capitânicas do Rio de Janeiro, S. Vicente e São Paulo”. Relata o que ele lhe disse, mas acrescenta que jamais encontrara documento algum, verificador de semelhantes notícias. Desse contato íntimo com as provas, proveio-lhe o maior respeito pela sua integridade e o desgosto que lhe causava a sua violentação pelos escritores pouco escrupulosos. Daí a animadversão a Rocha Pitta votada, e os reparos severos feitos a Jabotão”.

O depoimento do Sr. Afonso Taunay, que é também um investigador erigido de escrupulos e capaz dos maiores sacrifícios vale por um julgamento definitivo. As suas palavras dão a Pedro Taques um verdadeiro diploma de honestidade científica. “São o pendur para a documentação humana, prossegue o Sr. Taunay, as tendências à individuação que para nós sobrelevam o valor da *Nobiliarquia paulistana* – obra de paciência, quicá apenas documentação valiosa de nossa história sertanista, para os observadores superficiais, mas, para os estudiosos e sinceros, muito mais do que isso: porque representa a fixação dos caracteres das gerações longínquas, que passaram anônimas, e traduz um pouco da alma que aos dilatadores do Brasil animava. E tudo isso sem que a sua intervenção se perdesse...”

Essa obra terá os seus pontos fracos, e o Sr. Taunay aponta alguns, mas o que nela se contém, de sólido e forte, sobeja para lhe garantir, na literatura histórica do Brasil, um lugar eminente. Não pode Pedro Taques fugir, por exemplo, ao vício que rói os genealogistas de buscar, sempre, para as suas personagens, ascendência real. Mas, até nesse defeito, não se excedeu. Não levou, por exemplo, os figurões paulistas, até esses “reis de Leão, cuja prolificidade hiperleporina os gratificou à direita e, sobretudo, à esquerda com uma descendência maior do que a do pai Abrahão...”. Não enxertou os grandes vultos de S. Paulo ao tronco de Hugo Capeto e Carlos Magno, “Clóvis e Meroveu, Clodião, o cabeludo, e Faramundo, filho de Marconir”. Os seus varões não se vinculam a linhagem desses que, “deste lado do Atlântico constituem milhares e milhares de autênticos e autenticados descendentes dos reis de Leão e Portugal, de Hugo Capeto, Carlos Magno, Clóvis e Meroveu, capetíngios à lufa, carlonvíngios em barda, merovíngios incontáveis na mais completa democratização dinástica de que jamais se ouviu falar... A tanto não chegou Pedro Taques, bem longe disso: não passou de Afonso Henriques, o que aliás, já não é pouco: ao fundador da Monarquia prendeu os Taques Pompeus por seu quarto-avô, Pedro de Moraes de Antas, a seu turno, décimo-neto – por via barregã, entende-se – do vencedor de Ourique. E isto mesmo avança-o firmado na autoridade de

‘insígnia’ José Freire, Monterroio Mascarenhas, em cuja livraria, título Bragansões, haurira semelhantes elementos”.

Outra reserva que a obra de Pedro Taques provoca ao Sr. Afonso Taunay é no que se refere à opulência dos paulistas: “Onde nos parece que Pedro Taques se deixa arrastar pelas tendências ao exagero é ao descrever os bens dos antigos ‘potentados’ paulistas. Dá-lhes [ilegível] de opulência que não condizem com a antiga pobreza do planalto piratingano, a penúria pelos inventários revelada: pois S. Paulo tornou-se rico da segunda metade do século dezenove em diante. Houve, é exato, um período de relativa abundância, quando chegaram os primeiros produtos das lavras, o que a vários mineradores permitiu possuírem ‘móveis ricos e de primor’ ou ‘excelentes móveis de prata e ouro, avultadas baixelas de prata, cuja copa foi de muitas arrobas’. Repetiu o cronista o que de parentes e amigos ouvira acerca das fortunas dos antigos paulistas, obedecendo à tradição oral e cujas tendências são as que o sábio rifão sensatamente qualifica quando se refere àqueles que ‘contam um conto...’. Nós mesmos percorrendo o inventário da prata do ‘creso paraibano’, padre Guilherme Pompeu de Almeida, por ele próprio feito, encontramos muito reduzida a sua ‘copa’, de arrobas entre prataria e – curiosa demonstração de amor ao luxo – nada menos de cem vasos noturnos, também em metal nobre, destinados à comodidade menos nobre dos seus hóspedes, por ocasião das grandes festas da Conceição...”

A *Nobiliarquia*, como se sabe, não está completa. Muitos capítulos extraviaram-se e, até hoje, não houve quem os descobrisse. Ainda assim, porém, fragmentada como se acha, é o mais copioso e seguro repositório de episódios da vida colonial. Nas suas páginas existe material abundante para uma série de quadros da vida brasileira especialmente da de São Paulo, durante largo trecho da nossa existência. Desprezado nessa obra tudo quanto é a anotação insignificante, pode-se extrair dela, à maneira do que, em França, se fez com as *Memórias de Saint Simon*, uma galeria de personagens e uma sucessão de fatos em que se retratam todos os aspectos da vida social, política e aventureira dos nossos avôs. Seria um livro curiosíssimo e de fácil difusão. Admira até que ainda não o tenham tentado fazer.

Os que nunca leram uma página de Pedro Taques poderão entrar, desde já, em contato com ele. Transcrevo para isso mais abaixo, o trecho relativo, à aclamação de Amador Bueno para rei de São Paulo. A maior curiosidade desse trecho está na demonstração, que encerra, de que esse famoso movimento não foi, como muita gente acredita, uma explosão de nacionalismo brasileiro em revolta contra a Metrópole. Foi simplesmente uma audaciosa manobra política maquinada por espanhóis abastados que, então, residiam em São Paulo. Teria sido, quando muito, um movimento nacionalista espanhol... São estas as palavras de Pedro Taques:

“Foi Amador Bueno, vassalo de tanta honra e fidelidade, que achando-se na sua maior opulência de cabedais, respeito e estimação, com dois genros castelhanos, ambos irmãos e fidalgos ambos, que tinham poderoso séquito dos espanhóis, casados e estabelecidos em São Paulo, com aliança das famílias mais principais da capitania; não podendo estes castelhanos suportar a gloriosa e feliz aclamação do Sr. rei D. João IV, de Portugal, e segundo do nome entre os sereníssimos duques de Bragança, formaram um corpo tumultuoso, e as vozes aclamavam por seu rei a Amador Bueno, intentando vencer com este bárbaro o sacrílego atentado a constância do honrado vassalo Amador Bueno, para deste modo evitarem a obediência e o reconhecimento de que se devia dar ao legítimo rei e natural senhor, ficando São Paulo com a voz de Castela, assim como estiveram os moradores da Ilha Terceira até o ano de 1583 com a do Sr. D. Antonio, prior do Crato, que se achava refugiado em França, e a favor de quem sustentava aqueles mares com armada de muitos vasos Phillippe Strozi e Mr. de Brizay, que ficou desbaratada a 26 de julho de 1582 por D. Gaspar de Bazan, marquês de Santa Cruz, o qual voltou somente à mesma ilha já em 1583 contra o poder de Mr. de Chatry, cavalheiro de Malta, e ficou rendida a armada francesa e as ilhas deram obediência ao rei de Castela em dito ano. Tinha o corpo da rebelião adquirido forças nos autores dele, os castelhanos, que, por si e suas famílias, avultavam em grande número. Eram os três irmãos Rendons, da cidade de Coria; D. Francisco de Lemos da

cidade de Orense, com seus dois filhos, D. Baltazar e D. Hieronimo de Lemos; D. Gabriel Ponce de Leon, da cidade real de Guayra, da província do Paraguai. Bartolomeu de Torales, da Vila Rica do mesmo Paraguai, com vários filhos que trouxe de sua mulher D. Ana Rodrigues Cabral, que faleceu em S. Paulo a 13 de maio de 1639, natural da cidade real de Guayra; D. André de Zuniga e seu irmão D. Bartolomeu de Contreras e Torales; D. João de Spina Gusman, da dita província de Paraguai, e outros muitos espanhóis da Europa, etc. Porém Amador Bueno, sem temer o perigo nem deixar prender-se da indiscreta lisonja, com que lhe ofereciam o título de rei para o governo dos povos da capitania de São Paulo, sua pátria, soube desprezar, e ao mesmo tempo repreender a insolente aclamação, desembainhando a espada e gritando a vozes: – Real, real por D. João IV, rei de Portugal. – Salvou a vida do perigo em que se viu pelo corpo desta horrorosa sedição, recolhendo-se ao sagrado o mosteiro de São Bento, acompanhado dos leais portugueses europeus e paulistas até ficar em sossego o inquieto ânimo dos castelhanos que tinham fomentado o tumulto. Nesta ação deu inteiramente créditos de si a incontrastável lealdade deste vassalo paulista. Não ocultou o segredo do tempo na oficina do olvido esta briosa revolução de Amador Bueno, porque reinando o Sr. rei D. João V, de saudosa memória, se dignou a sua real grandeza mandar lançar o hábito de Cristo a Manuel Bueno da Fonseca, sem preceder às provanças pela mesa de consciência e ordens; porque logo que lhe fez esta mercê o houve por habilitado, e na carta que lhe mandou passar, como governador e perpétuo administrador do mestrado da cavalaria e Ordem de Cristo, se contém esta expressão: – “por ser neto do meu muito honrado e leal vassalo Amador Bueno” – Este fato da intentada aclamação do rei, que não aceitou Amador Bueno, se lê no “Arquivo” da Câmara da Vila capital de S. Vicente, no livro grande de registro, título 1634, fl. 125 até 126, etc.”.

*

Vejo, com pesar, que cheguei no limite extremo do espaço habitualmente reservado para este rodapé. Deixo, por esse motivo, para a outra vez, as linhas que desejava consagrar, hoje, a uma outra obra de grande importância para a história do Brasil – *A História de uma viagem à terra do Brasil*, de Jean de Léry, traduzida e ordenada literalmente por Monteiro Lobato. Direi, entretanto, desde já, para uso dos leitores que buscam nos livros mais recreio que instrução, que é um trabalho interessantíssimo repleto de lances dramáticos. Prende a atenção como um romance de aventuras.

Para a próxima vez, ficará também a menção que devo a outros livros, inclusive aos *Exames e pareceres médico legais* do saudoso Oscar Freire, editado pela Livraria Acadêmica, sob as vistas do Dr. Flaminio Fávero.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Lourenço Filho: Juazeiro do Padre Cícero; Afonso de E. Taunay: História Seiscentista da vila de São Paulo” [Seção Bibliografia]. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 11 set. 1926, p. 3.

[...]

Não sei se o Sr. Afonso de E. Taunay teve algum prazer quando percorreu as atas da Câmara Municipal de São Paulo. Duvido. Se não teve, não o dirá, para não desanimar os que se virem obrigados a praticar proeza idêntica. Por mim confesso que nenhum prazer teria em percorrê-las. Dos trechos transcritos na *História seiscentista da Vila de S. Paulo*, que o infatigável pesquisador começou a publicar, depreende-se que, afora o sabor da antiguidade, nada existe naquelas atas capaz de atrair um espírito aventureiro. É tudo árido, seco, incolor. O interesse das reconstruções históricas que o Sr. Taunay empreendeu não foram elas que o deram. Foram outras fontes. O que elas fornecem é muito pouco. É exato também que a história de S. Paulo, na quadra seiscentista, é muito mais interessante pelo que se passa fora do perímetro urbano do que pelo que se passa dentro dele. O bandeirante só é um tipo curioso no sertão. Dentro de casa, no vilarejo acanhado onde vegeta, a sua personalidade perde o relevo como a do ator que, abaixado o pano, se retira do palco e recolhe-se ao camarim... Ora, o que as atas narram é a vida administrativa e política do bandeirante dentro de casa, despido da auréola das aventuras e do prestígio da fama. Em casa, o bandeirante é o mesmo homem do sertão – uma energia indomável ao serviço de uma indomável cobiça: mas o que no sertão se dilata e ilumina com toques de glória, em casa se amesquinha e entenebrece com toques de miséria. No sertão o bandeirante arroja-se à caça do ouro e do índio. Chega a ser épico e o esplendor da epopeia recalca e dissimula a miséria do sentimento. Em casa o bandeirante é apenas o senhor rude e brutal que faz o escravo trabalhar para lhe alimentar a calaçaria de bom tom. Chega a ser revoltante, e na [ilegível] dos seus vícios rasteiros se apaga e some o clarão de suas virtudes heroicas. As atas só guardam, efetivamente, o eco da luta perene que lavrava na cidade entre o bandeirante, a querer escravizar o índio, e o jesuíta, a procurar subtraí-lo à escravidão. É uma luta de que o bandeirante sai diminuído e cujas peripécias são quase sempre as mesmas.

A lição histórica que se contém no livro do Sr. Taunay é, como sempre, vária e substanciosa. De todas a mais importante, neste volume, é a do papel principal que a Câmara de S. Paulo exerceu na vida política da terra. Outra, também valiosa, é da rigorosa fidelidade com que frei Gaspar da Madre de Deus compôs as suas *Memórias para a história da Capitania de S. Vicente*. A defesa do frade contra os ataques de que tem sido vítima pareceu-me decisiva. Um dos pontos capitais da acusação é que o frade inventara o célebre episódio da aclamação de Amador Bueno. O Sr. Taunay demonstra, com a publicação integral da patente de capitão governador de reformados, concedida a Manuel Bueno da Fonseca, pelo capitão general da Repartição do Sul e governador da cidade do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, que não houve invenção alguma. O fato era público e notório e chegara ao conhecimento do próprio governo real. “E, assim, conclui o Sr. Taunay, cada vez mais se afirmará a glorificação do historiador vicentino, amante da verdade, cujas faltas e cujos deslizes não são senão as manifestações da boa fé, produtos subconsciente do mais geral do mais intrínseco dos atributos humanos: a inevitabilidade do pendor para o erro. Se frei Gaspar da Madre de Deus, mal inspirado, nem sempre escreveu a verdade na plenitude de sua pureza, procurou, estamos convictos, fazê-lo com todas as veras da alma, agindo com o maior escrúpulo, após as longas meditações e o extenuante labor das pesquisas e dos cotejos, rigorosos”.

É esse também o meu pensamento. As claudicações do frade foram determinadas, não pela malícia, mas pela candura. Não o troco pelos seus críticos.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Oliveira Lima: Dom Pedro e Dom Miguel” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 abr. 1927, p. 3.

Oliveira Martins considera os vinte e cinco anos seguintes à morte de D. João VI os mais tristes em toda a história portuguesa. A leitura do livro em que o Sr. Oliveira Lima acaba de expor o que denomina a “Querela da sucessão”, isto é, a luta entre D. Pedro e D. Miguel e por detrás de ambos, entre o liberalismo e o absolutismo, confirma o melancólico conceito do grande historiador lusitano.

Durante esse longo período, Portugal não teve sossego e esteve, por assim dizer, à mercê das facções internas e das potências estrangeiras. Tropas inglesas exerceram no seu território a polícia política, as fronteiras espanholas, praticamente, desapareceram, a família real dividiu-se em dois campos inimigos e o povo se cindiu-se em duas facções rivais. Viveu tudo numa efervescência contínua, a qual devorou todas as energias fecundas do trabalho e destruiu todas as doçuras da existência. O velho reino fez-se um verdadeiro inferno.

Garret atribui as desgraças que, então, lhe caíram sobre a pátria à quebra da palavra real por parte de D. João VI. “D. João VI havia prometido uma constituição aos portugueses, solene, espontaneamente, sem ninguém lho pedir ou exigir, sem que o povo tivesse, na ocasião da promessa, voz para tal pedir, – força para tanto exigir. Mal os conselheiros em casa, pérfida intrigas de fora subjugaram o ânimo fácil e tímido do amargurado soberano. O rei retratou deslealmente a promessa, faltou, vilmente, à sua palavra com pouca glória para seu nome, sobeja desonra para os que tal lhe aconselharam, e para a longa, incalculável desgraça dos seus súditos, ruína do reino e perdição de sua própria família. Todas as desgraças que Portugal hoje sofre, todas que ainda sofrerá, provém daquela errada e desleal política”.

Mas o próprio Garret, linhas adiante, descrevendo os terríveis episódios da sedição que tomou o nome de “abrilada”, demonstra que não foi a quebra da palavra real que provocou a tempestade revolucionária... A “abrilada” foi capitaneada por D. Miguel, e este poderia fazer tudo menos chamar a contas o rei pela quebra das suas promessas constitucionais...

A desgraça de Portugal tem causas mais complexas e profundas. Não derivou nem dessa fraqueza do rei, nem como quer Oliveira Martins, da influência perniciosa do exército. Prende-se, principalmente, à situação geral da Europa após a queda de Napoleão e ao estabelecimento da Santa Aliança e às condições especiais da família de D. João VI. A luta entre o espírito liberal e o espírito absolutista, que lavrava em todos os países europeus, repercutiu, como era natural, no pequenino reino lusitano e ali se agravou com as dissensões domésticas da família reinante.

Acrescente-se ainda que não havia, entre os candidatos à sucessão, ideias assentadas sobre o que deviam fazer. D. Pedro, que encarnava as aspirações liberais, variou de propósitos inúmeras vezes e D. Miguel, o cavaleiro do absolutismo, nunca soube manter-se no caminho reto e limpo. No fundo, nenhum deles se preocupava muito com a liberdade e com a constituição. Eram ambos de temperamento absolutista. D. Pedro, observava com muita justeza o Sr. Oliveira Lima, era um monarca absoluto quase tanto quanto D. Miguel ambicionava sê-lo. “Com ambos estavam as constituições destinadas a ser rótulos falazes. No Brasil, o imperador apenas se decide a convocar seu primeiro Parlamento, quase dois anos após a eleição do pessoal legislativo, porque a guerra estrangeira o forçava a despesas que o erário não podia mais satisfazer e também porque a situação militar e naval reclamava uma partilha de responsabilidades. As câmaras acharam-se diante de tratados cujos termos a nação ignorava, de empréstimos cujo produto já fora aplicado, de emissões fraudulentas ou desastrosas, de despesas autorizadas pela vontade exclusiva do soberano, de obrigações financeiras internacionais assumidas em desacordo com a opinião, como a do resgate de uma independência que fora alcançada por todos os meios – pela vontade da nação, pela fortuna das armas e pela intervenção diplomática e à qual se dava por fim aquele caráter afrontoso para os brios públicos”.

A luta, que a sucessão de D. João VI desencadeou, foi principalmente o resultado do choque de duas ambições pessoais contrárias: a de D. Pedro e a de D. Miguel.

O desejo íntimo de D. João VI exigiu que lhe sucedesse no trono o filho que fundara o império do Brasil. Era o primogênito e, ao contrário do irmão, não se sujeitava ao domínio da mãe, a terrível rainha Carlota Joaquina...

Como, porém, havia de subir ao trono de Portugal o príncipe que tirou o Brasil à metrópole para erigir-lo em Império independente, sujeito à sua dinastia?

Aproveitando-se do silêncio que a esse respeito se guardou no tratado de reconhecimento do novo império, D. João, sentindo que a morte se aproximava, nomeou um governo provisório para reger o reino até que pudesse ocupar o trono o “legítimo herdeiro”. Esse governo provisório, presidido pela infante D. Isabel Maria, morto o rei reconheceu como legítimo herdeiro, o imperador do Brasil a quem proclamou rei de Portugal e “em nome dele passou os seus atos todos, com sua efígie e em seu nome mandou cunhar moeda e enfim lhe enviou uma deputação a prestar homenagem em nome da nação e do governo”.

Durante os cinco meses, que durou esse estado de coisas, observa Garret, “nenhuma voz se levantou para suscitar a mínima dúvida sobre os direitos de D. Pedro IV; sua própria traidora mãe, seu próprio pérfido irmão o reconheceram e lhe juraram obediência como seu legítimo soberano. Nem na capital, nem nas províncias, nem em nenhum corpo do exército houve o mínimo sinal de relutância ou de sublevação; tudo aguardou tranquilo as ordens do soberano legítimo, que todos reconheceram como tal, sobre cujos direitos ninguém pensava que pudesse haver controvérsia. A exemplo de seu próprio reino, os soberanos das outras nações da Europa reconheceram o novo monarca que pelo princípio hereditário e segundo as mais estritas regras da legitimidade, naturalmente sucedia a seu pai”.

Oliveira Lima atenua o tom rígido e peremptório dessas palavras. “O fato é, diz ele, que houve hesitação em aclamar D. Pedro rei e que só como tal foi reconhecido sob a injunção de optar entre os dois países, ou para dizer as coisas com mais exatidão, de optar pelo Brasil”.

A marcha dos acontecimentos dá razão ao historiador brasileiro. A posição de D. Pedro era insustentável. Reunir novamente as duas coroas sobre uma mesma cabeça não lhe seria possível. Nem o Brasil se sujeitaria à dependência de Portugal nem Portugal à do Brasil e a igualdade entre ambos não haveria quem naquele momento a estabelecesse. Herdeiro de um trono que já lhe não podia mais tocar, D. Pedro, para privar o irmão do direito que legitimamente lhe cabia, abdicou a coroa na pessoa de sua filha D. Maria da Glória e, para adoçar a boca do irmão espoliado, fê-lo noivo da filha. Ao povo português, principal interessado nesses negócios, doou uma carta constitucional...

Tudo estaria arranjado se em tudo tivesse havido sinceridade e se a família de D. João VI não fosse a família terrível, que era. Além disso, comenta Oliveira Martins, D. Pedro destruiu o efeito das suas sábias medidas nomeando D. Miguel regente do Reino em nome da jovem rainha. Mais tarde, quando a situação se complicou, esse erro ainda foi agravado pela resolução que D. Pedro tomou de atribuir a D. Miguel as funções de seu lugar-tenente.

Dom Miguel tinha por si a massa popular. Dispunha também das simpatias das potências da Santa Aliança. Só era hostilizado pela Inglaterra. Mas a política inglesa, chefiada por Canning, não o combatia, por motivos de ordem constitucional. Seria capaz até de reconhecê-lo rei legítimo de Portugal se não fosse o receio de vê-lo, um dia, perturbar a paz da Europa devido aos pendores do seu espírito. Este é salientado em folheto impresso em Paris, em 1826, do qual o Sr. Oliveira Lima transcreve um trecho expressivo: “O que preocupava Canning era sobretudo o desassombro, a independência do caráter do infante. Teme-se vê-lo um dia arrancar os portugueses à letargia profunda em que jazem há mais de dois séculos: teme-se vê-lo de látego à cinta, como era o hábito do maior monarca que jamais teve Portugal, D. Pedro I; teme-se, enfim, vê-lo realizar a esperança dada à nação portuguesa de dispensá-la da tutela da Inglaterra e das suas manufaturas”.

A esse trecho, acrescenta o Sr. Oliveira Lima, corroborando-lhe os conceitos, estas ponderações: “Assim escrevia o autor do opúsculo e convém notar que o primeiro gesto de D. Miguel, ao vir tomar posse da regência, foi recusar ser transportado a bordo de um navio de

guerra inglês. Só quis lançar a âncora em frente à torre de Belém à sombra do estandarte nacional. Não há dúvida que o governo britânico preferiria a continuação do governo da infanta ou, na falta desta, se contentaria com outra qualquer regência. D. Miguel constituía pessoalmente um perigo eventual pelo que constava da sua índole arrebatada pelas ideias fundamentalmente nacionalistas que o caracterizavam como “um velho português” de espírito ciosamente patriota, e pela escola, que estivera seguindo, das máximas austríacas implantadas por José II, do governo absoluto e paternal, uma vez que a autoridade do pai não fosse discutida pelos filhos”.

Em outro lance, observa o historiador brasileiro, e a observação é exata, que D. Miguel teria sido rei de veras, sem oposição nem repugnância de qualquer potência estrangeira, “Se somente houvessem sido mais jeitoso ou mais hipócrita, em todo caso, mais fundamentalmente condescendente do que às vezes se afigurava ser”. O Sr. Oliveira Lima forma dos dois irmãos o mesmo juízo que a respeito deles, externou, certa vez, lord Grey, em carta à princesa Lieven: “Penso que um vale o outro”.

Sabe-se como terminou a luta entre os dois: declarado regente do reino em julho de 1827, D. Miguel, em maio do ano seguinte, convocou as antigas Cortes Portuguesas que, desde 1697, não funcionavam e as Cortes, amavelmente, ofereceram-lhe o trono de Portugal... Ele aceitou o presente, os partidários de D. Pedro emigraram, refugiando-se na Inglaterra, onde a rainha de Portugal, a princesa D. Maria da Glória, foi encontrar-se com eles, levada pelas mãos previdentes do Marquês de Barbacena.

Nessa época já havia desaparecido Canning. O duque de Wellington, que era, então, o chefe do gabinete, não se mostrou simpático nem aos refugiados nem à sua jovem rainha, o que os levou a se trasladarem para a França.

A situação mudou para os liberais e às esperanças novamente raiou-lhes três anos depois, quando o governo inglês passou para as mãos de lord Grey e os Orleans, após a revolução de 1830, tomaram conta da França.

D. Pedro abandonara o Brasil, abdicando a coroa no filho, e foi fazer-se, na Europa, o condestável da filha. Em 1834, finalmente, D. Miguel capitulou, desistindo das pretensões ao trono e prometendo nunca mais pisar no solo português uma vez que se lhe pagasse a pensão anual de 15 mil libras...

O Sr. Oliveira Lima não acompanha o desenvolvimento da querela até seu ponto final. O plano do seu livro fa-lo deter-se no momento em que se consumou a usurpação do trono por D. Miguel. O seu intento não foi o de refazer a história do liberalismo em Portugal. Foi apenas o de traçar o quadro da última fase da vida luso-brasileira em que os acontecimentos políticos de um país estiveram intimamente vinculados aos do outro, reagindo mutuamente uns sobre os outros.

Por causa da sucessão portuguesa, o Brasil padecia agitações muito sérias e por causa do Brasil, Portugal atravessou anos de graves apreensões. As hesitações de D. Pedro, as intrigas diplomáticas e domésticas, as ambições de D. Miguel, tudo contribuiu para amargurar os dias de brasileiros e portugueses naquele triste período da história de ambas as nações. A guerra da Cisplatina, que o povo condenou desde o princípio, trouxe-nos tantos sofrimentos quantos os que padeceram os portugueses com as lutas entre liberais e miguelistas ou, melhor, como, então se dizia, entre os “agiotas pedristas” e os “escravos do tirano”. Mareschal deixou-nos, a esse respeito, um depoimento decisivo, que o Sr. Oliveira Lima reproduz: “A guerra não é absolutamente popular aqui - escrevia o austríaco a Metternich -; não passa por assim dizer de uma questão do imperador e de alguns dos seus ministros, e creio não me enganar acrescentando que se se pudesse achar um expediente para salvar a honra e tornar a cessão (da Banda Oriental) menos humilhante estaria vencida a principal dificuldade. Em Buenos Aires é completamente o oposto que sucede: foi o povo que se pôs em movimento e é o governo que o acompanha”.

Com o gosto natural, que a sua carreira de diplomata apurou, de remexer arquivos e folhear memórias, o Sr. Oliveira Lima comunica muita vida às suas narrativas históricas. Conquanto não siga à letra o conceito de Merimée de que a anedota é a verdadeira história, não se descuida de aproveitá-la para assinalar os traços característicos das personagens e para

aligeirar a gravidade das largas exposições. A frieza dos ingleses pelo partido constitucional português, que tanta proteção lhes merecera a princípio comporta, por exemplo, na sua forma, além das explicações de caráter político, esta de caráter anedótico: “De resto, o rei (D. Miguel) a caminho de absoluto e de legítimo deixara boa impressão na corte de Jorge IV. Os ingleses que pensam ter o monopólio da ciência dos desportos, surpreenderam-se ao vê-lo de casaca vermelha, e não obstante a timidez dos seus modos em sociedade, galopar com perícia atrás dos veados e das raposas e saltar a cavalo as sebes como qualquer “gentlemanrider”. Nem devemos esquecer que, segundo Greville, o soberano da Grã-Bretanha mais se preocupava com corridas que com o bem-estar da Irlanda ou com a paz na Europa, merecendo que o aristocrático escrivão tratasse o rei, sem pedir desculpas pela irreverência, “do cão mais desprezível, covarde, egoísta, e insensível que andava por esse mundo”.

É palpitante para os brasileiros o interesse do período histórico que o Sr. Oliveira Lima, com a habitual mestria e com a farta documentação de que costuma cercar-se, debuxou nas páginas deste livro. De rara penetração e cheias de ensinamentos são, para citar algumas apenas, as linhas que dedicou ao estudo dos caracteres do sistema representativo no Brasil e em Portugal. Ambos os países começaram ao mesmo tempo o seu aprendizado constitucional mas o Brasil caminhou muito mais depressa que Portugal na educação política. “As vozes liberais achavam-se prestes a ser abafadas em Portugal quando, no Brasil, Bernardo de Vasconcelos exclamava de tribuna: “sem um governo real e não fictício; sem o desaparecimento de toda a suspeita de intervenção indébita e, pior ainda, exclusiva do monarca; sem a convicção de que a política desenvolvida é a dos ministros, como poderão as câmaras e os gabinetes pôr-se de harmonia e marchar de acordo?”

A constituição estabelece o regime representativo e não a ação preponderante da coroa...” Já em 1827 estava assegurada à Câmara dos deputados a iniciativa dos impostos e da fixação das forças de defesa nacional, “no fim daquele ano de 1827, a persistência, ao mesmo tempo que a moderação, da Câmara, a qual competia bem o qualificativo de democrática, atuando sobre as tendências aristocráticas do Senado que, com algum exagero, pode ser tratado de oligárquico, já tinha levado à formação de um ministério recrutado nas fileiras dos deputados e imbuídos de sentimentos liberais”.

Nota o Sr. Oliveira Lima que essa primeira e importante conquista liberal se não consolidou devido apenas ao temperamento de D. Pedro cujo vício principal, como chefe de Estado constitucional, era o vício da política pessoal.

Esse avanço do Brasil no caminho do liberalismo explica-se, a meu ver, pelas condições especiais da sociedade brasileira. Não tínhamos, aqui, como havia em Portugal, uma nobreza aferrada às tradições realengas, nem um clero poderoso jungido à fortuna da realeza, nem uma plebe numerosa habituada a receber dos frades e dos fidalgos o pão que lhe matava a fome. Havia mais largueza na coletividade para a livre circulação das ideias liberais. Além disso a elite dirigente destacava-se por uma cultura clássica muito sólida. A leitura dos debates, na constituinte brasileira e nos primeiros anos do parlamento imperial, revela uma longa familiaridade entre os estadistas brasileiros e os clássicos da Grécia e de Roma. Ora, esses clássicos são os melhores professores de liberalismo de que há notícia. Não teve o despotismo adversários mais temíveis do que eles. O que se deve a Cícero e a Tácito, em Roma, e a Tucídides, a Demóstenes e a Plutarco, na Grécia, em matéria de formação cívica do indivíduo, não há quem calcule. A filosofia do século XVIII, que tanta influência exerceu na Revolução Francesa, nenhuma novidade nos trouxe a esse respeito. Essa filosofia é, mesmo, em boa parte, um reflexo da literatura e da filosofia clássicas. Foi em Roma que Montesquieu encontrou o melhor da sua obra e o domínio completo da língua e da literatura latinas, que possuíam Voltaire, D’Alembert e Diderot, esclarece as origens de muitas ideias em que espalharam... A truculenta oratória dos jacobinos está semeada de evocações clássicas e próprias. O governo revolucionário procurou ser, em certa fase, uma cópia servil do governo da primitiva Roma republicana. Todas as obras modernas de propaganda liberal estão saturadas de espírito clássico. Creio até que o

liberalismo brasileiro deve muito mais a Tácito e a Cícero do que à França e à Inglaterra. Estas lhe deram, talvez, a expressão e o molde, mas a semente quem lançou e cultivou foi a gente de Roma.

Mais rápida teria sido a nossa marcha se o temperamento do imperador fosse outro. O temperamento e a educação. D. Pedro gostava de passar por liberal, mas nunca teve educação liberal nem era de índole liberal. O seu ideal seria um regime, com o rótulo de constitucional, em que tudo se permitisse à sua vontade caprichosa. No fundo, como bem frisou Sr. Oliveira Lima, ele era tão absolutista como o irmão.

Pela documentação, pelo vigor da exposição e por todas as demais qualidades, que o recomendam, o último trabalho do Sr. Oliveira Lima é um complemento excelente ao seu excelente estudo *D. João VI no Brasil*.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Tobias Monteiro: *História do Império*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 1927, p. 3.

Devemos ao Sr. Tobias Monteiro um livro primoroso sobre a elaboração da independência do Brasil. O ilustre publicista decidiu escrever uma História do Império. A *Elaboração da Independência* é o primeiro tomo dessa história. Os subsequentes tratarão do *Primeiro Reinado*, da *Regência* e do *Segundo Reinado*. Permitam os céus que não lhe fraqueje o ânimo, nem lhe escasseie o tempo para escrever todos os volumes que tem em projeto. O que saiu torna apetecíveis os que ainda estão por fazer. É um volume, a um tempo, sólido e delicioso. Repousa em uma documentação formidável e foi delineado com mão de artista orientada por um penetrante espírito crítico.

A dificuldade em obras tais consiste principalmente, na escolha do que deve ser aproveitado. Quem se mete a vasculhar arquivos em busca de documentos novos, corre o perigo de se perder no meio deles e põe o leitor no risco de ganhar enxaquecas, de baralhar as ideias e de aumentar a provisão ordinária do tédio... O Sr. Tobias Monteiro venceu, airoso, essa dificuldade. Soube ser minucioso, sem cair na trivialidade e na monotonia e soube ser abundante, sem sacrificar a clareza da exposição. Todas as fadas o ajudaram e até as Graças lhe deram, para atenuar a severidade da narração, um raio luminoso do seu sorriso...

Leitor assíduo de história e, especialmente, da história anedótica que se depara nas “Memórias” e nas “Biografias”, julgo-me habilitado a dizer da habilidade que o Sr. Tobias Monteiro pôs no desenho das personagens e na trama da narração. É uma habilidade que o coloca na classe dos narradores que instruem recreando, que doutrinam sem pedanteria e pintam sem exagero.

Trechos há, como, entre outros, a descrição da vida no recôncavo da Bahia e a das barbaridades que se praticaram no Pará “quando lá esteve Grenfell”, que são páginas de esplêndida estrutura literária. Outros há que fazem lembrar alguma coisa de Saint-Simon. Destes destaque os que rememoram os hábitos de d. João VI aos seus passeios pelo Rio. Certas liberdades que d. João tomava para alívio pronto de necessidades prementes, trazem ao espírito a recordação da cena picante, traçada por Saint-Simon em que se apresenta a Duquesa de Borgonha ao próprio salão de festas de Versalhes, ao lado do rei e no meio da corte aplicando-se, principescamente, com uma seringa, medicamentos demasiado íntimos...

Não reproduzo as linhas em que se relata a sem cerimônia do rei. Reproduzo, porém as em que se mostra o soberano entregue à operação contrária:

“Era a vez da merenda. Apresentavam-lhe uma galinha assada, sem asas nem pernas, que suspendia entre os dois dedos indicadores, à guisa de espeto: um entrava pela abertura proveniente da ablação do pescoço, o outro enfiava pela extremidade oposta, aberta por natureza. D. João ajeitava os lábios arregaçados sobre a carne apetitosa, passava-a e repassava-a na boca, como fazem as crianças com gaita de palhetas, até reduzir toda a ave à carcaça. Sustentando-a então, só com o indicador, levantando-a à altura da cabeça e com destro movimento de pulso atirava para longe o destroço imprestável. O gosto da iguaria era logo misturado ao de um grande pão redondo, tomado em cheio nas mãos e do mesmo modo devorado. Sobre toda aquela massa alimentícia, derramavam-se copos de água fresca, que ainda sobrava numa bilha de barro da Bahia, resto de que El-Rei não se utilizava, supondo limpar melhor num guardanapo as mãos engorduradas”.²

O Sr. Tobias Monteiro tem o dom do movimento e do colorido. Os seus quadros históricos são cheios de ar e as figuras que neles aparecem vivem de uma vida plena. Nota-se-lhe também a preocupação da imparcialidade. Conquanto, aqui e ali, se lhe perceba uma simpatia ou uma repulsa por esta ou aquela personagem. D. João, por exemplo, que aos olhos do Sr. Oliveira Lima é uma criatura digna de estima, se não de piedade, nenhum sentimento favorável lhe

² Entre estes dois parágrafos aparece impresso: “oyc6C”

desperta. Sai-lhe das mãos amorfo, sem vontade e sem caráter, um pobre diabo que os acontecimentos e os homens jogavam como se fosse uma peteca e modelavam como se fosse um bolo de cera. Da sua abulia, que o colocou de antemão na galeria de Tristan Bernard, seção tragicômica, [promanaram] todos os seus dissabores conjugais e todos os padecimentos políticos que afligiram Portugal e o Brasil até a abdicação de d. Pedro I. Portugal se tivesse um rei de verdade à sua frente, não teria sucumbido vergonhosamente, como sucumbiu, sob as botas do sargento Junot. Os cortesãos, é exato não valiam grande coisa mas, observa o Sr. Tobias Monteiro, “seria impossível levantar coragem e inflamar patriotismo ante a imagem desse príncipe transido de medo, cuja preocupação era pôr-se a bom recato, salvar-se, pessoalmente a despeito de tudo”. Nobreza e [ilegível] equivaliam-se. Só a plebe salvou o brio português. “Foi o povo quem sentiu a vergonha da invasão e iniciou o movimento de repulsa”. Desde o primeiro momento ‘teria reagido e repellido a invasão se tivesse um rei ou outro chefe à frente”.

É a tese contrária a que sustentou o Sr. Oliveira Lima. Para este a trasladação da corte para o Rio deve ser considerada antes como uma inteligente e feliz manobra política do que como uma deserção covarde. Onde os dois concordam é no reconhecimento de que d. João era um homem arguto. Parece que ambos aceitam, com pequenas modificações, o conceito do barão de Sturmer sobre o rei “Il a autant de finesse dans le caractère”. O Sr. Oliveira Lima procura dourar a “fausseté de caractère”. O Sr. Tobias Monteiro não lhe descobre escusas. Pinta-a bem nua, estraçalhando os véus com que o Sr. Oliveira Lima, carinhosamente, tenta dissimulá-la... Eis tudo.

D. Carlota Joaquina, naturalmente por que foi uma dama de vontade e de ação, já não lhe desperta a mesma antipatia, ou melhor, a mesma severidade. Chega mesmo a aparecer-lhe com alguns aspectos de “brandura, caridade e religião que comoviam os humildes e despertavam a admiração dos sacerdotes”. Foi ela entretanto, a heroína deste episódio bárbaro: “tinha a princesa predileção pelos belos sítios vizinhos da cidade. Quatro anos residiu em Botafogo: teve casa no Rio Comprido, ou Mata Porcos, em Laranjeiras e quis muito obter outra arguida sobre um comoro à margem de um riacho, muito perto da ponte do Catete. A dona dessa morada resistiu a tal desejo e declarou, para ser sabido por d. Carlota, que ela lhe pudera tomar o marido, mas não lhe tomaria o leito. Uma noite, voltando à casa, em companhia das filhas, essa senhora caiu morta por um tiro de bacamarte”... Mello Moraes, reforça, em nota, o Sr. Tobias Monteiro, “diz ter ouvido da marquesa de Maceió e de outros contemporâneos, que a rainha foi mandante desse assassinio e acrescenta que o desembargador juiz de crime, José Albano Fragoso, comunicou ao rei a convicção a que chegara da culpabilidade da real criminosa. O rei, então pediu o processo e queimou-o”.

Os aspectos de brandura, caridade e religião, eram, com certeza, intermitentes, fugidios e espaçados...

Pode-se admirar a inteligência e a energia de d. Carlota. Mas o coração!... Péssima esposa, soube ela, todavia e neste ponto o Sr. Tobias Monteiro tem razão de defendê-la, ser mãe tolerável. Desta última qualidade, que aliás é encontradiça em damas de vida solta, o Sr. Tobias Monteiro oferece documento curiosíssimo. É uma carta, que existe no arquivo do Castelo d’Eu, dirigida pela rainha às suas filhas Maria Isabel e Maria Francisca quando se casaram, a primeira com Fernando VII, e a segunda com o infante d. Carlos. Dá-lhes a cada uma, o conselho de empregarem toda a diligência para agradar e adivinhar os pensamentos dos maridos, “não fazer coisa nenhuma nem a mais mínima que seja, contra a vontade deles” e, mesmo nas coisas mais simples, sondar bem se é da vontade deles que as fizessem. “A gente deve sempre quebrar por si para se viver sempre em união e tranquilidade, “considerando que esse laço indissolúvel há de ser até a morte e que tu não tens que agradar neste mundo a mais ninguém senão a ele, e assim agradarás a Deus e a teus pais”. Recomenda-lhes muito respeito pela religião e ordena-lhe que sejam “muito sisudas, muito comedidas nas ações e palavras, tratem a todos com urbanidade e não trovar de repente, ouvir e examinar primeiro as coisas com toda a madureza, e, depois então de estar bem certa da verdade e da razão, obrar conforme for justo”.

Entre os fidalgos, Palmelia é o que mais seduz o Sr. Tobias Monteiro, e toda gente compreenderá, justificando-a, essa sedução... Tomas Antônio, cuja probidade celebra, mereceu também a simpatia não obstante a obtusidade política de que sempre deu atestado. Pintando-o ao lado de d. João VI, faz lembrar, de alguma forma, Saint-Simon a descrever Chamillart ao pé de Luís XIV. “Acompanhando as vistas de seu amor, procurando adivinhar-lhe as intenções e defender-lhe a autoridade absoluta, Tomas Antônio não procedia por cálculo ao interesse de ordem inferior, mas por gratidão, por lealdade ao soberano, a quem devia ter subido de corregedor de comarca até chegar à altura de primeiro ministro, preterindo fidalgos privilegiados”. Foi assim também que Chamillart entrou na confiança de Luís XIV. Tanto lhe penetrou no coração “qu’il fallut tous les malheurs de l’état et la réunion des plus redoutables cabales pour forcer Le Roi a s’en priver, toutefois sans cesser de l’aimer toujours, et de lui en donner des marques en tout occasion le reste de sa vie.” Tal qual Luís XIV com Chamillart, d. João VI considerava Tomas Antônio criação sua. Era o ministro que formara com as próprias mãos e a quem insuflara as próprias ideias. A mediocridade de um e de outro, aliada a mais perfeita lealdade, tranquilizava os dois soberanos. Na proteção de que ambos dispensaram a esses favoritos, havia qualquer coisa de paternal, e na confiança que neles punham, havia o deleite de quem, obrigado a trazer o coração trancado, topa, de repente, com uma alma segura, diante da qual pode abri-lo sem reservas.

D. Pedro, d. Leopoldina e José Bonifácio, como era inevitável, ocupam largo espaço no livro. São as figuras centrais da independência.

Só, talvez, na escassa amizade aos banhos, d. Pedro parecia-se com o pai. No temperamento era muito mais filho de d. Carlota Joaquina do que o de D. João VI. Desde que assumiu a Regência, acentua o Sr. Tobias Monteiro, mostrou d. Pedro vivo empenho de servir à causa pública. E, de fato, serviu-a. Intrépido e destemido, impulsivo e desabusado não podia, como a mãe, deixar que os acontecimentos se desenrolassem sem o seu concurso. Ao contrário do pai, e neste ponto muito afinado com a mãe, nasceu para ator e não para espectador. É possível que tenha sido menos esperto que o pai, cuja finura saloia se tornou proverbial, mas era-lhe, infinitamente, superior pela inteligência das coisas públicas e pela energia da vontade. Como todo o impulsivo não se recomendava pela coerência nas ideias e pelo sentimento nos atos. Preso desde as primeiras horas ao destino do Brasil, houve, todavia, instantes em que lhe sorriu a ideia de abandonar o país e regressar para Portugal. A ordem de partida, que lhe chegou de Lisboa meteu-lhe n’alma uma alegria ruidosa. “Durante algumas semanas, no afã de partir, ia frequentemente, a bordo da fragata, certificar-se da marcha dos trabalhos preparatórios. Os próprios ministros observaram que esse procedimento despertaria justo ressentimento do povo”. Felizmente o entusiasmo durou pouco, D. Leopoldina, grávida de sete meses, temia o oceano, e tanto fez e tanto chorou que o príncipe resolveu adiar a partida. Vieram depois, as representações de São Paulo e Minas, preparou-se no Rio a cena do “Fico” e o Brasil teve a fortuna assegurada com a presença, à frente dos seus destinos, na hora grave da Independência, de um príncipe, em torno do qual puderam agrupar-se todos os brasileiros sem o risco de se estraçalharem mutuamente para a conquista do cargo supremo e de, na luta, cortarem os frouxos laços que, umas às outras, prendiam as antigas capitânias.

O papel que d. Leopoldina desempenhou nessa trágica emergência, nunca será assaz celebrado e o Sr. Tobias Monteiro não se esquece de pô-lo em relevo, apoiado em documentos autênticos. Escrevendo ao alemão Schaeffer sobre as hesitações do marido, pois como bom Bragança, d. Pedro, apesar da sua intrepidez habitual, sofria, de vez em quando, síncope de resolução, a princesa deixa transparecer a inquietação que a afligia: “Ele [ilegível] mais bem disposto para os brasileiros do que eu esperava: mas é necessário que algumas pessoas o influam mais, pois não está tão positivamente decidido quanto eu desejaria”. E, dias depois, na véspera do “Fico” voltava à carga. “O príncipe está decidido, mas não tanto quanto eu desejaria. Os ministros vão ser substituídos por filhos do país que sejam capazes. Muito me tem gostado alcançar tudo isso. Só desejaria insuflar uma decisão mais firme”.

A irmã de Maria Luísa era, como se vê, de outro estofa que a mulher de Napoleão. Pela fibra varonil ela é quem devera ter sido a companheira do grande corso... Felizmente para nós, teve-a d. Pedro a seu lado, nos momentos decisivos da nossa vida nacional. Sem ela no pé do príncipe, é bem possível que o destino do Brasil tivesse sido outro. Graças a ela é que houve tempo de se prender d. Pedro no Brasil até a cena do “Fico” e a entrada de José Bonifácio para o ministério. Desse momento em diante, o problema da Independência ficou simplificado. O Brasil só teria, então, que lutar com a Metrópole e com os remanescentes das tropas portuguesas que se encontravam desta banda do Atlântico. Com a permanência de d. Pedro tínhamos um quadro político para emoldurar a nova nação, a Monarquia, e tínhamos um chefe natural que desarmava todas as competições, um [ilegível]. Afastava-se, de um golpe, o perigo de desmembramento pelo choque dos apetites e a raiz [ilegível] das guerras civis pelo conflito das ambições.

A entrada de José Bonifácio para o ministério amarrou, definitivamente, Pedro I à causa da Independência. José Bonifácio só se rendeu às instâncias do príncipe para ser ministro quando D. Pedro lhe assegurou que, em caso algum, voltaria para Portugal. Com o rei garantido, o grande paulista lançou-se, com a coragem firmeza de que sempre deu mostras, ao trabalho de preparação da Independência.

O Sr. Tobias Monteiro não gasta uma onça de ternura com José Bonifácio e seus irmãos. Sente-se que não os acha simpáticos. O seu carinho vai, antes, para Ledo e José Clemente. A rispidez, a brutalidade, a intolerância e o orgulho dos Andradas, deitam água fria nas fervuras do seu entusiasmo pelos três denodados batalhadores. Não recusa, entretanto, a José Bonifácio o quinhão de glória a que ele fez jus. “José Bonifácio tinha prestado à causa da Independência os mais assinalados serviços. Não lhe diminui o papel histórico o fato de outros se lhe terem antecipado no preparo desse grande acontecimento. A sua ação foi, sobretudo, de governo, de organização nacional contra as veleidades de colonizadora das cortes portuguesas”.

O que D. Leopoldina foi para D. Pedro na intimidade, José Bonifácio foi em público. Para vencer a fração portuguesa contra o Brasil, seriam necessárias ao príncipe, nota o Sr. Tobias Monteiro, preciosas qualidades, intelectuais e morais, que ele não possuía, mas que se encontravam reunidas em José Bonifácio. A tenacidade deste serviu de contrapeso às vacilações do outro.

Todos lhe admiravam a espantosa atividade e a energia e indomável. O preparo da esquadra com que Cochrane expulsou as últimas tropas portuguesas do território brasileiro, feita por ele, rapidamente, mereceu ao almirante inglês elogios rasgados. O Sr Tobias Monteiro considera essa a sua maior obra, “pois a marinha era a arma decisiva para realizar a união das províncias, contaminadas do vírus separatista. Um a um caíram os núcleos da reação portuguesa, espalhados no norte. Apresentando a eficácia da política seguida no Brasil, em contraste ao desacerto e lentidão da política das cortes, dizia Borges Carneiro: “Ali, um só homem, José Bonifácio de Andrada Silva, com a energia do seu caráter, improvisa forças de mar e terra, acha recursos em abundância e [os põem pela] porta afora, com a maior sem-cerimônia possível”.

O conceito que se forma, hoje, de José Bonifácio é o mesmo que desfrutou entre os seus contemporâneos, antes de ser governo. Todo o partido da independência considerava-o o seu mais alto representante. Os receios que o seu caráter pudessem inspirar eram postos em segundo plano ou não se apresentavam em evidência, por serem poucos os indivíduos que o conheciam de perto. De longe, ninguém lhe sentia as consequências dos defeitos, ainda é que o suspeitava-se; só lhe admiravam as virtudes. Ledo, Nóbrega, José Clemente, todos concertados com o Príncipe acerca da conveniência de formar um ministério à altura de situação tão difícil, lembraram-se dele por não haver outro em condição semelhante para encarregar-se da árdua tarefa”.

“Ao lado, porém, dessas qualidades extraordinárias, prossegue o Sr. Tobias Monteiro, ao lado, porém, dessas qualidades extraordinárias, talento, instrução, virtudes privadas, José Bonifácio e seus dois irmãos tinham perniciosos defeitos de caráter, como o orgulho e vaidade, ódio dos inimigos, índole violentíssima, maneiras desabusadas, preocupação de vingança, instabilidade de ideias, conforme estavam no governo ou eram da oposição.

Esses defeitos, menos nocivos na primeira fase da Independência, conclui o Sr. Tobias Monteiro, tornaram-se gravíssimos desde que o país entrou em período de organização pacífica em que se requeriam qualidades de modificação, brandura e tato, inspirações de bondade.

Esses defeitos arredaram os Andradas do governo e os lançaram, com a violência de bombas explosivas, no torvelinho da oposição sistemática. O talento e a probidade ergue-os, mas o orgulho e a intolerância deitaram-nos a perder.

O Sr. Tobias Monteiro documenta, com variada cópia de transcrições, os defeitos dos três irmãos e essa documentação oferece, aos amadores de violências e grosserias de linguagem um prato suculento. Dos magistrados brasileiros, escreveu, certa vez, José Bonifácio, serem “lesmas, que, esmagadas, fedem como percevejos”. O Visconde de Cachoeira era para ele “o bambo mulato, pesadão, basbaque”. D. João VI, João Burro. Pedro I, Pedro Malazartes. Eis um trecho saboroso de uma de suas cartas: “O que me escreve do patriotismo do bom jumento, na frase do... não me admira, porque há muito tempo que conheço a resposta”. “Passando dos indivíduos [aos] países e às nações, o tratamento não se altera, e assim desfilam os “vândalos de Portugal”. Bordeaux, “a vinhosa cidade, urinol do mundo”, e até São Paulo, “a minha bestial província”, decaída desde que lhe escapou o domínio que já não lhe serve de amparo”. Referindo-se a um adversário, escreve o Patriarca: “Permitissem os céus voltássemos e lá o encontrássemos para lhe pagar como pão os favores que lhe devemos; caso lá vá o infame, não haverá um mulatão que lhe tose o espinhaço? – este miserável merece, a meu ver, pão e nada mais, por hora”. Dos mineiros, dizia ele, em carta ao Príncipe: “Não se fie V. A. R. em tudo o que lhe disserem os mineiros, pois passam, no Brasil, pelos mais finos e trapaceiros do Universo, fazem do branco, preto e do preto, branco, mormente nas atuais circunstâncias em que pretendem mercês e cargos e outros deitar poeira aos olhos de V. A. R. para se livrarem dos atentados e crimes que cometeram: contudo, segundo o ditado francês, há homens honrados até na Normandia”.

Tudo isso terá, hoje, valor psicológico. Os pósteros, como bem recorda o Sr. Tobias Monteiro, só levam em conta os grandes acontecimentos da história, os materiais resistentes que formam a estrutura das nações. Os erros cometidos pelos Andradas desaparecem, fundidos nos raios da glória que souberam conquistar pelos serviços que prestaram ao Brasil na hora da Independência.

Sou obrigado a deter-me. O livro do Sr. Tobias Monteiro, se me deixasse prender do encanto que encerra, me levaria muito longe. Detenho-me com pesar – o pesar de não haver conseguido transmitir ao público uma parcela da impressão magnífica que me causou. Direi, todavia, que nesse livro não há a intenção de armar defesas em favor desta ou daquela personagem, ou de formular libelos acusatórios contra esta ou aquela individualidade. Procura-se fazer uma narração objetiva, serena, minuciosa e imparcial. O volume está semeado de juízos críticos e reflexões pessoais do historiador, mas nem estas, nem aqueles se apresentam sem apoio em fatos e documentos. Pela mão do Sr. Tobias Monteiro, o leitor entra num imenso arquivo e com ele vai folheando documentos, evocando figuras, recompondo episódios e formulando conclusões.

Provavelmente, estas não serão definitivas, pois que todas as verdades humanas são verdades transitórias, mas têm a virtude, e essa virtude satisfaz o sentimento de justiça, de serem lógicas, ou pelo menos, bem arquitetadas.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Oliveira Viana: *Idealismo da Constituição*; Clodomir Cardoso: *Rui Barbosa*” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 ago. 1927, p. 3.

É viva e antiga a simpatia que voto ao Sr. Oliveira Viana. Os seus livros agradam-me e a seriedade do seu espírito inspira-me confiança. Dos melhores, entre os que possuímos, considero os seus ensaios sociológicos. Compreender-se-á, à vista disso, que há de ser com algum constrangimento que eu divirja das suas opiniões e que de público me erga contra suas doutrinas. Não é sempre que me cai esse desprazer. O meu pensamento coincide com o desse brilhante investigador de realidades sociais mais vezes do que dele se aparta. Agora, não coincidiu: apartou-se.

No seu recente livro – *Idealismo da Constituição* – o Sr. Oliveira Viana sustentou doutrinas a que me não posso submeter. Está convencido o ilustre publicista de que a constituição de 1891 se perde por demasia de idealismo. Há outros, entre os quais, alguns políticos de tendências despóticas, que dizem a mesma coisa. Discordo. Os princípios políticos que essa Constituição acolheu são em sua maioria correntes nos países civilizados. Sem obediência a esses princípios não haverá, hoje, em parte alguma do mundo, povo que se possa vangloriar do regime em que vive. O pacto de 1851 alargou algumas mas também caracterizou melhor outras franquias liberais que já desfrutávamos no Império. Não criou, peça por peça, um aparelho novo de governo para cujo funcionamento não houvesse ainda, na consciência e na índole do povo, condições propícias. A ideia republicana, é exato, ainda não estava disseminada por todas as camadas da população quando a República se fez. Mas o liberalismo, que não é um princípio privativo, específico do regime republicano, não constituía novidade para a nação. Quando a República se proclamou, o Brasil não estava politicamente mais atrasado que os outros irmãos da América, já então, e de há muito, acomodados ao regime de governo que ele estreava.

O Sr. Oliveira Viana fala no fracasso do idealismo contido na Constituição de 24 de fevereiro. Com franqueza, não vejo onde esse fracasso. A Constituição tem sido desrespeitada por alguns políticos sem educação cívica e sem instrução constitucional. Mas a nenhum dos golpes que sofreu, faltou, manifestada desta ou daquela maneira, uma reação por parte da opinião pública. Não terá sido forte, algumas vezes, essa reação. Mas, forte ou débil, sempre se fez sentir. Desde o golpe de estado de Deodoro até hoje, não houve arbitrariedades dos governos que se perpetrasse com o aplauso ou, pelo menos, com o silêncio da nação. O Sr. Oliveira Viana só olhou para o Congresso. Esse, na verdade, não tem tido outra opinião se não a opinião dos chefes do Executivo. Mas o Congresso representa uma fração mínima do povo, e nem sempre representa a sua melhor fração...

É generalizar demais, creio eu, afirmar que não existe opinião no Brasil, só porque ninguém a vê no parlamento. Opinião existe. Opinião a temos. O que não existe, o que não temos, e nesse ponto o Sr. Oliveira Viana acerta, é opinião bem organizada. Como organizá-la? A mim me parece que o meio prático será a fundação de partidos políticos. O Sr. Oliveira Viana não pensa assim. É um descrente nas virtudes dessa medida. Duvida da aptidão democrática do povo e da eficácia de reformas políticas, especialmente das que se referem aos sistemas de votação. Não há partidos benéficos onde não há eleitorado independente. Ora, a independência do eleitorado, que é uma das condições essenciais do regime da opinião, só se assenta, a seu ver, por via de providências de ordem econômica. “Os meios mais eficazes para assegurar essa independência não serão, por certo, o ‘sufrágio universal’, nem ‘eleição direta’, nem o ‘voto secreto’, nem o ‘self-government’ local; mas sim outros meios, de natureza econômica e social: o estabelecimento da pequena propriedade; um sistema de arrendamentos a longo prazo ou um regime de caráter enfiteutico; a difusão do espírito corporativo e das instituições de solidariedade social; uma organização judiciária expedita, pronta e eficaz; uma magistratura autônoma com força moral e material para dominar o arbítrio dos mandões locais”.

Os fatores econômicos, efetivamente, são preponderantes na organização política. Mas nenhum povo cria, quando quer, os fatores econômicos de que necessita para melhorar a sua vida

política. Esses fatores só aparecem em horas certas, nem um minuto antes nem um minuto depois, isto é, quando o desenvolvimento da coletividade os determina. Não há esforço da vontade individual que os faça nascerem antes do termo natural da gestação. Aí está, para demonstrá-lo, o caso da grande propriedade, que o Sr. Oliveira Viana cita. Dependerá de qualquer de nós, neste instante, o estabelecimento do regime da pequena propriedade no Brasil quando ainda não há gente que lhe povoe a imensa extensão territorial? O parcelamento da propriedade é uma resultante da densidade de população e de outros fatores que só o tempo é capaz de suscitar.

Outro aspecto da questão: mesmo no regime da grande propriedade, não será possível garantir-se a independência do eleitor? Ao Sr. Oliveira Viana parece que não. Mas a lição estrangeira responde que sim. A Inglaterra, mesmo sem o regime da pequena propriedade, conseguiu esse objetivo. E como o conseguiu? Pondo em prática medidas políticas capazes de atuar decisivamente nos costumes. As eleições não eram ali, até mais de metade do século passado, atos mais decentes do que são, hoje, no Brasil. A corrupção nas suas múltiplas faces, reinava soberanamente. Desde o “Reform act” de 1832 até os nossos dias, passando pelas leis de 1867 e 1884, a ação dos partidos ingleses desenvolveu-se intensamente em torno de questões eleitorais, com o intuito de emancipar o eleitor da tutela dos grandes proprietários rurais e de o resguardar das tentações do suborno. Entre as medidas capitais de que, nessa campanha gigantesca, a Inglaterra se socorreu, figura exatamente uma que defendo e que o Sr. Oliveira Viana olha com desdém: o voto secreto. Deu-se isso em 1872. Daquela data até hoje, a Grã-Bretanha só tem experimentado benefícios com esse sistema de votação. Esse sistema, depõe uma alta autoridade, o Sr. John Morley, na *Vida de Gladstone*, pôs termo ao despotismo político do grande proprietário da Irlanda e desenvolveu na Inglaterra a honestidade, a liberdade e a dignidade.

As medidas econômicas que o Sr. Oliveira Viana aconselha, virão, com certeza, ampliar e consolidar a independência do eleitor. Mas essas medidas, repito-a e insisto, não está nas mãos do governo decretá-las da noite para o dia. As transformações sociais operam-se com lentidão. Porque, enquanto não se operam, havemos de desdenhar o remédio propriamente político que, conquanto não o cure de todo, sempre atenua o mal? Não seria extravagante o indivíduo que precisando ir a um determinado lugar, se deixasse ficar em casa, porque, podendo ir de carro ou a cavalo, não dispunha para a viagem, com o seu vizinho, de um automóvel possante?... Se ainda não nos é dado canalizar a opinião pública através de um sistema de vasos e tubos a quem a ciência social tenha comunicado a perfeição, canalizêmo-la, modestamente, pelos regos grosseiros que a experiência nos ensina a rasgar. Pondere-se ainda que para se chegar às medidas que o Sr. Oliveira Viana pleiteia, não se poderá dispensar o concurso do legislador.

Não seria um erro, em tais condições, abandonar, como secundária e insignificante, a questão do voto? Ainda quando se esteja de acordo com os princípios básicos da doutrina sociológica do distinto escritor, não é possível acompanhá-lo no desprezo com que encara nos assuntos eleitorais. Estes constituem, também, elementos sociológicos com os quais se há de contar e jogar. A ânfora dos remédios sociais entorna e desperdiça o conteúdo se a não tomarmos pelas duas asas...

Levanta-se o Sr. Oliveira Viana contra a maneira de olhar para o estrangeiro, de que se padece no Brasil. Reconheço que, até certo ponto, não falta razão a essa censura. Observo, porém, que já não é possível, nos dias de hoje, dada a interdependência de relações entre os povos e a estreiteza de contato que entre si mantêm, fazer-se obra legislativa rigorosamente original. Assim como para a personagem de Terêncio nada do que era humano lhe podia ser indiferente, assim, também, para as nações, nada pode haver, nas outras, que lhes não mereça atenção. Todas se formam da mesma massa humana e esta, por estar plasmada em sociedade ou organizada em estado, não perde os traços fundamentais que em todas se denunciam.

A constituição de 1891 inspirou-se, não há dúvida, em boa parte, nas legislações de outros povos. Todavia, não vejo em que contrarie visceralmente as tendências do nosso povo

aquilo que o legislador constituinte pediu às leis peregrinas. O que eu vejo, e isto bem patente ficou, na reforma constitucional a que ultimamente se procedeu, é o espírito reacionário invocar a lição do estrangeiro para modificar a Constituição de maneira hostil ao sentimento e à tradição do povo. Foi o que se passou com o *habeas-corpus*. Em vez de conservá-lo com a feição que a índole brasileira lhe deu, alteraram-no para reajustá-lo ao conceito britânico de que se esgalhara...

De tudo isto se vê que não há idealismo excessivo e de empréstimo na Constituição brasileira. O que há é apenas, nos políticos, escassez de pudor. Não é exato, também, que faleça ao povo brasileiro aptidão para a democracia. Os políticos que se apoiaram do poder, é que não a têm. Deve-se concluir daí que será uma inutilidade facilitar ao povo os meios de introduzir nas urnas a sua opinião e a sua vontade? Está claro que não. O que se deve fazer é, precisamente, multiplicar os meios para esse fim. Sugere o Sr. Oliveira Viana que se procure, antes, educar as oligarquias, que nos governam. Mas educá-las como? Sozinhas, pelo próprio esforço, num movimento de consciência, elas não se educarão. Só podem ser educadas se precedidas pela necessidade, pela pressão externa, pela “pressure from without”, a que tão repetidamente alude o Sr. Oliveira Viana, numa visível predileção pela locução inglesa. Essa necessidade só o povo pelo voto ou pelas armas, poderá gerá-la. Vem daí a conclusão a que grande número de brasileiros já chegou: ou verdade eleitoral, ou movimento revolucionário, ou urnas, ou metralha.

O Sr. Oliveira Viana defende, como medida salvadora, a coordenação política das classes produtoras e trabalhadoras. Mas essa coordenação não será proveitosa, ou, por outra, não produzirá resultado, sem a ação simultânea de partidos arregimentados que possam atuar nos parlamentos e amedrontar os governos. A pressão externa das massas sobre o governo, que é para o Sr. Oliveira Viana, um dos encantos da vida inglesa, só poderá manifestar-se no Brasil, pelo menos durante muito tempo ainda, por via dos partidos políticos. Temos exemplo em casa, e recente. O governo de São Paulo, não há muito, desrespeitou, acintosamente, a opinião da lavoura e da praça de Santos para fazer no Instituto do Café o que muito bem entendeu. Libertou-se da “pressure from without” das duas poderosas classes como se libertaria, despertando-o e lançando-o para o lado, de um cinto incômodo. Outro, porém, teria sido, indubitavelmente, o seu procedimento se já houvesse, no Estado, para sustentar a lavoura e o comércio, e, aliado a ambos, pôr em risco o domínio do partido oficial, um forte agrupamento político de oposição.

Será conveniente que não exageremos as coisas. O reino político das classes não nos dará todas as felicidades com que sonha a nossa imaginação. Não será o azul a cor única do seu firmamento. Nos seus horizontes haverá espaço para nuvens sombrias. O espírito de classe é um espírito tão estreito e pernicioso como o do partido. Conferir-lhe a preponderância nos negócios públicos será, talvez, pelo menos eu o receio, trocar um mal por outro, seja a garantia do que, pelo mal que se transfere, se recebe, em câmbio, um mal menor...

Tenhamos prudência. Fomentemos a solidariedade das classes e a coordenação dos seus interesses. Façamos delas órgãos autorizados de opinião. Não caiamos, porém, na imprudência do estancar as outras fontes de manifestação da vontade coletiva.

Os parlamentos precisam ser transformados. As leis devem ser preparadas com outro critério, um critério em que o elemento técnico domine o elemento político. Nada tentemos, porém, que possa dar em resultado a substituição dos interesses gerais da nação pelos interesses particulares das classes. Perecer às mãos dos políticos, ou perecer às mãos de outrem, é sempre perecer. Ao desgraçado, que tomba sob o tacape do selvagem, pouco se lhe dá da tribo a que seu algoz pertence, como também pouco se lhe dá do molho com que, depois de assado, o venham a devorar...

Em todo o caso, a despeito das objeções que se lhe possam opor, é um livro interessantíssimo o do Sr. Oliveira Viana. Reconstitui com juro compostos o capital de tempo que se gasta na sua leitura.

[...]

BARRETO, Plínio. “Hamilton Nogueira: *Jackson de Figueiredo – A doutrina da ordem; Perilo Gomes: *Jackson de Figueiredo*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 mar. 1928, p. 3.*

Recente volume do Sr. Hamilton Nogueira sobre Jackson de Figueiredo, levou-me a ler outros, deste mesmo autor e do Sr. Perillo Gomes, em que se faz propaganda da doutrina da ordem tal qual a compreendem os rapazes católicos que no Rio de Janeiro fundaram e mantêm o centro D. Vital. Simpatizo com esses rapazes. Obedecem todos à direção de Jackson que é um homem excelente, dotado de ótimas qualidades, animado dos melhores propósitos mas deploravelmente iludido a respeito de muitas coisas. Simpatizo com os rapazes porque lhes conheço a pureza e a nobreza das intenções. Divirjo, porém, e divirjo radicalmente, do processo que adotaram para a propaganda das suas ideias e não considero estas encalmadas de erros perniciosos. O processo é o da violência na linguagem. A violência sempre me repugna. Não a admito nem nos atos nem na linguagem. As ideias, afora as incoerências inevitáveis nos que encaram as coisas da vida sem lhes dar o desconto que o princípio da relatividade impõe, nem sempre se ajustam à realidade social e às condições psicológicas do homem. A mim me parece que esses nobres rapazes só acertam no diagnóstico do mal. No mais, na indicação dos foros onde lavra a moléstia e na terapêutica que aconselham, enganam-se redondamente. A intenção deles é melhorar o que aí está. Mas o que propõe para melhorar só conseguirá piorar. Para afastar uma calamidade só lhes ocorreu outra calamidade.

*

Acham, eles, e neste ponto estamos de acordo, que vivemos em uma era de anarquia mental e que todos os dias os elementos de conservação cedem terreno aos de dissolução. Para corrigir esse estado de coisas, pregam a necessidade de se re-cristianizar o Brasil. Não estarei longe de adotar o conselho uma vez que pela re-cristianização do Brasil se entenda apenas a reintegração da vida nacional nos moldes cristãos de que se afastou. Não o esposarei, porém, se compreender também o propósito de nos subordinar ao domínio temporal da igreja ou de restabelecer a união legal, entre a Igreja e o Estado. O regime de separação em que vivemos é o mais sábio e se a Igreja ainda não tirou dele todo o partido que podia tirar a culpa será dela e não do Estado. Se a indiferença religiosa se alastrou na sociedade brasileira não foi por que o Estado houvesse levantado bandeira à ação do clero católico. Foi porque ou os dirigentes da Igreja perderam o segredo de conquistar as massas ou não souberam escolher para a missão apostólica os homens mais capazes. O Estado deu-lhe plena liberdade para recrutar o pessoal de que necessita e para exercer a sua atividade doutrinária. Mais do que fez não lhe era possível fazer. Se a Igreja perdeu o poder de atração e, por causa disso, a corrupção das massas se dilatou, a ela é que caberá a responsabilidade da anarquia, mental e moral, em que nos encontramos. A democracia brasileira, é exato, não ofereceu um sistema de moral leiga que substituísse a católica nem curou de tomar junto ao povo o papel educativo que a Igreja desempenhava. Mas também é certo que nunca impediu que a moral cristã reinasse nos lares e se insinuasse nas escolas. Ninguém, a não ser a Igreja, tem culpa da descristianização do Brasil. As queixas que formula a esse respeito serão tão fundadas como as do pescador que se volvesse contra o peixe que, sentindo ali frouxas as malhas, escapasse da rede.

Não vale a pena insistir. Passemos ao remédio.

*

O remédio para os nossos males está, segundo esses rapazes, no fortalecimento da autoridade e na consolidação da ordem. Combatamos o espírito de revolta e obedeçamos ao governo constituído e a anarquia estará julgada.

É possível. Mas, a nação ficará re-cristianizada? Não, se para alcançar aqueles objetivos, tomarmos pelo caminho que esses líderes nos apontam. Esse caminho é escuro e áspero. Os rapazes esqueceram-se de acender, ao alto, para iluminá-lo, as luzes da justiça... Com efeito: o que eles querem é a ordem pura e seca e o respeito à autoridade nu e cru, sem qualquer outros

apêndices. Ora, isso é um absurdo. A ordem [está] apanhada da justiça, não é ideia cristã. É conceito de tirano [incrédulo].

Um dos três escritores cita, para celebrar as virtudes da ordem, um trecho de Augusto Comte. Era dispensável o trabalho. Mas da própria citação que faz, verifica-se que a concepção da ordem, no espírito do grande filósofo, estava associada à concepção de justiça. “Nenhuma ordem real pode ser estabelecida, escreveu ele, nem sobretudo durar se não for plenamente compatível com o progresso”. A ideia de progresso [trecho ilegível] moral e não sei como este possa existir onde não exista o sentimento da justiça. A ordem sem a justiça só se compreende no regime das senzalas. E, aí mesmo, nem sempre ela consegue perdurar sem a companhia. O espírito cristão esse, então, exige mais do que a justiça para acondicionar a ordem. Exige, até, a misericórdia.

Inaceitável é, também, o que os moços do centro D. Vital pregam sobre o princípio da autoridade. O exemplo do respeito à autoridade nos vem de Cristo: “Dai a César o que é de César...”. Mas a verdade é que a Igreja nem sempre seguiu a Cristo nesse ponto como, aliás, em vários outros. Quando lhe convém, ela sabe pôr e pôe de lado a doutrina do respeito à autoridade constituída... Não quero recordar a luta entre o Sacerdócio e o Império nem desejo invocar a dissensões entre a Igreja e tantos soberanos da Europa. Contento-me com evocar a história de nossa casa... O conflito que, no Império, se travou entre o governo e os bispos foi, do ponto estritamente jurídico, um verdadeiro ato de rebeldia dos sacerdotes contra a autoridade constituída. Não discuto se a razão estava com o bispo ou com autoridade civil. É outra questão. Destaco o fato para assinalar que não há, nem pode haver, sobre este assunto, a rigidez doutrinária que os rapazes da *Ordem* apregoam. O princípio do respeito à autoridade, como todos os princípios de política, não escapa à contingência da relatividade no que pesa sobre as coisas humanas. A própria lei positiva proclama o direito que tem o cidadão de, em certas circunstâncias, revelar-se contra a autoridade e desobedecer às suas ordens. É o que se deduz do artigo [ilegível] do código penal quando pune o que executar ordens de autoridade pública que estejam destituídas das solenidades externas necessárias para a sua validade ou que sejam manifestamente [trecho ilegível].

Às vezes nem chego a compreender bem o que esses doutrinadores entendem por autoridade e por espírito cristão. Vejo-os, por exemplo, respeitar a Rússia dos Tzares quando a autoridade na Rússia é, hoje, a dos “Soviets” e não o Tzarismo.

Não há motivo para entre os dois regimes execrandos estabelecer diferenças. A ordem do “Soviets” não se distingue da ordem dos tzares. Uma e outra foram cimentadas no terror e na injustiça. A tirania mudou de nome e de detentores, mas continua a ser a mesma. Não posso abafar em mim, diante dessas incoerências, a suspeita de que a anarquia mental já lançou as ondas até o espírito desses denodados paladinos da ordem. Essa suspeita cresce quando os surpreendo, entre estupefato e penalizado, e a escrever coisas de tom:

“O direito de punir, o direito de matar os malfeitores, máxime os assassinos das nacionalidades, os assassinos da pátria, os covardes sanguinários que vibram o punhal contra os seus superiores hierárquicos e contra a vida de uma nação, é, não só o mais justo direito de defesa da sociedade, como também um dos mais necessários. O direito de matar em defesa do bem comum é tão indiscutível que, mesmo à luz do cristianismo, que é a fonte de todo o direito, pode-se defendê-lo, justificá-lo”.

Esta enormidade final até cheira a heresia. Se um dos preceitos da lei divina é – o não matarás – não sei como se possa, à luz do cristianismo, justificar a pena de morte. Muito mais cristão me sinto eu, que sou filho submisso da Igreja, do que se revelam esses bravos católicos militantes, pois sigo à risca a doutrina do – não matarás – e não procuro acomodá-la às conveniências das paixões humanas. Esse cristianismo truculento deve ser da mesma família do cauteloso cristianismo daqueles cardeais que, a princípio, opuseram obstáculos à aprovação das regras da ordem de S. Francisco sem se lembrar [trecho ilegível] apenas, no espírito e na letra, na sua pureza integral, a doutrina de Cristo...

Jackson e seus amigos que me perdoem: eles estão em marcha para a impiedade. Tomem tento. A heresia é traiçoeira e os artifícios do demônio são infinitos... Venham conversar com este herege que os ama e que não quer ver apagada do mundo a luz do cristianismo, para que ele, se puder, os reponha na estrada da humildade e da doçura que é a verdadeira estrada cristã... Cristo não foi além do chicote contra os vendilhões e foi esse, talvez o único ato da sua vida a que se não possa chamar divino. Porque hão de os seus filhos e os seus discípulos ir além, ir ao fuzil, à forca e à guilhotina? O seu evangelho triunfou porque foi o evangelho da bondade e do perdão. Despojá-lo desses atributos é despojá-lo da sua força e do seu encanto.

*

Do que esses rapazes escrevem e das atitudes que assumem, veio-me a impressão de que o espírito de anarquia só reina para eles nas massas populares e em algumas camadas sociais, não tendo ainda alcançado as altas esferas do governo. Ora, a mim me parece que a verdade está, exatamente, no conceito oposto. No Brasil, as massas é que são disciplinadas. A anarquia só invadiu, por enquanto, as rodas que governam. Contra a ordem quem mais trabalha, neste país, é a autoridade constituída. Dela é que partem todos os dias exemplos revoltantes de injustiça, de proteção a criminosos, de filhotismo, de esbanjamento, de corrupção, e esses exemplos é que geram as sedições e as desordens. Os exemplos de virtudes contrárias a esses vícios só se veem na gente que está fora do governo. As reações regeneradoras só se esboçaram, até agora, entre os que são governados. Ainda ninguém as percebeu, leves e indecisas sequer, no seio dos que governam. [ilegível], no país, só existe a gente que obedece. A que manda está [ilegível].

Admira-me que os batalhadores da *Ordem*, inteligentes como incontestavelmente são, não o hajam verificado. Um grande católico e um grande espírito, espírito e católico dos maiores que temos tido, Carlos de Laet, não caiu, entretanto, nesse erro de visão. Até às vésperas da morte, a sua pena, como um bisturi que vai certo ao tumor que se precisa extirpar, golpeou a desordem mental e moral dos últimos déspotas que têm infelicitado o Brasil. Ninguém trabalhou mais pela ordem do que esse soberbo lutador pois ninguém mais do que ele combateu a violência e a injustiça. Longe de mim a intenção de negar, aos meus amigos da *Ordem*, o sentimento da justiça. Quero dizer, apenas, que eles não lhe deram a importância que lhe deviam dar. Só olharam para uma face do problema, e só a essa iluminaram, esquecendo-se da outra, que era talvez a de maior significação, e a deixaram na sombra.

Essa unilateralidade de visão é que explica, a meu ver, a afirmativa dogmática a que se lançam de que a democracia é incompatível com a ordem. Para escrever-se uma coisa dessa é necessário que se suprimam, eliminando-os do planeta, os mais poderosos Estados modernos, como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, onde o regime democrático predomina ou seja sob a forma monárquica ou seja sob a forma republicana, sem sacrifício da ordem. O que se vê, em outras zonas do mundo civilizado, é que nos regimes absolutistas o problema da ordem oferece muito maiores dificuldades do que nos regimes democráticos. Constituem ali a preocupação fixa dos governos, os quais, para assegurar a ordem numa aparente estabilidade que reclama cuidados contínuos como os prédios que ameaçam ruína, são obrigados a imolar todas as liberdades e estabelecer, dentro das fronteiras, um verdadeiro regime carcerário.

*

Concordo que a educação moral [trecho ilegível] problema sem solução e que, enquanto não for resolvido, não sairemos do charco onde nos debatemos. Acho, também, que para a solução desse problema é preciso, senão indispensável, o concurso do cristianismo e, especialmente do catolicismo. Tenho, porém, que, em vez de nos aproximar, nos afastamos do nosso objetivo quando, como fazem os rapazes da *Ordem*, nos metemos a defender tiranias brutais impuras como a de que tivemos cópia no último quadriênio presidencial. Sou pelos governos fortes, mas detesto os violentos. Reconheço que o sentimentalismo não pode ser virtude governamental, mas ainda me não convenço de que, para se mostrarem viris e estoicos, positivos e realistas, os governos hão de ser cruéis e desumanos. Não simpatizo com movimentos revolucionários e, desde a primeira hora, muito antes de brotar e florescer a indústria do

legalismo, que tão rendosa tem sido para tantos concidadãos nossos de farda, ou sem ela, condenei os que, em 1922 no Rio e em 1924, nesta capital, instalaram com o propósito de afastar o Sr. Artur Bernardes da presidência da República. Não me sinto autorizado, porém, a atirar pedras nos revolucionários que tombaram vencidos nem o fulminá-los com um meu desdém de homem da ordem, da lei, e da paz. No procedimento de muitos vislumbro traços inequívocos de idealismo e que quase todos sou forçado a respeitar o despreço da vida e o espírito de sacrifício. Não hesito mesmo em acrescentar que muitas revoluções haverá que serão legítimas como é legítimo o ato de que mata para não ser morto e de que amarra para não ser amarrado.

Temo a Deus e as autoridades. Não acho, porém, que me assiste o direito de matar o meu semelhante para lhe inculcar o mesmo temor. Esse direito, creio-o também, não pode invocá-lo a autoridade pública para se fazer respeitar, quando foi ela, pelos seus atos injustos e pela sua obstinação no erro, a primeira a cavar o seu próprio desprestígio. Só se deve respeito às coisas respeitáveis e respeitável não [trecho ilegível] que se desmanda.

Provavelmente, no fundo, assim pensam os moços da *Ordem*. Estamos em divergência apenas por causa de um erro de visão que eu lhes atribuo e que, com certeza, eles replicarão que é meu. Eles viram o mal onde não está e eu suponho tê-lo visto onde está. O doente não é o que eles apontam: é o que eles propuseram como protótipo de saúde.

Por todos os motivos entendo que mais próximo do ideal, que visamos, que é o regime da ordem e do respeito à autoridade, estou eu, e não eles. Fortalecendo com o seu apoio desinteressado e com a sua prédica ardorosa o despotismo corrompido e corruptor que nos tem infelicitado, eles estão trabalhando mais pela anarquia do que pela ordem, mas pela demagogia do que pela autoridade. Estão fazendo, nem mais nem menos, o contrário do que deliberaram. Por amor à ordem, estão, simplesmente provocando a desordem. Sucedeu-lhes o que aconteceu ao pregador que, por combater a luxúria com muito talento e com muito colorido, veio a atear em Chateaubriand um tremendo incêndio de concupiscências...

Confesso que isso me dói. Não há para mim tragédia mais dolorosa do que a dor idealista que sai a campo pela virtude e que, com os seus golpes, só consolida o vício...

Não me aflijo muito, entretanto, pela sorte desses destemidos paladinos porque todo o idealista é um eterno fabricante de ilusões que extrai da própria fantasia, como as aranhas de si mesmo extraem as teias delicadas em que se abrigam. Eles continuarão convencidos de que o erro está, com os que, como eu, lhes estranham a atitude e lhes reprovam as palavras – e não serão infelizes. A tragédia será só para os que lhes querem.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Tobias Monteiro: O presidente Campos Sales na Europa” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 1928, p. 3.

O Sr. Tobias Monteiro está ocupado com a redação de uma grande obra histórica relativa ao Brasil. Dessa obra já publicou um volume, que analisei quando saiu, e que tem provocado larga discussão. Sejam quais forem as divergências entre os pontos de vista do autor e os dos seus leitores, ninguém será capaz, todavia, de negar valor a esse trabalho. Tão fora do comum é esse valor que o *Times* de Londres, no seu suplemento literário, consagrou a esse livro extenso artigo. Conquanto o articulista divergisse de muitos conceitos e conclusões da obra não hesitou em formular o seguinte juízo sobre ela:

“Este livro é um monumento de trabalho. Pode ser equiparado a *D. João VI no Brasil* do Dr. Oliveira Lima: ambos são indispensáveis a uma biblioteca histórica bem organizada”.

Na minuciosa análise a que submeteu o volume, o crítico do *Times* notou que o Sr. Tobias Monteiro tem sempre a cautela de “nada afirmar sem mencionar a autoridade em que se baseia e fornece cuidadosas notas no fim dos capítulos além das que se encontram no fim das páginas”.

Com efeito, pode-se discutir tudo nesse historiador; menos a sua probidade. Nem é um relógio de repetição, nem é um fantasista leviano. Procura sempre as fontes mais puras e faz empenho de formar sobre os homens e os acontecimentos uma opinião própria.

Por essas e outras virtudes foi que recebi com simpatia o seu volume. Dessa simpatia não me arrependo. Se tivesse de escrever novamente sobre o livro, creio que, em vez de cortar alguns, acrescentaria outros louvores aos que espalhei no artigo que lhe dediquei nesta folha.

No intervalo da publicação dos vários tomos da sua grande obra, entendeu o Sr. Tobias Monteiro de re-editar as cartas que mandou para o *Jornal do Comércio*, do Rio, quando acompanhou o presidente Campos Sales à Europa em 1898. Essa publicação não o afasta do seu ofício de historiador, pois constitui um pequenino serviço à história do Brasil republicano.

*

Toda a gente sabe o que determinou a excursão do Sr. Campos Sales à Europa. Foi a necessidade de negociar uma grande operação financeira que nos evitasse o vexame da suspensão de pagamentos. Em carta particular, Prudente de Moraes, que era o presidente da véspera, dizia ao presidente do dia seguinte: “Calcule a influência das últimas ocorrências (referia-se à decisão do Supremo Tribunal concedendo *habeas corpus* aos desterrados e ao fechamento do Clube Militar) sobre a nossa angustiada situação financeira: o câmbio quase desceu a 6 e os títulos em Londres baixaram 6 libras em sete dias! Isto vai dificultar muito a vossa missão na viagem, mas é preciso tentar, porque estamos no dilema: ou o grande empréstimo, ou a suspensão de pagamentos. Não vemos outra solução”.

Os movimentos armados e os desperdícios da administração nos tinham levado sem a menor hipérbole, às vizinhanças da bancarrota. Mais um pouco e o Brasil seria rebaixado à categoria das republiquetas caloteiras da América Central, que ninguém respeitava e todos exploravam. Além da perda total do nosso crédito, estivemos a pique de ver comprometida a própria soberania nacional. Se suspendêssemos os pagamentos não escaparíamos à afronta de intervenções estrangeiras... A situação financeira, como frisava Prudente de Moraes, em uma das suas cartas, era, efetivamente, angustiada.

Campos Sales teve a felicidade de inspirar confiança aos banqueiros londrinos de maneira que, após um curto período de negociações, conseguiu firmar com eles o plano de restauração financeira que tomou o nome de *funding-loan*. Durante a sua viagem, ainda quando no mar, chegara ao Brasil um emissário daqueles banqueiros com uma proposta que, com ser excessivamente onerosa, nos arranhava a dignidade nacional. Campos Sales logrou modificá-la em pontos essenciais: elevou para três o prazo de dois anos que ela marcava para pagamento dos juros em moeda, espaçou para dez anos, em lugar de dois, a amortização a qual ficou suspensa até 30 de junho de 1911, e diminuiu as garantias. Exigiam os banqueiros, entre estas, as rendas

das alfândegas da União, da Central do Brasil e do serviço de abastecimento de águas do Rio. Conseguiu o representante brasileiro que só ficasse especificada a da Alfândega do Rio.

Anos depois, meditando sobre o passado, escrevia o ex-presidente da República: “Ainda agora, após a consumação dos fatos, me convenço de que chegamos nesse acordo até onde podíamos chegar. Outros pensaram, e pensam ainda talvez, que deveríamos tentar ‘melhor negócio’. A questão, entretanto, não era positivamente a de um bom negócio com maiores sacrifícios dos interesses dos nossos credores: era, sim, o de uma combinação honesta e exequível. Que esta que fizemos era honesta, prova-o o acolhimento que teve da outra parte; que, também, era exequível, demonstra-o o próprio fato da sua execução. Com efeito, dada a profunda depreciação do papel a que chegamos, a primeira necessidade que ocorria era a de libertar o governo da contingência de tomar câmbio para o serviço da sua dívida externa, removendo, ao mesmo tempo, a principal causa do desequilíbrio orçamentário. Por outro lado, ganhava o governo largo período, de que aliás necessitava para que pudesse, apoiado nestes recursos, estabelecer a ordem e a regularidade nas finanças e desenvolver, gradativamente, os trabalhos de valorização do meio circulante, causa fundamental da tremenda crise”.

O Sr. Tobias Monteiro acompanha de perto o Sr. Campos Sales não só na qualidade de redator do *Jornal do Comércio* como de secretário do presidente brasileiro. As suas cartas contam as peripécias mais interessantes da viagem. Não entram, nem podiam entrar, nas minudências das negociações. Estas são encontradas no livro do Sr. Campos Sales – *Da propaganda à presidência*. O Sr. Tobias Monteiro limitou-se, por assim dizer, a descrever-nos os cenários onde os acontecimentos se desenrolaram e a traçar-nos o perfil de algumas das personagens principais que deles participaram. Dos cenários, o mais curioso é o escritório do banqueiro Rosthchild, como também das figuras as mais curiosas são as desses famosos reis da finança internacional.

Espírito observador e faminto de novidades, o Sr. Tobias Monteiro estendeu, para além da roda que o cercou durante a viagem, as lentes do seu binóculo de jornalista. Tratou de surpreender os aspectos mais originais da vida dos países por onde andou, e encontrou jeito, até, de arrancar uma entrevista a Emílio Zola, que era, então, uma das figuras de maior relevo na França e no mundo. Não só a sua gigantesca obra literária lhe dera uma reputação universal: a sua intervenção direta e estrondosa no caso Dreyfus lhe granjeara uma glória nova.

Dessa entrevista o Sr. Tobias Monteiro colheu um resultado que, para um jornalista, não tem preço: Pôde pregar um “furo” em toda a imprensa do mundo, mandando para o seu jornal, muitos meses antes de sabê-lo a imprensa francesa, que Zola estava escrevendo um romance em que estudava o grave problema da diminuição dos nascimentos em França. Esse romance foi publicado algum tempo depois sob o título de *Fecondité*.

Com a liberdade da juventude, o Sr. Tobias Monteiro repetiu a Emílio Zola as acusações que lhe faziam a propósito de sua predileção pelos maus aspectos da sociedade e da vida. “Respondeu-me prontamente que nunca teve o propósito de escolher assuntos chocantes. Todo o seu empenho era servir à verdade e à justiça, e, para isso, colhia os temas onde a sua observação os surpreendia e quando a imaginação por eles se inflamava. Ninguém poderá notar, numa só das suas obras, a ausência daquele ideal. Acreditando monopolizar o patriotismo, entendem certos indivíduos que não se deve divulgar em livro os vícios e as faltas da nação; não obstante este conceito serve-se à pátria cultivando-lhe a língua, desenvolvendo-lhe a literatura, de modo a conquistar pelo gênio dos seus escritores a admiração dos outros povos. O que não deve faltar a esses escritores é o impulso da verdade e da justiça, faróis da humanidade, e da humanidade o romancista nunca deve desprezar os olhos”.

Para os homens de hoje, essas coisas já não têm mais importância. A questão da moral na arte é uma questão vencida no sentido de que ninguém se preocupa com ela. Mas durante a vida de Zola era uma questão que apaixonava. A pornografia de hoje revestiu de candura a obra do poderoso romancista, mesmo nos seus aspectos mais ousados. Suprimida a moral, como, mais ou menos, foi em todas as relações humanas, ninguém mais perde o tempo em procurá-la na arte...

O Sr. Tobias Monteiro é o primeiro a reconhecer que há, nas suas cartas, muitas observações ingênuas e muitos defeitos oriundos da sua inexperiência na época em que as escreveu. Apesar disso, não perderam o interesse. Podem ser lidas, ainda, com algum proveito e sem desprazer.

Mas o valor real do volume não é nelas que se encontra. É na introdução.

*

Para explicar as razões da viagem do Sr. Campos Sales, o Sr. Tobias Monteiro achou conveniente fazer um retrospecto da história política da república até a eleição do velho propagandista.

O aviltamento do papel moeda inconversível e a agitação política em que o país vivia desde a aurora da república “impossibilitavam a confiança no restabelecimento da ordem e no funcionamento tranquilo dos poderes do Estado”.

O que, sobretudo, caracteriza essa época sombria é a luta entre militares, e dos militares contra os civis, para a posse plena do poder. Foi o período culminante do conflito entre o sentimento liberal, que é, e sempre foi, o da maioria da nação, e o apetite da ditadura, que é, e sempre foi, o anelo de alguns militares ambiciosos e de alguns civis de inteligência rudimentar ou de educação sectária. Foi essa a fase caótica da república. Dela tanto poderia sair um regime em que a autoridade fosse tudo, como um regime em que a autoridade, limitada pela lei, se conciliasse com a liberdade. Conquanto ainda não esteja terminado o processo de evolução, e não obstante as reviviscências, bruscas e intermitentes, do espírito ditatorial, o que saiu desse caos foi o regime da subordinação da autoridade à lei, isto é, o regime constitucional.

As figuras centrais dessa quadra terrível para a república são Floriano e Prudente. Deodoro, com a sua renúncia tardia, perdeu muito do relevo cívico das primeiras horas. A luta entre o despotismo e a liberdade só se encarnou, definitivamente, de um lado, em Floriano, e do outro, em Prudente. Em dado momento, quando combatia os seus colegas de armas, Floriano foi, como servidor da ordem legal, um dos obreiros mais eficazes da República. De fato, como bem o assinala o Sr. Tobias Monteiro, ele saiu transfigurado da luta. “O vulto tortuoso de 15 de novembro de 89, e 23 de novembro de 91, envolto em dúvidas e suspeitas deprimentes, que só a história um dia esclarecerá na distância dos tempos, ganhou relevo na resistência à nova e poderosa insurreição militar que, vitoriosa, se tornaria a origem de outras, ninguém sabe quantas”.

Mas daí em diante, vencidos os adversários, perdeu a cabeça. Desabrochou-lhe em toda a plenitude o gosto da ditadura. “Dir-se-ia que enojado dos homens, só os queria para o servirem cegamente”.

Desse estado de espírito nasceu entre os da sua roda a ideia de perpetuá-lo no poder. Há quem afirme que essa ideia não teve o seu apoio. Mas a verdade é que, a 15 de Novembro de 1894 “partindo de casa para o Senado, em carro de aluguel, ao chegar ao Itamaraty, já investido nas suas altas funções”, Prudente “encontrou o palácio abandonado sem viva alma do mundo oficial para recebê-lo”...

O ditador não quis contribuir com a sua presença para o realce da vitória do princípio constitucional expressa na eleição de Prudente.

Essa eleição foi o primeiro e o mais sério revés do militarismo político. A morte de Floriano, ocorrida algum tempo depois, e a carência de outro chefe militar dotado das suas qualidades magnéticas, facilitaram a obra de Prudente a qual devido aos erros de alguns dos seus sucessores, sofreu abalos algumas vezes e ainda não está definitivamente concluída.

É interessante o confronto entre as duas grandes personagens. Floriano, gênio da dissimulação, é um enigma. Ninguém sabe o que, na verdade, ele pensa e para onde vai guiar os passos. Prudente é o oposto. Podem-se prever de antemão todos os seus atos públicos. Homem da lei, consciência reta, republicano convicto, nada fará que vá de encontro às leis, que se oponha aos ditames da sua consciência e que fira os sentimentos republicanos. Há, na sua estrutura moral, qualquer coisa da algidez inflexível de um puritano. É ríspido, tem o culto da

justiça e, conquanto seguro e leal, não desperta afeições. É dos homens que se respeitam mas que se não amam. O traço dominante da sua personalidade não é o carinho: é a autoridade. Pelo coração não levará ninguém. Mas quem quer que seja sensível aos estímulos do dever, não hesitará em segui-lo. Seco, distante, não provoca ternuras, mas inspira confiança. Era, observa o Sr. Tobias Monteiro, “a figura política de maior relevo naquele instante. Os seus serviços na presidência da Constituinte deram-lhe imensa autoridade. Procedera como um magistrado, que o era na realidade por vocação e caráter. Um dia, com espanto da assembleia, chamou à ordem o irmão mais velho. Ninguém ousava desatendê-lo. Seu espírito de ordem, seu método de trabalho, triunfavam das protelações comuns nas assembleias congêneres”.

Não há aspecto dessa personalidade forte que se esconda na sombra. A figura é inteiriça e singela. Para ser interpretada não reclama prodígios de psicologia. Quaisquer olhos veem-na, integralmente, de alto a baixo, numa só mirada.

A fascinação de Floriano vem muito do mistério das suas atitudes e um pouco da reticência das duas frases. O entusiasmo do povo infla-se sempre ao contato das personagens dessa espécie. O valor pessoal do soldado não é suficiente para explicar o culto de que o cercaram. Esse valor não era maior que o dos militares que o combatiam. Custódio de Melo e Saldanha, sem falar em inúmeros outros oficiais destemidos, que os rodeavam, foram dois tipos acabados de militares intrépidos. A todos eles igualava nesse característico, o próprio chefe civil da nação. Prudente deixou lições admiráveis de coragem cívica e pessoal, Tobias Monteiro cita uma: “No primeiro momento (quando foi assassinado aos pés de Prudente o ministro de Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt) no primeiro momento a cidade encheu-se de pavor. Dizia-se que a máfia política, promotora do atentado, tinha meios de persistir na sua obra de atingir o seu fim. Parecia um desacerto irreparável o presidente expor de novo a vida, quando outro louco poderia deixar-se matar para matá-lo. Não lhe faltaram conselhos nesse sentido: mas a todos ouvia sem nada responder. No dia seguinte, à tarde, vieram-no chegar, sem guarda alguma, junto ao esquife do grande cidadão, morto para salvá-lo, e a quem vinha acompanhar a pé ao cemitério”.

Com o andar dos tempos, as duas figuras vão trocando de planos na admiração do público: a de Floriano desce para um plano inferior e a de Prudente sobe para um superior.

A observação não é do Sr. Tobias Monteiro; vai por minha conta. O que é dele é a narração dos fatos de que a extraí.

Provavelmente, muitos desses fatos estarão sujeitos a retificações e outros não terão sido interpretados com felicidade. Isso, porém, não tira ao trabalho do ilustre historiador o merecimento que tem e que é grande. Não há narrações históricas indestrutíveis como postulados matemáticos. Em história o que não é conjectura, é aproximação. O que as valoriza é a preponderância desta sobre aquela: e essa preponderância nota-se no trabalho do Sr. Tobias Monteiro.

Esse trabalho tem para mim outro valor. Revela, no homem que escreveu, uma nobre delicadeza de sentimentos. É em boa parte, uma apologia do Sr. Campos Sales e do governo. Ora, apologias de políticos que já morreram e cuja família não conserva o poder e o prestígio de outrora, não há, nos tempos que correm, quem desperdice tinta e papel em fazê-las. Só as fará quem for capaz de cultivar, e cultive, no fundo d'alma, estas duas flores raras e de cultura difícilima: a justiça e a gratidão.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Tristão de Ataíde: Estudos [Seção Livros Novos]. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 22 dez. 1928, p. 3.

O Sr. Tristão Ataíde persiste no empenho de nos convencer, por palavras e por obras, que a crítica literária não é uma coisa absolutamente inútil nem um gênero inteiramente passivo. A nova série de estudos que deu a lume corrobora o que eu disse, há dias, nestas colunas, sobre o desenvolvimento da elite brasileira. É de “elite” o escritor que faz crítica com a seriedade que o distinto jornalista pôs nos seus trabalhos e de “elite” há de ser, forçosamente, o público que lê essas críticas. O êxito dos livros do Sr. Tristão Ataíde, livros onde o sorriso é raro e a frivolidade uma surpresa desconhecida, diz bem o progresso espiritual da nossa gente. Dá testemunho, de que adquirimos o gosto das ideias e perdemos o do palavreado oco. A sonoridade da frase já não basta para alimentar o nosso espírito. Queremos, também, a substância do pensamento. A literatura de tambor perdeu para nós todas as seduções. A era dos caçadores de pronomes descolocados, é, felizmente, uma era que morreu. A crítica, especialmente a que faz o Sr. Ataíde, já exerce as suas funções, que consistem em esclarecer, em ajudar a compreender, em apanhar e fixar fisionomias e diretrizes. Deixou de ser a terrível tocaia contra solecismos e galicismos, que era, para ser uma nobre e destemida garimpeira de ideias.

Essa transformação, tenha-se ou não se tenha a crítica em grau inferior na escala dos valores estéticos, acusa maturidade de espírito e emancipação intelectual. Indica que começamos a refletir por nossa conta e a vibrar com os nossos nervos. Uma literatura onde se abre lugar para a crítica superior não é uma literatura de imitadores servís e de gramaticoides estéreis. É a expressão de uma cultura real e, o que mais é, de uma cultura fecunda, de uma cultura apta a se desentranhar em frutos sadios.

Quando apareceu a primeira série desses *Estudos*, escrevi, nesta mesma seção, que o Sr. Tristão de Ataíde pertence ao número restritíssimo dos críticos de verdade: “É um apaixonado das ideias, sabe jogar com elas, possui notável penetração psicológica e tem a virtude da franqueza”. A segunda série confirma esse juízo. O artigo, com que se abre o volume – “Os novos em 1927” – já é, por si só, uma breve demonstração desse conceito.

Passando em revista um movimento literário naquele ano, acha o Sr. Ataíde que o que caracterizou os livros então publicados foi um extremo individualismo literário. Mas nesse mesmo período surgiu “independente dos novos que tendem ao predomínio das forças da vontade e dos outros que tendem ao predomínio das forças do instinto, o novo “grupo” de nomes já consagrados ou ainda inéditos, cheios de mocidade, de talento e de fé, e que traz uma colaboração viva e valiosa ao movimento moderno. E sobretudo um ‘espírito’ diferente. Diferente, com especialidade, na acentuação desse próprio elemento do ‘espírito’ na criação literária. É muito forte ainda entre os novos a tendência ao particularismo mas, “no fundo ou mesmo na superfície, em todas essas correntes novas há um laço, mais ou menos lasso, sem dúvida, mas que as prende – o sentimento da nacionalidade nova, o desejo de criar uma língua própria, uma idealidade nossa, um sentido literário independente, seja continental, seja nacional, seja local”.

É perfeitamente exato. Apesar disso, a despeito dessa ânsia de nacionalismo apurado, o Sr. Ataíde admite a possibilidade de que novo grupo surja brevemente “para reagir contra o sentimento de nacionalização excessivo, de poesia pau-brasil, de espírito e língua local, no sentido de passar do regional ao cosmopolita, do nacional ao supranacional, do continental ao universal. E se quiséssemos insistir em procurar outro elo, encontraríamos talvez o mesmo desejo de libertação, a mesma impaciência com os dogmas estéticos, escolas literárias, tradições, etc., o que aliás nos levaria novamente, num verdadeiro círculo sem fim, ao particularismo, ao individualismo, etc.

Voltado, em outro lugar, ao exame dessa renovação do sentimento nacionalista nas letras brasileiras, observando o Sr. Tristão de Ataíde: “Não somos filhos de Alencar. Somos netos. Temos, portanto, mais duas raízes neste solo. Mais duas razões para aceitarmos o seu legado”.

Os verdadeiros espíritos criadores, continua, procuram inserir-se cada vez mais no nosso meio para exprimir a nossa realidade. “Essa apropriação da realidade nova pela nacionalidade em formação vem se processando, ao longo de nossa história literária, em forma de grandes círculos concêntricos, a que já uma vez chamei de – “americanismo”, “brasileirismo” e “regionalismo”. A imagem que isso evoca é a de um grande pássaro que procura, ou a sua presa ou o seu pouso, e vem descendo em grandes remígios, cada vez mais apertados, até tocar terra. Primeiro, a simples noção do continente americano, do novo hemisfério, nova flora, nova fauna, indígenas, etc. Em seguida, a consciência da “nação” nova, querendo emancipar-se intelectualmente, como o fizera politicamente, e criando com isso o “romance brasileiro”, o “poema brasileiro”, etc., mais procurado que processado. E, finalmente, a inserção na realidade local e, portanto, no realismo regional, na expressão da fala provinciana, do tipo sertanejo, do meio acanhado em sua originalidade limitada geograficamente. Esses os três grandes remígios literários de nossas letras, até hoje.

O que se passa nas letras, passa-se no mais. O fenômeno é geral. Em tudo há um contato mais vivo, e nota-se que há um desejo intenso de estreitar ainda mais esse contato, entre a nossa inteligência e a realidade do ambiente. “Estamos, agora, tocando o fundo de nós mesmos. Estamos, agora, vendo dissipar-se muita nuvem, com que as fantasias delirantes e as ideologias vazias dos nossos pais encheram os nossos cérebros infantis. Estamos vivendo um Brasil real, entregue a si mesmo, a seus instintos indolentes, à sua indisciplina latente, à sua adorável bondade e candura – que serão sempre, junto à polidez e ao desinteresse da sua gente, um dos caracteres mais deliciosamente nossos, bem nossos, puramente nossos, – estamos vivendo um Brasil sem *rouge*, um Brasil mulato, em pleno desbocamento, sem Parlamento empoadado, sem D. Pedro hebraico, sem barões do Paraíba, nem varões de Itu, sem Constituição Liberal, nem Sufrágio Universal, um Brasil que se agadanha pelas esquinas, que toca fogo em caudilhos que pareçam puras reminiscências da Guerra dos Farrapos e reponta em despotismos sorridentes ou sombrios, que faz caravanas pelo sertão em honra à Tomada da Bastilha e liquida o comunismo por decreto, que chora liricamente pela liberdade perdida e clama pela sombra de Lênin ou pelos comissários da Komintern. Estamos vivendo não mais com um Brasil de palco, mais um Brasil de rua. Não mais um Brasil de tragédia neoclássica, em versos alexandrinos, mas um Brasil de tragicomédia realista, em versos pau-brasil. Estamos, enfim, caindo em nós mesmos”.

Desbate-se o que há de exagero nesses traços, atenuem-se a virulência do sarcasmo e o que fica dá a impressão de real. Não será tão grande, como acredita o Sr. Ataíde, a importância do chamado movimento modernista, que se observa nas letras, mas não é coisa que se despreze. Serve, quando menos, de sinal de caminho. É uma indicação de rumo.

Equivoca-se o Sr. Tristão de Ataíde quando supõe sem sentido para a época atual o espírito de antes da guerra. Nos nossos dias ainda há muita gente para quem o sorriso é “a extrema sabedoria do homem sobre a terra”. A cultura ainda tem o seu preço para boa parte das inteligências modernas. Escritores como Sr. Tristão da Cunha ainda encontram, ao contrário do que o Sr. Ataíde supõe, ambiente propício.

Nem podia ser de outra maneira. A inteligência nunca é destronada definitivamente. As suas flores nunca perdem o aroma, muito embora cresça, em certas épocas, o número dos narizes incapazes de senti-lo... Somos uma geração de “homens inquietos, revoltados, angustiosos ou dogmáticos”, mas não é a primeira vez, na história, em que nos revelamos tais. Sempre oscilamos, salvo um ou outro período transitório de fé e de inércia intelectual, entre a afirmação e a negação. Hoje, mais do que nunca, não obstante o dogmatismo e a angústia dos espíritos, “pontifica-se com desdém sobre o relativismo de todas as coisas...”

*

O espírito do Sr. Tristão de Ataíde é de estrutura filosófica. O seu pendor para a crítica é uma consequência natural dessa estrutura. Todo o crítico verdadeiro há de ser uma espécie de filósofo, um amante de construções doutrinárias. Não faltam, na verdade, construções dessa

[ilegível] livro do ilustre escritor [ilegível], o número, o [ilegível] estuda de tal modo [ilegível] que chega, [ilegível] traçar uma [ilegível] da arte.

Tiro dessa [ilegível] esta pequenina [ilegível] insuficiência de [ilegível] arte é um corpo [ilegível] é decompô-lo é [ilegível] e tirar-lhe o [ilegível] vida. Quando um [ilegível] dar a ideia de [ilegível] ou de um poema [ilegível] de um gesto do [ilegível] especialmente, [ilegível] conhecida a obra, não [ilegível] satisfazem as suas palavras [ilegível] devemos concluir [ilegível] [incapacidade] do crítico e antes pela incapacidade da crítica. Ele também terá sentido, muito provavelmente, desde que não seja um simples inspetor de veículos... a mesma insatisfação. Não há prazer mais melancólico do que nos retermos. Era apenas aquilo que tínhamos cá dentro, e que tanto nos impelia, e que tanto pedia por ver a luz? Era apenas aquilo. Só aquilo. Isso, que todo artista sente, em geral, ao ver o contraste entre a obra pensada e a obra vivida, – os críticos também o sentem. Aquilo que ele sentiu diante da obra não consegue comunicar ao seu leitor. Será preciso que este procure se colocar por si, frente a frente com a obra de arte. Porque essa só se reproduz quando a revivemos de novo, com a totalidade do nosso espírito e não apenas com a luz fria da razão ou a lente da observação”.

Se aos críticos acontece isso, ninguém me chamará a contas, (a mim que não sou crítico mas apenas leitor obsequioso que procura auxiliar os seus irmãos na escolha das leituras) se, ao fim destas linhas, não conseguir dar a ideia deste livro...

A filosofia do Sr. Tristão de Ataíde coloca-o, no jornalismo, em um plano elevado, no plano em que, no jornalismo francês, se movem Alain, Rageot, Benda e alguns outros espíritos encantadores, amigos de arquitetar teorias e formular preceitos e senhores da arte de o fazer com elegância. Estetas que filosofam ou filósofos que estetizam, esses espíritos destacam-se ainda pelo acume da visão psicológica. No Sr. Ataíde esse dom revela-se a todos instantes. É notável a segurança com que ele apanha as características psicológicas dos escritores, que examina. Há, neste volume, para demonstrá-lo, afora alguns estudos rápidos, um sobre Pirandello, outro sobre Keyserling, dois fortes ensaios, um sobre Marcel Proust e outro sobre São Francisco.

*

A significação da obra de Proust parece-me celebrada com demasia. O Sr. Ataíde coloca Proust no mesmo nível que Balzac. Não é o primeiro que o faz. Confesso a minha repugnância em subscrever esse juízo. Balzac aparece-me com outro pulso, com outro fôlego, com outra potência criadora: é um dos mais prodigiosos demiurgos literários que, em todos os tempos, a humanidade gerou. A obra de Proust será, como escreve o Sr. Ataíde, a crônica impiedosa e fiel de toda uma sociedade moribunda e um quadro novo da personalidade humana, mas, com todas as suas virtudes e com todas as suas belezas, umas e outras excepcionais, está longe de chegar, em extensão, em altura e profundidade, até onde chegou a obra de Balzac.

Feita esta reserva, posso dizer sem favor que o estudo do Sr. Ataíde sobre o empolgante romancista moderno é admirável. Todos os aspectos da complexa personalidade do escritor francês são analisados com finura. A sensibilidade de Proust é o tema forçado de todos os que escrevem sobre ele. Ele como o Sr. Ataíde nos-lo explica: “Havia em seus sentidos uma penetração muito superior a dos nossos sentidos. E daí o ‘ritmo lento’ da sua obra. O número dos volumes que escreveu, a minúcia das suas observações, o tamanho das suas frases, cheias de incidentes, de parênteses, por vezes não terminadas, tudo isso é apenas função dessa sensibilidade aguda, que não se esgotava com os cinco simples e grosseiros sentidos com que, nós outros, procuramos esgotar, visivelmente, a realidade. Ele nunca foi um descritivo minucioso, como fazem crer os que nunca o leram ou nunca o compreenderam. Nunca uma personagem sua, disse ele um dia, abriu uma porta ou fechou uma janela. Tudo o que era supérfluo suprimia. Mas tudo o que merecia ficar, era esgotado até a essência. E daí a lentidão com que avançava. Procurava em tudo a sua razão de ser, o desdobramento oculto dos gestos, o que escaparia e escapa à nossa visão apressada, à nossa sensibilidade superficial. As coisas mais insignificantes despertavam nele repercussões intermináveis. As coisas mais ínfimas redundavam em efeitos consideráveis e inesperados”.

“De cada sombra que lhe passava aos olhos, continua o Sr. Ataíde, no seu quarto do Boulevard Maiesherbes, ou de cada gota de orvalho, nas sebes de ‘aubépine’, para o lado de Méséglise, ele tirava todo um aspecto novo da alma humana, todo um enriquecimento de nossa sensibilidade. “E essa é a nossa vingança contra os homens práticos que inventam lâmpadas de precisão ou formas inesperadas de captação elétrica. Do fundo de seu quarto de enfermo, entre alucinações dos tempos idos e as sufocações do mal que o consumia, esse homem estranho, minado, moribundo, esse homem inútil e ocioso, tirava do fundo do mistério tesouros mais preciosos – se bem que impalpáveis e sensíveis apenas às vagas e dispersas elites espalhadas pelos continentes, do que todas as lâmpadas, os catodos e os neônios deste mundo”.

Outro aspecto da personalidade de Proust, bem fixado pelo Sr. Ataíde, é o humorismo. “Foi sempre um ‘humorista’. Seria interessante cotejá-la com Sterne. Foi Sterne, por exemplo, quem introduziu em literatura, a continuidade psicológica, quebrando com a continuidade mecânica. E isso é o que vamos encontrar em Proust, na teoria das intermitências ou na dissociação da pessoa. Sterne introduziu da mesma forma o interesse pelas minúcias da alma humana. Foi ele que acentuou em primeiro lugar a importância do secundário em nossa vida interior e Proust, com a sua eterna acentuação da equivalência de valores, com a sua supressão de hierarquias, não só sociais, mas psicológicas, (e de certo modo morais, embora menos vivamente), trabalhou na seara de Sterne. O mesmo, ainda com a eterna hesitação de Proust, a sua ambiguidade, ou se quiserem, com tudo que há de anfíbio em sua concepção do homem. Coleridge dizia de Sterne: ‘Escritores humoristas como Sterne, apreciam, depois de muita preparação, terminar em nada ou numa direta contradição’. Toda a obra de Proust está contida nessa frase”.

No ensaio sobre São Francisco, não me posso demorar, conquanto me satisfizesse plenamente. Assinalo, apenas, esta observação que é exata e explica toda a vida do santo: “Francesco entregava-se à mocidade (mas não à dissolução da mocidade, o que é coisa inteiramente diversa) com todas as forças de sua alma. Era moço, como mais tarde ia ser santo – sem reserva. E foi esse um traço capital de toda a sua vida. A tudo que se dedicava, dedicava-se integralmente, sem refletir muito no futuro remoto. Deixando-se arrebatar pelas visões que lhe vinham de cima, pelos sonhos com que se iluminavam de uma segunda vida tantas de suas horas de sonhos”.

*

Gostaria, também, de me deter em outros capítulos do livro, mas não terminaria tão cedo se me entregasse ao prazer de respigar no volume as coisas interessantes que, em profusão, ele encerra sobre arte, sobre moral, sobre ciências, sobre política, sobre religião, sobre psiquiatria e sobre sociologia. O espírito do Sr. Tristão [de] Ataíde, na sua curiosidade insaciável, pousa em todas as regiões da inteligência e do sentimento. Vive a saquear entre a arte e a ciência, numa colheita permanente de ideias e fatos, de sensações e conceitos. Tudo que é obra da inteligência humana e tudo o quanto sai do coração do homem encontra simpatia no seu espírito. Mas, ainda mesmo nas maiores orgias de erudição, o escritor nunca perde o senso dos seus deveres para com o público, nem se esquece de que se impôs a si mesmo a obrigação de ser um guia leal e um conselheiro sincero. A sua crítica nunca perde o caráter construtivo e a sua pena nunca se move sem finalidade educadora. Depois de ajudar a compreender, o crítico procura, sempre, também, ajudar a caminhar.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Pedro Baptista: Os cangaceiros do Nordeste; A. Carneiro Leão: Palavras de Fé” [Seção Livros Novos]. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2 mar. 1929, p. 3.

[...]

Se o livro do Sr. Pedro Baptista nos convida a olhar para o Brasil, o do Sr. A. Carneiro Leão, *Palavras de fé*, convida-nos a, sem tirar os olhos do Brasil, contemplar também o resto da América. Poucos entre os brasileiros, observa o ilustre escritor, são os que fazem uma cultura sistemática dos assuntos da América. Na verdade, desconhecemos quase tudo que se passa nas repúblicas irmãs. Sabemos melhor o que se passa na velha Europa. Nada, entretanto, continua o Sr. Carneiro Leão, nos é mais necessário do que o conhecimento do que vai pelas outras repúblicas americanas. “Quando, pela geografia, compreendermos que a estrutura física do continente deve ser um estímulo à nossa coesão, pela história percebermos a identidade de sofrimentos e de anelos, no passado, estaremos mais aptos à formação de uma consciência americana”.

A formação dessa consciência americana parece-lhe, ao Sr. Carneiro Leão, em marcha franca. Mas só existe perceptível em um núcleo reduzido de pessoas. Não basta. É mister mais. “é necessária a formação de um espírito popular imbuído de solidariedade, de cordialidade, de justiça”.

Para se chegar a esse resultado, o trabalho preliminar que se impõe é de nos mostrarmos uns aos outros como somos.

O Sr. Carneiro Leão, dá, com livro, a sua colaboração a essa obra de estudo mútuo. Não se trata aqui, diz ele, de um estudo de história ou de crítica sociológica, mais de um apanhado rápido e expressivo das características de cada povo, do seu valor e das suas credenciais à estima e à admiração de todos.

O livro é de apologia. A apologia não se dá bem com a crítica. Não se encontrarão, por isso, nas páginas desse volume observações críticas. O que é censurável, o que é vergonhoso, o escritor esconde ou dissimula. Certo houve em todos os nossos países, confessa ele, fatos tristes, demasiados pronunciamentos. “Eles assinalam, no entanto, uma época de formação e de organização difícil e lenta, dadas as condições naturais de onde emergiam as nações livres”. Depois, é preciso acentuar sempre: – este livro é menos um trabalho de crítica política e social do que um brado de entusiasmo pelo despertar de uma consciência americana, saturada de solidariedade.

Brados de entusiasmos não se analisam: ouvem-se e registram-se. Não analisarei, portanto, o trabalho do Sr. Carneiro Leão. Recolherei dele, apenas, aqui e ali, uma ou outra nota.

A inspiração desse trabalho vem, creio eu, das palavras de Gould postas, como epígrafe, à frente de um dos capítulos: “criar um sentimento de amizade universal, é hoje o primeiro dever da educação em todos os países. Os mestres devem despertar na criança a consciência de que ela faz parte de um grande todo, acordar um sentimento mundial de reciprocidade. De tal maneira poder-se-á ver a civilização e indicar à consciência o seu papel universal, exprimir de modo brilhante a unidade humana e fundar a liga permanente da humanidade”.

Um crítico descobrira entre essas palavras e o propósito de despertar a consciência americana uma pequenina contradição. Se o objetivo supremo é a consciência universal, foge-se desse objetivo quando se procura fomentar a consciência simplesmente continental. Mas, graças a Deus, não sou crítico nem me deleito com o prazer malévolos de levar às últimas consequências as ideias alheias.

*

Trabalho de apologia, o livro só contém sobre as repúblicas americanas o que elas, na sua história, ofereceram de belo. A marcha de todas para a civilização e para a democracia terá sofrido embates, mas nunca se paralisou nem retrocedeu.

Até as inquietações das republiquetas da América Central não arrefeceram o ardor com que o Sr. Carneiro Leão soltou o seu brado de entusiasmo. O próprio Haiti, do qual por vários

motivos, inclusive pela cor da população, se tem, geralmente, uma impressão negra, não esfriou o calor das suas palavras. “Haiti é, certamente, um ensaio interessante, um campo de experiência racial inestimável. Até hoje não possuía o mundo civilizado nenhuma comunidade na qual a raça preta se governasse a si mesma”. (Aqui houve um pequenino equívoco do Sr. Carneiro Leão: a Libéria é também uma república negra em que raça preta se governa a si mesma. É exato que ela foi fundada por um americano branco mas também no Haiti tem sido grande a intromissão do elemento branco na vida da república. Aliás, o estadista mais notável que a Libéria produziu não foi nem branco, nem mulato; foi um preto retinto, um negro puro-sangue. Arthur Barclay, nascido em Barbados).

Em Haiti, prossegue o Sr. Carneiro Leão, é ela, a raça negra, a senhora absoluta da sua civilização e do seu governo. Essa raça vai “mostrar ali se é capaz de atingir por si às formas mais avançadas de organização político-social. As dificuldades, os contratemplos e as lutas inevitáveis, por que teria de passar na sua evolução, por mais violentas, não podem constituir prova em contrário às esperanças dos que não creem na existência de raças naturalmente superiores, ou inferiores, mas apenas em estado inferior ou superior de civilização”.

Para conservar o entusiasmo pan-americano no mesmo grau de ebulição o Sr. Carneiro Leão não demora os olhos no passado do Haiti e lança-se logo para o seu futuro: “Seu passado mostra-se cheio de incertezas e de catástrofes mas está nas suas mãos - e vários períodos da sua vida autorizam-nos a ter fé – o elevar-se à altitude de uma nacionalidade livre, apta a um governo próprio, liberal, justo e pacífico. Com uma civilização que já constitui um patrimônio cultural na construção das cidades e dos portos, das estradas de ferro e das lavouras, da higiene e da instrução pública, Haiti faz jus à firme esperança da família americana na sua capacidade de aperfeiçoamento”.

Como o futuro a Deus pertence, pode-se livremente sacar sobre ele sem o risco de passar por ingênuo. Dele poderá vir tudo, inclusive o que se espera e o que se lhe pede.

Felizmente, para o Sr. Carneiro Leão, Costa Rica tem com que alimentar abundantemente o entusiasmo pan-americano. O seu povo caracteriza-se por costumes pacíficos: “uma honestidade inquebrantável, um respeito absoluto às leis e aos direitos individuais. Para compreender o seu espírito afável, basta assinalar que nas suas prisões quase só há estrangeiros. Resistindo galhardamente a tudo, Costa Rica tem mantido os seus costumes acima de quaisquer aplausos. As suas eleições são verdadeiras, regulares e perfeitamente livres. A vontade popular é um fato indiscutível. Os dirigentes são representantes efetivos da opinião pública: e não perdem jamais a ocasião de dar com eloquência os mais belos exemplos de dignidade cívica, de inteligência e de liberalismo”.

O que, naturalmente, lhe amainou, nesse lance, foi o seu orgulho de brasileiro. Se Costa Rica é isso, Costa Rica pode dar lições de democracia ao Brasil... Se lá a vontade popular é um fato indiscutível, aqui o que é indiscutível é sua inexistência, se lá as eleições são verdadeiras, regulares e livres, aqui não costumam ser nem livres, nem regulares, nem verdadeiras.

Em vez da clássica viagem à Europa para fluir os encantos de Montmartre, ou para admirar o serviço de circulação nas ruas, os nossos estadistas, em vésperas de ascensão à presidência da República, deviam rumar para Costa Rica. Aprenderiam lá a maneira de trazer as finanças com boa saúde, o modo de aumentar o respeito pelo direito e pela justiça e o processo de espalhar, rapidamente, a instrução popular. “Nenhum outro povo centro-americano teve menor número de revoluções e de lutas sangrentas. Mais de meio século de paz e de trabalho árduo e contínuo, durante os quais souberam sempre, os seus estadistas, regular tanto as mais graves questões internas quanto as mais difíceis tendências internacionais. Fizem de Costa Rica uma república modelar. O número dos seus educadores aumenta enquanto, quase proporcionalmente diminui o número dos seus soldados. O orçamento da guerra decresce à medida que sobe a verba para a educação popular”.

Das grandes repúblicas como a Argentina, o Chile e o Uruguai, grandes principalmente pela cultura cívica, é fácil, por essas linhas, imaginar o que inspiram ao Sr. Carneiro Leão...

Chamou ele ao seu livro *Palavras de fé*. Poderia chamar lhe também *Palavras de amor ao continente americano*. Ele é, na verdade, um livro de enamorado. Mas como é, ao mesmo tempo, a tradução de uma fé inabalável no futuro da América, o título exprime bem o seu conteúdo.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Gastão Cruls: A criação e o criador; A. Pompeu: Cinco Gênios e Ideias, homens e livros; Plínio de Lima: Pérolas renascidas”. [Seção Livros Novos]. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 9 abr. 1929, p. 3

O subconsciente continua na moda. A desmontagem das almas e dos espíritos para surpreender o segredo da articulação das suas peças e, por aí, subir a determinação da sua maneira de funcionar constitui, cada vez mais, o brinquedo predileto das rodas elegantes. Faz-se esporte pela manhã e, à tarde, faz-se psicologia. Muda-se de processos mas não se muda de objetivos, que é o prazer da distração. O século passado chamou-lhe um escritor o século estúpido. A este, provavelmente, chamarão o século das curiosidades. Tudo que é curioso desperta nossa paixão, e só o que é curioso é que a desperta. Até o amor perdeu os demais atributos para conservar, apenas, o da curiosidade. Pode-se dizer que ele é, hoje, apenas, uma forma de curiosidade.

O último romance do Sr Gastão Cruls, *A criação e o criador*, é a expressão perfeita desta época. É um curioso estudo de curiosidades psicológicas. Põe em cena o trabalho mental de um escritor para compor as figuras de um romance e fazê-las viver dentro do cenário que traçou. Antes de iniciar a composição literária, esse romancista “descia ao mais fundo dos seus personagens, perscrutava-lhes o ânimo, e dissecava-lhes a consciência, via-os nesta ou naquela situação, interrogava-os, discutia com eles, pensava como cada um em particular, raciocinava por todos, e, só depois desse longo e paciente trabalho, aliás, não destituído de atrativos, é que, ainda muito a medo, buscava passar para o papel o que já dera motivo a desveladas horas de meditação”. Antes de os escrever, já os seus tipos se lhe objetivavam à vista “com o relevo e a precisão dos seres reais e viventes. Por vezes, chegava a vê-los a cada um de per si, precedidos dos seus nomes e retratados em grande proporções”.

Não é, porém, o mecanismo psicológico das personagens que o escritor procura demonstrar. É o mecanismo do romancista, que criou as personagens. É o romance psicológico de um romancista durante o trabalho de criação literária que ele tenta descrever. À medida que as personagens ganham relevo no seu pensamento e que a ação se desenvolve, a vida do romancista vai se entrelaçando com a vida das criaturas da sua fantasia.

Essa projeção do plano da realidade no plano da imaginação ou, melhor, a fusão das duas vidas, a real, do escritor, e a imaginária, das personagens do romance, é que, sem constituir novidade literária, comunica ao livro o que quer que seja de singular, que atrai e encanta o leitor. O mais é o de que ordinariamente se tece a substância dos romances modernos: uma floração exuberante de maus instintos, de apetites rasteiros e de péssimos costumes. A gente do romance é essa mesma gente frívola, egoísta e elegantemente acanhada, que por aí dá o tom nos “dancings” públicos e nas casas de jogo. Por causa dela não se iria até o fim do romance.

Vai-se porque o interesse da obra, como já disse, não está nas personagens; está na observação psicológica das ações e reações entre o criador e a criação.

As epígrafes das diferentes partes do livro oferecem o resumo sintético das conclusões psicológicas a que o escritor chega, levando consigo o leitor. A primeira é tirada de Ewers: “Então, eu sou a criação de um sonho teu? Não, meu pobre amigo, estás invertendo as coisas. Quem sonha sou eu: tu és apenas uma ínfima partícula do meu sonho”. A segunda é fornecida por André Gide: “O mal romancista constrói as suas personagens, dirige-as e põe-nas a falar. O verdadeiro romancista escuta-as e olha-as agir: ouve-as falar antes de as conhecer e é pelo que lhes ouve que, a pouco e pouco, compreende quem elas são”. A última é colhida no jardim de Alain: “Todas as vezes que um romancista nos conta uma coisa tal qual a viu, está perdido. O acontecimento é mais forte, ele não pode subjugar-lo. O acontecimento faz estalar-lhe o molde”.

Cada uma das partes procura ser a ilustração desses postulados psicológicos. Na primeira, vê-se o romancista sonhar e contempla-se a aparição das ínfimas partículas do seu sonho. Ele sonha dar vida a um filho família rica, criado na abundância, mas de cuja educação os pais “por uma falsa compreensão da bondade ou mesmo por indolência, se descuram inteiramente,

transformando os desta arte em pobres seres amorfos destituídos de qualquer préstimo e por completo inaptos à luta da vida. A muitos acompanha a insensibilidade moral, a frouxidão de costumes, a carência absoluta de ideais e desde que lhes falte o indispensável ao custeio da ociosidade opulenta e ociosa, são capazes de todo a sorte de vilezas e tranqüibérrias, não raro acabando nas mãos da polícia. Mas mesmo com dinheiro não deixa de ser nocivos, tal a cupidez dos seus gozos, tal a fome dos seus apetites, embora estes e aqueles mais facilmente tresmalhem entre os artigos do código. São criaturas incompassivas diante de tudo que não seja a consecução de uma vida fútil e prazerosa e, desde que nada os detêm, nem inquietações de consciência, nem o respeito por outrem, insidiosamente conspiram o que os cerca, vultuosamente corrompem os seus mais próximos. Todavia, protege-os uma auréola de simpatia e se após se deixam, por vezes, a dor e a aflição, por onde passam caminham ovantes e ao derredor há sempre palmas e flores”.

Em torno dessa figura de sonho, ou melhor de observação transformada em sonho, começam a surgir e viver as outras. Em pleno trabalho de criação, o romancista tem a surpresa de verificar que há entre os seus contemporâneos de carne e osso criaturas com o mesmo nome das que imaginou e vivendo a mesma vida que lhes atribuiu... Sucederia que a vida, como sustentava Wilde, é quem copiava a arte e não a arte quem copiava a vida? À força de imaginar as personagens, tê-las-ia trazido a vida?

Tanto parafusou que se pôs a duvidar da realidade ou, antes, entrou a suspeitar que a realidade era uma mera projeção da sua fantasia. “Toda aquela gente que o preocupava não tinha existência própria nem coincidia com os tipos por ele criado, mas eram os seus mesmos personagens e apenas viviam a vida do seu romance. Verdade seja dita que, desde a primeira revelação, lhe adviera um tal estado de tensão cerebral, e tão violenta e repetidamente haviam sacudido os seus nervos que ele jamais se sentira com calma bastante para refletir com ponderação e ajuizar infinitamente dos acontecimentos”.

Tal como as ideara, tal são as suas personagens. Como se explicaria aquilo? “Que fatalidade pesava sobre a sua criação? Dar-se-ia que ele fosse mesmo um vidente? Que pensariam dele os amigos? Naturalmente, haviam de considerá-lo um plagiário, um copiador servil da vida. “Onde estava a originalidade do seu engenho se toda aquela gente vivia, e fácil seria a qualquer traçar-lhe o perfil e descrever-lhe a individualidade?”

Não era tudo. Se era perfeita a semelhança física entre as personagens que imaginou e as que a vida lhe ofereceu, graves discordâncias se notavam entre o caráter das que sonhou e das que via. “Como falhara a sua psicologia! Se ele tiver a intuição do que deveriam ser fisicamente os seus personagens, desconhecera-lhes por completo o caráter, enganara-se totalmente ao perscrutar-lhes a psique. E os amigos que o tinham na conta de um profundo conhecedor de almas, um sagaz e penetrante analista!...”

A disparidade psicológica das duas séries de entes meteu-lhe n’alma um grande desespero. Porque é que a realidade contrariava a sua criação? Porque o seu drama de amor e sofrimento, “a novela aguda e vigorosa se transformava [na] mais escarninha das comédias, na mais hilare das farsas?” “Aquelas laudas frias e dissaboridas, que amarrotava agora entre os dedos, com o ímpeto de rasgá-las, já haviam sido por muito tempo a sua mais alta aspiração, o seu mais belo sonho de arte. A ela dedicara o melhor do seu esforço: horas febris, noites de vigília intensiva, dias de ansiedade extrema... O seu primeiro romance!... Um mundo de esperanças que deveria ser convertido em realidade, não a realidade que se lhe oferecia, mas a outra, a que ele queria criar: produto do seu engenho, a “vida de criação”, hausto de criador, amassada no seu sangue, calcinada no seu cérebro...”

Para que o tormento fosse completo, o romancista acabou perdendo os predicados do criador e descobriu que era, apenas, uma pobre criatura de outrem: a sua aventura psicológica serviu de assunto para este romance do Sr. Gastão Cruls... “Os senhores, diz-lhe este, dirigindo-se ao romancista e a um amigo íntimo, que o acompanhava, são mesmo os meus personagens. Não vejo razão para ficarem tão acabrunhados. Triste devo estar eu, que acabei o meu romance,

enquanto os senhores podem continuar a vivê-lo afora... Eles, porém, já não diziam mais nada. Acompanhei-os até a porta. Existiriam? Fez-se a dúvida no meu espírito. Olhei-os outra vez, quando já iam à distância. Eram duas sombras que se apagavam aos meus olhos. E eu? Existiria também? De novo me assaltou a dúvida: entretanto, é preciso não perder tempo. Aquela providencial visita facilitara minha tarefa. Tornei resolutamente ao meu gabinete de trabalho. É este o capítulo que me faltava escrever”.

Pirandello sorriu comigo quando fechei o livro, e murmurou:

– Toda essa gente, sem excetuar o Sr. Cruls, é criação minha. Eu é que sou o supremo criador de todo esse mundo novo... Eu? Talvez, não. Quem sabe?... Provavelmente Freud, Myrs, ou outro qualquer mecânico de almas...

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Jackson de Figueiredo: *In Memoriam*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1929, p. 3.

Haverá, talvez, quem discuta o valor de Jackson de Figueiredo. O seu feitio áspero não conquistava simpatias à primeira vista e as suas doutrinas, reacionárias e agressivas, não ecoavam bem no ambiente de suave liberalismo em que vivemos. O seu dom de afirmar agastava muito os que, e são eles a maioria, amam, se não a dúvida, a leve ondulação das nuances.

Não pertença ao número dos que lhe discutem o valor. Conheci-o de perto durante longos anos, e posso afirmar que poucos homens encontrei com igual riqueza de valores morais e intelectuais. Não aceitava todas as suas ideias, e, quando as aceitava, divergia, quase sempre, da maneira porque ele as queria implantar. Mas, compreendendo-o plenamente, aceitei-o como ele era. Preferia-o, decerto, um pouco tolerante, menos bravo, mais plástico, menos dogmático. Mas como a variedade de espíritos está na ordem da natureza e eu não me revolto contra essa ordem, conformei-me com o Jackson que a natureza formou e a vida aperfeiçoou. Tudo o que no seu espírito havia de fragoso, de acre e de acerbo, desaparecia, ao cabo de algum tempo de intimidade, sob as vagas de ternura que lhe subiam do coração. Todo aquele dogmatismo intransigente era, a meu ver, uma espécie de disciplina mental para encobrir aos olhos alheios a tremenda agitação que lhe ia por dentro. Não ponho em dúvida a sinceridade do seu catolicismo. A abdicação da sua personalidade nas mãos da Igreja foi real e completa. Ele não era homem de atitudes hipócritas. Sem fé, não se diria católico. Desconfio, porém, que nem o óleo do cristianismo, que é o mais poderoso da terra, aplacou aquele oceano de inquietação que lhe tumultuava dentro n'alma. A sua correspondência particular revela um atormentado. O seu estado natural é a tempestade. Perecendo no mar, que é a agitação perpétua, teve o túmulo adequado. Se pudesse escolher, talvez não escolhesse outro.

Gracejando com ele, costumava chamar-lhe Torquemada. Na sua fé, havia, com efeito, qualquer coisa da fé implacável do célebre inquisidor. Mas ele era um Torquemada que sabia chorar. Por baixo das lavas que lhe brotavam dos lábios ou da pena, rolava um rio de ternura e piedade. Pouca gente conheci tão afetiva e doce como ele.

Como todos os homens incapazes de hipocrisia, enganava-se frequentemente em relação às pessoas com que lidava. Parecendo-me benemérita a sua campanha em prol daquilo que ele denominou a re-cristianização do Brasil, vi-me, porém, em divergência constante com ele sobre o modo de efetuar esse trabalho sobre os homens que poderiam auxiliá-lo. Da maneira por que ele dirigia a campanha, o que eu via, como resultado infalível dos seus esforços, era, apenas, não a re-cristianização do Brasil, mas o triunfo definitivo da mais estúpida das ditaduras. Foi este o ponto central das nossas dissensões. Outros haveria, mas secundários. Ele queria, por exemplo, como bom católico, a união da Igreja e do Estado. Mas eu, como bom liberal, era, e continuo a ser, pelo regime vigente, o regime de Cavour: a Igreja livre no Estado livre. Acho excelente a moral cristã. Penso que só benefícios trará a sua disseminação pelo povo. Mas ainda não me convenci de que o seu ensino deva ser cometido oficialmente pelo Estado a professores especiais. Essa tarefa não deve sair dos círculos familiares. A Igreja tem liberdade para conquistar todos os lares. Faça-o.

Se Jackson se enganava, frequentemente, em relação aos homens, também os homens, frequentemente se enganaram em relação a ele. Não era fácil compreendê-lo sem lhe entrar na intimidade. De longe parecia o contrário do que era. As suas atitudes desconcertavam: os seus artigos irritavam; as suas relações com determinados políticos surpreendiam. Quantas vezes pessoas que sabiam da estreita afeição que nos ligava, não me interpelaram, entre repreensivas e estupefatas:

– É curioso esse seu amigo! Só tem elogios para os presidentes violentos e, jornalista, aceita o cargo de censor da imprensa!...

Defendia-o, mas sentia que a defesa não calava. A má impressão persistia. E não o defendia só por dever de amizade: defendia-o, também, porque achava tudo aquilo dentro da

lógica da sua personalidade. O que parecia esquisito aos outros a mim me parecia naturalíssimo. Não espantava que servisse de censor aos jornais quem nunca fora amigo da liberdade de imprensa. Não havia desdouro nenhum em chefiar a censura das folhas, na ditadura de 1924, quem, já em 22, em carta íntima, falando-me de trabalho de advocacia em que eu sustentava o princípio da liberdade de imprensa, procurando defini-lo e esclarecê-lo em face da constituição, escrevia, com a maior tranquilidade e coragem, que estava “em quase absoluto desacordo com o advogado quanto à liberdade de imprensa”.

O ditador não precisou torcer a consciência de serviçais dóceis para armar um censor. Tinha à mão um homem que, antes de existir a ditadura, já combatia a liberdade de imprensa. E que homem! Um homem que o serviria por convicção, por amor a princípios, quando os outros só o serviriam ou por medo ou por cobiça. Um achado. Um presente do céu.

Está claro que considero abominável a doutrina de Jackson. Contra ela revoltam-se a minha cultura, os meus pendores liberais, o meu temperamento, as minhas aspirações, a minha filosofia da vida. Mas reconheço que ela é peça essencial do sistema político que o empolgou. Jackson estava convencido, mas profundamente convencido, de que a liberdade de imprensa era uma das causas da anarquia mental e sentimental que caracterizava a nossa era. Combati sempre essa e outras ideias suas. Nunca, porém, deixei de estimá-lo, mesmo quando no ardor da polêmica sentia mais pesado o seu pulso de amigo, porque nunca surpreendi, nos seus atos, nas suas palavras e nas suas atitudes, o mínimo traço de hipocrisia. Raro me entendi com o doutrinante, mas sempre admirei o homem, Jackson era, com efeito, um caráter. Tinha firmeza no pensamento e na ação, coisa que infelizmente, não é encontrada entre a gente que nos cerca e nos governa... Em defesa do que lhe parecia verdade, acontecesse o que acontecesse, faria tudo quanto a sua consciência lhe ordenasse que fizesse.

*

Melhor que palavras, diz do seu valor a roda de amigos que criou e para os quais a sua memória é um laço de união fraternal. Desses amigos, alguns se lembraram de lhe comemorar o falecimento com um número especial da *Ordem*, a revista que ele fundou e que, com tantos sacrifícios, dirigiu, certo de que seria um semanário de novos irmãos do seu credo religioso e do seu ideal humano. É um livro de carinho e, não obstante a sua intenção apologética, é um livro de justiça. A amizade, digam o que disserem, também pode ser lúcida. Para ler na alma alheia, a simpatia nem sempre é menos apta que o ódio.

A imagem de Jackson que os seus amigos nos dão nessas páginas sentidas é a imagem verdadeira. Estas palavras de D. Sebastião Leme constituem uma síntese do que ele fez e da impressão que causou nos seus contemporâneos. Retratam o homem e situam-no entre os do seu tempo:

“Em que pese à ação do jornalista brilhante e combativo, tenho para mim que foi, como “servidor da Igreja”, que Jackson de Figueiredo conseguiu ‘fazer escola’. Do polemista inteligente e fogoso raro serão os adeptos no campo da intelectualidade. Do ‘causeur’ fertilíssimo, estereotipador vivaz e um tanto áspero dos homens e das coisas, só comentários de intimidade cultuarão a lembrança. Nem mesmo de sua alma feita de bondade e doçura, de sensibilidade infantil e meiguice angélica para o sofrimento alheio, serão muitos os que possam render testemunho. Do servidor da Igreja e do soldado de Jesus Cristo, desse sim é que não morrerá o exemplo”.

Nada há que acrescentar a essas linhas. Nada há, também, que lhes suprimir. Como soldado de Cristo é, com efeito, que perdurará no espírito da maioria dos seus contemporâneos a lembrança de Jackson. Foi um soldado rude, mas foi um soldado de rara valentia. Em uma terra de indiferentes, o seu vulto destacava-se pela paixão e pela firmeza da sua crença. Veio da incredulidade franca e nunca perdeu, até a morte, o ardor crepitante dos conversos. O que domina, no Brasil, é aquele tipo de espírito que Machado de Assis definiu no seu conto “Evolução”: uma hospedaria bem afreguezada aonde vão ter ideias de toda a parte e de toda a sorte e que se sentam à mesa com a família da casa. Às vezes acontece acharem-se ali duas

pessoas inimigas ou simplesmente antipáticas; ninguém briga, o dono da casa impõe aos hóspedes a indulgência recíproca. É assim que ele consegue ajustar a uma espécie de ateísmo vago com duas irmandades que fundou, não sei se na Gávea, na Tijuca ou no Engenho Velho. Usa assim, promiscuamente, a devoção, a irreligião e as meias de seda.

Jackson só tinha hospedaria no coração: seu espírito era uma torre onde estranhos não penetravam; só Cristo vivia lá dentro.

*

As singularidades da sua vida explicam-se quando se penetra na intimidade do seu pensamento. O seu ideal era restabelecer na sua integridade, no espiritual e no temporal, o domínio absoluto da Igreja católica. Era, e não fazia mistério disso, uma mentalidade de medieval. Um dos obstáculos maiores que se erguem diante desse objetivo é o espírito revolucionário que se encarnou [nas] democracias modernas. Desse espírito, nasceu a anarquia mental e sentimental em que vivemos. Para combatê-lo e domá-lo é preciso que se restabeleça a ordem, isto é, aquilo que, no plano espiritual, se denomina, para usar de uma frase de Lasserre, uma hierarquia necessária e legítima das faculdades psíquicas, que caracterizam o homem digno deste nome, que põe, por assim dizer, no animal humano uma natureza humana. Essa hierarquia subordina a sensibilidade à inteligência, a imaginação à razão, as faculdades afetivas e espontâneas à faculdade reflexiva. No plano social, a ordem consiste em destruir a anarquia pela hierarquia. Como a hierarquia supõe a subordinação, nasce daí a exigência imperiosa de se fortalecer a autoridade.

É esse o motivo doutrinário pelo qual Jackson foi visto, com espanto de tanta gente, sustentar governos violentos como o do presidente Bernardes. Afrânio Peixoto pôs em relevo esse ponto com a habitual felicidade:

“Tinha a inaudita coragem em nosso meio de falar de ordem, autoridade, razão, quando as facções, os ódios, as violências de poder pareciam escusar a anarquia e a revolução. Ele, o amigo e a força, na hora do perigo, não procurava recompensa ou o posto, quando a cornucópia das graças se entornava para conquistar a adesão ou premiar os serviços. Chegou a aceitar um cargo, mal visto, o de censor de imprensa – ele o jornalista – como se o ‘nihil obstat’ da censura eclesiástica não fosse uma abnegação humilde que visa impedir o escândalo público. Era ‘servir’, era ‘o dever’ à causa que defendia e não há senão postos meritórios ao serviço e à causa do ideal. Partidários seus, até correligionários, chegaram a não compreendê-lo: Carlos de Laet, explicitamente, negou-lhe, por isso, o seu voto na academia. Jackson era coerente consigo e com a razão imanente: tão justos podem ser a caridade como a fogueira, a catequese como a cruzada, S. Francisco de Assis como S. Domingos de Gusmão”.

Não resisto ao gosto de transcrever mais algumas linhas de Afrânio que revelam aos que não o conheceram de perto o Jackson, ou melhor, os dois Jackson, que os íntimos conhecemos e amamos:

“Não conheceram bem o Jackson os que o viram ambicioso de um comando, ou de um posto de diretor de consciência, apontando o dever de um presidente de república ou sendo a egéria de um ministro, pregando à multidão insubmissa o respeito à ordem e à autoridade, Jackson, sibarita da cultura, discutindo teologia e política e arte com discípulos, confrades, escritores, prelados, admiradores, perdulário do espírito nos cafés, nas redações, nas livrarias, nas ruas... Havia um outro Jackson, que convivia, admoestava, corrigia, dava dinheiro e conselhos e serviços a vagabundos, miseráveis, resíduos da vida, boêmios, gente sem emprego e com fome, doce piedade de quem mamou o leite da ternura humana”.

Completando o testemunho de Afrânio, aparece o do Sr. Epiácio Pessoa. Jackson atacou vivamente a administração do ex-presidente. Um dia encontraram-se. A conversação insensivelmente deslizou para a razão de certos atos que lhe pareciam menos acertados. “Dei-lhe sobre cada um, escreve o Sr. Epiácio Pessoa, a explicação que nunca regateava aos adversários de educação e boa fé.

Convenceu-se, e, testemunha daí por diante do meu esforço e da minha sinceridade, tornou-se meu amigo, de uma amizade que jamais arrefeceu e, pelo contrário, dia-a-dia cresceu de fidelidade, desinteresse e carinho. Que me lembre, nunca lhe fiz o menor favor pessoal”.

*

Dos amigos de Jackson nenhum ignora, que é essa a verdade. Do seu contato com os poderosos só houve trabalhos; nenhum lucro auferiu. Viveu e morreu pobre. Do presidente Bernardes, a quem mais serviços prestou, talvez, do que ao presidente Epitácio, creio que só colheu, afora a antipatia dos que o supunham um explorador político, decepções amargas. É o que concludo das entrelinhas de uma carta que, em 1927, dirigiu ao Sr. Alceu Amoroso Lima. Vejo, a mais dessa carta, que sucedeu com Amoroso Lima em relação ao apostolado político de Jackson o mesmo que sucedeu comigo: o receio de que, por amor ao princípio da autoridade, ele sacrificasse a justiça. Não sei se o receio de Amoroso Lima desapareceu: o meu persiste. Conquanto simpatiza-se muito com a ação construtora do ponto de vista moral, que Jackson e seus companheiros desenvolviam, parecia-me que, do ponto de vista político, ela era perigosa. A hipertrofia da autoridade no Brasil acabaria suprimindo a justiça e dando o poder absoluto aos homens que mais fizeram pelo desprestígio do executivo e legislativo, que são os políticos que, então, nos governavam e que, ainda, nos governam... Não desejo, nem vale a pena reavivar à beira da sepultura do meu saudoso amigo uma polêmica desagradável com os seus companheiros vivos. Passo ao trecho da carta sobre o presidente Bernardes:

“Chegando agora ao caso particular do Bernardes, não creio que este tenha agravado ‘de início’ o mal que teve a combater no Brasil. Julgo que ele não pôde ou não soube defender-se dele, que já era enorme quando chegou ao poder. Faltou ao Bernardes o dom de simpatia, a capacidade galvanizadora, ou já era impossível ao país deixar de objetivar em ódio e sangue a desordem moral que o estava minando. Quando muito, o Bernardes foi infeliz, não teve forças para ser forte com bondade (coisa raríssima em política). Daí o que até a mim mesmo sempre pareceu mediocrizante e até desmoralizante em seu governo”.

Até aqui muito bem. Daí por diante surge, de novo, o Jackson que nunca pude admitir, conquanto o achasse lógico consigo mesmo e com as suas doutrinas de inquisidor tresmalhado da Idade Média:

“Contra a revolução só recorro um erro grave do Bernardes: o não ter sabido ser contrarrevolucionário radical, absoluto (mesmo com processos da revolução impossíveis de evitar por enquanto). Na minha opinião ele não cometeu um só crime contra os revoltosos mas alguns delitos graves contra o Brasil, por ter poupado a vida de meia dúzia de perigosos cretinos. E ainda não sei se errou moralmente, se por não poder acertar. E ainda confesso saber que estou falando como teórico. Não sei se a prática não me revelaria outras feições do problema da repressão. Tão certo é o que disse no alto: em política não há aplicações geométricas”.

Entre os revoltosos é possível que existissem alguns cretinos perigosos. Entorno do governo é fora de dúvida que existiam muitos. O erro de Jackson, a meu ver, estava em acreditar, como acreditou, que os elementos de anarquia não se encontravam ao pé da autoridade constituída. O excesso de teoria não lhe permitiu enxergar a realidade. Se houvesse permitido ele se convenceria, como eu estou convencido, de que os maiores fatores de anarquia no Brasil têm sido, até hoje, os presidentes que se divorciaram da justiça e da lei por conveniência de ordem política e para satisfação de ambições individuais. Não contesto a existência da desordem; acho, apenas, que ela não está onde Jackson supunha descobri-la, mas sim onde ele afirmava que estava a ordem. Não aplaudi os movimentos sediciosos, mas também não posso bater palmas à autoridade que os abafou. Os crimes desta parecem-me de maior gravidade que os dos promotores daqueles movimentos. Mais culpado é quem provoca a sedição do que aqueles que se deixam prender no seu torvelinho. Se os governos não fossem o que são, o Brasil já conheceria, de há muito, os benefícios de uma tranquilidade permanente. Não há povo mais dócil e paciente do que o povo brasileiro...

Por mais irritantes que nos pareçam as doutrinas políticas de Jackson temos que respeitá-las porque não as gerou um apetite subalterno, mas uma convicção pura. Por lhe saber da sinceridade e do desinteresse foi que, em permanente divergência com ele e, às vezes, em polémica azeda, nunca deixei de estimá-lo e de lhe querer.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Fernando de Azevedo: Ensaio; J. Capistrano de Abreu: O descobrimento do Brasil” [Seção Livros Novos]. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 dez. 1929, p. 3.

Na crítica do Sr. Fernando Azevedo, sob os encantos que um espírito fulgurante que, à menor excitação, despende de si miríades de cintilações como as pedrarias preciosas quando os raios solares as tocam, palpita, cheia de nobreza, alta e generosa, uma grande alma de homem reto. Dele pode dizer-se que é o modelo do crítico “Honnête homme”, tomada esta expressão no sentido que lhe deu um dos interlocutores de Chamfort: “J’appelle un honnête homme celui à qui le récit d’une bonne action refrâchir le sang, et un malhonnête celui qui cherche chicano à une bonne action”. O Sr. Fernando de Azevedo inflama-se com facilidade diante das boas coisas que descobre nos trabalhos alheios e fecha os olhos caridosamente às ruínas que neles depara... Não é somente a simpatia humana, virtude que lhe parece primacial nos críticos, e, com efeito, o é, que lhe inspira e orienta a crítica; é também uma infinita indulgência. Senhor de todos os segredos da arte da escrita, parece que só não aprendeu a de magoar. Mesmo quando a inteligência diverge do coração que não consente que este lhe tome a dianteira às reservas com que ela, na sua análise percuciente, acolhe as ideias alheias, manifestam-se com tal polidez que mal se percebe, sob as flores da cortesia, o espinho da crítica. Nem os poetas a quem ele negue o título de gênios, creio eu, ficarão irritados tal a maneira graciosa e insinuante com que ele saberá privá-los desse título que cada um reputa seu e de mais ninguém. O anestésico de sua gentileza faz suaves todos os golpes. Os gritos de dor, mal chegam aos lábios, mudam-se, ao toque das graças do seu estilo, em sorrisos de agradecimento. A mão que feriu acode com o bálsamo, e o bálsamo, além de curar a ferida instantaneamente, espalha um aroma que embriaga...

À primeira vista, sua crítica dá impressão de um rosal em que as flores se abrem, risonhas, sobre hastes lisas e macias a se moverem, flexíveis e graciosas, ao sopro da brisa mais ligeira. O dom do Sr. Fernando de Azevedo de se exprimir por imagens que, para os críticos, é um dom perigoso, leva-o, por vezes, a vestir a frase de roupagens tão custosas e roçagantes, à maneira de Paul de S. Victor, que o leitor, deslumbrado e perplexo, tem a impressão de que o crítico desapareceu e, em seu lugar, surgiu, trajado de tecidos caros e cobertos de joias faiscantes, um poeta encantador. Examinada com atenção, a sua crítica revela, porém, sob essas aparências amenas, a sólida estrutura de uma obra de análise e pensamento, erguida sobre alicerces tão profundos.

A ordem perfeita na distribuição das ideias e na graduação dos efeitos artísticos, habilidade natural que a frequência dos clássicos lhe aprimorou, não é embaraço para a multiplicidade de aspectos nem impede o jogo livre das cores. A clareza e a força associam-se, na sua pena, à variedade e ao pitoresco...

O escolha da crítica, que é o dogmatismo, ele o contorna com admirável perícia como também contorna o das leituras abundantes, que é a citação destemperada. Seu espírito, dúctil e curioso, não se compraz com a rigidez dos sistemas. A função da crítica se reduz, para ele, em compreender e explicar, e para compreender e explicar os sistemas são indispensáveis; basta, apenas, como já o observava Taine um bom método de trabalho... “Como toda a arte, nota com razão o Sr. Fernando de Azevedo, a crítica é livre e pessoal (e, daí, já se ter dito que a “primeira qualidade da crítica é a parcialidade”...), e, tendo por objeto a obra de arte, e portanto, o próprio homem, no que apresenta de mais complexo e fugitivo – “a vida interior”, depende antes da agudeza e ductilidade compreensiva da inteligência. O crítico, que não traz em seu coração o entusiasmo e a poesia, – esse vago sentimento, que faz amar e descobrir a beleza sob todas as suas formas, não fará obra de sensibilidade, de gosto e de penetração, ou, em uma palavra, “obra de arte” desde que, como sugeriu Renan, “compreender um objeto é quase igualá-lo e gerá-lo outra vez para a vida”...

Essa simpatia intelectual, continua ele, essa simpatia intelectual, que deita as suas raízes na benignidade e não na frouxidão do caráter, e se traduz por um certo ascetismo elegante,

inimigo das verdades absolutas, e pela destreza de espírito sem preconceitos e sem prevenções, não colide com a mais humana de todas as operações mentais que “é tomar partido no debate das ideias” .

Para completar o autorretrato que traçou, procurando fixar as características de outro crítico, escreveu ainda o Sr. Fernando de Azevedo:

“Ele tem uma alma naturalmente delicada e dadivosa, mas nem, por isso, deixa de manter a maior liberdade e segurança de juízos a que dá, quase sempre, uma expressão amável e discreta. Espírito tradicionalista, mas acessível às inovações significativas, revela, nas suas páginas de argúcia psicológica e investigação paciente, o dom raro de distribuir os conceitos e graduar os louvores e os reparos, revestindo as suas figuras de uma luz ideal e difusa, de uma espécie de véu para disfarçar os defeitos, mas bastante transparente para deixar ver as linhas calmas e precisas. Essa leveza de toque, no estudo das figuras literárias, não resulta apenas da maneira elevada de encará-las, sob o duplo aspecto das qualidades e defeitos que compõem, como características pessoais, a fisionomia moral do artista. De fato, com as pendências de seu espírito hábil e sagaz, sem azedume e sem aspereza, se harmoniza também o seu estilo, firme e elástico a um tempo, sem aquela vibração metálica, que dão o vigor e a concisão, mas com as ondulações inquietas de que agita a frase, de uma elegância natural, o sopro da imaginação e o entusiasmo.

Acrescentaria eu, apenas, um traço a esse retrato: a simpatia intelectual leva, frequentemente, o crítico arguto a transfigurar as figuras que estuda, ampliando-lhes o busto e pondo-lhes na expressão um fulgor que vem mais da sua imaginação que da realidade. Percorrendo os seus ensaios, no volume onde os recolheu depois de os haver publicado nesta folha, surpreendi-me, ao terminar a leitura de alguns deles, a murmurar entre mim:

– Perdidos estariam vocês, meus amigos, se julgassem fiel e definitivo o retrato que a fantasia criadora do poeta, atraçoando o crítico, debuxou de vocês, nas páginas desse livro!...

Entretanto, a penetração psicológica e a arte de recortar perfis são, nesse vigoroso escritor, qualidades que ferem a atenção do leitor. Querem verificá-lo? Leiam estes períodos sobre o Sr. Arthur Neiva:

“... Sr. Arthur Neiva, um desses raros homens de laboratório e de ação, – positivo sem estreiteza e idealista sem devaneios, – cujo pensamento, dilatado nas leituras e nas viagens, parece ter qualquer coisa de dinâmico, que o impele às realizações sempre modeladas num plano sábio, a que não falta nem a preocupação social, nem a solidez dos alicerces, nem a harmonia das linhas. Onde quer que tenha de desenvolver a sua ação técnica, esse homem de vontade forte e imperiosa, de fisionomia enérgica, de riso seco e metálico, e gestos incisivos, de uma dedicação quase marcial, dá o exemplo do tipo acabado do homem de ciência, investigador e pertinaz, que do especialista ‘esse Polifemo moderno de um olho só e mãos’, tomou a solidez dos conhecimentos, mas não a unilateralidade de visão, e, do erudito, a curiosidade universal, não a erudição pesada, incompatível com o temperamento desses organizadores, que se sentem melhor com asas nos ombros do que com chumbo nas sandálias...”

Tudo se explica facilmente; é que “o encanto misterioso dos trabalhos de sondagem psicológica” tira ao espírito, de quando em quando, com o senso da realidade, a medida das proporções...

Nos ensaios, há janelas abertas para todas as avenidas do pensamento; a psicologia, moral, retórica, linguística, ciências, gêneros literários, história, política, etnografia, pedagogia, tudo quanto fala à inteligência e ao coração recebe dessas janelas um jorro de luz. O livro inteiro é a demonstração de que o seu autor deliberou provar, com exemplo próprio, que é “na cultura e na doutrina que se afiam as flechas da intuição, e a pureza da verdade nunca saiu, com alguns quilates a mais, da forja da meditação filosófica, sem que nessa frágua fosse mantido constantemente o fogo com o próprio material transportado pela erudição e pela ciência”.

Livro forte e sadio, os *Ensaio*s são um desmentido ao conceito de que no terreno das letras não há espaço para a flor da virtude. Não se descobre nele o mínimo vestígio de inveja ou

de maldade. Se por alguma coisa peca, será por excesso de benevolência. A sua fraqueza, se alguma tem, virá da elevação de sentimentos e não da mesquinhez de espírito do autor. Banhado de todas as claridade da inteligência, ele vibra a todas pulsações do coração. Nas ideias e nas frases, na substância e na expressão, no fundo e na forma, é um livro que se caracteriza pela distinção. É a obra elegante de um gentil-homem das letras. Sobre o aço do pensamento, as sedas, as rendas e o ouro do estilo...

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Oliveira Vianna: *Problemas de política objetiva*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 mar. 1930, p. 3.

Estamos na quadra dos livros sobre questões políticas. É de ontem o esplêndido trabalho em que o Sr. Vivaldo Coaraci estuda os nossos problemas nacionais. Muita gente ainda não terminou a leitura dessa obra suculenta e já é solicitada a recorrer às páginas de um livro do Sr. Oliveira Viana consagrado ao mesmo assunto, livro a que ele deu o título de *Problemas de política objetiva*.

Esses problemas são o da revisão, o da liberdade, o dos partidos, o do governo e o da nacionalidade. Entende o Sr. Oliveira Viana que nenhum deles ainda foi atacado à luz da observação e da realidade. Temos procurado resolvê-los unicamente, à luz das ideologias. Os elementos com que jogamos para estudá-los não os buscamos na realidade brasileira mas nos livros de fora. Em vez de investigar o que nos convém, o que melhor se adapta à nossa vida, e que exigem as nossas condições sociais, copiamos, simplesmente, e com a maior precipitação, o que nos seduz em povos de outra educação, de outra tradição, de outra índole, de outra disciplina moral e de outra formação histórica. O seu livro é uma tentativa para corrigir esse defeito. O Sr. Oliveira Viana propõe-se a colocar o nosso povo e, notadamente os nossos políticos, em contato mais direto com a nossa realidade.

A primeira lição que a realidade lhe dá é a da incapacidade do nosso povo para a direção política. Para nos curar desse mal ele aconselha o remédio que supõe, exatamente, nos que o adotam, uma forte capacidade política: a realização “de uma alta política de caráter profundamente orgânico e nacional”. Esse remédio, que é tomado à opulenta farmácia sociológica de Alberto Torres, o Sr. Oliveira Viana, seguindo nesse passo, ainda, o grande pensador político, põe nas mãos do Estado e, para ser utilizado, lembra uma outra reforma constitucional. Mas, essa reforma não terá que ser feita e não será feita pelo mesmo povo sem capacidade política, que o ilustre escritor desdenha tanto? Parece, antes, que o trabalho inicial não deve ser o da reforma da Constituição mas o da educação política do povo. A da Constituição viria a seu tempo, e como uma consequência natural da outra. O plano de Alberto Torres, que o Sr. Oliveira Viana adota, será o ponto de chegada da nossa atividade política. Não é, nem pode ser, o ponto de partida.

Da fase, mais ou menos, caótica, em que se encontra, a política brasileira só, a pouco e pouco, poderá alcançar a fase orgânica que Alberto Torres traçou e o Sr. Oliveira Viana reclama. Sem atravessar o inferno do caciquismo e o purgatório do sufrágio universal não há como nos guindarmos ao paraíso da organização democrática, que é, receio-o muito, um paraíso mais de imaginação que de realidade. Os regimes perfeitos são, no domínio da política, uma forma de romantismo como é a crença nos homens providenciais, nas revoluções salvadoras e nos Messias patrióticos. Tudo são expressões de uma mesma ilusão fundamental – a ilusão de que a humanidade pode ser modificada de alto a baixo ou de que, no governo dos homens, é possível desprezar-se o contingente de imperfeições que a humanidade traz consigo, entranhada na sua carne e mesclada na sua trama espiritual.

O eixo da organização defendida por Alberto Torres e esposada pelo Sr. Oliveira Viana é um conselho federal vitalício, uma espécie de supergoverno encarregado de vigiar a marcha dos negócios públicos, e coordenar as energias nacionais. Esse conselho seria, mais ou menos, o que é o diretório supremo no partido fascista, sem Mussolini. Mas um organismo dessa espécie é sonho puro em uma terra onde a incapacidade política do povo é proclamada. Do povo é que teriam de sair os conselheiros, e conselheiros sem educação política tratariam logo de transformar o conselho em um centro oligárquico, cujo primeiro empenho seria esquecer-se dos objetivos nacionais para só se lembrar dos interesses particulares dos seus membros. A ideologia da Constituição atual, que o Sr. Oliveira Viana não se cansa de apregoar, seria substituída pela ideologia de uma outra Constituição que se não ajustaria nem às tradições nem à cultura do povo. Iríamos trocar um motor, que, embora sujeito a desarranjos frequentes, sempre trabalha, por

outro que, provavelmente, ou não trabalharia, ou trabalharia em condições piores. Não há um só fato que nos convença da eficiência real do Conselho que o Sr. Alberto Torres imaginou. Devemos ainda ponderar que, além de não contarmos, em nossas classes dirigentes com elementos para a composição desse conselho, não existe, entre os governadores, o estado de espírito sem o qual a atuação deste organismo seria impraticável.

Note-se que já tivemos, no Império, com o Senado vitalício e o Conselho de Estado, alguma coisa parecida com isso. Todavia, a coordenação, a estabilização, a fixação das nossas energias não foram logradas. A instabilidade política e administrativa da República não difere muito do que se observa no Império. O Sr. Oliveira Viana acha que, no Império, a Coroa, o Senado e o Conselho do Estado lutaram vitoriosamente contra o espírito faccioso, contra a intolerância dos caudilhos, contra a tendência dos corrilhos partidários a perpetuarem-se no poder. É uma impressão; não é um fato. Da intolerância dos caudilhos, há na história do Império, inúmeras amostras, e o espírito faccioso foi, no final das contas, quem deu em terra com a Monarquia...

Por fim, o próprio Sr. Oliveira Viana acaba destruindo a engenhosa organização de Alberto Torres, reconhecendo que é duvidoso o resultado desse poder coordenador. Esse poder exige para sua perfeita eficiência, diz ele, uma mentalidade cívica, uma consciência política, um sentimento dos interesses públicos, em suma, uma unidade de ideias e sentimentos que seria impossível no Brasil, talvez, ainda, por muitas dezenas de anos. “Nem daqui a um século talvez a nossa educação política, ou melhor, a nossa evolução política nos terá dado uma mentalidade tão unida e forte que possa levar tantos milhares de homens, espalhados por uma tão desmedida superfície territorial, a agir de um modo uniforme e harmonioso, no sentido de um alto pensamento de justiça, de verdade e de patriotismo partidário de um órgão central: – do conselho federal”.

Se assim é, a sua dissertação foi inútil. Não valia a pena perder tempo com estudo de instituições que só daqui a cem anos podem ser viáveis... É mais que provável, é certo que, nesse largo período de tempo, tudo se transforma e o que hoje, parece magnífico, seja então, uma lembrança mofina.

Se isto não é ideologia, e da mais genuína, não sei o que se deva e possa dar esse nome...

*

Se, por um lado, o Sr. Oliveira Viana avança muito, por outro retarda um pouco. Está ele convencido, por exemplo, de que, ainda, não saímos do patriotismo tribal, da solidariedade do clã pessoal, principalmente do clã rústico, parental, sensorial ou eleitoral. A verdade é, entretanto, que pelo menos nos Estados mais populosos, já saímos dessa fase. Aqui, em S. Paulo, não só existe um senso agudo de nacionalidade como já não se possui esse patriotismo tribal, essa solidariedade do clã pessoal, rústico, parental, sensorial ou eleitoral. A última eleição é uma demonstração viva desse ponto.

Afirma, também, o Sr. Oliveira Viana, isso constitui nova demonstração do atraso ou, quando menos, da insuficiência das suas observações, que não temos o sentimento dos grandes deveres públicos, como não temos o sentimento da hierarquia e da autoridade, o respeito subconsciente da lei, a consciência do poder público como força de utilidade pessoal.

Respeito à autoridade, mais extenso e mais dócil do que o existente no Brasil, com especialidade em São Paulo, não se encontra, suponho eu, em parte alguma do mundo. Quer o Sr. Oliveira Viana uma prova? Aí está a questão do café. A lavoura de São Paulo, ludibriada pelo governo, que se não fatigava de lhe assegurar, em todos os tons e ocasiões, a perfeita solidez de sua prosperidade e a posse de recursos infinitos para fazê-la durar, viu-se, de repente, da noite para o dia, a braços com uma das crises mais terríveis que a tem flagelado. Em vez de se revoltar contra o governo, ela reuniu-se, foi a ele e pediu-lhe umas tantas modificações no Instituto do Café. Desatendida brutalmente, não teve um gesto de revolta! Abaixou a cabeça e entrou a curtir as suas dores em silêncio.

Que é isso senão o sentimento da autoridade, o respeito subconsciente da lei, a consciência exagerada do poder público como força de utilidade social?

Quer mais exemplos? Aí formigam na campanha presidencial. Qualquer subdelegadozinho de ínfima categoria impedia que centenas de cidadãos realizassem comícios eleitorais e essas centenas de cidadãos, que podiam estraçalhar o subdelegadozinho, submetiam-se às suas ordens arbitrárias, sem se entregarem à mínima reação violenta. Que é isso senão o sentimento da hierarquia e da autoridade?

No povo, não há indisciplina. Onde ela reina é nos homens de governo. Estes é que não têm o sentimento da hierarquia e da autoridade, o respeito subconsciente da lei e a consciência do poder público como força de utilidade social. Eles é que desrespeitam sentenças do Judiciário, eles é que faltam à consideração devida às autoridades constituídas desde que estas contrariem os seus propósitos ambiciosos: eles é que fazem da lei arma dos seus apetites; eles é que encaram o poder, não como força de utilidade social, mas como força de utilidade pessoal. Não estenda o Sr. Oliveira Viana ao povo brasileiro o que é vício específico da pequenina classe de políticos que se apossou do poder e que o explora como uma propriedade particular. Exatamente porque no povo domina o sentimento da hierarquia e da autoridade é que a suserania desses homens tem durado tanto.

Se o distinto escritor conhecesse de perto a vida política de São Paulo, nestes últimos anos, ficaria convencido, também, de que, ao contrário do que lhe parece, temos o sentimento dos grandes deveres públicos. O que vai de sacrifício entre os cidadãos paulistas para imprimir à vida política do Estado o cunho do civismo surpreende. A capacidade de sacrifício por ideias não é aqui uma singularidade. O Partido Democrático é uma demonstração viva desse conceito. Esse partido compõe-se, na sua maioria de gente que podia viver, tranquila, entregue aos seus afazeres ordinários, a governar os seus capitais ou a tirar proveito das profissões rendosas que exercem. No entanto, essa gente lança-se a todos os dissabores da luta política sem a mínima ambição individual, movida, unicamente, da vontade de injetar na vida política uma dose de moralidade e de erguer São Paulo à eminência de uma escola nacional de civismo. Não é isso consciência, e altíssima, dos grandes deveres públicos?

É possível que a observação do Sr. Oliveira Viana se ajuste aos demais Estados da República. Desde, porém, que se não ajusta a todos, não pode ter o caráter geral que ele lhe deu. No passado, passado recente, se quiserem, teríamos sido o que o apreciado escritor assevera. Mas, no presente, não somos. Caminhamos um pouco nestes últimos anos. Podíamos ter caminhado mais, é exato. Todavia esse pouco já serve para comprometer as generalizações deprimentes de outrora.

*

Entende o Sr. Oliveira Viana que precisamos abrigar o presidencialismo da República, como, no Império, abrigamos o parlamentarismo britânico. Creio que esse trabalho já está feito. O presidencialismo que possuímos nem é o americano, nem é o argentino, nem é o constitucional. É criação original dos políticos que passaram pelo Catete. O do Sr. Bernardes foi uma verdadeira ditadura e o do Sr. Washington Luís, conquanto mais brando nos processos, não está longe de, no fundo, ser a mesma coisa. A hipertrofia do Executivo, com a anulação quase completa dos outros poderes constitucionais, é o que caracteriza, hoje, o presidencialismo brasileiro. Nas outras república do mesmo tipo constitucional, ainda existe uma tal ou qual supremacia do poder Judiciário. No Brasil, essa supremacia só existe no papel. Os presidentes desabusados como foi o Sr. Artur Bernardes, não se embaraçam com as sentenças da justiça para a realização dos seus planos políticos. Não as violam de frente, mas não hesitam em pôr em jogo todos os recursos, sem excetuar os sofismas mais calvos, para deixar de aplicá-las, ou aplicá-las à feição dos seus interesses.

Devo observar que o maior culpado desse vício é o próprio Poder Judiciário. Devido à sua complacência, ou à sua tibieza, é que os chefes do executivo têm praticado tantos abusos de ordem política. Os seus membros parecem que ainda se não compenetraram de que fazem parte

de um poder tão respeitável como o Executivo e, sob alguns aspectos, mais graduado que o Executivo.

Por causa dessa timidez, ou que melhor nome tenha, reputa prematura a ideia de Rui Barbosa, aceita e preconizada pelo Sr. Oliveira Viana, de confiar na própria magistratura o recrutamento dos seus membros. Com a fascinação que o Executivo exerce sobre os magistrados, a escolha continuaria a ser feita pelo próprio Executivo através dos magistrados, com a responsabilidade destes e a irresponsabilidade daquele. Prefiro que se persista por algum tempo ainda no regime atual, em que a responsabilidade é repartida entre todos.

Sustenta o Sr. Oliveira Viana que o nosso sistema constitucional não se munuiu de elementos para corrigir as nossas más qualidades nem nos dotou de aparelhos eficazes “contra aquilo que é a razão e causa das nossas queixas e protesto seculares: as facções e os seus pendores facciosos, os corrilhos eleitorais e partidários”. É um puro equívoco do ilustre publicista. A representação das minorias figura entre os princípios basilares da Constituição. Ora, esse princípio, uma vez respeitado, constitui um remédio eficaz contra os pendores facciosos dos partidos dominantes.

A melhor Constituição para o Brasil diz o Sr. Oliveira Viana, seria a que nos desse meios de reduzir ao mínimo a influência nociva dos maus governos, dos maus chefes, dos maus políticos, dos maus cidadãos. Mas a Constituição brasileira nos dá meio para tudo isso. Contra os maus chefes temos a temporalidade breve dos mandatos, temos o “impeachment” e temos a supremacia da justiça. Não sei que outras medidas de caráter prático, possam ser indicadas em lugar dessas. Não as indica o Sr. Oliveira Viana, o qual se contenta com esta generalidade: “Organização sólida e estável da liberdade, principalmente da liberdade civil, por meio de uma organização sólida e estável da autoridade, principalmente da autoridade federal”.

Com todos os seus defeitos a Constituição tem a vantagem de encerrar várias providências úteis. Por mais perfeitas que sejam, essas providências valem mais, praticamente, do que essa sugestão vaga e imprecisa do festejado escritor. O Sr. Oliveira Viana atira muitas pedras no telhado dos constitucionalistas mas esquece-se de que no seu, apesar de todos os cuidados da sua sociologia, há largos trechos de vidro. Na sua severidade excessiva, ele nem dá tento do que o erro é quinhão de todas as criaturas humanas e de que nas questões constitucionais, como nas sociológicas, como em todas as outras, o perigo de erro é grande tanto para os que são acoimados de teóricos como para os que desdenhosos da pobreza alheia procuram deslumbrar-nos com os tesouros da observação e da experimentação. No seu livro, há proveitosa lição nesse sentido. Depois de proclamar, em certa página que precisamos fazer com o regime presidencial o que já fizemos com o regime parlamentar – corrompê-lo, deformá-lo, abasileirá-lo, de modo a adaptá-lo à nossa mentalidade e à nossa índole – o distinto historiador, páginas adiante, taxa-nos de levianos por imitarmos “nas duas ou três vezes que temos tentado organizar constitucionalmente a nação o mais inimitável cidadão do globo: o anglo-saxão – particularíssimo, originalíssimo, inconfundibilíssimo, sempre absolutamente dele mesmo. Durante mais de meio século, no Império, levamos a procurar fazer como os ingleses”.

Ao Sr. Oliveira Viana desta última asseveração oponho o Sr. Oliveira Viana da outra, o de que corrompemos, deformamos, abasileiramos, de modo a adaptá-lo à nossa mentalidade e à nossa índole, o parlamentarismo britânico...

Essa fatalidade de erro, que acompanha o homem, sejam quais forem os seus dotes intelectuais, é que me faz tomar à conta de observação grave, e não de pura facécia, o capítulo em que o Sr. Oliveira Viana, aponta o Brasil como um dos modelos de países pacíficos e ordeiros. Modelo de mesmo gênero temos à mão e ofereço-lhe com o mesmo ar de seriedade: é a Penitenciária de São Paulo. A ordem e a tranquilidade do Haiti são obra dos fuzileiros navais da América do Norte. Não será mais patriótico que, no Brasil, elas sejam obra do diretor e guardas da Penitenciária?...

Lendo esse capítulo do livro do Sr. Oliveira Viana, capítulo que ele deu o título de “O conceito pragmático da liberdade política”, verifiquei, pela primeira vez, que não é uma simples

zombaria de escritor azedo aquilo de León Daudet sobre o pragmatismo: “Si les mouches avalent une philosophie, elle serait vraisemblablement très analogues au pragmatisme, étant donné leur vision à facettes et il est fort amusant de constater qu’une philosophie, qui prétend s’etayer avant tout sur les fait (sur la poussière mobile du fait le mieux constante et les plus patent) donne, comme aucune autre, la sensation d’une série morcelée de rêves enfantins”.

•

Supõe o Sr. Oliveira Viana, que o nosso problema principal é o da liberdade civil e não o da liberdade política. A mim me parece que os dois estão intimamente entrelaçados e tenho motivos para acreditar que a liberdade civil é muito mais real no Brasil, do que a liberdade política. Vejo, todos os dias, as oposições esbulhadas nos seus direitos políticos mas raramente vejo, nos tribunais, um direito civil lesado que não obtenha a reparação adequada...

Acha o Sr. Oliveira Viana que nunca tivemos uma eficiente organização da justiça. Discordo. A organização da nossa justiça, nas suas linhas gerais, não é inferior à da América do Norte ou da Argentina. Não é inferior à da França. Será, talvez, inferior à da Inglaterra, mas a Inglaterra é uma exceção em todo o mundo. Todas as garantias que o engenho humano imaginou para proteger a liberdade e a independência dos juizes, deparam-se nas leis brasileiras. Se os nossos juizes não são independentes é porque não querem, ou porque não gostam de sê-lo. Em todo o caso é isto uma questão à parte, que não se prende com a organização da justiça propriamente dita. O fato de haver uma magistratura estadual ao lado da magistratura federal não modifica o meu ponto de vista. Os juizes estaduais gozam da mesma proteção legal que os juizes federais. Em todos os Estados a magistratura frui o duplo benefício da vitaliciedade e da inamobibilidade. Federais ou estaduais, são funcionários cercados do mesmo prestígio e amparados na sua independência, pelas mesmas garantias legais. A unificação da magistratura não traria vantagens palpáveis quanto à maneira de se distribuir justiça. Pelo saber e pelo mais, os juizes estaduais valem tanto como os juizes federais. É pura ideologia supor que as coisas da justiça mudariam mudando-se o rótulo à magistratura estadual.

Politicamente o Sr. Oliveira Viana é partidário da eleição por classes. Tem a seu lado publicistas da maior autoridade, aqui e fora daqui. Entre os de casa destacam-se o Sr. Vivaldo Coaraci. Mas para que haja a representação por classes, é essencial, principalmente, que existam classes econômicas organizadas. Onde as temos no Brasil? Na indústria? No comércio? Na lavoura? Nas profissões liberais?

Enquanto essas classes não se formam, tratemos de aperfeiçoar, e não de abolir pura e simplesmente, esse mal inevitável nas democracias, que é o sufrágio universal. Antes ele, com todos os seus vícios e malefícios do que o despotismo dos ditadores.

Tem razão o Sr. Oliveira Viana quando condena o processo de legislar, que se adotou no Brasil, o processo de legislar sem audiência de profissionais e de técnicos, por obra e graça da sabedoria infusa dos políticos. Mas ele próprio reconhece que já se procura embora timidamente, corrigir esse mal, criando-se conselhos técnicos com autoridades para abrir inquéritos sociais e para sugerir ideias ao congresso. A onisciência do parlamento aqui como em toda parte, entrou em agonia.

Mas se já caminhamos para a organização de conselhos técnicos, não há por que desesperar. É que estamos bem orientados.

Creio que se tornou perceptível a divergência entre os meus pontos de vista e as ideias do Sr. Oliveira Viana. Realmente sem prejuízo da larga admiração que voto à sua inteligência e aos seus conhecimentos, discordo, com frequência, do Sr. Oliveira Viana. É natural que escrevendo sobre o seu livro, fizesse ressaltar, de preferência, as discordâncias. E não fiz ressaltar todas; nem podia fazê-lo: o *Estado* precisa de espaço, também, para outros assuntos...

Não se conclua, ao cabo destas linhas, que eu reputo nociva à leitura dos *Problemas de política objetiva*. Reputo-a excelente. Se não servir para desnudar os erros próprios, servirá para por a nu os erros alheios. O benefício não é pequeno. Além disso, o livro, com todos os seus exageros e equívocos, é dos que oferece ao leitor uma “substantifique movelle”[sic]...

BARRETO, Plínio. “Godofredo Rangel: A filha; Victor Panchet: O caminho da felicidade; Os filhos (trad. Godofredo Rangel)” [Seção Livros Novos]. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 22 mar. 1930, p. 3.

Bateu nos romancistas, estes últimos tempos, o andaço do materialismo no amor conjugal. Na vida íntima do primeiro par humano intervieram uma serpente e um arcanjo. Os romancistas suprimiram o arcanjo e cercaram de atenções a serpente. Receosos, porém, de que ela se enfadasse no monótono convívio dos casais, deram-lhe, generosamente, um companheiro: o porco. O porco e a serpente representam, hoje, nos romances, o papel de diretores, de guias, de orientadores, de mestres de disciplina dos cônjuges. Tudo, na vida matrimonial, se reduziu, para os romancistas, a um jogo, ora alternado, ora mesclado, de apetites carnis e de manobras pérfidas. À sereia da antiguidade clássica, a mulher-peixe, juntaram o tríplice monstro: mulher-serpente-porca. Cada época tem o seu tipo de imaginação e o seu velo de poesia...

O problema da felicidade conjugal, que é o mais importante para a gente que ainda não tomou aos animais inferiores o regime de vida solta, foi simplificado por esses manipuladores do novo barro humano que Freud amassou. Eliminaram desse problema, radicalmente, o elemento espiritual, que o complicava, e conservaram, apenas o elemento físico. O casamento ficou sendo, então, somente aquilo de que, com toda a cruzeza, falou Iago: “the beast of two...” ou a que com mais elegância, chamou Chamfort – a epilepsia de alguns instantes... Tudo se resume, – e basta isso para que essa velha sociedade humana prospere em paz – na inteligência mútua, não dos espíritos, mas dos músculos, não dos gênios, mas das carnes. A felicidade conjugal passou a consistir no equilíbrio dos calores individuais. Tirou-se ao coração a tarefa de regulá-la e transferiu-se essa tarefa para outros órgãos mais prosaicos. A doçura da vida matrimonial ficou dependendo, apenas, do funcionamento de um duplo calorífero. Acertados os dois aparelhos, tudo correrá admiravelmente entre os cônjuges. Não haverá mais, entre eles, quaisquer conflitos, não haverá contrariedades, não haverá rugas, não haverá dissensões, não haverá brigas, não haverá zangas, não haverá cenas, não haverá desquites. Um paraíso! Da incompreensão, da ininteligência dos sexos, é que nascem as discórdias matrimoniais...

Não se contam os abnegados que se propuseram, porque são sem conto a ensinar como é que os cônjuges se ilustram reciprocamente sobre a maneira de regular o funcionamento dos caloríferos; como é que pode cada um surpreender e decifrar os segredos físicos do outro e como é que conseguem ambos chegar, sem esforço, à perfeita afinção dos surdos clamores da carne. A esse trabalho de instrução íntima, a que alguns espíritos azedos teimam em chamar uma “patifaria literária” sem as graças, mas com todas as máculas, da literatura [fescinina] da antiguidade, do Renascimento e do século XVIII, entregaram-se ainda, escritores de ambos os sexos. Ciosas dos seus títulos à completa paridade com os homens em todos os terrenos, a principiar pelo das inconveniências, as mulheres têm procurado mostrar, e não perderam o tempo, que, em assuntos de natureza escabrosa, a sua maneira de enfrentá-los, franca e decidida, nada tem que invejar à dos mais desabusados escritores masculinos.

Quando abro um romance moderno, o que não faço com frequência, pergunto a mim mesmo: será um novo tratado sobre os caloríferos humanos? Haverá nele, apenas, como nos chiqueiros, suínos incontestáveis, ou haverá, também algumas criaturas humanas?

Confesso que não me saltou essa dúvida quando abri o recente romance de Godofredo Rangel – *Filha*. A delicadeza de sentimentos, a doce espiritualidade que banha as produções literárias desse escritor, removiam, de antemão, a suspeita de que, nas personagens a que deu a vida imaginária do romance, só falassem as vozes da animalidade. Para um escritor do seu feitio, o espírito nunca perde a primazia e os seres humanos, mesmo quando ínfimos e degradados, jamais se apresentam como variedade monstruosas do corço ou do bode.

O romance não se ocupa, com efeito, e isto constitui, nos dias de hoje, quase uma singularidade, com a inteligência física de dois cônjuges. Ocupa-se da ininteligência, da dissonância psíquica de dois seres vibráteis que em vão procuram, ao lado um do outro, a

felicidade que lhes foge. A figura dominante é o homem, é o pai. Não é a esposa, nem a filha. Para o pai é que convergem as atenções do leitor e dele é que partem, como da aranha os fios da tela que a cerca e em que se apoia, os liames dos episódios e das peripécias. Em torno dele é que tudo gira. O que lhe passa na alma é que interessa. O romance todo é, a bem dizer, a descrição dos vários estados psíquicos desse homem, no correr de uma existência de naufrágios e decepções. Não se espera do romance outra coisa. A fabulação é magra, a vida externa das personagens é insignificante, o movimento é nulo. Ao mundo exterior, às combinações dos fatos materiais, é quase nada o que o romancista pede. Pede-lhe, apenas, algumas figuras acessórias e o quadro para emoldurar as personagens. As peripécias são insignificantes. Simplicíssimo o enredo. Cenas dramáticas, dessas que fazem ofegar o leitor, não existem. Acontecimentos só imaginou o romancista os essenciais para que o leitor acompanhasse, compreendendo-o e interessando-se por ele, no drama íntimo é que residem a vida e a força do romance. Para ele é que os leitores são convocados.

Quem não gostar do gênero, não abra o livro. Os amantes de *films* movimentados, de aventuras policiais e de peripécias surpreendentes nem olhem para o volume. Ele não foi feito para essa classe de leitores. Fez-se para os que amam as lentas e minuciosas sondagens psicológicas, os mergulhos profundos aos mais íntimos recantos da alma. Para apreciá-los, convém que se fechem os olhos à ingenuidade de certos episódios, à inocente coordenação de fatos de eventualidade duvidosa, à cândida inverossimilhança das peripécias e que se abram só para o largo panorama psicológico que a arte do escritor desdobra com uma paciência infinita e um senso admirável das minúcias, que elucidam, e dos traços, que caracterizam. O romance é uma atenta mirada na alma de um infeliz a quem atribuíam-se torturas de um amor inquieto, abreviado no tempo e alongado na saudade, e em cujo peito aberto a todos os golpes de um destino que se não esqueceu de um só infortúnio para feri-lo, chovem as setas do sofrimento. O que o romance oferece é o espetáculo de uma luta com os espinhos da vida travada por uma criatura feita, apenas, para o suave contato das pétalas.

O mais tênue padecimento dessa criatura é o pungente estado d'alma que se pode chamar o "receio perpétuo de perder a felicidade adquirida". "O excesso da sua ventura, por absurdo contraste, chegava a torná-lo infeliz. Nessa dúvida sem causa, nesse recear inexplicável, sombreava-se-lhe o espírito. Como o criminoso, tomado de horror, vê, em tudo, o esgar agônico da vítima, também em seus momentos de ventura erguia-se-lhe diante o espectro misterioso de uma desgraça iminente. E embora a evidência o desmentisse, pressentia ante si o resvaladouro fatal, que o levaria despenhado, de transe em transe, ao abismo da dor sem intermitências nem limites".

À proporção que corria o tempo, "mais se avolumava essa infelicidade, nascida de sua grande ventura". Certo dia, lendo um livro, deparou com esta reflexão: "Em todo o amor correspondido, há um que ama e outro que se deixa amar". Este pensamento "caiu-lhe talhante n'alma, despertando-a num sobressalto para a evidência". A mulher amava-o, mas seu amor, certo, era a própria paixão dele que "irradiava para ela, iluminava-a e volvia restituída a seu foco de origem. Os grandes amores não fazem mais que amar a si mesmos. É a história do Pigmalião... Têm eles poderosa força de contágio. Assim veria o sol, pela própria luz iluminada, a ronda fria dos planetas. Refrangência de luz... Corrente induzida... Sombra gerada pelo corpo, eco gerado pelo som". A inquietação do usuário ao pé do tesouro que amontoou... Atormenta-o a mania de análise psicológica. Tanto examina as peças do seu amor conjugal que desfecha na suspeita de que o amor da esposa não existe: o que existe é o reflexo vacilante da chama viva em que ele se abraça.

No seu espírito de romântico retardatário, surgem e cruzam-se as dúvidas. Até a música que a mulher interpreta ao piano deixa-o doente. Os zelos encapelam-se-lhe "n'alma em maré tumultuosa... zelos do artista morto que concebera aqueles sons venenosos e sua cadência hipnotizante: zelos de todo o incompreendido que pulsava na harmonia letal..."

Tudo, na esposa, dos mais vagos devaneios às mais leves sensações, havia de prender-se a ele. “Ela é minha, ‘minha’, dizia em seu imperativo sentimento de propriedade. Quero-a toda, “cada átomo do seu corpo, cada vibração de sua sensibilidade”. Se o ciúme for avareza, como disseram, sinto-me o mais mesquinho usurário que nunca existiu”.

Coisas de doente. A doença do romantismo. Ele próprio o reconhecia: “É um sentimento absurdo, raciocinava ainda, uma exaltação mórbida que terá capítulo próprio num tratado de patologia. Devo ser um demente. Como as moléstias são o exagero ou atenuação dos fenômenos comuns, minha loucura será a intumescência absurda dos sentimentos e pensamentos normais”.

Doente era, mas a morte, sempre incompreensível, em vez de levá-lo, levou-lhe a companheira... “Leila morreu. O inoportável sofrimento tomou toda a alma de Sálvio. Ereto, imóvel, era a aparência de uma coisa esboçada em forma humana, parecia petrificado pela dor e seu olhar inexpressivo lembrava as pupilas de pedra de uma estátua. A espaços, clarões de consciência fulguravam-lhe na noite do espírito, e a noite, após, tornava-se a fazer. Eram fosfenas efêmeras, que fosforejam e esmaíam silenciosas nas trevas de uma retina. E, nesses instantes, traduzindo o que lhe ia no íntimo. Em suas pupilas de pedra, acedia-se uma lucilação de loucura”.

Ideias extravagantes perpassam-lhe pelo espírito. Momentos há em que o sentir se lhe paralisa pelo próprio excesso: “Atingira o ápice sobre-humano em que a dor, pela própria intensidade, se anula como essas agudíssimas vibrações de sons que fogem à perceptibilidade dos ouvidos”. Logo depois, a piedade “queria viçar na mole anestesiada de seus sentimentos, como uma flor cujas pétalas fossem retalhos sangrentos do coração, mas a inconsciência submergia-lhe de novo o senso do real”.

O quadro externo completa o interno: “O enterro seguiu. Como meada que se desenrola, saíram, do basto ajuntamento de homens lúgubres, que enchiam a igreja, duas fitas paralelas que vermiculavam, molemente, picadas de luzes pálidas, para o outeiro do cemitério. Entre elas, como um testudáceo [sic] aprisionado entre duas serpentes e movendo-se com pés numerosos, lá um bolo negro carregando uma coisa sinistra. Nas alas, pinceladas de opas rubras, as luzes tristes dos círios morriam na claridade. Plangiam os sinos, cujos dobres lentos se arrastavam em ecos remorados e quando se calavam ouviam-se no silêncio atônito galos roucos cocoricar. Os pés batiam o chão, ritmados, num trovoar ensurdecido, e as coroas funerárias, amontoadas no caixão tilintavam sacudidas pela marcha dos carregadores. Sálvio seguia, sonambulicamente, a alma ainda insensibilizada, pelo excesso de sofrimento. Confusos pesadelos povoavam-lhe a consciência adormecida. Sentia-se, num espanto, como pairando além túmulo, num mundo de ignoto horror. A espaços um trovão surdo despertava-o em sobressalto: eram os pés da multidão batendo o chão duro de envolta com o tilintar metálico das coroas sacudidas. Entre as alas, o bolo sinistro, tangava, como ébrio, avançando com os seus numerosos pés. Os olhos dilatados de Sálvio, saindo do horror do sonho, enchiam-se daquela realidade de pavor... e o fluxo da inconsciência enoitava-lhe de novo o espírito abafando-a sob o seu grande e espesso manto negro”.

Ao desgraçado restava uma filha. Mas ele não a via. Entre ele e o pequeno legado “que lhe deixava a morta e que andava aos cuidados dos fâmulos, interpunha-se a oclusão de uma catarata mental. Se de improviso o despertassem restituindo-lhe o senso da realidade, tomá-lo-ia um sentimento de surpresa, vendo a criança. Era mau pai. O amor, quando perfeito, exclui a perfeição dos outros sentimentos. É uma hipertrofia da alma que se alimenta de todas as funções do ser, tudo transmutado em flama de paixões. Lâmpada custosíssima, nela arde todo o óleo da vida, num espasmo da voluptuosa agonia”.

Enfim com o tempo, o amor de pai veio a despertar e o desgraçado renasceu para uma vida nova. Essa vida alvorecia “como um diluimento branco de madrugada nos horizontes adormecidos na noite. O sofrimento entorpecera-se, o doloroso amor expirara numa melancolia infinita. Veio a conformidade cinzenta e ele aceitou de novo a vida. Achava-se, porém, a esta um sabor aborrecido. Sentia anorexia de viver. Cada manhã, ao despertar, via ante si a compridez do

dia como um prato nauseante que precisava ingerir até às últimas migalhas”. Quando porém, recomeçou a ver a vida comum “com seus pequenos seres e os meandros de suas pequeninas preocupações, tomou-o uma impressão de espanto por ver que fora do mundo de seus sentimentos, havia o que quer que fosse de real. O universo não era um imenso deserto! E sentindo-se ainda muito longe, via confusamente em torno a si o formigar dos ínfimos humanos. Colhia-o a surpresa de quem, através de um telescópio, visse surgir da calma luminosa de um astro a complexa agitação da vida, num mundo semelhante a este ao qual o afastamento fundo no reflexo pálido que nossos olhos contemplam. Reconhecia os lugares e pessoas, reentrando na normalidade da existência habitual”.

Vem-lhe, depois, a filosofia da resignação, que o reintegra definitivamente na vida: “Ser feliz não é o essencial e, sim, viver. O essencial não é ser feliz. Depois que tivemos nosso quinhão de ventura, ficamos quites, nós e a sorte. Então resta-nos auxiliar os outros a viver e nisso também se encontra uma espécie de satisfação funda e grave”.

Mas era destino desse homem ter, não só a felicidade, como a paz brevíssima. Os seus passos chamavam as tempestades. Mal recomeçara a viver, abandonou a filha a mãos estranhas para fugir às penas de um delito de falsidade em que estupidamente se envolvera.

As desgraças acorrem de novo, em tropel, para torturá-lo. Nada lhe corre bem. Onde pisa, brota um cardo; onde põe a mão, salta um infortúnio. Pena e geme anos a fio e, para tudo coroar abusam-lhe da inocência da filha e, depois, enxotam-na, como um animal pestado, para a rua e para a miséria.

Sucumbiu, finalmente? Não. Quando tocou ao fundo do abismo, uma vaga de esperança lançou-o de novo à superfície: a filha e a neta foram para a sua companhia, pondo-lhe na alma e na casa, a frescura e a claridade de uma alvorada: “havia uma doçura de amanhecer nas próprias sombras noturnas que, dantes espessadas com suas tristezas, eram tão mais sombrias!... A casinha rústica era um batel de pâmpanos a vogar num mar de dores. E Sálvio, à porta, tendo a seu lado a filha sorridente e feliz, dizia:

– A primavera voltou, voltou contigo, Noemi...

A aragem, arfando brandamente, envolvia-os em uma onda de fragrância. E Sálvio dizia:

– Vê, minha filha, assim é que te quero... O que as palavras não dizem, roguei à terra que o dissesse por mim: e a terra, ouvindo-me descerrou o seio, desabrochando nesse mar de flores. Vê, minha filha, assim é que te amo... com essa abundância...com essa profusão...

A filha, reclinando a cabeça ao ombro de Sálvio contemplava extasiada. E o velho louco, exultando repetia:

– A primavera voltou... a primavera voltou...”

Não me fulminem, por amor das Musas, com um sorriso desdenhoso, esse cândido romantismo! Sinto bem o que há nele de ingênuo, de frágil, de anacrônico, de artificial. Mas, ainda assim e apesar disso, delicio-me com ele. Meu espírito repousa e minha alma dilata-se ao doce aroma que se desprende. A arte primorosa do escritor vestiu-o com estofos de tão fina qualidade que só o gosto de contemplá-los me leva os olhos. Confesso, também, que já andava enfasiado de encontrar, a todo o instante, obrigatoriamente, nas páginas dos romances, o porco, o bode e a serpente. Sentia saudades do arcanjo... Do arcanjo e das pobres criaturas humanas que ele impedia de se transformarem de todo, como era a intenção da serpente, em porcos e bodes...

*

O Sr. Godofredo Rangel, quando não entretém a imaginação dos leitores com as histórias tristes, mas puras que lhes conta, põe-se a trabalhar para fazê-los mais felizes. Para essa obra não se furta, sequer, às fadigas das traduções. Dois livros do Dr. Victor Pauchet – *O caminho da felicidade* e *Os filhos* – acaba ele de traduzir e publicar.

Para os homens de trinta anos, que souberam ler no livro da vida, essas obras não contêm novidade. As lições que elas ministram, aprendam-nas eles à própria custa, diretamente, no trato do mundo... Mas para os que ainda não sabem o que é a vida, nem como se tece e destece a trama sutil da felicidade, são preciosas.

Não tenham receio de abri-las. Escreveu-as o espírito ágil de um médico que sabe o segredo de expor coisas graves de maneira leve e traduziu-as um escritor que entende do ofício como poucos e que nunca se esquece, ou componha obras originais ou reproduza obras alheias, do preceito que é apontado, em um dos livros traduzidos, como um dos marcos do caminho da felicidade: Faze o melhor possível o que estás a fazer.

Há muita gente que tem horror aos livros de prédicas morais e de conselhos úteis. O tédio que espalham afoga a sabedoria que, acaso, encerrem. Posso tranquilizar essa gente quanto aos dois livros que o Sr. Godofredo Rangel traduziu. Qualquer deles é lido com prazer. Acho-os infinitamente mais interessantes que a maior parte das novelas e romances que as livrarias despejam continuamente sobre o público e que o público devora sem lhes perceber o gosto de cinza e sem atentar para os germens de corrupção de que são portadores. Raros os que levantam um ânimo abatido, estimulam energias adormecidas e reforçam o senso da realidade. As distrações que proporcionam costumam antes ser malsãs quesadias: e distrações melhor será não as ter do que tê-las nocivas.

Outra razão tenho para recomendar a leitura desses livros: é que eles, mostram como se pode vencer o nojo que as torpezas da vida provocam e como se pode tornar varonil uma criatura tímida. A quadra reclama lições dessa natureza. Todos os tônicos espirituais são poucos em época de franca desmoralização.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Artur Mota: *História da Literatura Brasileira* 2ºvol.; S. Rangel de Castro: *Quelques aspects de la civilisation bresiliense*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 ago. 1930, p. 3.

Está publicado o 2º volume da *História da literatura brasileira* que o Sr. Artur Mota deliberou escrever. Do primeiro já falou, nesta folha, o Sr. Sud Mennucci, fazendo-lhe merecidos gabos. O segundo, que abrange o movimento literário do século XVIII, não desmerece do primeiro. Em ambos, o Sr. Artur Mota revela-se um pesquisador paciente e escrupuloso e um crítico de juízo seguro. Não há escritor, por insignificante que seja, a que não dedique algumas linhas bio e bibliográficas. Os importantes, esses, analisa-os com vagar e retraça-lhes o perfil com amor. Às vezes, a sua *História da literatura brasileira* apresenta feição de um puro dicionário biobibliográfico. Mas, logo depois, o crítico reaparece e a obra se alça a um plano superior.

É admirável o que o Sr. Artur Mota tem lido e anotado sobre os escritores pátrios ou sobre os escritores que escreveram a respeito do Brasil. Quem vive a estudar coisas do Brasil, especialmente as do passado, é que pode avaliar o esforço, a tenacidade, a maravilhosa pertinácia que lhe terá custado o trabalho de coligir tantas informações sobre a nossa história literária. Qualquer estudo de coisas passadas é, no Brasil, tarefa para ombros hercúleos.

Tudo é difícil, tudo é incerto, tudo é enfadonho, tudo é irritante.

A época estudada no segundo volume parece-me a mais interessante da nossa história literária porque nela é que se acusam as principais características da literatura nacional. Abre-se, por assim dizer, com Gregório de Matos e encerra-se com os escritores da chamada escola mineira. A época anterior a que o Sr. Artur Mota chamou a época da formação, não oferece, do ponto de vista literário propriamente dito, interesse demasiado. Não tivemos, nesse período, como era natural, literatura nacional. Servimos, apenas, de tema para a literatura dos outros.

No cadastro literário que levantou, creio que o Sr. Artur Mota não caiu em cochilo algum. O trabalho dá impressão de ser completo. Não há mediocridade que a sua piedosa benevolência se decidisse a sacrificar. Todos os grandes e os pequenos tiveram um lugar no seu livro. Para esse crítico, que é também engenheiro distinto, não há quantidades desprezíveis. Tudo tem valor.

No século XVIII floresceram no Brasil algumas academias literárias. A endemia vem de longe... O Sr. Artur Mota conta-nos, brevemente, o que elas foram. Este matemático – é um traço curioso do seu espírito – tem a singularidade de se deleitar com a vida íntima das academias. Boa parte da existência já gastou ele em tomar as medidas ao gênio dos acadêmicos e em sondar a profundidade das obras que geraram. E ainda não revela sinais de cansaço. Nem sequer deixa perceber a decepção, que, fatalmente, já o feriu... Os temas, debatido nas academias do século XVIII, século de Montesquieu, de D’Alembert, Diderot, Voltaire e Frederico, o Grande, definem bem o que era o espírito dos antepassados literários dos requintados estetas de hoje. Aqui está um: “quem mostrou amor mais fielmente, Clície ao sol ou Endimião à lua?”

Trate de indivíduos ou de instituições, o Sr. Artur Mota sempre fornece a quem o lê informação curiosa e precisa. Não é tempo perdido o que se gasta com a leitura do seu livro. Esse livro vai ser o ponto de partida para quem quer que se meta em jornadas através do nosso passado literário. Se a gratidão fosse uma virtude literária e de literato, o Sr. Artur Mota, biógrafo infatigável de tanta gente sem biografia, o garimpeiro alquimista sempre teimando em converter em diamante o cascalho que encontra, teria um monumento erguido pela família numerosa dos escritores desconhecidos. Mas, provavelmente, só terá algumas pedras...

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Resenha: Desvendando Arquivos”. *Revista Nova*. (São Paulo), p. 377-381, jun. 1932.

I

Amigo, que conhece a minha predileção pelos livros de memórias e pelas correspondências particulares, confiou-me alguns documentos do seu arquivo. Esses documentos são cartas de algumas personagens de vulto na política brasileira. São cartas íntimas escritas nos primeiros anos de vida constitucional da República e enviadas daqui para o estrangeiro por essas personagens a um amigo que exercia alto cargo de representação em uma das grandes capitais europeias. Em muitas dessas cartas, umas de Prudente, outras de Campos Sales, outras de Deodoro, encontrei, cheio de satisfação, confidências curiosas.

Começarei pelas de Prudente de Moraes. O amigo enviara-lhe da Europa recortes de jornais com as impressões causadas no estrangeiro pelo resultado da eleição de 1 de março de 1894, que levou o grande paulista à presidência da República em sucessão a Floriano Peixoto. Prudente, acusando a chegada dos artigos, escreve:

“Vejo que o resultado da eleição de 1º de março causou boa impressão na Europa, exceção feita de poucos artigos, visivelmente inspirado por adeptos da revolta, que afirmam que os eleitos serão continuadores da política do atual governo por serem criaturas (“sic”) do marechal Floriano! Vi, também, com intensa satisfação, a contestação de tão falso juízo. Efetivamente, a eleição de 1 de março causou mais dano à revolta do que todas as derrotas que sofreu nos combates com as forças legais; a eleição desmoralizou completamente a revolta e precipitou a sua terminação. Vencidos, os partidários da revolta alimentam-se com a esperança de que o marechal Floriano não deixará o governo e assumirá a ditadura a 15 de novembro. Uma boa parte da gente que constitui a “corte” do marechal e que é, em geral, ruim, também pensa que ele deve assim proceder para... salvar a República!”

Ninguém está esquecido de que, na verdade, era corrente, depois da eleição presidencial, que Floriano não passaria o poder a Prudente de Moraes. Mas Prudente não ligou importância a essas ameaças. É o que se verifica das linhas em que continua, na mesma carta, a tratar do assunto:

“Apesar da esperança dos partidários da revolta e da opinião de alguns “íntimos”, estamos convencidos de que a transmissão do governo se fará sem incidente algum. A nova administração se esforçará, com dedicação perseverante, para ser justa, respeitadora da lei, moderada e conciliadora, mas enérgica na manutenção da ordem e do prestígio da autoridade e, sobretudo, severa na economia dos dinheiros públicos; isto é essencial para a consolidação da República e para prestigiá-la dentro e fora do país”.

Sabe-se que esse programa foi executado à risca. O que prometeu, nessa carta, Prudente não se esqueceu de cumprir. Se não pudesse fazê-lo, deixaria o governo. É o que tornou bem claro, na mesma carta, linhas abaixo: “No dia em que verificar a impossibilidade de realizar essa política, deixarei de ser governo: tão necessária a considero”.

Esta carta foi escrita de Piracicaba em 1 de junho de 1894. Em 2 de janeiro de 1895, menos de dois meses depois de haver assumido a presidência, Prudente assim expunha ao seu amigo a situação do país: “Aqui estamos inventariando a herança que nos deixaram os marechais, em cujo acervo encontramos até a “peste”, que me meteu muito medo, mas que, felizmente, pode considerar-se extinta: era o cólera, na opinião dos médicos, que surgiu na estação da Cachoeira, desceu pelo Paraíba até a Barra e disseminou-se por algumas localidades de São Paulo e Minas mas foi sempre benigna quanto ao contágio e à mortalidade. Pode considerar-se extinta a epidemia, que não atingiu esta capital, que assim ficou incólume. O governo, com o apoio da imprensa e de todos os elementos conservadores, espera conseguir realizar o seu programa, cuja observância iniciou desde os seus primeiros dias. Com exceção do Rio Grande do Sul, que se mantém em pé de guerra, por causa das ameaças de novas invasões, todo o país goza de paz e de tranquilidade e confia no governo. O corpo diplomático mostra-se satisfeito e não

perde ocasião de mostrar as suas simpatias pela nova situação, como fez ainda ontem no telegrama coletivo dirigido ao governo”.

Não faltam, entretanto, como é natural, em torno do novo governo, aves agouzeiras. A elas se refere Prudente, neste lance da carta: “Não creia na profecia do Andrade Figueira, que está reduzido a um visionário, de homem criterioso que parecia ser; a Monarquia nunca esteve tão longe de ser restaurada como está agora; o perigo que ameaça o nosso país não é o da restauração da Monarquia mas o da separação, se o regime republicano não conseguir tornar-se realidade nos termos da Constituição... Como sabe, o Saldanha interveio na revolta com bandeira restauradora e sendo atualmente o chefe militar dessa revolta, sem que mudasse de bandeira, colocou o novo governo na obrigação de continuar a combatê-lo em defesa da República: é isso o que estamos fazendo com esperanças bem fundadas de liquidar logo essa questão. Os chefes da revolta, apesar dos telegramas em contrário, estão desanimados com falta de pessoal e recursos, e mantém-se em atitude ‘telegraficamente’ ameaçadora como meio de negociar a paz em condições vantajosas para si. Esse ‘resto’ de revolta ainda existe como um espantalho – porque isso convém aos interesses mercantis dos nossos “bons” vizinhos do Prata, que tem aproveitado essa revolta como aproveitaram a guerra do Paraguai. Se não tivéssemos por vizinhos argentinos e orientais, a revolta estaria acabada há muito tempo. Agora demos unidade de comando às forças em operações no Rio Grande para impedir nova invasão; a nossa diplomacia vai trabalhar no sentido de conseguir que as ‘nações amigas’ impeçam que se organizem forças nas fronteiras para invadir o nosso território. Há, nas repúblicas argentina e oriental, muitos emigrados que já abandonaram a revolta por não ter mais razão de ser; estão sofrendo miséria e desejam voltar. Os nossos representantes no Rio da Prata já receberam instruções para facilitar o regresso dos que não forem oficiais ou chefes; no dia 1 foi lavrado o decreto indultando do crime de primeira e segunda deserção as praças de ‘pret’ do exército, da marinha, da guarda nacional e da polícia. Por estes meios, desarmamos a revolta, que já está bastante enfraquecida”.

Exposta a situação dos revoltosos, Prudente entra a examinar outro problema perigoso com que se defrontava o seu governo, que era Floriano: “O Floriano, que nos últimos tempos governou à doge de Veneza, tornou-se de difícil acesso a seus próprios ministros; retraiu-se, não compareceu a nenhuma das festas de novembro e depois que deixou o governo tornou-se quase invisível. Atribui-se isso aos ódios que acumulou contra si, receando a ‘revanche’ dos parentes das vítimas e encontrar-se com a ‘bengala’ dos revoltosos a que se refere a carta do Lobo d’Eça que, felizmente, não conseguiu ‘realizar’ e nem tentar a ‘grande obra’ – cuja responsabilidade devia ser imputada aos meus amigos! Que trama infernal engendraram o pérfido Saldanha e os seus dignos comparsas!? E ainda há brasileiros que auxiliam revoltosos que recorrem a tais expedientes! Floriano está atualmente, em Barbacena, constando que se acha gravemente enfermo, o que aliás não garanto porque nem isso se sabe ao certo”.

Floriano é a espinha que Prudente traz atravessada na garganta: “O Floriano que nos últimos meses do seu governo, se ocupou de acumular dificuldades de modo a tornar impossível a sucessão, na véspera de deixar o poder (14 de novembro) autorizou os contratos para a construção de oito navios na importância de cerca de dois milhões de esterlinos! Tivemos notícia desses contratos pelo aviso para pagar as primeiras prestações! Daí os telegramas dirigidos a vocês e ao P. (trata-se de um oficial de marinha. Suponho que ainda vive, suprimi-lhe o nome) sobre a rescisão, ou pelo menos espaçamento dos prazos. Em vista das vossas indicações, P. recebeu telegrama do ministro da Marinha para ver se reduz à metade as encomendas deixando a outra metade para depois. E o tal P. em virtude da ordem de 14 de novembro celebrou contratos a 19 e 28 ou 29 de novembro sem lembrar-se de perguntar ao governo, empossado a 15 de novembro, se mantinha a ordem do seu antecessor! Não está claro que tinha interesse pessoal na celebração desses contratos, interesse que o fez esquecer-se daquele dever de consultar?”

Ainda há outras coisas curiosas nas cartas de Prudente. Ficarão para outro dia.

II

Depois dos militares, os monarquistas. Prudente, respondendo a uma carta que recebera de Paris na qual se lhe dava conta do desânimo dos monarquistas, que se achavam no estrangeiro, escrevia a 1 de abril de 1895: “Fiquei satisfeito por saber que os restauradores da monarquia estão calados e mostram-se desanimados, inclusive o trêfego Eduardo Prado e o ‘corcunda’ Penedo. Podem realmente perder toda a esperança de restauração monárquica; a república está radicada na alma nacional e não há forças que daí a arranquem. Aqui, também, se há monarquistas, e ainda os há sinceros, não há restauradores, que conspirem pela restauração da monarquia; ao contrário, muitos deles manifestam publicamente seu apoio à atual situação, que é legítima e governa com a lei, para evitar a restauração da situação que findou a 15 de novembro. Os ‘restauradores’ que aqui há atualmente são os da ‘legalidade florianista’, e são eles os ‘jacobinos’ e outros tipos que exploram aquela ‘legalidade’ em proveito próprio; mas, esses ‘restauradores’ constituem um grupo de desorientados, sem importância política e têm contra si todas as classes conservadoras, sem distinção de partidos, que apóiam o governo com toda a dedicação. A imprensa toda – *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Correio da Tarde* e outros prestam ao governo apoio franco, dedicado e patriótico. O *País*, redigido pelo célebre Salamonde, (lembra-se? o companheiro do Gaspar da Silva) e outros ‘ejusdem furfuris’, tendo ainda como diretor político o Quintino, despeitado porque o governo não lhe dá nem o dinheiro nem a importância que lhe dava o Floriano, não faz oposição franca, mas a da insídia e da perfídia e da intriga miserável e baixa das meias palavras! Deve já ter verificado isso pela leitura dos nossos jornais”.

Dada essa lavagem nos adversários civis, Prudente volta aos militares:

“A Escola Militar há muito tempo estava indisciplinada e, porque combateu contra a revolta, entendia que devia dominar este país e tutelar o seu governo. Mas como não ser assim se o Floriano, além de tudo o mais, antes de deixar o governo, promoveu mil e oitocentos alferes entre os quais todos os alunos dessa Escola, pouco se importando com exceder o quadro em oitocentos ou novecentos alferes e no aumento extraordinário de despesa que isso importava para o nosso ‘arrebentado’ Tesouro!!... As manifestações de indisciplina foram-se reproduzindo, sempre em escala ascendente, até que, a 15 de março, deu-se na Escola verdadeira e geral insubordinação contra o diretor, que foi tocado da Escola debaixo de uma vaia estrondosa e injuriosa: pediu demissão, mas o governo recusou-a e restabeleceu com a força o diretor no exercício do seu cargo e, por sua proposta, no mesmo dia, deu baixa a todos os alunos praças de pret e desligou todos os alunos oficiais e distribuiu-os pelos corpos do Exército. O procedimento justo e enérgico do governo mereceu aplausos gerais, excetuados apenas os jacobinos e o *País*. Todos os corpos da guarnição, sem a mínima discrepância, cumpriram as ordens do governo com satisfação real. Os alunos que têm-se justificado, provando não haverem tomado parte nos atos de insubordinação, têm sido readmitidos na Escola que reorganiza-se”.

Para aumentar o júbilo de Prudente outros acontecimentos favoráveis deram-se, na mesma ocasião, no terreno financeiro: “O empréstimo interno excedeu a nossa expectativa: já resgatamos vinte mil contos de papel-moeda e até outubro resgataremos mais trinta mil contos com o produto do empréstimo. A confiança evidentemente restabelece-se mas o maldito câmbio mostra-se pouco sensível a essa confiança o que, em boa parte, é devido à especulação; mas nós procuraremos vencê-la, ainda que ‘paulatim’.

Nessa mesma carta, há, também, uma alusão interessante ao problema imigratório. Falando do tratado de amizade com o Japão observa que esse tratado é “instantaneamente reclamado pela lavoura, especialmente de S. Paulo, depois que a Itália começou a enviar-nos anarquistas em vez de trabalhadores”.

Em 20 de setembro de 1898, Prudente escreveu ao seu correspondente sobre as negociações franco-brasileiras para a solução das várias questões entre o Brasil e a França que se debatiam em Paris. Rio Branco era um dos negociadores por parte do Brasil. Aludindo a ele e ao outro negociador, dizia Prudente: “Não podemos ter melhores advogados já pelo conhecimento

que têm das questões, das quais têm estudos especiais e profundos, já pelos conhecimentos que ambos têm das chicanas e sutilezas francesas, estando por isso mais aptos para combatê-las e inutilizá-las, já pela inteira confiança que inspiram não só ao governo como a toda a nação. O novo ministro do Exterior, se não tem a ilustração jurídica do antecessor, tem muito patriotismo, critério e circunspeção, está de pleno acordo com o que aí fica escrito”.

Como o governo francês tivesse levantado obstáculos à cotação de títulos na Bolsa de Paris a fim de levar o governo brasileiro a transigir nas pretensões que sustentava, Prudente revolta-se contra esse procedimento e traça aos representantes do Brasil, com toda a dignidade, a atitude que devem assumir: “Devemos reclamar ou antes protestar contra a recusa para cotação dos nossos títulos em Paris, mas preferiremos sofrer os prejuízos provenientes dessa recusa a fazer concessões para obter a licença para a cotação: é uma imposição a que não podemos submeter-nos. Nenhum país da Europa trata-nos tão mal como a França republicana!”

E mais adiante, depois de aludir a outros assuntos, insiste na queixa e no protesto: “Precisamos não perder a oportunidade e manifestar que somos sensíveis aos maus-tratos que recebemos constantemente da França. Comercialmente poderemos causar-lhe bastante mal, como justa represália”.

Nessa carta, há referências, igualmente, a um outro episódio internacional de tristes recordação: o conflito entre italianos e brasileiros, aqui, em São Paulo. Prudente relata-os desta maneira: “Os conflitos com os italianos chegaram aí com proporções propositalmente exagerada pelos especuladores. O conflito mais sério foi o que se deu em São Paulo provocado pelo atrabiliário cônsul Brichanteau, mas mesmo esse não teve as graves consequências que teria se não fosse a pronta e eficaz intervenção da polícia. Esse conflito teve lugar a 22 de agosto, à noite; a 24 devia iniciar-se, na Câmara, a terceira discussão do protocolo italiano, que sofria grande oposição dos jacobinos. A 23, à noite, Glicério e C. de Carvalho vieram procurar convencer-me de que a Câmara devia rejeitar o projeto em terceira discussão, em vista das ocorrências de S. Paulo que tornavam impossível a aprovação! Opus-me tenazmente a isso fazendo ver que era um erro grave que nos criaria uma situação muito embaraçosa. Disse que o que convinha fazer era adiar a discussão do protocolo até que se restabelesse a calma nos espíritos e que se o governo italiano reprovasse o procedimento do seu cônsul, demitindo-o, não haveria razão para que não continuássemos a empenhar-nos pela aprovação do protocolo. Mas, infelizmente, não fui atendido e, a requerimento do ‘leader’, a Câmara rejeitou o protocolo sem discussão! – Já está aqui o ministro de Martino que veio em transporte de guerra: será recebido oficialmente a 28. Estamos dispostos a proceder com toda a prudência mas também com firmeza e energia; e acredito que chegaremos a solução razoável e digna para os dois países. Tenho algumas apreensões quanto ao êxito das negociações, que se vão abrir, porque o de Martino, que já é nosso conhecido, não se distingue por homem criterioso, conquanto não se o possa equiparar ao Brichanteau”.

Essa carta termina com uma expansão de tristeza e desalento: “Não cheguei ainda ao meio do meu período de governo e já sinto-me quase extenuado, física e moralmente, em consequência de incômodos de saúde e de espírito; não sei se aguentarei até ao fim”.

Da próxima vez, será Campos Sales quem terá a palavra.

P.B.

(Do *O Estado de São Paulo*, de 14 e 31-4-932).

BARRETO, Plínio. “Visconde de Taunay: Pedro II e Império e república; Afonso de Taunay: Visitantes do Brasil colonial; Alberto Torres: O problema nacional brasileiro e A organização nacional” [Seção Livros Novos]. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 21 out. 1933, p. 3.

É comovedora a afeição que o visconde de Taunay votava a Pedro II. Tão profundo e, portanto, tão cego era esse sentimento que o visconde acreditou que dele participava todo o Brasil... “É coisa íntima, sincera, leal, e que a um tempo exaltam o Brasil e o monarca”. “No Bragança magnânimo, observa seu filho, o Sr. Afonso de Taunay, percebia ele um dos mais acabados tipos representativos da grandeza humana. Tinha-o como a encarnação, a mais eminente do patriotismo, da honestidade, da retidão e do amor a tudo quanto considerava nobre e belo”. A morte do imperador causou-lhe, continua a depor o Sr. Afonso Taunay, a maior e mais violenta dor. “Ouvia-o soluçar longo e longo tempo, à tarde de 5 de dezembro. E viveu imerso, dias e dias a fio, na mais negra melancolia”. Errou o visconde de Taunay no acreditar que o seu sentimento era generalizado. O exílio do monarca só provocou lágrimas a meia dúzia de pessoas e aos criados do paço. A população contemplou-o com frieza. Nem a perfeita elegância moral com que o monarca suportou o infortúnio comoveu o povo. No diário íntimo de Taunay há esta anotação pungente: “À noite, tive notícia de que o imperador estava muito mal, ou já morto. Causou-me grande abalo. Entretanto passam os carros para o baile à fantasia do Hotel Bragança. Circulou a dolorosa notícia, quando começavam dois bailes: *High Life*, outro popular. Continuaram entretanto ambos. Um acabou altas horas da noite, o outro entrou pela madrugada, e isto na cidade de Pedro, na cidade que por toda a parte mostra as inequívocas provas da sua imensa bondade, da sua ilimitada generosidade, do seu imensurável desinteresse”.

A morte da imperatriz, ocorrida antes, já não havia provocado a mínima comoção. Depõe o diário: “Neste último, tivemos notícia do falecimento, na cidade do Porto, da pobre imperatriz D. Tereza Maria Cristina. A atitude da população de Petrópolis foi de absoluta indiferença”.

Para justificar o amor a D. Pedro, o visconde de Taunay encontrava razões na própria razão. Vivendo próximo do monarca, conheceu bem a sua fortaleza de ânimo e a elevação do seu espírito. Alma sensível de artista, familiarizado com os estudos da história, os quais lhe facilitaram o convívio com as grandes figuras da humanidade, era natural que o ilustre escritor votasse admiração a um chefe de estado que era exatamente aquilo que diz a “Fé de Ofício do Imperador do Brasil”. Havia de tomar-lhe o coração, inevitavelmente, um monarca sem outra preocupação que a de servir à sua terra natal e que pôde de si escrever, sem falsear a verdade: “Nunca deixei de estudar um só projeto, discutindo com os seus autores e procurando esclarecer-me. O meu dia era todo ocupado no serviço público e jamais deixei de ouvir e falar a quem quer que fosse. Lia todos as folha e jornais da capital e alguns das províncias para tudo conhecer por mim, quanto possível; mandava fazer, e fazia, estratos nos das províncias dos fatos mais importante que os ligavam à administração, com a ideia constante de justiça a todos. Assistia a todos os atos públicos para poder ver e julgar por mim mesmo”.

Aliás essa dedicação aos interesses da coletividade, esse amor à glória do país não foi predicado exclusivo de D. Pedro. Passou-o ele para a filha. Mostra-o bem esta confidência do barão de Jaceguai ao visconde de Taunay:

“– Ouvi muita coisa digna de ficar na história; assim, a princesa imperial, ao passar pela mesa de Sévres, em que assinou, no dia 13 de maio de 1888, às duas horas da tarde, o decreto da Abolição, exclamou: ‘Se nos expulsam, a mim e a minha família, pelo que assiniei ali, repostas as coisas como dantes, hoje eu tornaria a escrever o meu nome sem vacilação’”.

O amor do visconde de Taunay a Pedro II é bravo como todos os amores sinceros. Ei-lo, rugindo, entre vagas de cólera, diante da enorme biblioteca que o imperador acumulara: “De que valeu, porém, tamanho e tão contínuo labutar, tão insaciável ânsia de saber, tão largo círculo de conhecimentos sempre e sempre ampliado? No que deram todos os conselhos ministrados pela ciência acumulada de todos os séculos? Melhor não lhe teriam servido, ao moderno Marco

Aurélio, em vez daqueles sessenta mil volumes, de que se rodeou, seis mil baionetas, comandadas por um general sincero e fiel? Quem o apearia então do trono, em que se mostrara tão desinteressado e magnânimo? Quem apontaria o caminho do exílio, fazendo-o passar como dolorosa interrogação por diante de toda a nação brasileira, que ele respondeu com a mudez da inércia, embora sentisse a consciência aniquilada e as faces rubra de vergonha? Quem o separaria daqueles companheiros de existência, muitos desde os primeiros dias da meninice solitária, sem pai, sem mãe, quando fora do palácio rugia o furor das revoluções, essas sim, bem impetuosas, bem leais nos seu desencadear? Ah! os brasileiros daquelas era épicas! ...”

Tudo isso e outras coisas interessantes leem-se no volume *Pedro II* em que o Sr. Afonso Taunay reuniu vários trabalhos do pai e relativos ao imperador e à monarquia e reproduziu o diário íntimo do visconde, a correspondência entre ele e Pedro II e a “Fé de Ofício do Imperador”, escrita pelo próprio d. Pedro. São quase todos trabalhos em que o coração domina, mas nem por isso carecem de valor histórico. Ao contrário: contribuem para o conhecimento pleno de ambos, do imperador e do visconde.

O mesmo espírito de admiração pelo imperador e de fidelidade à monarquia retrata-se no volume *Império e República* em que se reuniram escritos de Taunay esparsos na imprensa. Alguns desses escritos saem da órbita política e atingem a órbita social, denunciando no homem que os traçou um observador atento e sagaz dos fenômenos sociais.

Páginas de combate, haverá nesses trabalhos muitos conceitos inspirados mais pela paixão do que pela razão, mas, ainda assim, merecem leitura. Muitas valem como depoimentos pessoais sobre episódios dos primeiros tempos da República e outras constituem análise, não destituída de valia, sobre várias moléstias sociais que nos atacaram nos primeiros dias da República e das quais infelizmente ainda não nos curamos...

*

Durante os tempos coloniais, o Brasil foi vitimado por vários estrangeiros, uns de alguma notoriedade, outros desconhecidos, destacando-se, entre eles, Oliver van Noord. Dessas visitas ficaram algumas narrações – umas interessantes, outras sem interesse. O Sr. Afonso Taunay teve a ideia excelente de recordar essas visitas e de resumir o que de melhor existe nas diferentes narrativas que os visitantes deixaram. Com o que escreveu a curiosidade nacional ficará satisfeita.

Quatro foram os visitantes que prenderam a atenção: o já nomeado Oliver van Noord; Ricardo Fleckno; De La Flotte e James George Sempie Lisle. O mais curioso dos quatro, é o último. Aventureiro e mentiroso, a sua vida foi uma antecipação dos atuais romances policiais. O Sr. Afonso Taunay resume-a com perceptível deleite, muito embora sem benevolência para com o aventureiro.

Nenhuma dessas narrativas põe e resolve qualquer problema histórico. O valor de algumas consiste, hoje, unicamente, na raridade. Uma delas, a de Fleckno, por exemplo, é de virar o miolo aos bibliófilos. Segundo parece Sr. Taunay, que só existe dela, no Brasil, um exemplar, que pertenceu ao barão de Rio Branco, e está presentemente na posse da biblioteca do Itamaraty.

Pedimos licença ao Sr. Afonso Taunay para um ligeiro reparo à margem. Recordando a decapitação do conde de Straford, escreve ele: “O primeiro ministro que, abandonado pelo real amo, subira ao cadafalso a dizer: ‘aprendei a confiar nos príncipes’. Temos que a expressão do intrépido Thomas Wentworth foi mais enérgica. Ele não aconselhou que se aprendesse a confiar nos príncipes. Advertiu que eles não são merecedores de confiança. As suas expressões textuais foram estas: “Put not your trust in Princes”. Se não se deve confiar em príncipe é, exatamente, porque não há como se aprender a maneira de os fazer leais e seguros.

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Paulo Setúbal: *El-dorado*; Ary dos Santos: *Nós os advogados*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 4 ago. 1934, p. 3.

Paulo Setúbal continua a explorar a mina do bandeirismo para nossa instrução e para nosso regalo. No volume – *El-Dorado* – conta-nos ele a descoberta das Gerais. Confessa amavelmente, no prefácio, que o seu desejo, escrevendo esse livro, foi levar à multidão de ignorantes da nossa história, notícia fiel daquela imensa proeza dos paulistas. Essa proeza consistiu, simplesmente, em trasladar para o mundo real um sonho que trazia obcecado os colonizadores do Brasil e que teve a sua origem naquilo que Américo Vespúcio escreveu, logo após o descobrimento, em uma de suas cartas a Sonderini: “O país não produz outro metal senão ouro do qual há grandíssima abundância. Certificaram-nos bem disso todos os naturais que afirmavam ser a terra muito prenhe deles; e, muitas vezes, ouvi que eles, pela abundância, davam ao ouro pouca estima e nenhum valor”... Esse sonho avassalava cada vez mais a imaginação dos aventureiros. As novas, do “El-Dorado”, reino magnificante e lendário, onde tudo eram grandezas e riquezas de assombrar, traziam os colonos num desassossego permanente. Esse reino alucinado, recorda Paulo Setúbal, encheu o mundo com o eco escaldante das suas opulências.

O primeiro que tentou realizar o sonho que era a entrada nesse reino, foi Martim Afonso. A marcha inaugural para o sertão em busca de ouro foi ele quem a preparou e despachou, com a “bandeira” que largou de Cananeia ao comando de Pero Lobo e que acabou tragicamente às mãos dos índios carijós nos campos de Curitiba. Aquela bandeira, escreve Paulo Setúbal, raptada ao sertão pela miragem do ouro e da prata, traduz o primeiro arranco para a posse da Pátria. É a machadada inaugural para a penetração da terra nova. O marco miliário de um acontecimento gigantesco: ela abre, ali, em 1531, a página inicial de uma rude epopeia – o desbravamento do Brasil. Depois vieram as outras. Veio Fernão Dias. Veio seu filho, Garcia Paes. Veio seu genro, Borba Gato. O filho e o genro do grande Fernão Dias Paes Leme são as personalidades básicas “na página inaugural das Minas Gerais”. Os paulistas que acompanharam Fernão Dias são os devassadores e povoadores da nova região. O sonho do ouro “foi no passado paulista a obsessão mais aguilhadora da raça bandeirante”. Até o velho Tomé de Sousa, lá na Bahia, apesar de homem sisudo e prático, deixara-se arrastar pela miragem tentadora. Um governador, d. Francisco de Sousa, fascinado pelo mesmo sonho, vem a São Paulo para ver com os seus olhos as lavras de onde o ouro saía. Viu e ficou deslumbrado. Duas bandeiras aparelhou imediatamente para novas pesquisas: a de Nicolau Barreto e a de André Leão. Nenhuma delas, porém, deu o resultado que o governador esperava. Mas uma delas, a chefiada por André Leão, fez, sem o suspeitar, um trabalho imenso: rasgou o caminho que vai do atual Estado de São Paulo ao atual Estado de Minas Gerais, o El-Dorado brasileiro. Por esse caminho, mais cedo ou mais tarde, os paulistas haviam de chegar às jazidas de ouro. Era questão de tempo.

Mas a febre do ouro não se abateu com o fracasso dessas expedições. Morto d. Francisco de Sousa, o grande animador das bandeiras, nem por isso o entusiasmo esmoreceu. “Aqueles sertanistas encoscorados, vestidos de gibão de anta” continuaram a lançar-se, “como bando de queixadas, pelos rincões mais espantosamente longínquos do Brasil”. Mal, nessas arrancadas, “tombava um gigante, logo surgia outro maior”. O caminho rasgado por André Leão é desbravado por Lourenço Castanho. Pelo mesmo caminho envereda a gente de Fernão Dias Paes Leme. No mesmo rumo, por vias diferentes, seguem à caça do ouro um certo Padre Faria, paulista de S. Sebastião, vigário de Pindamonhangaba e uma pequenina bandeira, capitaneada por Antonio Rodrigues Arzão. Este último partiu de Taubaté que se tornou desde então “o mais decidido foco irradiador da conquista do ouro”. Arzão, entretanto, não saíra propriamente à procura do ouro, mas em busca de índios. Dá, porém, na viagem, com o pico do Itacolomi, centro de uma região aurífera, e depois de várias peripécias, regressa a Taubaté, varado de maleitas. Nenhuma vantagem pessoal podendo mais tirar da sua descoberta, transmite, então, a Bartolomeu Bueno de Siqueira o segredo do seu roteiro. Siqueira associa-se a Carlos Pedroso e a Miguel Garcia para a organização de nova bandeira. Em pleno sertão, surge, de outro lado, num

encontro inesperado com os exploradores, outra bandeira vinda de outro ponto, a de Salvador Furtado de Mendonça, o fundador do primeiro povoado regular que se plantou nos Cataguases. “Com aquele povoado, com aquela rancharia de sapê, erguida toscamente nos sertões de além Mantiqueira, Salvador de Mendonça, esse desempenado e rústico povoador de desertos, abre, sem o supor, à beira do riacho dourado, a página inaugural de belo e vasto pedaço do Brasil: o atual estado de Minas Gerais”... Precipitaram-se então, as descobertas estonteadoras. Logo depois, Antônio Dias de Oliveira dá com as lavras de Ouro Preto. Surgem, ao mesmo tempo, Tomás Camargo, João Lopes Camargo e é, dentro em pouco, a carreira desabalada de um povo inteiro para a região das minas. “Nem só de S. Paulo, mas do Brasil todo, num *rush* desmarcado, verdadeiro desvario, rumaram gentes de todo o jeito a caminho das Gerais”. Escreveu um cronista da época: “Vão brancos, pardos, pretos e muitos índios de que os paulistas se servem. Há mistura de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, nobres e plebeus, ricos e pobres, seculares e religiosos. Os engenhos e as roças eram abandonados. Os rebanhos eram abandonados. Os rebanhos ficavam sem criadores: “Todas as atividades da época paralisaram de supetão. Só se cogitava em minerar. Exclusivamente minerar. Escravos, quantos houvessem: eram disputados a preços altíssimos para o trabalho das catas”. “Esse arranque não era só do Brasil. Era também, e principalmente de Portugal. Era mesmo da Europa. Incontáveis os portugueses e estrangeiros que aqui desembarcavam e, na ânsia do ouro, se embrenhavam a caminho das Gerais”. Um delírio universal. Não tardou, porém, que aparecesse ao pé das minas o cortejo infalível que costuma fechar a marcha para a conquista do ouro: o crime, a fome e a guerra. A vida humana perdera o valor. A obsessão do ouro matou a agricultura e a indústria, e as rivalidades entre os descobridores e os forasteiros desencadearam a guerra. Um drama sanguinolento, bravia tragédia fratricida “cobriu de cadáveres o chão por onde rolava a quadrilha dourada da majestade sem entranhas. Paulistas de um lado, forasteiros de outro. Uns, os descobridores das minas; outros, os aproveitadores da descoberta. Uns, a defenderam encarniçados o que julgavam legitimamente seu. Outros a quererem abocanhar para si o que custara o trabalho alheio. E entre todos, dementando-os, a ambição da riqueza”.

Tudo isso é história, história dolorosa, história trágica, mas história real. Não a recorda Paulo Setúbal na linguagem fria e com os rigores de método de um historiador. Evoca-a suntuosamente com a sua imaginação de poeta e na cálida linguagem de um patriota exaltado pelas glórias da sua terra. Mas a evocação nem por isso deixa de ter valia histórica. Calcou-a ele em documentos autênticos. As figuras e as marchas pelas terras desconhecidas, não são obra da fantasia. Aqueles homens viveram como o poeta os pinta e os atos que praticaram foram no fundo, os mesmos que o narrador descreve. A paisagem, as personagens e a ação foram tomadas à realidade. O que o escritor pôs de seu, foi apenas, a forma de contar. Não podendo tolerar que tantos rasgos de energia e bravura permanecessem amortalhados nas páginas dos compêndios de história, deliberou trazê-los ao cenário da arte para que, ali, ganhassem o relevo e a vibração que ela dá sempre a tudo em que toca.

Justa glorificação de uma raça forte que soube realizar esplendidamente coisas admiráveis, o novo livro de Paulo Setúbal é também, nas suas entrelinhas, a demonstração eloquente de que S. Paulo não pode abandonar o Brasil porque este é carne da sua carne, o filho gigantesco que ele gerou violando a virgindade das florestas pátrias.

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “A. C. Pacheco e Silva: *Direito à saúde*; Josué de Castro: *O problema da alimentação no Brasil*; A. Almeida Júnior: *Escola pitoresca*; Ernest Hambloch: *Brazilian Constitution of 1934*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. 1934, p. 3

[...]

Enquanto o Sr. Pacheco e Silva traçava as linhas gerais de um vasto programa de higiene social, o Sr. Josué de Castro tomava a si o encargo de examinar a fundo um dos capítulos desse programa: *O problema da alimentação no Brasil*. O conhecimento exato do problema alimentar, observa o ilustre investigador, é um dos capítulos de mais larga utilização entre os variados e complexos da química fisiológica. Sem o conhecimento da constituição física ou química da matéria viva, do seu equilíbrio dinâmico, dos seus gastos e necessidades vitais, do conceito geral de nutrição, do estudo, enfim, do metabolismo orgânico, não há como se chegar à investigação científica da alimentação. É essencial que os governos modernos sigam o exemplo dos Estados Unidos e da Rússia, isto é, que consorciem a política com a ciência para maior benefício social. Em todos os países civilizados urge que, à semelhança do que sucede na terra do capitalismo mais avançado e na da organização proletária menos imperfeita, se faça do problema da alimentação o capítulo preponderante da higiene geral. No Brasil, esse problema nem sequer tem recebido um pouco de atenção dos poderes públicos. Devo observar, de passagem, que, em relação às massas gerais da população, a crítica é procedente, mas que existe uma classe para a qual os cuidados do poder público, nesse particular, já se fizeram sentir: a dos condenados... Na penitenciária de São Paulo faz-se, e excelentemente, um estudo minucioso da alimentação que melhor quadra aos hóspedes daquela casa... Prosseguindo na exposição dos motivos que o levaram a escrever o livro, o Sr. Josué de Castro mostra que é imperiosa a necessidade de se determinarem o mínimo da alimentação das classes deserdadas e a alimentação racional dos trabalhadores para utilização proporcional de sua energia produtiva e para que se estabeleça um consumo verdadeiramente científico dos nossos produtos naturais. As nossas massas não comem racionalmente ou porque não têm o que comer, como nas zonas flageladas pela seca, ou, quando têm, porque não sabem o que comer. E conclui: “É pelo conhecimento exato do valor psicológico da propaganda científica que os americanos divulgam conselhos aparentemente ingênuos como este de Scherman: “Deve-se gastar pelo menos tanto com frutas e vegetais quanto com carne e peixe e também tanto com leite e queijo quanto com carne e peixe”. Para se traçarem as regras da alimentação em nosso meio, é essencial que se faça a investigação psicológica da nutrição e da utilização das evidências experimentais de acordo com as variantes que as condições climáticas imprimem aos habitantes dos trópicos. Os fenômenos vitais consistem, como todos os fenômenos da natureza, em transformações sucessivas de energia e de matéria, fenômeno de desintegração com degradação de matérias químicas e libertação de energia e fenômenos de reintegração e de síntese com a absorção e armazenamento de energia. O conhecimento do mecanismo fisiológico da alimentação é indispensável tanto para o médico como para o higienista e para o sociólogo. A alimentação realmente científica é aquela que o provê, em doses suficientes, às necessidades energéticas do organismo e lhe fornece quantidades úteis de substâncias elementares e essenciais, hidratos de carbono e gorduras em relação proporcional, e albuminas contendo determinadas espécies de ácidos aminados em doses ótimas e ainda porções eficientes de sais minerais e dos elementos reguladores ou vitaminas indispensáveis ao perfeito funcionamento orgânico. Diante deste princípio, qual deve ser, no Brasil, a alimentação racional do homem? Deve ser aquela que o faça ingerir não só menos quantidade de alimentos do que os habitantes dos climas frios e alimentos relativamente pobres em albuminas porém ricos em hidratos de carbono. É conveniente, também, que se atenda, na escolha dos alimentos, às necessidades em cálcio e em fósforo, guardando-as finalmente as devidas proporções entre as vitamina e as quantidades de substâncias energéticas utilizadas. O Sr. Josué de Castro aceita, com uma ressalva, que é uma correção, a doutrina, a que

experimentalmente chegou o Dr. Álvaro Osório de Almeida, de que os habitantes dos climas quentes têm o sistema metabolismo basal muito inferior ao dos habitantes dos países frios ou temperados. A restrição foi-lhe imposta por experiências que fez nas populações do norte. Admitida a doutrina nos seus termos absolutos, dever-se-ia encontrar entre os habitantes do nordeste um metabolismo ainda menos elevado que o dos habitantes do Rio de Janeiro.

Entretanto, foi o contrário o que a experiência acusou. Estudando a influência da umidade sobre o organismo humano, o Sr. Josué de Castro verificou que sob a ação de condições climatéricas desfavoráveis à eliminação do calor central, o ser vivo diminui a produção de calor como único meio que lhe resta para manter o equilíbrio térmico. Sendo, em última análise, as temperaturas elevadas do ambiente principalmente as altas umidades relativas do ar, os maiores obstáculos à emissão do calor, são estes os fatores que obrigam o organismo a diminuir o seu metabolismo basal. Em suma: nos climas tropicais, a baixa do metabolismo basal não é proporcional unicamente à temperatura, mas obedece, também, ao fator umidade relativa do ar. Daí a razão pela qual os habitantes do nordeste do Brasil têm o seu metabolismo basal mais elevado do que os do Rio de Janeiro, apesar de viverem numa temperatura média mais alta. Daí, também, a razão pela qual medidas precisas do metabolismo basal, feitas por cientistas de capacidade reconhecida, nos habitantes de certas zonas tropicais, dão resultados iguais às dos europeus.

O Sr. Josué de Castro não fica nas generalidades: desce às minudências e, sem sacrificar a feição científica do seu trabalho, procura dar-lhe caráter prático. São deveras interessantes os lugares do livro em que ele examina o problema da albuminas, das gorduras e das vitaminas. A clareza com que desenvolve a exposição e o cuidado que põe em explicar os termos técnicos de que usa, tornam o seu livro acessível a toda a gente e de utilidade real para quem quer que o leia com atenção.

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Hélio Viana: *Formação brasileira*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 mar. 1935, p.3.

Obra de síntese, a *Formação brasileira* do Sr. Hélio Viana procura demonstrar que a nossa história pode ser dividida em três períodos político-sociais: o da dilatação colonial, o da integralização monárquica e o da dispersão republicana. Depois do período em que da terra só era tirado o pau-brasil, iniciou-se aquilo que se chamaria o “ciclo da cana-de-açúcar” e caracterizou a maior parte do século XVI e XVII. Em princípio do século XVIII, entrando em crise a indústria açucareira, ocupou o primeiro lugar, na economia do país, a criação do gado que, mais tarde, veio a ceder o posto à obsessão das minas e à caça do índio. Os dois ciclos iniciais, o do açúcar e o do gado, foram obra da gente da Bahia e de Pernambuco, a quem coube, também, a conquista do norte após lutas terríveis com os indígenas e com os europeus. Tarefa de dois séculos e mais, escreve o Sr. Hélio Viana, para a qual concorreu auxílio da metrópole e dos paulistas, a vida econômica do país somente se estabeleceu à custa das mais difíceis vitórias. O traço nacional mais interessante dessa época de lutas contra o selvagem, o estrangeiro e a natureza, foi o adjutório que uns aos outros prestaram os filhos do norte e do sul. Essa solidariedade, muito de se assinalar entre país tão novo, cheio de claros entre os seus escassos centros de civilização, observa o Sr. Hélio Viana, constitui por isso mesmo um dos fatores mais favoráveis da nossa formação colonial. Ao período colonial, essencialmente de dilatação do território, seguiu-se o real e o imperial, em que se operou a integralização desse território e da nacionalidade que dentro dele se formara. Acha o Sr. Hélio Viana que somente um trono teria força suficiente para congregar aquele material tão distancialmente disposto e acrescenta: “nem os governadores gerais, nem os vice-reis, na Bahia e no Rio, nunca tiveram elementos bastante para possuir uma autoridade única que compreendesse todo o território em formação: havendo-se tornado quase local ou regional a sua ação governativa, muitas capitânias chegaram a receber ordens diretamente da metrópole ultramarina. Foi em torno da coroa que se pôde criar esse ambiente totalizador que no regime unitário tem a sua origem”.

O unitarismo tem atrativos especiais para esse inteligente pesquisador, e isso explica o júbilo, que não esconde, pelo desastre do movimento descentralizador que culminou no ato adicional e logo depois desfeito pela lei interpretativa de 1840. O ato adicional apresenta-se-lhe como um golpe à unidade política e administrativa do país. Constituiu uma violência tal ao sentimento público que só às vésperas da república e com um confusionismo a que emprestaram seus valores figuras como as de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, é que, de novo, apareceu entre nós a sua ideia mestra, que era a federação. (Daqui a pouco veremos que não foi bem assim). A integralização territorial e política do império, prossegue o Sr. Hélio Viana, fez-se normalmente saindo do seu todo somente à província que se dizia “federada”, a Cisplatina. Fez normalmente, mas não se fez sem luta, pois que houve, durante o império, revoltas tanto ao norte como ao sul, entre as quais se destacou a guerra dos Farrapos. Dominadas essas sedições e liberto o império de quaisquer critérios regionais, pôde desenvolver-se, sem os empecilhos internos, uma difícil política externa. Ao mesmo tempo que intangível e muito mais unido que em 1812, pôde esse regime deixar o país ao se destruir lamentavelmente em 1889. Nessa data teve início um novo período da evolução brasileira que se manifestou pela implantação do regime republicano. Mas esse regime surgiu em nossa história antes como uma força desorganizadora do que reformadora. Não foi o produto do movimento de opinião como a abolição. Foi um regime artificial que se não soube adaptar às condições peculiares da nacionalidade, tanto assim que, em vez de manter o sistema unitário do império, caiu num erro de estabelecer a federação dos Estados. A esse erro, adicionou outro, tão mais grave, qual o de conservar os Estados em uma igualdade teórica quando o avisado seria distribuir mais equitativamente as suas áreas. “Tendo destruído os partidos tradicionais, com o colapso de opinião que foi a ditadura florianesca, teve de cair a república na pasmaceira da política oficial, dos partidos estaduais que se pactuam nas partilhas quadrienais do poder federal, logo tornado um privilégio dos situacionismo dos grandes

Estados”. Do sistema federativo, que então se transplantou para cá, o balanço que se apura é este: “40 anos de desorganização e improbidade administrativa, de arbitrária invasão e de permanente confusão dos poderes constitucionais, de culto à incompetência, de excesso de estadualismos, de plataforma salvacionistas de quatro em quatro, de uma desorientação financeira e educativa, de reformismo estéreis, de desordens militares repetidas, de fraudes eleitorais, de anulações do legislativo e do judiciário, de inconstância nas relações internacionais”.

Tudo isso seria de impressionar se fosse a realidade. Mas, felizmente, não é. Não contesto que o quadro, salvo num ou noutro ponto, seja a expressão da verdade. Contesto, porém, que seja a expressão só da realidade republicana, dessa realidade e de nada mais. No Império, apesar de todas as miríficas virtudes da centralização, a vida política não foi mais bela que a República. Para vê-lo é só percorrer o *Jornal de Timon*. Também não é exato que a ideia da federação, mais ou menos vitoriosa com o Ato Adicional, estivesse em dissonância com o sentimentalismo geral e só reaparecesse nas vésperas da República. Essa ideia foi um dos temas dominantes das controvérsias políticas ao longo do Império. Aí está, para demonstrá-lo esse livro primoroso que é a *Província* de Tavares Bastos. Nunca se deixou, no Brasil, de combater essa “apoplexia no centro e paralisia nas extremidades” que, na frase de Lamennais, repetida por Tavares Bastos, é a centralização política e administrativa em um país da amplitude territorial e da multiplicidade de condições climáticas e econômicas como o Brasil. Tavares Bastos demonstra que, nas proximidades do ato adicional, desde 1831, os dois partidos mais poderosos, o moderado e o exaltado, concordavam em adotar as bases democráticas de um governo, descentralizado. A discordância surgiu quando se tratou da forma da instituição central.

Queriam uns manter a monarquia ao passo que outros se inclinavam para a república. Depois, observa o excelente comentador da nossa vida política, foi que o partido do regresso, composto de servidores de Pedro I e de liberais convertidos, restabeleceu as teorias europeias da monarquia unitária, fazendo da forma realidade essencial. Mesmo posteriormente a 1840, depois de dilacerado o ato adicional, prossegue Tavares Bastos, a muitos espíritos leais parecia que a reação era um fato transitório, que os brasileiros resgatariam bem cedo as ludibriadas conquistas da revolução. Mais tarde, porém, o espírito reacionário veio a triunfar e a centralização prevaleceu até à queda do Império.

Acoima-se a doutrina federativa do Brasil de cópia americana. Mas que foi a centralização senão cópia francesa? Não é colocar bem a questão colocá-la nesses termos. Não temos que indagar da originalidade de nenhuma das formas. Não há mesmo formas políticas originais. Todas têm sido, mais ou menos, ensaiadas, em todos os tempos e por quase todos os povos. Temos que indagar, apenas, dessas duas, qual a que mais se adapta ao Brasil. Ambas já foram experimentadas durante longos anos. Qual deu melhores resultados? Olhe-se para o que era a vida das províncias no Império e olhe-se para o que é hoje, e ninguém será capaz de afirmar que, no Império, as províncias estavam, sob todos os aspectos, em condições superiores às em que presentemente se encontram. A dupla experiência deu razão à profecia de Timandro no *Libelo do povo*: “O futuro nos revelará se nossas províncias, separadas por vastos desertos e mares de longa navegação, podem obedecer à lei dessa centralização forçada, contrária à natureza e que tolhe sua prosperidade, destruindo as condições de seu desenvolvimento: ou se não preferirá antes o regime federativo, que multiplique os focos de vitalidade e de movimento a esse imenso corpo intorpecível onde a vida aparece, aqui e ali, mas em cujo restante não penetra nem pode circular a seiva animadora da civilização”.

A *Província*, de Tavares Bastos, foi publicada em 1870, isto é, trinta anos após a promulgação da Lei Interpretativa que deu em terra com o Ato Adicional, ou melhor, trinta anos após a vitória parlamentar do espírito centralizador. Qual o resultado dessa experiência? O mais deplorável possível. Alguns fatos, citados por Tavares Bastos: nenhum quilômetro de caminho de ferro podia construir-se na província mais remota do império sem a morosa autorização do governo da capital: há dezenas de anos o Pará solicitava uma ponte para a alfândega, Pernambuco a construção de seu porto e o Rio Grande do Sul um abrigo na costa. A

centralização é a uniformidade. Ora, a uniformidade, em país de populações tão diferentes pela cultura e pelo progresso material, é a morte das que se acham preparadas para progredir. “Por que alguns milhares de habitantes de Mato Grosso, do alto Amazonas, não se acham em circunstâncias de fabricar em leis de menos arbítrio para a autoridade, perguntava Tavares Bastos, é isso razão para ficarem sujeitos a um mal regime o resto dos habitantes do Império, as províncias mais fluorescentes, as mais populosas cidades?” Há, também, outra consideração bem séria para combater as tentativas de unitarismo no Brasil. É a de que a autonomia, uma vez conquistada, só se perde pela força. A centralização administrativa só se restabeleceria no Brasil ao cabo de uma guerra civil em que se exaurissem todos os Estados, que a desfrutam, e que, graças a ela, progrediram largamente. E essa guerra civil, em vez de se encerrar com a vitória da centralização, bem poderia fechar-se com o desmembramento do Brasil... Valeria a pena, em tais condições, tentar esse perigoso regresso ao passado? Respondam os espíritos equilibrados e os homens sem feiticismos doutrinários. O erro da República não foi a federação. Foi a federação com as circunscrições territoriais que o Império legou. Nesse ponto, o Sr. Hélio Viana tem razão; a República devia ter alterado a divisão territorial do país. Os mais antigos partidários da federação já eram desse parecer. Tavares Bastos proclamava, no seu velho e substancioso livro, que um dos erros da Constituição foi dividir o Brasil em províncias politicamente iguais, com as mesmas instituições e a mesma representação. Há, dizia ele, grandes províncias mal traçadas, com dimensões irregulares e prolongamentos arbitrários que em demasia prejudicam os interesses dos povos. E há, por outro lado, verdadeiros desertos, com muitas dezenas de milhar de léguas quadradas, convertidos em províncias ou incluídos nelas, quando melhor fora reparti-los em certo número de distritos administrativos. O que a Monarquia não teve a coragem de fazer também não a teve a República, o mesmo sucedendo com a revolução de 1930. O erro persiste, mas por ele não é o regime federativo o responsável. Ao contrário: põe em relevo a excelência deste regime pois que, a despeito de todos seus inconvenientes, a péssima divisão territorial do país não impediu que esse regime desse os melhores frutos. O problema da federação e da centralização tem que ser examinado também à luz desse conceito de Tavares Bastos: “Toda a tutela prolongada produz infalivelmente uma certa incapacidade e esta incapacidade serve de pretexto para continuar a tutela indefinidamente”. Não nos esqueçamos, enfim, de que a federação não é, no Brasil, a simples manifestação de tendências doutrinárias mas uma exigência do meio. Da federação só poderemos sair para a confederação, se não quisermos cair no desmembramento. Qualquer tentativa para destruí-la porá em risco a existência da comunhão nacional.

O Sr. Hélio Viana é contra a federação mais é partidário da mais ampla autonomia municipal. É contra o “regionalismo” mas é favorável ao “bairrismo”. Sem insistir no que há de singular nesse modo de ver, peço licença para notar que a vida municipal, no Estado de São Paulo, pelo menos, só adquire pleno desenvolvimento quando auxiliada pelo Estado. Se no tempo das colônias, em consequência do isolamento em que jaziam, os municípios foram o centro da atividade regional, hoje, com a facilidade de comunicações e com as várias transformações por que passou a existência coletiva, a unidade social e política deixou de ser município e entrou a ser o Estado.

Lembremo-nos, ainda, de que, nos tempos coloniais, o desenvolvimento dos municípios trazia como consequência a formação de capitânias e não a de municípios independentes com absoluta municipalização dos serviços administrativos. A marcha para a autonomia, naquele período, obedeceu a estas normas: aglutinação de municípios sob a direção administrativa de governadores, e desmembramentos (portanto descentralização administrativa) das capitânias à medida que se desenvolviam. Conglomeração de um lado e descentralização do outro. Redução do “bairrismo” expansão do “regionalismo”. Quando se ergueu o Império, o Município já tinha sido virtualmente absorvido pela Província. A fase municipal da nossa existência está encerrada. É inútil tentar revivê-la. A vida tomou novos rumos e o estado nacional pede outros alicerces.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Pedro Calmon: *Espírito da sociedade colonial*; Prof. E. Vampré e Carlos Gama: *Tumores cerebrais*; D. Amaro Van Emelen O.S.B.: *Cartilha do apicultor brasileiro*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1935, p. 3.

Tornam-se cada vez mais interessantes os livros que o Sr. Pedro Calmon deu de escrever sobre a história do Brasil. Há um conhecimento profundo do assunto que, dia a dia, se estende, alia-se, para traduzi-lo, uma forma literária dos melhores quilates, o que faz da leitura desses livros um prazer. E assim, sem o mínimo esforço, como se fora um romance leve, se percorre a esplêndida síntese da nossa civilização a que ele deu o título de *Espírito da sociedade colonial*. Sabe-se como são perigosos trabalhos desse gênero. A preocupação de sistematizar os fatos e de generalizar as observações pode levar – e leva quase sempre – o escritor a exageros ou, mesmo, a involuntárias adulterações da realidade. Pareceu-me que o Sr. Pedro Calmon contornou galhardamente esse perigo. O que ele tirou do estudo das fontes é saboroso e não dá impressão de inverossimilhança. A verdade histórica deve ser aquilo ou alguma coisa aproximada daquilo.

Para metodizar a narração, dividiu ele a matéria em quatro livros: um dedicado à sociedade, outro ao homem, outro a organização e outro ao espírito. O último não pertence propriamente ao quadro do livro. É uma dissertação literária, eloquente sedutora, sobre impressões que colheu de uma viagem às regiões históricas das Minas Gerais “onde a paisagem colonial conserva suas tintas seculares”. São páginas finamente artísticas em que se entremostra, ao lado do historiador, um poeta que se vale da prosa para esconder-se, mas cujas asas à prosa não conseguem dissimular.

Abre-se o livro, como é de justiça, com a exaltação da capacidade colonizadora do português, simples negociante na Índia, mas agricultor no Brasil. Até então, “nenhum outro povo fora tão longe granjear culturas, instalar indústrias e enraizar-se num país remoto e desconhecido: – “A terra de Santa Cruz pouco sabida”. Portugueses da Ásia voltavam opulentos; os do Brasil ficavam fixados pelo latifúndio”. O maior auxiliar da colonização foi o jesuíta. O Sr. Calmon chama-lhe “bandeirante” da primeira hora. Foi o jesuíta quem achou os rumos do sertão, mas o bandeirante dos descobrimentos geográficos, o que internou o povoamento e deu à colônia o contorno continental foi o mameluco. Os dois pioneiros, o da cruz e o da espada, vieram, mais tarde, a lutar pela preservação da conquista que cada um fez. O jesuíta, porém, não se limitou a abrir rumos. Ensinou, educou, moralizou. Desbastou as almas e curou os corpos. Foi o colono típico do século II da história brasileira. No século III, passou a ser o colono próspero. Começara por educar no trabalho, manual e agrário, os índios; depois, para o sustento das residências, “estendera suas plantações, ampliara e internara os seus currais; afinal, enriquecendo de bens materiais que lhe doaram os particulares e os governos, organizou as suas propriedades modelares, as mais vastas, as mais perfeitas, as mais produtivas do Brasil. Da ação benéfica do jesuíta, mesmo no domínio econômico, onde tantas acusações se lhe fizeram, a prova tivemos-na nas consequências do ato de Pombal que o lançou fora de Portugal e domínios: “Expulsa a Companhia, os imóveis rurais que ela possuía foram leiloados pelo Estado, e comprados por particulares que sucederam como puderam aos padres no meneio das propriedades. Quase todas, dada a incapacidade dos novos donos, desmedraram, arruinaram.” A opinião do Sr. Calmon sobre a companhia é das mais favoráveis. Por isso mesmo é das mais justas. Negar ao jesuíta papel preponderante na civilização da colônia só o fará o historiador que se proponha a contrariar a realidade. O Sr. Pedro Calmon mostra que o obscurantismo cresceu na colônia quando jesuítas se ausentaram tangidos por Pombal. A reforma deste, no que se refere ao ensino, foi mais de método que de fundo, os bons professores não iam ao sertão, e raros vieram de Portugal para o Brasil. Com a expulsão dos padres, o ensino ficou inteiramente desorganizado. Pombal “reformou a universidade, racionalizando-a; mas não reconstruiu a instrução popular nos domínios portugueses. Em 1777, só havia dois professores na Bahia onde a falta de estudos públicos há quase vinte anos ofendia uma população saudosa da ‘ordem missionária’. Ao pé do jesuíta, surge, ora acomodando-se com ele, ora combatendo-o, quase sempre combatendo-o, a

figura de um tipo colonial bem vincado, que é o ‘paulista’. Entre o paulista e o ‘emboaba’. Isto é, o forasteiro, rompe, logo, um conflito, que “simboliza a luta pela apropriação do ‘dourado’ interior, entre o ‘brasileiro’, plasmado pelo bravio isolamento do altiplano, atrás da serra marítima, e o ádvena que descobriu, com a navegação do rio S. Francisco, na inflexão paradoxal do seu curso, o rumo franco do sertão. O caminho líquido venceu a serra-limite. A condensação demográfica das Minas Gerais, – que foi o grande fato da colonização do Brasil no seu III século, como no II fora a recuperação do nordeste aos holandeses, e no I o ciclo açucareiro do litoral – desviou para o oeste e o sul o mameluco desalojado pela disciplina, pela cooperação, pela tenacidade das hordas intrusas”.

A ideia de uma América portuguesa, unida, homogênea, imagem tropical da metrópole, apodera-se do espírito do colono desde as primeiras viagens. A era colonial da Lusitânia, que se procurou fundar nos trópicos, pode ser repartida pelas seguintes fases: a da exploração extrativa do litoral; a da penetração pacífica do interior; a da fixação agrícola da costa; a da substituição do jesuíta pelo mameluco no devassamento dos sertões; a da organização da sociedade colonial à beira-mar; a da dispersão paulista; a da entrada “emboaba”, pela posse das minas; a do internamento da civilização com a transformação do bandeirante em mineiro e da formação do sentimento nacional, cujo exclusivismo engendrou, com o andar dos tempos, a emancipação política da colônia. Descreve-nos o Sr. Pedro Calmon as castas que se formaram na colônia em consequência da hierarquia social, que se estabeleceu e cujo cume era ocupado pelo senhor de latifúndios, e cuja base assentava-se na escravatura. Formou-se desse jeito uma “elite” preguiçosa a manejar uma população negra cada vez mais densa e misturada. Um dos aspectos mais curiosos da sociedade de então era a antipatia invencível que o agricultor votava ao mercador. O Sr. Pedro Calmon supõe que a razão dessa antipatia esteja, talvez, na origem israelita do comércio brasileiro. Fosse porém qual fosse a causa, a verdade é que o “mascate”, o negociante, não merecia consideração.

O que dignificava um homem e o que o elevava na estima geral era a lavoura. “O engenho honrava, como outrora um castelo. O senhor de engenho, mesmo sem outro documento além do seu livro Razão, era meio fidalgo. Era o suserano da região em que se incluía, como fazendeiro-vassalo, o cultivador dos canaviais”. O seu pequenino Estado tinha muito mais esplendor que as cidades. Era flagrante o contraste da “arejada e orgulhosa vida da casa-grande” com a “pobreza dos portos atestados de africanos do tráfico, pestilentos e mesquinhos. A cidade tinha uma aparência feia de feitoria d’África: o engenho, a vaidade aparatosa de pequenas cortes independentes e agrícolas”. A vida que se levava dentro das casas é invocada pelo Sr. Pedro Calmon em traços incisivos. As mesmas qualidades notam-se na pintura da cidade e dos seus costumes. Na sociedade tipo-feudal, que então surgiu, o centro comum e mais alto, que a todos atraiu, era a Igreja. Ela aproximava, unia, concentrava os grupos regionais. Foi ela quem transportou para a América a inteligência.

Ao sentimento tribal, que predominou na colônia, pode filiar-se o banditismo do nordeste, que ainda sobrevive. Esse banditismo retrata uma decadência: a da ação feudal dos déspotas familiares. Os “cangaceiros” podem ser considerados, “na sua formação de vagabundos do deserto encaçando as presas, como bandeirantes falhados: a teratologia social de uma aristocracia de bravura e de raça (o cangaceiro é sempre assassino, raramente ladrão) engendrada em contraste com a precipitada civilização do litoral”. A civilização que se formou pode ser denominada “civilização mulata ou matriarcal-agrícola”. A homogeneização social processou-se rápida e completamente. Nenhum outro povo “tão ligeiro marchou para a estabilização de um tipo procedente dos mais opostos fatores: principalmente em nenhum outro as propriedades unitivas do idioma, da religião, do meio físico se conjugaram tão intimamente para se uniformizar num imenso território a dependência de inúmeros troncos céltico, negroide, aborígene”. Acha o Sr. Calmon que, antropológicamente, o Brasil desmentiu o pessimismo de Buckle e tornou irrisória a profecia de Lapouge quando julgou que nos transformaria num Congo. O que veio a dominar, na fusão das raças, foi o “espírito branco”. A uniformização fez-se

por cima na orientação dos seus elementos nobres, não por baixo, de acordo com os seus elementos inferiores. Acho que neste ponto, o ilustre historiador se apressa um pouco. A uniformização ainda não se fez, está se fazendo.

Interessantes as páginas em que estuda a ação de certas culturas, como a do algodão e do café, na vida brasileira e as em que situa devidamente na história econômica do país o tropeiro e o judeu – aquele, o “bandeirante do comércio”, e este o banqueiro da colônia.

Com a fixação do tipo nacional, definiu-se o orgulho nativista. A vaidade estava, desde aí, em ser colono e não europeu. O nacionalismo, nas vésperas da independência, tornou-se faceiro, rebuscado, arcadido: deram as famílias poderosas do litoral de gabar o seu tronco indígena. Para acirrar esse nacionalismo, concorreu muito a política da metrópole, reservando para os europeus os melhores lugares, os postos dominantes da administração. Os mestiços, esses, eram de um nativismo insolente. Só em Minas Gerais, “a terra portuguesa do Brasil por excelência”, o colono do reino conservou os traços característicos, a própria indumentária portuguesa, o orgulho da sua procedência. O português ficou representando ali “o sujeito civilizado que entrou pelo mato de botas altas”. As botas têm uma significação interessante na história da colonização. “O apodo ‘emboaba’ referia-se ao calção ou a bota do adventício, ridicularizando-o: significava ‘pinto calçado’, ave de pernas empenadas. O homem da bota venceu o homem que não a tinha”. Há um pormenor, prossegue o Sr. Calmon, que exprime a vaidade “emboaba”. Em Minas, não vimos imagem de São José que não fosse calçada de botas lusas, fortes coturnos de pioneiro, grandes botas emboabas. O [ilegível] é português. Como os paulistas costumavam consagrar os seus descobertos a Nossa Senhora da Conceição [ilegível] coisa de seiscentas povoações do Brasil com esta invocação bandeirante: os emboabas nacionalizaram o seu santo”.

Assás atraente é o esboço que o Sr. Calmon traça da influência do Brasil em Portugal. Se aqui se reflete, até no tipo e feitio da cidade o padrão português. Lisboa, por seu turno “se abrasileira como se respirasse o ar quente dos trópicos. Toma insensivelmente a cor da terra que a enriquece. Muda-se em cidade intermediária, entre a Europa e o Equador. Mulatas do Brasil popularizam os cantares da Bahia... o mesmo o músico leva-lhe a ‘modinha’, o ‘lundu’ e o ‘fado’. Este procede do Brasil como o doce ‘lundu chorado’ e a vulgar ‘modinha’. Com a Independência, deu-se uma revolução nos costumes. Entramos a imitar Paris politicamente e Londres, economicamente. “Importamos o trabalho inglês e a ideia francesa. Os planos de Manchester e os dedos de Paris”. Solicitado pela imitação do Paço, pela europeização delirante da cidade, o Brasil adquiriu hábitos novos mas não se despojou dos antigos. Não se transfigurou: mascarou-se. As suas ideias políticas assemelhavam-se às do resto da América, onde se firmara o familiarismo europeu no trabalho escravo para formar a sociedade rural: os homens do interior pediam liberdade para o seu comércio, franquias para o seu município, privilégio para a sua autoridade natural: e os da cidade queriam liberdade para o pensamento, instrução literária, a participação do eleitor no governo, a subordinação deste ao corpo deliberante. Mas, aqui, já se entra no período da Independência. O período colonial está encerrado. Todavia o seu espírito é que vivifica essas ideias, as quais nasceram “daquela antiga igualdade do colono em face da natureza intimidante da sua hierarquização pelo próprio esforço, da economia niveladora, da origem comum da nobreza, que foi a propriedade territorial, da capacidade de independência, a todos acessível, que foi o sertão, da modificação fundamental dos costumes europeus no meio indianizado e dispersivo, onde tão facilmente o homem se metamorfoseara de degredado em régio poderoso ou de fidalgos de quatro costados em morubixaba pai de mamelucos bárbaros... No princípio do século IV da vida brasileira, a independência política que eles sonharam, havia de conservar o velho individualismo, a enérgica afirmação humana, o timbre histórico da iniciativa e da força livre do colono que eram – no seu primitivismo agropastoril – o bem supremo”. Deita raízes fundas, como se rastreia nessas linhas, o sentimento da liberdade no Brasil e vem de longe entre os brasileiros o amor à independência. O espírito da sociedade colonial, que se projetou na sociedade emancipada, não se compadecia com os regimes de

opressão. Ora, o gosto da liberdade não se extirpa de um povo que o adquiriu nos descampados e nas matas do sertão...

Vejo, agora, que me aventurei a uma empresa difícil qual a de resumir nas suas linhas gerais, um livro que, pela multiplicidade dos assuntos que versa e dos aspectos que apresenta, não pode ser resumido. Fique dito, apenas, que é um livro excelente. Deleita e instrui. Jorra das suas páginas sobre o passado do Brasil uma luz forte.

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Paulo Setúbal: *O Romance da Prata e O sonho das esmeraldas*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 jul. 1935, p. 3.

O Sr. Paulo Setúbal conta-nos, agora, em dois volumes, aquilo que foram o *Romance da Prata* e o *Sonho das esmeraldas* nos tempos coloniais. Afirma o atraente escritor que, embora se trate de episódios romanescos, não fez romances. Nenhum só grânulo de fantasia deixou que caísse na trama da narração. Não inventou uma só página. Tudo que narra extraiu da papelama do tempo. Romance chamou a um livro que é feito de pura verdade histórica. Mas o título assenta bem porque essa verdade histórica tem tudo de um romance de aventuras. É mesmo, talvez, o mais belo dos romances desse gênero.

Dois grandes fascinações deslumbraram o espírito dos primitivos povoadores do Brasil; a Serra Branca e a Serra Verde, a Serra da Prata e a Serra das Esmeraldas. A Serra da Prata que “os bugres chamavam de Sabarabussu, montanha grande que resplende, era uma serra alterosa toda branca que resplandia ao sol como uma grande torre de neve. E a Serra das Esmeraldas, fuzilante de pedraria verde, era, também, (contavam-nos saborosamente os sertanistas) uma serra estranha muito esplendorosa onde tudo tinha cor verde – as pedras verdes, as árvores verdes, as águas verdes, até os peixes dessas águas eram verdes”. Essas duas lendas foram os fatores decisivos da conquista e da posse da terra. Em busca de esmeraldas e de prata, perderam-se no sertão vidas preciosas, mas, em troco, ganhamos um país e descobrimos outras riquezas. A história da prata o Sr. Paulo Setúbal principia a lembrá-la quando Antonio Dias Adorno, hóspede de João Coelho de Sousa, no engenho do Jequirissú, entre a vida e a morte, mais perto da morte que da vida, expõe ao amigo o que se diz da Serra Branca. Morto Adorno, José Coelho não resiste à tentação e lança-se pela selva em busca da Serra fascinadora. Nesse lance, o Sr. Paulo Setúbal entra em cena e faz ao aventureiro uma advertência que repete a todos seus sucessores e que ressoa na sua tragédia dos sertões como um estribilho sinistro – “Cuidado Sr. João Coelho de Sousa, cuidado! O sertão do Brasil é traiçoeiro. Todos que, até hoje, tentaram desvendar as riquezas que o mato esconde, morreram... Não escapou um só!”. A terrível profecia leva três anos a realizar-se, mais se realiza. No regresso, antes de chegar a suas terras, João Coelho adoece e sucumbe. Antes de morrer, um mensageiro parte em busca de seu irmão, Gabriel Soares com amostras de prata. Gabriel reata o sonho do falecido e marcha para o sertão. Do sertão segue para a Metrópole a pedir a proteção do rei. Volta carregado de promessas e enterra-se de novo nas matas sem-fim. Mas tomba a meio caminho. Num assomo de ira esborda os bugres que o acompanhavam e estes, para se vingarem, o deixam só no deserto. Um primo, Melchior Dias Moreira, neto de Caramuru, apanha o facho caído e envereda pelos sertões. Não tarda a soarem vozes de que ele descobriu as minas. Verdadeiras ou não essas vozes, o fato é que Melchior, passados oito anos, surge de repente em casa carregado de prata. Mas, em compensação da riqueza que lhe dava, o demônio sopra-lhe no espírito a demência das honrarias. Melchior quer ser um nobre: quer ser marquês. E lá se vai para a Europa a negociar o título. Volta sem ele mas com o segredo da sua descoberta. Pela segunda vez toca para a Europa. Sem o título não dirá onde estão as minas. Mas as cortes são mais difíceis de percorrer que as florestas. Seus meandros são mais traiçoeiros e os seus ares mais corruptos. Nova decepção golpeia o sertanista. Volta Melchior para o Brasil e continua junto aos poderosos daqui e da Europa o seu trabalho de súplicas. Por fim o governador de Pernambuco, d. Luís de Sousa, toma a si os interesses do obstinado sertanista e, um dia, declara-lhe que sua majestade lhe tinha deferido as mercês. Reveladas as minas, as mercês lhe seriam entregues. Governador e Melchior partem para o sertão. No lugar das minas concluiriam o negócio. Melchior mostrava o tesouro e o governador entregava-lhe as mercês. Mas o negócio não se conclui. Melchior, desconfiado, não mostra as minas sem ver as mercês e o governador não exhibe as mercês sem ver as minas. E não podia concluir-se na verdade, pois que as mercês Luís de Sousa as obtivera para si e não para Melchior. Não há súplicas, não há ameaças do governador que abalem o sertanista. Este ficou irredutível. Estavam com os pés sobre as minas: mas não lhes mostrava sem que, primeiro, lhe entregasse a

carta das mercês. O governador acaba enfurecendo-se, e, num acesso de cólera, prende o sertanista e tenta obrigá-lo à força a mostrar-lhe o sítio onde se escondiam as minas. Foi inútil. Melchior era um desses de antes quebrar que torcer. “Tornaram todos à Bahia. D. Luís de Sousa despeitadíssimo e iradíssimo. Melchior Dias, trancado no seu mutismo, marchando entre soldados como um galé”. Um ano inteiro jazeu no calabouço sem revelar o segredo. Ao cabo do segundo, deu sinais de fraquear, mas, aí, acudiram os parentes e, levantando-lhe o moral, pagaram o seu resgate, fixado em nove mil cruzados. Volta o sertanista a preparar-se para nova entrada nos sertões quando a morte o imobiliza para sempre. O segredo, tão disputado, vai com ele para a sepultura. Bandos de sertanistas continuam, porém a bater o sertão em busca da serra maravilhosa. Num desses bandos figura um mestiço, que depois se tornou de uma celebridade lamentável: Domingos Fernandes Calabar... Aparecem logo depois os holandeses e, também fascinados pelo sonho da prata, marcham para o deserto. Há uns intermédios jocosos em que a velhacaria tempera a tragédia até que Lopo de Albuquerque dá num padrão de pedra com a notícia do lugar onde se achavam as minas. Mas no curso da exploração Lopo é subitamente picado por estranho bicho e morre. Correm os dias, continuam as explorações. Certa vez, um padre, cujo obscuro nome as crônicas nem sequer guardaram, mete-se a provar com a sua gamela de pau, a aguada de um ribeirão que corria ao pé do morro.

O padre caça ali uns grãosinhos muito fuzilantes que chispavam na areia fina. E chocado: “Isto é ouro”. E, de fato, era ouro. A Serra da Prata, em Itabaiana, era uma Serra de Ouro. O romance da prata teve, assim, ao norte do Brasil um desfecho inesperado.

No sul, onde se escreveu um outro volume desse romance, aconteceu a mesma coisa. Corria ali a fama de uma montanha que resplandecia: “Sabarabussu”. Um mateiro levou a notícia dessa montanha aos ouvidos do governador geral, d. Francisco de Sousa. D. Francisco ficou alucinado e partiu para São Paulo. Aqui, organizou duas bandeiras: uma para buscar o ouro e outra para descobrir Sabarabussu. Essa bandeira, chefiada por André de Leão, avançou pelo vale do Paraíba e penetrou para além da Mantiqueira. Os paulistas entravam, assim, pela primeira vez nas selvas de Minas Gerais. André de Leão volta de mãos abanando, mais d. Francisco de Sousa não desanima e entra a organizar nova entrada. Mas o destino não lho consente e morre. Morre tão pobre, escreve um cronista da época, tão pobre que nem sequer uma vela tinha para lhe manterem na mão. A alucinação da prata, porém, não desaparece. Ao contrário: toma os espíritos de toda a gente de Piratininga. Muita dessa gente parece na faina de procurar a serra encantada. De súbito estruge a notícia de que em Paranaguá, se descobriu, também, uma grande mina de prata. Afonso Furtado, visconde de Barbacena, governador-geral do Brasil, deixa-se embalar da notícia e, como um doido, põe-se a multiplicar providências para que a exploração das minas se faça. Verifica-se, porém, ao cabo de algum tempo, que toda aquela história de minas em Paranaguá não passava de invencionices ardilosa do provedor-mor dos Quintos Reais, Lemos Conde, que, desse jeito, procurava desviar a atenção do público e do rei para as malversações que praticava. Afinal, tudo se descobre e o pobre do governador geral, abalado pela decepção, amanhece morto, um dia, no seu palácio. O pouco efeito das diligências que para o descobrimento das minas de prata fez, depois Rocha Pita, lhe imprimiu na imaginação o erro de não haver pesado aquela matéria na balança da prudência e o receio do desaire que lhe granjeava a sua demasiada credulidade em negócio de que fizera tanto apreço e segurara com tanta certeza. A esta nociva apreensão, sobreveio uma profunda melancolia que, passando a perigosa e dilatada enfermidade, lhe acabou a vida. Lemos Conde acaba, por seu turno, na prisão, degolando-se com uma faca de ponta. Continua a crescer o cemitério dos caçadores de prata. Encerrado esse episódio accidental da vasta tragédia, prossegue a ação dramática no rumo de Sabarabussu. Entra em cena com uma personagem nova: dom Rodrigo de Castel Branco. Representante do rei, fanfarrão e jactancioso, prepara, com grande ruído, uma bandeira a fim de procurar a de Fernão Dias Paes Leme, que se embrenhara há mais de sete anos pela mataria dos Cataguases à procura da montanha maravilhosa. Em vez de prata, Fernão Dias descobre esmeraldas e, por causa das esmeraldas, Castel Branco, mais tarde, tem uma briga com Borba Gato, genro de Fernão Dias, e

é por ele assassinado em pleno sertão. Mais uma vítima imolada ao sonho da prata. Volvem os anos e Borba Gato, que vivia foragido na selvas, recebe, um dia, ordem do governador para que explore os morros e serras a ver se descobre a famosa Sabarabussu. Descobre-a, enfim. Avisado do ocorrido, o governador parte para Cataguases. A serra do Sabarabussu, diz-lhe Borba Gato, é aquela que ali está corvejando no céu e aponta uns morros que se alteavam à distância. “Nada de extraordinário na serrania ao longe. Não era branca nem resplandecente, nem de prata. Uma serrania como todas serranias”. O governador e Borba Gato penetram no mato. Ao cabo de uma boa caminhada estacam nas barrancas de um ribeiro onde magotes de índios mansos, a bateia na mão, lavam areias e cascalho – Ouro, Borba Gato? – Ouro, Sr. governador: ouro. “A Sabarabussu não era uma serra branca e resplandecente. Era uma serra de ouro. Morreu ali com o ouro de Sabará, nota o Sr. Paulo Setúbal, a ambição escandente da prata: e romper numa tirada lírica sobre a lenda, ofuscante e alucinadora, que teve o condão mágico de atrair, com o seu facho pérfido, homens sem conta para “os arcanos mais abrutados da terra selvagem”. Aqueles muros sertanejos “padeceram fome e sede, arrostaram feras e paludes – suaram, empobreceram, desgraçaram-se, morreram, mas tracejaram na carne virgem da terra do pau-de-tinta, com sucos de sangue essa grandiosa e rústica Ilíada nacional: a conquista do território”.

*

No *Sonho das esmeraldas* quem ocupa o lugar central é a figura gigantesca de Fernão Dias Paes Leme. Em torno do grande bandeirante agrupam-se vários tipos curiosos, entre os quais Marcos de Azeredo, Borba Gato e Sebastião Raposo Pinheiro Tavares. A fascinação das esmeraldas foi, talvez, mais intensa ainda que a da prata, pois tocou um espírito ponderado como o de Tomé de Sousa e uma inteligência lúcida e refletida como a dos jesuítas. Com Marcos de Azeredo, repete-se o caso de um Melchior Dias. Como este, Azeredo exige, em troca da revelação do lugar onde se achavam as esmeraldas, mercês do rei e, como Melchior, acaba levando para o túmulo o segredo porque as mercês não lhe foram concedidas...

Com Fernão Dias e Raposo Tavares o poeta, que o historiador encarcerou dentro do Sr. Paulo Setúbal, tira uma desforra. Várias vezes quando o historiador, cansado de revolver arquivos e folhear documentos empoeirados para tomar fôlego, o poeta abre a janela do cárcere, salta para o lombo de Pégaso e parte à disparada... Nem por isso, entretanto, a narração é deslocada da sua base histórica. O poeta deita-lhe adornos literários mas não lhe altera a substância. O historiador não lhe permite sequer o que, em outros livros sobre os bandeirantes, temerariamente lhe concedeu: a liberdade de inventar algumas personagens episódicas e de narrar acontecimentos do que a história não guardou vestígio. Toda a gente que aparece no *Sonho das esmeraldas* é encontradíssima nas crônicas e nos documentos da época. O que o historiador permitiu ao poeta foi, apenas, dramatizar algumas cenas que a história relata em poucas linhas e fantasiar outra de que a história não fala mas que a verossimilhança não repele. Enfeitada pela arte literária do escritor, o *Sonho das esmeraldas* é no fundo, história verdadeira, histórias sólida, suavizada pelo estilo singelo e macio do narrador, mas história tão real e positiva como a que anda nos enfadonhos compêndios escolares e jaz adormecida nos soporíferos cartapácios dos arquivos. O cuidado com que o Sr. Paulo Setúbal manuseou documentos e a extensão que deu às investigações preliminares destinadas a habitá-lo a recordar o que foi a febre dos metais, e das pedras no Brasil colonial, são atestado não só pela abundância de fontes que indica, como pelas notas e observações que adicionou aos volumes. Bem sei que é perigoso o processo de se fazer história romanceando-a: não raro se ficará na ignorância do ponto em que a história acaba e o romance começa. Mas, nesses dois livros do Sr. Paulo Setúbal, o perigo não existe. De tal maneira ele os compôs que ninguém hesitará em fixar precisamente o ponto em que termina a história pura e aquele em que principia um breve romance. Removido o perigo, esse processo de evocar o passado oferece algumas vantagens entre as quais, e não das menores, a de facilitar a divulgação dos episódios culminantes da história pátria pelas massas, em geral refratárias a leituras massudas e secas.

Quem quer que saiba ler, percorrerá sem enfado a narrativa que o Sr. Paulo Setúbal faz das incursões [no sertão] brasileiro à procura da prata e das esmeraldas e, ao cabo, ficará sabendo o essencial desse empolgante romance de aventuras reais. Adquirirá, também acidentalmente, uma ideia do que eram os costumes da época e como viviam os homens daquele tempo e de que eram capazes, assim no sentido do bem como do mal. No seu entusiasmo transbordante pelos heróis dessa epopeia, o Sr. Paulo Setúbal não se contém e exprime em frases exaltadas, o conceito em que os tem.

Muitos leitores não lhe agradecerão esse trabalho e dirão francamente que melhor fora que contasse os episódios e pintasse os heróis mas que lhes deixasse, a eles leitores a tarefa e o prazer de formular juízos de opiniões. É assim que fazem os romancistas. Mas a esses leitores impertinentes, poder-se-á replicar que não estão obrigados a subscrever os conceitos do narrador e que encontram no livro elementos para formar dos heróis e dos fatos uma opinião individual e até, se puderem original. Querem, por exemplo, ter uma ideia própria, sem sugestão alheia da grandeza varonil de Fernão Dias Paes Leme?

Vejam-no, partidário dos Pires na luta célebre que estes mantiveram com os Camargos eleito para juiz ordinário tanto pelos Pires como pelos Camargos. Vejam-no, aos 66 anos de idade, e liquidando o patrimônio e contraindo dívidas para, em obediência à vontade do rei meter-se pelo mato em busca de esmeraldas. Vejam-no, nas vésperas da partida, diante do catre da mulher enferma a suplicar-lhe que dilatasse a jornada para mais tarde, responder-lhe secamente que, mesmo que a deixasse com a Santa União, ainda assim havia de partir no dia marcado; e no dia marcado, 21 de julho de 1674, partia. Vejam-no no sertão, diante dos companheiros desanimados, firme e inabalável no propósito de prosseguir nas pesquisas, a lutar com a fome e as febres. Vejam-no, abandonado pela maior parte dos companheiros, até daqueles em que punha a maior confiança, mas inabalável no intuito de ir para diante. Vejam-no fazendo enforcar o filho bastardo que tramou contra sua vida e que era uma das suas grandes afeições. Vejam-no, em suma, em todos os passos da existência e terão com que esculpir na imaginação a figura exata do mais fascinador dos bandeirantes. Quem não verá Borba Gato surgir em carne e osso, na força dos seus membros pulsantes e na impavidez do seu espírito assomado à simples leitura destas linhas de Pedro Taques, reproduzidas pelo Sr. Paulo Setúbal: “Travando-se de razões menos comedidas, Borba Gato se precipitou tão arrebatado de furor que, dando em d. Rodrigo um violento puxão, o deitou no fundo de uma atalaia, na qual o castelhano caiu morto”. Precisar-se-á alguém de auxílio de terceiro para descobrir em Sebastião Raposo Pinheiro Tavares o estofo de um celerado completo, a reencarnação humana de uma fera autêntica, quando, no livro do Sr. Paulo Setúbal, depara com estas linhas de um relatório mandado ao vice-rei sobre a entrada de Raposo pelo sertão, à caça de esmeraldas: não podendo já o acompanhar as suas duas moças mocambas, de tão cansadas, no meio de um serro matou a uma, e mandou matar a outra dizendo que não queria deixá-las vivas para não servirem a outrem”. “Os seus companheiros cada qual, naquela jornada esperava a toda a hora a sua morte”. Oh! no *Sonho das esmeraldas* os fantasmas aterradores, que o cortavam de pesadelos, eram, muitas vezes, aqueles mesmos que o sonhavam...

O que haverá de artificial nos dois livros do Sr. Paulo Setúbal será a simplicidade e a unidade dos acontecimentos. As coisas não se passaram nem se poderiam passar com tanta singeleza e num segmento tão contínuo, tão ordenado, como se estivessem enganchadas umas nas outras. Mas sem esse arranjo não seria possível ao escritor dar colorido e movimento à narração. Na arte, por mais aperfeiçoada que seja, há sempre um artifício. Dessa contingência não se liberta nem a arte do historiador, mesmo quando, procurando deixar de ser o que é e o que necessariamente tem de ser, se arvora em ciência... Com todos os seus artifícios literários os romances do Sr. Paulo Setúbal não ficam mais longe da realidade que os mais desnudados compêndios de história. Pelo menos, foi essa a impressão que me deram.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Alfredo Varela: *Res Avita*; Bernardino de Sousa: *Heroínas bahianas*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 abr. 1936, p. 3.

Conquanto se esqueçam depressa, no Brasil, as pessoas que passam pelo cenário político, acredito que muita gente ainda se lembrará do que foi, na Câmara Federal, a atuação do antigo deputado Alfredo Varela. Temperamento de lutador, esse deputado ocupou, durante muitos anos, a atenção pública com o desassombro das suas atitudes e com a virulência dos seus ataques. No livro, escrevendo, o lutador é o mesmo e a veemência da linguagem não se atenua. De compleição vulcânica, o seu espírito expande-se em lavas. Daí a razão pela qual nunca deixam de ser interessantes as suas produções mesmo quando se estendem por páginas e páginas de composição cerrada. Verifiquei-o, ainda uma vez, percorrendo o volume que sob o título *Res Avita* ele deu a lume ultimamente. Na primeira parte desse trabalho vemos o ardente lidador travado de razões com um crítico da sua *História da Grande Revolução*. Essa história é dedicada ao movimento Farroupilha e o Sr. Alfredo Varela sustenta que o objetivo dessa revolução foi separatista. O crítico nega-o afirmando que nunca houvera, entre os revolucionários, a intenção de quebrar a unidade nacional. O Sr. Alfredo Varela lança contra o contendor argumentos e fatos numa profusão asfíxiadora e insiste: o que os revolucionários queriam era uma república independente, conquanto admitissem uma liga com o Uruguai ou uma federação, ou, mais historicamente, um tratado. Não se opunham a um ato estatutório de íntima harmonia com a Banda Oriental e províncias argentinas redimidias. Aceitariam mesmo, com o próprio Brasil, um pacto contanto que a independência do Rio Grande fosse respeitada. As províncias do Brasil, era esta a doutrina farroupilha, se haviam de dividir impreterivelmente em república, e teriam um tratado de confederação como o de Buenos Aires. O Rio Grande, para muitos zona de extrema fidelidade monárquica e de puro ardor nacionalista, fora, precisamente, o inverso. O que sabemos por depoimento argentino, (vide agora as obras de Moreno), escreve o Sr. Varela é que no Rio Grande medrava uma tão forte corrente democrática de tipo rubro, que a Junta de Maio cogitou de aproveitá-la para fazer entrar a grande colônia portuguesa no que se principiara a chamar o “sistema continental”. “Base foi a capitania austrina de tudo quanto promoveu além das fronteiras o sobredito convite”. A trama não escapou à perspicácia de José Bonifácio. Em discurso, proferido na Câmara temporária, denunciou-a ele, nestes termos: “Constava que se urdia uma Liga entre Corrientes, Entre Ríos e a nova República do Uruguai para se corromper o espírito dos habitantes do Rio Grande do Sul a fim de se reunir a província àqueles estados, e constava mais ao orador que esta Liga ia muito adiantada”. O ministro inglês Ponsomby, em carta a Canning, depunha: “A maioria dos habitantes das cidades de Porto Alegre e Rio Grande estava ansiosa de levantar-se contra o imperador, e, ainda que tal intento haja sido obstado pelo convênio de paz, alimentam ainda a esperança de pôr em prática esse projeto. A ideia é formar uma república a constituir-se com as indicadas cidades e seus territórios, a Banda Oriental. Entre Ríos, Missões e talvez Corrientes. Outros documentos podem ser citados e o historiador os cita. Sobre eles assenta-se a conclusão: “os precedentes salientam por demais que a evolução raiana foi, até quase o meio do século anterior, nítida, insofismavelmente, ou separatista declarada, ou separatista de senso particular, que poderíamos classificar de “ianques ou tudescos”. “Id est”, admitia-se a federação, que naquele tempo era vocábulo sinônimo de confederação, admitia-se com a independência absoluta e “si no, no”. Esses pendores persistiram para além do tratado de paz de 1845, até que as infernais desordens hispano-americanas “desacreditaram entre nós, por modo totalíssimo, o sistema democrático”. Mesmo com as vozes da república se mesclaram, outra vez, as de separação. “Essa ideia viveu tão incorporada antanho ao riograndense que se pudera asseverar que foi a carne de sua carne, o sangue de seu sangue”. Os riograndenses, nota ainda o Sr. Varela, incompatibilizaram-se com o restante Brasil. Seus homens principais, no entanto, encarando o desenrolar dos fenômenos revolucionários, menos apaixonadamente, procuraram, mais de uma vez, encaminhar a solução do problema por meio de uma “entente” com algumas das demais províncias do Império ou com o complexo dos que se consideravam

inquieta. Ora a isto os arrastaram circunstâncias adversas, premências da longa campanha: ora impulsos generosos mui comuns então nas Índias ocidentais, de humana solidariedade. Em hipótese alguma, porém, com o sacrifício do que foi o “substractum” do idealismo setembrista: a inteira, pleníssima, irrestringível autonomia do Continente. Durante dez anos, o Rio Grande pugnara por sua independência absoluta.

Sem estudos especiais sobre o delicado assunto, seria imperdoável afoiteza da minha parte inclinar-me por um ou por outro dos contendores. Devo, entretanto confessar que a argumentação do Sr. Alfredo Varela me pareceu bem desenvolvida e apoiada em uma documentação copiosa e impressiva. Creio que, expurgada de tudo quanto é ataque pessoal ao contendor e desbastada das ramarias de observações acidentais e reminiscências literárias, ganharia uma força irresistível. Responder-me-á o historiador que a demonstração da sua tese está feita em outro livro. Agora o seu intuito principal foi confundir um adversário que lhe surgiu na estrada inesperadamente e, para essa empresa, não podia, como velho e destro polemista, desdenhar os recursos que lhe ministravam a sua vasta leitura de coisas históricas e literárias e a veemência natural do seu espírito combativo. “De mim direi, acrescentará, que aos 14 anos encetei a minha busca e rebusca para gravar nossos gloriosos anais. Rematei-as há seis, e isto é, aos 64 de idade ou cinco decênios, após haver-me iniciado nos sacros mistérios pretéritos. E me gabo de haver instituído, em seletor recanto do gabinete de trabalho, o mais absteroso dos altares da verdade. Os que me contrariam, atendem para isto: a própria revolução de 1930, prevendo a derrota, tinha ideias separatistas. Se a sorte das armas não lhe houvesse sido favorável, ou falando mais claramente – se o golpe de Estado de 24 de Outubro não tivesse decidido da sorte da revolução – nós teríamos assistido a uma guerra de secessão após a rebelião de 1930”.

A conhecedores íntimos da trama revolucionária de 1930, já tenho ouvido, de fato, observação análoga. Se é essa a verdade, o problema da unidade nacional ainda não teve solução definitiva. A que apresenta é precária. A definitiva só terá quando esse sentimento de regionalismo excessivo desaparecer da alma riograndense. A ideia separatista, enquanto constituir um recurso supremo dos políticos do Sul, impedirá que o Brasil considere a sua unidade estabelecida de pedra e cal.

O Sr. Alfredo Varela, se me não enganam as impressões colhidas na leitura do seu livro, olha sem pessimismo esse sentimento riograndense. A Escócia, diz ele, é britânica, hoje, a valer. Mas, para agigantar as proporções do seu reconhecido inglesismo, não adultera os anais da lendária Caledônia. Muito ao contrário, cultivam-se ali, com acendrado amor, as velhas tradições locais e todo “highlander” ou “lowlander” menciona com legítimo orgulho o que foram os seus antepassados na defesa opiniática, frenética, de sua independência. A unidade da Alemanha não se fez pela fusão dos antigos regionalismos numa idealidade que não os exclui e coexiste com todos eles?

A segunda parte do livro é consagrada pelo Sr. Alfredo Varela a uma espécie de autobiografia política. Conta-nos ele, no correr das suas páginas, a atuação que desenvolveu ao pé de Júlio de Castilho, de quem foi amigo íntimo e companheiro dedicado, e que expõe, minuciosamente, os motivos pelos quais veio, com o andar dos tempos, a romper com o seu partido no Rio Grande e com Pinheiro Machado, no Rio. A carta que, em dada ocasião, dirigiu a este poderoso chefe gaúcho, é uma afirmação de coragem e dignidade, de franqueza e desassombro não muito encontradiga entre políticos, máxime entre políticos brasileiros.

De Castilho são assaz curiosos os traços psicológicos do que o Sr. Alfredo Varela acusa. Conhecendo o homem só pela apologia e excessiva dos seus amigos ou pela detração inexorável dos seus adversários, verifiquei, agora, pelo retrato que dele faz o Sr. Alfredo Varela, que o homem é muito diferente do que o pintavam tanto os seus admiradores como os seus inimigos. Duro de resto, ácido de voz, imprevisível nos ademanos, rompante no argumento, uma espécie de Danton vestido pelos figurinos positivistas, puritano com a vaidade das suas virtudes, mas também com a intolerância da seita acessível à familiaridade de más clientelas. Ignorava ele a arte de guardar as boas. Egoísta e seco “não havia mercadoria a bordo do seu navio que não

jogassem o mar, desde que lhe parecesse conveniente aliviar a carga, afim de que o temporal o não o vitimasse a ele”. De um amor próprio excessivo, não havia iniquidade de que recusasse quando imaginava em crise ou em risco, a sua primazia ou soberania. Faltava-lhe uma coisa preciosa, que é a incapacidade de amar. Não o definiu mal o poeta que, com intento de exaltá-lo, disse dele que era “alma de bronze em corpo de granito”. O seu defeito máximo foi, consoante expressão de um antigo companheiro, a “insuficiência sentimental”. Quanto à honestidade, impecável. “Nunca jamais, no Brasil ou fora dele, um chefe de Estado revelou maiores escrúpulos, melhores intenções... o apuro na honradez tamanho foi nele que o Chefe do Estado perdia muito do seu precioso tempo discriminando as cartas atinentes ao serviço das inúmeras, de teor privado ou partidário, que expedia. Com equivalente primor, joeirava os telegramas. Eram transmitidos na estação, que existia junto à sala de despacho, os de caráter oficial. Outros quaisquer seguiam por um contínuo, e com o dinheiro necessário, para a repartição federal onde deviam correr e onde quis sempre ficasse bem notório, que o presidente não confundia os seus negócios particulares ou facionários com os da comunhão. A linha magnífica, luminosa de seu egrégio proceder, não teve o mínimo desmaio”.

Entretanto, a sua política não deu os frutos que devia dar. Por quê? Um pouco pelos defeitos do seu temperamento. Um pouco pelo excesso de algumas virtudes, um pouco pela fidelidade cega à doutrina filosófica que [esposou], e um pouco pelas atitudes dos seus adversários. Gestor de tanto relevo nas coisas públicas, gestor que correspondia à expectativa de seus próprios antagonistas, entretanto, ele não recebeu destes nem, sequer, o respeito atencioso a que fizera jus. Em vez de ensarilhar as armas diante do administrador ímpoluto, o partido, que o combatia, fez precisamente o inverso. Compleição sujeita a rancores, Castilho não conseguiu enfrentar a situação com a necessária filosofia, e enveredou, para sustentar a sua primazia, no caminho que César trilhou...

Deve ser fiel o retrato. Quem o debuxou, reivindica para si partes dos erros que Castilho praticou e faz esta confissão que diz tudo: “Nutria por Júlio um grande amor: eu o amava como se ama a uma noiva, aos 18 anos”. Essa confissão que explica o prestígio de Castilho e sobre os que o cercavam. Se o Sr. Alfredo Varela o amou com fervores de noivo, outros votaram-lhe um culto de dulia, senão mesmo a de latria. Curiosa a fascinação desse homem, tanto mais quanto, sectário fervoroso da Religião da Humanidade, não havia, na sua alma, larga a profusão de sentimentos humanos! A força do caráter e a sedução da inteligência foram, de certo, a razão determinante do seu prestígio. O caráter, no sentido próprio da expressão, foi, por tudo quanto se lê nas reminiscências do Sr. Alfredo Varela, a marca distintiva daquela poderosa personalidade. Ao caráter é que o estadista rio-grandense ficou devendo a alta posição que conquistou entre as grandes figuras da República. Demonstra isso que houve na primeira fase da vida republicana brasileira, um idealismo real e que, naquela quadra de valores morais ainda se impunham à admiração pública. Foi possível então, que um homem dominasse um Estado só porque se recomendava pela elevação espiritual e pela pureza dos costumes... Homens da mesma têmpera e das mesmas virtudes é possível que ainda existam. O que não existe, de certo, é ambiente para o seu triunfo... Não é largo, hoje, o círculo de pessoas capazes de sentir essa espécie de superioridade e de se dedicar aos que a ostentam. Mais que de haverem possuído um varão dessa fibra devem os rio-grandenses orgulhar-se de ter tido, na época em que ele viveu, um grupo de concidadãos que o souberam compreender, venerar e seguir...

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde): *O espírito e o mundo - ensaios*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1936, p. 3.

Os que não podem negar a erudição, a leitura imensa do Sr. Alceu Amoroso Lima, nem os seus dotes excepcionais de crítico, procuram apoucar-lhe a autoridade acolchetando, quando a eles se referem, o adjetivo “católico ao substantivo crítico”. Crítico será, mas “crítico católico” apenas, pondo nessa expressão uma ideia de limitação, a sugestão velada de uma incurável estreiteza de espírito, de um sectarismo ardente e inflexível. A tolerância ou, melhor, a imparcialidade ou, como se diz hoje correntemente, a objetividade, que se requer no crítico e sem a qual a crítica não existe, não passando de polêmica a que se apresentar com aquele rótulo, não é, ao parecer dessas veneráveis pessoas, compatível com a prática do catolicismo. A liberdade de espírito, a serenidade de julgamento, o sentimento da justiça e outros predicados essenciais ao crítico verdadeiro só se encontram entre os que, longe das sacristias, numa atmosfera intelectual pura, formaram a sua inteligência ao clarão salutar da ciência. A disciplina religiosa é um liame espiritual que restringe e deforma o raciocínio.

Não há, entretanto, erro mais grosseiro do que esse. Da força espiritual daquele que a faz é que depende o valor da crítica. Espíritos mesquinhos serão sempre críticos deploráveis, estejam ou não estejam presos a credos religiosos. Não é a crença que lhes delimita o campo de ação e lhes encurta o voo: é a própria estrutura íntima. Livres pensadores haverá, e há, de uma intolerância tão feroz como a dos sectários mais ardentes. O anticlericalismo, que é uma paixão perturbadora da liberdade de raciocínio e do sentimento da justiça, como qualquer outra paixão, que é senão obra de chamado livre pensamento? Foram livres-pensadores que o inventaram e são livres-pensadores que o alimentam. A prevenção contra um escritor sem outro fundamento que a sua filiação a este ou aquele credo é que constituem indício de estreiteza de espírito. O espírito sopra de todos os lados e não escolhe campo onde pousar. Cintila? Admiremo-lo sem indagar, primeiro, de onde lhe vem a luz. Pelos frutos, e não pelas aparências, é que se julgam as árvores. Ora, a verdade é que o catolicismo do Sr. Alceu Amoroso Lima não lhe estancou a intensa curiosidade intelectual nem lhe embotou a capacidade de admirar o talento onde quer que o encontre. Convencido de que Deus é a medida de todas as coisas, combate, naturalmente, os que atribuem ou ao homem ou à matéria esse papel. Mas combate-os com a maior lealdade, sem lhes deturpar o pensamento e sem lhes amesquinhar os predicados intelectuais. Da sua crítica ninguém sai diminuído no seu patrimônio de riquezas espirituais. Cada um conserva intacto o que possui. Acontece apenas que fica bem marcado o que é ouro e o que é pechisbeque. Aqui está, para mostrá-lo, a crítica de Gide. O artista maravilhoso, que lançou em vasos da maior perfeição clássica os venenos mais violentos do anarquismo intelectual e moral, impressiona profundamente o esteta que existe dentro do paladino católico. Gide, escreve ele, é a inversão de todos os valores morais, é o anticristianismo em sua expressão mais sutil e inteligente. Lendo-o compreendemos ao vivo que Lúcifer foi “o mais belo dos anjos”.

A elevação da sua crítica ainda mais ressalta no estudo que dedica a outro adversário de suas crenças, cujo vulto começa a crescer nas letras francesas – André Malraux. Equipara-o, pela densidade dos seus romances, aos grandes romances de feição católica. Mauriac, Bernanos e Green. Romancistas com uma própria filosofia da vida, Malraux apresenta a seus olhos traços de parecença com Mauriac. Embora católico este e comunista aquele. Seria interessante, observa Sr. Amoroso Lima, o confronto das suas obras. Ambos demonstram a possibilidade de ser o artista um homem que crê numa verdade, seja ela religiosa ou revolucionária, e, portanto, repelindo o superficialismo literário corrente, dos que ficam pelas beiras e pelas descrições, com medo de perderem a imparcialidade (no que revelam apenas a sua fraqueza de caráter, como homens e como escritores) – e apesar disso, ou por isso mesmo, sendo capaz de dar vida e verdade a toda a variedade humana.

Haverá, entre os espíritos emancipados, que veem no catolicismo do Sr. Amoroso Lima um empecilho para a justeza das suas críticas, muitos com a liberdade de espírito necessária para

fazer justiça completa aos méritos literários de um escritor católico da força de Mauriac, por exemplo, como o Sr. Amoroso Lima fez aos do escritor comunista que é Malraux? Terá ele, não o nego, o juízo crítico influenciado pelas tendências religiosas do seu espírito, mas essa influência – e isto é o que importa – não chega a obliterar-lhe o senso da justiça. A sua crítica é sempre séria e proba. Sente-se nela o timbre das coisas sinceras.

Será, por vezes, ao menos pelo tom, algo dogmática, o que não admira em quem vive na intimidade de teólogos e outros detentores da verdade absoluta, mas nunca deixa de ser instrutiva. Não se confunde nem com os cata-pulgas gramaticais, tão do sabor dos que, em nosso jornalismo, prezam menos as ideias do escritor do que a maneira como ele coloca os pronomes, nem com as exaltações ou diatribes, igualmente exageradas que a camaradagem ou a malquerença tecem com mão pródiga em torno de personagens literárias que, de ordinário, não merecem nem aquele “excés d’honneur ni cette indignité...” É uma coisa à parte, é uma obra de compreensão e explicação, é um trabalho de análise erudita em que se dá mais preço às ideias do que à forma em que são vazadas. É, numa palavra, obra da inteligência a serviço do Espírito. Não a faz o Sr. Amoroso Lima por simples divertimento, por mero passatempo nas horas de vagabundagem literária, mas por uma exigência imperiosa do seu temperamento de homem cioso da dignidade da inteligência e inimigo da desordem intelectual.

*

Em livro recente *O espírito e o mundo* ele nos dá o alto significado da sua crítica quando no-la apresenta, através dos livros dos sistemas filosóficos, dos fenômenos sociais e dos movimentos de ideias em busca dos “pequeninos reflexos das posições diferentes dos homens em face da vida, do Homem interpretando o Espírito e o Mundo”. Que é o Espírito, que é o Mundo para a inteligência desse crítico? O Espírito, diz ele, não é apenas a inteligência do homem e nem o Mundo, apenas a natureza inanimada e mecânica. O Espírito é a ordem transcendente e a ordem da graça, isto é, a existência de Deus e a revelação de sua vida íntima, comunicadas ao homem e elevando-o acima da natureza sensível e da sua própria razão. O homem só é espírito porque participa diretamente da natureza divina. E porque assim acontece é que o Homem constitui o traço de união entre Deus e o Mundo, participando ao mesmo tempo de um e de outro e lutando sempre para voltar ao Deus que abandonou e continua a abandonar pelo pecado e o erro. E o Mundo? O Mundo não é apenas uma sucessão mecânica de acontecimentos, uma composição contínua de forças cegas. A vida também participa de Deus e tende a Ele na sua progressão constante que nos leva do mineral à vida vegetativa e desta ao mundo animal, em cujo ápice Deus escolheu o ponto de inserção de sua inteligência e de sua revelação – o Homem. O Mundo não se opõe ao Espírito. É obra dele. Se o faz é em virtude da liberdade que ele próprio lhe comunicou. Pois o homem só nega a Deus porque Deus lhe deu o poder de o fazer, para que também o seu Amor tivesse o mérito de ser livre e não necessitado. Deus, transcendente e imanente a todas as coisas, é a razão de ser, o sentido e a medida do universo. E a encarnação do seu Verbo veio repor a ordem rompida pela liberdade por ele comunicada à natureza do homem.

Essa posição inicial do crítico, que para muitos parecerá incompatível com os fins primordiais de uma crítica genuína, facilita-lhe, ao contrário, o trabalho de análise. Nada se faz bem, no domínio da inteligência, sem uma sistematização de ideias e de princípios. É preciso, para se não cair na divagação estéril, firmar-se o ponto de partida e determinar-se com rigor o ponto aonde se quer chegar. Sem uma “filosofia”, para usar de expressão ligeiramente pedantesca, a crítica será um recreio literário, não será mais nada. A presença e a ausência da filosofia é que separam o crítico verdadeiro do simples recenseador de livros e ideias alheias, distinguindo um do outro. Quem possui a sua “filosofia” possui um instrumento de julgar, ao passo que de nenhum julgamento seguro será capaz aquele que nenhuma filosofia tiver. A filosofia é a bússola com que o crítico se lança no oceano das ideias. Sem ela não irá longe. O Sr. Amoroso Lima vai longe. Não é essa a melhor prova de que a sua filosofia, ou, melhor, a sua religião não constitui, como supõe alguns, um empecilho para a liberdade de movimentos da sua inteligência?

*

Leva-nos ele, neste volume de ensaios, às mais afastadas regiões do pensamento e, entretanto, é sempre lúcido e sereno. Nem os mais penosos trabalhos de penetração nas ideias de certos espíritos confusos ou, simplesmente, prolixos, nem a clarificação de sistemas abstrusos, a que se entrega, comunicam ao leitor a fadiga que ele, de certo, experimentou. A sua inteligência simplifica as coisas mais complicadas e põe ordem nas mais caóticas. O crítico revela-se, constantemente, ótimo professor. Do amplo descortino desse espírito, que os adversários das suas crenças pretendem pintar como divisão unilateral há, neste volume de ensaios, provas múltiplas. Já mostrei mencionando o seu juízo literário sobre escritores comunistas, como Gide e Malraux. Posso mostrá-lo, de novo, referindo o seu modo de ver a respeito do regionalismo literário. Sempre combati, diz ele, a cisão artificial que a que se procura por vezes fazer entre o espírito da terra e o espírito do mundo. Sempre acreditei, ao contrário, que só da fusão desses dois espíritos poderá brotar, de futuro, em nosso meio, uma literatura realmente grande e digna, de raízes cravadas nesta terra, e portanto sem os artificialismos de imitações alienígenas – mas ao mesmo tempo sem enveredar pelo falso barbarismo e antes respirando, largamente, o grande espírito que nos vem através dos oceanos e dos continentes, para fecundar as qualidades nativas que possuímos. Esse humanismo, brasileiro e cristão ao mesmo tempo, local e universal sem dissociação entre os dois termos, conclui ele, é aquele que deve animar as nossas letras nesta fase “pós-modernista” que estamos vivendo e que viu a falência dos artificialismos e dos exotismos mentirosos, para assistir a um promissor rejuvenescimento das qualidades únicas que podem animar verdadeiramente uma literatura: o amor profundo pelas coisas humanas e intensamente vividas e sofridas no fundo do coração e da inteligência. Sem isso teremos academismo ou malabarismo, extremos que se tocam e que se anulam na mesma negação da beleza e da vida.

Mas a prova por excelência de como é ampla a visão literária desse crítico católico, temo-la no conceito, que ele formula, do romance católico. O que, geralmente, se pensa, nos meios católicos, a esse propósito é, sem jogo de palavras, um despropósito: romance católico é somente aquele em que se recompensa a virtude e se pune o vício. É, por outras palavras, aquele que “edifica” o leitor. O Sr. Amoroso Lima subleva-se energicamente contra essa doutrina. Livros traçados de acordo com esses cânones conhece ele, e conhecemos nós todos, que chegam a tirar “o gosto à virtude em espíritos um pouco mais exigentes ou advertidos em matéria literária”. Considero, por mim, acrescenta ele, os mais imorais dos romances, esses livros de “tese”, que nos apresentam o triunfo da virtude ou as desgraças do vício por personagens artificiais que enfaticamente declamam por figuras de retórica.

Nenhum crítico livre-pensador iria mais longe na condenação dessa literatura divorciada da arte e em conflito com a vida. Tanto é errado, continua o Sr. Amoroso Lima, o romance moralista que faz das letras apenas uma forma de apologética como o que considera fundamental, para seu êxito, a qualidade de agnóstico. O romancista, seja católico ou não o seja, tenha crenças ou não as tenha, deve ser guiado apenas por aquilo que São Paulo chamou - “a santidade da verdade”. A vida humana – e aqui o Sr. Amoroso Lima cita e reproduz palavras de Charles du Bos a quem cedendo um tanto às tendências dogmáticas que a frequência dos doutores da Igreja lhe imprimiu na lúcida inteligência, diploma com o título de maior crítico dos nossos dias – a vida humana é a matéria com a qual e sobre a qual trabalha e deve trabalhar o romancista. Essa matéria viva, essa impureza dos elementos, esse peso humano deve o romancista restituí-los tais quais são em sua verdade, como primeira de suas tarefas... O romancista católico deve, portanto, preliminarmente, desempenhar a tarefa que incumbe a todo romancista e que pode resumir-se em uma palavra: não falsificar a vida. O romancista católico, nota, ainda, o Sr. Amoroso Lima, não deve ser nenhum “construtor” da vida, nem um pregador, nenhum apologista. Em relação à matéria que informam e à verdade, que devem pintar, não há nem pode haver, diferença entre um romancista católico e um romancista sem crenças ou de outra crença. “Apenas o que cabe demais ao romancista católico é não ficar nessa verdade mediana, que as aparências, os sentidos e a superfície histórica e social dos acontecimentos nos

revelam, mas restituir a realidade com todas as suas dimensões, incorporando, como escrevia René Schwob, creio que em *Moi juif*, as três dimensões comuns do romance, a quarta dimensão metafísica, que dá a um romance católico, como o *Noend de Vipères*, ou como o *Soleil de Satan*, ou como o *Daphne Aleane* ou como o *Das Schweisstuck der Veronika*, a sua densidade maior, o seu mistério profundo, nas duas direções do “baixo” e do “alto”, como diz du Bos”.

Longe de ser diminuído, em suas funções, pela sua fé, conclui o Sr. Amoroso Lima, evocando o caso de Mauriac, que é, realmente, um dos mais empolgantes romancistas da nossa época, o romancista católico se vê, ao contrário, levado à “Plenitude” de suas possibilidades, se souber conduzi-las com uma consciência plenamente límpida, de suas dimensões, como romancista e como crente. Ele pode ir mais ao fundo das coisas que o cético ou o ímpio, pois que o cristianismo é, na frase de Jacques Rivière, um adiantamento em profundidade.

Não é isto, mesmo com aquela referência à dimensão metafísica que o romance católico deve incorporar às outras três para distinguir-se do romance comum, uma doutrina literária que qualquer espírito, emancipado de tutelas religiosas, mas com o senso e o gosto da arte, subscreveria sem hesitar? Não é de um crítico de horizontes largos, de uma forte e profunda cultura, este conceito do romance católico?

Outros exemplos de alta visão intelectual e de seguro equilíbrio crítico poderia indicar. São inúmeros os que este livro de ensaios fornece. Mas é preciso terminar e não dei, ainda, uma ideia sumária de como é preciosa a riqueza de ensinamentos que se encontram nesse volume duplamente denso – denso pela composição tipográfica e denso pelo conteúdo espiritual. Ao lado de páginas que se poderiam chamar puramente estéticas, em que se debatem questões só de arte, na significação mais restrita do termo, como as que trazem os títulos de “O drama da Beleza”, “Itinerário Estético”, estendem-se outras em que se passa revista às mais palpitantes questões de ordem psicológica, de ordem moral, de ordem social e de ordem política. Dentre elas, se me obrigassem a uma escolha, destacaria as que definem o “Humanismo britânico”. São páginas de uma análise psicológica muito fina que retratam bem, nas suas mais características feições morais e espirituais, a fisionomia do inglês. Pertencem a essas páginas este delicado exame da significação íntima, sentimental, da expressão inglesa “home” em cotejo com a expressão portuguesa - “saudade”! Há nesse termo – “home – uma velha sentença completa de modo tão perfeito – “home sweet home” – que chegou a tocar o coração de homens empedernidos no antissentimentalismo doméstico, como Stendhal, – há nessa palavra tão doce o mesmo encanto que na “saudade”, que dos portugueses herdamos. E não será, justamente, que num e noutro caso, a poesia, que se acumulou no termo, vem precisamente da nostalgia, da distância, da despedida contínua de dois povos navegadores, enamorados do mar, mas sempre com os olhos da alma fitos no encanto da terra e da família, o único em que podemos repousar, em confiança e inquietude dos nossos corações machucados pela vida?”

Não observem, pelo amor de Deus, que os dois termos talvez já existissem nas duas línguas antes de se fazerem navegadores os dois povos aventureiros. A ideia é feliz e o poeta, que a fabricou para o uso do crítico, teve o cuidado de insinuar que a poesia daquelas palavras não nasceu com elas mas se veio, a pouco e pouco, acumulando dentro delas...

*

Um católico tem a sua atitude em face do mundo perfeitamente definida só com a declaração do seu catolicismo. Mas o Sr. Amoroso Lima quis deixar bem claro que o seu empenho máximo como homem e como escritor, é estreitar as relações entre a vida e o pensamento, entre as luzes da inteligência e as forças do instinto, aumentando a faculdade de compreender e de governar o universo e diminuindo a passividade em face da atuação das suas forças cegas sobre o nosso espírito vidente. Um dos traços do nosso tempo, frisa ele com toda razão, é a exacerbação da “vida”. “Não da vida, no sentido integral da expressão - que inclui em si pensamento e vida - mas no sentido parcial de ‘oposição’ a ‘pensamento’”. Quando uma mulher ‘emancipada’ discute os seus direitos e exclama inevitavelmente: – ‘Nós também queremos viver a nossa vida’ – o que quer dizer com isso é que entende excluir da sua ‘vida’ os ‘preconceitos’

criados e elaborados pelo ‘pensamento’, especialmente em forma de dogmas, costumes, tradições, sentimentos morais de pudor ou fidelidade, etc. etc. Opõe, pois, vida a pensamento e quer viver para além do bem e do mal”. Tudo o que corre mundo, hoje em dia, com o nome de moral moderna, de eugenia, de pedagogia nova é, sobretudo, se não exclusivamente, uma exacerbação da vida, em sua modalidade estranha oposta, ou mesmo hostil, a “pensamento”.

Com reservas quanto à eugenia, que só é condenável nos seus exageros e que não me parece em oposição ao pensamento, com restrições a respeito da pedagogia nova, pela qual não morro de amores mas que nem sempre será hostil ao “pensamento” no sentido em que o Sr. Amoroso Lima usa do vocábulo, é a própria razão quem se exprime por essas palavras. O divórcio entre a vida e o pensamento, nesta quadra de plena expansão da animosidade humana, só não fere a vista dos que trazem os olhos fechados, ou de nascença ou de caso pensado.

Não é louvável o esforço de quem se propõe a desfazer esse divórcio, mesmo quando o tenta para servir ao credo religioso que professa?

Se outros motivos não existissem – e existem – para louvar e prezar o livro do Sr. Amoroso Lima, bastar-me-ia esse.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Andrade Muricy: A nova literatura brasileira” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 set. 1936, p. 3.

O Sr. Andrade Muricy, escritor excelente e crítico atilado, fez-se o nosso guia através da nova literatura brasileira. Apesar do barulho que provocou, essa nova literatura não é bem conhecida. Conquanto o espírito de novidade seja uma das características da nossa gente, a verdade é que a nossa literatura, ou a literatura dos novos, não conseguiu despertar interesse a não ser dentro de um círculo restrito de leitores. Entretanto o que o Sr. Andrade Muricy nos mostra desse movimento espiritual, leva-nos a reconhecer que ele é deveras interessante e que constitui, de fato, um esforço notável por inocular sangue novo na arte nacional. Nem sempre esse sangue, como observa o brilhante crítico, terá sido sadio, porquanto saúde independe da intenção. Nem sempre terá sido autêntico e novo. Mas incontestável é que essa geração de novos, que pretendeu viver por conta própria, quebrando tantos e tão amáveis hábitos enraizados, criou capitães para o Brasil. “O ruído, o espalhafato, o despudor de alguns, as notas forçadas arredaram dos novos a simpatia geral, nenhum esforço continuado se fez por bem conhecê-los. “Aliás o julgamento mais seguro sobre a valia da contribuição da nova literatura brasileira só poderá ser formada quando houver passado tempo suficiente para que se aclarem perspectivas ainda hoje consideradas insólitas”. Todavia, já se não pode mais desconhecer, “a complexidade do esforço intelectual de uma geração desajudada de todo estímulo exterior”. Para que ela seja julgada de espírito aberto foi que o Sr. Andrade Muricy deliberou apresentar ao público as principais figuras do movimento e extrair da obra de cada um páginas características. Pareceu-lhe melhor, em vez de traçar um estudo panorâmico de todo o período literário em que os novos foram as personagens centrais, limitar o estudo “do quadro da nova literatura brasileira a variadas e até mesmo numerosas sondagens parciais, atendo-se sobretudo ao interesse individual”. Buscou, em suma, ver e fazer ver cada personagem dentro de sua ambiência própria, “ambiência por força integrada no ambiente geral e dele íntima e necessariamente dependente. Perfis, uns de caráter crítico, outros de pura indagação psicológica, outros em que a curiosidade histórica (diga-se assim) ou anedótica (melhor) primou”.

Modernistas são todos os escritores que trouxe para a galeria do seu livro. Mas que é a modernidade? Modernidade, escreve o Sr. Andrade Muricy, não quer dizer presente mas certo estado de permanência instável. Qualquer coisa que acompanha, sempre, o homem, realidade aguda, chegando periodicamente a uma espécie de maturidade bem acusada, de onde ressalta um caráter distintivo. A moda representa mera paródia dessa modernidade o que não impede que, na essência da modernidade, haja também muito dos elementos de transitório e de precariedade que definem a ‘moda’. Moderno é o homem realmente vivo na sua época, afirmando-se com relevo próprio. Homem da moda é o que dá alimento às necessidades superficiais do momento”. À galeria não compreende todos os modernos do Brasil. Muitos ficaram de fora.

Uma das coisas mais curiosas do movimento modernista dos escritores brasileiros é a contribuição de Minas. O mais tradicionalista, talvez, dos estados brasileiros, Minas tem concorrido, entretanto, para a nova literatura com vários espíritos brilhantes, de um extremismo violento. Essa gente nova, a observação é do Sr. Andrade Muricy, rompe com certa rudeza com o ambiente, um gume ríspido de ironia forçando a estagnação como um quebra-gelo.

O que caracteriza a prosa e a poesia desses jovens escritores é a imagem e a metáfora puras, valendo por si mesmas como joias perfeitas, dispostas em adereço mas substancialmente independentes. O modernismo, porém, não é só isso. É, principalmente, o intuito e o espírito de renovação. Mal compreendido desde os seus primeiros passos, o movimento deu ensejo a episódios divertidos. Um deles foi o ruído que se fez em torno do livro *Alegria* do rapazinho Guilherme de Castro e Silva: “A surriada daqueles efebos parecia um tanto ensinada. Os calções curtos mostravam pernas lá robustas e peludas, e a *Alegria* tinha algumas vezes, neles, aquele evidente exagero apostolar que distingue os vegetarianos e os nudistas... Nada foi mais grotesco do que ver certos compassados parnasianos entrarem na ciranda juvenil e mostrarem-se mais

novinhos do que os adolescentes. A peraltice de graves humanistas era por si mesma divertidíssima. E isso, somado à sistemática ironia de alguns bons poetas, deu ao público ideia de que poesia nova era coisa de ‘circo’, no que todos mais ou menos ficaram de acordo, menos no que se refere às consequências, porquanto estas foram, da parte do público: alheamento, desdém, hostilidade. Nunca a poesia procurou ser mais popular, e nenhuma desinteressou mais às massas talvez porque o tom popular fosse afetado e porque nunca tamanho requinte foi incerto, com a aplicação inconsciente por vezes em poemas de intenção mais simplista”.

O Sr. Andrade Muricy filia os modernistas brasileiros aos falecidos simbolistas. A nossa transformação literária no século passado teria seguido, na sua opinião, este caminho: ao imediatismo efusivo dos românticos, tão cordial e desmanchado, bem brasileiro e bem sul-americano, sucedeu um movimento de tão imperioso formalismo que toda a nossa boemia e a nossa sensualidade não conseguiram romper a ganga de Paros lustroso e do nobre Carrara em que foram envolvidos. Esse movimento, conhecido pelo nome de parnasianismo, proveio do curto movimento francês que lhe deu o nome e correspondia ao pendor para uma espécie de classicismo mais de acento e cor do que de substância como foi o português, já fora da época histórica do classicismo.

O parnasianismo brasileiro proveio de Bocage e de Castilho tanto quanto de Lecomte de Lisle e de José Maria de Herédia, tanto ou talvez mais do daqueles, como é o caso por exemplo da “Tarde”, de Bilac, cheia de indícios de filiação na poesia conceituosa, discreta, medida, de Bocage. O parnasianismo, pelo seu culto excessivo da forma, degenerou em vício e acabou enfarando a toda a gente. O simbolismo surgiu, então, como uma reação, abrindo amplo lugar na obra artística para a vinda do inconsciente, para a transmutação da substância poética. “Transfundi-se na poética um penetrante fluído de misticismo, misticismo muita vez, apenas, ritual e de forma, outras chegando à contemplação, como no indeciso mas largo panteísmo de Cruz e Sousa”. Mas o simbolismo passou rapidamente. “Ficou ilhado dentro do movimento parnasiano, cujas últimas repercussões só neste instante se vão perdendo na fadiga nacional do ‘soneto perfeito’. Mas não morreu ‘ab-intestado’. Mata-pau, arrancado do tronco enorme do parnasianismo, caindo no solo, pode apegar-se a muitas árvores mais delicadas e, sobretudo, mais jovens. Desse contato com a juventude, nasceu o modernismo. A ascendência simbolista, continua o Sr. Muricy, é sobretudo, evidente na nova geração do Paraná e do Rio Grande do Sul. Na do Rio Grande do Sul principalmente. A literatura rio-grandense só tomou corpo com o simbolismo. A região Sul do Brasil provavelmente nunca será naturalista. Poderá inspirar arte realista, no sentido de representação do real, mas naturalista não. O naturalismo é direto e fotográfico, e as rudezas, as asperezas, até a hediondez são, lá no sul, lavada de luz branca e límpida, bordadas de verde vivo, cortadas de frescas águas correntes. Os ares do Sul, – névoa e garoa – são favoráveis às linhas indecisas, ao balanço dos ritmos secretos... A contemplatividade concentrada, o arroubo místico do catarinense e do paranaense, o cavalheirismo romanescos do gaúcho são coisas que excluem a volúpia naturalista, tão normal no Norte... Preparados para receber a encantação de Maerterlink e de Rodembach, os novos do Rio Grande, entre o segundo e o terceiro lustros deste século, vieram para as letras na esteira tremente e irisada do simbolismo. Formaram-se dentro de uma atmosfera de requinte sutil e de luz e caridade sombria, em modo menor.

Mas dos próprios estudos do Sr. Andrade Muricy se vê que o modernismo não foi, apenas, obra do simbolismo. Para ele concorreu também, o naturalismo. Não sei mesmo se a contribuição deste não foi maior que a do simbolismo.

*

Procurando fixar as diretrizes do movimento modernista, o Sr. Andrade Muricy mostra como ele é influenciado pela preocupação social, pela preocupação política invasora, com tendência à monopolização e à exclusão da arte de pura humanidade e de puro espírito. Intolerante, com a obsessão proselitista dos recém-convertidos, estimulada por uma espécie de “esnobismo”, que lhe serra a visão das coisas reais e próximas, desvendando ao invés o prestígio

da longínqua miragem, há dentro do modernismo brasileiro uma corrente que se vai tornando cúmplice daquela “trahison des clerics” que Jules Benda vem calorosamente denunciando, triste renúncia à autonomia do espírito criador como função desinteressada, pondo-o ao serviço da propaganda política, o que lhe tira, só por isso, toda a autenticidade e toda eficiência”. Essa sujeição à propaganda e ao proletarismo, antagônico nas expressões de universalidade irreprimível e de irresistível amor ao humano e ao divino próprios do artista em verdade superior, constitui para ele mais um motivo de divisão entre os modernistas. “Assim, contrapõem-se, dentro da geração, um espírito de requinte, uma cultura nunca antes tão flagrantemente atingidos no Brasil e, do outro lado, um primarismo ousado como jamais se vira, armado de meias letras e de meia ciência, intrinsecamente incompreensivo diante de toda a finura e de toda a transcendência. Mal não haveria, nessa divisão, se da parte dos primários se manifestasse algum acatamento a atividades espirituais que lhe ficam sobranceiras, pois que os espíritos de razão e de cultura recebem com simpatia as viçosas criações simplistas, mais muita vez fortes e comovedoras, dos primários. Estes, porém, não perdoam o desnível. Como solução, sonham com a supressão pela força e com o advento consecutivo do primarismo autocrático”. Esse fenômeno agrava-se, no Brasil, devido à falta de opinião pública no terreno intelectual. Assume aspectos quase pessoais, de hostilidade de homem a homem, num evidente desrespeito do mérito individual. Todavia essa geração trágica “que repousa na paina espinhante da ironia, e encontra uma espécie de conforto na obscenidade grosseira, é, no fundo e a seu modo, heroica. Uma realidade formidável como a do mundo atual aturde os mais possantes e os mais resistentes. A hora é temerosamente interessante, de um épico bem fácil de discernir, o que a aproxima das eras de primitividade a um só tempo bárbara e refinada que inspiram as epopeias védicas e homéricas. As angústias modernas e a impotência do homem em encontrar-lhes a terapêutica apropriada conjugam-se para facilitar o progresso dos idealismos elementares, meramente utilitários, e afinal desse romantismo linear que julga poder atingir à felicidade com o exercício imperativo do mais material pragmatismo. Quando, porém, se encontra com certas interrogativas em que o elemento ‘absoluto’ entra como parte primacial, tonteia e se debate, indo habitualmente refugiar-se no sistema, valer-se da panaceia da utopia ou da embriaguez entorpecente da ação pura”.

A crítica mais viva dessa corrente excessivamente materialista do modernismo, fa-la o Sr. Andrade Muricy, quando analisa a poesia da Sra. Gilka Machado: “Gilka não sabe, sequer, sorrir. Seu sofrimento não se resolve em ironia: espírito grave e doloroso que uma grande afetividade amansa. A aguda atualidade de outros lhe é por assim dizer, interdita. Pouco ou nada lhe interessa os jogos da modernidade e a rutilância do ídolo ‘Máquina’, tresandando a lubrificantes e a combustíveis... Nem a anedótica, nem objetiva, nem voluntariamente abandonada ao supra sensível, ao subconsciente, etc. (receitas para a ‘poesia nova’). O que ela possui, em nua propriedade, é a simplicidade verdadeira e humana. A experiência tem demonstrado que todo requinte tende à progressiva incompreensão, a cada maré de novas sensibilidades. Todo o pitoresco descolore com o tempo, como toda a indumentária, e vai para os museus fazer-se cinza e documento. Só a substância e verdade humana fica, ainda assim levada nas mistificações, nas calúnias, no encanto da lenda .

A poesia de maiores probabilidades de perduração é aquela que exprime os sentimentos e os pensamentos mais gerais e elementares”. Em outro trecho assinala que o povo tem como clássica toda a obra realizada superiormente, que possui equilíbrio e vida própria. Toda a grande obra de arte vem a acusar, com o correr dos tempos, à íntima solidez da estrutura, mesmo que pareça imaterial e infável. Essa necessidade de organização é sobretudo imperiosa neste momento de libertação rítmica, formal e temática de todas as artes. A poesia nova, como a música moderna, passa por amorfa e monstruosa, criada segundo o puro arbítrio do movimento do espírito.

A preocupação de integrar na poesia, como na música, todo o rumor das onomatopeias e de todos os cantares, todo o universal ruído em que a máquina, novo “totem”, eleva a voz

primacial à ânsia legítima de acompanhar a cinemativa vertiginosa destes dias, trouxe tais cacofonias, tais politonalidades e atonalidades que só os “novos” autênticos poderão sentir sem longa preparação as quentes flamejantes melodias, as harmonias de sabor estrito ou bárbaro”. Todos esses riscos são entretanto, facilmente contornáveis quando o poeta moderno teve o cuidado de se aprofundar na técnica do verso clássico antes de se lançar “à cinemática vertiginosa do modernismo”. “A técnica do verso clássico só poderá contribuir para dar têmpera ao verso moderno. Isso quando o poeta for capaz de dominá-la e não cair no parnasianismo... É fácil observar quanto valeu para alguns poetas da geração o “tirocínio anterior à eclosão das formas novas”. Para ilustrar a afirmativa, o Sr. Andrade Muricy aponta o caso de Guilherme de Almeida: “Sempre a mesma esplêndida mestria no trato da matéria vocabular: as expressões adequadas como embebidas de luz interna, entreluzindo de pedrarias adivinhadas por debaixo da [certeira] elegância”. Esse poeta, continua ele, constitui exemplo do que vale intrinsecamente a “expressão” e advertência aos novos que desdenham da “expressão” que a subordinam por completo à torrente surda do subconsciente.

O que o Sr. Andrade Muricy não sofre na poesia moderna é, em suma, o desbordamento das sensibilidades expressivas sem o freio da inteligência. Não compreende obra d’arte onde não haja pertinência e harmonia. “O natural é a exuberância, mas arte é escolha, sujeição a certa ordem pré-estabelecida, a ritmo movido por emoção ou determinação [iniciais]. A variedade as ondulações expressionais não invalidam a regra porquanto, para que sejam legítimas, necessário é que formem com o impulso criador conjunto orgânico e vivo. O processo, esse pode variar ao infinito. A unidade essencial que há na *Odisséia* existe no imprevisto Shakespeare como em Proust e Joyce.

Outro ponto capital em arte para ele é a sinceridade. A do artista que não compreende a necessidade de saber ser sincero!... “Sinceridade em arte é realização. A obra-prima é sempre infalivelmente sincera. Nem toda a sinceridade faz sonhar ou emociona, mas onde o sonho estiver criticizado, onde a beleza comover, ali houve sinceridade, intervenção do espírito em estado de transe sentimental e imaginativo produzindo à expressão”. A chamada arte pela arte é coisa morta, nunca viveu. O que existe é a “poesia” esse sentido que todo homem, seja em que proporção for sempre o possui. O homem nasceu para viver encantado para extrair da dureza ou estupidez do cotidiano a dose imprescindível de euforia sem a qual o inferno seria menos terrível de que a mais [ordinária] das existências aqui da terra”. Mas à nova poesia brasileira, variada, sutil, larga, veloz ou de aguda dureza, rica sem possível contradita, mostrando a geração toda empenhada em admirar, viver, criar, capaz de interessar profundamente os espíritos argutos, arrisca-se, frequentemente por caminhos difíceis e enigmáticos. “A de quase todos os jovens mais interessantes [toma] partido, julga, destrói, despreza, encolhe-se com ódio ou procura construir e alevantar as almas. Mas a poesia, ‘poesia’ sem mais nada, poesia-poesia que ignora à questão social e a metafísica, essa só pode confiar no fato de que o homem é, apesar de tudo e sempre o homem, e de que só o é porque quer violentamente ultrapassar a vida e porque é capaz de sonhar”

O modernismo já caminha para a transformação. “A poesia e a prosa modernas são de um decadentismo ralado de traços de aurora... Primitividade e decadência tocam-se. O decadentismo “fin de siècle”, deixando a “torre de marfim” tornou-se ávido de realidade, deslumbrou-se. Estatelou-se diante da “máquina”. O instrumento de que dispunha era um [gongorismo] novo. Usou dele. Apenas fê-lo com violência desportiva, Arejou os [interstícios]. Moveu os músculos depauperados pelo excesso de “[confestable]”. Devassou a visão ainda empapada de névoas [languês]. De tudo isso muito resta ainda na arte moderna, como riqueza adquirida mas, agora de rendimento muito diferente. Arte, seja como for, é uma continuidade. Como na vida, as contradições são nela condições de viabilidade... Primitiva e decadente, a arte moderna encontrará caminho para a fonte da juventude (imagem clássica) para o classicismo que lhe seja próprio para a cristalização na qual se acusem, acentuem definitivamente os traços [autorais], ainda hoje confundidos no tropel compacto das contribuições hereditárias”.

Não se podia, creio eu examinar com mais elevação de espírito e agudeza de crítica a nova literatura brasileira do que o fez o Sr. Andrade Muricy. Fechando-se o livro tem-se que subscrever sem a mínima restrição o que dele escreveu o próprio autor. “Em toda essa obra, raríssimo foi afastar-me de tom mais objetivo e impessoal. Estudei com interesse, parece-me que bem evidenciado cada caso. Despi-me das mais justificadas preferências para não prejudicar o julgamento do leitor”.

Como ele acredita a equanimidade voluntária que soube guardar no estudo dos escritores virá constituir, no futuro, o verdadeiro preço da obra. Desde já vai ser a leitura obrigatória dos verdadeiros “[cintosos] desinteressados”, dos que “desejarem mover-se com largueza e profundidade na rica, variada literatura nova do país sem, para isso, ter de consultar o gosto particular e os “[partis-pris]” arbitrários, mas irremovíveis de cada agrupamento literário”.

Livro saído de uma luminosa inteligência, que um poderoso sentimento de justiça alarga e robustece. *A nova literatura brasileira* fixa bem a fisionomia literária de uma época e os traços essenciais dos artistas, poetas e prosadores, que melhor exprimiram as tendências e as aspirações da geração que procurou dar a essa época uma feição especial e inconfundível.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Afonso de E. Taunay: *História geral das Bandeiras Paulistas*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo vol XXI*; Josué de Castro: *Documentos do Nordeste*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 fev. 1937, p. 4.

Não sei qual o trabalho mais penoso: se o dos bandeirantes devassando os sertões brasileiros, se o do Sr. Afonso Taunay devassando a vida dos bandeirantes. Sete volumes já escreveu o probo e infatigável pesquisador sobre a *História geral das Bandeiras paulistas* e ainda não se acha próximo do fim. Pouco além da metade estará essa obra gigantesca. O assunto é árido e a massa de documentos que precisam ser examinados é imensa. Só um homem de energia excepcional, vacinado contra o tédio e o cansaço, seria capaz de levar a cabo essa empresa extenuante. O Sr. Afonso Taunay tem se revelado o homem talhado para a obra que encetou. Neste, como nos volumes anteriores, demonstrou que não há pesquisa que o amedronte e que a sua paciência é maior ainda que a mole de documentos que tem de percorrer. O trabalho histórico é para ele uma espécie de volúpia, creio mesmo que a mais requintada das volúpias, de maneira que mais o trabalho cresce, mais competente fica ele. A fase da história das bandeiras em que nos encontramos, assinala o Sr. Taunay é a da análise. Longe está, por enquanto, a hora das sínteses brilhantes. A análise é ingrata. Esgota quem a faz e não lhe proporciona ensejo para agradar o leitor apressado. Corresponde, no plano da ciência, ao trabalho de Marta ao pé de Jesus. Ao trabalho de Marta não se dá grande importância. O que seduz é o trabalho de Madalena. Quem se entrega a trabalhos de análise faz um sacrifício de vaidade. Sabe, de antemão, que não logrará número avultado de leitores nem provocará o entusiasmo das turbas. É um condenado por si próprio à penumbra e às canseiras inglórias. É, numa palavra, um candidato à canonização científica. Poucos penetrarão a fundo na obra que deixar e o seu nome será obscurecido quando surgir quem, aproveitando-se comodamente das suas fadigas, trace, com os elementos que recolheu e coordenou, a síntese das pesquisas a que se consagrou. O Sr. Afonso de Taunay, que é um homem fino e inteligente, não ignora, certamente que está trabalhando para outros, mas como não é um faminto de glórias e sabe, filosoficamente, contentar-se com a estima daqueles poucos espíritos superiores cujo sufrágio é a única recompensa a que aspiram os operários intelectuais, já se resignou à tarefa de preparar os alicerces sobre os quais outros levantarão, mais tarde, o majestoso edifício de síntese que a *História geral das Bandeiras paulistas* um dia reclamará. Muitos já têm exigido dele mesmo essa obra de síntese. Ele, porém, com a maior probidade, tem repellido a tentação. “A qualquer observador, apressado e de mediana inteligência, escreveu com toda a franqueza, fácil se tornará expor, em linhas gerais e deficitárias, o que foram o movimento entradista e a progressão da descoberta e do povoamento brasileiros. Tal não se dará com quem queira fazer obra proficiente e sobretudo honesta”. O volume que agora publicou vem confirmar esse conceito. Nesse volume é exposta toda a documentação existente sobre a conquista dos sertões do nordeste pelas bandeiras de São Paulo e narram-se os primórdios do episódio de Palmares. O Sr. Taunay poderia, se quisesse, resumir, em poucas páginas, concisas e fulgurantes, o que foi a ação dos paulistas ao norte do Brasil. Preferiu, porém, com a maior honestidade, ir desdobrando aos olhos do leitor, com a maior pachorra, sem receio de se tornar monótono, os documentos em que se dá conta da ação dos bandeirantes naquele trecho de Brasil. Poderia, se quisesse, traçar uma síntese vigorosa do que foi a atividade da nossa gente naquelas paragens. Mas, se o fizesse, sacrificaria, provavelmente, boa parte da documentação que coligiu. À sua probidade de historiador foi mais forte que as tentações e não consentiu que, para grangear os aplausos dos que amam exposições rápidas e amenas, ele resumisse, apenas, e não os reproduzisse na íntegra, documentos importantes, até então desconhecidos, ou, apenas, conhecidos em parte, que lhe caíram em mãos.

De quatro bandeirantes notáveis trata o volume: Matias Cardoso, Moraes Navarro, João Amaro Maciel Parente e Domingos Jorge Velho. Faz referência, também, há outros de menor relevo como Pires de Brito e Francisco Dias Siqueira. Mas a parte principal é consagrada a Moraes Navarro. Sente-se que o Sr. Taunay tem um fraco por esse destemido auxiliar de Matias

Cardoso. Fraco explicável: Navarro com ser cabo de guerra magnífico, era uma inteligência viva. Esse bandeirante encontrou em d. João de Lencastro, governador do Brasil, um protetor decidido. Desse protetor recebeu o comando do chamado “Terço de Lencastro”, composto de 100 paulistas brancos e 400 índios, levantado em São Paulo e destinado a combater os bárbaros da capitania do Rio Grande. Moraes Navarro deu provas, na campanha que lhe confiaram, não só de coragem como de astúcia. Com traidores dentro da sua oficialidade, traidores ali postos pelo capitão mór Bernardo Vieira de Melo que o detestava cordialmente e que levava a inimizade ao extremo de fornecer armas aos índios que ele ia combater, o bandeirante saiu vitorioso. Mesmo que se não considere um modelo de lealdade e nobreza o morticínio Payacús, que levou a efeito, a ação desse guerreiro brilhante. O morticínio provocou protestos dos missionários e a prisão de Moraes Navarro. Mas o processo, que lhe moveram, deu em nada.

Depois de voltar a São Paulo, de onde partiu para minerar algum tempo e em Serro Frio, Moraes retornou, definitivamente, para Pernambuco, onde faleceu em idade avançada.

A intrepidez desse bandeirante revelou-se em tudo, inclusive no terreno matrimonial: casou três vezes, sendo uma em São Paulo e duas em Pernambuco. Já falei na inteligência viva desse sertanista. Passo a acrescentar que era, também, um homem de língua desatada. Falava bem. Uma de suas filhas herdou-lhe os dotes intelectuais. Dela escreveu um contemporâneo que “falava com toda a elegância os idiomas latino e castelhano”, tinha “grande Lição da História” e era “célebre na prontidão com que discorria sobre qualquer matéria”. E concluiu: “Tem composto muitos elogios latinos a diversos assuntos, dignos certamente de luz pública”.

Daqui se vê que os bandeirantes nem sempre eram, apenas, predadores de índios e escravos, das riquezas minerais... Podiam ser duros, podiam ser crus. Mas nem sempre eram brutos e brancos.

Creio que, a respeito de Moraes Navarro, o Sr. Afonso Taunay expôs tudo quanto, até agora se apurou. Vários documentos inéditos sobre o homem e os seus atos reproduz integralmente, o que vai ser um prazer para os amantes de documentos raros, e a essas peças de grande valor histórico adiciona comentários e conjunturas muito perspicazes.

A parte final do volume pode ser considerada o prólogo do tomo próximo. É uma exposição das origens e do desenvolvimento do tráfico de escravos negros, fatalidade que nos foi imposta pelas condições gerais do país e, principalmente, pelo gênero de cultura que os colonos foram obrigados a adotar. A esse tráfico e à escravidão que se lhe seguiu, veio prender-se, mais tarde, o sangrento episódio de Palmares, onde os paulistas exerceram, também, papel decisivo. Esse episódio vai ser o tema principal do tomo VIII.

Pelo que se viu do tomo VII e pelo que se espera do tomo VIII, ter-se-á a confirmação decisiva, fundada em documentos inofismáveis, de que, para a guerra do sertão, como dizia D. Frei Manuel da Ressurreição, arcebispo da Bahia e governador geral do Brasil, nem a infantaria paga, nem a da Ordenança se achou nunca ser capaz. Para este gênero de guerra, só se revelaram capazes os paulistas, “gente acostumada a penetrar sertões e tolerar as fomes, sedes e inclemência dos climas e dos tempos”. Para essas guerras partiam eles de São Vicente, à sua custa, “tantas centenas de léguas por esses sertões em muitas partes estéreis, sem água e sem nenhum gênero de caça, sustentando-se de raízes”. Ao menor aceno de uma ordem do governo, escrevia o bispo, “deixavam a sua conveniência e voltavam às armas, à guerra do Rio Grande, com cujos bárbaros pelejaram tantas vezes, fazendo vitoriosas as de sua majestade, a tempo que tão oprimidas estavam das hostilidades inimigas. E bastou o seu valor e fama, para os bárbaros perderem a insolência e tomar a guerra outro semblante”. Anos e anos pelejaram sem receber soldos “nem farda alguma com que se cobrissem em cinco anos”. D. João de Alencastro confessava que o sossego que, no seu tempo, lograva a Bahia se devia “unicamente ao valor dos sujeitos que de São Paulo vieram a conquistar os Bárbaros que por espaço de tantos anos infestaram esses sertões”. A mesma personagem eminente afirmava que só o valor e muita experiência da guerra dos Sertões com que os paulistas se acham “poderão destruir e conquistar

os bárbaros da Capitania do Rio Grande, cujo sossego depende das armas dos paulistas, sempre vitoriosas dos Bárbaros do Brasil”.

Os testemunhos são acordes e numerosos! Os paulistas eram os melhores guerreiros que se podiam opor aos inimigos nas lutas que se travavam nos sertões. Onde quer que perigava o sossego público, lá iam eles restabelecê-lo. Eram por isso, o melhor elemento de ordem com que a colônia contava e os mais seguros defensores dos interesses da metrópole. As “bandeiras”, que nem sempre obedeciam a objetivos nobres, consistindo, no mais das vezes, em campanhas para escravização do índio, ganhavam, dessa forma, a feição de empreendimentos patrióticos para a defesa da sociedade e do senhorio lusitano. O “bandeirante” que, a princípio, se arrojou ao sertão à caça de escravos e riquezas, acabou sendo o operário mais eficiente da obra de construção da nacionalidade e de amparo das instituições. Se a epopeia, de começo, escondia os propósitos mais utilitários, veio a ser, no fim, a mais alta expressão dos sentimentos de fidelidade do bandeirante ao trono português. Daí a razão pela qual o estudo das bandeiras não interessa, apenas, a São Paulo nem constitui simples homenagem ao regionalismo paulista. É essencial ao conhecimento da História Geral do Brasil. Sem ele essa história ficaria mutilada e incompreensível.

O serviço, que o Sr. Taunay está prestando com as suas pacientes investigações sobre o início e desenvolvimento das bandeiras, é muito mais valioso do que se cuida. Graças a ele é que ficará esclarecida a maneira como se operou a penetração dos sertões brasileiros e se consolidou a obra colonizadora dos portugueses. Só um homem de qualidades excepcionais, como é o Sr. Taunay, – repito e insisto – seria capaz de levar a termo, com a firmeza com que ele as está levando, as exaustivas investigações que esse objetivo requer.

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Pedro Calmon: *História social do Brasil – 2º tomo*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 out. 1937, p. 3.

Quando apareceu o primeiro volume da *História social do Brasil*, escrita pelo Sr. Pedro Calmon, assinalei, nesta seção, o perigo de trabalhos desse gênero. A preocupação de sistematizar os fatos e de generalizar as observações, disse eu, pode levar – e leva quase sempre – o escritor a exageros ou, mesmo, a voluntárias adulterações da realidade. Pareceu-me, observei ainda, que o Sr. Pedro Calmon contornou galhardamente esse perigo. O que ele tirou do estudo das fontes é saboroso e não dá impressão de inverossimilhança. A verdade histórica deve ser aquilo ou alguma coisa aproximada daquilo.

O segundo volume, dedicado ao *espírito da sociedade imperial*, confirmou o meu juízo anterior. As mesmas qualidades que tornaram deleitosa a leitura do primeiro tomo, dão preço e sedução ao segundo. Os capítulos iniciais enumeram as forças sentimentais que fizeram o primeiro império: “Amor exaltado do país, repulsa ao forasteiro, valorização dos antecedentes idealistas, a contemplação dos belos ideais franceses de 1789 (os ‘imortais princípios’), intransigente defesa da estrutura social que nos legara a colônia”.

A singularidade de um império em meio de tantas repúblicas, singularidade que nos valeu o benefício da unidade nacional, estabeleceu entre o Brasil e as repúblicas vizinhas, durante muito tempo, estado de lutas intermitentes e de desconfianças permanentes. Esse estado não se agravou porque, após a política imperialista de D. Pedro I, adotamos a política, prudente e sábia, de não intervencionismo, política que só rompemos uma vez ou outra, não para modificá-la, mas para reforçá-la. O Sr. Pedro Calmon sustenta que não foi sistemática a política exterior do Brasil no Rio da Prata: nem intervencionista nem violenta. Acentuou-a, por vezes, a força. Parece-me que lhe falta razão para esse juízo. Desde a regência política do Brasil no Prata foi sistemática no sentido de que sempre obedeceu ao princípio da não intervenção nos negócios das outras repúblicas, a não ser em defesa da nossa soberania e para evitar a expansão imperialista dos outros. Se por vezes essa política se apoiou na força foi porque a isso nos obrigaram os vizinhos inquietos e atrevidos. Por nós resolveríamos tudo amistosamente. Aliás o próprio Sr. Pedro Calmon reconhece que a política brasileira na América do Sul, se mostrava as aparências de “prestígio”, longe esteve de qualificar-se imperialista, sequer, ameaçadora. Até o conflito com o ditador Rosas e a subsequente guerra que lhe fez o império em aliança com os “colorados” uruguaios e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes foram recursos extremos de que o Brasil só lançou mão quando viu esgotados todos “os paliativos de uma mediação política e pacífica”. O próprio representante de Rosas na Corte do Rio deixou testemunho escrito a favor da política brasileira no Prata. O Sr. Pedro Calmon, retificando, naturalmente, o conceito inicial, assim define o sistema político do Império em relação às repúblicas do Sul, obstar à reunião das províncias, que outrora constituíam o vice-reinado do Rio da Prata, e manter relações econômicas e políticas amistosas com o Uruguai e o Paraguai, aproximando-se da Argentina e consolidando, de vez, o seu entendimento com a grande república vizinha, depois que a queda de Rosas deixou de constituir o principal obstáculo à conciliação. A sinceridade dos propósitos quanto à independência das repúblicas vizinhas e quanto à ausência, na sua política, de intenção imperialista, revelou-a o Brasil, eloquentemente no correr da guerra com o Paraguai. Não nos veio desta guerra, embora o inimigo fosse literalmente esmagado, um só palmo de território alheio. “Ganha a guerra, o exército aliado voltou aos quartéis. A reorganização paraguaia foi ainda, durante algum tempo, cuidadosamente auxiliada pelos agentes do Império: depois, naturalmente, retomou o país, talado em todos os sentidos pelos rigores da luta, a sua integral soberania”.

De passagem, depois de assinalar essa feição humanitária e jurídica da política brasileira no sul, o Sr. Pedro Calmon aponta, como uma das curiosidades nacionais, o fato de após tantas lutas externas, em que o Império se envolveu, não só criar no Brasil a casta militar, a influência militar, o espírito militar, que “de ordinário vicejam com a vitória das armas e frutificam em

outras empresas de força”. Essa curiosidade deixar de o ser quando se atenta para a circunstância de que as guerras em que o Império se meteu não foram propriamente empresas de força no sentido de manifestações de um imperialismo incoercível. O militarismo só nasce e viceja nos países em que a força domina o direito, isto é, nos países de impulsos imperialistas. A índole civil das instituições monárquicas, índole que o Sr. Pedro Calmon assinala, foi que impediu a formação, no Brasil, de uma casta militar. Os militares só se apresentaram como classe, muito mais tarde, nas vésperas da República, quando “a filosofia positivista, o descontentamento da tropa num ambiente que lhe era gradualmente desfavorável, as incursões da política partidária pela caserna, onde aliciava as patentes de maior prestígio, e a ação dos núcleos abolicionistas e republicanos, com a sua propaganda tenaz e persuasiva – abriram afinal as portas dos quartéis ao ‘revolucionismo’ que pôs abaixo a monarquia”.

Não era possível fazer-se um estudo do espírito da sociedade imperial sem dedicar algumas palavras a Pedro I.

O seu reinado foi, segundo o Sr. Pedro Calmon, e segundo todos que se aprofundam no estudo da história do Brasil, uma transição providencial. Se da independência caíssemos imediatamente na República, sem esse período de transição monárquica, o Brasil se desmembraria “presa das mesmas explosões de anarquia social, de caudilhismo enraizado nas forças coloniais, do ‘coronelismo’ e do ‘municipalismo’ que, muito mais atenuadas, já impotentes nas manifestações dispersivas, abalaram o decênio de 30 a 40”. O maior serviço que D. Pedro prestou a unidade pátria, nota o Sr. Pedro Calmon, serviço que assegurou, com a suave transformação do Brasil-reino, ao Brasil-império, com a evolução da forma colonial para a forma imperial, foi a organização de um exército poderoso e de uma forte armada... Graças “à estruturação dessas forças dominou a regência todos os movimentos provinciais que visavam a desunião do Brasil e capitulou em tempo oportuno, com o advento do segundo reinado”. Algum crítico rigoroso poderá observar, neste lance, que o Sr. Pedro Calmon atenua em outro lugar o papel da tropa na defesa da unidade nacional, durante a Regência, quando afirma que sem a Guarda Nacional sucumbiria cedo a regência “dissipada por alguma sedição imprevista”. “Assume o major Luís Alves de Lima e Silva, (depois Duque de Caxias) o comando de um ‘Batalhão sagrado’ de 400 oficiais, para assegurar a ordem no Rio, contra qualquer das anunciadas insurreições. E em 3 de abril de 1831, dispersa a do major Miguel de Frias, que pretendia implantar a federação com a monarquia”. Eu, porém, não farei essa observação porque, a meu ver, o Sr. Pedro Calmon não caiu em contradição. O seu pensamento é que as forças regulares foram o principal amparo que tiveram as instituições. Sem elas, a Guarda Nacional nada faria como é possível que, sem a Guarda Nacional, elas também não conseguissem fazer tudo quanto vieram a fazer. A importância da Guarda Nacional foi todavia mais de caráter político que militar. Com ela, com essa guarda, o governo ficou habilitado a manejar “uma força de confiança, recrutada nas classes mais interessadas em manter a paz, condição moral – esse interesse direto pela forma de Estado – que não podia encontrar-se sempre numa milícia normal, constituída, na grande maioria, de povo rude e enquadrada por oficiais perturbados pelo convulsivo ambiente urbano”.

O Segundo Império é dominado de princípio a fim pela figura de Pedro II. Digam o que disserem os adversários desse grande brasileiro, ninguém serviu o Brasil com mais nobreza, com mais dedicação e com mais desinteresse do que ele. Fossem quais fossem as limitações do seu espírito e as suas falhas como homem de governo, o fato é que ele exerceu o poder mais como juiz do que como rei. Não teve roda de áulicos “nem amigos que o aconselhassem secretamente, nem influências ilegítimas entorno de sua autoridade: a pureza do homem se harmonizava com a independência do rei”. O seu racionalismo, “educado na superstição liberal do século XVIII, acentuava ‘a sua inclinação’ para o sacrifício do poder em proveito da igualdade entre os homens. Todavia a submissão à fórmula, o respeito da constituição, (sempre foi um tenaz antirrevisionista), desvaneciam toda a sombra de governo arbitrário”. Não impunha aos seus súditos um respeito que os afastasse, recorda o Sr. Pedro Calmon, se não uma confiança que os

atraía. Gostava de recordar os nomes das pessoas a quem revia, e queria saber de tudo. Lia, para isso, os jornais. Nestes, diariamente, várias reclamações saíam com o título: “Para S. majestade conhecer”. O leão de Veneza era a imprensa. Todas as denúncias, as recriminações, as representações contra os abusos de autoridade, tinham um mesmo endereço: “Para S. M., o Imperador”. Isto porque as providências não tardavam. “Chegou a ser a absorvente ocupação de D. Pedro II mandar examinar os casos que, por intermédio da *Gazeta*, lhe chegavam ao conhecimento. Não perdoava o peculato, a conduta desairosa, a desonestidade, em qualquer dos seus aspectos escandalosos”. Não promovia os juizes de equívoca reputação, os empregados de suspeita moralidade, os oficiais censurados. Não nomeava os candidatos a cargo do Estado precedidos de fama duvidosa. E a nenhum preteria em consideração pelas suas ideias políticas. Exagerava o seu papel moralizador pela intransigência autoritária com que o exercia, resistindo aos ministros, sobrepondo-se a eles, fazendo valer a sua vontade, que era calma e inabalável, serena e coerente, sobretudo vigilante”.

Dirão que tudo isto é sabido. Nem o Sr. Pedro Calmon o trouxe como novidade, nem eu o reproduzo como se fosse geralmente desconhecido. Tudo sai a público apenas para avivar na memória dos leitores o contraste entre o que se fazia ontem e o que se faz hoje. Sai a público também por um sentimento de justiça. Ainda há muita gente que considera traço de elegância espiritual maldizer de Pedro II e apoucar o seu valor como chefe de estado. Porque lhe faltou majestade externa, majestade de aparato, a majestade das pompas cortesãs, querem negar-lhe, também, a majestade interna, a majestade do espírito, a majestade das galas morais. É uma injustiça que precisa ser combatida.

*

Um livro dedicado ao espírito da sociedade imperial devia naturalmente consagrar alguns capítulos ao estudo da vida social na Corte. Esses capítulos são, no trabalho do Sr. Pedro Calmon, vários e dos mais interessantes. Com o seu gosto da síntese, ele assim procura caracterizar as diferentes fases da vida social desde o primeiro império até a queda na República. Até a maioridade, diz ele, o que prepondera é o sarau lítero-musical, aristocrático, a galante maneira do século, onde, em roda, a boa gente goza uma espiritualidade fechada ao público, sem comunicação com o mundo exterior. Entre 1840 e 1860 ensaiam-se as primeiras experiências disso que se chama o mundanismo. Aparece o teatro lírico, que empolga todas as classes, fazem-se regatas, alastra-se o carnaval, correm nas ruas as diligências ou “gôndolas” para o transporte urbano, inicia-se a frequência dos hotéis para refeições ligeiras, principia-se a procurar, no verão, descanso em sítios aprazíveis. De 1860 a 1880 “tinge-se a corte de requintado colorido europeu, perdendo, um por um, os vestígios de sua tristeza colonial, da modéstia do tempo de D. João VI, do velho retraimento patriarcal. Amiudam-se as relações com o estrangeiro, Petrópolis ganha um grande relevo social, a casas abrem-se acolhedoras, o período das melancolias românticas fecha-se e, nos salões, a moda inglesa, o francês começa a dominar, servem-se gelados e os confeitores europeus da rua do Ouvidor apresentam os seus prodígios de pastelaria... A mansão colonial é substituída pelo sobrado com o seu grande saguão, corredores enormes e vastos salões para bailes; o mobiliário transforma-se. Ricas tapeçarias começam a cobrir os pavimentos. Tudo se requinta. Até a paisagem começa a ser apreciada; a canalização dos riachos, aquedutos, as pontes, as ruas novas, largas, direitas, vão surgindo”. Mas, a primeira das cogitações sociais e artísticas da nova sociedade fluminense é o teatro. Isso estimula a literatura do gênero. Pululam comediógrafos e dramaturgos: “não há escritor que não escreva para uma companhia teatral a sua peça”. Opera-se nessa época a definitiva libertação da mulher, o seu reaparecimento, o seu resgate. Passara a época em que a mesma senhora que saía à rua com um cortejo de escravos, como uma princesa, em casa comia com os dedos, como uma negra. “Há agora, absorvente, uma vida social, que arruína as famílias modestas, em pouco tempo consome largos patrimônios, com o esplendor do seu mundanismo alimentado pelos fazendeiros do café, que despendem regiamente a fortuna recente, e com os senhores de engenho, que acabam, com equivalente prodigalidade, os restos da herança secular”. Espetáculos, bailes e jantares não

faltavam. A botica de outrora, os clubes da independência cederam lugar, como ponto de reunião, aos “salões” em que se apura a sociabilidade, em que tudo se humaniza com a opulência dos novos ricos, a “elite” política conjugadas ao redor do trono. “O baile é a grande manifestação de cultura, arte e graça. É a alegria de uma sociedade que começa a respirar, ao ar livre, o prazer da familiaridade, o gosto de ser fútil e preciosa”. Chega a ser atemorizador o número de pianos que então, existem no Rio... “Removem para o Rio os aristocratas do norte a sua velha ‘lei de nobreza’, a refinada educação e as casas históricas, da mocidade de estudos na Europa. São principalmente, os deputados de Pernambuco e da Bahia. Coincide com o período dos trabalhos legislativos a estação elegante... e do Rio vão os deputados provincianos a renovar, escandalizar, subverter os hábitos sociais de suas humildes cidades”.

Para o desenvolvimento dessa sociedade muito contribuiu a ordem que durante o Império reinou em todo o Brasil. O segundo reinado, nota com razão o Sr. Pedro Calmon, teve um sentido geral e judiciarista, uma força de adaptação às contingências da evolução nacional, sobretudo um espírito de tolerância e respeito humano, que elucida o aparente milagre de meio século de ordem quase perfeita, conjugada com um mínimo de governo e de polícia. Para esse feito do reinado contribuiriam muito as qualidades pessoais do Imperador. Graças à sua tolerância, à sua facilidade de perdoar os delitos políticos, não conhecemos, durante o Segundo Reinado, conforme observou Rui Barbosa, “a facilidade de matar”. Era-nos, então, realmente sagrada a vida humana. Tudo, até as mudanças de políticas, se operava com suavidade. O governo, moderadamente, executa os planos idealizados pelos contrários. “Sonha a falange republicana com o sistema norte-americano da federação e da democracia, tendem todos, no terreno doutrinário, para as fórmulas mais novas do liberalismo europeu do século. O parlamento é cenário de magníficas exposições desses pensamentos de generosa liberdade, de retraimento do Estado no campo das iniciativas econômicas, de legislação cada vez mais democrática, que fazem do Brasil, entre 1870 e 89, o menos monárquico de todos os impérios. D. Pedro II, não apenas favorece, como orienta a marcha das ideias, para a destruição gradual das velhas instituições de feitiço português. O sufrágio universal e a abolição da escravatura são as últimas barreiras que separam, da república virtual, a monarquia representativa”.

Entretanto, esse reinado quase idílico teve que sustentar uma guerra sangrenta, a do Paraguai, curtiu os maiores sofrimentos, como, por exemplo, quando foi da questão Christie, lutou muito para abolir a escravidão, e, afinal, caiu sem derramamento de uma gota de sangue... Por quê? Será que a justiça e a bondade prejudicam a estabilidade dos impérios? Não. A queda do Império, comenta o Sr. Pedro Calmon, teve, como a sua fundação, um sentido evolutivo e passivo, quase uma naturalidade, cuja explicação está no conjunto dos fatos. A monarquia não formou castas, não estratificou uma classe, intimamente vinculada com a sua existência, dela dependente; não se apoiou a princípios imutáveis, interesses persistentes. Alienou o amparo da aristocracia territorial hereditária quando, em 1835, aboliu o sistema de morgadios. Cultivou, no Segundo Reinado, o intelectualismo das academias, o livre exame da imprensa liberal, os princípios da revolução francesa, o dogma da realeza neutral, em face da luta política, o abandono das questões vitais, com exceção apenas da política exterior, às forças dialéticas do parlamento. D. Pedro, sobretudo, foi estoico e cético, quando de sua ação, jamais de sua inação haveria de resultar a consolidação da dinastia, a duração da forma de governo. Depois do divórcio do Estado e da Igreja, com a questão religiosa, e o conflito entre o governo e o exército, com a questão militar, o trono ficou privado dos seus mais seguros esteios. Os seus derradeiros suportes desapareceram, enfim, com a abolição. Aí, o desapego dos conservadores agrava-se, generaliza-se. “Eles arriscam tudo na luta contra a expropriação em massa do seu capital de braços. Perdem a cartada e vingam-se abandonando o governo, que os abandonara... vítimas da legislação, desamparados pelo seu natural aliado, o trono, amargaram a derrota, alijando a fé. Empobrecidos, voltaram-se para novas esperanças...” A abolição foi feita por uma ala do Partido Conservador. Isso não impediu que o governo, logo depois, passasse para os Liberais. Por isso “desenganados quanto a uma reconquista próxima das posições, os conservadores não receram

a mudança das instituições; deram-lhe até, nas hesitações do primeiro instante, um apoio geral, ostensivo, acintoso, que envolvia, nas dobras de uma desforra, o protesto dos esbulhados do 13 de maio.

Cindidos, os liberais também não ofereciam ao trono apoio sólido. Daí o motivo pelo qual “o ruído produzido pela queda do trono tanto se assemelhou ao barulho provocado por uma mudança de ministério. Caíam os liberais, subiam os conservadores. Os de baixo voltavam à tona, naufragavam os contrários. Nessa mecânica velha estava a surpresa das transações: atenuou, diluiu o choque da definitiva alteração. Tanto assim que, muito tempo, até o segundo governo da República, conservadores e liberais se guerreavam, uns ao lado de Deodoro, antigo general do partido, outros em torno de Floriano, também veterano nas hostes opostas... e sobre-existiram as prevenções, duraram os dissentimentos, não perderam nos municípios sertanejos a significação primitiva e, sem embargo do rótulo, da índole dos novos fatos, de tudo que a federação inovou, ficaram, apartando os grêmios – liberais, conservadores”.

A chamada questão militar foi assim, apenas, a causa accidental da mudança das instituições antes do falecimento do velho imperador. Apesar disso, pensa o Sr. Pedro Calmon que “qualquer reação oposta, encontraria imprevistas ressonâncias, tais a debilidade do partido republicano, a paz pública existente por toda a parte, a despreocupação, quanto à forma de governo, das classes populares no norte e no sul do império”. As dificuldades vencidas num dia, observa o ilustre historiador, acumular-se-iam, em forma de uma crise constante, no primeiro decênio do regime presidencial, que se inaugurava, e o sangue, poupado em 15 de novembro, seria prodigalizado, em 1893.

*

Sobre todos os aspectos principais da vida política e social do Império dá-nos o Sr. Pedro Calmon notícia sucinta e atraente. Delicioso é, por exemplo, o capítulo em que analisa aquilo que se poderia chamar a “exploração política da vaidade alheia” praticadas em larga escala pelo imperador. Os “coronéis” e os “barões” proliferaram no Segundo Reinado... O coronel da guarda nacional é o fidalgo rural: o barão é o fidalgo da Corte. A patente impunha ao coronel a clientela rude: o baronato elevava o indivíduo até a Corte, na cidade prevalecia o barão: no campo o coronel da Guarda Nacional... Não podendo a coroa socorrer-se de uma engrenagem militar, como outrora, quando o nobre e o guerreiro se confundiam, engendrou uma ordem de cavaleiros, fictícia, burocrática, meramente administrativa... Mas a Guarda Nacional, no princípio, não foi apenas decorativa. Enormes serviços prestou à Regência e, mais tarde, na guerra do Paraguai. A decadência da instituição, nota o Sr. Pedro Calmon, coincide com a profunda alteração das atividades rurais. O aumento do poder do Estado em prejuízo da independência do grande proprietário, o progresso material que lhe quebrou o sortilégio do isolamento e da influência na transformação precipitada dos costumes... Quando a patente da Guarda Nacional não significou mais do que um prêmio honorífico, sem se referir à autoridade de quem investia o titular; quando se tornou meramente graciosa, e por fim na prodigalidade com que a concederam os últimos governos da Monarquia, e os primeiros da República, decorativa e inútil; quando perdeu o sentido, ou o conteúdo territorial e político, que tivera inicialmente, uma verdadeira revolução social se havia consumado.

Capítulos dignos de atenta leitura são aqueles em que o Sr. Pedro Calmon estuda a cultura do açúcar, do café, do algodão e da borracha e a organização do trabalho e das forças econômicas do país.

Nos dois volumes da sua *História social do Brasil*, está o essencial da nossa vida coletiva nos seus diferentes aspectos. Esses dois volumes são bem, como o próprio autor os definiu, uma série de painéis, o retrato do país, do povo, dos regimes e suas crises, esboçados com brevidade. Não terão muitas novidades para os conhecedores da história pátria. Mas, tem o mérito excepcional de sintetizar o que há de importante e característico nessa história, de indicar rumos, de “sugerir e expor interpretações”, de tornar a verdade dos fatos acessível e sedutora. Não haverá quem não os indique, doravante, ao estrangeiro que peça uma exposição inteligente

da nossa história, sem demasia de erudição, em condições de ser compreendida à primeira leitura e que deixe, no espírito do leitor, uma impressão exata do que tem sido a nossa vida política e social desde os tempos coloniais até a queda do Império. Por mim confesso que esses dois volumes me deram um grande prazer e muito me ajudaram a fixar umas tantas ideias sobre o nosso passado e sobre os homens que o ilustraram.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Roberto C. Simonsen: *História econômica do Brasil, 1500 – 1820, 2 vols.*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 jan. 1938, p. 3.

Não é preciso que se seja adepto do materialismo para se reconhecer a importância do fator econômico no desenvolvimento histórico dos povos. Se não é, apenas, o coração e o estômago, o amor e a fome, que movem a humanidade, fato é que exerce papel preponderante no seu destino tudo quanto entende com o estômago e com os aspectos materiais do amor. Tão errado anda o materialista que nos fenômenos humanos só descobre fatores econômicos como o espiritualista que não percebe nesses fenômenos o mínimo vestígio de elementos materiais. Assim como a humanidade não é só o barro, em que foi amassado o primeiro homem, assim, também, a sua história é uma mescla, em doses variáveis, de elementos espirituais e de elementos materiais. Não fará história verdadeira quem esquecer-se dessa verdade.

Dela não se esqueceu o Sr. Roberto Simonsen na alentada *História econômica do Brasil* de 1500 a 1820, que, para ilustração de seus alunos na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, se deu ao trabalho de compor. Reconheceu ele que, em determinados períodos históricos, a influência de fatores religiosos, culturais e políticos tem sido decisiva no desenvolvimento dos povos. Pareceu-lhe, entretanto, que o característico fundamental dos tempos modernos, iniciados contemporaneamente com o descobrimento do Brasil, é a preponderância do fator econômico. Com efeito, o alimento, o vestuário e a habitação são os elementos fundamentais da subsistência humana, e quase tudo, hoje, na vida dos povos, gira em torno desses elementos. Razões econômicas foram as que determinaram o descobrimento do Brasil. Se nas primeiras aventuras marítimas dos portugueses houve uma tal ou qual predominância do elemento espiritual, a verdade é que esse elemento já não dominava os espíritos nem era o seu propulsor principal quando as velas portuguesas aportaram no Brasil. João de Barros foi o primeiro a assinalar esse fato quando protestou contra a mudança do nome de Vera Cruz para o de Brasil. Não sofreu o cristão de fé ardente que “por artes diabólicas se houvesse mudado “o nome de Santa Cruz, tão pio e devoto, para um pau de tingir panos”... se nas primeiras conquistas portuguesas houve a preocupação de se expandir a fé, essa preocupação passou para um plano secundário, posteriormente; e, mesmo quando predominante, não excluiu a da aquisição de riquezas e a de ocupações para uma “nobreza irrequieta e turbulenta”.

Devido à suas condições especiais, o Brasil colônia não conseguiu tirar partido da grande navegação inaugurada pelo reino português nem se desenvolveu como outros países. O seu valor econômico, para Portugal, nos primeiros tempos, foi insignificante. Mais atraente e rendosa revelou-se a nova terra a outros povos, como os franceses, muito embora não oferecesse produtos para um tráfego comercial normal nem tivesse povoações de caráter estável que, mediante o pagamento de toda sorte de tributos, pudesse alimentar o erário público. “O Brasil era um problema novo em face à expansão comercial e marítima que os povos europeus estavam iniciando. As primeiras inspeções indicaram apenas as possibilidades mercantis do pau-brasil e da canafístula”. Daí, naturalmente, a razão pela qual o rei de Portugal declarou, desde logo, o pau-brasil o monopólio da Coroa e tratou de dar o novo território de arrendamento a um fidalgo arrojado. Esse fidalgo pagava, anualmente à Coroa 4.000 cruzados pela concepção, o que representa, hoje, afirma o Sr. Roberto Simonsen, um poder aquisitivo de cerca de 1.000 contos de réis. De colonização só se entrou a cogitar com algum afinco quando houve notícia de existência de metais preciosos para as bandas do sul.

O Sr. Roberto Simonsen não condena Portugal pela política que adotou em relação à colonização do Brasil. Não é com a mentalidade de hoje, observa ele, que podemos julgar devidamente a política de ocupação e de colonização seguida na terra de Santa Cruz. Os próprios fatores econômicos vieram, porém, com o tempo, a mostrar ao governo português que a colonização do Brasil era um bom negócio e Portugal soube, incontestavelmente, com o andar dos dias, explorar esse negócio. Foi ele quem teve, entre as nações europeias, a melhor iniciativa sistematizada de colonização e foi o Brasil quem mais se aproveitou dessa iniciativa. Enquanto

os espanhóis viviam absolvidos na conquista e na extração dos metais preciosos, “Portugal promovia uma política colonizadora, baseada na ocupação, no povoamento e na exploração das indústrias extrativas e agrícolas”.

Com o pau-brasil, o açúcar e o algodão o Brasil veio a ser, logo no primeiro século do descobrimento, uma fonte de riquezas para a Metrópole. Entre 1560 e 1570 acusava-se a existência, em oito capitanias, de sessenta engenhos de açúcar com uma produção média de 3.000 arrobas anuais. O valor dos capitais particulares envolvidos nos negócios com o Brasil subia, naquele decênio, a cerca de 457.000 contos, dos quais 283 mil e poucos imobilizados no país e o restante 173.000 em mãos de negociantes portugueses. Todavia, a até quase fins do século XVI, devido às despesas que foi obrigado a fazer, o erário real não tirou lucros da exploração. Os lucros vieram-lhe mais tarde, quando se desenvolveu a indústria do açúcar, à qual constituiu “a base econômica da implantação definitiva do europeu no Brasil”. O rendimento dessa indústria foi uma das causas determinantes da invasão holandesa e uma das razões pelas quais fizeram eles tudo quanto puderam para se manter no país.

O Sr. Roberto Simonsen calcula que o ciclo do açúcar produziu, em valores para o Brasil, mais do que o da mineração, que se orçava em menos de 200 milhões de libras. Para os três séculos do período colonial o açúcar, segundo seus cálculos, teria produzido um valor de mais de 300 milhões de libras. No século XVII, esse valor subiu a 200 milhões, excluído do computo o açúcar produzido para o consumo local. Quando, com a disseminação da cultura da cana em outras regiões do globo, o açúcar sofreu uma grande queda no fim do século XVII, o Brasil e Portugal não pereceram porque, com essa baixa, coincidiu com o início do ciclo da mineração brasileira. Não foi, portanto, na opinião do Sr. Roberto Simonsen, a mineração que provocou aquelas crise açucareira, mas sim a política colonial das grandes nações europeias. A mineração agravou a crise mas não foi a sua causa determinante.

Para se ter uma ideia do papel que o açúcar desempenhou na vida e no desenvolvimento da colônia, basta assinalar estes fatos: foi ele quem determinou a formação de nossos primeiros capitais: foi ele que gerou os problemas de mão-de-obra, cuja solução imprimiu feição característica ao desbravamento das terras brasileiras: foi ele que fixou o europeu no Brasil e trouxe para a colônia a necessidade de lutar com o estrangeiro: foi ele que deu à colônia o gosto e o hábito do luxo: foi ele, finalmente que assegurou, durante muitos anos, a prosperidade do Norte do Brasil.

Não é exagerado calcularem-se em vinte e cinco por cento sobre a exportação do açúcar, frisa o Sr. Roberto Simonsen, as rendas, diretas e indiretas, auferidas pela Coroa portuguesa. Foi no império do açúcar que Portugal se apoiou no século XVII: no ouro e no açúcar do Brasil foi ele buscar, no século XVIII, os seus principais proventos. Com o açúcar terminou o período deficitário da Terra de Santa Cruz, a qual, desde então, e por duzentos anos, iria proporcionar fortes saldos à Metrópole portuguesa.

A indústria do açúcar demandava copiosa mão-de-obra. Não a encontrando no Brasil, tiveram os portugueses de ir procurá-la na África, de maneira que a importação dos pretos foi ditada por um imperativo de ordem econômica. “O preto mostrava-se resistente e capaz de suportar as vicissitudes do labor a que era chamado. O índio, com mentalidade muito mais atrasada, não tinha, seja resistência física, seja compreensão da necessidade do trabalho”. “Mais tarde, sem falar na mineração, outras culturas como a do café continuaram a exigir abundante mão-de-obra. O resultado dessa exigência foi que se transportaram da África para o Brasil cerca de 3.300.000 escravos, o que representa um valor de mais de 100 milhões de libras, “importância considerável relativamente aos valores produzidos pelo Brasil, computados no período em apreço e em cerca de 170 milhões de libras para a mineração e 400 milhões para o açúcar”.

Ao imperativo econômico da escravidão não foi somente Portugal que teve de se curvar. Todas as nações colonizadoras, a começar pela Inglaterra, que mais tarde se fez a campeã do movimento abolicionista, sofreram o seu influxo nefasto. Aliás a organização do trabalho na

Idade Média não diferia muito da que, no Renascimento, os povos conquistadores se viram obrigados a estabelecer nas suas colônias.

Outro fator econômico de influência capital na vida brasileira foi a pecuária. Primeira retaguarda econômica dos engenhos de açúcar, como lhe chama o Sr. Roberto Simonsen, promoveu ela, nos séculos XVI e XVII, a ocupação de uma vasta região do sertão. Deve-se a ela a formação de alguns estados, como Piauí e Maranhão, e foi ela que permitiu, mais tarde, “o socorro alimentar à indústria de mineração”. Foi o gado o elemento de comércio por excelência em todo o centro brasileiro durante a maior parte da fase colonial. Assinala muito bem o Sr. R. Simonsen que se a indústria mineradora provocou rápido crescimento da população e a construção das cidades no interior, a pecuária e o comércio de gado bovino e cavalar, bem como os transportes, que se tornaram necessários para deslocação das grandes tropas, concorreram decisivamente para multiplicar e fortalecer os laços da unidade econômica brasileira. “Foi a pecuária que consolidou economicamente a ocupação de vastíssimas regiões do país, as quais, sem ela, teriam sido, talvez, condenadas ao abandono. Foi ela, igualmente que amparou as populações do sul entre o fim da mineração e o advento do café”. Não se houvessem acumulado no Centro-Sul brasileiro essas massas de gente e de gado, continua o Sr. R. Simonsen, e não teríamos os elementos suficientes ao desenvolvimento de outras atividades, à expansão da cultura cafeeira e ao re-erguimento econômico do país, na era do reajustamento, quando o declínio da mineração e a concorrência de outros países produtores de açúcar ocasionaram a crise econômica verificada nos fins do século XVIII.

*

Todos esses fatores econômicos receberam um grande impulso daquilo que se pode denominar o “expansionismo paulista”. O Sr. Roberto Simonsen, para demonstrar essa tese, faz um resumo muito interessante do que foram as capitânicas paulistas, demorando-se na descrição das “bandeiras”, cuja primeira fase, a fase do apresamento de índios, representa um verdadeiro “ciclo despovoador dos sertões”. Pode-se dizer também que representa “o ciclo de ampliação das fronteiras”, pois que se, por um lado, o bandeirante despovoou o sertão, caçando o índio ou pondo-o em fuga, por outro, determinou em largo avanço das nossas fronteiras na direção dos territórios castelhanos.

O rendimento econômico das bandeiras foi, porém, muito fraco. Não correspondeu ao esforço e ao sacrifício dos que as empreenderam. Com ser relativamente pequeno o número de indígenas aprisionados, acrescia que um índio valia muito menos que o escravo africano. Valia um quinto desse escravo. Um único engenho real do nordeste brasileiro, afirma o Sr. R. Simonsen, rendia, anualmente, em seu pacífico labor, bem mais do que uma destas perigosas expedições.

O total dos índios aprisionados escravizados foi pouco mais além de trezentas mil peças em todo o ciclo despovoador. “Representaria menos de [ilegível], 3.000.000 ou seja menos de um por cento do que rendeu em igual período, o ciclo do açúcar, e pouco mais de um por cento do valor dos 70 anos de intensa mineração. ‘As peças’ exportadas para fora da capitania, talvez, não alcançasse 30% dos apresamentos”.

Felizmente ao círculo despovoador o sucedeu na história das bandeiras, o ciclo povoador, o qual se verificou quando se descobriu ouro em Minas Gerais e Mato Grosso. Transformadas em expedições mineradoras e colonizadoras, as bandeiras no século XVIII contribuíram para povoar ou repovoar largas zonas do interior. Foi, então, que se introduziram, nos sertões, em grande escala, os escravos africanos e que cessou, quase por completo, o tráfico de indígenas.

O Sr. Roberto Simonsen para patentear bem o malogro econômico das bandeiras pelo menos para São Paulo, lembra que não há confronto possível entre a pobreza paulista e a fartura usufruída no Brasil açucareiro, mas se os paulistas ganharam pouco, mais que nada com as bandeiras, o Brasil ganhou e extraordinariamente com elas. Foram elas que rasgaram os caminhos e estabeleceram os roteiros seguidos nas sucessivas entradas que se verificaram mais tarde.

Se, na sua primeira fase, a bandeira se caracterizou por um movimento contínuo, movimento que determinou, como já foi assinalado, o alargamento das fronteiras nacionais, na segunda ela se tornou, por assim dizer sedentária, “diluindo-se a primitiva população paulista nas ondas imigratórias que se formaram”. Nessa segunda fase, além de promover o repovoamento e a ocupação definitiva dos sertões, a bandeira concorreu “para a formação de uma infraestrutura econômica unitária no Brasil colônia”.

Assim como Portugal se viu esgotado em seu esforço para a formação de um império mundial, escreve o Sr. Roberto Simonsen, Piratininga esvaiu-se nos tempos coloniais na política expansionista que foi obrigada a abraçar por imperativos econômicos; mas o núcleo que aqui ficou se renovou, aqui mesmo encontrou finalmente a paz econômica que tanto procurava e de que carecia para a sua evolução social em harmonia com o seu próprio valor.

Como as descobertas de minas de ouro, os paulistas proporcionaram ao Brasil um novo elemento de riqueza e à metrópole uma verdadeira opulência fiscal. Até países estrangeiros, principalmente a Inglaterra, lucraram com essas descobertas. Estimulando os preços em geral, o ouro do Brasil “conferiu novos elementos à expansão britânica que, há mais de meio século se preparava para a conquista de colônias e mercados”.

Acha mesmo o Sr. Roberto Simonsen que a Inglaterra tirou mais vantagens que Portugal das descobertas dos bandeirantes paulistas. Os saldos reais que a mineração deixou em proveito geral são incontáveis. Pode-se afirmar que o ouro do Brasil “incrementou o progresso mundial, enriquecendo a Inglaterra e proporcionou um século de fartura à Corte portuguesa. Para a colônia ficou representado no custeio das correntes imigratórias que ocuparam os sertões brasileiros, na importação de mais algumas centenas de milhares de escravos, na construção das primeiras cidades e estradas dos nossos sertões, no desenvolvimento do Rio de Janeiro, na formação de correntes comerciais no interior do país, na colonização do Sul, na valorização do seu gado, e num renascimento reflexo das zonas do norte pelo alteamento dos preços dos seus produtos nos mercados internacionais”.

Mas a infraestrutura do Brasil no período colonial, só se [ilegível] com a incorporação do Amazonas e suas ligações com o planalto colonial, episódio que o Sr. Roberto Simonsen expõe com uma grande abundância de informações históricas. Se esses fatores econômicos determinaram a unidade do país é indiscutível que, para ela, também concorreram, nota o Sr. Roberto Simonsen, a direção administrativa, a colonização portuguesa, o trabalho dos missionários, a identidade da língua e a compreensão dos países vizinhos, [ilegível] a América espanhola.

Aos fatores econômicos que atuaram em nossa vida um outro merece menção especial. É o comércio. Depois de “proporcionar à metrópole grandes elementos de fortuna com suas minas”, o Brasil [assegurou-lhe] “um florescimento com o comércio baseado em seus [produtos] de agricultura tropical”. De [ilegível] a 1807 inclusive, a exportação do Brasil para Portugal foi [ilegível] superior a 3 milhões de libras. Por outro lado a importação do Brasil representou mais de oitenta por cento do escambo [comercial] da metrópole portuguesa. Portugal ganhava de várias maneiras. Ganhava como entreposto de todo o comércio; ganhava na importação das manufaturas estrangeiras que iam ser consumidas no Brasil; ganhava novamente nos tributos que estes artigos pagavam na colônia; e ganhava nos impostos produtos que a colônia exportava em pagamento dos que consumia.

Era natural, diante disso, que transportada a corte portuguesa de Lisboa para o Rio, em princípio do século XIX, os estadistas da época tudo fizessem por valorizar o Brasil. E tudo fizeram, na verdade. O zelo que revelaram, observa o Sr. Roberto Simonsen, foi a ponto de sacrificar o comércio, a indústria e até as finanças do velho Portugal em benefício da colônia. A autonomia econômica desta se foi, assim, firmando, dia-a-dia, e essa autonomia havia de levar, mais cedo ou mais tarde, como efetivamente levou, à autonomia política. A reação portuguesa contra a posição de inferioridade em que caiu a antiga Metrópole fez-se sentir, quando a Corte

regressou para Lisboa, e essa reação, como era de esperar, em vez de recolonizar o país, lhe apressou a independência.

O Sr. Roberto Simonsen é dos que reconhecem os excelentes serviços que D. João VI e seus ministros prestaram ao Brasil.

No seu empenho de fazer justiça ao soberano português e aos seus auxiliares, opõe-se ele, formalmente, à opinião dos que atribuem ao regresso da Corte para Portugal a deplorável situação econômica em que caiu o Brasil no período imediatamente anterior à independência. Antes da retirada da Corte, já havia caído a nossa exportação. Foi essa a “situação deficitária da balança comercial que contribuiu para o êxodo de nossa moeda metálica nos últimos anos da era colonial e nos primeiros tempos da Independência. Não foram as migalhas retiradas pela corte, ao sair do Brasil, que nos atiraram à circulação fiduciária”. Foram determinismos de ordem econômica, agravados pelas políticas comerciais que então adotaram vários povos, que colocaram o Brasil na situação desvantajosa em que se viu naquela época. “Precisamente na época em que necessitávamos de maior expansão comercial, a política colonial dessas nações, a concorrência norte-americana e o progresso da técnica nos restringiu aos mercados do açúcar, do fumo, do algodão, do ouro e dos vegetais para tinturarias, – baixando assustadoramente a exportação ‘per capita’ em vastas regiões do país”.

O que nos salvou, algum tempo depois, foi o café, o qual deslocou novamente o eixo econômico para o Centro-Sul e permitiu chegarmos a um elevado grau de prosperidade.

O que mais prejudicou nosso comércio foram, principalmente os deploráveis tratados de 1810 entre Portugal e a Inglaterra. Esses tratados não só nos tiraram a liberdade de comércio como impediram o surto industrial do país. “O desequilíbrio monetário, provocado pelos excessos de importação, se traduzia nas flutuações cambiais, com todas as suas penosas consequências, tornando [aleatório] o barateamento da vida, verificado de começo. A impossibilidade de se montarem indústrias no país, conjugada com a insuficiência de nossas exportações, traduzia-se num abaixamento considerável do poder aquisitivo da população em geral”.

*

Para escrever a *História econômica do Brasil* o Sr. Roberto Simonsen utilizou-se, creio eu, de tudo quanto a respeito do assunto já se publicou no Brasil e em outros países. A abundância de informações de toda a ordem que o seu trabalho encerra denota uma leitura muito extensa e variada de livros e documentos bem como uma série de pesquisas meticolosas em arquivos e bibliotecas. Vários mapas e plantas, caprichosamente feitos, concorrem para fixar, no espírito do leitor, os traços gerais da exposição histórica. O que anda esparso em livros, em documentos inéditos e em publicações de toda ordem, conseguiu o Sr. Roberto Simonsen reunir nos dois volumes da sua *História econômica do Brasil* e pôr em relevo com uma clara inteligência do valor intrínseco de cada uma das peças de que se utilizou. Os cálculos a que, como bom engenheiro, se entregou, para mostrar a ação real que desempenharam na vida do Brasil os diferentes fatores econômicos, que examinou, imprimem à obra uma feição peculiar que lhe dá, frequentemente, em meio de tanta coisa colhida nos livros dos outros, o caráter de uma obra original. Não me parece que o Sr. Roberto Simonsen [ilegível] andando com excessos de indulgência paterna, quando ao encerrar o seu trabalho, escreveu estas linhas: “Afangamos a esperança de ter contribuído, neste estudo, com uma pequena parcela para o grande problema da compreensão do Brasil, operando, desta arte, para a formação da consciência coletiva de nossas necessidades”. Há, com efeito, nesse estudo e em grande cópia, elementos preciosos, para a compreensão do Brasil. Não sei de melhor elogio para uma obra destinada ao ensino da mocidade.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Pedro Calmon: O rei filósofo” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1938, p. 3.

Ainda não se fez a D. Pedro II a justiça que ele merece. No grande servidor do Brasil o que alguns sistematicamente procuram enxergar é, apenas, o poeta medíocre e o eterno estudante de hebraico. Pintam-no como uma espécie de “ralé” das letras e que a sorte, num movimento de capricho irônico, colocou em um trono para divertimento público. O perfeito homem de bem, que ele foi, é metido à bulha, e a simplicidade quase espartana do soberano, só lhes servem de ocasião de riso. A verdade, entretanto, é que D. Pedro II com todas as suas limitações, com todos seus defeitos, figura entre as maiores personagens da nossa história e que nele o soberano e o homem honram a humanidade. Foi ele, de princípio a fim da existência, – e isto basta para forçar o respeito público – uma consciência sempre alerta e uma vontade, sempre, ao serviço do dever. A sua compreensão das obrigações de monarca poderia, talvez, ter sido mais ampla. Mais vasta e penetrante poderia ter sido a sua visão dos problemas sociais e políticos do seu tempo e do seu reino. Nem uma nem outra, entretanto, poderiam ter sido mais altas e mais nobres. As deficiências e lacunas do soberano seriam da inteligência e não do caráter. Erraria ele, algumas vezes, na fixação daquilo que acreditava ser o dever; nunca, porém, desfalecia na execução daquilo que se convencera de que era o dever. Pode-se criticar a sua política. Nenhuma crítica, porém se pode fazer ao seu patriotismo. Este foi puro, intenso, profundo e invariável. Há quem censure o seu desdém pelas glórias militares e pelas pompas que costumam realçar as monarquias. Mas esse desdém estava-lhe no sangue. O seu temperamento não era o de um guerreiro, conquanto jamais lhe falhasse a bravura. Se desdenhava as pompas foi um pouco porque o seu temperamento não se compadecia com elas e um pouco porque as lições da filosofia ensinaram, desde cedo, que são elas precárias e vãs. O ceticismo do homem a respeito das grandezas externas impediu o monarca de se deixar levar dos esplendores materiais da realeza. O monarca e o homem viveram convencidos de que só o mundo interior é que vale, só as coisas do espírito é que têm preço. O homem nunca deixou que o monarca se esquecesse de que, tanto no trono como fora dele, o cumprimento do dever é a primeira e a mais imperiosa obrigação da criatura humana. O homem e o monarca [assentaram], juntos, de pleno acordo, que o soberano ideal é o soberano civil, isto é, aquele que procura para sua pátria e para o seu povo só as glórias que derivam do exercício invariável da moral e da justiça. As glórias que promanam dos feitos guerreiros serão abençoadas e apeteceíveis quando provocadas pela defesa da justiça e da moral. Tristes e estéreis serão sempre as que se buscam por elas mesmas ou para satisfação de instintos imperialistas ou de pendores despótico. A concepção da realeza que o homem sugeriu ao monarca foi a de uma alta magistratura. Antes de ser um capitão, o soberano deve ser um juiz. Seja capitão quando, sem ele, o juiz não possa exercer seu ofício. Mas não o seja por tanto tempo e de modo tal que o juiz fique, praticamente, despojado do cargo e das funções...

Essa concepção da monarquia não se pode dizer que tenha sido nociva para o Brasil. Devemos-lhe, na política interna, a preocupação da moralidade nos atos administrativos e na escolha do funcionalismo e, na política externa, a ausência de ambições imperialistas e o horror das soluções contrárias ao direito e à justiça. Durante o reinado de Pedro II o Brasil, graças a essa concepção, foi uma grande família de gente honrada e pacífica, ciosa da sua dignidade e dos seus direitos, mas incapaz de faltar aos seus deveres de boa vizinhança. Se a nossa política interna apresenta máculas oriundas da corrupção eleitoral e do excesso de paixões partidárias, a externa ostenta-se límpida, sem uma nódoa, muito embora nem sempre tenha sido isenta de erros. Todas as nossas questões internacionais procuramos resolvê-las dentro do direito e da justiça. Só apelamos para as armas quando sem elas se mostrou impossível a vitória do direito e da justiça bem como o resguardo da nossa dignidade. Às armas jamais consentimos outro papel que o de colaboradora da nossa diplomacia e ao contrário da generalidade dos países, onde há diplomacia é que é simples e subalterna colaboradora das armas...

A justiça a que tem direito Pedro II ainda não lhe foi feita integralmente por que ainda nos guiamos ou pela malquerença que herdamos de pessoas da nossa família que o detestavam, ou pelo entusiasmo transbordante das que o consideravam um homem extraordinário. Da tenacidade das malquerenças de família nos juízos históricos conheço dois exemplos significativos. Um é de Martim Francisco e outro de Mário Alencar. Martim Francisco falava de José Clemente, inimigo dos Andradas, como se fosse um homem dos nossos dias, um dos adversários a quem estivesse combatendo para evitar que subisse a qualquer posto do governo. Mário de Alencar referia-se a D. Pedro com tal azedume e hostilidade como se fosse ele, e não o pai, que tivesse tido aquela célebre troca de palavras sobre a senatoria em que José de Alencar se mostrou, se não de uma insolência, de uma irreverência fora do comum... Se Martim era todo espinhos, Mário era todo indulgência. A diversidade de temperamentos não impedia que a herança de ódios ou de antipatia falseasse em ambos, da mesma forma, o juízo histórico. Diante desses exemplos, a que podem ser acrescentados outros inclusive os casos de malquerença oriundos de antagonismos filosóficos, como o dos positivistas, requer-se a maior cautela no exame dos depoimentos fornecidos pela tradição familiar ou pelos escritos dos contemporâneos.

*

O Sr. Pedro Calmon, que tantas coisas belas têm publicado sobre a História do Brasil e os seus grandes vultos, procurou, em um livro onde a eloquência e a poesia tentam, por vezes, afastar o historiador dos seus propósitos de objetividade e imparcialidade, traçar o perfil verdadeiro do nosso “Rei filósofo”, através dos episódios capitais da sua vida. Não é propriamente, uma biografia, o que lhe saiu da pena brilhante. É alguma coisa de mais amplo e de melhor. É uma série de quadros em que, entremeadas, se desenrolam a vida do Imperador e do Brasil, desde o nascimento até a morte daquele.

Não acompanharei, em todas as suas fases e em todos os seus pormenores, a empolgante narração do ilustre historiador. Destacarei, apenas, do seu trabalho as partes que me parece de capital importância para conhecimento do homem e julgamento do soberano. Do homem o que o Sr. Pedro Calmon nos conta é de natureza a corrigir algumas impressões desagradáveis que correm mundo. Para bem entender e explicar D. Pedro é preciso ter sempre presente ao espírito que a noção do dever foi essencial na vida do monarca. Foi a sua ideia imutável. “No trono, nos seus horários de rei metódico, que ainda tinha professores, no casamento, foi um cativo de sua missão”. A história do casamento é típica e, melhor do que qualquer outra, mostra que era esse, na verdade, o traço dominante do seu caráter. A noiva, que lhe escolheram, não era a donzela dos seus sonhos. Quando se avistou com ela teve uma decepção. Chocantes eram os seus defeitos físicos. A feiura mal se temperava de um brando sorriso de bondade... O Imperador, todavia, não deixou transparecer a decepção. Só a revelou à boa senhora que lhe servia de governanta, D. Mariana de Verna: abraçou-a, chorando. Derramou-lhe n’alma sua tristeza e pediu-lhe conselhos. A dama acalmou-se e disse-lhe que esperasse. O amor viria com o tempo. “Da princesa se diziam maravilhas, tinha a candura das almas santas, a fibra das esposas leais”. O conselho foi ouvido e, o que é mais raro, foi seguido. Ninguém lhe surpreendeu a desilusão nupcial: “Foi impecável no seu papel de esposo, como fora da sua intimidade, nas funções do Estado. A noiva, inteligente e perspicaz, compreendera a situação e resolveu o seu problema, retraindo-se como se a valorizasse apenas a penumbra, onde vivem melhor os temperamentos macios... Amou-o de certo, mesmo com o ciumento e intenso amor das italianas, porém, revestido de tal dignidade que nunca lhe pesou”. Quando ela morreu, lá surgiu no lápis do esposo desconsolado a confissão tácita de que, mesmo sem amor, mesmo estrelado com uma decepção, o casamento pode ser uma fonte de felicidades: “Não sei como escrevo. Morreu haverá meia hora a Imperatriz, essa santa!... Ninguém imagina minha aflição. Somente choro a felicidade perdida de quarenta e seis anos. Nada mais posso dizer. Custa-me a escrever mas preciso não sucumbir. Não sei o que farei agora. Só o estudo me consolará de minha dor. Custa-me a crer. Sempre desejei precedê-la na morte. Abriu-se na minha vida um vácuo que não sei como preencher... Se pudesse desafogar minha dor! Nada pode exprimir quanto perdi! Que noite vou passar! Dizem que o tempo tudo

desfaz. Mas poderei viver tempo igual ao da minha felicidade? Não, não posso crer que meus patrícios concorressem para a morte de quem verdadeiramente mais amei. Foi uma crueldade e a causa por me ter dado quase cinquenta anos de ventura!... Ninguém sabe como era boa e sofria mais pelos outros do que por si. Como sua madrinha, a rainha de Savoia, merece ser santificada?”

Essas linhas destroem a lenda de que ele era um homem de coração murcho. Não foram muitas as suas afeições. Não era de um sentimentalismo derramado nem depositava nos homens confiança ilimitada. Mas as poucas que teve soube mantê-las até a morte. Retraía-se porque, como soberano, se receava da traição dos impulsos e sabia que, para ser justo e equânime, o monarca deve trazer o coração em vigia permanente...

Quando assim não fosse, quando se pudesse, com justiça, taxá-lo de frio às amizades, nem por isso o valor moral do homem ficaria diminuído, pois a si mesmo ele costumava tratar sem excessos de ternura. Nasceu para o dever e não para o amor. Outros só nascem para o ódio ou para a indiferença. Por que recusar ao homem a nossa admiração quando, no trono, ele revelou, sempre, um amor inabalável à pátria, um amor tão alto e tão ardente que o fez mais de uma vez, diante de seus insultadores, calar ressentimentos pessoais para que a pátria não fosse prejudicada? Não é de um homem vulgar, de uma natureza mesquinha e odienta o procedimento que ele teve com Salles Torres Homem, com Lafayette, com Ferreira Viana e alguns outros de cujas injúrias se esqueceu no momento em que sentiu que a pátria lhes reclamava os serviços ao seu lado, nos postos de governo.

*

Ao soberano propriamente dito censura-se, entre outras coisas, o escasso interesse que, durante o seu reinado, dedicou ao caso da escravatura. Sustentam muitos, e entre eles encontra-se Nabuco, que o imperador podia ter feito pelos escravos muito mais do que fez, dada a soma de poder que exerceu durante muito tempo e de que, por vezes chegou a abusar. O Sr. Pedro Calmon mostra, com uma série de fatos irrespondíveis a injustiça dessa acusação. D. Pedro não fez pelos escravos mais do que a história registra porque não lhe era humanamente possível fazer mais. O problema da escravidão não teve a simplicidade que, de longe e na aparência, apresenta. Não foi, apenas, um problema de humanidade. Complicavam-no um problema político, um problema econômico e um problema social. Não era possível resolvê-lo de um golpe, num gesto heroico e temerário. Até aos próprios republicanos deixou, por muito tempo, perplexos e hesitantes. Tenho disso um documento precioso. É uma carta que, em resposta a outra em que lhe solicitava recomendações da sua amizade com Júlio Mesquita, para um trabalho que tinha, e ainda tenho a intenção de escrever, o ilustre rio-grandense Sr. Alcides Lima me endereçou, em dezembro de 1927. Lê-se nessa carta, a propósito da campanha abolicionista, este depoimento importantíssimo.

“No último ano da minha vida acadêmica (1882) tive a primeira e única divergência com Mesquita. Foi a propósito do abolicionismo. Raul Pompeia, que então era calouro e com quem fiz, logo, excelente camaradagem, viera do Rio com a ideia de fundar, em São Paulo, um clube abolicionista ajudado por um jornalista carioca. Convidou-me para presidente do clube e pediu-me que aliciasse adeptos. O primeiro que abordei foi o Mesquita. Na Academia, os espíritos estavam divididos entre emancipadores e abolicionistas, prevalecendo aqueles em número, principalmente entre os estudantes paulistas e fluminenses. No Clube Republicano Acadêmico a questão dividiu os sócios em dois campos. Fora da Academia o abolicionismo começava a adquirir adeptos entre os grandes espíritos da época, com Luís Gama à frente. Entretanto, o escravismo era ainda poderoso, se bem que atenuado pelo sentimento emancipador de muitos. Lembro-me de que havia um jornal da tarde, redigido por Homero Batista, com a minha colaboração intermitente, cuja feição era simpática à abolição, mas o proprietário, premido por escravocratas, quis lhe dar orientação contrária ao abolicionismo, e sugeriu essa ideia ao redator-chefe, o que fez com que o Romero, que aliás tinha o seu ganha-pão no jornal, o abandonasse sem vacilações. O ambiente estava ainda saturado de convicções antiabolicionistas.

Não era, por isso, de estranhar que espíritos humanitários e liberais se deixassem influir pelo meio, que acreditava em imaginários perigos na abolição imediata da escravidão”.

Esse depoimento precioso absolve o imperador da morosidade com que enfrentou o problema da abolição. Se até os republicanos, no manifesto de 1870, não sentiram a necessidade de tomar atitude franca em prol da abolição e se, em 1882, doze anos depois, ainda estavam divididos na apreciação dos meios que deviam ser adotados para a liquidação da escravatura, não é justo que se atirem pedras a D. Pedro pelas cautelas que, como soberano, pôs na solução definitiva do melindroso problema. Os seus sentimentos pessoais contra a escravidão, esses não podem ser suspeitados. Pessoalmente, fez tudo que estava em suas mãos para abreviar o regime escravocrata. Nenhum brasileiro sentiu mais do que ele horror desse regime. Os projetos que Pimenta Bueno apresentou ao Conselho de Estado, em plena guerra do Paraguai, a favor dos escravos, foram todos inspirados por D. Pedro. A ideia, a iniciativa, a intenção de provocar os debates, sondar os espíritos, escreve o Sr. Pedro Calmon, era do imperador. “Porém a semente caiu no cascalho, Olinda horrorizou-se. Não lhe falassem naquilo! O Conselho achou inoportuna a questão enquanto durasse a guerra do Paraguai”. O imperador, diante dessa oposição, retraiu-se, amargando em silêncio os insultos do jornais sulinos que lhe chamavam o “imperador de negros”, o “chefe de escravos”. Até quando seria assim? Pessoalmente, nota o Sr. Pedro Calmon, desprendera-se dos de sua herança; e os últimos cativos da nação que tinham ofício em S. Cristóvão, foram, despachados, forros, para a guerra, logo que o desastre de Corupaiti exigiu novas remessas de tropas. Partiram até os trabalhadores da Quinta, com prejuízo dos serviços do parque. Iam soldados; voltariam cidadãos.

Quando, mais tarde, em resposta à mensagem da Junta Francesa de Emancipação, D. Pedro declarou que o seu governo acolherá, com simpatia, as sugestões daquela Junta e acrescentou que a emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, era, apenas uma questão de forma e de oportunidade, ergueu-se, no parlamento, um vozerio tremendo contra o soberano. “Fanfarronice abolicionista” foi o que de mais amável um senador achou para classificar o ato do monarca. Esse ato causou nos meios conservadores do Império, recorda o Sr. Pedro Calmon, uma indignação ruidosa. Desculpavam-na com a vaidade intelectual do soberano... O fato é que o imperador “resolveu intervir na questão, e, quando já decidia a alguma coisa, ia devagar e inevitavelmente... A abolição chocava-se com a lavoura: era sobre o trabalho negro que a fortuna agrícola se sustentava. Sansão, que destroçasse a coluna, abateria, também, o templo. Jurara demonstrar que, mesmo sem o pilar de ébano, a casa continuaria de pé. Contanto que terminasse a guerra! Antes de eliminado o perigo externo, não provocaria a crise interior...”

E assim foi. Por influência dele veio a lei do ventre livre e a emancipação dos sexagenários, e viria, mais tarde, fatalmente, embora em outras condições, em condições mais prudentes, mais políticas, a abolição total. O seu dever de lavar o Brasil da nódoa escravagista havia de ser cumprido integralmente ainda que lhe custasse o trono. E foi cumprido.

O homem nunca faltava aos seus deveres, mas o soberano responsável pelo destino de todos e não, apenas, pelo seu, individual, tinha sempre o cuidado de fazer com que o dever fosse cumprido paulatinamente, sem abalos perigosos... O chefe de Estado não podia abandonar o moralista às temeridade dos seus impulsos humanitários.

*

Esse conflito entre as tendências do homem e a ponderação do soberano é bem assinalada pelo Sr. Pedro Calmon em vários lugares e mui principalmente, no estudo, que faz, dos sentimentos religiosos de D. Pedro. Aí, como no mais, o que se destaca é a preocupação do homem de as submeter ao cumprimento do dever da maneira que o soberano lhe traça. A tolerância de D. Pedro em matéria religiosa dava a impressão de que ele não tinha religião alguma e a sua atitude em face dos bispos brasileiros que mandou prender e processar, fez duvidar dos seus sentimentos católicos. A verdade, todavia é outra. “A respeito do preceptor frade, observa o Sr. Pedro Calmon, era um crente, corretamente católico, sem a antiga rigidez das almas desabastadas, era boa e pia pedra”. Pode-se dizer que, partidário do livre exame, foi

um nacionalista que, depois de bem meditados os problemas da vida, chegou à conclusão de que só na Igreja residem a justiça e a salvação. Não era um ascético. Era um liberal. “Um espírito corajoso, que olha, alternadamente, para clarões e trevas, sem que a vista se lhe ofusque”. Em suma: “Um católico simples, primitivo, individual, infenso por natureza ao proselitismo, gostando da sinceridade em todos os seus climas intelectuais, respeitando, com um indiscreto sibiritismo mental todos os credos mas armado de prevenções invencíveis contra os ateus. Permitia a dispersiva adoração de Deus sob todas as formas: contanto que um benefício deísmo enchesse a alma de doçura e magnanimidade”.

Parece-me que, nesse retrato, só se deve riscar vocábulo “católicos”. Em lugar de “católico”, escreva-se “religioso” e tudo estará certo. Católico, tal qual a Igreja o define e exige, não podia ter sido um homem daquele “sibiritismo mental”...

*

O Sr. Pedro Calmon não deixa aspecto algum da vida particular e política do D. Pedro sem exame inteligente e minucioso. [Como] foram das melhores e das mais abundantes as fontes onde [ilegível], e como são múltiplos e encantadores os seus dotes de escritor o livro que dedicou a Pedro II é, ao mesmo tempo, uma formosa lição de história e uma esplêndida obra literária.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Lúcia Miguel Pereira: *Amanhecer*; José Vieira: *Espelho de Casados*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 fev. 1939, p. 3.

Delicados problemas de psicologia examina o Sr. José Vieira no romance *Espelho de casados*. Esse romance está sintetizado e explicado [trecho ilegível] por imprevidência, por desleixo, por pobreza de espírito, [ilegível] da monotonia à incompatibilidade”. A narração inteira é uma demonstração dessa tese. Pode-se acrescentar que é, e essa conclusão ressalta do próprio romance, - o amor próprio é, não raro, um adversário perigoso do amor *tout court* e é, quase sempre, um obstáculo para a felicidade.

Destá, porém, o pior inimigo, no casamento, é a ininteligência, assim do espírito como do coração. Uma das personagens do romance colocou bem o problema desta maneira: “Nós devíamos casar contando como os enjooos, com as diferenças de gênio e de humor, com as mudanças que os dois sofrem depois de casados, com a necessidade de renovação, com o sentimento de variedade e preparados para vencer todos esses tropeços. No casamento, cuidamos de tudo, se cuidamos, menos de alimentar o amor, a todo o momento, e por todos os modos combatido. Casamos pensando que o amor vai tudo suprir ou reparar e é logo sobre o amor que caem os contratempos”.

O marido pensa, de ordinário, que dando à mulher conforto material lhe dá tudo. Não indaga se a mulher tem necessidades de coração que devam ser satisfeitas. É um erro tremendo. A mulher precisa mais de carinhos que de riqueza.

A incompreensão mútua, mesmo entre os mais inteligentes e os mais afetivos, é bem fixada pelo Sr. José Vieira neste diálogo entre marido e mulher:

“– Vocês, diz a mulher ao marido, são a nossa realização. Casados, escapam-nos. De que querem que vivamos? Da glória de ser escrava do lutador? Para a [ilegível]. Para servir? Ah! Vivam conosco. Dividam-se conosco, se casaram. O nosso dom é total; deem-nos, ao menos, a ilusão de que nos amam, de que em nós que está a outra metade de vossa existência... Queremos ser amadas; o amor é o nosso fundamento, a nossa razão. Se, casados, vocês desertam de nós, já pensaram no a que isso leva?

– Os homens incorporam-se à vida dos homens.

– Desincorporando-nos.

– Desincorporando-vos? Não: vocês, mulheres, são para acompanhar o homem que trabalha, que sustenta e protege a morada de todos. Viver a vida do homem é a função nobre da mulher que casou.

– Como viver a vida da mulher é um dever afetivo do homem que casou.

– Vocês são o egoísmo que não se sacia, que não transige, que nada consegue. Não pensam conosco depois de não trabalharem conosco. Ignoram o que nos atrai, preocupadas consigo. Ah! nós, marido e mulher, vivemos em dois mundos contrários, duas vidas contrárias e acabamos por não nos entender. É o mal do casamento”.

Esse casal, aparentemente, vivia bem. Era invejado de todos. Mas a monotonia da felicidade acabou despertando no marido uma ânsia de libertação que ele interpretou como sendo o indício de que deixara de amar a esposa. Esta, sente que o amor do marido arrefece e, ferida nos seus sentimentos e no seu orgulho, afasta-se dele. Trava-se entre ambos uma batalha surda, que a presença dos filhos durante as férias atenua, mas que, com o transcorrer dos dias se vai ficando mais viva. Para agravá-la, o ciúme entra no coração e no espírito da mulher e, conquanto infundado, ou talvez, por isso mesmo, torna intolerável para o marido a vida em comum. Apesar disso ele resiste. Do seu drama íntimo [ilegível] suspeita e, para a sociedade continua a ser o marido adorador de uma esposa encantadora. É ela quem, um belo dia, após o almoço em restaurante na companhia de outro casal, dá, num gesto impulsivo e repentino, o golpe final na situação. Em plena rua desfecha contra o marido, à queima-roupa, estas frases mortais:

“– Não, Dario, não vamos mais nos perder na ilusão de que podemos viver unidos. Não, isso não é mais possível.

– O que queres tu dizer?

– Que nos separemos; que um e outro nos libertemos: que tu te livres do fardo e eu da humilhação.

Dario defende-se: que entre os dois não havia mulher: que não se prendia com mulheres; que a amava.

Não, Dario, isso não, e é porque tu não me amas. Mas sabes que também não te amo. Sim, eu não te amo mais: e é por isso que me separo de ti: porque não te amo mais.

Ia viver com a mãe, na rua Voluntários, onde tinham casado: ficasse ele na casa de Ipanema. Os meninos visitá-lo-iam aos domingos.

– Tu estás louca, Ana Emília.

– Não façamos comédia, Dario. Eu me separo de ti agora mesmo. Adeus”.

E atravessou a rua... “O casal modelo separava-se na grande avenida. Separavam-se sem cuidar, sem ao menos pensar nos filhos, que eram esteio na desavença; como se, simplesmente, Dario fosse para o consultório e Ana Emília para casa, apazados para a noite, para o encontro compensador na vila própria, densa de irradiação dos dois; infantilmente, porque cavaram ressentimentos, razões e incompatibilidades – Dario defensor de preconceitos, servo deles. Ana Emília, guarda da família, exemplo: capazes ambos de sacrificar o mundo inteiro pelos filhos, sacrificando os filhos a um capricho que, se era forte, os motivos vinham de ideações falsas e poderiam cair por motivos outros tão facilmente como os primeiros vieram...”.

Passada a estupefação, o marido, já no consultório, sentiu uma sensação de alívio, a vida, porém tornou-se, para ambos, mais vazia e mais tediosa. Após alguns meses de separação, o marido entrou a rondar a casa da mulher, às desoras, e a mulher acabou correspondendo à janela, no escuro, para ver passar o automóvel do marido... Um dia, ao receber a visita dos filhos, o marido pergunta à filha como vai a mãe; a filha comunica à mãe o que ouviu ao pai e a mãe não diz palavra mas no dia do aniversário do marido, quando, triste e sozinho no apartamento onde vivia, aguardava a visita dos filhos, o telefone tilinta e, do outro lado, a voz que fez ouvir não foi a dos filhos...

“Quem queria falar, falou:

– Somos nós, Dario”

O drama daquelas duas incompatibilidades que se foram formando pela imaginação, daquelas ideações falsas em conflito agudo, daquela infelicidade gerada pela monotonia da felicidade, o Sr. José Vieira descreve-o minuciosamente. O psicólogo e o escritor desempenham-se brilhantemente da penosa tarefa a que se entregaram. A colaboração de ambos faz-se particularmente estreita e interessante nas páginas em que se expõem as criações dos ciúmes na fantasia da mulher de Dario e as devastações que na vida do casal essas criações produzem.

O amor é o mais fecundo dos temas. É um único que jamais exaure. Mesmo circunscrito à órbita do casamento, é um tema imenso. O Sr. José Vieira soube mostrar que assim é, e assim comunicou ao seu romance um interesse muito vivo. Os problemas que estuda são a preocupação diária de todos que têm sensibilidade e inteligência. A filosofia do livro, se quiserem procurá-la bem, estará nesta reflexão de Ana Emília quando, em um clube de mulher, lamentava entre si que todas falassem mal do casamento e fizessem praça de indiferença pelo amor: “O casamento é para ser um pouso do coração... Não amar por programa – engano de liberdade: soltando-se nas asas, restavam presas dos pé: não se sai da vida [ilegível] se vive, e se o bem, ou mal, [ilegível] está em nós, não [ilegível] procurar [ilegível] fora”.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Tobias Monteiro: *História do Império – o Primeiro Reinado*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago. 1939, p.3.

Depois de nos mostrar como se elaborou a Independência do Brasil, o Sr. Tobias Monteiro descreve-nos, agora, no *Primeiro Reinado*, parte da grande História do Império que está compondo, as lutas internas que se seguiram à Independência e os trabalhos diplomáticos, junto aos governos europeus e à ex-metrópole, para reconhecimento da Independência.

Rigorosamente documentado, de olhos atentos às fontes de informação que, pacientemente, procurou e escolheu, o ilustre historiador consegue extrair dos acontecimentos e dos arquivos, uma narração ágil e vivaz em que mal deixa entrever as fadigas que padeceu. Percebe-se que foi imensa, vária e nem sempre atraente a documentação que teve de examinar com meticulosidade e paciência, mas desse labor extraordinário o que teve de enfadonho e pesado não se comunicou ao livro. Tudo quanto foi penoso o Sr. Tobias Monteiro guardou generosamente para si. Nada partilhou com o leitor. Para este reservou, sem qualquer mesclas de tédio, o prazer que as pesquisas lhe deram...

Efetuada Independência, o primeiro acontecimento importante foi a dissolução da Assembleia Constituinte. Irritado com os constituintes, cuja parolagem não suportava, D. Pedro apresentou ao país uma Constituição que mandara redigir. Essa Constituição é analisada pelo Sr. Tobias Monteiro em todos seus pontos capitais. Na sua opinião, e hoje é corrente esse conceito mesmo entre os que censuram acerbamente o golpe de estado que D. Pedro desferiu contra a Constituinte, a Constituição outorgada pelo imperador é superior ao projeto que a Assembleia estava discutindo. Não só na totalidade das disposições como na distribuição da matéria, na escolha do sistema administrativo e, até, na propriedade da linguagem, a de D. Pedro, saiu melhor que o projeto da Assembleia. O mais interessante é que, oriunda de um golpe de estado e imposta pela vontade do soberano, a nova Constituição elevava o Brasil, de um salto, “dos moldes de governo despótico às mais amplas formas de liberdade individual, garantida pelos freios da separação dos poderes e dos corretivos aplicados para evitar-lhe os desvios mais nocivos”.

A divergência radical entre o projeto e a Constituinte consistiu, para o Sr. Tobias Monteiro, na criação do Poder Moderador, a quem a Constituição entregava, além de outras, atribuições reunidas pelo projeto nas mãos do executivo. Com essa criação, quis a Constituição fazer do monarca elemento de equilíbrio e harmonia entre os demais poderes. E conseguiu. A “Geração da Independência manteve-se à altura das instituições criadas pelo imperador, que a muito ela exigia e concorreu para fazer medrar a semente liberal nelas contida.

Põe em relevo o Sr. Tobias Monteiro, com toda a justiça, o grande mérito de D. Pedro I de proclamar, em pleno regime da Santa Aliança, a soberania popular, fonte de onde todos os poderes do Estado emanavam. Nesse particular foi um precursor. Nenhum soberano “ousara tamanha transformação no domínio do direito público: nenhum tivera o desprendimento comprometedor de misturar a sua origem divina à conquista consagrada após a Revolução Francesa nas Constituições de Espanha e Portugal, obra de duas revoluções contra o seu monarca”.

*

A dissolução da constituinte provocou abalo profundo em várias zonas do país e serviu de pretexto a movimentos revolucionários, como o de Pernambuco e outras províncias do norte que projetaram formar a “Confederação do Equador”. Para muita gente a dissolução era o início do retorno ao domínio português, coisa que muitos supunham e apregoavam como assentada, secretamente, entre D. João VI e o filho. Pernambuco, que era “o maior foco de liberalismo, de aspirações de autonomia, e de tradição guerreira, em todo o Brasil”, entrou em estado de franca insurreição e, enquanto não chegava o presidente da província, nomeado pelo imperador, organizou um governo provisório de feição francamente revolucionária. Desse governo tornou-se

chefe Manuel de Carvalho Paes de Andrade. O presidente em exercício foi deposto e embarcado para o Rio.

Qual a razão desse movimento? Se os escritos de alguns chefes, como os de Frei Caneca, autorizam a suposição de que se visava o desmembramento do Brasil; se de outros escritos e proclamações poder-se-ia conjecturar que se tratava de explosão de sentimentos liberais, exacerbados pelos atos de despotismo, que se atribuíam ao imperador, a verdade é que poucos cogitavam de República e menos ainda os que repudiavam o imperador. Da linguagem dos chefes do movimento o que se concluía é que se tinha em mira, unicamente, combater a política ministerial “de nomearem-se presidentes, infensos aos grupos então dominantes”. No fundo o que fervia era “o interesse das facções desmontadas do poder”. Queriam elas escolher os presidentes “como escolhiam as Juntas, desde 1821, depondo-as, substituindo-as, repondo-as, de tempos a tempos, com o concurso dos colégios eleitorais, no todo ou em parte, dos chamados grandes conselhos, constituídos adrede máxime da força pública misturada às milícias locais, ambas impregnadas das paixões partidárias”. “Este, escreve o Sr. Tobias Monteiro, era o eixo da revolta, que a dissolução, a eleição da nova Assembleia e a outorga da Constituição serviam para mascarar”.

O movimento de Pernambuco alastrou-se por alguns Estados do Nordeste e em todos revelou “a mesma inspiração do interesse e da facção dominante”. Foi assim no Ceará. Foi assim na Paraíba. Foi assim nas demais províncias sublevadas. Em torno da posse do poder, “suprema inspiração dos atos e palavras dos políticos” é que girava tudo. “Os partidos que o detinham, reputavam inimigo e ministério; dele partia a hostilidade e a escolha de presidentes contrários; imputavam, então, toda a espécie de crimes, principalmente o propósito de sujeitar de novo o Brasil ao jugo português. Este era o principal precursor da guerra civil porque facilitava colher prosélitos... O imperador era quase sempre poupado ou enaltecido. Raríssimamente se aludia à sua convivência”.

A politicagem provincial, habilmente trabalhada pelos interessados, e desastrosamente combatida pelo governo imperial, acabou pondo em risco a unidade nacional, o que certamente conseguiria se, por fim, o governo não tomasse as providências militares, que tomou, e que são do conhecimento de todos os estudiosos da história do Brasil. Se não fosse o martírio de alguns cabeças, que a cegueira da política imperial não soube poupar, e esse movimento revolucionário seria dos mais tristes e reprováveis episódios da nossa história.

Dos maiores responsáveis, a começar pelo chefe do governo revolucionário, grande parte fugiu. Durante o julgamento homens de fibra, como frei Caneca, fraquejaram. Para honra e glória do movimento, porém, na hora da morte, os que foram executados e, entre eles o próprio Caneca, portaram-se com um heroísmo sereno. Se durante o julgamento, o ânimo de frei Caneca se abateu “até à negação da sua obra e à lisonja oferecida em troca do perdão” apurou-se, inabalável, diante do cadafalso, Lima e Silva, o bravo militar de quem dependia a ordem para o fuzilamento do condenado, por não se encontrar carrasco que o quisesse enforcar, ficou com os olhos marejados de lágrimas quando teve que dar a ordem... “A serenidade do paciente esperava mais que piedade: inspirava admiração, prenúncio da vindoura celebridade. Ao descer da forca e encaminhar-se ao ponto de sacrifício, ele pediu que o não fizessem sofrer por mais tempo inutilmente. A primeira descarga abateu-o e iluminou-lhe o caminho da História”.

Outro padre, Melo Mororó, também causou espanto e admiração pelo sangue frio com que enfrentou o cadafalso. “Nem o dobre de finados, que lhe acompanhava a marcha ao cadafalso, lhe alterava a placidez do rosto. Na vizinhança do lugar do suplício, abateu o galho de um cajueiro apinhado de gente. Mororó sorriu. Como acontecera em relação a frei Caneca, não houve algóz, preso ou contratado, que o quisesse enforcar: tiveram de arcabuzá-lo. Rejeitou o alvo posto ao peito dos condenados e com a mão empalmada indicou à escolta o coração. As balas deceparam-lhe os dedos... Em preito à sua bravura não lhe deram o usual tiro de honra”.

Outros, como aquele singular Raicliff, misto de herói e de aventureiro, figura algo enigmática que tem desnorteado alguns historiadores e que o Sr. Tobias Monteiro parece ter

compreendido bem, resgataram, com o heroísmo da morte, o que, acaso, houve de censurável na atitude revolucionária que assumiram .

*

A esquadra, sob a chefia de Cochrane, contribuiu muito para a debelação do movimento revolucionário. Expondo a ação que ela desenvolveu, o Sr. Tobias Monteiro estuda com minúcia o chamado “caso Cochrane”. A bravura e a perícia do militar não há quem as conteste. Da honestidade do homem, porém, quase todos duvidam. O seu idealismo, também, não é reconhecido geralmente. Parece, com efeito, que “condottieri” do mar, Cochrane nos alugou, como já havia feito ao Chile e faria, mais tarde, à Grécia, a sua capacidade naval para consolidação da independência. Do Brasil só desejava proventos materiais e, para obtê-los exclusivamente para isso, foi que se empenhou nas campanhas do primeiro reinado.

O Sr. Tobias Monteiro não condena nem louva o procedimento do oficial britânico. Assinala-o e explica-o. Cioso de verdade e de justiça, mostra que embora ganancioso Cochrane nunca praticara “a infâmia de bandear para o inimigo da causa que aceitara defender”. Fazia-se pagar bem, mas nunca deixava de servir com fidelidade a quem lhe contratava os serviços. Houve, no seu procedimento, por vezes, coisas estranháveis ou pelo menos de explicação difícil, mas de traições nunca se maculou Cochrane. Não teria umas tantas delicadezas, não hesitava em cobrar-se pelas próprias mãos, não se esquivava a umas tais ou quais manobras manhosas para remover os obstáculos com quem esbarrava à sua cupidez, mas se mantinha, sempre, fiel à bandeira sob que servia.

O Sr. Tobias Monteiro narra com todos os pormenores os atos de Cochrane, apontando o que neles há de repreensível e explicando-os pelo empenho do almirante em obter imediatamente as recompensas monetárias, em que trazia presos os olhos cúpidos.

Esse empenho escandalizava os brasileiros, os quais “tinham a ingenuidade de acreditar que todos os estrangeiros, incorporados às forças nacionais, deviam lutar pela independência com a mesma abnegação dos filhos do país”. Mas aos compatriotas de Cochrane não escandalizaria: “Em matéria de remuneração pecuniária a diferença é profunda entre a mentalidade inglesa e a mentalidade latina, particularmente a mentalidade brasileira, máxime naqueles tempos. Na Inglaterra, o dinheiro, limpamente obtido, não suja as mãos de ninguém, seja até herói. Para o inglês, o melhor meio de recompensar serviços é fazer dádivas em moedas, a fim de cada um aplicá-lo como melhor convenha. Este princípio é seguido na vida particular e praticado na vida pública”.

Exigindo recompensas pecuniárias pelos seus trabalhos, Cochrane estava dentro da mentalidade da sua terra. Os serviços que nos prestou foram, incontestavelmente, de grande valor. Mas também foram pagos regamente. O Sr. Tobias Monteiro enumera as parcelas que foram entregues ou a ele diretamente ou a seus herdeiros e, diante dessas parcelas, formula esta conclusão, que se me afigura irrefutável: “Nunca servidor algum do Brasil, nem por sombra, teve tão farta recompensa monetária”.

*

Debelado o movimento revolucionário de Pernambuco, lançou-se o governo imperial, como todo o afincado, à tarefa do reconhecimento do Império. Nessa tarefa, a parte principal coube a Caldeira Brant e a Canning. Delicadas, completas e difíceis foram as negociações que se entabularam entre o representante do Brasil e o estadista inglês. Expõe-nos o Sr. Tobias Monteiro, com muita habilidade, pois que as expõe de modo tal que o leitor acompanha a exposição com o interesse que jamais arrefece, a despeito da aridez do assunto e da vasta documentação através da qual é levado pela mão do historiador.

Outras personagens, aqui e no estrangeiro, participaram das negociações. Mas as principais foram aquelas duas e D. Pedro. Este nunca deixou de ser o centro de tudo. Com a paixão tumultuária, que punha em todos os atos, foi que D. Pedro tratou de obter o reconhecimento do Império que fundara. Dessa paixão é prova a maneira como, em carta a Caldeira Brant, repeliu o projeto de [Palmeia] em virtude do qual a soberania dos dois reinos

caberia a D. João VI: a Corte estabelecer-se-ia onde conviesse e o príncipe herdeiro ficaria onde não estivesse o soberano: a marinha seria comum: a dívida pública portuguesa garantida e suportada também pelo Brasil: os atos legislativos emanados de ambos os países ficariam sujeitos à sanção de um único soberano: e se qualquer das duas partes da monarquia, ou uma das suas províncias, tentasse separar-se, a força seria empregada para obrigá-la à obediência: “Vi o infame contraprojeto do sapientíssimo [Palmeia], não tenho nada mais a responder a você senão que lhe ordeno mui positivamente que siga os Aris, que lhe mandei pela S. d’Estado dos N. Estrangeiros, relativos ao reconhecimento d’Independência, que não lhe altere coisa alguma de política e só sem alguma coisa de comercial e melhor será coisa alguma, embora nade a Europa em sangue e todos os brasileiros sejam mortos pois coisa que seja contra dignidade do Brasil e de minha Pessoa jamais Eu consentirei”.

Essa carta termina desta forma: “Por esta exposição Você conhecerá o que eu estou disposto e por esta mesma Você deve calcular o que deve fazer: a responsabilidade (deixe-se de petas) é para comigo enquanto o Império não estiver consolidado, a Mim nada importa, senão tratar de o pôr em estado a vir a ser respeitado do mundo inteiro”.

Para definir bem qual o estado de espírito de D. Pedro naquele período, o Sr. Tobias Monteiro reproduz carta particular que o novo Imperador dirigira a Antonio Teles, seu representante na Austrália. Essa carta é assaz curiosa. Frisa o príncipe que o verdadeiro reconhecimento, o primeiro e mais essencial de todos é o dos povos para com o seu monarca. “Eu conto com o amor dos Brasileiros assim como eles contam com o meu”. Aludindo à sugestão da união das duas coroas, brasileira e portuguesa, exclama, indignado: “Enquanto eu vivo contem que nunca se fará tal união, e que deixarei em meu testamento, que o Brasil logo que veja um Descendente meu ratificar algum Tratado d’Incorporação com Portugal, o amaldiçoe, e expulse de seu seio por indigno de governar povos amantes zelosos da sua liberdade e inimigos do despotismo até pintado”. E ordena ao seu representante que faça constar, na Corte austríaca, os seus sentimentos e que ele não estava sofrendo coação alguma conforme se espalhou na Europa, mas sim “intimamente convencido de que um Imperante, que não ama a liberdade de seu país e que não dá aos Povos aquela justa liberdade, que lhe segure suas propriedades e pessoas, e que antes trabalha com mil males em fazer grilhões, não só para agrilhonar seus súditos mas para junto com outros Imperantes agrilhonar o Mundo inteiro, é indigno de ser Imperante, deve pertencer à classe das feras e não dos homens e ser proscrito da Sociedade” .

Para reforçar ainda mais o seu liberalismo aos olhos da corte reacionária do sogro não hesitou em acrescentar: “Amo a liberdade, e se me visse obrigado a governar sem uma Constituição, imediatamente deixaria de ser Imperador, porque quero governar sobre corações com brio e honra, corações livres, e não sobre corações lodosos, podres e servis como os daqueles Povos aonde não há Constituição, e que ainda no século presente aturam um jugo de ferro, que quando chegar a quebrar-se (como em breve acontecerá) ai dos Imperantes”.

Dirigindo-se ao pai é de franqueza absoluta: “V. M. quanto antes deve reconhecer a independência do Brasil por seu próprio interesse: da estabilidade do Império jamais se pode duvidar, ele vai andando (apesar de alguns revezes que não enumero) sustentando-se e adquirindo cada vez mais força física e moral que nunca poderá ser domado pelo velho e encanecido Portugal quanto mais quando quiser conquistar o Brasil tanto mais se irá aniquilando, pois ele sem o Brasil amigo não tem comércio e sem comércio é nada. Posso assim falar, de Portugal já disse a V. M. que não queria nada. V. M está enganada pelos seus Ministros e Conselheiros que lhe dizem ‘Conquiste o Brasil’... V. M. tem visto que o Brasil expulsou todas as forças portuguesas que já teve dentro de si em diferentes pontos que se poderiam ajudar mutuamente. Como pois introduzir outras novas sem apoio e sem que tenham uma disciplina cega que não tem”.

Todos os documentos e todos os atos demonstram que D. Pedro se portou, no correr das negociações para reconhecimento do Império, com fidelidade absoluta aos interesses do Brasil.

A suspeita de deslealdade, de que a perfídia política, por vezes, o cercou, não encontra, em parte alguma e em ato algum, o mínimo apoio.

O reconhecimento do Império pelo governo português acabou numa transação quase de caráter comercial. Para obtê-lo, o Brasil teve que assumir pesadas responsabilidades pecuniárias mas adverte o Sr. Tobias Monteiro, liberais em matéria de dinheiro como a generalidade dos seus compatriotas, viam os negociadores brasileiros no emprego desse recurso um meio de afastar dificuldades e entendiam, talvez, que se algo fosse indecoroso atingiria a quem recebesse e não a quem desse. Lembra, a propósito, um trecho de carta de conselheiro de Estado, que colaborou nas instruções dadas aos plenipotenciários: “... havendo de nos ajustar, e por dinheiro seria indiscreto que deixássemos de aproveitar esta boa ocasião para terminar negócios de que tanto dependem a nossa estabilidade e segurança”.

São do Sr. Tobias Monteiro estas ponderações cuja justeza ressalta a todos os olhos: “A continuar o estado de guerra com Portugal, soma equivalente ou a maior que a despendida no encontro das contas seria empregada em material e operações bélicas, pois Portugal ainda dispunha de força naval em condições de atacar-nos. Era evidente que qualquer tentativa para reconquistar todo o Brasil não lograria bom êxito mas não era impossível tentar com algum resultado ataques parciais em tão vasto litoral sobretudo ao Norte. Ao Sul, havia as complicações da Banda Oriental, que também nos expunham a graves perigos e vieram, por fim a acarretar gastos enormes. A nossa marinha era incipiente e a portuguesa adestrada. Apesar disso, parte desta fora abatida na Bahia: mas convinha lembrar que então comandava a brasileira um chefe incomparável cuja perícia era tão grande quanto a coragem e a temeridade... Nova guerra entibiaria o desenvolvimento do país, apenas iniciado, e recursos a consagrar-lhe desviar-se-iam para a obra de defesa”. A ponderação do historiador responde às críticas violentas que o reconhecimento do Império pelo governo português provocou na Câmara dos deputados do Brasil: “Vasconcelos via o Brasil resgatado por vinte mil cruzados; Odorico Mendes exprobrava a infâmia que toda a água do mar não o lavarias; Lino Coutinho fazia a conta do preço, dividido pela população inteira, e dizia caber a cada brasileiro a cota de cinco pataca ou 1\$600”.

*

A questão do reconhecimento esteve ligada, sobretudo nos primeiros tempos, à da escravidão. Canning exigia que o Brasil abolisse a escravatura para que a Inglaterra, reconhecesse o novo Império. Não o fazia tanto por filantropia quanto “no interesse de evitar que as colônias britânicas ficassem quanto ao custo da mão de obra em inferioridade de condições comparativamente aos países de trabalho escravo”. Essa exigência trouxe graves embaraços e determinou algumas atitudes de políticos brasileiros que o Sr. Tobias Monteiro assinala. Delas a mais interessante é a de José Bonifácio. Aludindo à circunstância de que durante o seu governo, o patriarca, a quem no dizer de Marechal não “faltava vontade nem coragem”, não se considerou assaz forte para decretar a abolição em prazo limitado, conforme desejava Inglaterra, em troca do reconhecimento do Império, lança o Sr. Tobias Monteiro esta observação, que não será provavelmente do agrado integral dos admiradores incondicionais do glorioso brasileiro: “Entretanto é para duvidar que a vontade do grande ministro fosse intensa e suas convicções a tal respeito bastante consistentes. As suas manifestações teóricas contra a escravidão, de cujos efeitos corruptor, era mister livrar a família, contradiziam-se com o seu procedimento de possuidor de escravos”...

Creio que disse o bastante para despertar no leitor o desejo de conhecer o novo trabalho do Sr. Tobias Monteiro. Esse trabalho é merecedor de todo apreço. Consolida a reputação de excelente historiador que o seu autor começara a conquistar com os seus livros anteriores.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Flávio de Campos: *Planalto*; Otávio de Faria: *Os caminhos da vida*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 nov. 1939, p. 3.

Planalto, romance com que, nesse gênero literário, se estreou, suponho eu, o Sr. Flávio de Campos, é a revelação de um romancista vigoroso. A vida, nos seus aspectos múltiplos, ele a observa e exprime com agudez e precisão. Nada do que pode concorrer para caracterização do indivíduo lhe escapa. Tem a volúpia das ideias e isso o leva talvez, a exagerar, na trama do romance, a parte das controvérsias entre as personagens e as meditações solitárias. Não lhe falta, por outro lado, a arte da anotação realista, viva e pitoresca, sendo de lamentar, apenas, que o bom gosto, por vezes, não lhe haja detido a pena antes de resvalar a certos pormenores demasiadamente crus. Tal sucedeu, por exemplo, na descrição da morte de uma prostituta ao cabo de uma noite de amor. Há, nessa descrição, um pormenor, perfeitamente dispensável, porque nem contribuiu para a caracterização da personagem nem exerceu influência alguma no desenvolvimento da ação que só serve de provocar o asco no leitor e de macular, de alguma forma, a majestade da morte. Esse pormenor atesta como é minucioso e implacável o realismo do romancista. Mas em outros, menos repugnantes e de efeitos artísticos mais positivos, esse predicado já tinha sido posto em relevo ou veio a sê-lo.

A linguagem do Sr. Flávio de Campos é das mais límpidas e fluentes. Ganharia, entretanto, se fosse expurgada de certas expressões sem as quais os realistas entendem que não é possível dar uma impressão exata da realidade mas que, sem sacrifício algum da realidade, podiam, perfeitamente, ser substituídas por outras de que o espírito e a delicadeza não tivessem sido brutalmente expulsos. [Direi ainda], para terminar o capítulo das reservas, que escasseou ao Sr. Flávio de Campos a coragem de sacrificar alguns capítulos e páginas cujo desaparecimento tornaria a narração menos morosa e pouparia ao comum dos leitores alguns movimentos da impa[ciência]. A nossa gente ainda não [adquiriu] como os ingleses e os [americanos] o aprendizado da leitura [lenta] de romances longos, e foi no romance inglês, visivelmente, que o Sr. Flávio de Campos procurou modelo para o seu.

O gosto das ideias explica o título do livro. Esse título nada tem que ver com a ação propriamente romanesca, que o escritor imaginou e desenvolveu. Resultou, apenas, de um debate entre várias personagens sobre o orgulho paulista. O *Planalto*, observou um deles, talvez seja a única explicação plausível desse orgulho. O caráter fechado, o milagre da conservação da pureza étnica das cinquenta e duas famílias de [dolicocéfalos?] que fizeram Piratininga, tudo é obra do *Planalto*. Aqui, neste contraforte de Paranapiacaba começa a terra dos que não são lhanos e hospitaleiros. O homem que galgou as vertentes da terra, chegou exausto e se tornou misantropo por defesa. A sociofobia, que era, a princípio, desconfiança contra o bugre astuto e traiçoeiro, defesa, portanto, tornou-se atávica pela endogamia. Nós precisávamos explicar-nos a aversão. Criamos, então, o preconceito de nossa superioridade sobre os companheiros do litoral, sobre o resto do Brasil mestiço, sobre todos os que não descendiam dos cinquenta e dois patriarcas iniciais. Foi a altitude, a superioridade geográfica que gerou a nossa suposta superioridade”.

Mas, se bem aprofundarmos a análise das personagens, acabaremos descobrindo afinidades entre elas e o título do romance. Para algumas a vida se desenrola em ascensão contínua para o planalto moral, ao passo que para outros nunca se eleva da várzea malsã onde se estiola. No vício e na torpeza.

Como bom romancista, o Sr. Flávio de Campos não toma partido pelas suas personagens nem deixa perceber para onde vão as suas predileções em face das ideias que eles expõem. Observa-lhes os movimentos, surpreende-lhes os segredos, desmonta-lhes a estrutura íntima, põe-nas a falar e a discutir mas nunca se mete entre elas e o leitor. Deixa que o contato entre o leitor e elas se estabeleça diretamente e que o leitor lhes espose as ideias, ou as combata, sozinho, cedendo a impulsos íntimos, sem a sua intervenção num sentido ou noutro.

Numa sucessão de quadros da vida, principalmente da vida que se leva nas casas de bebidas e nas casas de tolerância, todos bem apanhados, todos com a atmosfera adequada,

apresenta-nos o romancista as suas personagens que são quase todos rapazes que passaram pelas faculdades superiores e que se iniciam na vida prática. A princípio, supõe-se que o interesse máximo do romance vai concentrar-se num bacharel, filho de família abastada, cuja existência é um tecido de breves ligações amorosas, que se fazem e se desfazem, – o tipo do indivíduo que nunca está satisfeito, nunca sabe bem o que quer, hesitante e fraco, a oscilar, constantemente, em coisas de amor, entre o fastio e o apetite, – que nem sabe desprender-se delas. Logo depois, entretanto, a figura que domina, a figura que atrai sobre si todas as atenções é a de um primo desse rapaz, um bacharel que ganhou, rapidamente, no interior do Estado, algumas centenas de contos de réis, numa advocacia, nem sempre de pureza imaculada, e que, de regresso para a capital, onde abre escritório com o primo, acaba perdendo tudo quanto havia recebido e espera em vão, dias seguidos, no escritório vazio, uma clientela que não chega ou só chega quando ele se ausenta. É visível o carinho com que o romancista trata dessa personagem, cheia de bondade e de boas intenções, mas que, infelizmente, não encontra forças para enfrentar as durezas da sorte. Pungente é o fim dessa nobre criatura. Não podendo resistir à miséria, põe termo à vida, precisamente no mesmo dia em que lhe saía a sorte grande, num bilhete que comprara com pena do vendedor e em que uma prima viúva, moça ornada de todas as prendas inclusive a da beleza, lhe ia, provavelmente, oferecer, com o coração, uma existência de abundância e felicidade.

O destino dos outros companheiros desse rapaz não é mais consolador. Os que não põem termo à vida num instante de angústia insopitável, lá se vão arrastando pelo mundo com a sua dor secreta a minar-lhes a alma. A atmosfera do livro é pesada conquanto tudo corra, na maior parte das vezes, em casas de prazer. Só os torpes e os indiferentes conseguem dar a impressão, que é uma simples ilusão, de que são felizes. Para os mais a vida é tristeza e amargura.

Entretanto o leitor não abandona o livro. É que o romancista sabe graduar o interesse da narração entretendo-a de controvérsias sobre problemas quotidianos que preocupam e atormentam a todos nós. Tudo que, na vida moderna, nos inquieta – as questões sociais, a política, o amor, a organização da família, a incerteza do destino, o absurdo do mal – servem de tema para contínuos debates entre as personagens do romance, e esses debates nunca são enfadonhos, embora seja grande o espaço que tomam na vida daqueles rapazes, aparentemente empenhados apenas, na satisfação de apetites inferiores. O espírito desforra-se da carne, constantemente. Por mais que esta faça é sempre aquele quem acaba dominando o terreno...

Entre os tipos estudados figuram agitadores políticos, desde o comunista sincero e ingênuo, que a traição sentimental de uma rapariga indigna leva para o tumulto, até o *snob* pretensioso e tolo que reputa suprema elegância alistar-se em partidos de caráter fascista para salvar a pátria. A galeria não é muito extensa, mas é cheia de vida.

Querem ver como o romancista sabe dar interesse até às coisas mais triviais? Leiam este pedaço de conversação entre os rapazes sobre os nomes complicados e extravagantes que alguns indivíduos, traido a dos pais, carregam inocentemente.

Observou um dos interlocutores que esses nomes são quase sempre “coisas de mulato”. E deu a razão: “O amor do luxo, das cores berrantes que dão na vista, das palavras pernósticas, enfim, – o verbalismo bombástico que se considera característico de brasileiro é efetivamente do negro, ou antes, do mestiço. O fenómeno do negro arrevezado é uma derivante do gosto da ostentação e, a meu ver, tem outra explicação óbvia: durante a escravidão o negro tinha nome simples, que por força de lhe serem comumente designados, acabaram adquirindo um sentido quase pejorativo, de casta, de diferenciação econômica e social, João, Sebastião, Benedito, observem, esses nomes não são dados ao branco de boa origem, de berço. A não ser quando havia promessa da avó beata, esses nomes ficavam para os crias das senzalas. Aliás, a promessa demonstra claramente que se tratava de um sacrifício que o novo rebento deveria suportar. Daí o desprezo do negro livre e emancipado por esses prenomes que diminuem. E a reação contrária, dando os Escaloposos, os Pitágoras e os Marcos Aurélios africanos”.

Outra desforra do negro, desforra e volta ao estádio de civilização em que estava quando foi trazido para cá, continua o rapaz, é a inconstância no trabalho e no lugar. Observem o

doméstico: se for de cor como chamamos – branco, amarelo, etc. não são cores... – vocês reparem que ele deixa o emprego, sem motivo nenhum, para variar, para empregar-se em outra casa, para vadiar alguns dias ou dedicar-se a outros afazeres, experimentando outras profissões. Ele não se especializa e aperfeiçoa como o branco; o que ele quer é variar”.

Esta última observação, perdoe-nos o romancista, não é rigorosamente exata. Só entre negros é que precisamente, se encontram, hoje, domésticos que se integram nas famílias a que servem... Quando alguém conta que possui criado ou criada antiga, pode-se afirmar, quase com absoluta segurança, que esse criado ou criada não é branco.

Mas estejam as personagens do romancista com a razão, ou não estejam, não só nessa como em outras observações, de que o livro está semeado, não se pode contestar que da maneira como são expostas, essas observações estimulam, sempre, a curiosidade do leitor e tiram ao romance o caráter de simples recreio, leve e superficial, que as obras desse gênero costumam apresentar. Se o romancista sabe manter sempre vivo o interesse da narrativa sabe, também, provocar e alimentar, no espírito do leitor, o prazer das ideias.

Essa arte não é de romancista vulgar, de simples contador de histórias mais ou menos bem engendradas. É do romancista que pensa e para o qual o romance não é, apenas, um meio, fácil e ameno de arrancar o leitor às suas preocupações ordinárias.

Escritor de amplos recursos técnicos, com o senso da expressão exata, e com admiráveis dotes de observador, o Sr. Flávio de Campos só não irá longe como romancista se não o quiser, ou se o destino desviá-lo para outros rumos.

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Pedro Calmon: *História social do Brasil (3º tomo)*; Monteiro Lobato: *O minotauro*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 dez. 1939, p. 3.

Os aspectos da vida do Brasil, durante o regime republicano até 1922, que são traçados pelo Sr. Pedro Calmon no 3º volume da *História social do Brasil*, evocam tanta coisa já esquecida que parecem pertencer a um passado assaz remoto, de que nenhum de nós foi testemunha. Haverá talvez, quem se lembre de que, nos primeiros dias da República, se instituiu o tratamento de “vós” ao invés de “excelência”, se aboliu o “Deus guarde” substituindo-o pela “Saúde e Fraternidade”. Poucos, porém, se recordarão de que, para assinar o seu divórcio da Igreja, o novo governo quis até mudar o nome do cemitério S. João Batista, no Rio de Janeiro, para o de “Sul colombiano”, e de que o “Conselheiro Paulino Provedor da Santa Casa, desviou a tolice com esta objeção sarcástica: “Como mudar-se o nome do cemitério se faltava o consentimento dos que lá estavam?...”.

Um ódio frívolo ao passado, nota o Sr. Pedro Calmon, que circulou pela cidade. “Os populares que arrancavam as coroas dos gradis do Campo de Sant’Ana (agora praça da República) quiseram derrubar a estátua de D. Pedro I ao Rocio (aliás praça Tiradentes)... Rebelam-se os estudantes contra os mestres acusados de sebastianismo. Pleiteiam e conseguem, em São Paulo, a jubilação do Conselheiro Justino...” No capítulo do federalismo o delírio, então, chegou ao extremo. “O Ceará organizou, logo, um ministério ao qual não faltou ministro... da Marinha.

No Maranhão, decretou-se, antes da União a separação da Igreja e do Estado. A Constituição do Amazonas habilitava o governo a decretar o estado de sítio. Em São Paulo, fez-se questão de adotar o qualificativo de “Soberano” para o Estado.

A impaciência foi o traço característico da época. Nada “de prudências senis”: federação, à americana; república, à francesa; governo forte segundo Augusto Comte; indústrias, fábricas, companhias, bancos, inflação, negócios como nos Estados Unidos... levantou-se uma larga cruzada contra os dogmas. Uma insurreição espiritual contra o passado, os valores consagrados, uma substituição de símbolos, de princípios, de fins. Ao invés da continuidade política, a revolução; em lugar do ruralismo monárquico, a cidadania republicana: não mais “unidade nacional”, mas “União”, com Estados autônomos; governo de mão firme e não débeis governos de gabinete; discursos na rua e não no parlamento; nacionalismo, aliás “jacobino” e lírico, como em 1831, porém com modelos distintos – igualdade democrática, barulho de reivindicações populares. O ano de 1890 é de demolições frenéticas no campo político, de delírio e sonho na Bolsa, e no mercado de luxo e prazer nas esferas sociais da Capital Federal. O ruído dessas agitações abafou os protestos esparsos, inutilizou as vozes oposicionistas. Os barões do Império ressarciam, febrilmente, na confusão financeira, os prejuízos da Abolição. Paradoxo inicial: nunca foi tão completa a concentração como em 1890, quando começou a descentralização federativa”. O “encilhamento” alastrou-se como um incêndio. “Prevaleceu-se o governo desse deritativo – “patriotismo” (de pranto...) disse Benjamin Constant com mordacidade, definindo o materialismo daquilo – para empreender depressa as suas realizações.

Rui foi para o Sr. Pedro Calmon, em 15 de novembro, uma criatura providencial. Conquanto houvesse ficado melhor na pasta da Justiça e não na Fazenda, para a qual foi destacado, pôde evitar, com o seu prestígio junto a Deodoro, alguns erros graves, como seriam, indiscutivelmente, a divisão territorial arbitrária que os positivistas pretendiam levar a cabo, a vitória das doutrinas anti-ianques, e a demora na instauração do regime federalista. Rui foi, no governo provisório, a Razão. Imprimiu à nova ordem de coisas o selo de suas convicções. Escrevendo a primeira lei do regime (a que deu ao país a forma de república federativa e o nome de Estados Unidos do Brasil), suspendeu o “europeísmo teimoso de nossas inclinações”. Trocou a América por França; popularizou – o que, até aí, fora fraseado de jornal ou assuntos acadêmicos de recintos fechados – a política dos Estados Unidos, as soluções dos Estados Unidos, o seu hibridismo invejável. Com o decreto nº 1 “coroara Rui a sua carreira de

reformador político. Apagara a superstição francesa do nosso Constitucionalismo. Inaugurava esse americanismo de que foi, até morrer, o advogado nem sempre compreendido”.

Mas, em outro terreno, o positivismo triunfou. A bandeira foi obra sua. O lema – “Ordem e Progresso” – que lhe puseram, apregoava o predomínio de uma filosofia”. “Dir-se-ia o novo regime embrulhado nas faixas da Religião da Humanidade”. Mas a verdade é que a bandeira não revelou a proeminência de uma convicção, porém de um homem: a ocasional proeminência de Benjamim... Nos fatos políticos e sociais de então a projeção do positivismo é mais de uma educação disciplinante do que de um programa em execução. O sentimento de ordem que, apesar de tudo, se manteve naqueles tempos confusos, foi alimentado, principalmente, pelos discípulos do positivismo. “Um subconsciente de resistência à anarquia conserva as velhas linhas do liberalismo imperial. Flameja, de contrapartida, o laicismo comum às ideias radicais”.

Se 1890 foi o ano do otimismo, o período seguinte até 92, foi o da decepção. “Em 1890 se esquece a Monarquia; em 91, quase esquecida ficou a República. A nuvem de papéis – títulos da Bolsa! – que, em 1890, escondeu o horizonte imperial se dissipou, em 92, sobre um campo de destroços. Dir-se-ia a República esgotada quando, apenas, ensaiava os primeiros passos: embriagara-se de fantasias que se esvaneciam como uma alucinação. Entretanto o governo provisório, num ingente esforço, realizara uma obra importante.

Deodoro, Floriano, as lutas políticas, as revoltas, os movimentos subversivos, as presidências civis, tudo quanto encheu os dias tormentosos da República, nos seus primeiros passos, é lembrado com sobriedade e precisão de traços. O Sr. Pedro Calmon sabe fazer, como poucos, a síntese dos acontecimentos. Eis como define a República da primeira época: “Experimentara ela duas fases opostas: a anarquia das ruas e a onipotência do poder armado. Flutuara entre um extravagante federalismo e a abolição tácita das autonomias estaduais. Provara os mais diversos “climas” políticos, o idealismo das primeiras medidas, a luta regional pelas posições, o choque entre os “fundadores” e os “organizadores”, o abandono da Constituição pela necessidade de ordem. Correra, depois, muito sangue. Prudente não se aguentara ao sabor das ideias mas por força da circunstância. O país varrera de si a fantasia dos dogmas franceses, que o tinham empolgado nos últimos anos do Império. Queria trabalhar. Pedia paz. Nessa atmosfera de saturação, de desencanto e fadiga, é que submerge a república teórica, que não fora exequível, e se impõe a república que podemos ter. A que for possível...”

O período de paz que, então, alcançou, custou-lhe “um largo quinhão de ideias”. É essa a lei a que estão sujeitos todos os regimes... Algumas vozes protestam. A todas domina, caindo de altitude até então jamais atingida, a de Rui Barbosa. Mas o sacrifício dos princípios continua. Cada presidente “valia por uma interpretação inesperada da República”. Verificou-se para logo que o regime federativo não funcionava regularmente. Daí a razão da ideia revisionista que, durante largos anos, foi um tema obrigatório dos debates políticos.

O presidente da República acabou sendo, por assim dizer, o poder único. Mas, bem ou mal, o aparelho foi equilibrado de um modo oligárquico, porém rendoso. “O signo de 89 fora a Ideia; de 93 a Força; de 99 era a Civilização material, o progresso rápido, a volta do capital estrangeiro com a dissipação do “jacobinismo”; a síncope do café, mas o entusiasmo da borracha, eletricidade, indústrias, colonização, o cacau da Bahia, a erva-mate do Paraná e Mato Grosso, estradas, pontes, portos... o século XX inaugura-se numa atmosfera febricitante. Na sombra daqueles dez anos de política, um Brasil diferente se formara”.

Desse Brasil diferente aponta-nos o Sr. Pedro Calmon, em páginas cheias de vivacidade, as características principais. “A voz de Rui Barbosa, com entonação profética, continua a pedir a revisão constitucional, a reforma dos erros políticos, deformadores da República, que não era mais do sonho de ninguém...”

A renovação do Rio de Janeiro, que então se opera, tem um largo sentido histórico. “A Monarquia caiu em efígie em 1889. O passado caiu, realmente, em 1904: com as vielas do centro urbano, com a angústia de espaço do coração da capital, para que, em avenidas modernas, circulasse fortemente um povo lisonjeado pela civilização”. “Desafiara Prudente a revolução

para pacificar; Campos Salles enfrentou a revolução para organizar; Rodrigues Alves desarmou a revolução para edificar”. Entrelaçam-se as influências: o governo, que abre os rumos, o engenheiro internacional, que desembarca com os seus planos de bons negócios, o banqueiro que o acompanha...”

Dez anos depois, em 1914, quando se realiza o primeiro Congresso de História Nacional, sente-se que transformações se efetuaram, também na inteligência nacional. “De um lado, é a geração nova que apresenta o espírito formado na tolerância do primeiro decênio do século, ambiciosa de cultura substancial, de “realidades” sociais; do outro, as pazes que se celebram entre os litigantes idealistas em torno dos princípios... Cada vez se discute menos a República, a Federação, o laicismo político; exatamente para que se exacerbassem os debates sobre as reformas técnicas, as melhorias morais do regime, que não ganham em solidez, sequer em créditos, à medida de sua propriedade aparente... Enrolam-se as bandeira no campo das lutas d’antanho quanto à forma de governo: e o jacobinismo se dissipa em manifestações esporádicas, retardadas. Confundem-se, misturados, os antigos combatentes. Rui Barbosa proclamara, em 1921, a sua sábia indiferença pela exterioridade das instituições: e nenhuma voz se elevava a esse tempo para opor-se ao gesto piedoso do presidente Epitácio Pessoa mandando um couraçado trazer da Europa os restos mortais de Tereza Cristina e Pedro II. Paixões, que esfriam, traem decadência, desengano: perdia a política, mas a cultura se enfeitavam de outras gala”

Creio que, em certas ocasiões, já frisei que há dentro do Sr. Pedro Calmon, um artista o qual está, sempre, ao pé do historiador, enfeitando-lhe a pena. Mais esse artista não é absorvente, permite ao historiador que, de vez em quando, abandone a pintura do cenário e das personagens e desça à exposição de coisas, de que a arte costuma viver afastada. O artista compreende que o historiador é obrigado a essas excursões sob pena de trair a sua missão e de não fazer obra perfeita, – e submete-se de boa sombra, ao sacrifício de acompanhá-los aos pedregais da narração. Mas o historiador, por seu turno, não se esquece do que deve ao artista e procura, nessas excursões, mostrar-lhe que não pode viver sem ele... Ei-lo, então, a escrever do café, da borracha, do açúcar, da moeda, de comércio e de finanças, com leveza e elegância: “A era da borracha prolonga, Amazônia adentro, a festa do ‘encilhamento’; interna-a, ruraliza-a, instalando em Manaus – índice desse esforço súbito, – uma inquieta e deliciosa metrópole de riqueza. A prosperidade do café põe nos alvoroços da economia paulista uma audácia construtiva que lhe ficará característica como um traço fisionômico. O açúcar mantém-se estável. O revés político somou-se ao desânimo da aristocracia dos engenhos, desalojada pela usina... A solidez da economia do café, em São Paulo, depois da crise de 1886, ficou demonstrada no temporal da abolição. Houve, na safra de 1889 uma queda de 600 mil sacas. No ano seguinte, a exportação paulista ultrapassava a de 1887... Alta constante até 1896. Regurgita, no Estado, uma prosperidade, que não descansa em faustos inativos: interrompe, criadora, em todas as formas de animação e de valorização da terra. Estacionária nos outros países, a produção paulista, em trinta anos, subiu de um para dez. Enrico Ferri disse que a cultura do café é a obra mais notável do gênio agrícola do mundo. Surgem, como por encanto, cidades cheias de vida onde era, há pouco, o deserto hostil. A grossa imigração estrangeira (um milhão de italianos num decênio!) leva por diante os obstáculos da geografia e dos pacatos costumes rurais... O complexo psicológico que era o ‘Economismo’ paulista – gênio industrioso, audácia agrícola, trepidação de iniciativas grandiosas, largueza de vistas e gestos em contraste com a ponderação lenta das populações que não se renovaram ao contato dos alienígenas, – forma-se em virtude desse choque: a avidez do trabalho do colono às voltas com a pertinácia do desbravador nativo. Este não permite a desnacionalização da gleba... Fortunas brilhantes atiram para a Europa as famílias sertanejas que voltam com largos projetos de transformação social e de melhoramento soberbos...” Mais adiante. “De começo a lavoura puxou o progresso; agora é este que a desenvolve e interna. Distribui-se por zonas e linhas férreas: a Central indica o itinerário velho do café que entrou, lento e avassalador, da província do Rio para os campos de Taubaté. Campinas foi o centro da sua irradiação paulista; por isso a Mogiana o levou para Ribeirão Preto, capital sertaneja do café,

como fora outrora Sorocaba dos gados do sul. A Paulista carregou para Rincão e Itirapina. Seguiram-se a Araraquarense e a alta Paulista. A Noroeste arrancou de Bauru para o Mato Grosso, por Pirajuí, e a Sorocabana de São Paulo para os barrancos do Paraná... A riqueza devora o chão acidentado. Atrás do 'ouro verde' vem a erosão. Alternam-se os espigões secos e erosados e as baixadas férteis. Pelas encostas sem sombra enfileiram-se geométricos cafezais. As chuvas arrebatam o húmus das curvas de nível para os vales e aí a pequena agricultura retém o colono enquanto o plantador ambicioso se desloca para os horizontes novos. Por isso o café, varando o Estado, já lhe foge pelas fronteiras, invadindo o Paraná, Minas Gerais, Goiás”.

Informações estatísticas, que o historiador pacientemente colige, puxam o poeta pelas asas, aqui e ali, e restauram no espírito do leitor a confiança no historiador...

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Genolino Amado: *Um olhar sobre a vida*; Nelson Romero: *Os grandes problemas do espírito*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 jan. 1940, p. 3.

É um prazer olhar a vida com o Sr. Genolino Amado. Mas é um prazer perigoso. O Sr. Genolino Amado gosta do paradoxo e tem a volúpia das antíteses. Se a gente se deixa levar da falsificação dos seus períodos e consente que o senso crítico se embale, descuidado, na música da sua frase, está perdida. Quando der acordo de si estará escravizado ao pensamento do escritor e enamorado das suas ideias. A sua maneira pessoal de ver as coisas, servida por uma linguagem que é toda transparência e vibração, prende e encanta. Vejam se não é assim lendo o que a fotografia de uma bailarina ao pé de uma esfinge lhe trouxe ao espírito: a melhor definição da diferença entre o mundo antigo e o mundo moderno: “Toda a história se põe entre o semblante imutável da figura imersa e o gesto ligeiro da pequenina figura que ondulava tão perto. O mundo antigo era como a Esfinge – o mundo da permanência, dos blocos da vida que se uniam à terra, guardando no repouso das atitudes o propósito de continuar igual a si mesmo. O mundo moderno é como a bailarina - inquieto e vibrante, saltando em gestos efêmeros diante das verdades eternas desdobrando-se em formas e em linhas, sem fixar uma só expressão. O mundo antigo via a vida diante dela, sem entender o seu segredo, que dorme indecifrável na face da Esfinge”.

O jogo das ideias prossegue numa cintilação que se não se apaga: “A esfinge pede à humanidade que lhe decifre o segredo, a bailarina mostra à humanidade a ação que se contenta das suas formas visíveis, sem descer ao mistério das coisas... a Esfinge se detém no meio do deserto para compreender a vida. A bailarina ondula, vivendo a vida sem cuidar de compreendê-la. A Esfinge sabe a inutilidade do movimento. A bailarina insinua que a sabedoria é também inútil”.

Toda a evolução do ocidente se processou, para ele, entre essas duas imagens: “Da antiguidade clássica aos dias de hoje [viemos nos] afastando do senso da esfinge para o senso da bailarina. A vida foi perdendo a sua força íntima, de contemplação parada para ganhar energia dos movimentos nas projeções exteriores. Já não vivemos em repouso no deserto. Bailamos sobre os precipícios, compramos a riqueza dos movimentos embora empobrecendo, com o preço que pagamos, a nossa própria alma”.

O amor aos contrastes leva-o, logo depois, a esta anotação: “O homem moderno só em voz baixa é que fala das altas coisas da vida. Pensar envergonha-o profundamente. Falta-lhe, coragem para comentar em voz alta o heroísmo. Os heróis, por seu turno, não passam de crianças assustadiças, medrosos meninos que têm caprichos travessos, mas não ousam defrontar a severa fisionomia da vida. Somos todos assim: covardes em face da vida e, principalmente, em face do prazer da vida. O homem de hoje tem vergonha dos próprios prazeres. Ninguém passeia pelo gosto de passear mas pelo bem que fazem os passeios. Falta-lhes coragem para reconhecer-se menino. Nos dias de hoje desapareceu o sentimento, ficando, apenas o sentimentalismo. O coração não procura mais as verdades [ilegível] da vida. Busca, apenas, as aparências decorativas. O pieguismo substituiu a piedade, o que explica a indiferença pelas dores grandes da humanidade e a sensibilidade pelas desgraças, bem enfeitada, de pessoas distintas. A ficção, em vez de suceder, antecedeu [ilegível] a realidade e, em vez de interpretá-la, transforma-a em sua intérprete. “O homem que se emocionou com uma [fita] de Shirley [ilegível], ao ver a artistazinha milionária representar na tela uma garota pobre, esse mesmo homem nega um níquel à menina esfarrapada que lhe pede esmola à porta do cinema”. No mundo que nos cerca o que distinguimos é, principalmente, o que não existe. Daí, talvez a [ilegível] pela qual o mundo nunca se mostrou tão esperançado como [ilegível]. Esperança imensa e doida, esperança que vai aos extremos limites do sonho e do [ilegível]. O perigo da guerra, por exemplo, existe porque há esperanças demais na Europa. Esta não sofre a agonia da velhice, como parece a muita gente. [ilegível], apenas por novos tormentos a sua maravilhosa vitalidade de espírito e corpo, criadora

de idéas e pronta a combater por elas. O mundo de hoje é trágico e aflitivo, mas não é um mundo em decadência”.

Esse conceito, entretanto, não o impede de assinalar que, neste mundo não existe lugar para a inteligência: “Ela não vale mais nada, a sua época já passou, é uma [sombra] importuna a aparecer em lugar onde não é chamada e onde [mais possa] fazer. Não é mais ela, mas a sensibilidade quem propulsiona os grandes movimentos políticos do nosso tempo. Desceu tanto a inteligência que o século XX cultivava as mais estranhas das [pedanterias], orgulhar-se de não possuir atmosfera onde possam respirar os grandes sentimentos humanos. Congratula-se por julgar-se livres, felizmente, dessas tormentas da paixão e da bravura de que saíram as namoradas e os heróis antigos”. Já não temos compreensão para os grandes lances de amor e o heroísmo. “Pelo contrário, sentimos esquisito júbilo, um desejo natural de trocar felicitações porque a existência moderna não conhece essas imagens prodigiosas que povoaram de resplendentes fantasmas a realidade e os sonhos de outras civilizações”. Em outras épocas a humanidade padeceu da mesma incompreensão mas, no passado, se a humanidade não fazia grandes coisas acreditava nelas. “E de repente pela vida de um gênio ou pelo gênio da vida, na realidade, ou na imaginação, saltavam os heróis, as santas, os libertadores, os descobridores, as belas namoradas. Hoje, não! Ficamos constrangidos com a própria emoção que nos assalta quando uma Julieta, pálida e risonha, se debruça, com êxtase, no balcão, para ver a sombra do namorado.

O olhar que o Sr. Genolino Amado passeia pela vida e pelo mundo torna-se mais intenso e penetrante quando se pousam no Brasil. O primeiro ponto em que se fixa é o prazer que o brasileiro comum tem em acolher e dar como provadas todas as maledicências que se tecem em torno dos homens de inteligência. “No anedotário nacional o homem de inteligência pura representa o palhaço triste, faz rir à custa da própria desgraça, como o bufão desengonçado e sutil de que tanto escarneciam os toscos barões medievais”. Se nos homens representativos, em outros domínios que não o da inteligência pura, o que atrai e seduz são os aspectos austeros e edificantes, o que interessa, nos homens de inteligência pura, são as aventuras boêmias, os documentários da derrota, as falhas de caráter. “Existe assim no ânimo do brasileiro uma estranha inclinação para se congratular com as derrotas da inteligência. O homem de espírito só lhe parece simpático e interessante quando se deprime na venalidade das opiniões, na boêmia da criação. A sua tendência natural é para considerar o pensador, um poeta, como um pobre diabo divertido mas sem importância”.

O Sr. Genolino Amado explica esse fenômeno pela circunstância de que as coisas de espírito não constituíam, até há pouco, no [brejo] semi-colonial, problemas fundamentais. No princípio da formação intelectual do Brasil, as noções literárias, quase todas vindas da Europa, eram privilégio de um punhado de senhores contra cujos interesses se opunham. Eram assim uma cultura que os homens cultos não queriam aplicar à realidade, guardando-a, apenas, para o recreio das horas vagas e para marcar a diferença entre a casta privilegiada e a grossa massa ignorante. A literatura não passava de uma prenda de gente distinta, de um “adorno para a sala de visitas do imenso casarão colonial que ainda era o Brasil”. “Sem corresponder a nenhum fim, sem ter função no quadro social, a atividade pura do espírito poderia suscitar agrado, porém nunca respeito, e terminaria desenhada como tudo o que, embora divertido, é inútil e inatual. Vendo a literatura sem utilidade para quem a produzia, pois não chegava a ser uma profissão, e sem sentido social humano para quem a lia, pois se afastava da realidade, o povo se foi acostumando a considerá-la como simples habilidade curiosa, um dom esquisito, que a natureza atribuía a certos indivíduos talvez como compensação por lhes negar capacidade para coisas mais construtivas e consistentes. No consenso popular literatura e poesia não passam de distração sem consequência, filiada à categoria das festinhas de batizados das quermesses de caridade, das fogueiras de São João... A arte de escrever é uma demonstração de dotes naturais ou de habilidades exercitadas como a de um trapezista ou a de um funambulo. É para divertir e para fazer figura. Pouco se nos dá que o escritor ataque como defenda as coisas que prezamos, que são essenciais à nossa vida, que negam e confirmam a nossa própria certeza. É que achamos

que escrever não altera em nada, não constrói nem destrói. É uma habilidade. “E assim, mesmo quando aprecia o trabalho intelectual, o leitor deprime, inocentemente, a inteligência.

Na defesa da inteligência, que nunca deixa de fazer sempre que se lhe oferece ensejo e que sempre faz de maneira vigorosa e cintilante, o Sr. Genolino Amado levanta-se contra esse inimigo inocente, mas perigoso do espírito, que é o menino prodígio.

“Outra coisa com que não se conforma e que lhe dá tristeza é a “crescente superstição da bondade brasileira e o prestígio sempre crescente dos chamados homens bons do Brasil”. A concepção brasileira da bondade e do homem bom parece-lhe o mais trágico erro do nosso julgamento em face das ações e das figuras que se projetam em nosso meio, que influem em nosso destino e que nos podem prejudicar ou favorecer. É perigoso considerar-se virtude suprema, como geralmente se considera, o dom de estar bem com toda a gente. O inimigo é uma necessidade e a inimizade um benefício. A bondade autêntica implica uma atitude combativa. “Não se pode ser bom, realmente bom, sem ter inimigos. Não se pode ser bom quando se está bem com toda a gente, porque isso significaria ficar com o que não presta. Na concepção brasileira a bondade deixa de ser uma força animadora para se tornar uma fraqueza que desanima e entorpece todas as forças vivas da vida”. Nessa concepção, que constitui um erro e um defeito, ter coração significa não apontar injustiças, ser calado, ser conveniente, nunca fazer um louvor merecido, nunca criticar, “um idiota que tem por si a solidariedade de todos os idiotas, unidos na defesa dos privilégios proporcionados por essa bondade mole, derrotista, que se condena por nada condenar”. Varramos do Brasil esses homens “bem educadinhos que estão de acordo com todas as fraquezas de quem quer parecer bom, mesmo para não defender o bem, para tolerar o mal”.

Defeito nacional, que também condena sem reservas é o de criar problemas imaginários na crença de que se assim não fizermos não estaremos seguindo a civilização européia. Sem necessidade alguma, tenta-se trazer para a América do Sul, principalmente para o Brasil, o que a Europa só aguenta porque não tem jeito para dar, invejando este pedaço da terra que poderia viver fora de correntes armamentista e outras calamidades. Sofremos, perdemos “o privilégio de inestimáveis alegrias, porque não sabemos ser nós mesmos, com a nossa doçura, com a sorte nossa, com o nosso bom destino de estar aqui, em porto sereno, longe das borrascas europeia. Já que não temos ciclones, fabricamos ventiladores para agitar a atmosfera em calma”. Tínhamos uma pátria cristã, de suprema tolerância para todos os cultos e para os que não têm crença. Tínhamos uma pátria de poucos ricos e muitos pobres. Tínhamos uma civilização por assim dizer patriarcal, uma pátria que era possível ser livre no pensamento sem dar prejuízo a ninguém, sem comprometer a ordem das coisas e das instituições, o fundamento da crença, da sociedade, da família. Entretanto, sem que a realidade se alterasse em seus elementos objetivos, todo o nosso bem esteve a ponto de desaparecer pelos fatores subjetivos, pelas trágicas ilusões que criamos, pela nossa maldita mania de fingir que sentimos o que outros povos têm vergonha e desespero de sentir. Tudo quanto na Europa se inventou, no terreno político, no terreno econômico e no terreno social em consequência das perturbações trazidas pela guerra e da superindustrialização em países sem colônia onde buscar matéria prima, com milhões de desempregados, quisemos transladar para o Brasil, que esteve longe das batalhas, cuja indústria é incipiente, com matérias-primas para dar e vender, sem perigos nas fronteiras, com infinitas léguas enquadradas de território desabitadas... Só por muita sorte ainda não estragamos a realidade que é nossa e ainda não desperdiçamos todo o bem que possa existir na vida. Mas estamos sempre arriscados a perder tudo isso – e não por ser a miragem que a realidade não deixa subsistir mas por ser uma realidade que as miragens opressivas ameaçam a cada hora. Pode-se quase afirmar que o brasileiro é um ingênuo povo que tem vergonha das próprias virtudes quando desconfia que são virtudes brasileiras. Há neste país tanto medo da originalidade que preferimos um defeito que nos confunda com toda a gente a uma qualidade que nos distinga do resto do mundo. A nossa inclinação natural é para, sem maior exame, interpretar como vício ou erro o que existe de característico dentro do Brasil. Nada mais significativo do que a nossa concepção do ideal e do

idealismo. Em toda parte do mundo o idealista é o cidadão mergulhado em sonhos generosos, ardendo ao calor de utopias melhores do que a vida, preferindo os bons devaneios à realidade má. É mais do que um poeta. É um homem que vive em poesia. O chamado idealista brasileiro é o opositor de tudo isso. Não existe homem mais prático, mais empenhado em resolver seus problemas pessoais de conforto, segurança e reputação nas rodas de prestígio. Não sacrifica nunca o bom senso do seu egoísmo e as vantagens da sua carreira. O cálculo frio das ambições corta-lhe esses impulsos repentinos do coração, esse inspirado heroísmo do temperamento que se rebela contra a razão interesseira da existência. Vivemos num plano de vida ainda tão primário que a conquista de posições materiais é vislumbrada como um ideal. O ideal de um cidadão médio, em nosso país, é ser ministro do Supremo, membro da Academia, banqueiro, industrial, em suma, é ser rico, importante, bem instalado. O suprassumo do idealismo está no gozo de coisas materiais. É verdade que existem, também, como no resto do mundo, criaturas que perdem tempo falando de grandes coisas e de grandes homens, amigas das ideias puras, dos conhecimentos teóricos, que não sabem como se ganha dinheiro e como se cultivam relações influentes e que nem mesmo acham isso necessário para o gosto e a alegria da vida. Mas essas criaturas não são consideradas idealistas. A maioria acha que elas não têm ideal na vida, isto é, não tem senso prático.

Aí está um ponto, conseguintemente, em que o brasileiro não tem vergonha de se diferenciar da Europa, de ser característico, de ser brasileiro... Onde, também, ele se mostra em contradição com o brasileiro, que só ama o que vem de fora e se envergonha do que é seu, é na compaixão pelos vencidos. Existe no brasileiro o estado d'alma predisposto à poetização do malogro, ao romantismo do revés. A nossa vocação é para amar a derrota e querer bem a todos os derrotados. Ama-se a vítima por ser vítima e não pela fé que a vitimou.

O orgulho e a humanidade do brasileiro no que têm de singular e estranho, o Sr. Genolino Amado os analisa, também, com a mesma arte no jogo dos paradoxos e com a mesma fulguração de ideias, mostrando que só nos orgulhamos daquilo para que não concorremos, quando tanta coisa há, que é obra nossa, de que não nos envaidecemos, para as quais só prestamos atenção quando um estrangeiro a ela se refere. “Só nos alegra o coração a palavra do estrangeiro, distraído que, vindo aqui, no prazer egoístico do turismo, se deslumbra com a paisagem sem se interessar pela sorte do homem. Esse próprio panorama é para nós um singularíssimo motivo de vaidade. Não o admiramos por si mesmo mas pela admiração que produz no visitante estrangeiro”.

Com a mesma sedução espiritual, o Sr. Genolino Amado percorre, com o olhar agudo e penetrante, o mundo da literatura oferecendo para a compreensão de certos movimentos literários e de certos escritores, modos de ver próprios que serão, por vezes, discutíveis mas que nunca deixam de ser magnificamente expostos. Não é sem pesar que se deixa a companhia de conversador tão faiscante quando, terminada a leitura do último capítulo se fecha o livro.

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Pedro Calmon: *História da casa da torre*; Aureliano Leite: *Pequena história da casa verde*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 jan. 1940, p. 3

Quando no Brasil, se fala em antepassados muita gente sorri. Terra de colonização, em transformações contínuas, terra para onde afluem imigrantes que, ao cabo de algum tempo, aqui se cruzam com os nacionais, o Brasil não pode apresentar, supõe alguns, uma cadeia ininterrupta de membros da mesma família por mais de um século. Pelo menos será difícil estender a cadeia para além desse lapso de tempo. A verdade, porém, é que existem, no Brasil, famílias que se vão prender a povoadores do solo que para cá se transportaram no próprio século do descobrimento. Uma dessas famílias é a dos fidalgos da Torre, na Bahia. Capistrano de Abreu, há mais de 50 anos, lamentava que ainda não tivesse sido escrita a história dessa família cujo fundador, no Brasil, foi companheiro de Tomé de Sousa. O Sr. Pedro Calmon tomou a si a tarefa de escrever essa história e de tal modo a executou que nos deu um livro que é uma demonstração irrefutável de que há, no Brasil, troncos centenários. É nesses “clãs”, nota ele, é nessa cadeia rácica que melhor se percebe a coesão das eras, a unidade consanguínea do Brasil, que ajudaram a formar, construindo a sua casa patriarcal, devassando-lhe os sertões, alargando as suas fronteiras ou disciplinando a sua vida coletiva, sem esquecer as boas tradições do lar português, religioso, severo e sóbrio, que não perdeu, nos trópicos, nenhuma de suas características ancestrais.

O fundador da Casa da Torre, Garcia d’Ávila, foi companheiro e amigo de Tomé de Sousa e a casa que ergueu na Bahia, se caiu em ruínas materialmente, ainda sobrevive espiritualmente numa descendência de homens ilustres entre os quais se destaca esse esplêndido tipo de magistrado e jurista que é o Sr. Pires e Albuquerque.

O que tentamos com relação aos fidalgos da Torre, escreve o Sr. Pedro Calmon, poderão fazê-lo os historiadores do sul a propósito das famílias paulistas vindas com Martim Afonso e cujos descendentes, com a sua bota de sete léguas, perlustraram todos os caminhos do sertão. Os Pires e Camargos. Os Prados e Taques. Os Leme e Oliveiras.

Esse conselho deve ser ouvido. Através das monografias das famílias tradicionais é que melhor se apreendem e fixam os traços fisionômicos das populações e as linhas gerais do movimento civilizador da colônia. Dez ou quinze casas conhecemos, cuja crônica, afirma o Sr. Calmon, desdobrando-se de 1532 ou de 1549 até a atualidade, mostraria que à margem delas é fácil restaurar boa parte do passado do país. É possível que até seja maior o número dessas casas.

Garcia D’Ávila, fundador da Casa da Torre, soube escolher sítio para a construção do solar brasileiro que deliberou construir. Procurou e descobriu um monte, isolado, num largo horizonte de campos, onde morasse como um senhor feudal. Esses campos eram denominados campos de Itapoam. Da colina, a cujos pés morrem, descortina-se o litoral até perto de Sergipe. A concessão primitiva foi estendendo-se a pouco e pouco para o interior, alargando Garcia D’Ávila os seus domínios não só pela munificência dos governos como, também, pelas necessidades da guerra ao gentio em que se tornou famoso. O seu gado alastrava-se por léguas e léguas de pastaria. Gabriel Soares, em 1584, dava esta notícia das suas propriedades em Tatuapara: “Tatuapara é uma enseada onde se mete um riacho deste nome em a qual entram caravelões da costa com preamar. Nesta enseada, têm os navios muito boa abrigada ou surgidouro de que se aproveitam os que andam pela costa. Aqui tem Garcia D’Ávila, que é um dos principais e mais ricos moradores da cidade de Salvador, uma povoação com grandes edifícios de casa de sua vivenda e uma igreja de N. Senhora mui ornada, toda de abóbada, na qual tem um capelão que lhe ministra os sacramentos. Este Garcia D’Ávila tem toda a sua fazenda em criações de vacas e éguas e terá alguns dez currais por esta terra diante”.

O padre Cardim, escrevendo do mesmo potentado, afirmou que ele era o segundo em riquezas, por ter sete ou oito léguas de terras por costa, “na qual se acham o melhor âmbar que por cá há, e só em um ano colheu 8.000 cruzados dele, sem lhe custar nada. Tem tanto gado que lhe não se sabe o número, e só do bravo e perdido sustentou as armadas d’El-Reis”. Conta o

padre, ainda, embevecido, que o próprio Garcia D'Ávila, “desbarretado, servia à mesa, e nos ajudava a missa, em uma sua capela, a mais formosa que há no Brasil”.

Casa da Torre ficou sendo chamada o conjunto de moradias, muros de defesa, capela, e baluarte vigilante, onde ardiam, em circunstâncias especiais, fogos sinaleiros. Entre a Bahia e Sergipe a Casa da Torre serviu, efetivamente, de ponto de vigia e de centro de ação militar durante as guerras com o estrangeiro, prestando assinalados serviços na campanha contra os holandeses. Prepararam-se ali e dali partiram, também, diversas expedições para o sertão não só a combater o índio como a catar minas de prata. Parente da família Dias de Ávila foi aquele Belchior Dias Moreia, que deixou um roteiro para a descoberta de um tesouro de prata; escondido pela gente da sua família. O roteiro indicava florestas e serranias no coração da Bahia. A pretexto de procurar essa prata, a gente da Torre estendeu para o sertão os seus domínios e acabou alcançando esta fronteira geográfica: o São Francisco, “desalteraria ali a sua sede de 100 léguas de tabuleiros secos, onde o juazeiro é a única energia verde, de vida. Aquele rio daria de beber aos rebanhos que os seus pastores tocassem do Pojuca para o Itapiruru, do Rio Real para o Geremoabo, numa avançada que diante de si levava o tapuia, o mistério do sertão, as paisagens monótonas do nordeste, gradualmente enxuto e desbotado como uma terra incendiada... O gado era uma invasão. Um Átila perseverante, tardo e inevitável, por isso invencível. Não havia pará-lo. O tupinambá da costa, o caeté ribeirinho, o cariri da Caatinga recuavam. Os bois remoendo, sonolentos, progrediam. Conquistavam tudo. Em São Paulo o bandeirante caçava índios: na Bahia descortinava pastagens. Era primeiramente o vaqueiro. Precisava do campo, da cacimba, da largueza, da unidade. O rebanho crescia, caminhando”.

Casa de homens rudes e valentes, a da Torre assinalava-se, também, pelo ambiente de virtude. Os homens, metidos na coira marcial, “arredios do lar que os não atraía, andavam gostosamente pelos sertões à busca de novas terras, abrindo com as armas o caminho por onde o seu gado continuava a avançar, paciente e sóbrio”. Enquanto isso as mulheres permaneciam no lar como as venerandas matronas romanas, rodeadas de mucamas, a cuidar da educação da prole. De uma delas, viúva de Francisco Dias d'Ávila, Leonor Marinho que viveu em princípios do século XVIII, Sr. Pedro Calmon traça o perfil, que é o de uma senhora de rara energia. Viúva, ainda moça, morre para o mundo enclausurada nos salões conventuais de Tatuapara. Sua riqueza – o rendimento do marido, no cálculo de Padre Martin de Nantes, era de 50 mil libras por ano – não lhe dá à vida nem suavidade, nem brilho, nem movimento, desprezados pela sua educação intolerante. Para o filho sim, quer tudo. Oferece ao Rei condução para o salitre de São Francisco. Tudo oferece ao Rei, contanto que a Garcia sejam dadas, – uma tensa, uma comenda, uma alcaidaria. Embora o herdeiro da Torre ainda não fizesse 17 anos, Leonor propõe, negocia, debate. Oferece 20 mil quintais de salitre, postos em Cachoeira, contra um foro de fidalgo cavaleiro, dois hábitos com 150 mil réis de tensa e a donataria de uma vila, de juro e herdade, com livre jurisdição onde a fundasse. Principalmente o foro atormentava a vaidade da morgada. O filho porém, mais se inclinava ao granjeio de seus engenhos de açúcar que às cavalaria de sertão. “A mãe prendia-o a Tatuapara, onde encafuara de vez o seu enfezado fim de vida, a amargar as mesmas dores de três avós que ali envelhecera, com véus espessos na cabeça entre a sala ampla do solar e a capela abobadada da Conceição”.

A severidade do solar não impediu, entretanto, que, certa vez, ali se vivesse, com algum escândalo, um breve romance de amor. Uma das meninas da família, cortejada por um amigo do tio, fugiu com ele, uma noite, para casar. A mãe quando deu pela fuga, saiu ao campo, aos brados, chamando às armas, a multidão dos criados, dos índios que a serviam, dos soldados que guarneciam o porto. A Casa da Torre exigia vingança. Mas o par amoroso nada sofreu. A despeito da oposição da matrona da Torre, o casamento efetuou-se. A irritada matrona não encontrou, nas leis do Reino, castigo para os amores da filha. Só lhe restou o recurso de odiar o genro e seus amigos. O maior dos Ávilas, pelas proezas, foi, por um capricho da natureza, o menor pelo tamanho. Tão pequeno é que se tornava quase ridículo. Acontecia, porém, que “a impressão de ridículo lhe morria na luz insolente do olhar, nos modos bruscos que davam a esse

anão armado um ar espanhol de “conquistador” e na habilidade da sua palavra. “Era o ruído de uma escolta o andar desse pigmeu. Correu os sertões como poucos, combateu e destróçou índios. Divagou pelo vale do S. Francisco até 1680: brusco, implacável, inevitável, com um exército de vaqueiros em seu segmento, desde o Pageú ao Pontal, despovoando de tapuias as ribeiras que os gados invadiam”.

As suas proezas levaram-no até o Maranhão. “Francisco Dias de Ávila mergulha o vão profundo, das aves de altanaria nos campos do norte. Desaparece. O deserto silencia-lhe os ecos da cavalgada: o seu grito de guerra morre nos ângulos das cordilheiras setentrionais. O mundo que rompe e devasta era, até há pouco uma região neutra de gasalhado e paz, entre os últimos currais baianos do Piauí e as distâncias mais metidas na planície maranhense. Combate, entra, viaja, volta exausto, acolhe-se à Torre. Aos 45 anos, aniquilado por tantos trabalhos, morre. Alguns anos mais tarde, Antonil avaliava-lhe o patrimônio e 80 léguas do S. Francisco para o norte e 200 por ele acima, à mão direita, indo para o sul. Desse pigmeu maravilhoso, é que foi esposa D. Leonor Pereira Marinho, cujo perfil o Sr. Pedro Calmon traçou nas linhas que, em outro lance transcrevi. Dignos companheiros um do outro.

Descendentes da Casa da Torre foram o Pires de Carvalho e Albuquerque, os três irmãos da Torre, como eram conhecidos, que tão saliente papel desempenharam na Bahia durante o movimento da Independência, em 1822. De tanta monta se revelaram os serviços que, então prestaram à causa do Brasil, que a um dos irmãos, Antônio Joaquim Pires, foi que D. Pedro distinguiu com a primeira homenagem nobiliárquica do império, fazendo-lhe mercê do título Barão da Torre de Garcia D’Ávila. Consumada a Independência, a Casa da Torre continuou a servir, na Bahia, de baluarte do império. A “Sabinada”, que foi um movimento demagógico, de objetivos quase comunistas, encontrou nela o seu mais temível adversário. “Os senhores da Torre aparecem na primeira fase das operações militares. Arregimentaram o seu destacamento. Nada negaram à campanha que, em quatro meses, esmagou a rebelião”.

Antônio Joaquim Pires, escreve o Sr. Calmon, foi último senhor na Torre de Garcia D’Ávila. A tranquilidade imperial desarmou os seus batalhões, reforçados com os índios da vila de Abrantes. “A luxuosa vida dos engenhos de açúcar esvaziou o castelo, isolado na sua montanha. Um silêncio de angústia desceu sobre os lugares históricos de Tatuapara.

Perdendo a linha conventual das casas grandes da colônia ganhou a Torre, nas muralhas fendidas, o aspecto das fortalezas medievais, que assinalam, com os seus altos destroços, um velho e majestoso poder, evocando, na poesia das paisagens cheias de história, as gerações bárbaras e heroicas que souberam fundá-las antes da nacionalidade e defendê-las com honra e vigor. Três séculos de tradições brasileiras continuam a morar nestas ruínas ilustres”.

A Casa da Torre não podia encontrar mais eloquente evocador do seu passado. Se a poesia, se a fantasia, invadiu, aqui e ali, a história desse passado, o que se sente de real e positivo nessa história basta para ali reservar um lugar à parte entre os documentos brasileiros de mais relevo.

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Vicente Themudo Lessa: *Episódios e perfis*; Mário Guastini: *Na caravana da vida*; Desembargador Vieira Ferreira: *Azambuja e Urussanga*; A. Almeida Júnior: *A embriaguez no teatro de Shakespeare*” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9 mar. 1940, p. 3.

[...]

Antigo lidador da imprensa, tendo convivido com muitas personagens, umas de valor real, outras apenas favorecidas da sorte, o Sr. Mário Guastini diz-nos, em um livro a que deu o título *Na caravana da vida* o que pensa dessas personagens. Em geral pensa bem. A indulgência desse jornalista na apreciação dos homens é quase infinita. Afetivo e carinhoso, parece que só descobre, nas pessoas de que se aproxima, o que elas têm de bom. Não lhes sabe ver os defeitos nem acredita que sejam capazes de praticar o mal. Da malícia, característica da profissão, só lhe surpreendi duas amostras. Uma é de veneno brando: assinala a ignorância gramatical de um confrade de imprensa. Mas a outra é cruel: desvenda vícios ocultos e deprimentes de um velho servidor das letras. Acho que Mário Guastini teria andado melhor se não abrisse espaço em seu livro para o artigo em que nos apresenta, a uma luz tão crua e tão dura, esse incansável operário da pena. O artigo destoa, pela ferocidade da análise, dos outros de que se compõe o livro e que seduzem, exatamente, pela suavidade do tom, pela doçura do coração, pela delicadeza de sentimentos que acusam, no seu autor.

Muitas coisas deliciosas se encontram no livro. Uma delas é a seguinte: diretor do *Jornal do Comércio*, edição paulista, Mário Guastini pediu, certa vez, a Coelho Neto, um artigo sobre a travessia do Atlântico tentada pelo Conde Casagrande. O artigo chegou ao jornal mas Casagrande não chegou ao Brasil. Guastini guardou o escrito no fundo de uma gaveta. Anos depois, Ferrarin e Del Prete atravessaram o Atlântico. O jornalista pega do artigo, escrito para Casagrande, e publica-o com ligeiras alterações. Coelho Neto achou esplêndida a ideia: “Têm razão os velhos em dizer: ‘guarda roupa velha que um dia te poderá servir’. Guardaste o que fiz para Casagrande e, com poucos reparos, aproveitaste-o. O engraçado é que foi talhado para um serviu a dois e, francamente, não lhes ficou mal. E assim se escreve a história...”

A propósito desse caso, lembrei-me deste outro. Visitando, certa vez, certa cidade mineira, deparei, na praça principal, com a estátua de um cidadão bigodudo, grande benemérito da localidade, segundo me informaram. Perguntei ao amigo, que me acompanhava, se a estátua era parecida com o benemérito a quem fora dedicada.

[“]– Mais ou menos. A estátua foi feita para um cidadão italiano. Como faltassem recursos aos promotores da homenagem para levá-la a cabo, a estátua ficou para aí, meio abandonada. Morto Fulano (o benemérito da localidade) acharam os amigos que, tendo ele alguma semelhança com o italiano, poderiam aproveitar a estátua para o monumento que, em sua memória, deliberaram levantar. E aproveitaram-na.

E assim, não só se escreve a história como se prestam homenagens”.

Mário Guastini tem a nobre preocupação da justiça, mas, às vezes, comete injustiças clamorosas. Tal, por exemplo, a que faz ao *Estado de S. Paulo*, a propósito de Amadeu Amaral. Dá ele a entender que o *Estado* só veio a saber da existência do grande escritor depois que ele se afirmou jornalista vigoroso e polemista elegante no *Comércio de S. Paulo*. Posso afiançar-lhe que não foi assim. Desde os seus primeiros livros de versos, desde o tempo em que começou a escrever no *Correio Paulistano*, Amadeu Amaral conquistou a admiração e a simpatia de toda a redação do *Estado de S. Paulo*. Ensaiei eu, então, modestíssimo repórter, a minha vida jornalística, e lembro-me, perfeitamente, de que os rapazes do *Estado*, quase todas as madrugadas, iam para os cafés, após o trabalho, conversar com Amadeu. Se Amadeu só muito mais tarde foi convidado para trabalhar no *Estado*, e esse convite quem lho levou à casa de pensão onde residia, à ladeira Porto Geral, fui eu, explica-se por esta circunstância: eram limitados os lugares na redação do *Estado* e não podia ser oferecido a Amadeu um posto insignificante que estivesse muito abaixo dos seus altos merecimentos intelectuais. Quanto aos

vencimentos de Amadeu, posso garantir, também, que, dada a natureza da colaboração que ele prestava ao jornal, eram os melhores que, na época, se pagavam na imprensa de São Paulo. Além disso é tradição da casa, e essa tradição não se quebrou em relação a Amadeu, acudir, sempre nas horas de aperto, com socorros extraordinários, aos empregados que os solicitam. Creio que Mário Guastini nunca frequentou a redação do *Estado*. Daí, talvez, a deficiência das informações sobre a vida desse jornal, que revela em seu livro, cuja leitura, apesar dessa e de outras injustiças, me deu prazer porque reviveu a meus olhos muitos companheiros a quem tanto quis e fez-me recordar tanta coisa a que estive ligada a minha juventude.

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Jaime Franco: *Martins Fontes*; Cícero Marquez: *Tempos passados*” [Seção Livros Novos]. *Diário de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 1942, p. 4.

Guardadas as proporções e tomadas em consideração várias diferenças, o papel que o Sr. Jaime Franco desempenhou junto a Martins Fontes é, sob certos aspectos, o mesmo que ao pé do Dr. Johnson, exerceu Boswell e na familiaridade de Goethe coube a Eckermann.

Admiradores sinceros dos grandes homens de que se avizinharam, procuram Eckermann e Boswell recolher tudo quanto ouviram dos seus ídolos e apresentá-los à posteridade à luz mais favorável. Fizeram o contrário do que o perverso J. J. Brousson fez com Anatole France.

O Sr. Jaime Franco prestou a Martins Fontes, em um livro que acaba de publicar o mesmo serviço que ao Dr. Johnson e a Goethe prestaram Boswell e Eckermann. Deu-nos do espírito e do coração do fulgurante poeta brasileiro a imagem mais bela. De um e de outro ofereceu-nos tudo quanto era de natureza a realçá-los.

Sabendo admirar com todas as forças da inteligência e da alma não houve, na empolgante personalidade de Martins Fontes nada de superior que não deixasse de salientar com vivacidade e calor.

Pensa-se de ordinário, que um poeta como Martins Fontes só vivesse a cuidar de sua arte, alinhando rimas e tecendo canções. A verdade, entretanto, é que tudo quanto interessa à humanidade preocupava aquele espírito cintilante ao qual até as cogitações filosóficas não eram estranhas. À filosofia de Comte foi por ele estudada com maior carinho, carinho que lhe foi despertado pelo exemplo paterno. Do pai recebeu, também, o gosto das questões coletivas e o amor ao socialismo.

Este último amor acabou transformando-se numa espécie de anarquismo, culminando na verdadeira idolatria que votou o Kropotkin. Do extremo do ceticismo passou para o extremo oposto...

Para Martins Fontes, conta-nos o Sr. Jaime Franco, o anarquismo era mais do que a concepção de uma sociedade livre. Fazia parte da filosofia natural e seu desenvolvimento deveria operar-se por métodos diversos dos metafísicos ou dialéticos empregados até aqui nas ciências sociais; devia ser construído sobre as bases das ciências naturais por induções aplicadas as instituições humanas, criando-se a ciência revolucionária que daria à Humanidade mais vantagens que todas as convenções e matanças inúteis.

E, prossegue o Sr Jaime Franco, Martins Fontes exultava: – “Ver nascer uma teoria da qual resulta um bem geral! Oh! O desabrochar de um ideal! Comparar à orquestra à sociedade futura. No dia em que cada cidadão trabalhar para a obra coletiva, como os artistas de um concerto sinfônico, executando a sua parte com escrupulo, atentamente, preocupados com o efeito de um conjunto, unidos estreitamente em confraternização abstrata, a paz cantará na Terra. Pátria comum. A necessidade corresponderá ao chefe da orquestra, imagem da unidade na variedade. A analogia é exata. Durante a sinfonia aplacam-se as almas: todo mundo é bom. Sentimentos puros embalsamam o ambiente, a liberdade harmoniza as consciências a concórdia paira religiosamente ideal. Realidade do sonho. Idealistas ansiosos, sedentos de liberdade, mais de liberdade infinita queremos a ausência total de autoritarismo, a supressão, a anulação da ditadura – e só a anarquia de Kropotkin ou de Reclus nos satisfaz e consola e sobreleva-nos superhumanizando-nos. O socialismo, como o sonhava Eça de Queirós, deve ser integral. Combater todos os males sociais e morais, não só as opressões e injustiças mas ainda toda sorte de egoísmos, toda a severidade nociva, todos os padecimentos evitáveis. É mister fazer justiça ao povo para que ele não a faça pelas suas próprias mãos”.

Filosofia política e social que se afina admiravelmente com os anseios de um coração transbordante de ternura para todos quantos sofre na alma e no corpo, era natural que seduzisse a um artista da têmpera de Martins Fontes para o qual a beleza e a bondade andavam intimamente associadas e não havia, na terra, grandezas senão na que traziam o cunho do espírito e a vibração do sentimento. Poeta iluminado pelo clarão de todos os ideais, e preso a humanidade por todas as

fibras do coração, não podia, ele, realmente, encontrar encanto nas doutrinas políticas e sociais que eliminam com todas as liberdades, a própria personalidade do indivíduo e fazem dos homens rebanhos de animais, sem vontade e sem dignidade ao serviço da mais dura das tiranias do Estado. Martins Fontes tinha que ir, irresistivelmente, para o lado dos que procuram na organização do Estado e da sociedade, conter os egoísmos e alargar o espaço reservado à livre expansão do indivíduo, ao franco desenvolvimento dos ideais e à mais ampla dilatação dos sentimentos de fraternidade. Das teorias políticas e sociais só seriam capazes de prender e entusiasmar Martins Fontes as que se destinassem a exaltar o que há de nobre e de belo no seio da humanidade. Despotismos truculentos, absorções do homem pelo Estado, atrocidades permanentes a troco de vagas promessas de felicidade futura e incerta, tudo isso com que as aberrações doutrinárias, engendradas pela vontade de domínio dos ditadores universais nos está, presentemente, escandalizando e aterrando, fazendo-nos duvidar do equilíbrio mental dos homens dos nossos dias e de que a criação seja efetivamente obra de um Deus bondoso e onipotente, não podia ser olhado por Martins Fontes senão com espanto e horror. Tudo isso revoltava a sua inteligência e dilacerava-lhe o coração. Assim devia ser, pois que segundo o testemunho do Sr. Jaime Franco, a simples realidade da vida confrangia e aterrorizava o poeta.

Nada mais sincero e mais profundo que o amor de Martins Fontes à humanidade. Basta, para demonstrá-lo, a maneira como exercia os seus misteres de médico. “Todos os dias de manhã, às 8 horas e meia pontualmente, alegre como sabiás e bem-te-vis pairadores, escreve o Sr. Jaime Franco, ia Martins Fontes à Humanitária, nome que, sempre, usava ao referir-se à Sociedade dos Empregados no Comércio de Santos, onde, solícito, atendia, em primeiro lugar, aos sócios doentes, depois aos amigos para a palestra agradabilíssima. Na sala das consultas do Posto Médico, sentado à mesa de caneta em punho, com o bloco das receitas à frente, Martins Fontes, quando de bom humor e [pilheriador], chamava os clientes por supostos nomes, polissilábicos, com sílabas complicadas cheias de Y, W, K. Se algum precisava de injeção ou intervenção cirúrgica, ambas dolorosas, Martins Fontes, contava anedotas picarescas, algo apimentadas e as gargalhadas estridulavam, gostosas, amenizadoras, com que se esqueciam dores e tristezas”.

[Toda] exuberância e alegria externa era, porém, no fundo, pessimista e amargo, depoem o Sr. Jaime Franco, e este depoimento vai, talvez, causar, surpresa a muita gente: “Vivia em contínuo e trágico arremesso, desvairado de cólera. Era diferente do que mostrava e recalca a agonia complacente porque se sentia bom e nela se ampliava inteligente e consoladoramente a mentira da alegria. Ele não gostava de si próprio e não sabia porque era amado. O remorso aumentava e esforçava-se em trabalho. A dor moral crucificava-o”.

A razão desta singularidade nô-la dá o Sr. Jaime Franco, linhas adiante, quando escreve que o “exagero de Martins Fontes era sincero. Amava com desvario, e sentia quando [exalçava] fervorosamente o que venerava. A febre da paixão contrapunha à realidade. Visionário enamorado, se a vida fosse o que sonhava o vulgar seria excepcional”.

Um homem com esse feitio havia de forçosamente, na intimidade, ser pessimista e amargo. O que o mundo nos dá é o vulgar. Um homem desses só seria intimamente feliz se encontrasse o excepcional.

Amigo, como ele soube ser, poucos terão sido. Dos amigos, entretanto, poucos realizaram o ideal de amizade que ele imaginava e praticava. Golpe nenhum o feriu tanto na vida como o que recebeu dos amigos que, certa vez, na Academia de Letras, o desampararam por considerações dessa [Mossalina], que é a política... Outras decepções, trouxe-lhe à amizade. Relembra-as, discretamente, o Sr. Jaime Franco, e fez bem de não as expor com minudências. Nada afligia tanto a Martins Fontes, como tocar nessas chagas. Lembro-me, ainda, o sorriso triste com que, faz muitos anos, cedendo a instâncias minhas, ele concluiu a narração da sua malograda candidatura à Academia de Letras. Felizmente, para consolá-lo, encontrou fidelidade perfeita, em um grupo de amigos que, ainda depois da morte, continuam a amá-lo como o

amaram em vida, dentre os quais é justo destacar esse que lhe acaba de prestar, no livro a que me estou referindo, o maior e mais tocante preito de admiração.

Livros como esse não se criticam. Registram-se com aplauso e respeito. Denotam, quando menos, em quem os fazem nobreza de sentimentos e elevação de espírito, Martins Fontes está bem recompensado da amizade que votou ao Sr. Jaime Franco. A intimidade estreita que lhe concedeu não foi traída, Foi abençoada. O amigo soube apresentá-lo aos leitores como um cavaleiro do amor, da arte e do ideal. Não há quem, ao fechar o cáldo ensaio do Sr. Jaime Franco, não subscreva a impressão que Agenor Silveira traduziu lindamente nestes versos que serviram de prefácio ao volume: – “Longe, bem longe do terreno assento, – Numa daquelas ilhas misteriosas – Que, de noite, a fugir, parecem, [rosas] – Abertas na amplidão do firmamento – A alma deve pairar neste momento, – Do condor de asas largas e gloriosas – Ela ouve as ressonâncias carinhosas – Da irradiação da voz do sentimento, – Ela dirá, louvando, comovida, – A obra que se divulga e lhe projeta – Luz tamanha nos versos e na vida: – “Primor! Eis a homenagem mais completa – Que se pode prestar à alma florida – E apaixonada de um cantor, de um poeta!”

[...]

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “História econômica do Brasil” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 dez. 1946, p. 4.

Para um dialético materialista, como é o Sr. Caio Prado Júnior, não há assunto mais atraente e em que se sintam mais à vontade do que a história econômica do Brasil.

O que nos cumpre apanhar na história, observa ele, não são situações, mesmo que se considerem em evolução e transformação, e muito menos encadeamentos de causas e efeitos. Mas sim aquela própria evolução, o seu autodinamismo e linha de desenvolvimento, de que quaisquer situações não são senão cortes transversais e arbitrários: meras transições vazias de conteúdo próprio.

Obediente a esse critério, firma como ponto de partida da história econômica do Brasil os seguintes postulados: 1º – Todos os grandes acontecimentos da era que se convencionou chamar dos “descobrimientos” articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa, a partir do século XV e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora; 2º – é sempre como traficantes que os vários povos da Europa abordarão cada uma daquelas empresas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam. A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e só o comércio e 3º – “Colonizar” ainda era entendido como aquilo que dantes se praticava: fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais; 4º – A ideia de povoar surgiu da necessidade de ampliar as bases de comércio criando com que abastecer [trecho ilegível] –dassem e organizando a produção dos gêneros que interessavam ao comércio do colonizador; 5º – Nos trópicos as colônias tomariam rumo diverso do que haviam [tomado os das (ilegível)] temperadas. Enquanto nestes se [consideram colônias] propriamente de povoamento, escoadouro para excessos demográficos da Europa, naquelas a colonização toma o aspecto de uma vasta empresa comercial mais complexa que a antiga feitoria mas, sempre, com o mesmo caráter que ela destinava a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu; 6º – A colonização do Brasil se fez para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros e, mais tarde, ouro e diamantes, depois algodão e, em seguida, café para o comércio europeu. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar o negócio, inverterá seus cabedais e recrutará mão de obra de que precisa, indígenas ou negros importados. Com tais elementos articulados numa organização puramente mercantil, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos séculos da formação brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Particularmente na sua estrutura econômica. E se prolongará até nossos dias em que, apenas, começamos a livrar-nos desse longo passado colonial.

Creio que ninguém contestará que, em suas linhas gerais, tem sido essa, realmente a feição econômica do Brasil desde a colônia até os nossos dias. Para demonstrá-lo estende-se o Sr. Caio Prado Júnior em uma exposição histórica das atividades econômicas dos colonizadores, iniciada com a extração do pau-brasil e desenvolvida pela agricultura, pela mineração, pela pecuária e, finalmente, pela industrialização. Essa exposição dá-lhe ensejo, a que aliás não se podia furtar, de analisar o sistema político e administrativo na colônia e de recordar episódios históricos que interessam à economia do país entre os quais se destaca a escravidão, desde os seus primórdios até à abolição, a imigração e a colonização.

Como a conquista do país nos tempos coloniais não foi obra exclusiva dos portugueses, mas teve, também, o concurso das ordens religiosas, surgem, sempre, no espírito dos estudiosos do assunto, dúvidas a respeito dos objetivos que os religiosos alimentavam quando se entregaram à obra da catequese e de civilização dos sertões. Teriam sido, apenas, espirituais esses objetivos?

O Sr. Caio Prado Júnior conquanto [ache] ao tratar da infiltração dos religiosos no rio Amazonas, que o lugar não é próprio para indagar se o que tangia os religiosos para o sertão era o puro zelo da conversão de almas pagãs ou se existiam outros estímulos mais amplos e não confessáveis, conclui, entretanto, em relação aos jesuítas que, a seu parecer, eles tinham, na América, um plano de grandes proporções: nada menos que assentar nela um imenso império temporal da Igreja católica e sob sua direção. Não se explica de outra forma, continua o ilustre pesquisador, a empresa sistemática, em parte realizada, de conquistar todo o coração do continente sul-americano o que se revela nesta [ilegível] estratégica de Missões, que se estende do Uruguai e Paraguai, pelos Moxos e Chiquitos da Bolívia, até o Alto Amazonas e Orinoco. Reunidas estas missões, de origem espanhola, às portuguesas [trecho ilegível] conjunto apresenta-se como um bloco imenso e coeso de territórios plantados em cheio na América. Nem se pode dizer que os jesuítas realizavam o objetivo tradicional de todas as missões religiosas, isto é, abrir caminho entre populações indígenas para o avanço dos colonos europeus. Lutaram contra estes com todas as armas, inclusive à força, tentando, desesperadamente, afastá-los e manter sua hegemonia própria.

É a mesma tese que defendeu Júlio de Mesquita Filho no seu ensaio sobre *Índios, jesuítas e bandeirantes*, no qual procura demonstrar que a colonização se processou dentro de um irreduzível antagonismo entre a Companhia de Jesus e a sociedade civil da colônia. Operou-se com o choque entre dois imperialismos, tanto de ordem política como de natureza econômica – o imperialismo dos portugueses e o imperialismo dos jesuítas.

Não é este o único ponto em que os dois ilustrados estudiosos da história brasileira se põem de acordo.

Apesar disso, a despeito da cerrada argumentação que ambos trazem para reforçar os seus modos de ver, eu continuo a considerar as atividades dos jesuítas, mais espirituais que materiais. Não contesto que tenham procurado fortalecer o seu domínio material e que não desdenharam, na sua catequese, o lado econômico das coisas. Parece-me, entretanto, que a preocupação econômica foi neles subordinada à preocupação espiritual. Pretenderam conquistar a independência econômica para melhor desenvolver a atividade religiosa. O impulso imperialista, desses religiosos que o Sr. Caio Prado Júnior e Júlio de Mesquita Filho assinalaram com tanto vigor, não o posso contestar. É evidente. Funda-se em provas indiscutíveis. Mas o que me parece indiscutível é que esse imperialismo não fosse alimentado também e, principalmente, por elementos espirituais. O jesuíta, que sempre lutou com a maior pobreza no Brasil, que nunca teve do governo português o auxílio material indispensável para a obra de catequese, inteligente, como era, percebeu que, para fazer alguma coisa de útil sob o aspecto religioso, teria que dispor de sólida base econômica. Daí as organizações dos aldeamentos, das missões e de tudo quanto fez para garantir o pão de cada dia e, assim, trazer em atividade permanente as obras de catequese.

Há, na exposição do Sr. Caio Prado Júnior, na parte que se podia denominar o contato das finanças estrangeiras com a economia brasileira, recordação de fatos verdadeiramente surpreendentes. As condições dos empréstimos que os ingleses nos faziam eram, em geral, onerosíssimas. Constituía, como bem diz o Sr. Caio Prado Júnior, verdadeiras operações de agiotagem. Baste um exemplo: em 1830, pedimos de empréstimo à Inglaterra a quantia de 400 mil libras. Pois recebemos 208 mil visto como o empréstimo se fez ao tipo de 52, isto é, em vez de recebermos 100 libras, recebemos, apenas, 52. Os juros subiram a quase dez por cento. Os banqueiros ingleses, conclui o Sr. Caio Prado Júnior conluiados com os desonestos altos dignitários do Império, se lançavam sem piedade sobre a presa inerme que era a Nação brasileira.

De tudo quanto observou e narrou, o Sr. Caio Prado Júnior chega à conclusão de que a economia brasileira tem que se dirigir para novos rumos, deixando de ser uma simples fornecedora do comércio e dos mercados internacionais para ser um sistema organizado de produção e distribuição dos recursos do país para satisfação das necessidades de sua população.

Romper definitivamente com o seu longo passado colonial e tornar-se função da própria comunidade brasileira e não de interesses e necessidades alheias.

Reconhece que já estamos caminhando nesse sentido mas pondera, e é verdade, que há forças poderosas que ainda embaraçam a nossa marcha. Tudo, entretanto, pondera, se facilitará se houver um programa político de reformas e a consciência clara do rumo que ela deverá tomar.

É o que venho a proclamar, desde muito tempo, nos meus artigos para esta folha. A necessidade de um plano de reforma salta a todos os olhos. Mas será possível fazer esse plano na verdadeira anarquia política em que vivemos? Como tirar a nossa economia do estado caótico em que se encontra quando o caos reina também na política e na cabeça dos políticos?

É este o problema. Será difícil resolvê-lo. Creio, porém, que um dia há de ser resolvido. Para que o seja com acerto, estudos, como este do Sr. Caio Prado Júnior, serão de utilidade. Por esse estudo se vê o que tem sido a nossa economia e o que precisa vir a ser para dar ao Brasil a independência integral que ele, ainda, não pôde conquistar. Não a temos nem no domínio econômico, nem no domínio das ideias. Mesmo a que possuímos no domínio político não é das mais sólidas e brilhantes. Em muita coisa ainda continuamos a ser, mais ou menos, um país colonial. É doloroso, mas é indiscutível.

P.B.

BARRETO, Plínio. “O burrico Lúcio” [Seção Bibliografia]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 set. 1951, p. 5.

Não há, meu caro Sr., no *Burrico Lúcio*, de Léo Vaz, qualquer alusão pessoal. Todos os Lúcios vivos podem ficar tranquilos. O escritor não os visa; a nenhum quis mangar. O burrico de Léo Vaz é uma transposição moderna do *Lúcio, ou do asno* de Luciano de Samósata. É mero jogo literário em que a arte do escritor se exercitou para nosso deleite. É, realmente, um trabalho delicioso. A doce filosofia, a malícia risonha do escritor envolvem e encantam o leitor através da narração da historieta que nos veio da antiguidade grega e que tem servido de tema para inúmeras imitações.

Léo Vaz não traduziu o que Luciano escreveu. Pegou da narrativa que se encontra nas obras deste e, em torno dela, aproveitando vários dos seus episódios, armou a sua pequeníssima novela. Muita coisa de Luciano transplantou para a sua pequeníssima obra-prima mas, também, muita coisa deixou de lado. Deixou de lado, por exemplo, certos lances obscenos. Entre as suas originalidades, Léo Vaz apresenta a de ser um escritor pudico. A sua pudicidade vai ao ponto de entregar-se à [pesca], nas praias movimentadas, para não escandalizar os olhos na contemplação das nudezas que por elas se exibem. Não me surpreendeu, portanto, que [da] sua narração [ilegível] os trechos em que Luciano evocou o [ilegível] do usurário a cuja [casa] Lúcio [trecho ilegível], se travou quando despertou no rapaz a curiosidade de [ver uma cena] de bruxaria, arte em que [era ilegível] a mulher do usurário. Era natural, também, dado o seu horror de obscenidades que ele suprimisse a narrativa dos amores de uma dama ardente com o burrico, a qual [dama], quando o burrico voltou a ser criatura humana, repeliu, agastada, as suas propostas para [reatamento], ou melhor, para a continuação dos amores, dizendo-lhe que o achava muito mais interessante e muito mais apetecível quando burro...

Esses episódios foram escritos no original com tanta crueza que o tradutor das obras completas de Luciano, na tradução de Garnier Frères, o Sr. Louis Hubert, não teve coragem de reproduzi-los [em francês] socorrendo-se do latim para mantê-los no texto. É verdade que a tradução data de 1896 e, naquela época, era por intermédio do latim que se afrontava a decência. Se a tradução fosse de hoje o tradutor não precisaria tomar essa cautela: diria tudo em francês, claro e positivo. Atualmente, tanto nas conversações, como nos livros, no teatro, nos gestos e nos hábitos ninguém mais se preocupa com decência. Essa palavra está esvaziada de sentido antigo. O que ela exprimia desapareceu.

Mas se os amantes de obscenidades serão confundidos pela pudicícia de Léo Vaz, os amantes das boas iguarias literárias toparão, no seu livro, com uma grande quantidade de acepipes primorosos.

Outra originalidade de Léo Vaz é escrever numa língua límpida e pura, num excelente português, muito embora, aqui e ali, faça concessões ao vocabulário da época que nem sempre é um vocabulário artístico. A simplicidade, a naturalidade com que descreve o que vê e o que imagina, tudo [pulverizado] de ironia amável, num doce consórcio entre a fantasia e a realidade, não consentem que se deixe a leitura da novela a não ser nas últimas linhas.

[ilegível] pode atrair tanto os adultos como crianças de todas as idades.

As aventuras de Lúcio são múltiplas e curiosas. Transformado em burro por um equívoco da rapariga que operou a transformação e só podendo retomar a figura humana quando comesse pétalas de rosas, Lúcio viveu, durante meses a sua vida de burrico, guardando a inteligência e a [visão] de homem. Passou por inúmeros transes, alguns jocosos outros dramáticos, até que, numa exibição pública perante o César romano, encontrou as rosas que o restituíram à figura humana, diante da multidão estupefata.

Léo Vaz espalha, ao longo da narração, muita coisa tirada da atualidade como, por exemplo, uma inesperada manifestação do “queremismo” nacional quando, no espetáculo oferecido ao César, a turba se mostra ansiosa por ver o burrico gritando inesperadamente:

– “Queremos o burrico! Queremos o burrico!”

Os que admiravam o burro Canário, que tanto barulho provocou, faz alguns anos, no Rio de Janeiro e em outros lugares do Brasil, terão, agora, que transferir a admiração para o burrico Lúcio. Terão, também que reparti-la com o seu delicioso biógrafo.

É preciso ser entranhadamente filósofo para, em uma época de tantos dramas horrorosos, de uma inquietação tão universal, consagrar a inteligência e o tempo a uma obra dessa natureza como fez esse biógrafo. Entre os tigres que nos ameaçam com as suas garras, ele colocou, pachorrentamente, para nos distrair e alegrar, o seu burrico malandro.

Que Minerva o abençoe, mantendo sempre viçosa a sua inspiração e multiplicando, no seu espírito e na sua arte, as graças com que o dotou.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Um grande romancista” [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 out. 1952, p. 6.

Lima Barreto foi um dos grandes romancistas brasileiros. Não deixou uma obra extensa mas, nos poucos livros que fez imprimir, revelou qualidades de observação e de expressão que o colocaram, desde logo, entre os melhores cultores da ficção romanesca. A sua vocação para a sátira e a habilidade com que se utilizava do ridículo e da zombaria fizeram dele, também, um dos críticos mais temíveis da nossa vida social e dos figurões tanto da política como do jornalismo e de outras profissões. Houve quem o equiparasse a Machado de Assis como houve, também, quem o colocasse acima desse expoente máximo da nossa inteligência e cultura. Nem uma coisa nem outra. Diferentes de temperamento, guardando cada um a sua individualidade inconfundível, diversa foi a mensagem de um e outro, não se podendo medir um pelo estalão com que se mede o outro. Podem ambos ser admirados sem a necessidade de reduzir as proporções de um para aumentar as do outro.

Lima Barreto, que viveu mais perto dos humildes, teve uma existência atribulada, baixou às degradações impostas pelo alcoolismo, padeceu o infortúnio de ir duas vezes para o hospício, atravessou os melhores anos da existência dentro de um drama doméstico, que foi a loucura do pai, jamais conseguiu, em funções públicas e nas letras, o necessário para dar à sua modesta família e ao pai enfermo o conforto com que sonhava, não encontrou mãos generosas que o amparassem a não ser a de amigos desprovidos de recursos fartos e carregou consigo, até o túmulo, a tristeza de viver num meio onde os preconceitos de cor ainda constituíam barreira para o amplo desenvolvimento de uma clara inteligência, sem apoio na riqueza. Lutou quanto pode contra o fascínio do álcool o único bálsamo que encontrou para as suas dores, mas afinal, veio a fazer dele o companheiro cotidiano das suas amarguras. A hostilidade dos que triunfaram na vida e não lhe perdoavam a cor do pigmento e a humildade do berço, não conseguiu fazê-lo mal foi um revoltado e da sua revolta deixou manifestações eloqüentes tanto no romance como em trabalhos para jornais e revistas. Mas a bondade fundamental do coração nunca se lhe alterou. Inúmeras foram as pessoas a quem prestou serviços, quer de ordem literária, quer de outra ordem. Os seus azedumes, os seus sarcasmos eram reservados aos poderosos e aos tolos que a fortuna alçou à culminâncias da vida. É possível que com o tempo se impusesse ao respeito geral, à medida que a sua obra literária se fosse difundindo e os seus dotes intelectuais se fossem aprimorando. Mas a vida foi-lhe curta. O álcool não lhe permitiu que passasse dos quarenta e poucos anos. Curta pelo número dos anos, foi porém longa pela cadeia de sofrimentos que arrastou. Deu-lhe tempo, entretanto, para firmar a sua individualidade literária e deixar assinalados na história das nossas letras, os seus extraordinários dotes de romancista.

Dessa vida e do homem Francisco de Assis Barbosa traçou um estudo magnífico que a Livraria José Olímpio incluiu na sua coleção – Documentos brasileiros. A nenhum sacrifício se furtou o distinto jornalista de nenhuma canseira se absteve para através de informações pessoais, de exame de documentos, de leitura de jornais e revistas obter conhecimento pleno dos atos, das idéias, dos trabalhos, da estrutura mental e moral do infeliz romancista.

Habitado, como repórter dos mais apreciados dos nossos dias, a investigações sobre os homens e as coisas, Assis Barbosa levou para o estudo da obra e da vida de Lima Barreto a sua larga experiência profissional o que muito o ajudou na orientação que deu à escolha dos materiais de que se utilizou. Da reportagem inicial, em que, naturalmente, pensou, saiu um livro com as dimensões e a substância de um ensaio crítico-biográfico em que se evocam episódios tanto da vida política como da sua vida literária do país a par da narração dos atos e feitos de Lima Barreto, das suas lutas, dos seus padecimentos, das suas decepções, dos seus sonhos, do esplendor do seu espírito e da miséria de sua existência.

A parte histórica do trabalho constitui o cenário em que se desenvolveram as atividades do escritor. A biografia deste alonga-se aí, até o quadro de uma época de intensas competições políticas e artísticas.

Assis Barbosa fez com Lima Barreto o que Boswell, modelo de todos os biógrafos, quis fazer com Johnson, isto é, um trabalho fundado na verdade mais estrita, que servira de antídoto às falsas e injuriosas informações sobre o caráter do biografado, espalhadas por outros sem se esquecer de lançar na taça biográfica algumas gotas da mais genuína doçura. Tudo quanto escreveu Assis Barbosa sobre o homem e a obra trás, efetivamente, o cunho da verdade e a tudo soube ele misturar, com elegância e medida, uma boa dose de carinho e doçura.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Um dos maiores bandeirantes” [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 5 jun. 1955, p. 4.

Enamorado da figura varonil de Fernão Dias Pais, a quem já dedicara rápido estudo, o Sr. Afonso de E. Taunay consagrou-lhe, agora, um trabalho de fôlego a que deu o título *A grande vida de Fernão Dias Pais*.

Fernão Dias Pais ou Fernão Dias Pais Leme? O Sr. Taunay é por Fernão Dias Pais. O sertanista jamais usou nas assinaturas o apelido Leme. Toda a documentação seiscentista só fala em Fernão Dias Pais. O Leme foi adicionado ao nome da família e pelos descendentes de Fernão a partir de seu neto, o mestre de campo Pedro Dias Pais Leme. O próprio filho Garcia Rodrigues Pais nunca acrescentou aos seus apelidos o de Leme.

Historicamente, a razão está com o Sr. Taunay. O bandeirante, realmente, se chamou Fernão Dias Pais. Continuará, porém, muito provavelmente, a ser Fernão Dias Pais Leme, devido, entre outras, à razão de que assim lhe chamou Olavo Bilac no seu poema “O caçador de esmeraldas”. Nesta coisas os poetas impressionam mais que os historiadores. A poesia tem mais autoridade que a história.

Mas, seja Fernão Dias Pais ou Fernão Dias Pais Leme, a verdade é que não há nos anais da colônia, como bem observou o Sr. Taunay, nome mais historicamente prestigioso e popular do que o do grande bandeirante seiscentista. Pela coragem, pela tenacidade, pela resistência às adversidades, pela fortaleza e ânimo, pela intrepidez sob todas as suas formas, os bandeirantes e sertanistas parecem-se muito uns com os outros, Fernão Dias Pais, entretanto, de todos se distingue por algumas qualidades próprias. É assim que, ao contrário da generalidade dos invasores de sertão e caçadores de índios, nem sempre se socorria da força bruta para a realização dos seus projetos. Durante anos permaneceu nas regiões do sul donde regressou com um rebanho de indígenas que, pela relativa amenidade com que os tratava, se tornaram seus amigos. Com todos procurou estabelecer amizade e conduzi-los para o grêmio da Igreja, conquistando-os pela cordura e persuasão, processos esses bem diversos, nota o Sr. Taunay, dos meios geralmente empregados pelos sertanistas em relações aos homens inferiores das selvas. Embora exagerados pela tradição oral ou pela benevolência do linhagista (Pedro Taques) revelam em todo o caso na alma do futuro governador das esmeraldas, sentimentos humanitários que não eram os comuns em seu tempo, e entre os desbravadores do sertão. Basta a hipótese de ter sido um bandeirante, por vezes, humanitário para que seja mantido, entre as maiores personagens do ciclo sertanista.

Admira-se em geral, nos homens daquela era, a têmpera de aço e avaliam-se os homens não pela doçura do coração mas pela força do braço. Fernão Dias Pais foi, em várias conjunturas, implacável na maneira de punir os que se erguiam contra a sua autoridade, de que é exemplo o episódio da conspiração capitaneada por seu filho bastardo, José Dias Pais, a quem fez enforcar à vista de todo o arraial como justo castigo ao seu inqualificável procedimento, sem embargo do que, segundo a observação de Pedro Taques, desconfianças havia de que “o seu amor excedia para com esse bastardo aos grandes merecimentos de seu legítimo filho primogênito Garcia Rodrigues Pais que com o brio do sangue que lhe animava as veias sabia constantemente sofrer as calamidades e misérias do sertão para acompanhar nele sempre gostoso [sic] o seu próprio pai”.

A última jornada pelo sertão, que fez para descobrir esmeraldas, foi ordenada pelo regente do reino. Fernão Dias realizou-a à própria custa gastando nela quase toda a sua fazenda. A certa altura pediu à esposa, que ficou em São Paulo, a remessa de recursos para os quais aconselhou que vendesse tudo, inclusive as joias das filhas. Em se tratando de servir ao rei todos os sacrifícios lhe pareciam suaves. Nada lucrou salvo muitos elogios e promessas. Não era hábito do príncipe regente, adverte o Sr. Taunay [recompensar o êxito]. As [alternativas para este] [trecho ilegível] podiam merecer por mais penosas, por mais [engenhosas que] fossem.

Amargas decepções colheu o bandeirante durante [a extensa] jornada. Exausto de recursos, são palavras do Sr. Taunay, vendo o desânimo absoluto em torno de si, era pelo prestígio da disciplina terrível e a constância inquebrantável ante a adversidade que o grande sertanista mantinha sua bandeira na sujeição. “Repetia-se na selva o que tão comumente sucedera na imensidão oceânica, na época das descobertas; o que estivera para acontecer a Colombo, o que a Fernão de Magalhães sucedera e ele soubera vencer: a revolta contra os inexoráveis Ashaveros do desconhecido, os do mar e os da selva, incansáveis perseguidores de miragens”. Em meio do caminho foi abandonado por um dos seus companheiros de mais valor, Matias Cardoso, que se retirou com o corpo militar com que de São Paulo partia a bandeira. Acompanhado apenas de seu filho Garcia Rodrigues Pais e de seu genro Manuel de Borba Gato, dos irmãos Diogo Barbosa Leme e Pedro Leme do Prado Rodrigues e do escrivão do arraial Antônio Bicudo de Alvarenga.

Prosseguiu na caminhada para o interior dos sertões até dar com as pedras que supunha esmeraldas mais que eram, apenas, turmalinas. Até os dois capelães desertaram. Logo depois de chegar ao lugar onde encontrou as turmalinas, sucumbiu a uma febre palustre. Do mesmo mal foram atacados mortalmente várias pessoas da sua comitiva e a maior parte do gentio que o acompanhava. A epopeia ele a concluiu sem um desfalecimento, na plenitude dos maiores sacrifícios que podia fazer e fez. Aos olhos dos pósteros mais grandiosa ainda ela se tornou pela ilusão em que o sertanista acabou seus dias, caçando turmalinas em vez de caçar as esmeraldas que a ambição real desejava.

O Sr. Afonso Taunay assenta a narração desse esplêndido episódio da nossa vida colonial em documentos descobertos, alguns por ele próprio e outros por investigadores da nossa história desde os tempos coloniais até os nossos dias. Tudo levou a cabo como costuma, com meticulosidade e escrúpulo. Não é um homem esse eminente historiador que se lance a conjecturas vãs para a defesa das teses que sugere. O seu passo no terreno histórico é, sempre, firme. As hipóteses que expõe não as busca na fantasia. Assenta-as em informações bem apuradas.

Fernão Dias Pais não foi, apenas, o trágico governador das esmeraldas da história e da poesia. Foi, também, uma das grandes personagens da sociedade de Piratininga. De todos os acontecimentos da sua época participou. Devem-se, por exemplo, à sua cooperação a volta dos jesuítas que, anos atrás, haviam sido expulsos de São Paulo. Participou, também da luta entre Pires de Camargos, figurando ao lado da matrona varonil D. Inês Monteiro de Alvarenga, mãe de Alberto Pires, assassinado por gente dos Camargos. Com ela não era possível composição alguma. Rancorosa e intratável, recusava todo o perdão. Só sabia açular os seus partidários contra os inimigos. O conde de Atouguia, então governador [geral do Brasil] [trecho ilegível] como a principal pessoa em cujo alvitre estava a última [ilegível] da paz que procurava dar às duas famílias em luta. [Dizia-lhe] o conde que ela era a mais rija parte que havia nos casos de que resultaram todos os desconcertos que uma e outra parcialidade tinham aparecido. A pacificação se fez mas à custa de muito trabalho e contra a vontade da matrona terrível. Não era justo, como ponderou o conde que, por a porfia de uma só mulher, que era a parte obstinada, percesse toda uma capitania.

Posteriormente, Fernão Dias Pais e a matrona irredutível se tornaram inimigos devido a uma questão de família, um caso de tutela dos netos da matrona, sobrinhos de Fernão Dias Pais. Não teve Fernão Dias Pais, nota o Sr. Taunay, a mínima contemplação com a antiga aliada, símbolo inquebrantável da irredutibilidade política, “alma do seu partido, e dedicadíssima partidária que se arruinara, quase, para sustentar a causa comum, a inquebrantável mulher a quem o governador-geral conde de Atouguia tivera de pedir que depusessem as armas”. Homens e mulheres, naquela época, eram todos inamoldáveis. Todos gente de antes quebrar que torcer. Eram assim, pelo geral os paulistas de então. Hoje, parece que estão mudados. Poucos serão os que se decidam, como Fernão Dias Pais, a gastar tudo quanto possuem para servir à comunidade. Mais fácil é hoje encontrar quem se enriqueça à custa da comunidade sob color de servi-la.

Penso que o Sr. Afonso Taunay conseguiu o seu objetivo que era dar-nos, de corpo inteiro, o retrato de um dos maiores homens de São Paulo seiscentista. Do São Paulo seiscentista e do São Paulo dos séculos posteriores. A leitura do seu trabalho é um deleite para os que sabem admirar e consideram apenas transitória e decadência moral dos paulistas de agora. Com antepassados daquele porte não é possível que se degradem e pereçam os homens destes dias.

Copioso é o acervo de notícias daquela era apresentado pelo infatigável historiador. Uma delas merece destaque: a probabilidade de correr nas veias de Fernão um pouco de sangue germânico – e que explicaria muita coisa na sua maneira de ser e de proceder. Desde o princípio São Paulo teve, para o seu progresso, o concurso de outros europeus, além dos portugueses. Grande foi o número de espanhóis existentes no seu território. De italianos, franceses e ingleses, há também muitos vestígios. Desde o berço São Paulo atraiu forasteiros, e revelou o seu destino histórico de acolher em seu seio todos quantos, da terra e de fora, o procurassem – fundindo-os na sua comunidade.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Capistrano” [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 1955, p. 7.

Capistrano de Abreu é um espírito fascinador. Atrai pela segurança das pesquisas históricas e pelo vigor de um estilo que faz lembrar a densa concisão do estilo de Tácito. A sua vida inteira foi dedicada ao estudo do nosso passado. Os seus ensaios históricos denunciam uma paciência e um talento de investigador que o colocam no mais alto grau da ciência histórica brasileira. Até na sua correspondência particular as preocupações históricas são dominantes. É compreensível por isso o amor com que o Sr. Hélio Viana lhe tratou da vida literária em um ensaio biográfico editado pelo Ministério da Educação e Cultura e premiado no concurso aberto para comemorar o primeiro centenário de nascimento do ilustre brasileiro.

O Sr. Hélio Viana, que também é historiador distinto, põe Capistrano de Abreu no mesmo nível em que se encontra Varnhagen, dando, porém, a primazia ao cearense no que tange aos julgamentos, sempre imparciais. O mesmo não aconteceu com Varnhagen que, não raro, se deixa tomar de paixões, o que o leva a praticar injustiças. Onde ambos se igualam, nota o Sr. Hélio Viana, é no valor das contribuições novas que nos trouxeram ao conhecimento do passado brasileiro, nas descobertas documentais que realizaram; o primeiro como diplomata nos arquivos e bibliotecas da Europa, o segundo sem sair do Brasil.

Singular carreira foi realmente, observa o Sr. Hélio Viana, a do autodidata que, na província, não conseguiu levar a termo estudos secundários ou superiores e na Corte não pôde passar de jornalista a bibliotecário, de professor a mestre indiscutível de nossa história. Eu acrescentaria que Capistrano marcha muitas léguas à frente de Varnhagen como escritor. Varnhagen não foi um escritor na melhor significação da palavra. Faltaram-lhe arte e substância. O seu estilo é pesado. Não fosse a documentação copiosa, em que assenta as suas narrativas e, provavelmente, já não contaria um só leitor entre os que não serão profissionais obrigados a ler, tudo quanto existe sobre História do Brasil.

Na vida de Capistrano uma das coisas mais curiosas foi a sua disponibilidade como professor de História do Brasil. Havendo conquistado a cadeira por via de concurso, um belo dia viu-se sem ela por havê-la o governo da República extinto anexando-a à de História Universal. Houve tempo, como se vê em que para o governo do Brasil a história pátria tinha menos importância que a História Universal. Isso não impediu que a História do Brasil continuasse o assunto predileto dos seus estudos e o fizesse, com o tempo, a máxima autoridade na sua interpretação.

Capistrano não foi nem gostaria de ser um simples narrador de fatos e um retratista de personagens. Foi e sempre gostou de ser um investigador original e um decifrador de enigmas históricos. Graças a esse pendor deve-se-lhe a demonstração concludente do nenhum fundamento da acusação, formulada contra Anchieta, a propósito da execução de João Cointa, Senhor de Bolés. A ele se devem igualmente inúmeros esclarecimentos de pontos obscuros da nossa história.

O Sr. Hélio Viana acompanha, passo a passo, o imenso labor de Capistrano, mostrando que os seus trabalhos, embora, na mais das vezes, com aparência fragmentária, constituem um grandioso monumento histórico.

Às suas amizades dedica páginas curiosas, assinalando, com especial cuidado, a que o ligou a Rodolfo Garcia, que lhe presta colaboração em vários escritos, notadamente na reedição comentada da *História Geral do Brasil*, do visconde de Porto Seguro.

Observa o Sr. Hélio Viana, com toda a procedência, que nenhuma síntese relativa ao período colonial supera em qualidade os capítulos da história colonial de Capistrano. Onde a erudição histórica atingiu no país ao mais alto ponto foi, sem dúvida, em seus “Prolegomenos” à *História do Brasil*, de frei Vicente de Salvador.

De Garcia assinala, também, vários estudos que confirmam os seus títulos de historiador. A ambos defende da acusação de se haverem dedicado preferencialmente aos estudos do período

colonial, abandonando o resto. Realmente se especializaram nas pesquisas sobre aquela época do Brasil antigo. Mas esta época durou pouco mais de três séculos, lapso de tempo suficiente para ocupar três existências de estudiosos, ainda assim sem qualquer possibilidade de esgotamento. Acontece, ainda, que essa época da formação é, sob certos aspectos, a mais importante para o conhecimento da nossa história e a mais penosa pela escassez dos documentos básicos.

O amor à verdade e à justiça nunca esmoreceu em Capistrano. Os seus juízos, máxime quando contrários à personagem, estavam sempre sujeitos a revisões. É o que se vê, muito bem visto no que concerne a Pedro II. Em fins da Monarquia, afirmava, em carta ao barão do Rio Branco, que o Imperador não podia nem devia mais reinar no Brasil. Não soube fazer o bem e não quis fazer o mal. Em 1925, voltando ao estudo da imperial personagem, pôs em relevo várias das suas qualidades, entre as quais a repugnância às injustiças, a repulsa a baixezas, a indiferença pelos insultadores, a integridade, o repúdio aos favoritos. “Só favorecia aos oprimidos”. Apesar de tímido, atingiu ao apogeu na questão Christie quando a brutalidade inglesa pôs de pé a nação inteira ao lado do seu primeiro cidadão. Também quanto à sua compreensão da guerra do Paraguai acompanhou-o unanimemente a Nação. A opinião de Capistrano sobre a Monarquia encerra-se nesta síntese: reparou os dois maiores erros causados pela dinastia de ultramar: constituiu um país uno de capitânicas separadas e não deixou escravos numa terra que parecia só poder subsistir com eles.

Aludindo ao exílio de D. Pedro, fez suas as palavras proféticas de José de Alencar que, aliás, tinha motivos de queixas do Imperador: “Mostrou-se na adversidade o varão forte de Horácio a quem as ruínas do seu fastígio não esmagam, mas ao contrário exaltam como um pedestal. É o destino dos homens fadados para a dominação. O poder, a fortuna, os expandem e eles absorvem ou repelem quantos se lhes aproximam. O revés, a desgraça, os concentram e então eles acham dentro de si mesmos o mundo onde se isolam”.

Há quem procure diminuir o valor da obra histórica de Capistrano porque ele não deixou um grande livro – grande pelo volume e pela substância. Os que assim se manifestam, assinala o Sr. Hélio Viana com carradas de razão, partem de ingênua ideia de que grande historiador é, apenas, aquele que escreve uma grande obra sobre determinado país, região ou época. Nem é aquela a característica essencial de um notável historiador nem é o citado o seu objetivo. Embora sem escrever uma monumental História do Brasil, Capistrano de Abreu pode ser o mais importante de nossos historiadores por ter sido o primeiro a dar-lhe, à nossa história, mesmo em ensaios esparsos, profundidade técnica e sentido sociológico, interpretação moderna e elevada, fora dos limites da simples crônica, da história-narrativas-de-fatos. Para tanto não foi, apenas, historiador, pois serviu-se de quase todas as ciências auxiliares da história. Tornou-se um dos brasileiros mais cultos do seu tempo. Iniciando-se como crítico literário e jornalista, passou a ser também geógrafo e filólogo, americanista ou indigenistas do mais alto teor, etnógrafo de renome e universal. Precursor de nossos estudos antropogeográficos e da utilização do folclore no esclarecimento histórico também o podemos considerar pioneiro de nossa geopolítica em sua mais extensa significação. Biógrafo, bibliógrafo, paleógrafo, epistológrafo, como dedicado tradutor, bem mereceu o título de naturalista como o [de] filósofo da história o de sociólogo. Escritor que sabia redigir como poucos do seu tempo, como estilista figura em nossa literatura. Um título por ele basta e este incontestável – é o maior dos nossos historiadores.

Não sei se entre o que conhecem bem a obra de Capistrano haja algum que discorde desse juízo do Sr. Hélio Viana. Por mim subscrevo-o sem hesitação e sem reserva.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “Uma excelente biografia” [Seção Livros Novos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 nov. 1955, p. 3.

Excelente biografia de Monteiro Lobato acaba de publicar o Sr. Edgar Cavalheiro. Minuciosa, paciente, admirativa, lúcida e por vezes entusiástica, é a análise a que ele submete o escritor e a obra. Do escritor e da obra nenhuma novidade é possível dizer. São ambos conhecidos e devidamente apreciados. O escritor é dos mais originais que temos tido e, quase logo aos primeiros livros, se colocou entre os melhores do Brasil. A obra conquistou renome assim dentro como fora das fronteiras.

Das mais lidas, a parte dedicada à literatura para crianças, tão atraente como as mais sedutoras da literatura universal, assegurou-lhe um círculo de leitores que jamais desaparecerá. Deu-lhe, não digo a imortalidade, que é coisa duvidosa, mas uma longevidade fora do comum. Muitas e muitas gerações se sucederão antes que diminua o número de leitores dos seus livros dedicados à infância.

A admiração pelo escritor é geral. Todavia, não lhe faltaram, entre os contemporâneos, críticos severos dos seus propósitos, do seu patriotismo e das suas atitudes. Como ele tivesse traçado tipos do feitio de Jeca Tatu, que é um trapo humano, colhido nos meios rurais do Brasil, onde a ignorância, a moléstia e a miséria imperam, houve quem pusesse em dúvida os seus sentimentos patrióticos e explicasse aquela criação como uma tentativa para desmoralizar o brasileiro da roça. Em todos os seus escritos, onde o sarcasmo explode [e a ironia espalha-se por todas as (ilegível)], direta ou indiretamente, a [coisas] do Brasil. Para os espíritos estritos [trecho ilegível] o Brasil e só se enamorava do estrangeiro. É a acusação mais tola que, ainda, li a respeito de Lobato. O seu biógrafo mostra, muito bem mostrado, com uma documentação ampla e sugestiva, que Lobato só escreveu aquelas coisas, que tanto ofenderam os melindres da boçalidade nacional, exatamente por amar a sua pátria e por desejar vê-la cada vez maior, mais próspera e mais prestigiosa entre as nações civilizadas do mundo moderno. Doía-lhe, mas doía-lhe profundamente, contemplar o atraso do nosso povo, não obstante a grandeza e os recursos naturais da terra natal quando com um pouco de esforço por parte dos governos, com uma educação inteligente difundida por todo o Território Nacional, com um serviço de assistência social rijamente organizado e estendido por toda a parte, o povo se transformaria, sacudida a inércia doentia em que vegetava, apresentando-se com um vigor e uma decisão que lhe dariam, com a posse e a exploração da terra, o respeito dos outros povos. Se admirava e proclamava por todos os tons a sua admiração pelo progresso da América do Norte não era por considerar o Brasil inferior àquele país. Era com o desejo de erguer a nossa gente e colocá-la no mesmo pé de progresso em que se achava a gente americana. Se pedia exemplos à América não era para reforçar a admiração que o grande país lhe despertava. Era para incutir no brasileiro a ânsia de fazer a mesma coisa, de caminhar tão longe e tão alto como o americano caminhou. As misérias da nossa política, a estupidez dos nossos estadistas, as deficiências da nossa vida coletiva não as atacava com o empenho de rebaixar a nossa gente e a nossa terra mas com o de corrigi-las a fim de que, também sob esse aspecto, o Brasil não vivesse na cauda dos outros países e não se apresentasse, perante o mundo, como uma republiqueta de terceira ou quarta ordem, sem outra capacidade que a de tecer e destecer intrigas partidárias e de fazer a vida girar em torno de objetivos pequeninos.

A sua literatura foi, em grande parte, uma espécie de vendaval destinado a derribar o que estava podre para substituí-lo por uma coisa nova, forte, varonil, que desse de nós a mais profunda impressão de vida, de inteligência, de virilidade, de energia, de capacidade construtora e de ação civilizadora. Viram muitos, apenas, o que havia nessa literatura de áspero e destruidor, deixando porém de ver o que ela apresentava de rejuvenescedor e de estimulante. A obra de Lobato é das que mais nos orgulham quando lida e compreendida desde as raízes e na sua finalidade patriótica. Poucos escritores terão amado o Brasil com o fervor com que ele o amou; pouquíssimos os que empregaram o seu talento principalmente no serviço da Pátria. Aquilo que

muitos chamaram a sua “maluquice do petróleo e do ferro” foi a melhor prova de que compreendia bem os problemas capitais da Nação e estava pronto a sacrificar tudo, inclusive todos os seus bens, o seu prestígio, a sua capacidade de aglutinação de energias para resolvê-los. Não era um patriota de palavreado oco mas de ação decisiva. A sua literatura foi um instrumento de ação, o mais belo e mais eficiente, que pôs em campo para realização dos grandes ideais patrióticos que alimentava.

O que foi a sua luta com a incompreensão, com a má-vontade, com a estupidez e com a malandrice da nossa gente, quer no mundo oficial, quer fora desse mundo, para convencê-la de que estava com a razão e de que era preciso para o bem do país executar o programa que traçara mostra-o o Sr. Edgard Cavalheiro em capítulos que chegam frequentemente às raias da eloquência. A tenacidade que pôs em toda essa luta, a energia que desenvolveu nas campanhas que teve de empreender, são simplesmente admiráveis.

A hipocrisia do ditador em quem, a princípio, chegou a [contar], deu com ele no cárcere mediante pro- [trecho ilegível] de Segurança Nacional, de que saiu condenado para satisfação dos seus adversários. [Dessa torpeza] ditatorial, perfeitamente descrita no livro do Sr. Cavalheiro, resultou, apenas, para o seu autor principal este [ominoso] castigo: foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras”. O fulgurante escritor, recolhido a uma cela da Casa de Detenção de São Paulo e o medíocre ditador, que nem os próprios discursos costumava escrever, colocado numa poltrona da mais alta associação literária do país.

Contrate dessa e de outra natureza foram frequentes na vida de Lobato. O mais vigoroso escritor da sua época e um dos mais brilhantes de todas as épocas começou a vida universitária com uma reprovação em exame de português... Mas tudo venceu não só porque era dotado de uma inteligência extraordinária como, também, de uma capacidade de trabalho igualmente extraordinária. Lobato não sabia o que era cansaço. Trabalhava horas a fio, já criando personagens literárias, já fazendo obra de panfletário, já traduzindo livros estrangeiros, já correspondendo-se com os amigos e ainda achava tempo para longas conversas com os companheiros de letras ou de empresas. A sua atividade desdobrava-se de várias maneiras: dirigia revistas, criava empresas gráficas, organizava novo processo de venda de livros, lançava sociedades para exploração das riquezas do Brasil. Chegava até o estrangeiro. Tudo experimentou – desde os êxitos mais retumbantes até o doloroso infortúnio de uma falência. Se teve horas de desânimo soube dominá-las. Quando as empresas lhe devoraram os últimos capitais, salvou-o da pobreza o seu talento de escritor. A literatura, principalmente a infantil, deu-lhe os recursos de que necessitava para viver folgadoamente em companhia dos seus e para, depois da sua morte, lhes garantir o conforto que bem mereciam.

Através de tudo quanto fez pôs a marca de uma das personalidades mais vigorosas das nossas letras e do nosso meio social e uma das mais robustas vocações literárias que ainda apareceram em nossa terra. Pôde trabalhar tanto e dar a impressão de que trabalhava sem esforço graças a essa vocação. Temperamento artístico denunciado pela sua tendência à pintura e pelo gosto literário, Monteiro Lobato, nas menores coisas que fazia, nas atitudes, mesmo quando ligeiras, guardava uma originalidade, um modo de ser tão pessoal que se impunha à admiração dos outros. Provavelmente essa admiração foi que levou muita gente a combatê-lo para recalá-la.

Vivendo uma vida espiritual das mais intensas parecia, entretanto, por vezes, de um materialismo irredutível. Não tinha crenças religiosas, ou supunha não as ter. Digo supunha porque, sem embargo da sua pública descrença religiosa, pendeu para o espiritismo quando a perda de um filho querido o abalou profundamente. Não gostava de livros em que a fé religiosa se expandisse. Espírito que compreendia tudo, não chegou a compreender, parece incrível, o sentido humano, a força consoladora desse livro comiserador que é a *Imitação de Cristo*. A Igreja não o contou entre os seus fiéis, o que se explica, a meu ver, não tanto pela sua indiferença ao fenômeno religioso como, principalmente, pela sua rebeldia a tudo quanto era disciplina. A Igreja tirar-lhe-ia uma boa parte da sua liberdade e bastava isso para que ele a repudiasse. Mas a

sua carência de religião não se refletiu no teor da sua vida íntima. Foi esposo e pai extremamente afetuoso. Ninguém cultivou, tanto quanto ele e com tanto carinho, os sentimentos de amizade. A sua correspondência com os amigos, notadamente com Godofredo Rangel, mostra como sabia ser amigo.

A sua descrença não ia, porém, ao ponto de suprimir a vida eterna e a sobrevivência da alma. Indica, talvez apenas uma complexidade a mais do seu temperamento e da sua formação intelectual. Não devemos tomá-la ao pé de letra como uma manifestação de repulsa à vida espiritual. Estaria longe dos místicos mas estaria perto dos que sem-[trecho ilegível] diferente do corpo e tem exigências a que este é estranho.

Não posso crer que a irreligiosidade de Lobato fosse uma atitude. Quero, antes, acreditar que foi uma advertência do Criador. Tendo-o cumulado de tantas riquezas intelectuais sonegou-lhe, temporariamente, a fé para que sentisse que algo de importante lhe faltava. Se no domínio da inteligência deu-lhe tudo, quis, no dos sentimentos, privá-lo de alguma. Se não fosse assim, seria um homem perfeito, e homens dessa espécie não encontram lugar no mundo.

Enfim, o homem Monteiro Lobato, a sua vida e a sua obra, segundo a fiel análise que de todo faz o Sr. Edgar Cavalheiro, estribado na mais segura documentação, foram, efetivamente, excepcionais.

Plínio Barreto

BARRETO, Plínio. “O Brasil em 1900” [Seção Bilhetes Avulsos]. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 dez. 1956, p. 8.

É um livro de aparência alegre, mas no fundo melancólico, o que o Sr. Brito Broca escreveu sobre a vida literária no Brasil em 1900. A leveza de estilo, a amenidade dos assuntos e a doçura das recordações fazem que se leiam com prazer nas páginas em que ele revive a vida brasileira, sobretudo do Rio de Janeiro, naquela época que foi a das grandes transformações da Capital. Mas à medida que se caminha na leitura e que ressurgem aos nossos olhos acontecimentos e personagens que já tinham desaparecido da memória, sentimo-nos invadidos por uma onda de tristeza. Como era frívola, embora encantadora, a gente daquela época e como passaram depressa, sem deixar vestígios no espírito dos que ainda vivem cinquenta anos depois, as pessoas que, então, concentravam em si as atenções gerais e exerciam em todo o país um verdadeiro reinado intelectual. Até os grandes poetas, cujos versos os moços de então viviam a repetir, perderam o relevo. Quase todos tornaram-se figuras apagadas. A grande boêmia literária, de que se contavam coisas mirabolantes, essa então se acha definitivamente sepultada. As mistificações e as piadas que lhe eram atribuídas perderam o sabor.

Mas o período em que ocupou a [cena] brasileira não foi apenas uma época de boêmios e de gente que só se divertia. Foi, como já disse anteriormente, uma época de grandes transformações. Naquele período o Rio de Janeiro esteve entregue às picaretas de Pereira Passos e à ciência de Oswaldo Cruz e ambos deixaram nas páginas da história brasileira um vinco profundo. Foi a época em que Rodrigues Alves levou para a presidência da República a sua energia serena e a sua clarividência de estadista. Foi igualmente a era em que a importância internacional do Brasil cresceu graças à atividade e ao prestígio de Rio Branco. Na política, o gênio de Rui Barbosa refulgia no seu máximo esplendor. Havia, portanto, ao pé da sociedade fútil um grupo de homens realmente superiores que trabalhavam pela grandeza do País e conseguiram efetivamente deixar uma obra extraordinária de progresso material e de superioridade mental.

O Sr. Brito Broca, que escreve muito bem, e sabe pintar homens e acontecimentos, pediu, ainda, a alguns escritores da época depoimentos sobre o que foi a prodigiosa transformação do Rio de Janeiro sob a vontade férrea de um prefeito de pulso, apoiado por um presidente da República de inquebrantável força de vontade e larga visão política. De um desses escritores transcreve, por exemplo, o depoimento sobre a luta que Pereira Passos travou com proprietários obstinados que se erguiam contra as demolições para o aformoseamento cidade e lançavam mão de todos os recursos, inclusive do judiciário, para impedir que se desenvolvesse o seu plano de transformações. Do que foi essa luta e do que era a mentalidade daquela gente rotineira, basta um fato: certo proprietário de prédio situado na zona por onde teria que passar a picareta devastadora do prefeito propôs singelamente a uma das sociedades de classe, então existentes, que se pedisse a intervenção diplomática para por cobro àquela devastação. Esse proprietário era um velho lusitano que não se podia conformar com a perspectiva de ver posta abaixo a sua casa de comércio. Aliás, a obstinação dos homens dessa estirpe era tradicional. Um deles, morador na rua de S. José, a poucos metros da avenida Rio Branco, nunca chegou a essa via pública. Permaneceu durante anos na sua casa comercial sem arredar pé.

A essa fase da nossa vida pública estão ligadas as famosas visitas feitas ao Brasil por Ferrero, Ferri, Anatole, Clemenceau, Paul Adam e Rubén Darío. O Sr. Brito Broca não só recorda esses acontecimentos literários como trata com muito colorido a vida nos salões, nos cafés e portas de livrarias. Revive também as agremiações literárias; evoca os escândalos acadêmicos; nota a influência de Paris sobre os nossos intelectuais e sobre os nossos elegantes, influência que, apesar da guerra e da invasão norte-americana, ainda não desapareceu totalmente; aponta as modas literárias que então apareciam e desapareciam; descreve os usos e costumes simbolistas; assinala a mania das conferências e põe diante de nosso espírito coisas literárias, sociais e políticas que servem para mostrar, principalmente, que já fomos mais inteligentes e que

a decadência dos nossos dias, no plano intelectual, é desconsoladora. Não foi essa a sua intenção. O seu livro não é de polêmica. Mas é essa a impressão que, inevitavelmente, se tira confrontando o Brasil de 1900 com o Brasil de hoje. Tanta poeira dourada, que parecia glória imperecível, o tempo abateu e sepultou.

Plínio Barreto

Em qualquer outro país, onde a cultura intelectual estivesse mais disseminada e os laços morais menos afrouxados, o programa de uma revista, como esta, poderia ser traçado em duas linhas rápidas, claras e incisivas. Se o título não dissesse expressivamente o que ela ia ser, di-lo-ão, com bastante eloquência, os nomes sob cujo patrocínio aparecesse.

No Brasil não é, nem pode ser assim. A complicação, o emaranhado das nossas florestas retrata-se, até certo ponto, na trama das nossas ideias e na organização da nossa vida. Nenhum de nós é o homem de uma só profissão e o cérebro de cada um de nós é um laboratório, em atividade incessante, para onde se canalizam, em tumulto, em atropelo, as ideias mais descontraídas, na ânsia de uma fusão que nunca se opera ou, quando se opera, nunca logra ser perfeita. Em ciência, em arte, em política e no mais vivemos a pôr o pé em todas as veredas em que se estrela a encruzilhada de hesitações de onde raro nos afoitamos a partir, rasgando por uma delas, e onde, frequentemente, nos deixamos tombar, certos de que fizemos trabalho fecundo, amortalhados na ilusão doirada de uma glória fácil e passageira, quando toda a nossa agitação não foi mais do que a de uma folha solta que o vento ergueu na espiral do redemoinho, reluziu um instante aos beijos do sol e rolou de novo – e para sempre – no seio da poeira de onde saiu.

Por trás de um nome ou de um título pode pois, entre nós, haver tudo como pode não haver nada. Cumpre, para evitar surpresas, dizer o que há.

O que há por trás do título desta Revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista. Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para a frente numa projeção vigorosa e fulgurante da sua personalidade. Vivemos desde que existimos como nação, quer no Império quer na República, sob a tutela direta ou indireta, senão política ao menos moral do estrangeiro. Pensamos pela cabeça do estrangeiro, vestimo-nos pelo alfaiate estrangeiro, comemos pela cozinha estrangeira e, para coroar essa obra de servilismo coletivo, calamos, em nossa pátria, muitas vezes, dentro dos nossos lares, a língua materna para falar a língua do estrangeiro!

A nossa vida é, no seu aspecto geral, e de um certo período para cá, a marcha, incerta e lenta, desgraciosa e constrangida, de um povo que a cada passo que avança se volta, inquieto, para o estrado de onde o estrangeiro o está contemplando a procurar, na máscara fria dos espectadores indiferentes, o sorriso de aprovação que lhe dê alento para seguir...

A nossa história, com dois ou três lances de epopeia dos quais o maior e mais belo é talvez a arremetida dos bandeirantes para o sertão, é, no seu conjunto, o romance incolor, monótono e fastidioso de uma nação obscura e canhestra que parece implorar perdão às demais de ser independente e grande.

Desapego à vida, lume no espírito e generosidade no coração tudo isto nos sobra. Tudo isto, porém, de nada, ou de muito pouco nos vale porque, até hoje, ora mais, ora menos, nos tem faltado uma coisa que é a mola real de todos os triunfos, assim dos indivíduos como das nações: a consciência do nosso valor.

A nossa modéstia, o nosso apagamento, como nação, a humildade atenciosa e reconhecida com que acolhemos tudo, o bom e o mau, que de fora nos vem, a sofreguidão com que vamos pedir ao estrangeiro o que ele nos não oferece, revelam, pela sua expressão, um estado mórbido que é necessário combater. As nações não hão de ser soberbas e jactanciosas, mas também não podem apartar-se dessa austera dignidade, desse nobre respeito pela própria personalidade que lhes permite, no comércio de ideias e de serviços com as outras nações, manterem-se no mesmo nível que elas.

O nosso povo precisa aprender, ou recordar, que há, no seu sangue e na sua tradição, essa força imponderável que nos leva naturalmente, insensivelmente para os cimos, que nos reserva ao pé dos nossos semelhantes, sem violências, como um direito indisputado, um lugar especial e honroso, e que tem sido, em todos os tempos e em todos os pontos do mundo, a marca inconfundível das raças adultas, emancipadas e sadias.

Nesse conhecimento, nessa consciência está o segredo inteiro do nosso futuro.

Foi essa consciência que deu a Roma o império do mundo e que ainda agora sustenta nas pernas bambas as grandes nações da Europa e lhes conserva, nos braços fatigados, o vigor bastante para moverem, umas contra as outras, as pesadas máquinas de morte. Sem ela nunca seremos o que devemos, o que temos o direito de ser.

A *Revista do Brasil*, desejando contribuir para que ela se acenda de novo, com uma luz mais viva e duradoira, na alma abatida do país, entendeu que podia realizar essa obra de patriotismo, provocando estudos do passado, que nos desvendarão, nas coisas e nos homens, uma larga fonte de inspiração, de amor e de orgulho, e estimulando todas as energias atuais para um trabalho de observação e criação científica e literária, que nos patenteie a todos a profundez e a riqueza dos nossos tesouros intelectuais.

Não será, nem quis ser, uma revista exclusivamente de história, exclusivamente de literatura ou exclusivamente de ciência. Sê-lo-á de tudo isso. Árvore verdejando no alto da montanha, ela receberá nas frondes as carícias de todos os ventos e abrigará nos ramos o gorjeio de todos os pássaros.

O seu nacionalismo não é, porém, e não será nunca uma forma de hostilidade ao estrangeiro. Não queremos isolar o Brasil da humanidade, o que seria um disparate, nem podemos negar a dívida de civilização que nos prende ao estrangeiro. Não é preciso lembrarmos da verdade eterna do eterno conceito de Terêncio para nos convencer de que tudo quanto é humano nos deve interessar: basta correr os olhos em torno de nós...

Não só pelo que nos faz, não só pela ação direta, contínua e persistente, na vida das nossas ideias e no teor dos nossos costumes, mas também, e sobretudo, pelas lições variadas e sugestivas da sua história, o estrangeiro é, e há de sempre ser, para nós, como para toda a gente, objeto de observação atenta e quotidiana.

O nacionalismo desta revista visa até, pelas suas tendências e pelas raias do horizonte que se traçou, um fim mais humano que regional.

Não pretende – e se isso acontecesse teríamos a nossa obra completamente desvirtuada – incutir no povo a paixão estreita e sáfara, rasa e egoística, do seu campanário, do seu vale, do seu regato e da sua res. É outra a aspiração que a acalenta. Ela quer trabalhar para o levantamento do povo, convidando-o a voltar os olhos para si em vez de os trazer presos nos outros, certo de que ele sairá desse exame introspectivo com a firmeza que comunica a revelação da própria força e com a superioridade moral que a visão de um largo ideal a cumprir sempre inspira. E um povo que se ergue moralmente alarga, só com o seu movimento, e areja e perfuma o ambiente em que se debate, na luta angustiosa de todos os instantes, a humanidade inteira.

O seu nacionalismo não é um grito de guerra contra o estrangeiro: é um toque de reunir em torno da mesma bandeira, conclamando, para um pacto de amor e de glória, os filhos da mesma terra nascidos sob a claridade do mesmo céu.

O milagre histórico da persistência da nossa integridade territorial, a despeito da ausência de laços fortes que umas às outras prendam as populações das diferentes partes do país, precisa pelo futuro adiante, perder o caráter fenomenal com que se apresenta e passar a ser a resultante, natural e lógica, da fusão completa e indissolúvel de todos os elementos étnicos e sociais que formam, de norte a sul, a nação brasileira.

Essa obra, que é urgente, tão cedo não se realizará, porém, se, desde já, não a iniciarmos pela palavra e pela escrita. Só a escrita e a palavra podem, neste momento, estabelecer entre as populações que a vastidão do território e as dificuldades de comunicações trazem afastadas e ignoradas umas das outras, a mesma corrente de ideias e de sentimentos que

desgraçadamente ainda se não estabeleceu entre nós e sem a qual uma nação nunca chega a formar-se ou, quando se forma, nunca adquire esse espírito de solidariedade, essa coesão perfeita que lhe dá aos olhos alheios a aparência de um bloco maciço e aos seus próprios a impressão de um poder invencível.

A Revista do Brasil vem trabalhar para essa obra.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)